LIVRO DE TRABALHOS COMPLETOS
ANAIS
ISSN 2316-8021

ISSN 2316-8021

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. José Crisólogo de Sales Silva

EQUIPE CIENTÍFICA

GT 1. AGRO-DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE: PROPOSIÇÕES, EXPOSIÇÕES E REALIZAÇÕES

Ana Paula Maia dos Santos (Coordenadora)	UNEAL
Atticcus Tanikawa	FACENE/FAMENE
Dácio Rocha Brito	UNEAL
José Andreey Almeida Teles	UNINASSAU/ SOS Caatinga - Alagoas
José Crisólogo de Sales Silva (Coordenador)	UNEAL
José Gomes Chaves (Coordenador)	UFAL
Luciélio Manoel da Silva	EMBRAPA
Maria Sônia Lopes da Silva	EMBRAPA
Marissônia de Araújo Noronha	EMBRAPA
Regina Cely Benicio da Silva (Coordenadora)	UFRPE
Rinaldo José de Souto Maior Júnior (Coordenador)	IFAL
Tassiano Maxwell Marinho Câmara	EMBRAPA
Walane Maria Pereira de Mello Ivo (Coordenadora)	EMBRAPA

GT 2. BIODIVERSIDADE, AGRICULTURA FAMILIAR E CIRCUITOS COMERCIAIS AGROALIMENTARES

Dirceu Beninca (Coordenador)	UFSB
Frederico Monteiro Neves (Coordenador)	UFSB
Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa (Coordenador)	UFAL
Maurício de Siqueira Silva	AESA-CESA
Verônica Nascimento Brito Antunes (Coordenadora)	UFAL

GT 3. CAMPESINATO, EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Cecília Tayse Muniz Teixeira (Coordenadora)	AESA-CESA
Katya Carvalho Alexandre Almeida (Coordenadora)	AESA-CESA
Maurício de Siqueira Silva (Coordenador)	AESA-CESA

GT 4. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, SAÚDE E SUAS INTERFACES

Acúrcio Castelo David	UFAL
Adelmo Fernandes de Araújo	UFAL
Ana Lydia Vasco de Albuquerque Peixoto	UNEAL
Ana Paula de Almeida Portela da Silva	UFAL
André Luiz Bezerra Galvão	UFAL
Cícera Lopes dos Santos	UFAL
Cledja Soares de Amorim Castro	UNINOVE
Cledson dos Santos Magalhães	UFPE
Dacio Rocha Brito	UNEAL
Daniela Cavalcanti de Medeiros Furtado	UFAL

ISSN 2316-8021

EQUIPE CIENTÍFICA

GT 4. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, SAÚDE E SUAS INTERFACES

Daniele Gonçalves Bezerra	UFAL
Edmilson Santos Silva	UFAL
Ednaldo Almeida Gomes	UFAL
Francisca Maria Nunes da Silva	UFAL
Israel Gomes de Amorim Santo	UFAL
Ivanise Brito da Silva	UNEAL
José Crisólogo Sales Silva	UFAL
Jurema Rosa de Queiroz Silva	UFAL
Karina Perrelli Randau	UFAL
Kevan Guilherme Nobrega Barbosa	UNINOVE
Mabel Alencar do Nascimento Rocha	UFPE
Márcia Daniela dos Santos	UNEAL
Maria Aliete Bezerra Lima Machado	UFAL
Maria Betânia Monteiro de Farias (Coordenadora)	UFAL
Maria Lusia de Morais Belo Bezerra (Coordenadora)	UFAL
Milena Dutra da Silva	UFAL
Mônica Vanderlei dos Santos Bezerra	UFAL
Rafael Rodrigues da Silva	UFAL
Rafaela Damasceno Sá	UNIVISA
Rosanny Moura Cavalcante	CRP
Solma Lúcia Souto Maior de Araujo Baltar (Coordenadora)	UFAL
Taline Cristina da Silva	UNEAL
Victor Menezes Silva	UFAL

GT 5. COMUNICAÇÃO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA SAÚDE

Alayde Ricardo da Silva (Coordenadora)	CESMAC
Alessandra Pontes	CESMAC
Ana Paula Ramos Silva Duarte	CESMAC
Carlos Alberto Correia Lessa Filho	CESMAC
Evanio da Silva	CESMAC
Jaqueline Maria da Silva (Coordenadora)	CESMAC
Mozart de Melo Alves Junior	CESMAC
Sóstenes Ericson (Coordenador)	UFAL

GT 6. CULTURA E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Conceição Maria Dias de Lima (Coordenadora)	UNEAL
Cristiano Miguel Pontes Pereira	UNEAL
Helder Santos Pereira	UNEAL
Igor Luiz Rodrigues da Silva	UFSC
Jakes Halan de Queiroz Costa (Coordenador)	UFAL
Jenaice Israel Ferro (Coordenadora)	UNEAL
José Clebson dos Santos	UNEAL

ISSN 2316-8021

EQUIPE CIENTÍFICA

GT 6. CULTURA E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Ilda Elizabeth Acioli	UNEAL
Lucas Pereira da Silva	UFAL
Ludimila Maria Lima Santos	UNEAL
Maria do Socorro Barbosa Macedo (Coordenadora)	UNEAL
Sidney Santos Lima	UNEAL

GT 7. DIVERSIDADE, ESPAÇO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DISCUTINDO OS PROCEDIMENTOS, DÚVIDAS E PERCURSOS

Almir Almeida de Oliveira	UNEAL
Ana Maria Vergne de Morais Oliveira	UFAL
Cirlene Jeane Santos e Santos (Coordenadora)	UFAL
Fernando Augusto de Lima Oliveira	UPE
Jusciney Carvalho Santana	UFAL
Maria Ester Ferreira da Silva Viegas (Coordenadora)	UFAL
Marli de Araújo Santos (Coordenadora)	UFAL
Ricardo Santos de Almeida	IFAL
Sara Ingrid Borba	FEPEC/AL
Sara Jane Cerqueira Bezerra	UNEAL
Sueli Maria do Nascimento	UFAL
Vagner Gomes Bijagó	UFAL

GT 8. ECONOMIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Adriana Thiara de Oliveira Silva	IFAL
André Maia Gomes Lages	UFAL
Camila do Carmo Hermida	UFAL
Carlos Everaldo Silva da Costa	UFAL
José Adeilton da Silva Filho	UFAL
Verônica Nascimento Brito Antunes	UFAL

GT 9. EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS, IDOSOS E CAMPESINOS

Amilkiane Protazio Dino da Silva	SEMED ARAPIRACA/AL
Ana Maria Vergne de Morais Oliveira (Coordenadora)	UNEAL
Crismédio Vieira Costa Neto	REDE DE PESSOA IDOSA DE ALAGOAS/ INTERCÂMBIO 60+
Edja Sa	UNEAL
Edja Souza Barbosa	UNEAL
Esmeralda Moura	UFAL
Flávia Maria Monteiro de Lima Emiliano	IFAL
Gleica Maria Correia Martins	IFAL
Jivaneide Araújo Silva Costa	CEE/AL
José Raildo Vicente Ferreira	FEPEC/AL
Karoline Leite	UNEAL
Kize Arachelli de Lira Silva	EMATER/RN

EQUIPE CIENTÍFICA

GT 9. EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS, IDOSOS E CAMPESINOS

Sanadia Gama dos Santos	UNEAL
Sara Ingrid Borba (Coordenadora)	FEPEC/AL
Sara Jane Cerqueira Bezerra (Coordenadora)	UNEAL

GT 10. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES

Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho	IFBA
Maria Aparecida Cruz (Coordenadora)	IFPE
Maria Aparecida Vieira de Melo (Coordenadora)	URFN
Sara Ingrid Borba (Coordenadora)	FEPEC/AL
Vera Lúcia Braga de Moura	UNIVISA

GT 11. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MÚLTIPLOS OLHARES

Ana Lydia Vasco de Albuquerque	UNEAL
Ana Paula Monteiro Rêgo	UNEAL
Cléa Carneiro Palmeira Rêgo	UFAL
Cristiane Monteiro Pedruzzi	UNCISAL
Eleusa Maria Passos Tenório	SEMED MACEIÓ/AL
Juliana Oliveira de Santana Novais	UNEAL
Maria das Graças Correia Gomes	UNEAL
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva	UNEAL

GT 12. ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Benedito da Silva Costa Filho	
Edel Alexandre Silva Pontes (Coordenador)	CEPACC/SP
Edel Guilherme Silva Pontes (Coordenador)	UNEAL
Luciano Martins da Silva	USC
Robespierre Cocker Gomes da Silva	USC
Tâmara Moraes Bastos (Coordenadora)	IFAL
Thiago Araújo Pontes	CESMAC

GT 14. GEOGRAFIA: ENSINO, PRÁTICAS DE PESQUISA E EXTENSÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Egnaldo Ferreira de Sousa Júnior	SEDUC/AL
Everson de Oliveira Santos (Coordenador)	SEDUC/AL
José Alegnoberto Leite Fechine (Coordenador)	UFAL
Matteus Freitas de Oliveira (Coordenador)	IFAL
Ricardo Santos de Almeida (Coordenador)	IFAL

GT 16. INFÂNCIAS, CRIANÇAS, DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO

Angela Maria Araújo Leite (Coordenadora)	UNEAL
Carla Manuella de Oliveira Santos	UNEAL
Charles Alexander Brito Alarcon	UFGRS
Cristiane Monteiro Pedruzzi	UNCISAL
Eleusa Maria Passos Tenório	SEMED MACEIÓ-AL
Elizete Santos Balbino (Coordenadora)	UNEAL
Graciele Oliveira Faustino	UNEAL

ISSN 2316-8021

EQUIPE CIENTÍFICA

GT 16. INFÂNCIAS, CRIANÇAS, DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO

Igor Luiz Rodrigues da Silva	UFSC
Laura Nelly Mansur Serres	UFRGS
Maria do Socorro Barbosa Macedo (Coordenadora)	UNEAL

GT 17. DIREITO DO TRABALHO E DIREITO ADMINISTRATIVO: IDEIAS PARA O FUTURO

André Luiz Ferreira Santos	UNINASSAU
Elita Isabella Morais Dorvillé de Araújo	UNINASSAU
Felipe Vasconcelos Cavalcante	UNEAL
Flávio Luz da Costa	UFAL
Ilda Elizabeth Acioly Lima	UNEAL
Janaina Helena de Freitas	UFF
Larissa Cavalcante Mendes	SEUNE
Talita Nunes de Souza Baeta Feijó	UNINASSAU

GT 18. PROCESSOS FORMATIVOS EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES

Ana Célia de Sousa Santos (Coordenadora)	UESPI
Marcelino de Oliveira Fonteles	IFPI
Maria Aparecida Vieira de Melo (Coordenadora)	UFRN
Mary Gracy e Silva Lima	UESPI
Ricardo Santos de Almeida	IFAL
Thamiris Izidoro da Silva	UFPE
Virginia Renata Vilar da Silva	UFPE
Viviane de Bona (Coordenadora)	UFPE

GT 19. QUÍMICA QUE TRANSFORMA

Danilo Henrique da Silva Santos	UFAL
Cenira Monteiro de Carvalho (Coordenadora)	UFAL
Chryslane Barbosa da Silva	UFAL
Edjane Vieira Pires (Coordenadora)	UNEAL
Janesmar Camilo de mendonça Cavalcanti (Coordenadora)	UNEAL
João Paulo Tenório da Silva Santos	UFAL
José Atalvánio da Silva	UNEAL
Kelly Barbosa da Silva (Coordenadora)	UFAL
Marcela Gomes Tavares	UFAL
Polliane Maria Cavalcante de Araújo	UFAL

GT 20. SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E SABERES SAUDÁVEIS

Cícero Ferreira de Albuquerque (Coordenador)	UFAL
Claudemir Martins Cosme	IFAL
Jakes Halan de Queiroz Costa (Coordenador)	UFAL
José Carlos da Silva Lima	CPT/AL
José Crisólogo de Sales Silva (Coordenador)	UNEAL
José Roberto dos Santos	UFAL
Vagner Gomes Bijago	UFAL
Yamina Coentro Montaldo	UFAL

ISSN 2316-8021

Apresentação:

O X ENCCULT - Encontro Científico Cultural de Alagoas - Evento Regional, é um evento multidisciplinar e interdisciplinar, com bases consolidadas em sua X versão, contemplando várias áreas da Ciência, congregando cientistas de todo o Brasil e internacionais. Pesquisadores professores e alunos, profissionais, produtores privados, empreendedores, são nosso querido público. Aconteceu de 01 a 04 de setembro de 2020, em caráter excepcional por causa da Pandemia de Covid-19, as atividades foram online.

Tema do Evento: ENCCULT: 10 anos debatendo práticas e reflexões sobre ensino, pesquisa e extensão.

O ENCCULT é um evento do Grupo Caatinga de Pesquisas Científicas, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), como promotora (Grupo Caatinga e PRODIC - UNEAL), tendo diversas Universidades, Instituições parceiras, IFAL, UFAL, CESMAC, UFRPE, UFAPE, UFCG, UFS, USP, UFSB, IFPE, UEBA, UNIT, UFPE, UNINASSAU, Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas/UFPE, EMBRAPA, Museu do Cerrado, UnB, MAPA, FAPEAL, Governo de Alagoas.

No X ENCCULT ocorreram os seguintes Grupos de Trabalhos - GT's:

1. Agro-desenvolvimento para o Nordeste: proposições, exposições e realizações;

2. Biodiversidade, agricultura familiar e circuitos comerciais agroalimentares;

3. Campesinato, educação e responsabilidade socioambiental;

4. Ciências biológicas, saúde e suas interfaces;

5. Comunicação e inovações tecnológicas na saúde;

6. Cultura e dinâmicas territoriais;

7. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: discutindo os procedimentos, dúvidas e percursos;

8. Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional;

9. Educação de Jovens, Adultos, Idosos e Campesinos;

10. Educação em Direitos Humanos e Diversidades;

11. Educação inclusiva: múltiplos olhares;

ISSN 2316-8021

12. Ensino e aprendizagem de matemática;

14. Geografia: ensino, práticas de pesquisa e extensão e tecnologias da informação e da comunicação em educação;

16. Infâncias, crianças, diversidade e perspectivas de inclusão;

17. Direito do Trabalho e Direito Administrativo: ideias para o futuro;

18. Processos formativos em espaços não-escolares;

19. Química que transforma;

20. Soberania, Segurança Alimentar e Saberes saudáveis.

ISSN 2316-8021

Recomendações expressas:

Para cadastro no Currículo Lattes indica-se o preenchimento em: Trabalhos Completos publicados em anais de congressos.

No cadastro de dados no Currículo Lattes indicar como título dos anais: Livro de Trabalhos Completos Publicados nos Anais do X ENCCULT.

Título do Evento: X Encontro Científico Cultural (ENCCULT).

Cidade: Maceió/AL. **Ano:** 2020. **Editora:** Encontro Científico Cultural ENCCULT.

Para facilitar sua busca no arquivo dos Anais aperte nas teclas ctrl+f e digite o nome desejado.

ISSN 2316-8021

GT 3.

Campesinato, educação e responsabilidade socioambiental

ISSN 2316-8021

A importância da poesia para o ensino de literatura e cultura nos iniciais
The importance of poetry for the teaching of literature and culture in the early years

Leandro da Silva Oliveira[1]; Susanne Messias de Farias[2]

(1)Pedagogo; pesquisador; pós graduando em Psicopedagogia Institucional com Ênfase em educação Infantil e educação especial na Faculdade de Ensino Regional Alternativa-FERA; Escritor; Membro da UBE- União Brasileira de escritores ; Membro Honorário da Academia Arapiraquense de Letras e Artes- ACALA; Brinquedista no Hospital Doutor Daniel Hoully no agreste alagoano ; coordenador do grupo de estudo de Pedagogia Hospitalar; palestrante; Professor de Socioemocional; Professor SUPERA (Neuro educação)2020; Professor da educação Infantil2;Professor nos anos iniciais. Avenida Santo Antônio n° 185, Bálsamo, zona rural de Arapiraca-Alagoas, Brasil. E-mail leandrooliveira10101998@gmail.com.
(2) Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Docência do Ensino Superior. Especialista em Psicopedagogia Institucional com ênfase em Educação Infantil e Educação Especial. Especialista em Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Especialista em Educação à Distância: Gestão e Tutoria EAD. Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais. Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Cultura da Universidade Estadual de Alagoas. Graduada em Pedagogia. Graduada em Agronomia na Universidade Federal de Alagoas. Possui Magistério pela Escola Estadual de Educação Básica Prof. Pedro de França Reis. No âmbito do ensino, é Professora da Faculdade de Ensino Regional Alternativa, nas áreas de Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva e Educação e Diversidade. Atua em projetos voltados a Pedagogia Hospitalar. No âmbito social, Cuidadora Social em Abrigo e Brinquedista no Hospital Dr. Daniel Hoully ambos no Município de Arapiraca-AL. Tutor do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI na modalidade EAD. Rua projetada 97, QD lote 27 Batingas, Arapiraca- Alagoas, Brasil. E-mail: susanne.m.farias@gmail.com

RESUMO: Sabe-se que atualmente na sociedade contemporânea, o hábito da leitura não é tão valorizado, principalmente quando se volta para o gênero textual poesia, este fator se obtém a partir de relações que não contribuem para o desenvolvimento propício em sala de aula, envolvendo fatores socioculturais e políticos. Assim, é comum verificar-se que o conceito que se tem sobre leitura em sala de aula, ainda está preso à mera decodificação das palavras, ou seja, tal mecanismo não oferece a oportunidade ao leitor de perceber os diversos sentidos contidos no texto. Este presente artigo, tem com o objetivo geral contextualizar como ocorre a ligação da cultura em sala de aula juntamente da literatura poética, nos anos iniciais. Os objetivos específicos são: registrar a importância da poesia em sala de aula, identificar o porquê do não conhecimento da cultura regional nos anos iniciais, definir o gênero literário poesia, como fator valorativo em sala de aula, demostrar este gênero textual como fator primordial para tornar alunos intelectuais, ao mesmo tempo sendo utilizado para conhecer à cultura local e regional. . A pesquisa foi realizada através de fundamentações metodológicas de caráter quantitativo e descritivo. Para contextualizar esta pesquisa, inicia-se a primeira etapa na Escola Professor Lourenço de Almeida, localizada no Povoado Bálsamo, Município de Arapiraca- Alagoas, onde foi lançando um questionário com 10 perguntas para os professores do 1° a 5° ano, os mesmos relataram que a poesia é um texto composto através de rimas e versos que encanta e sensibiliza o leitor, tendo a literatura poética como fator importante para o desenvolvimento escolar do aluno, porém os dados apresentam que boa parte deles não sabem ler, os professores buscam sempre o incentivo estimulando as crianças a produzirem pequenos textos entre eles retratando os problemas sociais da comunidade, com vários recursos, entre eles um grande acervo de livros na biblioteca para serem trabalhados em sala de aula como: Literatura infantil, literatura popular, cordel, poesia, Contos, sonetos, canções, drama, trava-línguas, parlendas e crônicas. Conclui-se a partir deste

estudo que é necessário explicitar as reflexões propostas sobre importância da literatura poética na educação do ser humano, assim como a sua essência cultural no sentido de formar seres mais críticos e que superem ao máximo a fragmentação imposta desde o advento da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento, leitura, história.

ABSTRACT: It is known that currently in contemporary society, the habit of reading is not so valued, especially when it turns to the textual genre poetry, this factor is obtained from relationships that do not contribute to the favorable development in the classroom, involving factors socio-cultural and political. Thus, it is common to verify that the concept of reading in the classroom, is still tied to the mere decoding of words, that is, such a mechanism does not offer the reader the opportunity to perceive the different meanings contained in the text. This article aims to contextualize the connection between culture in the classroom and poetic literature in the early years. The specific objectives are: to register the importance of poetry in the classroom, to identify the reason for not knowing regional culture in the early years, to define the literary genre poetry, as a valuing factor in the classroom, to demonstrate this textual genre as a primary factor for become intellectual students, while being used to get to know the local and regional culture. . The research was carried out through quantitative and descriptive methodological foundations. To contextualize this research, the first stage begins at the Professor Lourenço de Almeida School, located in Povoado Bálsamo, Municipality of Arapiraca- Alagoas, where a questionnaire was launched with 10 questions for teachers from the 1st to the 5th year, the same reported that poetry is a text composed by rhymes and verses that enchants and sensitizes the reader, having poetic literature as an important factor for the student's school development, however the data show that a good part of them cannot read, teachers always seek the incentive encouraging children to produce small texts among them portraying the social problems of the community, with various resources, among them a large collection of books in the library to be worked on in the classroom such as: Children's literature, popular literature, cordel, poetry, Tales, sonnets, songs, drama, tongue twisters, parlendas and chronicles. It is concluded from this study that it is necessary to explain the proposed reflections on the importance of poetic literature in the education of human beings, as well as its cultural essence in the sense of forming more critical beings and that overcome the fragmentation imposed since the advent of modernity.

KEYWORDS: Knowledge, reading, history.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que atualmente na sociedade contemporânea, o hábito da leitura não é tão valorizado, principalmente quando se volta para o gênero textual poesia, este fator se obtém a partir de relações que não contribuem para o desenvolvimento propício em sala de aula, envolvendo fatores socioculturais e políticos. Assim, é comum verificar-se que o conceito que se tem sobre leitura em sala de aula, ainda está preso à mera decodificação das palavras, ou seja, tal mecanismo não oferece a oportunidade ao leitor de perceber os diversos sentidos contidos no texto. A poesia hoje ela não está mais "romantizada", o aluno aprende com ela em todos os ambientes, principalmente sobre a sua cultura, a sua história, a disciplina que tem ou não dificuldade de forma fácil e divertida.

> Um problema na atividade oral de poemas em que a leitura é feita apenas como decodificação, não se considerando a reflexão sobre o texto. Para ele, a leitura deste gênero deve envolver e cativar o leitor, através da utilização de recursos sonoros. Contudo, o primordial nesta atividade é a reflexão do texto lido, pois é importante para que o leitor desenvolva sua capacidade criativa (PINHEIRO, 2003, p.37).

Este presente artigo, tem com o objetivo geral contextualizar como ocorre a ligação da cultura em sala de aula juntamente da literatura poética, nos anos iniciais. Os objetivos específicos são: registrar a importância da poesia em sala de aula, identificar o porquê do não conhecimento da cultura regional nos anos iniciais, definir o gênero literário poesia, como fator valorativo em sala de aula, demostrar este gênero textual como fator primordial para tornar alunos intelectuais, ao mesmo tempo sendo utilizado para conhecer à cultura local e regional.

Esse trabalho justifica-se, a partir do momento que se obteve o primeiro contato no estágio em sala de aula, onde percebe-se a necessidade de os alunos serem conhecedores das suas raízes culturais. Dessa forma à literatura poética, utilizasse como ferramenta para a compreensão dos ensinamentos passados pelo professor.

Diante desta realidade, o presente estudo buscou a seguinte problemática: O Porque que os alunos não conhecem a fundo a sua cultura regional, assim como ocorre a desvalorização dos mesmos por parte da literatura poética nos anos iniciais?

Enquanto isso Freire (1995, p.29-30), enfatiza que:

> Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante [...] ler é procurar ou buscar criar a compreensão do lido... Ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação. E a experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejamos nela capaz de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes na experiência escolar aos que resultam do mundo no cotidiano.

REFERENCIAL TEÓRICO

Canedo (2009 p.02 *apud* Cuche, 2002), definir o que é cultura não é uma tarefa simples. A cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal realidade concerne ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana. Além disso, a palavra "cultura" também tem sido utilizada em diferentes campos semânticos em substituição a outros termos como "mentalidade", "espírito", "tradição" e "ideologia".

Segundo (GEBARA 2007 *apud* MEDEIROS, 2015), diz respeito à escolha dos poemas, pois nem sempre a poesia que está no livro é a desejada pelo aluno para a realização da leitura.

Terry Eagleton é professor de literatura inglesa da universidade de Oxford. Em sua obra A Ideia de Cultura (2005), o autor faz um ensaio literário sobre o conceito de cultura no qual elabora uma análise histórica das origens e significados que o termo cultura vem obtendo ao longo do tempo.

> O trabalho realizado com leitura infantil tem como possibilidade de resultado a formação de leitores/escritores competentes. Tem como objetivo formar crianças que não somente leem, mas que compreendam o que foi lido; por que compreender é transmitir aos demais tudo o que foi entendido de uma história através das figuras, ilustrações e objetos que possa transformar um texto em uma leitura agradável e prazerosa a quem ouve; que possa aprender a ler o que está escrito em entre linhas; que saiba que vários sentidos e várias visões podem ser atribuídos a uma onde se possa imaginar, criar e reinventar. (PEREIRA, COL, P.15, 2012)

Conforme Elias José (2003, p. 101), "ser poeta é um dom que exige talento especial. Brincar de poesia é uma possibilidade aberta a todos.". Então, se todos podemos brincar de poesia, por que não trabalharmos a poesia de forma lúdica?

A Leitura tem uma importância de desenvolver na criança a capacidade de adquirir um amplo vocabulário e ser conhecedora de cultura, alarga a comunicação mais clara e abrangente, facilitar o desenvolvimento intelectual e social, através da leitura a criança vai crescendo e estendendo o gosto por ler, por descobrir coisas novas todos os dias através da leitura, a linguagem do aluno fica a cada dia mais rica quando posta em prática constantemente.(BRASIL ESCOLA, 2012).

Ainda segundo Lajolo (2008), o texto literário utilizado em sala de aula acaba sendo muitas vezes deixado de lado em discussões pedagógicas, isto é, a escola, por não saber exatamente como abordar este tipo de texto, termina oferecendo a ele um lugar secundário, e é ai que a literatura passa a ser tratada como pretexto e estratégia para o estudo de outros objetos.

Conforme Pinheiro (2003), a crise da leitura de poesias na escola acontece principalmente porque a poesia não é vista com o valor em si mesma. Para ele, a poesia só será um dos gêneros valorizados no âmbito escolar quando for compreendida em sua essência.

Lajolo e Zilbermam (1985), salientam que atualmente a poesia infantil busca tratar como tema o cotidiano da criança, como faz Cecília Meireles em "Roda na rua", "Jogo de Bola" e "Tanta Tinta". Encontra-se também na poesia infantil contemporânea uma atitude diferenciada relacionada à linguagem, ao recorte da realidade em que há um distanciamento da representação do real, como faz Mário Quintana (1997), em Lili inventa o mundo.

Silva e Cardoso (2019 *apud* SARMENTO; GOUVÊA 2003), afirmam que as crianças são sujeitas sociais e históricos. Que sua cultura e suas relações sociais merecem todo cuidado não podendo existir distinção de sexo e classe social que sendo analisadas de forma transcultural, ou seja, transcorrendo as variadas culturas, percebe-se que não há apenas **uma** infância, mais uma variedade de infâncias e suas culturas. Estão sempre em processo de construção e gozam de direitos fundamentais e inerentes à pessoa humana.

O indivíduo busca, no ato de ler, a satisfação de uma necessidade de caráter informativo ou recreativo, que é condicionada por uma série de fatores: os alunos são sujeitos diferenciados que têm, portanto, interesse de leitura variada. As pesquisas que se empenham em delinear um quadro dos interesses de leitura das crianças e jovens têm em conta, como elementos determinantes, a idade, a escolaridade, o sexo e o nível socioeconômico. (BORDINI; AGUIAR, 1993. p. 19).

PROCEDIMENTO METODOLOGICO

A pesquisa foi realizada através de fundamentações metodológicas de caráter quantitativo e descritivo. Para contextualizar esta pesquisa, inicia-se a primeira etapa na Escola Professor Lourenço de Almeida, localizada no Povoado Bálsamo, Município de Arapiraca- Alagoas, para solicitar o regimento escolar e a Proposta Pedagógica -PP, onde o mesmo, serviu como instrumento de coleta de dados utilizado a análise, frisando como estaria o direcionamento da conduta que a escola tem relacionada a comunidade.

> O PP é um dos documentos de maior importância na escola, pois diz respeito à própria organização do trabalho pedagógico que está intimamente ligada à concepção, realização e avaliação do projeto educativo. O PP vai além de um agrupamento de planos de ensino e atividades, passando a ser uma ação intencional com um compromisso definido coletivamente, construído e vivenciado em todos os momentos. (BORTOLUZZI, 2012, p. 08).

ISSN 2316-8021

Obteve-se uma conversa com a coordenação pedagógica, onde pode-se relatar como estava acontecendo o processo do ano letivo, e o desempenho dos professores em relação ao desenvolvimento dos alunos, salientando sempre a poesia e cultura como fator primordial. Em seguida, foram atribuídas a esta pesquisa informações com a direção escolar, onde foi constatado que instituição foi inaugurada no ano de 1978 e entregue pela administração municipal da comunidade do Sítio Bálsamo. A escola recebeu o nome Lourenço de Almeida em homenagem ao professor da própria terra Lourenço de Almeida.

Para conhecer a cultura local do povoado, e entender a compreensão dos moradores da comunidade referente a cultura, a pesquisa foi desenvolvida das informações precisas, onde se obteve uma conversa com alguns agricultores.

> "Cultura, é ser quem você é desde pequeno, os ensinamentos que os meus pais deixaram". (P.G.O)
> "Cultura, é plantar fumo e feijão na roça, à vida é boa assim". (M.V.S)

Sítio Bálsamo, onde se localiza a escola é um povoado que tem como principal economia a agricultura familiar, tendo como cultura: o feijão, mandioca, fumo, lavouras e outros. Na sua grande maioria, as famílias atendidas pela escola são beneficiadas pelo programa social Bolsa Família, o que melhora um pouco as condições sociais da comunidade.

Foi realizada uma conversa individual com cada professor em sua sala de aula, nos anos iniciais do 1° ao 5° ano, assim como a realização da observação dos alunos e a interação sociocultural das turmas. Observa-se a forma como que os professores trabalham a poesia em sala, os recursos disponíveis e utilizados, juntamente com as experiências trazidas dos alunos.

Obteve-se a oportunidade de estar entre todos os professores em uma roda de conversa, onde foi entregue um questionário de 10 perguntas para cada professor responder, sendo discutido a forma que os alunos absorvem os conteúdos, os métodos utilizados dos professores para obter as devolutivas em relação ao ensino aprendizagem, a importância da poesia para o desenvolvimento social do alunos, como se é trabalhado a cultura da comunidade local.

A escola vem desenvolvendo projetos sobre Leitura e Escrita, Conservação do Patrimônio Público, Meio Ambiente (culminância Gincana Reciclável), oficina com material do Programa Escola 10, História e Geografia: A história de Alagoas e Arapiraca, Reforço Escolar através do Programa Novo "Mais Educação" com alunos do 3º ao 9º ano e projetos externos que a escola abraça como a Mais Alfabetização, Escola 10, Novo Mais Educação, OBMEP e Olimpíadas de Língua Portuguesa.

A escola atende o povoado e demais comunidades que torna-se assim o único espaço para cultura e lazer, tendo a mesma unindo-se a associação de moradores para suprir um pouco essa necessidade de lazer com comemorações a datas como: dia da criança, das mães, dos pais, do Padroeiro do local (Santo Antônio) e festas juninas. Ressalta-se também as comemorações alusivas ao dia dos estudantes, dia das crianças, emancipação política de Arapiraca e Alagoas, Consciência Negra e Natal.

RESULTADO E DISCURSSÃO

No questionário lançando para os professores do 1° a 5° ano, os mesmos relataram que a poesia é um texto composto através de rimas e versos que encanta e sensibiliza o leitor, tendo a literatura poética como fator importante para o desenvolvimento escolar do aluno, porém os dados apresentam que boa parte deles não sabem ler.

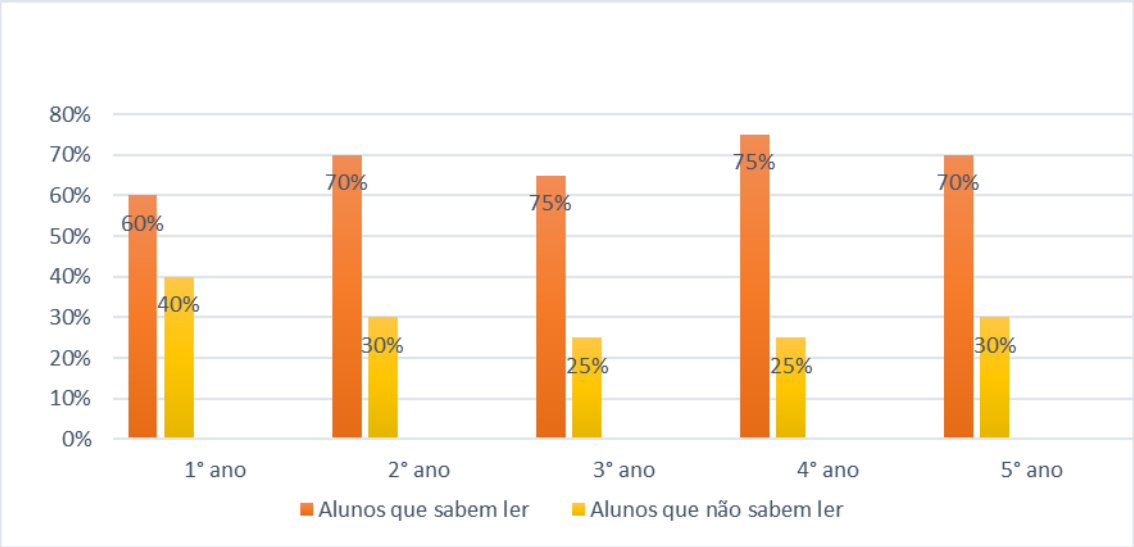
Segundo Elias José (2003, p. 11), "vivemos rodeados de poesia", ou seja, poesia é tudo que nos cerca e que nos emociona quando tocamos, ouvimos ou provamos, poesia é a nossa inspiração para viver a vida.

ISSN 2316-8021

É importante que as crianças desde cedo conheçam o universo poético e cultural e assim apresentar-lhes livros que despertem o prazer à leitura e à escrita, de forma descontraída e incomum.

Seguem os dados abaixo, encontrados a parti das análises das questões:

Figura 01- alunos que sabem e não ler nos anos iniciais.



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

No 1° ano, 60% dos alunos sabem ler enquanto 40% não sabem. Segundo o professor entrevistado, esse número se dá a partir do momento em que as crianças estão realizando a transição da pré-escola, para os anos iniciais. Onde as mesmas estão no processo de alfabetização e letramento.

> A transição para o ensino fundamental, com a inserção de crianças de seis anos (Lei n° 11.114/ 2005), passou a levar em conta particularidades presentes no cotidiano da educação infantil a fim de garantir o brincar e a ludicidade em suas práticas pedagógicas. Como direito previsto em lei, a educação deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, portanto, a criança que sai da educação infantil em que espaços para o brincar são garantidos, deve ter no processo de inserção a preocupação em garantir a brincadeira como elemento para o desenvolvimento infantil (CARDOSO. SILVA, 2019 p.05).

Com essa transição no momento em que as crianças deixam de frequentar a pré-escola e passam a serem alunos do Ensino Fundamental, passam por uma diversidade de mudanças referentes, a maneira de agir, a estrutura física, novos colegas, cobrança cognitiva e rigidez na rotina, onde pelo primeiro ano se afastam da brincadeira e ludicidade. Diante dessa percepção a mudança da pré-escola para os anos iniciais, tende a ser bastante complexa, pois se trata de uma etapa que é focada mais em brincadeiras, jogos e a outra já começa a preparar o aluno para as etapas sequentes da educação, ou seja, do 1° ao 5° ano.

No 2° ano os resultados apresentam que se obteve um aumento de 10%, onde os 70 % dos alunos sabem ler e 30% não sabem. Segundo à professora, alguns alunos ainda apresentam dificuldades na assimilação do som com a palavra.

Segundo Silva e Souza (2014), Considerando-se que a criança aprende a escrever tendo por base sua oralidade, é preciso compreender como se dá a produção dos sons do português para que

ISSN 2316-8021

se possa entender que as produções escritas dessas crianças nada mais são do que construções e reconstruções de regras que vão sendo aprendidas ao longo do processo de aquisição da escrita.

Durante o processo de alfabetização e letramento, onde as duas conjunções devem caminharem juntas, a criança passa por algumas fases até estar totalmente letradas e alfabetizadas. As três principais fases são as pré-silábicas, as silábicas e as alfabéticas. Neste sentido, a criança não salta de uma fase para outra de imediato, onde ela deve passar por todas para estrem preparadas.

No 3° ano os resultados apresentam uma caída de 5%, onde 65% dos alunos sabem ler, porem 35 % deles não sabem. Como sendo o último ano para a construção total da alfabetização e letramento, esses números perpassam por uma deficiência no processo de ensino.

> O Decreto nº 6.094, de 24/4/2007, define, no inciso II do art. 2º, a responsabilidade dos entes governamentais de "alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico". E a Meta 5 do projeto de lei que trata sobre o Plano Nacional de Educação também reforça este aspecto ao determinar a necessidade de "alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade".

No 4° ano apresenta-se um aumento significativo, onde 75% dos alunos conseguem ler, enquanto 25 % não conseguem. Segundo a professora, ela utiliza várias metodologias para desenvolver o estímulo da leitura, mas alguns alunos ficam dispersos com a tecnologia e acontecimentos relacionados aos familiares.

> A escola e a família, assim como outras instituições, vêm passando por profundas transformações ao longo da história. Estas mudanças acabam por interferir na estrutura familiar e na dinâmica escolar de forma que a família, em vista das circunstâncias, entre elas o fato de as mães e/ou responsáveis terem de trabalhar para ajudar no sustento da casa, tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas (PRADO, 2009, p. 05).

Para Prado (2009 *apud* ESTEVES, 2004, p. 24), no interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa própria cidade nem de nosso próprio bairro, um belo dia observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajado para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas.

Sabe-se da importância entre a relação família e escola, para o bom desenvolvimento e rendimento escolar do aluno. Uma família participativa ao se envolver em busca dos objetivos escolares do aluno, faz com que ele aprenda, ao mesmo tempo quando aparecer situações problemas, possam resolver juntos.

No 5° ano obteve uma caída de 5%, relacionada ao número de alunos que sabem ler, cerca de 70% dos alunos desta série não sabem ler e 30% não sabem. Segundo o professor, os alunos tem pouca coerência no que escreve, a ortografia não está desenvolvida adequadamente, e muitos deles se tornam leitores passivos.

De acordo com Ribeiro, Guimarães (2013 *apud* KOCH. TRAVAGLIA 2007), a coerência é responsável pela textualidade, ou seja, ela possibilita que uma sequência linguística, uma sequência de frases, seja percebida pelo interlocutor como um texto, como uma unidade significativa global. Na opinião desses autores, não existem textos incoerentes em si, mas pode

ISSN 2316-8021

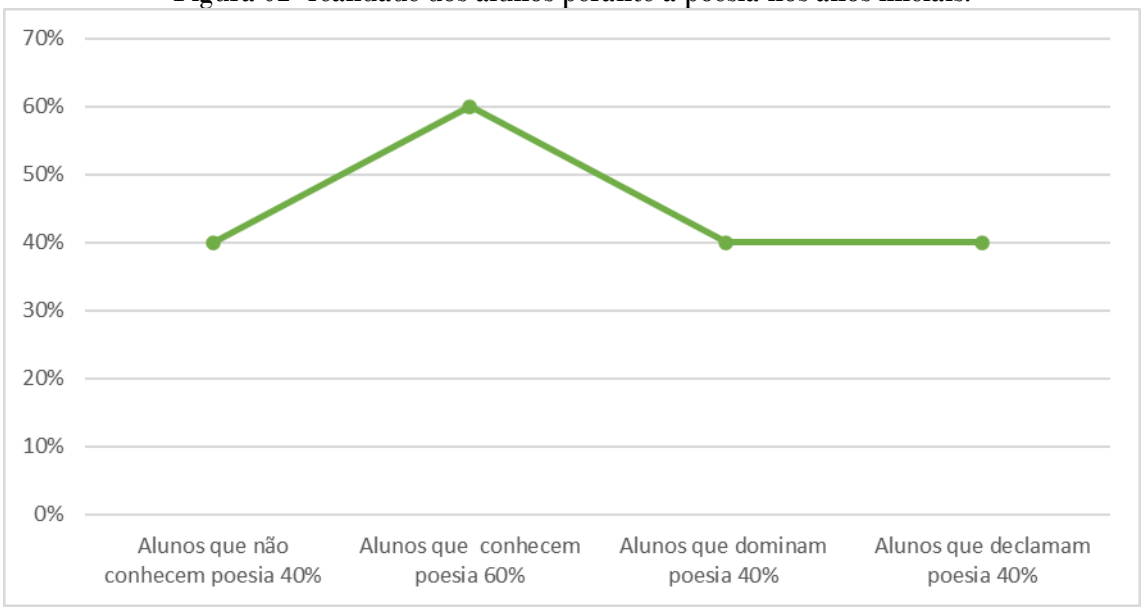
existir incoerência no que se refere à determinada situação comunicativa. Nesses termos, um determinado texto pode apresentar-se coerente para um indivíduo e incoerente para outro.

Nota-se desde então, que a coerência é fundamental para a compreensão e interpretação do conteúdo do texto, estando vinculada à coesão. A principal função da coerência salienta em possibilitar a construção dos sentidos do texto, formando o encadeamento das ideias. Desta forma o aluno deve estar tranquilo, do contrário ele não irá conseguir fazer a coerência textual. Sabendo-se que todos os problemas acontecidos no ambiente externo, ou seja, na comunidade que o aluno está inserido pode influenciar no seu desempenho interior escolar, desta forma torna-se um fator preocupante para o ensino-aprendizagem.

Na comunidade perpassa por muitos casos de violência familiar, alcoolismo e uso de drogas levando as crianças a desenvolverem um quadro de agressividade, desnutrição e desinteresse bastante elevado na rotina escolar, dificultando a aprendizagem.

De acordo com o questionário utilizado, os professores buscam sempre o incentivo estimulando as crianças a produzirem pequenos textos entre eles retratando os problemas sociais da comunidade, com vários recursos, entre eles um grande acervo de livros na biblioteca para serem trabalhados em sala de aula como: Literatura infantil, literatura popular, cordel, poesia, Contos, sonetos, canções, drama, trava-línguas, parlendas e crônicas.

Figura 02- realidade dos alunos perante a poesia nos anos iniciais.



Fonte: dados da pesquisa 2020.

De acordo com o presente estudo, relacionado aos questionários respondidos pelos professores do 1° ao 5° ano (anos iniciais), apresentasse que 40% dos alunos dos alunos não conhecem a poesia, enquanto 60 % no geral conhecem. Desses 60 %, apenas 40% dominam o desenvolvimento da literatura poética, ao mesmo tempo que 40% conseguem fazer as expressões intercalada com as declamações.

Portanto, um dos grandes desafios do professor é o de tentar ajudar os alunos a criar e rever suas interpretações nas leituras iniciais, em uma sociedade que por muitas vezes falta políticas públicas, recursos necessários para a elaboração da aula, neste ato o professor enquanto mediador contribui para a construção de novos parâmetros para os alunos, onde os mesmos passam a conhecer o leitura, e escrever seus pequenos versos.

> Para que isto aconteça no ensino de literatura, ele não pode estar pautado apenas em informações de escolas literárias, ao contrário, "trata-se, prioritariamente, de formar leitores literários, em outras palavras, de

ISSN 2316-8021

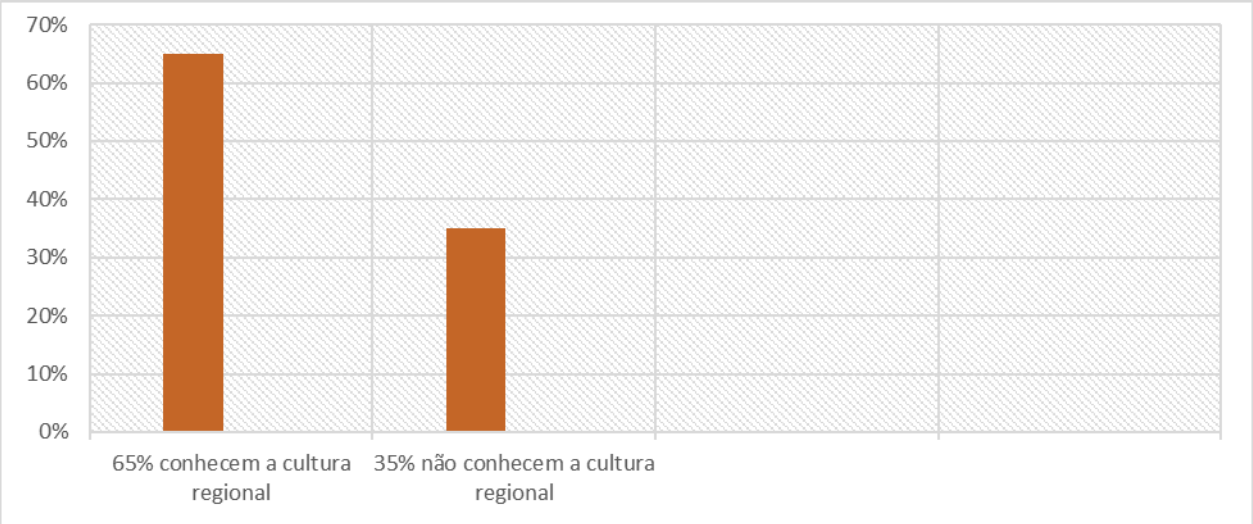
> "letrar" literariamente o aluno, fazendo-o apropriar-se daquilo a que tem direito" (PCN, 1998, p.55).

Observa-se que essa deficiência encontrada em relação ao desenvolvimento dos alunos a partir da literatura poética, é de forma significativa devido boa parte desses alunos não saberem ler, escrever, e serem leitores passivos. Acrescentasse também esse número à relação de alguns ainda estarem no processo de alfabetização e letramento, que como foi mostrado no gráfico anterior, esse onde esse processo se encontra pouco atrasado.

Segundo à revista Brasil Escola (2018), as dificuldades na leitura e interpretação de texto, visa à falta desses dois elementos no âmbito escolar. Essa precariedade do aluno não saber ler corretamente resultando na falta de interpretação textual. O aluno tem as dificuldades para ler e compreender o texto, mesmo que leia várias vezes ainda fica difícil assimilar, pois o mesmo não sabe o significado da palavra.

Se tratando do ensino de literatura, em sua grande maioria a escola na figura do professor acaba priorizando apenas o ensino da história da literatura. Porém, entende-se que este tipo de instrução é insuficiente quando se pretende formar alunos/leitores críticos reflexivos. É importante que se tenha a consciência por parte dos professores de buscar compreender a literatura de maneira dinâmica, oferecendo aos alunos a oportunidade de explorar o texto na totalidade de riqueza que ele pode aforar (MEDEIROS, 2015 p.02 e 03).

Figura 03- conhecimento da cultura regional



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

É trabalhado a cultura regional dos alunos, a partir do conhecimento prévio trazidos pelos mesmos, o dialogo rotineiro, rodas de conversas, por meio de pesquisas, questionários, apresentações de trabalhos em grupos, promovendo o sentimento da valorização da cultura através de eventos escolares entres eles as festas juninas e as datas alusivas proposta no calendário do ano letivo, que é realizado no inicio do ano corrido na atualização do Projeto político pedagógico.

Diante da realidade prevista na escola, parte dos alunos não são conhecedores da cultura regional, onde esse número atinge 35% no geral nos anos iniciais devida à deficiência na leitura e pelo fato de muitas não serem letradas e alfabetizadas, onde 65% conhecem a cultura regional.

Segundo Yunes (1984, p.124), a literatura infantil confundida com a pedagogia se desloca do campo artístico, na medida em que o texto poético é utilizado ora com fins morais, ora como pré-texto para atividades gramaticais. Para a autora, a relação entre o homem e o mundo se dá pela mediatização da linguagem em suas várias modalidades. A linguagem deve ser entendida como um recorte antropocultural do universo, de modo a permitir uma leitura do mundo em

perspectivas distintas, pois o ato de "ler o mundo" engendra uma hierarquia de significados socioculturais e pragmáticos. Assim, a arte deve ser compreendida como uma alternativa de conhecimento do mundo fora dos parâmetros rígidos da comunicação, mesmo porque a poesia não referência o mundo, antes, recria-o; transmite um outro saber, por vezes, implícito na estrutura narrativa/textual.

Percebe-se a importância de o aluno conhecer a sua cultura, para que se possa conhecer a sua origem, os seus costumes e uma das formas que possam serem utilizadas é a poesia, que a criança pode aprender através da rima, da recitação e declamação de poemas. Observa-se um trecho da poesia "Meu Nordeste", em autoria do pesquisador.

Oliveira, Leandro. *Meu Nordeste,* Deixe-me Ser Poesia (2020, Arapiraca-Alagoas).

(...) Vida, vida, dança e esperança
No mês de junho tem festança
Tapioca, bolo de milho, arroz e mungunzá,
Ah... a pamonha do milho verde é o que não pode faltar.

Terra de Ariano Suassuna,
Do Patativa do Assaré,
Homens de grande valor,
Com muita fé em São José.

Folguedo, Guerreiro e Pastoril
A melhor cultura,
O meu Nordeste, representa bem o meu Brasil. (...)

Nestes pequenos versos o autor trás parte da cultura alagoana, citando seu contexto histórico e as experiências de seu povo, relevando emoções vividas pelo autor, conhecimentos culturais de seu lugar, e personalidade de sua família. Ao mesmo tempo que retrata o folclore, a culinária, a tradição é considerada os mais ricos e variados do Nordeste.

Aguiar e Bordini (1988), reforçam que vivemos numa sociedade desigual e isso se reflete na leitura. O pluralismo cultural é uma alternativa para a adequação aos vários níveis de leitores das diferentes classes sociais. Apesar disso, qualquer indivíduo, pertencente a qualquer classe social pode ser motivada para a leitura, desde que se identifique com essa ação. Através do livro, o homem pode ser capaz de dar significado a si mesmo e ao mundo que o cerca.

CONCLUSÃO

Conclui-se a partir deste estudo que é necessário explicitar as reflexões propostas sobre importância da literatura poética na educação do ser humano, assim como a sua essência cultural no sentido de formar seres mais críticos e que superem ao máximo a fragmentação imposta desde o advento da modernidade. Para que vivencie plenamente sua humanidade, é necessário recuperar a natureza da qual se afastou, harmonizando-a com a cultura regional, equilíbrio este possível de ser alcançado através da literatura. Percebe-se que os problemas apresentados neste presente estudo, se deu a partir do fato das crianças do 1° ao 5° ano não saberem ler, onde posteriormente não desenvolvem o ato literatura poética. O estímulo à leitura de textos literários, resulta em uma educação que desperta não necessariamente conhecimentos específicos, mas uma sensibilidade que permite o questionamento do mundo e o desejo de mudança da condição de mediocridade a que o ser humano é muitas vezes submetido. Sabe-se que no Brasil principalmente no Nordeste existem vários poetas que são analfabetos, porem eles vivem a sua cultura, relatando suas experiencias e vivencias no seu dia-a-dia, senti a falta da essência poética em sala de aula, os alunos precisam conhecer a sua história, o seu povo, as suas raízes e é através da poesia que pode ser dada essa

importância. Sem a literatura as pessoas se tornam mais passíveis de conformismo com situações insatisfatórias estabelecidas, e justamente por isso ela não recebe o estímulo das políticas públicas. Portanto, o ser humano deve, antes mesmo de buscar viver plenamente a democracia, a vivência plena de sua própria humanidade, através da superação da fragmentação a que é submetido nas sociedades modernas. A literatura poética tem esse poder, propiciando o resgate a essência cultural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e à minha família por me apoiar em todas as decisões que são tomadas, a professora Susanne Messias de Farias, a Escola Professor Lourenço de Almeida em nome de Selma Oliveira e todas as professoras dos anos iniciais. Ao grupo de estudo de pedagogia Humanizada.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. Literatura: a formação do leitor – alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
2. BORDINI, Maria da Glória e AGUIAR, Vera Teixeira de. Literatura - a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
3. Brasil Escola *a importância da leitura nas séries iniciais: uma conquista para o futuro, 2018*. Disponível em: **https://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/a-importancia-leitura-nas-series-iniciais-uma-conquista-para.htm .** Acesso 10 de junho de 2020.
4. BORTOLUZZI, Jussara. Projeto político-pedagógico: um estudo sobre desencontros entre teoria e prática, Laranjeiras do Sul -PR, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2311-6.pdf. Acesso 14 junho 2020.
5. CAMARGO, Flávio. A importância da poesia na formação de profissionais do ensino de literatura e sujeitos-leitores, Catalão – GO, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/10524-Texto%20do%20artigo-40717-1-10-20100721.pdf. Acesso 09 junho de 2020.
6. CASTRO, Luciana. Como desenvolver o hábito da literatura em sala de aula. Aracaú-Ceará, 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/ojs/index.php/soletras/article/viewFile/4992/3665 Acesso 09 de junho de 2020.
7. CANEDO, Daniele. "Cultura é o quê?" - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos, SalvadorBahia,2009. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Desktop/19353.pdf. Acesso 10 junho de 2020.
8. CARDOSO, Marcélia; SILVA, Glória. A transição das crianças da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental: reflexões sobre o processo, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em**:** http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-transicao-das-criancas-da-educacao-infantil-para-o-primeiro-ano-do-ensino-fundamental-reflexoes-sobre-o-processo--2. Acesso 15 junho 2020.
9. LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2008.
10. MEDEIROS, Flávia. A importância da poesia para o ensino de literatura: um olhar sobre a poética de Mário Quitanda. São Paulo - SP, 2015 Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlije/trabalhos/bf918920581e872588538337ef8200ee_167_106_.pdf Acesso 09 junho de 2020.
11. OLIVEIRA, Evandro de; ALVES, Adilson Francelino. Uma Análise Literária sobre o Conceito de Cultura. Paraná/Santa Catarina, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Desktop/200-802-1-PB.pdf Acesso 10 junho de 2020.

12. PNAIC, Pacto Nacional de alfabetização na idade certa, Brasília-DF, 2012. Disponível em:http://www.pacto.proex.ufu.br/sites/pacto.proex.ufu.br/files/files/pacto_livreto_manual.pdf . Acesso 13 junho de 2020.
13. PRADO, Maria. Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. Santo Antônio da Platina – Paraná 2009. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf. Acesso 14 junho 2020.
14. SILVA, Débora; SOUZA, Milena. Relação entre fala e escrita na construção das noções ortográficas envolvidas na flexão verbal, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11088-Texto%20do%20artigo-39823-1-10-20151211.pdf .Acesso 14 junho 2020.

ISSN 2316-8021

Hortas Pedagógicas: como instrumento de Ensino e Aprendizagem, um relato de experiência no Abrigo Maria das Neves na cidade de Arapiraca

Pedagogical Gardens: as an instrument of Teaching and Learning, a experience report at Abrigo Maria das Neves in the city of Arapiraca

Sineide dos Santos Barros[1]; Susanne Messias de Farias[2]

[1]Pedagogo; pesquisador; graduanda em Pedagogia; Membro do grupo de estudo de Pedagogia Humanizada; sineidebarros22@gmail.com. Rua: Joaquim Gomes n° 597, Planalto, Arapiraca-Alagoas.
[2]Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Docência do Ensino Superior. Especialista em Psicopedagogia Institucional com ênfase em Educação Infantil e Educação Especial. Especialista em Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Especialista em Educação à Distância: Gestão e Tutoria EAD. Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais. Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Cultura da Universidade Estadual de Alagoas. Graduada em Pedagogia. Graduada em Agronomia na Universidade Federal de Alagoas. Possui Magistério pela Escola Estadual de Educação Básica Prof. Pedro de França Reis. No âmbito do ensino, é Professora da Faculdade de Ensino Regional Alternativa, nas áreas de Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva e Educação e Diversidade. Atua em projetos voltados a Pedagogia Hospitalar. No âmbito social, Cuidadora Social em Abrigo e Brinquedista no Hospital Dr. Daniel Hoully ambos no Município de Arapiraca-AL. Tutor do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI na modalidade EAD. susanne.m.farias@gmail.com Rua projetada 97 , QD lote 27 Batingas.

RESUMO : Este presente artigo tem como objetivo geral auxiliar as crianças do Abrigo Maria das Neves no processo de ensino aprendizagem através das hortas pedagógicas. Os objetivos específicos são: despertar o interesse pela leitura e escrita como também conhecer peso e medida, estimular o interesse e a conscientização pelo cultivo das hortas pedagógicas, promover um espaço de aprendizagem e fonte de alimento que possa contribuir de modo a diminuir os gastos do abrigo. Esse trabalho justifica-se, a partir dos trabalhos realizados no Abrigo Maria das Neves com o grupo de pedagogia Humanizada ao qual eu e mais 15 pessoas fazem parte. Ao vê o espaço da horta desativado surgiu a ideia de reativa-lo. Foi realizado o trabalho de conclusão de curso juntamente com a minha orientadora Susanne Messias de Farias, a qual me deu todo suporte por trabalhar na instituição e possuir contato direto com as crianças e a coordenação do Abrigo. A pesquisa foi realizada através de fundamentações metodológicas de caráter quantitativo e descritivo sendo que os fatos foram observados e analisados. Diante desta realidade o presente estudo buscou a seguinte problemática: Como as hortas pedagógicas podem auxiliar no processo de ensino aprendizagem no abrigo Maria das Neves? A horta pedagógica foi um instrumento inovador e transformador na rotina na aprendizagem e no trabalho em grupo das crianças, despertando o interesse pela leitura, escrita, peso, medidas trazidas pela interdisciplinaridade do uso dessa horta. Fazendo uma analise da pesquisa Avaliando o processo de interação e engajamento dos indivíduos o método não teve em sua totalidade a assimilação da proposta da pesquisa, por falta de acompanhamento diário em suas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem, abrigo, horta.

ABSTRACT: This article aims to help the children of Abrigo Maria das Neves in the process of teaching and learning through educational gardens. The specific objectives are: to arouse interest in reading and writing as well as to know weight and medicine, to stimulate interest and awareness for the cultivation of pedagogical gardens, to promote a learning space and a source of food that can contribute in order to reduce the expenses of the shelter. This work is justified, based on the

work carried out at Abrigo Maria das Neves with the Humanized pedagogy group to which I and 15 other people are part. When he saw the garden space deactivated, the idea of reactivating it arose. The course completion work was carried out together with my advisor Susanne Messias de Farias, who gave me all the support for working at the institution and having direct contact with the children and the coordination of the Shelter. The research was carried out through methodological foundations of a quantitative and descriptive character and the facts were observed and analyzed. In view of this reality, the present study sought the following problem: How can pedagogical gardens help in the process of teaching and learning in the shelter Maria das Neves? The pedagogical garden was an innovative and transformative tool in the children's learning and group work routine, arousing interest in reading, writing, weight, measures brought by the interdisciplinary use of this garden.

KEYWORDS: Learning, shelter, vegetable garden..

INTRODUÇÃO

As hortas pedagógicas foi uma oportunidade de incentivar os alunos a interdisciplinaridade na pratica, tanto através de plantio, colheita, preparo do solo, identificação dos nomes das hortaliças, verduras e leguminosas como também seu peso.

> (PHILIPPI JUNIOR,2000). Morin (2002) afirma que é preciso trabalhar de forma integrada ao longo do processo ensino-aprendizagem. Em uma visita ao Abrigo Maria das Neves, foi observado que as crianças do abrigo ainda não estavam totalmente alfabetizadas. A ideia surgiu em aproveitar área disponível na lateral do prédio do abrigo como mais um espaço de aprendizado para as crianças e ali reproduzir um reforço dos conteúdos visto em sala de aula.

Este presente artigo tem como objetivo geral auxiliar as crianças do Abrigo Maria das Neves no processo de ensino aprendizagem através das hortas pedagógicas. Os objetivos específicos são: despertar o interesse pela leitura e escrita como também conhecer peso e medica, estimular o interesse e a conscientização pelo cultivo das hortas pedagógicas, promover um espaço de aprendizagem e fonte de alimento que possa contribuir de modo a diminuir os gastos do abrigo.

Esse trabalho justifica-se, a partir dos trabalhos realizados no Abrigo Maria das Neves com o grupo de pedagogia Humanizada ao qual eu e mais 15 pessoas fazem parte. Ao vê o espaço da horta desativado surgiu a ideia de reativa-lo. Foi realizado o trabalho de conclusão de curso juntamente com a minha orientadora Susanne Messias de Farias, a qual me deu todo suporte por trabalhar na instituição e possuir contato direto com as crianças e a coordenação do Abrigo

Diante desta realidade o presente estudo buscou a seguinte problemática: Como as hortas pedagógicas podem auxiliar no processo de ensino aprendizagem no abrigo Maria das Neves? A horta pedagógica foi um instrumento inovador e transformador na rotina na aprendizagem e no trabalho em grupo das crianças, despertando o interesse pela leitura, escrita, peso, medidas trazidas pela interdisciplinaridade do uso dessa horta. A horta pedagógica associada ao processo de ensino Aprendizagem na leitura das placas de identificação no contato das crianças com os pesos dos alimentos pode ajudar a minimizar esse problema.

> Em um processo interdisciplinar é importante que haja participação, união, espírito de grupo, engajamento, comunicação e ação (PHILIPPI JUNIOR, 2000). Morin (2002) afirma que é preciso trabalhar de forma integrada ao longo do processo ensino-aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO
AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Participar é compartilhar poder, respeitar o outro, assegurar igualdade na decisão, propiciar acesso justo aos bens socialmente produzidos, de modo a garantir a todos a possibilidade de fazer a sua história no planeta, de nos realizarmos em comunhão. Participação significa o exercício da autonomia com responsabilidade, com a convicção de que a nossa individualidade se completa na relação com o outro no mundo, em que a liberdade individual passa pela liberdade coletiva (Loureiro, 2004). É evidente a acuidade de se ter uma visão dialética, apontando para a necessidade de uma leitura integral do ecossistema e do contexto atual, o qual é oriundo de diferentes visões e interesses em conflito pelas classes e grupos sociais que historicamente se constituem.

Deve-se lembrar, acima de tudo, que o processo educativo não é neutro e objetivo, destituído de valores, interesses e ideologias. Ao contrário, a educação é uma construção social repleta de subjetividade, de escolhas valorativas e de vontades políticas, dotada de uma especial singularidade, que reside em sua capacidade reprodutiva dentro da sociedade. Ela significa, portanto, uma construção social estratégica, por estar diretamente envolvida na socialização e formação dos indivíduos e de sua identidade social e cultural (LIMA, 2005).

Contudo, apesar de a capacidade de aprender ser ilimitada, para que o processo de aprendizagem se efetive há que se considerar sete fatores fundamentais: saúde física e mental, motivação, prévio domínio, maturação, inteligência, concentração ou atenção e memória (Souza, 2009; Drouet, 2001). Deficiências nestes aspectos, bem como, outros ligados a fatores psicodinâmicos, sociais e emocionais podem comprometer o aprendizado dos indivíduos, levando-os a apresentar dificuldades neste processo (Fonseca,1995; Souza,2009;).

> A construção do novo paradigma deve estar sedimentada sobre a participação das pessoas no processo de desenvolvimento. A democracia social e o exercício da cidadania devem sustentar o modelo de desenvolvimento. A participação deve se dar na discussão dos problemas, na pesquisa e diagnóstico, na proposição de políticas públicas e programas diferenciados e setoriais, na gestão social do mesmo e avaliação (MENEGETTI, 2004, p.19).

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis.

VUNERABILIDADE SOCIAL

Em muitas famílias, a fragilidade das relações, da rede social de apoio e a situação de pobreza podem configurar-se de forma que os pais percam a guarda dos filhos ou ainda que eles mesmos tomem a iniciativa de colocá-los em abrigos. Nesse sentido, a entrada em uma instituição de permanência é uma sobrecarga emocional que não pode ser desprezada em função de situações estressantes como privação da convivência com os pais e adaptação às regras da instituição, que

são mais impessoais e, provavelmente, mais rígidas do que as que a criança teria na família (CAVALCANTE, MAGALHÃES & PONTES, 2009).

O Estatuto da Criança de do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069, 1990) delimita que crianças e adolescentes são prioridades do Estado. Entre os direitos garantidos no estatuto está a proteção contra maus-tratos, a alimentação, o acesso à educação, saúde, políticas sociais, cultura, lazer, cidadania, convivência familiar e comunitária. Em última instância, o Estatuto prevê o acolhimento institucional, por parte do Estado, como medida de proteção. O relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2013) teve por objetivo relatar, conforme previsto na Resolução n.º 71/2011, a prática de inspeção em serviços de acolhimento brasileiros. Tais serviços são disponibilizados como dever do Estado a crianças e adolescentes que tenham a necessidade de afastar-se da família de origem até que esta se restabeleça e possa lhes dar condições mais adequadas de desenvolvimento. Eles podem ser ofertados em diferentes modalidades: abrigos para pequenos grupos, casas-lares, casas de passagem e acolhimento. Focaremos a apresentação de dados sobre abrigos em cujo contexto esta pesquisa foi desenvolvida.

O acolhimento em abrigo deve ocorrer em bairro ou comunidade próxima ao da família de origem ou extensa da criança, em casas com número máximo de 20 de crianças e, ou, adolescentes, para garantir atendimento personalizado. Aos cuidadores é estabelecido que tenham turnos fixos de trabalho para garantir a estabilidade da rotina da casa e dos vínculos, com carga horária mínima de 30 horas semanais e dois cuidadores por turno (Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária [GTNPFC], 2009; Conselho Nacional do Ministério Público [CNMP], 2013).

Apesar da situação de acolhimento visar à proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, abarca uma série de desafios e, na maior parte das muitas vezes, é vivida por elas como algo indesejado e a princípio negativo, pois os afasta de suas famílias (Silveira, 2002). Entretanto vivências inerentes aos processos de acolhimento e à distância da família não são, necessariamente, geradores de traumas emocionais, uma vez que cada criança tem sua forma de encarar tais acontecimentos, no processo de adaptação à realidade apresentada (Franco, 2009). Nesse contexto, salienta-se a figura dos cuidadores. Cyrulnik (2005) refere-se aos cuidadores, pais da criança ou cuidadores provisórios, como "tutores de resiliência". Assim, caberia a estes o papel de promover a segurança afetiva e a base de apego necessária ao desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes. Ou seja, quando o ambiente ao redor da criança se reorganiza, esta pode retomar seu desenvolvimento, como se estima que vinha acontecendo antes do acolhimento.

AFETIVIDADE E A RUPTURA DOS LAÇOS FAMILIARES

Crianças que vivem em situação de risco ou sofrem abusos, são negligenciadas ou padecem de extrema pobreza podem ter o desenvolvimento das esferas cognitivas, motoras e afetivas prejudicadas. Muitas dessas crianças são acolhidas em instituições de abrigamento e passam a vivenciar em primeiro momento a quebra do vínculo familiar, da sua identidade, sua marca pessoal e individualidade (Hutz, e Dell'Aglio, 2004).

Chegam ao abrigo fragilizadas, com sentimento de desvalia, considerando-se culpadas por sofrerem abusos e por esse motivo serem afastadas do lar passando a viver em um local desconhecido e com pessoas desconhecidas. A Vara da Infância é que vai decidir pelo futuro dessa criança, se o afastamento da família vai ser provisório ou definitivo dependendo da gravidade do caso. Muitas das crianças institucionalizadas vieram de lares desestruturados onde o seu desenvolvimento já foi prejudicado (Grusec e Lytton,1988 *apud* Araújo, Carvalho,

Nascimento, Araújo, Beresford e Cardoso,2010). Além disso, ao serem acolhidas, precisam se adaptar a ambiente completamente novo, estando sujeitas a alterações em toda sua maneira de ser. Esses mesmos autores sugerem que estes fatores aumentam a probabilidade de as crianças apresentarem problemas de conduta dentre estes, o mau desempenho intelectual. O déficit social e emocional são sintomas que se percebem na criança acolhida por ela sofrer o rompimento abrupto de seus vínculos iniciais.

Diante do sofrimento, negligência e privações tanto material quanto afetiva que estas crianças vivenciaram, o abrigamento poderia ser para elas, conforme previsto no ECA (art. 101/ VII), proteção e alívio. Porém, apesar de todos os seus direitos já terem sido violados, a criança entende que a pior violência cometida contra ela foi o afastamento da família, ela só deseja voltar para casa. Segundo Vectore e Carvalho (2008) a presença de sentimentos de angústia, desamparo, carência afetiva, agressividade, procura por isolamento, desmotivação e dificuldades de aprendizagem são situações comuns em crianças abrigadas. Estes autores explicam que a carência pode estar relacionada à qualidade dos vínculos, assim como o desamparo resulta das privações afetivas em que ficam submetidas estas crianças.

A criança institucionalizada apresenta um vasto campo de atuação que precisa ir além da dimensão biológica. Todas as dimensões que envolvem essa criança como pessoa devem ser consideradas, ou seja, biopsico-social-emocional-espiritual. Porém, são apresentadas com o perfil de menores em situação-limite, desmotivados, agressivos, apáticos, com conflitos de identidade e total desinteresse pela vivência escolar. Justificando o porquê desse perfil negativo, Oliveira e Camões (2003) trazem as seguintes informações: As crianças institucionalizadas são privadas de seu espaço subjetivo, dos seus conteúdos individuais, da realidade dos vínculos afetivos. São despojadas de experiências sociopsicológicas da normalidade infantil. A sensação é de vazio, a dor, às vezes a indiferença ou a perplexidade. São filhos da solidão... o sonho destas crianças é de terem uma mãe e um pai. E por não entenderem bem as angústias do mundo, a sua personalidade está cheia de contradições (Oliveira e Camões, 2003).

PROCEDIMENTO METODOLOGICO

A pesquisa foi realizada através de fundamentações metodológicas de caráter quantitativo e descritivo sendo que os fatos foram observados e analisados. Para dar inicio a esta pesquisa, inicia-se da seguinte forma, que foi conhecer as crianças, suas faixa etária, grau de escolarização, como também estrutura física de forma mais completo, observando toda instituição de modo a vislumbrar quais pontos de partida iniciar para implementar a horta em conjunto com as crianças atendendo a necessidade de ambos.

Após a sondagem inicial, foi feito a compra das hortaliças e leguminosas sob a orientação do engenheiro agrônomo que indicou quais tipos de mudas que possam nascer no período de aproximadamente 3 meses, que foram elas: Alface, couve, coentro, cebola, tomate, cebolinha, pimentão, batata doce dentre outros. Plantamos também ervas medicinal como: capim santo, mertiolates, cana d'água, babosa dentre outros.

O plantio e preparo do solo foi realizado juntamente com a ajuda de dois homens com experiência em plantio de hortas, que pode dar suporte as crianças e nos orientar na hora de adubar e plantar. As crianças fizeram placas de identificação para cada canteiro plantado facilitando sua identificação na hora da colheita.

A adubação foi à base de esterco bovino e as irrigações realizadas com água proveniente da chuva armazenada em cisternas através de mangueiras e regadores manuais, diariamente, pela manhã pelas crianças e, à tarde, por um funcionário do Abrigo.

Foi criando uma rotina de cuidado com a horta, onde cada criança ficou responsável com uma determinada tarefada diária. O trabalho em conjunto foi realizado na colheita, e nos procedimentos pedagógicos como a confecção das placas de identificação, verificação da quantidade de tomates, cebolas, pimentão... que ia sendo colhido pesado e agrupados por tipo no espaço ao lado dos demais.

A finalização das atividades foi denominada dia "D", que foi o dia da colheita final, boa parte da horta ficou no abrigo, mas pode-se doar um pouco em forma de pequenos quites para os funcionários e vizinhos da instituição.

ISSN 2316-8021

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da construção, propriamente dita, das hortas pedagógicas pela discente do Curso Superior de Pedagogia da Faculdade de Ensino Regional Alternativa FERA , foram iniciadas as ações estratégicas, e de cunho pedagógico, que envolviam a discente Sineide dos Santos Barros do Curso de Pedagogia e sua orientadora Susanne Messias de Farias, as Crianças do abrigo e os funcionários envolvidos: Cuidador Social, cozinheira e Vigilante.

De acordo com Fiorotti et al. (2011), atividades dessa natureza com discentes nas séries iniciais possibilitam o contato direto dos alunos com a terra, haja vista que eles preparam o solo, conhecem e associam os ciclos das hortaliças desde a semeadura até á colheita, além do que despertaram o senso de responsabilidade, a divisão comunitária das tarefas, respeito ao próximo e à natureza.

Num processo interdisciplinar, de acordo com Philippi Junior (2000), é importante que haja a união, a participação, o espírito de grupo, o engajamento, a comunicação e a ação. A interdisciplinaridade tem como estratégia a união de diferentes disciplinas em busca da compreensão e da resolução de um problema. Nesse âmbito, as diversas disciplinas não precisam se afastar de seus conceitos e métodos para contribuir com um projeto ou com a solução de algum problema.

No âmbito das relações da interdisciplinaridade, foram envolvidas as disciplinas Matemática (nas competências de cálculo sobre peso e quantidade), Ciências (preservação e meio ambiente, contivo das hortaliças, higiene e manipulação e consumo das hortaliças), Português (ortografia, construção das palavras) Artes (pintura e desenhos nas paredes).

TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS

Oficinas culinárias com alimentos procedentes da horta. Pela manhã uma das crianças ficou responsável para colher o que era necessário para a complementação da alimentação daquele dia, atendendo ao pedido da cozinheira. E assim ia sendo criando saladas criativas cruas e cozidas, feitas pelas crianças enriquecendo o cardápio e incentivando uma alimentação saudável.

Utilização de ervas medicinal como instrumento de alfabetização e letramento, cada erva plantada foi identificado com uma plaquinha feita pelas crianças que posteriormente liam e reliam o que estava escrito em especial os pequenos que ainda estavam no processo de alfabetização inicial.

O material didático com as atividades algumas vezes foi digitado e confeccionadas fotocopias das mesmas. Outros materiais didáticos utilizados foram: revistas, livros de literatura, caixinha de som, tesoura, cola, cartolinas, papel A4, lápis de cor, lápis, borracha, folhas de árvores.

Os benefícios da horta pedagógica para o abrigo Maria das Neves Borges. Uns dos principais interesses com esse trabalho foi o trabalho em grupo e diminuir o tedio e a ociosidade como também atribuir responsabilidades e valores a crianças que passaram e passam por vulnerabilidade social.

A estrutura física utilizada para execução das atividades foi o espaço externo da instituição onde se localiza as hortas. As atividades aconteciam geralmente duas vezes por semana, os Sábados com as crianças, com duração de 1h e nos plantões da Susanne, durante todo o dia.com todas as crianças do abrigo. Nem sempre todas as crianças participavam, as vezes por desinteresse outras por quererem fazer outras cosias, mas o chamado acontecia e quase sempre todos participavam da atividade sendo um momento de interação e troca de saberes para com todos.

As atribuições de cuidado com a horta foi salientado sutilmente para que não gerasse nenhum tipo de desconforto, visto a dificuldade de seguir regras apresentado pelas crianças, mesmo assim foi algo inevitável, pois a atribuição de valor e responsabilidade destinada a cada criança no momento solicitado nem sempre era bem vista.

A dispersão, a vontade do não fazer foi algo constante, e isso requer um pouco mais de efetivação no processo. A imposição gerou mais resultado do que pedir com gentilizada e amorosidade. De acordo com o autor:

Afirma que em colaboração a criança sempre pode fazer mais do que sozinha. No entanto, cabe acrescentar: não infinitamente mais, porém só em determinados limites, rigorosamente determinados pelo estado do seu desenvolvimento e pelas suas potencialidades intelectuais. Em colaboração, a criança se revela mais forte e mais inteligente que trabalhando sozinha (VIGOTSKI, 2000, p. 329).

Alain Renaut 2012 busca reconstituir o processo de modernização das relações com a criança, tomando como fio condutor as representações de infância e educação difundidas pelos pensadores que mais decisivamente influenciaram o imaginário social e o curso das formulações legais nesse campo. O autor identifica no processo de transformação das formas de se conceber a infância três momentos em que se configuram crises no campo educativo; crises, estas, entendidas como ocasiões em que a educação das crianças tornou-se a tal ponto problemática que se fez inevitável o levantamento de questões acerca de seus meios e de suas finalidades.

Fazendo uma analise da pesquisa Avaliando o processo de interação e engajamento dos indivíduos o método não teve em sua totalidade a assimilação da proposta da pesquisa, por falta de acompanhamento diário em suas atividades.

Leite (1998) discute a dificuldade de aceitação do diferente ao longo da história, observando que se multiplicam os exemplos de discriminação e exclusão “daqueles que não correspondem a um ‘perfil’ definido segundo padrões estéticos e culturais preestabelecidos”.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a falta de acompanhamento diário das atividades com a horta contribuiu para a sua não compreensão na totalidade da proposta pedagógica, deixando a desejar neste aspecto. O tempo destinado a atividade com a horta não foram suficientes para se criar uma rotina eficaz que mostrasse na sua totalidade a importância do trabalho em grupo, responsabilidades e deveres. No período proximamente de 3 meses de pesquisa. Não foi viável acontecer todos os dias por fatores externos sendo realizados apenas aos sábados e nos plantões da professora Susanne, mesmo sendo todo o dia do plantão faltou o acompanhamento durante os demais dias.

Pode-se observar uma evolução na resolução das tarefas com os pequenos, pois foram quem mais participou das atividades, a curiosidade e vontade de estar presente nos momentos de atividades com a horta foi predominante. Foi perceptível também a estrutura oferecida adequada para a aplicação da pesquisa e desenvolvimento das atividades. Foi notório também e vale salientar a participação maior das crianças menores, em relação as maiores, sendo um nível de 80% para os menores e apenas 20% para os maiores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Arapiraca, que por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social apoiou e acreditou na proposta. Agradecemos também aos trabalhadores as crianças do abrigo e a todas as pessoas envolvidas que estiveram direta ou indiretamente com o Projeto.

Os meus (mais) sinceros agradecimentos... A minha orientadora Professora Susanne Messias, pela confiança que depositou em mim desde o primeiro momento e por me ajudar a ser cada vez melhor. Aos meus pais que me aporiam desde o primeiro momento Cicera Barros e Leonardo Barros. Ao meu amigo Leandro Silva e sua mãe que me ajudaram muito com as mudas e indicação e doação das mesmas, a minha prima Janyele que dedicou um pouco do seu tempo em me ajudar no transporte das mudas, a todos do grupo de estudos da Pedagogia Hospitalar da

Faculdade FERA, que viu nascer esse sonho e sempre esteve presente na idealização do mesmo são amigos que trago no meu coração…e que nunca, em tempo algum, serão esquecidos.

REFERÊNCIAS

1. LOUREIRO, Carlos Frederico B. "Educar, participar e transformar em educação ambiental." *Revista Brasileira de Educação Ambiental, 0* (2004): 13-20.
2. da Costa Lima, Gustavo Ferreira. "VIOLÊNCIA E MEIO AMBIENTE: PODE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTRIBUIR PARA A PAZ E A SUSTENTABILIDADE?."
3. Souza, Renivaldo Santos de. "O psicopedagogo e os problemas de aprendizagem na infância." (2013).
4. FONSECA, VALÉRIA LEME. "CORPOREIDADE ADOECIDA: OS EFEITOS PSICOSSOMÁTICOS NA REALIDADE DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO–2012 A 2017." (2019).
5. Gonçalves, Renata Vendramini, and Ana Marta Ribeiro Machado. "AVALIAÇÃO CRÍTICA, FEITA PELOS GERADORES, DO MATERIAL EDUCATIVO DESENVOLVIDO PARA AUXILIAR NO PROGRAMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS DA UFSCAR."
6. Cavalcante, Lília Iêda Chaves, Celina Maria Colino Magalhães, and Fernando Augusto Ramos Pontes. "Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica." *Ciência & Saúde Coletiva* 14 (2009): 615-625.
7. DOS SANTOS, Erika Cordeiro de Albuquerque; LIMA, Silva. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e adolescentes.
8. SILVA, A. P. Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária–Fazendo Valer um Direito.
9. CONZATTI, Rosemara; MOSMANN, Clarisse. Resiliência em crianças acolhidas: suas percepções sobre as adversidades. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 2, p. 352-377, 2015.
10. DE OLIVEIRA, Maria Helena. A infância institucionalizada e as dificuldades de aprendizagem: Uma revisão de literatura. 2016.
11. DOS SANTOS, Maria Jeane Dantas et al. Horta escolar agroecológica: Incentivadora da aprendizagem e de mudanças de hábitos alimentares no ensino fundamental. **HOLOS**, v. 4, p. 278-290, 2014.
12. CUNHA, Simone Silva; AURNHEIMER, Rita de Cassia Martins. A gestão de resíduos sólidos a partir de práticas ecopedagógicas no cotidiano escolar. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EV ENCONTRO NORDESTINO DE BIOGEOGRAFIA, 2013.
13. DA SILVA, Mário José Van Thienen; GASPAR, Alberto. Aulas de Física Apoiadas por Recursos Virtuais: um projeto de alfabetização em ciências e digital no Ensino Médio.
14. LIMA, MARIA DO SOCORRO PEREIRA. INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E CRIANÇA: UM ESTUDO HISTÓRICO-LITERÁRIO NAS OBRAS SERÕES DA MÃE PRETA E CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA (1897. 2015.
15. SANTOS, Mirela Figueiredo. **Com a palavra o adolescente: resignificando trajetórias de risco num espaço de fronteiras. Uma Experiência em Educação para a Saúde**. 2000. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Instituto de Saúde Coletiva da UFBa.

ISSN 2316-8021

Uma abordagem linguística na contemporaneidade e suas divergências no ensino para alunos da escola do campo

A linguistic approach in contemporaneity and its divergences in teaching for rural school students

Juliana Araújo Silva de Oliveira[1] Maria Aparecida Ferro de Araújo[2]

[1](IFAL) Estudante de Letras – E-mail:jullybick@hotmail.com; [2](IFAL) Estudante de Letras – E-mail:mariaaaparecidaferroaraujo@gmail.com

RESUMO: É fundamental distinguir as correntes essenciais para o estudo de linguística: normativa, funcional, descritiva e gerativa. Enquanto algumas estão voltadas principalmente para o estudo da língua em si; outras têm o papel de verificar o modo como a língua está sendo usada em seu dia-a-dia, aceitando-se o fato de que a língua é dinâmica e está sujeita a variações. A gramática na escola é considerada um entrave pela grande maioria dos alunos. O desafio de ensinar gramática sempre fez parte do dia-a-dia de sala de aula do professor de português. Além disso, grande parte tanto de professores quanto de alunos tem dificuldade para compreender o que é gramática. As regras impostas pela gramática têm como objetivo a norma culta e estas não podem ser direcionadas à fala da mesma maneira que à escrita. O papel do professor nesse processo de aprendizagem é de suma importância, se faz necessário que o mesmo tenha certo domínio sobre a temática para que consiga de forma mais dinâmica, desmitificar esse tipo de raciocínio, demonstrando que a fala apesar de aceitar variações a escrita não as permitem e que não existem usos linguisticamente mais certos de que outros, mas explicando a necessidade de seu uso em algumas situações. Realizar um projeto de intervenção na escola é um dos pontos que vai discorrer melhor a temática da atuação da linguística na Escola Estadual Muniz Falcão, localizada no município de Cacimbinhas, através das práticas que serão desenvolvidas no projeto.

PALAVRAS-CHAVE: gramática; fala; escrita.

ABSTRACT: It is essential to distinguish the essential currents for the study of linguistics: normative, functional, descriptive and generative. While some are mainly concerned with the study of the language itself; others have the role of verifying how the language is being used in their day-to-day lives, accepting the fact that the language is dynamic and subject to variations. Grammar at school is considered the terror of the vast majority of students. The challenge of teaching grammar has always been part of the classroom of the Portuguese teacher. In addition, a large proportion of both teachers and students find it difficult to understand grammar. The rules imposed by grammar aim at the cultured norm and these cannot be directed to speech in the same way as to writing. The teacher's role in this learning process is of paramount importance, it is necessary that he has a certain mastery over the theme so that he can more dynamically demystify this type of reasoning, demonstrating that speech despite accepting variations in writing does not allow them and that there are no linguistically more certain uses than others, but explaining the need for their use in some situations. Carrying out an intervention project at school is one of the points that will better discuss the theme of linguistics at the Muniz Falcão State School, located in the municipality of Cacimbinhas, through the practices that will be developed in the project.

KEYWORDS: grammar; speech; writing.

ISSN 2316-8021

OBJETIVOS

GERAL:

- Identificar as problemáticas enfrentadas por professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem da linguística gramatical e suas implicações nas interações sociais;

ESPECÍFICOS:

- Investigar os diferentes conceitos de gramática nos estudos lingüísticos especificadamente quando direcionados as escolas do campo e o perfil de aprendizagem desses educandos;
- Estudar as formas de ensino-aprendizagem da Linguística Aplicada, em foco a gramática e propor uma didática mais eficiente no processo de leitura e escrita;
- Propor formatos de atividades que despertem o senso-crítico dos educandos a compreenderem de uma melhor forma os diferentes tipos dos gêneros textuais;

JUSTIFICATIVA

Com o aparecimento de novos conceitos lingüísticos brasileiros como Bagno e Bortoni Ricardo que tiveram inferência em um ensino voltado para a lingüística educacional, a partir desse meio surgiu à vontade de realizar um estudo sobre o Ensino de Português nas Escolas do Campo? Assim, o Programa de Pós- Graduação de Sustentabilidade em Educação do Campo, pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL despertou esse olhar para desenvolver um trabalho de conclusão de curso voltado para um Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola através do Programa, ao focalizar a variação linguística como objeto desse artigo, o presente estudo busca mostrar as divergências da Língua Portuguesa em relação ao Português padrão e o Português não padrão, no sentido de fazer com que o educandos que estão nas escolas do campo obtenha a língua padrão para se integrar e interagir no mundo da cultura letrada, sem que perca o vínculo com suas raízes socio-históricas e culturais.

Este projeto justifica-se pela necessidade de desmitificar essa poda exagerada e punitiva em algumas instituições que podendo valer-se dessa gama de possibilidades oportunizadas pela utilização das TICs e da internet para o processo educacional acabam excluindo os benefícios dessas tecnologias para o desenvolvimento, lógico, educacional e cognitivo do educando.

O fato do educando não estar adaptado com a interação social através da tecnologia perde o foco na educação. O olhar diferenciado para essas inovações provavelmente vai suscitar a superação de problemas de aprendizado e de formação do professor.

A utilização dessas ferramentas a favor do aluno poderá contribuir com o interesse em aprender, favorecendo abordagens mais criativas e colaborativas para a sala de aula, pois estará utilizando as ferramentas que para eles até então só serviam como um meio de comunicação e lazer. Podemos afirmar esse posicionamento com a fala do teórico Rojo, que afirma:

A abertura desse processo multimodal permitirá ainda ao aluno, negociar uma crescente variedade de linguagens e discursos: Interagir com outras línguas e linguagens, interpretando ou traduzindo, criando dialetos, acentos, discursos, estilos e registros presentes da vida cotidiana. (ROJO, 2013. p. 17).

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade relatar o resultado do trabalho desenvolvido junto aos educandos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II da Escola Estadual Muniz Falcão, localizada no Município de Cacimbinhas, através do Programa de Pós- Graduação em Educação do Campo. O presente artigo discutirá reflexões sobre as práticas de ensino de língua portuguesa na Escola do Campo, onde os educandos possuem uma linguagem própria de sua comunidade rural, apresentam

dificuldades na língua padrão que é ensinada pela escola; além disso, ocorre também a interferência da fala na escrita, em que os mesmos escrevem reproduzindo sua variedade linguística, isto é, como falam. Isso tudo favorece o desenvolvimento do preconceito linguístico, pois os mesmos são estigmatizados por não ter competência do domínio do falar urbano.

No decorrer do trabalho iremos partir do pressuposto de que a supervalorização do ensino de gramática normativa colabora para uma concepção superficial e preconceituosa da variação linguística, diminuindo, assim, o espaço para a oralidade nas aulas de língua materna. Diante disso, tende-se trabalhar o projeto voltado para a aquisição da norma padrão nas modalidades oral e escrita, assumindo uma pedagogia culturalmente sensível e uma perspectiva sociolinguística aliada aos novos conceitos de letramento. Nosso trabalho visa garantir, dessa forma, a interação dos educandos do meio rural com as demais classes sociais do meio urbano, fazendo parte do mundo da cultura letrada em todos os aspectos sociais, culturais e políticos, sem que ele perca suas raízes, respeitando seus saberes, sua identidade linguística e cultural.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa utilizaremos as definições de pesquisa qualitativa na categoria de pesquisa-ação, através de uma proposta de intervenção na escola. A definição adotada para este artigo parte da compreensão de ZOOZOLI (2006). A autora define a utilização da pesquisa-ação como sendo uma prática de pesquisa científica e contínua. A partir da análise "trata-se de pesquisas nas quais há uma ação deliberada de transformação da realidade; pesquisas que têm um duplo objetivo: transformar a realidade e produzir conhecimentos relativos a essas transformações".

Considerando os diversos viés em que a pesquisa-ação pode ser inserida é preciso reconhecer que o envolvimento direto com a situação estudada e com os sujeitos inseridos nessa situação ainda não é suficiente (ZOOZOLI, 2006. P. 134. In LEFFA) isso ocorre, pois, a mera inserção de tecnologia em sala de aula não garante sua eficiência em práticas de aprendizagens. A inserção deve corroborar para a transformação dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Essa transformação deve partir de uma necessidade individual que atende ao coletivo. Possibilitando aos envolvidos uma ressignificação para o uso e prática de linguagens -TICs em Sala de aula de língua materna, tornando-se sujeitos responsivos ativos frente às diversas transformações sociais que transpassam a educação.

Acresce a isso as seguintes atividades metodológicas:

1. Leitura e fichamento dos textos teóricos fundamentais que tratem da importância da dos letramentos digitais para o ensino e aprendizagem de línguas;
2. Seleção e organização do corpus de analise dos professores através da observação, entrevistas e da ação;
3. Aplicação da analise da pesquisa, com base em critérios de relevância e comprovação dos objetivos propostos;
4. Devolução dos trabalhos que foram produzidos pelos educandos durante o processo;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Linguística Aplicada (LA) vem sendo cada vez mais discutida e estudada em vista do seu crescimento gradativo fazendo-se presente a sua importância nos meios comunicativos. Diante desse pressuposto, a proposta do projeto para atuação da Pós- graduação em educação do campo voltada na área de linguística da Universidade Estadual de Alagoas baseia-se na articulação conceitual entre língua, sujeito, texto e suas concepções, como representação do pensamento, estrutura e atividade de interação.

Atualmente apareceram trabalhos de linguistas brasileiros interessados em procurar um instrumental pedagógico para intervir nos modelos de ensino da Língua Portuguesa nas escolas, ou

seja, estender um ensino voltado para a educação linguística, distinguindo-se neste panorama os estudiosos Bagno e Bortoni-Ricardo.

A concepção de língua como representação de pensamento, para Koch (2003), "à concepção de língua como representação do pensamento corresponde a de sujeito psicológico, individual, dono de sua vontade e de suas ações". Ela vê o sujeito como detentor de suas ações, "o texto é visto como um produto – lógico – do pensamento (...) do autor, nada mais cabendo ao leitor/ouvinte senão "captar" essa representação mental, juntamente com as intenções (psicológicas) do produtor, exercendo, pois, um papel essencialmente passivo" (p. 16).

Bortoni-Ricardo (2009) pesquisa, a partir de teorias da sociolinguística, a cultura específica dos migrantes de origem rural, as relações com as redes sociais e a língua. A teoria focaliza os milhões de brasileiros, falantes das variedades lingüísticas desprestigiadas, que sofrem há muito tempo o abandono e descaso das ações políticas quanto à educação formal e que de fato constituem a maioria da nossa população, incluindo-se em seu bojo os analfabetos plenos e funcionais, vítimas da negligência política. Educandos pertencentes a classes sociais menos favorecidas são as maiores vítimas de um círculo vicioso, por não apresentarem o letramento do modelo escolar e o domínio da língua padrão que lhes possibilitaria o acesso à cultura de prestígio, assim contribui com o desenvolvimento das ferramentas para um posicionamento crítico e protagonista, de transformação do mundo social.

Na concepção do teórico Bagno (2008) nos mostra que não existe um jeito certo ou errado de falar, porém as denominamos como heranças linguísticas. Este pensamento é compartilhado pelo autor Bortoni-Ricardo (2009) que nos diz que estamos diante de diferenças e não de erros, ou seja, noção de "erro" nada tem de linguística. Logo, diante do ponto de vista linguístico, o erro não existe, o que existe são formas diferentes de usar os recursos potencialmente presentes na própria língua. **Assim, a relação linguística restringe-se a um ato racional, não afetado pelo outro sujeito nem pelas circunstâncias em que a interação discursiva, de caráter social, acontece. O texto é apenas uma expressão articulada, organizada de criação lógica e individual, por isso deve seguir normas pré-estabelecidas e convencionais da linguagem.**

Além disso, a **língua** é considerada como um sistema de normas, acabado, fechado, abstrato e sem interferência do social, dando ênfase a forma padronizada ou culta, considerando todas as outras formas de uso da língua.

> A concepção da língua como estrutura (concepção formal), conforme a concepção, Koch (2002:14) destaca que a noção de sujeito "corresponde a de sujeito determinado, assujeitado pelo sistema, caracterizado por uma espécie de "não-consciência". Para ela, "o texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez codificado, é totalmente explícito." (p. 16).

Assim, o leitor/ouvinte também assume, nessa concepção, um papel passivo, visto que a informação deve ser decodificada baseando-se apenas na estrutura da mensagem.

A língua é um sistema organizado de signos, utilizada pelos membros de uma dada comunidade. Privilegiam-se os signos, combinados através de regras convencionais o que possibilita ao emissor transmitir certa mensagem ao receptor não considerando os fenômenos extralinguísticos. Apenas é necessário que tanto o emissor quanto o receptor conheçam e dominem esse código.

Segundo Koch (2003), a concepção de linguagem como forma (lugar) de ação ou interação, "é aquela que encara a linguagem como atividade, como forma de ação e a ação inter-individual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade

a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e ou comportamentos."

Em relação aos sujeitos, ela coloca (2002: 15) "os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais". Portanto eles são atores e essenciais nas representações interacionais comunicativas. Já quando se refere à concepção de texto e de sentido de um texto, ela destaca que "(...) o texto passa a ser considerado o próprio lugar de interação (...). Desta forma, há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente identificáveis quando se tem como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação. (...)" Assim, o texto é uma atividade interativa complexa de produção de sentidos, realizado com base nos elementos linguísticos presentes em sua estrutura e organização no evento comunicativo.

Isso implica dizer que o indivíduo ao usar a língua não somente traduz e exterioriza um pensamento ou transmite informações a outrem, mas sim realiza ações, age, atua sobre o ouvinte/leitor. Nesse enfoque, a linguagem é tratada como interação humana, em que se constituem as relações sociais através do dialogismo.

O uso da língua é estudado em situações concretas de interação, percebendo as diferenças de sentido entre uma forma de expressão e outra. Nessa percepção, a língua é reflexo das relações sociais, ou seja, o enunciador constrói o seu discurso levando em consideração as suas necessidades enunciativas concretas. Para isso, ele escolhe formas a fim de que seu discurso retrate um dado contexto e seja adequado a ele, considera o seu interlocutor na construção de seu discurso e, assim, atinja o objetivo pretendido: a compreensão.

De acordo com Bagno (2008), a língua modifica com o passar do tempo e altera de acordo com o espaço, denominado de domínio social os três ambientes onde o educando inicia o desenvolvimento social, família, amigos e escola. O domínio social é um espaço físico, onde há um processo de interação humana, no qual há também interação entre as pessoas que assumem cada uma o seu papel social.

As modificações que acontecem do espaço físico, ou seja, do domínio do lar para o ambiente escolar é uma passagem de uma cultura oral, com a qual os educandos estão familiarizados, para a cultura da escrita, que leva o nome de cultura de letramento, apresentando dificuldades, quando direcionadas a escrita padrão. E no caso dos educandos de classes sociais subalternas, especificamente os educandos das escolas do campo, o problema é maior, na medida em que eles não utilizam, mesmo na modalidade oral, a variedade linguística padrão, mas uma variedade estigmatizada e denominada de "caipira". Nessa perspectiva, destaca-se que:

> Toda criança, jovem ou adulto, ao chegar à escola, já é um usuáriocompetente de sua língua materna, mas tem de ampliar a gama de seusrecursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, quedefinem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefacomunicativa, a cada tipo de interação. Os usos da língua são práticassociais e muitas delas são extremamente especializadas, isto é, exigemvocabulário específico e formações sintáticas que estão abonadas nasgramáticas normativas. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75)

Para Bakhtin (1997:95), "(...) na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com o sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular". Esse fenômeno é caracterizado por Bakhtin como interação verbal, cuja realidade fundamental é o seu caráter dialógico, em meio às diferentes relações que se estabelecem historicamente em nível sociocultural. Podemos definir algumas características que são apresentadas na gramática, por exemplo, internalizada, normativa, estruturalista, disciplina escolar, livro, descritiva, gerativa e funcional.

O letramento descreve às práticas sociais de uso da escrita, em situações específicas, de acordo com os diferentes contextos socioculturais das comunidades envolvidas, nesse sentindo, o ambiente escolar deveria propor atividades igualmente significativas de leitura e escrita das quais os educandos participassem como cidadãos. Estas atividades estariam inseridas em práticas de letramento realizadas na vida social. Para desenvolver essas atividades, a escola precisaria assumir uma pedagogia de projetos de letramento, ou seja, a implementação de um projeto de letramento vai além de quadro de giz e conteúdos tradicionais.

Nessa perspectiva o docente tem que conhecer o perfil do seu alunado, reconhecer os seus interesses, bem como estimular aos educandos o que eles almejam no conhecimento, dessa forma o docente tenta buscar dados e informações para atingir esse conhecimento e alcançar as metas desse projeto, desenvolvendo métodos de aprendizagem e estratégias de apropriação a novos saberes. Busca-se a real vinculação entre sociedade e escola de modo que o trabalho com a escrita não apenas inicie e acabe na sala de aula, mas que puxe implicações para a vida do educando fora do ambiente escolar. Assim, os docentes têm que pensar com criticidade, e pensar qual a finalidade de formação que queremos formar os educandos? É necessário transformações para o método de ensino, uma opção de ressignificação do processo de ensino-aprendizagem, do fazer docente e discente.

O desafio de ensinar gramática sempre fez parte do dia-a-dia de sala de aula do professor de português. Além disso, grande parte dos professores quanto de alunos tem dificuldade para compreender o que é gramática. Segundo Antunes (2009, p.85), "não existe língua sem gramática nem existe gramática fora dela". Para explicar essa sua fala, ele apresenta cinco aspectos para o termo gramática:

Primeiro, a gramática internalizada é tipo de gramática corresponde ao saber intuitivo que todo falante tem de sua própria língua, mesmo sem nunca ter frequentado à escola. É o conhecimento gramatical aprendido e apreendido no convívio familiar e nos primeiros grupos sociais com que a criança tem contato. Esse conhecimento é o bastante para que o falante se comunique em sua comunidade.

Ao observar uma criança, mesmo com pouca idade, percebe-se que ela consegue se comunicar, apesar de ela não organizar suas frases de maneira coesa. É comum ouvir frase do tipo: "Mamãe, eu **podo** brincar." Para um adulto pode não ter coerência, mas percebe-se a estrutura lógica, pois quando ela usa podo, ela utiliza a conjugação do presente do indicativo de verbo poder como se esse verbo fosse regular. Então, na criança, a conjugação verbal segue uma padronização e, para ela, estabelecida de maneira intuitiva.

Segundo, a gramática da norma culta ou gramática normativa é a mais conhecida dentre as gramáticas. É o tipo utilizado para ampliar o conhecimento da gramática apreendido nos usos reais da língua, e fica a escola responsável pelo ensino dela. Esse tipo é o mais preconceituoso, já que passa a ideia de que a língua deve ser utilizada de forma correta, em qualquer situação de fala e escrita, ignorando as variações existentes na língua. O professor deve desmitificar esse tipo de raciocínio, demonstrando que não existem usos linguisticamente mais certos de que outros, mas explicando a necessidade de seu uso em algumas situações. A gramática ensinada em cursinhos, nas escolas ou em qualquer instituição que tem como objetivo o uso desse tipo de linguagem formal é um exemplo de gramática culta.

Terceiro, a "Gramática gerativa", "gramática estruturalista", "gramática funcionalista" ou "gramática tradicional" essa concepção de gramática a institui como um sistema de regras direcionadas para o estudo linguístico. Por ter um caráter científico, são usadas para a elaboração investigativa das línguas.

Enquanto algumas estão voltadas principalmente para o estudo da língua em si; outras têm o papel de verificar o modo como a língua está sendo usada em seu dia-a-dia, aceitando-se o fato de que a língua é dinâmica e está sujeita a variações. Para os estudiosos desse campo importante é a interação verbal, já que é por meio dessa interação que se conhece a relação interacional entre os indivíduos, estabelecendo o ato de comunicação entre eles. Essa concepção é encontrada na maioria dos livros didáticos de gramática, além da norma culta, destacam-se as

variações encontradas em literaturas mais tradicionais e exemplos encontrados em livros de autores que privilegiam as variações discursivas mais contemporâneas.

Já a gramática como disciplina escolar é contemplada e obrigatória na grade curricular de qualquer curso institucionalizado. É regida por um conjunto de regras destacadas em nossa organização e política educacional. Dentre essas regras, podem-se citar as metodologias para o ensino dessa disciplina determinadas pela nossa LDB, BNCC e RecAL, algumas vezes, pela comunidade escolar que prioriza o que, além da norma culta, deve ser considerado.

A gramática na escola é considerada um entrave pela grande maioria dos alunos. Para diminuir essa aversão, procuram aumentar a carga horária dessa disciplina e separam-na das aulas de literatura e redação, como se pudesse acontecer o ensino dessa disciplina fora do contexto de leitura e produção de texto.

No entanto, a gramática como um livro didático se apresenta numa percepção descritiva-normativa da língua, tornando-se ora mais descritiva, ora mais prescritiva. Num livro vários aspectos da língua podem ser considerados, tais quais, a escrita, a oralidade, as duas paralelamente; a língua descontextualizada dos seus usos reais ou, o contrário, nas situações sociais de comunicação; a sua variação; a rigidez de algumas de suas regras.

Segundo Antunes (2004) apud Souto, "a grande maioria das pessoas observa língua e gramática como a mesma coisa, ou seja, que a língua é constituída apenas por um único componente: a gramática, e esquece que a língua, por ser uma atividade interativa, direcionada para a comunicação social, supõe outro componente além da gramática, que é o léxico conjunto de palavras que existe numa língua e, além disso, o uso da língua está sujeito a diferentes tipos de regras e normas, sejam regras de textualização ou normas sociais de atuação."

Diferentemente da Gramática Descritiva, pois a definição é muito parecida com a da gramática normativa, podendo ser confundidas. A visão da gramática descritiva é a de explicar como a língua é falada, o ponto chave da diferenciação entre a gramática normativa. De acordo com Possenti (2004, p.65), gramática normativa é conjunto de regras que devem ser seguidas. Já a gramática descritiva é o conjunto de regras que são seguidas.

Ainda conforme Possenti (2004, p.66), alguns exemplos de diferenças entre o que se espera da gramática normativa e o que revela uma gramática descritiva:

a) as segundas pessoas do plural que são encontradas nas gramáticas desapareceram. Na verdade, desapareceu tanto o pronome quanto a forma verbal. O vós passou a serem vocês e o fostes, no caso da forma verbal, passou a ser foram – ficando: vós fostes e vocês foram.

b) os futuros sintéticos praticamente não são mais ouvidos, apesar de serem utilizados na escrita. Na oralidade, o futuro é expresso por uma locução verbal: vou sair, vou cantar... e não mais pela forma sintética: sairei, cantarei. O mesmo pode ser dito do pretérito mais-que-perfeito, que, apesar de ainda ser ensinado nas escolas, não é mais usado na oralidade. O fora cantara são expressos por tinha ido, tinha cantado.

c) o infinitivo perdeu a sua marca. As pessoas, na oralidade (é sempre bom ressaltar), não usam mais o "r"; dormir passou a ser dormi, com um "i" mais prolongado, como se estivesse acentuado.

d) as formas de terceira pessoa em posição de objeto direto "o/a/os/as" também não se ouvem mais; ocorrem eventualmente na escrita. Foram substituídas por ele/ela/eles/elas, apesar de parecer um escândalo a certos ouvidos. O mesmo ocorre com a forma "lhe(s)" a qual agora funciona como objeto direto, alternando com a sua função de objeto indireto, sendo substituídas, na maioria das vezes, por "a/para ele ou a/para ela".

e) o pronome "nós" foi substituído por "a gente", tanto na fala, o que é mais comum, quanto na escrita.

Com esses exemplos ficou mais nítido o conceito de gramática descritiva, quando se fala em gramática do uso da língua. Percebe-se que as regras impostas pela gramática normativa não podem ser direcionada à fala da mesma maneira que à escrita. A fala aceita variações e a escrita não. A gramática descritiva, de acordo com Antunes (2004, p.33), não foca elementos estruturais da língua e sim hipóteses do uso considerado padrão, ou ainda uma língua, que ao invés de ser usada em situações soltas e descontextualizadas, segue uma linha contextualizada e de uso real.

Vieira e Brandão (2007, p.15) classificam a gramática descritiva como sendo aquela que "pretende depreender o sistema de uma língua, através do estabelecimento de unidades no interior de cada sistema e de suas relações opositivas", ou seja, a língua deve ser estudada como ela é e não somente através de sua estrutura, deve ser vista de forma heterogênea tanto na fala quanto na escrita, sem descartar, mas adaptando, as regras de uso.

Houaiss (2004), em seu dicionário, segue a mesma linha de Vieira e Brandão, quando da rubrica – lingüística estrutural: Descrição sincrônica de uma língua fundamentada nos postulados do estruturalismo, e que adota a concepção de língua como um sistema em que todos os elementos são interligados e interdependentes e a noção de oposição.

Quando da rubrica – linguística, Houaiss segue a mesma concepção de Possenti: descrição sincrônica, rigorosa, objetiva e completa (abarcando a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica) de qualquer das variantes de uma língua, sem pré-julgamentos quanto à correção gramatical, a partir de um corpus de enunciados produzidos espontaneamente por falantes nativos.

Também conhecida como gramática gerativista, é aquela em que se constitui um sistema de regras direcionadas para a competência linguística. Idealizada por Noam Chomsky, essa gramática retrata o conhecimento mentalizado que os falantes possuem da língua, uma competência linguística.

Para entender melhor o que é a gramática gerativa é interessante saber o que é competência linguística:

> Na ótica de Chomsky, competência lingüística é a capacidade que o falante tem de a partir de um número finito de regras, produzir um número infinito de frases.[...] Passou-se, então, a pesquisar o que faz com que o texto seja um texto, isto é, quais os elementos responsáveis pela textualidade. [...] para os gerativistas todos os povos humanos, desenvolvem a linguagem, portanto, deve haver algo que na mente humana que torna possível tal capacidade ou faculdade. [...] segundo os gerativistas a língua é um sistema de conhecimentos mentais, a competência é o conhecimento que o falante possui e a gramática consiste em um dicionário mental. Chomsky apud Raposo (1992) afirma que "um falante-ouvinte-ideal", situado numa comunidade lingüística completamente homogênea, que conhece a sua língua perfeitamente. E que aplicar seu conhecimento da língua numa performance afetiva, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes, tais como: limitações da memória, distorções, desvios de atenção e interesses e erros. (adaptado)

Tal concepção seria perfeita se aplicável. Não existe um falante tão ideal, assim como não existe uma comunidade homogênea. Diante do conceito de competência lingüística, pode-se afirmar que de todas as concepções gramaticais apresentadas até agora, essa é a mais próxima da oralidade, pois valoriza a gramática internalizada, aquela que parte do principio de que o falante nasce com conhecimentos gramaticais mínimos.

A gramática gerativa, ainda na visão de Chomsky, é dividida em dois grupos: A Gramática Universal, aquela que está presente em todas as línguas e remete-se ao estado zero da mente e é comum a qualquer pessoa. Englobam-se nesse conceito as propriedades da semântica, sintaxe e morfologia. A Gramática Particular, a qual se utiliza da gramática universal e também das características próprias de cada língua. Os elementos da língua fazem parte da gramática universal, já a forma e ordem de como esses elementos são organizadas na linguagem fazem parte da gramática particular.

Para ficar mais claro, entende-se que a gramática universal é aquela comum a todos os falantes da língua materna, por exemplo, no Brasil toda a população fala a Língua Portuguesa. A gramática particular é o uso da língua.

Exemplificando gramática gerativa, Antunes (2007 p.26), apresenta o seguinte exemplo:

Uma criança de dois anos e quatro meses, ao ser interrogada se queria falar pelo telefone com a avó, respondeu prontamente:

– Quero

Observa-se que essa criança não disse "queremos", "quis", "querem", nem outra coisa qualquer que não fizesse sentido nessa situação específica. Pelo contrário, usou o verbo no tempo, pessoa, número e modo adequados.

Diante disso, fica nítida a afirmação de que o falante, mesmo não tendo freqüentado a escola e tido noções de gramática, que certamente seriam passadas na terceira ou quarta série do ensino fundamental, ou seja, muito tarde, possui uma base da língua suficiente para a comunicação.

Houaiss define a gramática gerativa da seguinte maneira, quando da rubrica – lingüística: descrição de uma língua que usa regras formalizadas, constituindo um conjunto de instruções inteiramente explícitas e de aplicação mecânica, e que são capazes de gerar todas as frases gramaticais de um língua e nenhuma agramatical.

O papel da gramática funcional é o de verificar o modo como a língua está sendo usada em seu dia-a-dia. Ou seja, se aceita aqui o fato de que a língua é dinâmica e está sujeita a variações. Para os que seguem essa linha o importante é a interação verbal, tendo em vista que é através dela que se conhece a relação interacional entre os indivíduos, fazendo com que fica estabelecida a comunicação entre eles.

Fragoso (2003) propõe algumas características do funcionalismo, observe:

1. A língua é um instrumento de interação social;
2. A principal função da linguagem é mediar a comunicação;
3. A capacidade linguística do falante compreende não só a habilidade de construir e interpretar, mas também de usar tais expressões de maneira apropriada e efetiva;
4. As expressões linguísticas são compreendidas quando consideradas dentro do contexto;
5. Os universais linguísticos são explicados através dos fins de comunicação.

As teorias que norteiam a gramática funcional referem-se, em grande parte, à competência comunicativa, ou seja, a capacidade que o ser tem de se interpretar a situação discursiva de maneira apropriada. "Os universais linguísticos, sob a luz dessa abordagem, se constituem de uma derivação da universalidade dos usos da linguagem nas sociedades humanas." (Fragoso, 2003).

Por fim, está é a base teórica que vem fomentar meu trabalho de ensino na Escola Estadual Muniz Falcão, que propõe aos educandos a criação e o desenvolvimento de uma Mostra Cultural na escola com divulgação para a comunidade escolar.

Desse modo, os educandos deverão pesquisar os conhecimentos sobre a cultura do povo da comunidade em que estão inseridos, bem como, suas crenças, seus costumes, valores e a partir destes dados deverão produzir textos orais e escritos de variados gêneros com trabalhos de apropriação da variedade de Português padrão. Esta é uma forma de trabalhar o ensino de Língua Portuguesa, levando em consideração os estudos contextualizados do letramento associados aos estudos da sociolinguística. Em resumo, a gramática funcional trabalha com a perspectiva da emissão/recepção, isto é, o usuário tem a intenção de emitir a mensagem de tal maneira que o ouvinte consiga entendê-la, decodificá-la e interpretá-la de acordo com a situação discursiva. Sendo assim, é imprescindível estudar os diferentes conceitos de gramática nos estudos linguísticos para alcançar o objetivo maior deste trabalho, o qual pretende identificar as problemáticas enfrentadas por professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem da linguística gramatical

e suas implicações nas interações sociais, a fim de propor ações mais eficientes para o ensino-aprendizagem.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA

O Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola foi exposto para a direção,equipe pedagógica da Escola Estadual Muniz Falcão, bem como falamos da atuação do trabalho como proposta de intervenção, as séries que seriam contempladas, já que foram dois bimestres de duração e a importância do envolvimento de todos nesse trabalho.

A aplicação do Material Didático Pedagógico, a Unidade Didática iniciou-se no primeiro bimestre. Esta primeira parte da Unidade Didática foi distribuída em ciclos. Neste processo, os educandos se apropriaram do gênero notícia, com leitura de vários jornais, notícias e recortes, a descoberta do lead e modelos retirados dos jornais televisivos para posterior simulação de um telejornal. Primeiramente foi preciso realizar esse estudo prévio dos gêneros, para que depois ocorresse à implementação das pesquisas sobre/na comunidade. A cidade de Cacimbinhas é um município considerado de pequeno porte, que atende comunidades rurais, onde a maioria dos educandos moram distantes da escola, portanto, os desafios começaram a aparecer.

De início houve um pouco de resistência ao iniciar a pesquisa por parte dos educandos que moram na zona rural, alegaram não ter moradores próximos e que o lugar era muito parado e disseram não achar nada interessante para escrever, nem um acontecimento que virasse notícia e os da comunidade apontou também não ter razão para escrever, pois não encontravam naquele lugar assunto que daria para escrever uma notícia, nada era interessante. Ninguém trouxe a pesquisa no dia marcado. Diante dessa situação, comecei a fazer alguns apontamentos sobre o lugar, levando-o a refletir sobre os vários aspectos daquela comunidade, desde o aspecto econômico, social, político e cultural, assim no dia seguinte eles trouxeram as notícias e socializamos os textos, alguns alunos contaram os seus textos, e outros que não conseguiram escrever, contaram oralmente. Depois da socialização os educandos ficaram mais entusiasmados, alguns reescreveram seus textos, observando as características dos gêneros e os que oralizaram também escreveram. No momento em que eles redigiam seus textos, chamei atenção em relação às características do gênero notícia e as adequações da variedade não-padrão para a variedade padrão.

Seguimos com a segunda parte do trabalho com a Unidade Didática com o gênero textual reportagem. O procedimento utilizado com este gênero foi o mesmo do gênero notícia, assim os educandos identificaram o gênero e sua característica a partir de recortes de jornais, revistas e vídeos de programas televisivos como Globo Repórter e outros. Adiante foi proposto que implementassem uma pesquisa na comunidade local sobre ervas medicinais e receitas culinárias, tornando-se um desafio ainda maior, porque enquanto coletavam informações das ervas e a busca pelo prato culinário que gerou muita pesquisa na comunidade, envolveram outras pessoas, no entanto, no dia marcado para a socialização, eles apresentaram suas pesquisas oralmente, pois estavam com muita dificuldade para produzir por escrito o texto reportagem.

Constatadas as dificuldades na apresentação recorrente das atividades de escrita, colocamos um tempo maior para nos aprofundarmos sobre o tema e para nos apropriarmos melhor sobre o assunto nos dirigimos ao laboratório de informática para pesquisar mais fontes que esclarecessem melhor os assuntos.

Para colocarmos em prática os trabalhos desenvolvidos, propomos a diretora da escola para realizar uma atividade prática na escola, a qual precisávamos da autorização do uso da cantina para realizar o prato típico daquela comunidade, que era a pamonha feita com a folha da bananeira, assim realizarmos todo o processo de produção e até degustarmos o sabor desse prato típico tão desfrutado pelos educandos e pelos funcionários da escola e alguns pais que se fizeram presente nessa amostra do prato típico da comunidade, perceberam como os educandos estavam motivados e envolvidos na mão de obra, demonstrando muito interesse em aprender algo novo, foi uma prática que ensinou o passo a passo da construção e principalmente enfatizou a importância

de mais um gênero que foi a receita realizada para produção do prato, além das entrevistas e filmagens que foram realizadas pelos educandos durante esse processo.

Agora iniciamos a etapa de produção das reportagens, onde colocamos tudo que foi pesquisado e discutido durante o projeto sobre os pratos típicos pesquisados, assim um tempo maior foi direcionado para essa atividade de produção, após a escrita, houve a atividade de retextualização, transportando os elementos da variedade não padrão local para a norma culta. Para este momento de refacção, foi dedicado um acompanhamento individual, apontando-se, além dos aspectos da variedade não padrão, as características do gênero reportagem, seguido de outros modelos para exemplificar.

Observa-se que temos educandos que vem de famílias carentes e sem estrutura que tiveram uma grande defasagem no ensino das séries iniciais,sendo que, quando chegaram à escola no ensino fundamental, alguns ainda eram semianalfabetos, pois possuíam dificuldade para escrever, ler e interpretar. Ainda oportunizei outros momentos de ensaios diante da câmera, para que na apresentação final, eles já estivessem familiarizados com o texto e a máquina filmadora. Fizemos o processo de retextualização com o pouco que haviam coletado, mas ainda foi necessário e importante transpor os textos da modalidade oral para a escrita, com as necessárias alterações, levando em consideração a norma culta, para que produzíssemos um Jornal e fosse apresentado na escola. Foi um momento rico e bastante proveitoso, eles puderam compreender um pouco dos diferentes tipos textuais de forma prática, mas também conheceram as especificidades de suas culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação deste trabalho deu-se mediante pesquisa bibliográfica, junto com a pesquisa de atuação-intervenção que fundamentou a produção de propostas metodológicas buscando um ensino que considere o uso das diferentes variações linguísticas, porque o mesmo sendo referendadas pelos LDB, BNCC, PCNS e RecAL, ainda não se tornaram realidade em todas as escolas.

É notório constatarmos na sociedade a qual estamos inseridos a vasta diversidade cultural e o que se identifica é o fenômeno de uma mescla linguística, existindo uma intensa variação linguística, agregada a diferentes valores sociais e culturais, sendo por um lado, o Português padrão, que, somente os indivíduos de classes privilegiadas conhecem e fazem uso, e por outro lado, o Português não padrão, utilizado pelo grande grupo da sociedade, como por exemplo, os indivíduos com menor escolaridade, e grupos menos favorecidos, e isso tudo se dissemina no ambiente escolar, porque é lá que se declina a grande desvalorização da cultura linguística dos educandos, que não tem acesso às formas de comunicação e informações da cultura letrada, e além disso, domam uma variedade não padrão da língua portuguesa própria de sua comunidade rural.

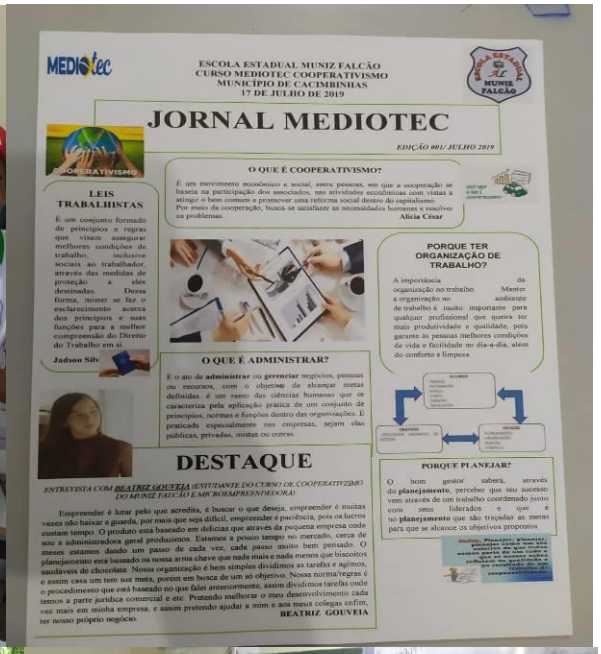
Diante disso, notamos uma intensidade do preconceito lingüístico quando direcionamos para os dialetos rurais, ou seja, as disparidades falas regionais. Assim, ao analisarmos o ambiente escolar, passa a ser um fator determinante e fundamental para mobilização, de acesso à cultura e conhecimento letrado para os educandos do campo, empregando condições para que o educando desenvolva sua competência comunicativa e a use para interagir de modo bem sucedido nos variados contextos sociais.

Seguindo esse pensamento, deu-se a compatibilidade da Produção Didático-Pedagógica com o tema de estudo: Como ensinar o Português padrão aos educandos do campo? Neste sentido, desenvolveu-se uma prática de ensino de língua portuguesa fundamentada nas perspectivas dos estudos contextualizados de letramento associados aos estudos da sociolinguística. Dessa forma, permitiu aos educandos do campo, que se sentiam estigmatizados por possuírem uma linguagem própria de sua cultura local devido a adaptção a língua padrão, ensinada na escola, uma compreensão maior quanto às diferenças da língua portuguesa em relação ao Português padrão e o Português não padrão, fazendo que eles tomassem a língua padrão para melhor se interatuar no mundo ao seu redor, ou seja, com as classes sociais do meio urbano, e garantindo sua inserção no

ISSN 2316-8021

mundo da cultura letrada, sem maiores constrangimentos. Salienta-se que o propósito maior dessa atuação de intervenção metodológica foi levar aos educandos a compreenderem as divergentes variedades linguísticas, através dos estudos dos gêneros textuais, como também empregar de acordo com os inúmeros contextos sóciohistóricos e culturais, superando estigmas e adequando-se da língua padrão sem perder o vínculo com suas raízes, respeitando seus saberes e sua identidade linguística e cultural.

ANEXOS


MEDIStec

ESCOLA ESTADUAL MUNIZ FALCÃO
CURSO MEDIOTEC COOPERATIVISMO
MUNICÍPIO DE CACIMBINHAS
17 DE JULHO DE 2019

JORNAL MEDIOTEC

EDIÇÃO 001/ JULHO 2019

O QUE É COOPERATIVISMO?

LEIS TRABALHISTAS

PORQUE TER ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO?

O QUE É ADMINISTRAR?

DESTAQUE

ENTREVISTA COM BEATRIZ GOUVEIA (ESTUDANTE DO CURSO DE COOPERATIVISMO DO MUNIZ FALCÃO E MICROEMPREENDEDORA)

BEATRIZ GOUVEIA

PORQUE PLANEJAR?

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, Irandé Costa**.** Muito além da gramática: Por um ensino sem pedras no caminho. 1ª Edição. Belo Horizonte: Ed. Parábola, 2007.
2. ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
3. BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. Hucitec: São Paulo, 1997.
4. BAGNO, M. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2008.
5. BORTONI-RICARDO, S.M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
6. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa, Brasília, 1998. KLEIMAN, ANGELA B.. **Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e** escrever? Cefiel/Unicamp & MEC, 2005.
7. CHOMSKY, N. Linguagem e Pensamento. Petrópolis: Vozes limitadas, 1992.
8. FRAGOSO, Luane da Costa Pinto Lins. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades.http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero6/textoluane2.html, disponível em 14/11/2009.
9. HOUAISS DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>.
10. KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
11. POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: ALB: Marcado das Letras, 1997.
12. ROJO, R. BARBOSA, J. P. Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos.
13. São Paulo: Parábola, 2015. ROJO, R. Letramento(s) – Práticas de letramento em diferentes contextos. In: ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.
14. VIEIRA, Silvia Rodrigues. BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo. Contexto, 2007.

ISSN 2316-8021

GT 4.

Ciências biológicas, saúde e suas interfaces

Atenção Farmacêutica aos idosos privados de liberdade
Pharmaceutical Care for the elderly deprived of their liberty

Carolynne Alves Freitas Santos[1]

[1] Estudante de Farmácia; Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde-AESA/Escola Superior de Saúde de Arcoverde-ESSA; Arcoverde, Pernambuco; Brasil. Contato eletrônico: carolynneafs@gmail.com

RESUMO: A saúde é um direito de todos. Essa deve ser uma garantia universal, inclusive no sistema prisional brasileiro. Dentro desse contexto, a saúde do idoso privado de liberdade merece uma atenção maior. A atenção farmacêutica pode contribuir para o bem-estar desse grupo. Para isso, é preciso que as políticas públicas de saúde possam ser efetivas. O objetivo deste trabalho é discutir sobre a atenção farmacêutica aos idosos privados de liberdade em relação ao uso adequado de medicamentos. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. A atuação do farmacêutico no sistema prisional pode contribuir para a garantia do direito à saúde, por isso se mostra importante o debate sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Prisional, Geriatria, Farmacoterapia.

ABSTRACT: Health is everyone's right. This must be a universal guarantee, including in the Brazilian prison system. Within this context, the health of the deprived elderly deserves greater attention. Pharmaceutical care can contribute to the well-being of this group. For that, it is necessary that public health policies can be effective. The aim of this paper is to discuss pharmaceutical care for elderly people deprived of their freedom in relation to the appropriate use of medications. The methodology used was the literature review. The role of the pharmacist in the prison system can contribute to guaranteeing the right to health, which is why the debate on the topic is important.

KEYWORDS: Prison System, Geriatrics, Pharmacotherapy.

INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988): "A saúde é direito de todos e dever do Estado". Para a população carcerária não deveria ser diferente, visto que estes estão sob a custódia do Estado em tempo integral. No entanto, o conceito de direito à saúde, apesar de expresso por lei em específico, deve ser também interpretado como um direito humano, na qual, todos possam ter acesso à saúde sem distinção, sendo que, a população carcerária é enxergada pela ignorância das pessoas como pessoas indignas e não merecedoras de qualquer auxílio, devido estar em condições de cumprimento de pena ou respondendo algum processo criminal.

A Atenção Farmacêutica tem sido de fundamental importância para o avanço das práticas de saúde no Brasil, principalmente no sistema carcerário. Sua atuação tem como finalidade garantir uma farmacoterapia racional e segura, realizando orientação farmacêutica, dispensação, atendimento, acompanhamento e, o mais importante, disponibilizando informações referentes ao uso do medicamento, como: formas de ingerir ou aplicar, o horário da administração do medicamento e possíveis interações. Isso possibilita uma melhoria na qualidade de vida referente a medicamentos e saúde das pessoas privadas de liberdade – PPL, em especial os idosos, visto que são pacientes que apresentam múltiplas patologias e, consequentemente, consomem mais medicamentos, aumentando as chances de erros na administração do medicamento. (BRASIL, 2004; CARVALHO, 2017).

Contudo, é necessário a implantação do serviço de atenção farmacêutica nas penitenciárias para que sejam realizadas ações educativas de saúde junto às PPL, em principal, os idosos usuários

de medicamentos. Apresentamos assim o seguinte problema de pesquisa: como ocorre a atenção farmacêutica aos idosos privados de liberdade em relação ao uso racional de medicamentos? O objetivo desta pesquisa é: discutir sobre a atenção farmacêutica aos idosos privados de liberdade em relação ao uso adequado de medicamentos.

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho foi utilizada a revisão bibliográfica. Conforme Gil (2002), esse tipo de método permite interpretar narrativas e dados já pesquisados. Foram utilizados 3 artigos e 1 dissertação na construção desse trabalho. Para chegarmos a esse número, buscamos no Google Acadêmico trabalhos que se relacionassem com a perspectiva teórica adotada. Assim, apresentamos uma argumentação a partir do que já foi construído, contextualizando a discussão para novas compreensões acerca do trabalho farmacêutico no sistema prisional.

DESENVOLVIMENTO

A Atenção Farmacêutica no sistema carcerário é um dos componentes das estratégias de atenção à saúde, sendo responsável por restaurar o bem-estar do paciente, a partir de promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenindo a recorrência de patologias, e assegurando o uso racional de medicamentos (BRASIL, 2004). O *envelhecimento populacional* é característica marcante da atualidade, refletindo as mais diversas áreas sociais, inclusive no sistema *carcerário*, contudo deve se ter um cuidado especial com essa população, visto que, com o avanço da idade o idoso vai perdendo a capacidade funcional, podendo ocorrer diminuição das funções hepática e renal, interferindo diretamente nos processos de absorção, distribuição, metabolização e eliminação dos medicamentos (FIDÊNCIO; YAMACITA, 2011).

Compreende-se, ainda, que a atuação da atenção farmacêutica nessa população é de grande relevância, pois os pacientes idosos geralmente apresentam múltiplas patologias, levando assim, ao consumo de mais medicamentos, fato este denominado de polifarmácia, podendo desencadear reações adversas com risco de morbidade e mortalidade, sendo fundamental a implementação de medidas voltadas para a otimização do tratamento farmacoterapêutico (MENESES et al., 2010).

Com isso, as relações humanas entre o farmacêutico e o paciente tem uma extrema importância para a confiança, respeito, empatia e atenção, para que assim, o paciente possa se sentir acolhido em um sistema de exclusão social. Cabe ao farmacêutico realizar estratégias para que estes pacientes tenham a assistência necessária, como: i) identificar e monitorar os grupos de idosos mais vulneráveis a polifarmácia; ii) identificar os medicamentos utilizados pelos idosos, além de verificar as potenciais interações.; iii) orientar o paciente em relação à administração dos fármacos e qual o melhor horário para fazer uso dos mesmos; iv) realizar frequentemente aferição da pressão arterial dos pacientes idosos hipertensos; v) realizar a avaliação constante da qualidade da farmacoterapia de modo a promover o uso racional de medicamentos para estes pacientes; vi) acompanhar constantemente pacientes que fazem uso de psicofarmácos, em vista que é um grupo que apresenta reações adversas de alta relevância, vii) realizar frequentemente a verificação da concentração de glicemia por meio de teste de sangue capilar nos pacientes diabéticos; viii) incentivar o paciente para a realização de atividades físicas, orientando sobre os benefícios que irá resultar no tratamento, ix) realização de testes rápido de ISTs como: HIV, Sífilis e Hepatites B e C, para que, caso identificado, seja realizado o tratamento médico e acompanhamento farmacoterapêutico (FIDÊNCIO; YAMACITA, 2011).

Para um cuidado aprimorado ao idoso, é necessário a participação de uma equipe multidisciplinar. De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, o sistema carcerário deve conter cirurgião dentista, enfermeiro, médico, técnico de enfermagem e técnico de higiene bucal. Podendo ser acrescidas de outros profissionais, como médico psiquiatra, assistente social, farmacêutico, fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional e nutricionista. Gerando relações e interações nas

quais os profissionais poderão partilhar conhecimentos, especialização e habilidades entre si, com o objetivo de proporcionar melhor atenção ao paciente (CARVALHO, 2017).

Através dessa equipe multiprofissional o paciente será atendido por cada profissional de acordo com suas necessidades. Para isso, é necessário realizar um plano de cuidado ao paciente idoso, sendo analisado os aspectos clínicos e sociais do paciente, na qual será discutido pela equipe multiprofissional. Para uma melhor assistência pode se fazer o uso de fichas para os registros dos pacientes para que assim possa ser realizado o acompanhamento em relação da pressão arterial, glicemia e outros.

O farmacêutico tem um papel fundamental na equipe, pois através dos seus conhecimentos farmacoterápicos, poderá realizar a identificação de possíveis problemas relacionados aos medicamentos, como eventos e efeitos adversos, assim como a identificação de possíveis medicamentos potencialmente inapropriado para idoso, definido como qualquer medicamento cujo os riscos superam os benefícios esperados, ou outros que o profissional possa resolver ou minimizar, promovendo o uso racional de medicamentos. Feita a análise dos aspectos farmacoterápicos, em caso de necessidade, poderá ser sugerido intervenções pelo farmacêutico, na perspectiva de contribuir para um tratamento medicamentoso seguro e efetivo, de forma integrada com a equipe multiprofissional.

É através do serviço de atenção farmacêutica que ocorrerá a interação direta do farmacêutico com o usuário, visando uma farmacoterapia racional. Sendo de grande importância ao paciente idoso, pois é um grupo que necessita de um monitoramento maior devido ao desvio de padrão da farmacocinética e farmacodinâmica que ocorre com o avanço da idade. Tais fatores podem ocorrer devido à perda da capacidade de reserva funcional do coração, fígado e outros, colaborando para uma maior vulnerabilidade deste paciente aos medicamentos. Este serviço não tem como objetivo intervir no diagnóstico ou na prescrição de medicamentos, atribuição do médico, mas sim alcançar resultados terapêuticos eficientes e seguros, privilegiando a saúde e a qualidade de vida do paciente. (MENESES et al., 2010)

A partir dos conhecimentos sobre a importância da equipe multidisciplinar no sistema carcerário, em especial do farmacêutico, é de suma importância que o Estado cumpra o que foi instituído na Lei de Execução Penal Brasileira, que assegura a assistência à saúde do interno, tornando a saúde um serviço acessível no sistema prisional (BRASIL, 1984).

Percebe-se, por outro lado, que essas assistências previstas em lei que são prestadas aos apenados não se faz presente no sistema carcerário brasileiro, onde apresenta se com condições mínimas de saúde, superlotação, nenhuma condição de salubridade ambiental e dignidade humana, somadas a inexistência de políticas públicas, como consequência, há uma maior quantidade de surtos de doenças infecciosas, tornando difícil o controle das mesmas, aumentando os gastos com insumos e medicamentos (CAPITANI, 2014).

Apesar da estruturação da Assistência Farmacêutica, consolidada por suas leis e portaria, podemos observar falhas na gestão dos recursos e dos serviços, onde em muitas penitenciárias o único contato que o farmacêutico tem com o usuário ocorre apenas no momento da dispensação do medicamento, de forma que torna o papel do profissional muito importante para a compreensão da terapia prescrita.

A orientação farmacêutica entra de forma a auxiliar o entendimento do paciente sobre o uso correto e racional do seu medicamento, oferecendo orientação especial, verbal e/ou escrita, para otimizar o tratamento e reduzir riscos à saúde, em especial, da população com faixa etária avançada e, por vezes, da polifarmácia. Para isso, é necessário à implementação do programa de Farmácia Penitenciário, cujo objetivo é contribuir para o controle e/ou redução dos agravos mais frequentes à saúde da população carcerária brasileira (BRASIL, 2004).

Contudo, para que ocorra uma atenção farmacêutica de qualidade é necessário que seja disponibilizado uma sala exclusiva com privacidade para o atendimento dos usuários, sendo um lugar onde o paciente sinta se acolhido, gerando um vínculo de confiança entre o profissional e o paciente. Em vista que a hipertensão e o diabetes são as doenças crônicas mais presentes nos idosos, são necessários equipamentos que permitirá o acompanhamento dos idosos acometidos por

tais patologias como: estetoscópio, esfigmomanômetro, aparelhos e tiras para a medição da glicemia. Além dos equipamentos utilizados para o acompanhamento rotineiro dos usuários, como termômetro clínico de vidro e materiais que facilitem o registro dos mesmos em arquivos de documento para que assim seja possível acompanhamento destes pacientes.

É notável que a realidade da saúde no sistema prisional é preocupante. Em decorrência de tal fato, importa que o serviço de saúde multidisciplinar consiga realizar o tratamento adequado das doenças que acometem os idosos privados de liberdade, além de identificar os fatores de riscos (ANDRADE et al., 2017). A partir do conhecimento dos fatores que se mostraram associados ao uso de medicamentos, espera se contribuir para a elaboração de políticas públicas direcionadas ao bem-estar desse subgrupo populacional, que visem à adequação da assistência farmacêutica às suas reais necessidades, promovendo desta forma a racionalização do uso de medicamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista da atual situação do sistema prisional brasileiro, é de suma importância que aconteça o planejamento e execução de programas de saúde para está população, juntamente com a equipe multidisciplinar para que ocorra a inclusão dos apenados no SUS. Além da implantação do serviço de atenção farmacêutica, restaurando o bem-estar do paciente, deve-se promover um ambiente de confiança entre o profissional e o paciente. Para isso é necessário a elaboração de políticas públicas direcionadas ao sistema carcerário, que visem à adequação da assistência farmacêutica às suas reais necessidades, promovendo desta forma a racionalização do uso de medicamentos, tornando a saúde um serviço de saúde acessível para todos sem distinção e discriminação.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Juliane, et al. Vulnerabilidade de idosos a infecções sexualmente transmissíveis. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 1, p. 8-15, 2017.
2. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Distrito Federal, 1988.
3. BRASIL. **Lei de Execução Penal.** Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Brasília: Distrito Federal: 1984.
4. BRASIL. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
5. CAPITANI, Rodrigo. **O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso: um estudo no presídio estadual de Bento Gonçalves**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.
6. CARVALHO, Nathália Gomes Oliveira de. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: uma análise sobre a evolução normativa. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário,** v. 6, n. 4, pp.112-129, 2017.
7. FIDÊNCIO, Vivian Machado; YAMACITA, Fabiane Yuri. Atenção Farmacêutica ao paciente idoso. In: **V Congresso Multiprofissional em Saúde**. 2011.
8. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
9. MENESES, Luis Lima de, et al. Atenção farmacêutica ao idoso: fundamentos e propostas. **Geriatrics, Gerontology and Aging**, v. 4, n. 3, p. 154-161, 2010.

ISSN 2316-8021

Como o isolamento social afeta o desenvolvimento acadêmicos dos Educandos: uma pesquisa desenvolvida com graduandos em Ciências Biológicas
How social isolation affected students' academic development: a survey developed with undergraduates in Biological Sciences

Livia Lara Almeida de Souza[1]; Jackeline Santos Vieira [2].

[1]ORCID https://orcid.org/0000-0001-8329-5710. Estudante de licenciatura em Ciências Biológicas; Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; Santana do Ipanema, Alagoas; Brasil. almeidaliv18@gmail.com;
[2]ORCID https://orcid.org/0000-0002-6920-7056. Estudante de licenciatura em Ciências Biológicas; Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; Santana do Ipanema, Alagoas; Brasil. jackelinevieirasantos2017@gmail.com

RESUMO: Compreende-se sobre a atual importância da educação no mundo, assim como, sabe-se da carência de práticas presentes no modelo regular de ensino. Estas, por sua vez tem papel estimulante assim como o afeto, o contato físico e as interações entre indivíduos no processo de ensino-aprendizagem do nível básico ao superior. Pondo isso em tese, o presente estudo de cunho qualitativo tem como finalidade evidenciar como o impacto do ensino remoto tem afetado o desempenho na aprendizagem dos licenciandos em ciências biológicas no *Campus* II da Universidade Estadual de Alagoas. A pesquisa foi adaptada para uma versão online, disponível via formulário do *google*, divulgada em redes sociais por meio de grupos de *whatsapp*, e estes por sua vez compunha como público alvo, graduandos cursando do 1° ao 8° período. O questionário ficou a disposição durante 30 dias, e foi realizado de forma voluntária. Ao observar as dados percentuais obtidos no questionário, confirma-se que a formação profissional do indivíduo pode está comprometida ou limitada como consequência da pandemia do covid-19, assim como mostra um impacto nos vieses pedagógicos, científico e laboratoriais, considerados de tamanha relevância por licenciandos da área. Algumas disciplinas, também podem apresentar maior nível de dificuldade devido a falta de experimentações, debates e interações afetivas, contribuindo para o aumento das lacunas existentes nos processos de ensino e aprendizagem. Portanto, concluí-se que com a adequação tecnológica, passamos a ter um olhar social mais amplo enxergando sociedade e educação próximo de uma relação benéfica e mútua. Porém, ainda não estamos preparados para ofertar um ensino EAD de qualidade em uma situação de calamidade como a que nos encontramos, não quando a forma igualitária de educação e o termo educação para todos passam a ser descumprido diariamente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, quarentena, ensino-aprendizagem.

ABSTRACT: It is understood about the current importance of education in the world, as well as, it is known of the lack of practices present in the regular teaching model. These, in turn, have a stimulating role, as allowed, as physical contact and interactions between individuals in the teaching-learning process, from basic to higher. Putting this in theory, the present qualitative study aims to show how the impact of distance education affected the learning performance of undergraduate students in biological sciences on campus II of the State University of Alagoas. education. The survey was adapted for an online version, available via google form, published on social networks through *whatsapp* groups, and which in turn were composed of target audience, undergraduate students from the 1st to the 8th period. The questionnaire was available for 30 days and was carried out voluntarily. By observing the percentage data obtained in the questionnaire, it is confirmed that the individual's professional training may be compromised or limited as a result of the covid-19 pandemic, in addition to showing an impact on pedagogical, scientific and laboratory biases, considered relevant by university graduates area. Some subjects

may also present a higher level of difficulty due to the lack of experimentation, debates, and affective interactions, contributing to the widening of the gaps in the teaching and learning processes. Therefore, we concluded that with technological adaptation, we started to have a broader social view, seeing society, and educating a beneficial and mutual relationship. However, we are not yet prepared to offer quality EAD education in a calamity situation like the one we are in, not when the equal form of education and the term education for all start to be disregarded daily.

KEYWORDS: Education, quarantine, teaching-learning.

INTRODUÇÃO

O processo de escolarização tornou-se padrão na vida da população mundial, do jardim de infância ao nível superior, criamos uma rotina onde a escola faz-se presente cotidianamente. Passamos cerca de cinco horas na escola, o que representa aproximadamente 1/4 dos nossos dias, e isto, sem contar atividades de casa e extracurriculares, ou até mesmo o ensino integral que acaba tomando o dobro desse tempo.

Respiramos educação e através dela vivemos presos em uma famosa concepção de Paulo Freire: a educação não muda o mundo, ela muda as pessoas e estas por sua vez transformam o mundo. No entanto, devido a pandemia uma nova e despreparada versão de ensino, totalmente desplanejado - pela característica rápida de como tudo aconteceu - foi aderida por quase todas as instituições de ensino do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, impactando diretamente no aprendizado dos educandos e na forma de apresentar o conteúdo pelo docente.

Embora pareça recente, estudiosos alertavam há pouco mais de uma década, que o consumo de animais exóticos era uma verdadeira bomba-relógio, sendo identificado em 2003 que morcego é reservatório de vírus SARS-Cov que tem como seu *habitat* inicial os animais, mas que o humano pode ser infectado após o contato com os mesmos. Entretanto, desde 2007 cientistas internacionais passaram a chamar mais atenção para esta temática publicando inclusive artigos a respeito do assunto. Porém, foi em 2019 em Wuhan, na China, onde ocorreram as primeiras infecções com uma nova versão do vírus posteriormente denominada de Covid-19. Esta doença se espalhou rapidamente por todo o mundo, tomando proporções gigantescas e iniciando uma pandemia devido a facilidade da transmissão da família desse vírus.

Trazendo consigo uma mudança caótica em todos os fatores, da educação à economia, passando por setores como saúde, segurança, desenvolvimento social e entre tantos outros que estão sob alerta devido a quarentena exigida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Prezando por uma continuação no sistema de educação, escolas e universidades passaram a buscar novos métodos de ensino, utilizando a tecnologia como um dos principais meios de propagação do aprendizado, durante o período de isolamento social, tornando o ensino EAD (ensino a distância) a nova fonte de interação entre professor e aluno. Isto teve como efeito imediato uma desorientação atencional, tornando o educando mais confuso, cansado e menos concentrado, pois o mesmo pode associar o trabalho em casa a algo mais relaxante, e é justamente ao contrário, principalmente porque todas os intervalos existentes e interações coletivas passam a não existir.

Estudos quantitativos com pessoas que estavam em quarentena, relataram uma alta prevalência de sintomas de sofrimento e distúrbio psicológico, dentre eles, destacam-se: distúrbio emocional, depressão, estresse, humor baixo, irritabilidade, insônia, sintomas de estresse pós-traumático, raiva, e exaustão emocional (BROOKS, S. K. *et al.*, 2020). Todos esses fatores influenciam diretamente no desenvolvimento acadêmico dos discentes.

Podemos destacar que a dificuldade de aprendizagem se manifesta em áreas da leitura, escrita, raciocínio e noções matemáticas, sendo essa dificuldade proveniente de uma disfunção interna no processamento de informação, principalmente, envolvendo o funcionamento da linguagem, do pensamento, da percepção, da memória e da inteligência (KONKIEWITZ, 2013) e este pode ocorrer tanto na infância quanto nas fases subsequentes. Portanto, o presente trabalho

tem como objetivo evidenciar como a quebra de uma rotina construída no decorrer dos anos pode afetar o desempenho da aprendizagem dos educandos da pesquisa em questão e como isso afeta sua rotina e seus estudos.

REFERENCIAL TEORICO

A quebra de uma rotina de estudos programada afeta diretamente no desenvolvimento acadêmico de qualquer graduando em licenciatura, que como futuros docentes e atuais professores em formação, necessitam de todo cuidado quanto ao seu processo de aprendizagem, pois estes, logo serão passados a diante. Porém, a carência de práticas experimentais, metodologias ativas em sala, e até mesmo a interação social e ausência de opiniões divergentes (estimulando a consciência crítica), pode defasar o processo de aquisição de conhecimento dos educandos, podendo gerar uma pressão psicológica muito forte, devido a atual situação de saúde pública.

As modalidades didáticas usadas no ensino das disciplinas científicas dependem, fundamentalmente, da concepção de aprendizagem de Ciência adotada. Assumindo que o objetivo dos cursos de nível superior é basicamente transmitir informação e preparar a profissão do indivíduo, ao professor cabe apresentar a matéria de forma atualizada e organizada, apresentando metodologias inovadoras, aulas diferenciadas, práticas com recursos ínfimos e tudo isso com o máximo possível de qualidade, facilitando a aquisição de conhecimentos (KRASILCHIK, 2000).

Como assimilar os conteúdos passados sem o acompanhamento de ao menos um destes recursos citados acima e sem o senso social de coletividade que impõe criticidade a cada novo aprendizado, representa um ponto chave de indagação. O fato do graduando passar mais tempo em casa faz com que toda sua rotina de estudo seja revista e adaptada, porquê de repente o cenário que tantos desvincularam da universidade, se torna a própria sala de aula. Sem o calor humano, interações e laços afetivos, podendo gerar grandes consequências na saúde física e mental.

Sobre esses aspectos supracitados, a interação é o que mais se sobressai, porque todo o cenário pandêmico, trouxe consigo a não comunicação social. Neste seguimento e sobre educação WALLON (1989) nos diz que:

> A evolução do educando depende das capacidades biológicas e da interação com o meio social que é importante para o desenvolvimento humano, e afetivo, através dos sentimentos, emoções e desejos. Este se dá através da integração de novas funções e aquisições, onde a afetividade evolui de acordo com as condições maturacionais do indivíduo e não são imutáveis ao longo da vida de cada um (WALLON, 1989, p. 131).

Na concepção do teórico a emoção é fonte de conhecimento. Portanto, a falta de vínculos do estudante com o item de estudos, constroem barreiras em seu desenvolvimento, causando consequências como a falta de autoestima e acomodação, sendo necessário repensar métodos de aprendizagem efetivos que sejam utilizados como referência para estimular as dimensões afetivas, cognitivas, lógica, e motora do graduando.

Segundo os Referenciais de qualidade para educação superior a distância as experiências laboratoriais configuram-se como essenciais para a garantia de qualidade no processo de ensino-aprendizagem de cursos das áreas da ciências. Dessa forma "faz-se necessário discutir a importância da experimentação na modalidade EAD e as possíveis formas de adequação dessas atividades possibilitando ao estudante perceber a relação teórico-prática, além de facilitar a percepção do indivíduo de que a ciência está presente na sua vida e na sociedade em geral e que facilita a convivência em grupo" (AZEVEDO, 2018).

Há uma perspectiva generalizada de que tecnologias são apenas equipamentos e aparelhos, mas, uma vez que ela engloba a engenhosidade do cérebro humano, tudo o que se produz torna-se tecnologia. E o uso destas, aplicadas na área da educação pode exercer um

papel importante na formação do conhecimento (ARAÚJO, VIEIRA, KLEM E KRESCIGLOVA, 2017). Nesse contexto de dar continuidade as disciplinas, buscando não prejudicar a aquisição de saberes, surgiu a adoção do Ead em universidades presenciais durante o período de isolamento social, para seguir com o processo educativo utilizando como intervenção positiva para o seu desenvolvimento.

> A dinâmica da visão moderna sobre a tecnologia trata-se de uma ferramenta, ou um meio para o uso humano, no qual à tecnologia configura a cultura e a sociedade. Tal dinâmica se reflete na apropriação desta nas práticas pedagógicas. [...] Dessa forma, o incremento de tecnologias de comunicação e informação no contexto da educação tem como objetivo promover a diversidade cultural e a quebra do paradigma da cultura de massa através do estreitamento de distâncias entre diversas formas de expressões, promovendo tanto a inclusão digital quanto a social (ARAÚJO, VIEIRA, KLEM E KRESCIGLOVA, 2017).

Outro ponto nítido relacionado a temática são as diferenças sociais que andam lado a lado com a trajetória acadêmica do educando, "a origem étnico-nacional do próprio ou dos seus ascendentes, o território de residência (rural, urbano, centro da cidade, subúrbios) e, mais recentemente, a condição de gênero" (SEABRA 2009).Vale ressaltar que todas esses pontos são causadores de obstáculos constantes no aprendizado e na luta para receber uma educação de qualidade. Porque, embora muitas coisas se renovem na velocidade da luz devido a globalização, quando se trata de melhorias no ensino as coisas mudam de contexto, e não é porque enfrentamos uma pandemia que tudo será diferente, na verdade as consequências do covid-19 tem uma maior proporção devido a desigualdade social, tornando o meio digital inacessível para algumas classes.

Neste sentido, também é preciso considerar que toda a situação foi inesperada e por isso existem argumentos para alguns impasses quanto ao meio tecnológico, já que nada foi preparado. As tecnologias proporcionam comodidade e entretenimento, a internet, por exemplo, está mais acessível e se torna uma ferramenta utilizada diariamente. Mas, o uso descontrolado da internet pela população não faz dele um uso consciente ou signifique que os educandos possuam acesso em sua própria residência.

O ponto é que além da mudança ou quebra abrupta da rotina, ocorre a possível despreparação ao ensino EAD e todas as outras questões de interação social e em sala de aula e os possíveis contatos práticos que a biologia, assim como outras ciências experimentais exigem. E ainda o medo que assola muitas pessoas e contribui ainda mais para todos os pontos em detrimento. Há grandes empasses quando se trata de estudar em casa, como um ambiente adequado, ferramentas necessárias, silêncio e concentração, sem considerar o período trazido pela pandemia.

Assim, comparado ao ambiente em sala de aula de uma IES, no qual, de uma forma geral, as diferenças entre os graduandos podem ser constatadas desde a faixa etária, classe social, interesses pessoais, expectativas, disposição física, diferentes experiências e estruturas cognitivas, visão de mundo e postura comumente assumida entre os docentes da instituição com abordagens tradicionais e conteudistas, mas, também discussões e incentivos às abordagens humanistas e construtivistas, extremamente necessárias (LOPES, 2008) que na modalidade ead se tornam escassas. Deste modo, percebemos que embora cômodo, as associações pré dispostas a esse local conhecido como lar, nos impede de associá-lo a uma área de estudo continuo porque já está ligado ao lazer.

ISSN 2316-8021

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Partindo da premissa que a pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido, pois ocupa um lugar central na teoria e trata-se essencialmente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade (MINAYO; et al, 2003). Este estudo tem como objetivo, por meio de uma pesquisa qualitativa evidenciar o desempenho acadêmico de licenciandos em ciências biológicas, após o início da pandemia do covid-19, visando avaliar como ponto principal características e saberes.

Buscando afirmar a necessidade de descoberta, ou até mesmo uma interdependência viva entre sujeito e seu objeto de estudo, surgiu a ideia de mostrar o desenvolvimento do ensino EAD desprogramado no curso que é presencial e como esta modalidade tem atendido os graduandos, e consequentemente, como isso afeta seus estudos, a questão experimental do curso, a proximidade em sala de aula e quais são suas percepções em relação a isto. Desta forma a quantidade de entrevistados não é o mais importante, embora todos os cálculos e dados de porcentagem tenham sido obtidos através dela.

Devido ao próprio isolamento social a pesquisa foi adaptada para uma versão *online*, divulgada através grupos no *whatsapp* e disponível via formulário do *google*, onde foi criado um questionário semiestruturado, contendo sete questões sobre esta nova modalidade de ensino. O público alvo foram os graduandos de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Alagoas, *Campus* II, Santana do Ipanema, cursando do 1° ao 8° período. O questionário ficou a disposição dos discentes durante 30 dias, e foi realizado de forma voluntária. Ficou isento, informações de identificação, apenas opiniões acerca das questões abordadas, possibilitando críticas e diversos pontos de vista, sob um único tema, foram abordadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário salientar a importância de práticas experimentais para os cursos de ciências, visto que estas irão auxiliar no processo de formação e fixação do conhecimento. A utilização do EAD, ou melhor do ensino remoto, requer uma maior atenção dos graduandos, exigindo uma maior produtividade em casa sem levar em consideração sua rotina anterior ou até mesmo a atual.

Tomando como base os desafios referente a esse modelo de ensino, pondo em questão a drástica e inesperada mudança em todo o cenário educacional brasileiro, PORTO E RÉGNIER (2003), asseguram que imersas em circunstâncias de constantes transformações, inovações e quebras de paradigmas da sociedade, as instituições de ensino superior (IES) se deparam com o duplo desafio de por um lado atualizar-se e inserir-se nesta nova realidade de modificações incessantes (revendo formas de organização e relacionamentos com seus principais atores e dando um novo sentido ao seu papel social) e de outro lado entender, interpretar e apontar soluções para os problemas que estas modificações colocam aos indivíduos, grupos sociais, sistemas produtivos e governos.

Deste modo, este estudo traz as concepções de discentes do curso de Ciências Biológicas onde o uso de práticas laboratoriais e de campo, além da tradicional sala de aula, que são pontos chaves no âmbito do conhecimento. O intuito é mostrar como os resultados de uma súbita mudança nos métodos de ensino-aprendizagem assim como no meio social pode gerar grandes impactos e consequências na formação como um todo.

Os estudantes entrevistados estão cursando do 1 º ao 8 º período do curso, dentre eles 95% possuem entre 16 e 24 anos e apenas 5% estão acima dos 25 anos de idade. Supondo-se então, que a maioria dos educandos são jovens com muita disposição e energia, então é normal esperar destes um desenvolvimento regular no ensino, ainda que em isolamento social, porém, percebemos que na prática os danos psicológicos, motor e até mesmo social, são claras consequências da quarentena que não escolhem idade, gênero, cor, raça, etnia ou classe social.

O questionário deu-se início com a seguinte pergunta: “Quantas disciplinas você está cursando neste semestre”? Embora assemelhe-se a algo irrelevante, está indagação tem um peso

ISSN 2316-8021

consideravél quando notamos que durante um semestre normal o nível de dificuldade dos conteúdos juntamente com o fato de conciliá-los a vida social já é bastante desgastante, então ponderamos tudo isso adicionado uma pandemia.

Levando em consideração que as escolhas destas disciplinas não está relacionada a pandemia e sim ao peso de cada uma que variam na carga horária, com no mínimo 40 e máximo de 80 horas, exigindo anteriormente um empenho maior da parte de estudantes e agora requer mais atenção também dos educadores, em razão da alteração do cronograma o ensino remoto que passa a ser obsoleto e desregular podendo afetar na qualidade e assimilação do conhecimento. Mostrando um resultado significativo onde 48% dos discentes cursam de 0 a 4 disciplinas, seguido por uma taxa nitidamente maior com 52% dos estudantes cursando 5 ou mais disciplinas, não tendo como afirmar se estes ainda continuam no ensino remoto, após a aplicação da pesquisa, supondo-se que logo haverá uma grande evasão escolar ou decaimento no nível de aprendizado.

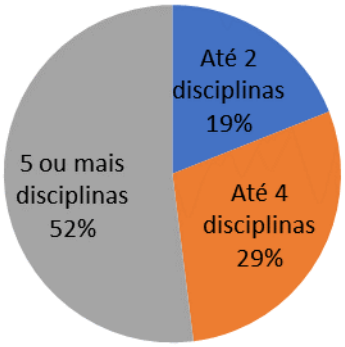


Gráfico 1. Quantidade de disciplinas sendo cursadas pelos graduandos. Dados em porcentagem. Autoria própria. Santana do Ipanema, AL. 2020.

A quarentena é uma das várias medidas de saúde pública para impedir a propagação do covid-19, a mesma tem um impacto psicológico considerável nas pessoas afetadas (Brooks, S. K. *et al*., 2020). Tendo isso em mente a segunda questão aborda justamente a opinião de educandos sobre o ensino remoto. "Você concorda com a adoção do ensino EAD durante o período de isolamento social"? A soma de pessoas que corresponde a 10% dos entrevistados um número baixo, porém, que representa um contingente de indivíduos que têm uma consciência a mais de que o despreparo da instituição devido a forma abrupta como tudo aconteceu, como um todo põe em risco o aprendizado e a formação profissional do licenciando.

Com uma taxa de 90% de concordância a favor do suporte ead para a continuação do semestre, através dos meios digitais que aparentemente mostra viabilidade devido a adoção ao meio educacional desde o nível básico ao superior, por causa do alcance das ferramentas tecnológicas, mas isso não significa que não "perder", o semestre não vá causar danos significativos ao processo de ensino, visto que os mesmos limitam muito os processos de aprendizagem desses futuro docente. Neste contexto, espera-se que os participantes assumam um papel atuante e se responsabiliza por sua própria aquisição de conhecimento, mas, que também participem ativamente (TEIXEIRA; *et al*, 2015) no sentido colaborativo social mantendo as medidas de segurança necessárias para auxiliar na construção de um conhecimento saudável e sustentável tanto no lugar onde vive quanto no meio acadêmico.

ISSN 2316-8021

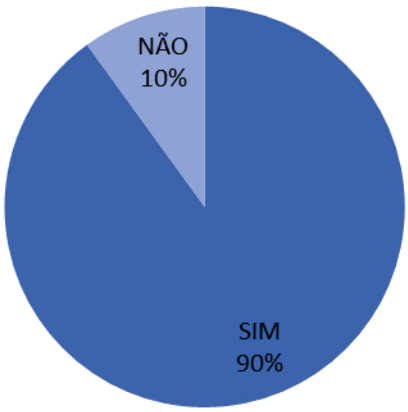


Gráfico 2. Representação gráfica dos dados da questão 2. Autoria própria. Santana do Ipanema, AL. 2020.

Embora grande parte dos educandos tenham concordado com o suporte EAD como alternativa para a continuação do semestre a questão seguinte: "Se fosse para dar uma nota sobre o seu desenvolvimento nas disciplinas que você está cursando, que nota seria"? Tal indagação mostra na prática como estes estão se saindo quanto ao seu nível de aprendizagem durante esse processo.

Compreendendo que o caráter de auto-aprendizagem e participação autônoma dos estudantes, são pressupostos essenciais no processo de ensino (SANTOS; PESSÔA E CAMPOS, 2019) que necessitam de um reforço social, presencial e psicológico, faz-se necessário um maior acompanhamento do discente para melhor desempenho dos mesmos. Pois estes, mesmo alegando apoiar o ensino remoto, seu desenvolvimento quanto às disciplinas aponta uma taxa de 10% como muito bom, 38% bom, somando 48% o que é um número significativo, mas, não corresponde à maioria, porque 52% dos alunos na pesquisa, alegaram seu desempenho como ruim.

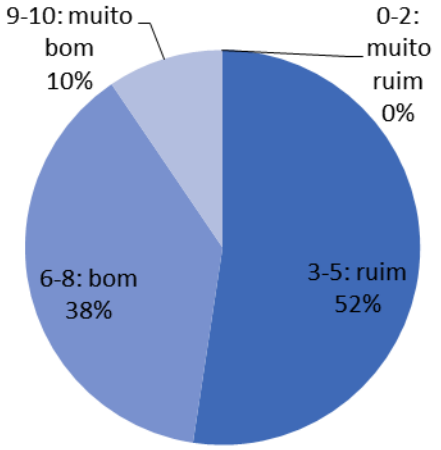


Gráfico 3. Desempenho do ensino remoto pela opinião dos sujeitos da pesquisa, Autoria própria. Santana do Ipanema, AL. 2020.

Nota-se que devido a quarentena os sentimentos em todos os sentidos de grande parte da população tem tomado proporções enormes e aflorado bastante e tomando isso como base o quarto questionamento pede para resumir toda essa situação em apenas uma palavra. "Descreva em uma única palavra como você se sente sobre essa mudança drástica do presencial ao EAD"? Inesperado, difícil, frustrante, desestimulante, péssimo, complicado, abrupto, terrível, horrível, ruim,

ISSN 2316-8021

desmotivador, desafiador, assustador e desconfortável estão entre as palavras supracitadas com maior número de vezes.

Portanto, constata-se que a escolha de aderir ao EAD, é acessível devido ao modelo tecnológico que possui "um formato que permita a agregação de métodos colaborativos nos processo de aprendizagem ao longo da vida, possibilitando a autonomia e independência de educandos (SANTOS; PESSÔA E CAMPOS, 2019), mas, este é apenas um lado da moeda, as contribuições significativas tanto podem servir de aporte para processos de formação continuada quanto podem ter consequências a partir da frustração com o formato de ensino.

O questionamento número cinco remete a otimização do tempo quanto a pandemia do covid-19. "Você está conseguindo otimizar seu tempo ou sente-se paralisada diante da atual situação"? Os resultados alegam que apenas 38% conseguem otimizar seu tempo de estudos, e no entanto 62% afirmam estarem paralisados diante do caos na saúde mundial, o que é normal devido os possíveis efeitos da quarentena, onde quem nunca foi ansioso, passa a ter ansiedade, quem nunca teve insônia, começa a ter dificuldade para dormir, e também apresenta reações agressivas, irritadas e até mesmo confusão mental ou desorientação. Todos esses aspectos estão sendo alvos de estudos no mundo todo, assim como constantemente abordados nos mais diversos meios de comunicação.

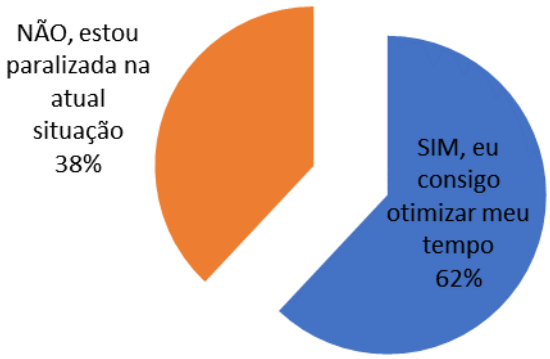


Gráfico 4. Representação da questão 5. Autoria própria. Santana do Ipanema, AL. 2020.

A eficácia do processo de ensino-aprendizagem se concretiza com a apropriação do conhecimento, o estímulo ao desenvolvimento intelectual e físico do estudante, a formação de sentimentos, qualidades e valores que alcancem os objetivos propostos em cada nível de ensino de diferentes instituições, conduzindo a aprendizagem para uma posição transformadora, que promova as ações coletivas, a solidariedade e o viver em comunidade (MESSA, 2010) para que este seja significativo. Por meio destas considerações a sexta pergunta trata da rotina de estudos. "Como está sendo sua sua rotina de estudos neste período de isolamento social"?

Nesta indagação colocamos em pauta as inter-relações e contribuições de diferentes perspectivas ao ensino superior nos espaços virtuais, como e por quem eles podem ser utilizados para que alcance a disseminação do conhecimento. Dentre os entrevistados 48% dos educandos responderam que a seu dia a dia em relação ao ensino segue bom, em contrapartida 9% dos mesmos consideram ruim e 43% péssimo, totalizando 52% de estudantes com um desempenho desfavorável. Porque mesmo a tecnologia contribua para a inclusão social, favorece a globalização dos saberes, e aproxime as universidades da sociedade, não se sabe se qual o real impacto na comunidade acadêmica.

ISSN 2316-8021

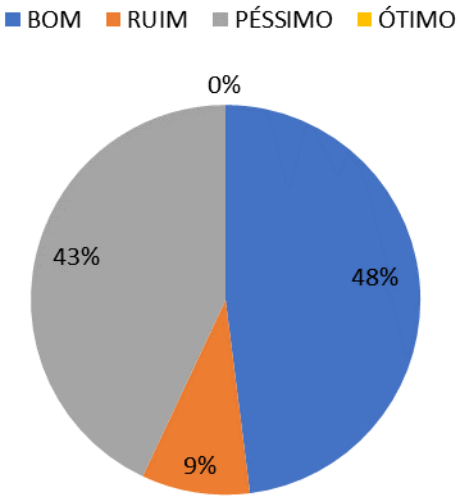


Gráfico 5. Representação da questão 6. Autoria própria. Santana do Ipanema, AL. 2020.

Para finalizar com êxito os resultados dessa pesquisa, a sétima e última pergunta aborda o impasse frente à necessidade de atividades presenciais. "Você acredita que possa existir algumas lacunas no seu aprendizado devido a inexistência de atividades presenciais, logo, práticas /experimentais/ laboratoriais/ de campo"?

Com uma taxa de 81% sim, 19% talvez e 0% não, confirma-se que esta modalidade provisória não atende às demandas educacionais, levando em consideração que no modelo regular o além do contato físico e comunicação com o professor em sala, havia também uma infraestrutura que não possuímos em nossa residência.

Apesar da utilização de tecnologias servir de aporte para o educando no processo de construção do conhecimento, esta nova versão de ensino traz consigo a falta de habilidades de docentes no mundo digital, assim como também discentes despreparados e sem as ferramentas necessárias para uma boa assimilação dos conteúdos abordados, necessitando então de uma capacitação para o profissional e de um suporte social tecnológico que beneficie todos os envolvidos.

Atualmente o professor se concentra na organização de conteúdos e atividades com características específicas para o ensino online, desde a tipologia textual, duração dos vídeos à variação de atividades para atender ao público diferenciado e massivo, como também no acompanhamento ou orientação individual e em grupo (SANTOS; PESSÔA E CAMPOS, 2019) mas, ainda que "exista" toda essa assistência entre discente e docente, ainda faz-se necessário um suporte maior que envolve a afeto, saúde física e mental do indivíduo.

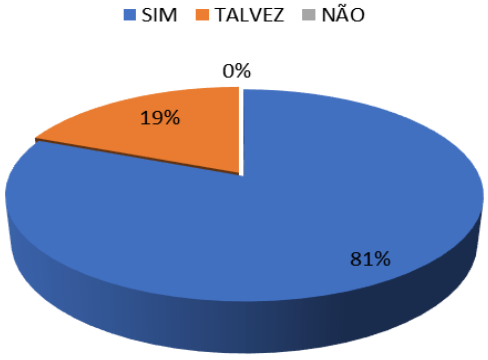


Gráfico 6. Representação da questão 7. Autoria própria. Santana do Ipanema, AL. 2020.

Através do estudo realizado para a composição deste trabalho, refletimos criticamente sobre o processo tecnológico educacional social. Reconhecendo assim, que embora imersos constantemente no mundo virtual, quando se trata de conhecimento em situações de cansaço psicológico e mental ou até mesmo situações de desfavorecimento social a coisa muda de lado, e a facilidade tecnológica passa a não ser tão simples, tomado um rumo totalmente diferente do que estamos submersos.

A prática educativa requer do docente um papel de poder, onde o mesmo a partir disso passa a empoderar os educandos através do seu processo de formação. Um dos princípios do EAD é a aprendizagem centrada no estudante, além da flexibilidade, interação e inclusão digital, mas, quando se trata de um ensino sem todas as ferramentas de apoio que as universidades a distância oferecem, o nome dado a esse ensino passa a ser questionado e assim como a sua efetividade.

Com a adequação tecnológica, passamos a ter um olhar social mais amplo e começamos a ver em grande dimensão de uma forma globalizada, enxergando sociedade e educação próximo de uma relação benéfica e mútua, porém, ainda não estamos preparados para ofertar um ensino EAD de qualidade em uma situação de calamidade como a que nos encontramos, não quando a forma igualitária de educação e o termo educação para todos passam a ser descumprido diariamente.

CONCLUSÃO

Através do estudo realizado para a composição deste trabalho, refletimos criticamente sobre o processo tecnológico educacional social. Reconhecendo assim que embora imersos constantemente no mundo virtual, quando se trata de conhecimento em situações de cansaço psicológico e mental ou até mesmo situações de desfavorecimento social a coisa muda de lado, e a facilidade tecnológica passa a não ser tão simples, tomado um rumo distinto ao que estamos submersos.

A prática educativa requer do docente um papel de poder, onde o mesmo a partir disso passa a empoderar os educandos através do seu processo de formação. Um dos princípios do EAD é a aprendizagem centrada no estudante, além da flexibilidade, interação e inclusão digital, mas, quando se trata de um ensino sem todas as ferramentas de apoio que as universidades a distância oferecem, o nome dado a esse ensino passa a ser questionado e assim como a sua efetividade.

Portanto, concluí-se que com a adequação tecnológica, passamos a ter um olhar social mais amplo e começamos a ver em grande dimensão de uma forma globalizada, enxergando sociedade e educação próximo de uma relação benéfica e mútua, porém, ainda não estamos preparados para ofertar um ensino EAD de qualidade em uma situação de calamidade como a que nos encontramos, não quando a forma igualitária de educação e o termo educação para todos passam a ser descumprido diariamente.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Sérgio Paulino de; VIEIRA, Venessa dantas; KLEM, Suelen Cristina dos Santos; KRESCIGLOVA, Silvana Binde. Tecnologia na Educação: Contexto Histórico. *Papel e Diversidade. IV Jornada de Didática e III Seminário de Pesquisa do CEMAD*, v. 40, n.4 p. 920-928, Março, 2017.
2. AZEVEDO, Érica De Melo. A importância da experimentação em cursos de graduação em química modalidade Ead. *CIET: EnPED*, v. 4, n. 1, p. 10-35, maio, 2018.
3. BROOKS, Samantha K.; REBECCA, Webster K.; SMITH, Louise E.; WOODLAND, Lisa; WESSELY, Simon.; GREENBERG, Neil.; RUBIN, James G. The psychological impact of quarantine. *The Lancet*, vol. 395, n. 10227, p. 12-920, Março, 2020.
4. KRASILCHIK, Miryam. Reformas e Realidade: o caso do ensino das ciências. *Scielo*, vol.14, n.1, p.1-8, Jan./Mar., 2000.

5. KONKIEWITZ, Elisabete Castelon. *Aprendizagem, Comportamento e Emoções na Infância e Adolescência: Uma Visão Transdisciplinar*. Ed. 1. Dourados: UFGD; 2013.
6. LOPES, Rita de Cássia Soares. *A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem*. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Ponta Grossa. 2008. Disponível: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-6. Acesso em 13 de julho de 2020.
7. MESSA, Wilmara Cruz. Utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem AVAS: A busca por uma aprendizagem significativa. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância – ABED*. v. 9, n. 147, p. 174-246, junho, 2010.
8. MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira.; NETO, Otávio Cruz. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Ed. 21, Petrópolis: Vozes, 2002.
9. PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. *O Ensino Superior no Mundo e no Brasil-Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025*. Brasilia: Ministério da Educação (MEC), 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025. Acesso: 16 de julho de 2020.
10. SANTOS, Ana Cristina de Mendonça; PÊSSOA Maria Teresa Ribeiro; CAMPOS, Maria de Fatima Hanaque. Metodologias de Difusão do Conhecimento no Ensino Superior Ead: Contribuições dos MOOCS. *Revista Observatotório*. v.5, n.4, p. 579-612, Jul.,- set., 2019.
11. SEABRA, Teresa. Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*. v. , n. 59, p. 75-106, março, 2009.
12. TEIXEIRA, Antonio; MOTA, José, MORGADO, Lina, SPILKER, Maria João. iMOOC: Um Modelo Pedagógico Institucional para Cursos Abertos Massivos Online (MOOCs). *Educação, Formação & Tecnologias* v.8, n.1, p. 4-12, jan. a junho, 2015.
13. WALLON, Henri. *As Origens do Pensamento na Criança*. Ed. 1. São Paulo: Manole, 1989.

ISSN 2316-8021

Covid-19: delineando como professores de ciências biológicas em formação estudam em isolamento social

Covid-19: outlining how undergraduate biological science teachers study in social isolation

Jackeline Santos Vieira [1]; Livia Lara Almeida de Souza [2].

[1]ORCID https://orcid.org/0000-0002-6920-7056. Estudante de licenciatura em Ciências Biológicas; Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; Santana do Ipanema, Alagoas; Brasil. jackelinevieirasantos2017@gmail.com;
[2]ORCID https://orcid.org/0000-0001-8329-5710. Estudante de licenciatura em Ciências Biológicas; Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; Santana do Ipanema, Alagoas; Brasil. almeidaliv18@gmail.com

RESUMO: Essencialmente, interação, experimentação e contato são muitíssimo importantes na construção de uma base de aprendizado sólida. Assim, é necessário considerar esses pressupostos a educação. Portanto, os objetivos deste estudo foram: entender as denominações de estudo dos sujeitos da pesquisa em questão, apontar possíveis comentários e pontos destacáveis para concepção de conhecimento dos mesmos e ainda meios alternativos e maneiras de enfoque nos estudos que foram desenvolvidos por esses estudantes, especialmente em questão da necessidade de mudança inesperada. Este estudo objetivou buscar a pesquisa qualitativa. A pesquisa ocorreu de forma online, onde um questionário semiestruturado foi disponibilizado aos estudantes através da comunicação por plataformas digitais, principalmente redes sociais. Qualquer pessoa da graduação do 1° até o 8° período pode responder, durante o período de 30 dias, sob égide ao caráter de voluntariedade. Ao observar tais respostas, é possível visualizar a pré-disposição já imaginada: as aulas experimentais dos dois vieses – pedagógicos e científico-laboratoriais – são consideradas muito importantes pelos graduandos e representam total notoriedade no que se refere à questão da formação do sujeito e profissional da área. É possível fazer uma ressalva ao observar as respostas emitidas pelos estudantes, neste período, pois as pessoas que não realizaram nenhum tipo de mudança no quesito estudos, acham pelo menos, que tal hábito é importante. Além disso, os dados percentuais apontam que o período de isolamento social provocou pelo menos, alguma limitação em relação a isto. A partir das análises feitas neste estudo, dos resultados obtidos e da dinâmica das respostas, considerando principalmente, o caráter investigativo que a profissão do professor necessita exercer e os procedimentos práticos e laboratoriais do profissional de Ciências experimentais como a biologia, e ainda tomando como base a aplicação do ensino EAD temporário, percebe-se ocorreram algumas limitações por parte dos graduandos neste período. Algumas disciplinas podem ter tido mais dificuldade, outras menos. Além disso, é necessário ressaltar a questão da proximidade e afetividade tão abordadas neste estudo, como representantes também um possível ponto de agravamento para lacunas existentes nos processos de ensino e aprendizagem. Assim, conclui-se que a internet e os meios de comunicação social, facilitam muito a vida da sociedade moderna, sem elas muitos serviços e padrões de comunicação seriam fortemente comprometidos ou não existiriam. Porém, algumas questões na vida acadêmica e científica são insubstituíveis. O método EAD fez-se muito necessário, importante e sem dúvidas de grande valia, neste período, porém, algumas lacunas se mostraram presentes, inevitavelmente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, mudança, práticas.

ABSTRACT: Essentially, interaction, experimentation and contact are very important in building a solid learning base. Thus, it is necessary to consider these assumptions about education. Therefore, the objectives of this study were: to understand the study designations of the research subjects in question, to point out possible comments and detachable points for conceiving their

knowledge, as well as alternative means and ways of focusing on the studies that were developed by these students, especially question of the need for unexpected change. This study aimed to seek qualitative research. The research took place online, where a semi-structured questionnaire was made available to students through communication through digital platforms, mainly social networks. Anyone graduating from the 1st to the 8th period can respond, during the 30-day period, under the voluntariness character. When observing such responses, it is possible to visualize the predisposition already imagined: the experimental classes of the two biases - pedagogical and scientific-laboratory - are considered very important by the students and represent total notoriety with regard to the issue of the subject and professional formation of the area. It is possible to make a reservation by observing the responses issued by students in this period, since people who have not made any kind of change in the item studies, think at least that this habit is important. In addition, the percentage data indicate that the period of social isolation caused at least some limitation in this regard. From the analyzes carried out in this study, the results obtained and the dynamics of the responses, considering mainly the investigative character that the teaching profession needs to exercise and the practical and laboratory procedures of the professional of experimental sciences such as biology, and still taking as a basis the application of temporary distance learning, it is clear that there were some limitations on the part of students in this period. Some disciplines may have had more difficulty, others less. In addition, it is necessary to emphasize the issue of proximity and affection so addressed in this study, as representatives also a possible point of aggravation for existing gaps in the teaching and learning processes. Thus, it is concluded that the internet and social media make life in modern society much easier, without them many services and communication standards would be strongly compromised or would not exist. However, some issues of academic and scientific life are irreplaceable. The EAD method became very necessary, important and undoubtedly of great value in that period; however, some gaps were inevitably present.

KEYWORDS: Education, change, practices.

INTRODUÇÃO

É altamente notável que independente do curso de graduação em que qualquer pessoa se encontre, a quebra abrupta da rotina causa prejuízos ao rendimento acadêmico, à saúde mental e física e ainda afeta o andamento delineado por cursos que exigem algum processo de experimentação, podendo afetar o processo de aprendizagem ou interromper práticas essenciais à formação profissional do indivíduo. Estudos quantitativos com pessoas que estavam em quarentena, relataram uma alta prevalência de sintomas de sofrimento e distúrbio psicológico, dentre eles, destacam-se: distúrbio emocional, depressão, estresse, humor baixo, irritabilidade, insônia, sintomas de estresse pós-traumático, raiva, e exaustão emocional (BROOKS, S. K. *et al.*, 2020).

É eminente que 2020 será um ano marcado nos livros de história do futuro, e decorrente dele os vírus ganharam espaço nos diálogos cotidianos, nas notícias e no desdobramento das políticas mundiais como um todo, pois um organismo microscópico fez toda dinâmica populacional mundial mudar de comportamento repentinamente.

Em perspectiva histórica breve, no final de 2019, em Wuhan, na China, ocorreram as primeiras pessoas com sintomas de uma doença denominada posteriormente de Covid-19. Essa doença se alastrou rapidamente pelo mundo inteiro, considerado a característica de facilidade da transmissão desse vírus. Por esse motivo, toda a performance mundial foi alterada em todos os setores possíveis, causando modificações, inclusive na educação.

Com isso, novas formas de se relacionar tiveram de ser implementadas, considerando a nova forma temporária de vida. Assim, medidas adaptativas tiveram de ser tomadas em muitos sentidos, e os centros educativos, da escola às universidades, foram alguns dos primeiros alvos de mudança devido às interações cotidianas entre muitas pessoas. Os espaços educativos sempre

tiveram características de coletividade, de interação e de adaptação e esse ponto representa demasiada importância na construção da aprendizagem como um todo.

Nesta continuidade, vale a pena destacar que a rotina faz parte da vida comum, e alterações imediatas e bruscas como esta, podem causar danos aos processos normais de aprendizagem, visto que, o convívio representa também relações e afetividade, muito embutidas na educação como um todo. "O ser humano é um ser racional provido de emoções, realiza complexas interações que o ajudam a autoconstrução comportamental e social. No âmago da instituição escolar entende-se, as interações entre os diferentes indivíduos como um momento fecundo para construir e agregar conhecimento escolar. Nas pedagogias tradicionais a interação estabelecida limita-se pela seleção de conteúdos, organização, sistematização didática e exposição onde o professor demonstrará seus conteúdos". (MADKE, BIANCHI E FRISON).

Irrefutavelmente a proximidade existente entre as pessoas facilita a comunicação e os processos de aprendizagem em qualquer área. Por esse viés, a afetividade tão descrita em estudos nas séries iniciais mostra significativa relevância para este quesito. A motivação é algo essencial à vida do ser humano e permeia muitos dos aspectos da vida pessoal e pode inclusive ser crucial para realização de atividades. Então a proximidade e a motivação podem ser descritas em conjunto como representação de algo essencial ao aprendizado em qualquer espaço. Sobre afetividade e tecnologia, Cunha; Silva e Bercht (2008) nós dizem que:

> "Da Psicologia trabalhar-se-á com a viabilidade do levantamento de um "banco de atributos afetivos", que permita a elaboração de um perfil afetivo para cada necessidade de atuação - disciplinas ou cursos. Aliado a esta, tem-se também a idéia de capacitação profissional para os professores no aprimoramento das características afetivas consideradas relevantes para determinado componente curricular (antes, durante e após o término de cada um deles). A área da tecnologia computacional terá o seu desafio na identificação e implementação dos programas (sensores) que possam constatar a adequada utilização daqueles atributos, oferecendo aos mestres informações que alertem e indiquem atitudes que possam desencadear dificuldades no campo afetivo que venham a influenciar os trabalhos desenvolvidos". (CUNHA, SILVA E BERCHT, p. 574, 2008).

Essencialmente, interação, experimentação e contato são muitíssimo importantes na construção de uma base de aprendizado sólida. Assim, é necessário considerar esses pressupostos a educação. "Nas aulas, a teoria e as experiências devem estabelecer uma relação, levando o aluno para um caminho que migra de um experimento a uma teoria, ou de uma teoria a um experimento a construção do conhecimento científico. Nesse tipo de aula valoriza-se a discussão coletiva de resultados experimentais e de interpretações teóricas, onde todos os alunos têm oportunidade de se expressar, contribuindo com suas ideias e conhecimentos". (SANTOS, 2013).

Avaliar as características de um curso e entender o posicionamento dos alunos possibilita que ocorra o entendimento de como cada individuo se sente nesta ocasião de necessidade do isolamento social, que, sem sombra de dúvidas mudou de maneira brusca não só os modos de estudos, mas todo o círculo de vivência e interação. "Apesar do isolamento social ser uma medida muito empregada no contexto de saúde pública para a preservação da saúde física do indivíduo, é fundamental pensar na saúde mental das pessoas". (Oliveira, et.al (2020). E por isso, este estudo se apresenta como considerável e significativo para apontamentos de cunho pessoal e específico no que tange processos de aprendizagem e formação de profissionais.

Conforme o exposto, os objetivos deste estudo foram entender as denominações de estudo dos sujeitos da pesquisa em questão, apontar possíveis comentários e pontos destacáveis para concepção de conhecimento dos mesmos e ainda meios alternativos e maneiras de enfoque nos

estudos que foram desenvolvidos especialmente em questão da necessidade de mudança inesperada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os professores em formação possuem por si como futuros profissionais e pelo andamento e necessidades do curso um cuidado com a aprendizagem dos saberes que serão posteriormente transmitidos na sua profissão. E também com a articulação de deveres e comportamentos em sala de aula. Porém, os cursos de licenciatura que são de disciplinas experimentais exigem ainda mais este seguimento, já que além da postura professor precisam associar a postura prática da experimentação.

> A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1992).

Neste seguimento, a experimentação aponta-se mais do que necessária para aprender algo e sim crucial no desenvolvimento de uma ponderação e aquisição crítica. “Atualmente, decorrente das inovações ocorridas nas pesquisas metodológicas desenvolvidas em torno da área da Didática das Ciências, a experimentação deixa de ser uma mera reprodução para ser vista como uma atividade de caráter investigativo”. (SANTOS, 2013).

Além disso, o modo reflexivo tão presente na forma docente precisa ser desenvolvido. Santos (2013) nós diz que: “a formação inicial de professores de Ciências Biológicas e Química deve estar embasada, sobretudo na preparação de um licenciado que tenha domínio articulado da teoria/prática para a construção da autonomia docente, baseada na ação interpessoal para a eficácia da prática e desenvolvimento de técnicas para o domínio da experimentação”.

Em isolamento social, das séries iniciais as universidades o ensino tomou novos focos, e a grande maioria se tornou EAD (ensino à distância). Tão significativo, neste sentido, falando sobre este tipo de ensino e suas implicações, Cunha, Silva e Bercht (2008) nos dizem que: “Os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (AVEA) atuais têm enfatizado a importância da aprendizagem onde o aluno é o foco. Entretanto, o objeto de discussões e investigações hoje em andamento privilegia mais as questões relativas às técnicas do que as afetividades envolvidas”.

Por esse lado é preciso analisar outras configurações e tomar como base que este tipo de ensino pode trazer alguns imbróglios no que se refere à aprendizagem como um todo, e ainda mais, se consideramos o modo rápido e inesperado como foi mudado todo o cenário educacional e como isso pode afetar pontos chave no próprio EAD e toda a importância de algo bem estruturado que atenda essas demandas. Assim:

> A comunicação e a interação entre tutor e alunos, embora aparentemente simples, é chave na EaD, pois há um tempo físico entre as mensagens que saem do transmissor e chegam ao receptor e não se podem corrigir as ambigüidades da linguagem, que dificultam a compreensão e a comunicação, senão depois de algum tempo. Em outros termos, a comunicação entre o tutor e os alunos deve objetivar clareza e ao mesmo tempo possibilitar aproximação, calor humano, compartilhamento. (MILL, ET.AL, 2009, p.121).

Em muitas situações cotidianas a tecnologia está presente na vida do ser humano e em muitos casos também, apesar da sua disseminação e avanço, principalmente dos a partir dos anos 90, algumas pessoas podem se encontrar limitadas ao seu uso, seja por falta de conhecimento com as ferramentas ou por falta de contato com equipamentos como tablets, notebooks ou smartphones. Este contexto parece algo fora do comum, mas muitas pessoas atualmente não tem acesso à internet e podem sentir dificuldade quando precisam usar algo neste contexto. Tomando essa realidade, Araújo, Vieira, Klem e Kresciglova (2017) falam sobre a tecnologia como revolucionária, mas também em aspecto histórico interessante no contexto pobreza:

> Essa evolução tecnológica gerou o empobrecimento de grande parte da população. Com advento da revolução verde na agricultura, aumentou o desemprego estrutural, obrigando trabalhadores do campo a migrarem para a cidade. A mão-de-obra assalariada substituída por máquinas, abriu espaço para as desigualdades sociais nas cidades, contribuindo para o aumento da pobreza. Isso nos leva a pensar que qualquer ser vivo, para preservar a própria existência, acaba fazendo uso dos meios disponíveis, já que as transformações do meio são inevitáveis, consequentemente buscando formas de adaptação e organização social. (ARAÚJO, VIEIRA, KLEM E KRESCIGLOVA, p. 923, 2017).

Além do aparato tecnológico e acesso a internet, Azevedo (2018), nós diz que "a atuação de docentes em cursos de Educação a Distância (EaD) exige a busca de profissionais com habilidades, atributos técnicos e relacionais para orientar os aprendizes em suas atividades discentes. Precisam, também, procurar estabelecer vínculos com os alunos, aproximando-os, já que estão separados temporal e/ou fisicamente".

Neste sentido, e trazendo para o lado das ciências, é extremamente importante que além desses pontos haja uma contextualização, pois diante da necessidade e a vista de implantação do EAD temporário, que sem sobra de dúvidas colaborou para o não paralisamento das atividades como um todo, também existe a questão experimental dos cursos que é um ponto considerável.

"As aulas práticas devem complementar o processo de aprendizagem e oferecer aos alunos a possibilidade de aplicar a teoria, manuseando substâncias e instrumentos de forma orientada e, assim, transpondo para a realidade tudo o que é aprendido em sala de aula. Os experimentos podem enriquecer o planejamento e a prática de ensino e poderão criar pontos de articulação com temas e conceitos presentes nas diretrizes curriculares ideais". (SANTOS, 2013). Este mesmo autor também nos diz que:

> "Na formação dos professores de Ciências a aquisição do conhecimento profissional específico deve envolver uma linguagem própria para a compreensão da natureza do conhecimento científico, da epistemologia da ciência e das teorias de aprendizagem. Pensando nisso, a formação desses profissionais deve abranger os conhecimentos científicos e pedagógicos, apresentando situações em que tenham contato com a realidade escolar desde a graduação, incentivando a criação de uma cultura em que o professor problematize sua prática, transformando-a em objeto de estudo buscando sempre a formação continuada". (SANTOS, p. 12, 2013).

Cunha, Silva e Bercht (2008) nós dizem que: "os professores são tão importantes neste processo quanto os alunos, pois, dependendo do seu conhecimento técnico e de suas características afetivas, influenciam diretamente nas relações entre os participantes e nos resultados de todo o processo educativo considerado". Neste sentido, podemos contemplar algo que não está no enfoque

ISSN 2316-8021

deste estudo, mas é muito importante também, que são os professores, que podem ter sofrido também algum tipo de dificuldade com vista o enfrentamento desse período.

PROCEDIMENTO METODOLOGICO

A transcrição das respostas é algo pertinente com vista à evidenciação daquilo que se quer passar, e, além disso, é uma boa forma de tomar exatamente as opiniões dos indivíduos que foram entrevistados. Considerando o aspecto da pesquisa, não objetivamos focar no número de participantes, já que pelo caráter de distanciamento ocorre muitas vezes à inviabilidade para as respostas, como falta de internet, e justamente por isso, o estudo foi feito, para observar as delimitações desses universitários em pandemia.

Por esse ponto, tais sujeitos foram descritos com a letra G (graduando) como forma de tomar tal procedimento e para diferenciação dos mesmos, usou-se números conforme a ordem das respostas em cada indagação (Ex: G3, G10, G12...). Na escolha amostral escolheram-se aqueles que mais souberam desenvolver e expressar de forma clara suas opiniões e pensamentos. Este estudo usou como base os graduandos em licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Alagoas, campus II, Santana do Ipanema.

Com vista a todo o cenário de mudança e adaptação a pesquisa ocorreu também de forma *online*, onde um questionário semiestruturado, construído no *google* formulários foi disponibilizado aos estudantes através da comunicação por plataformas digitais, principalmente redes sociais como whatsapp, contendo 6 questões. Qualquer pessoa da graduação do 1° até o 8° período pode responder, durante o período de 30 dias, sob égide ao caráter de voluntariedade. No referido questionário, informações pessoais não foram solicitadas, apenas opiniões e características com vista à forma de estudo e os métodos próprios de cada pessoa, neste sentido.

Conforme o supracitado, o questionário era de caráter semiestruturado, contendo questões abertas e fechadas que possibilitam boa construção de opiniões e ao mesmo tempo, possibilitam a mostra um percentual de diferentes opiniões, o que proporciona assim mais um meio de observação para a pesquisa. As discussões foram reunidas pelas indagações determinadas e assim giraram por vez, em torno disto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante destacar que a experimentação constitui um importante, necessário e primordial ponto na construção de um bom aprendizado nas ciências experimentais. Porém, esse não é só o entrave destacável a ser observado, pois alunos de outras ciências também podem se mostrar cansados ou não produtivos em decorrência da pandemia, ou em qualquer outra mudança de rotina muito forte e inesperada. Sobre o ensino de biologia, Miranda, Leda e Peixoto (2013) nós dizem que:

> As Atividades práticas favorecem uma dinamização dos conteúdos de Biologia, pois estimulam através do contato dos alunos com as práticas, a curiosidade, a atenção e em alguns casos a vocação científica. Por meio das atividades práticas, o aluno consegue visualizar melhor os fenômenos, reações e todo o assunto abordado em sala, uma vez que é o sujeito da aprendizagem. O manusear, ver e anotar desperta no aluno o interesse por tais atividades. Assim, é de suma importância que uma instituição de ensino, seja ela pública ou particular, valorize as atividades práticas, pois elas contribuem para o desenvolvimento do ensino de Biologia. (MIRANDA, LEDA E PEIXOTO, 2013, p.89).

Essencialmente, este estudo trouxe às características dos alunos de graduação em Ciências Biológicas que possuem a experimentação como um foco, entretanto, as discussões também devem girar em torno das limitações que são independentes do curso e ocorreram com vista à necessidade adequação rápida, abrupta e inesperada, e que pode ter trazido prejuízos aos estudantes de uma maneira ampla e em vista dos seus processos de aprendizagem e implicações.

A primeira questão do questionário visou justamente o ponto inicial deste estudo: as práticas experimentais. Porém, associados ao segundo aspecto do curso, a licenciatura e os pontos pedagógicos. Portanto, buscou-se visualizar como tais estudantes se sentem neste quesito. A questão abordava: "O que você mais sente falta, considerando os aspectos 'experimentais, tanto pedagógicos como científicos que o curso de licenciatura em ciências biológicas exige'"?

G13: *Aulas presenciais, o contato direto com os professores e colegas de turma. As aulas práticas e o ambiente que a Universidade oferece para a realização das atividades.*
G03: *Nas disciplinas biológicas – o conteúdo ser passado de forma mais clara, ser realizado experimentos para ajudar na fixação do conteúdo. Nas disciplinas pedagógicas- a falta do aprofundamento, da prática, porque afinal o curso é de licenciatura.*
G06: *Aulas práticas em laboratório e também em campo são essenciais para a formação de um profissional da área de Ciências Biológicas*
G02: *Das aulas presenciais e o contato com a turma.*
G08: *Das aulas e o contato com o professor.*

Ao observar tais respostas, é possível visualizar a pré-disposição já imaginada: as aulas experimentais dos dois vieses – pedagógicos e científico-laboratoriais – são consideradas muito importantes pelos graduandos e representam total notoriedade no que se refere a questão da formação do sujeito e profissional da área. Esse ponto é considerável, pois o professor possui a necessidade do saber reflexivo sobre a própria prática. Santos (2013) em uma pesquisa sobre a importância da experimentação e práxis dos professores de Ciências, nos diz em dado momento algo muito relevante sobre teorias e práticas e modo reflexivo e em outro, sobre o que deve a prática da experimentação:

> "O modo reflexivo de atuar como professor deve ser permeado de discussões sobre teorias e práticas, para que as pessoas envolvidas no processo educativo possam conquistar uma postura questionadora, que problematize a prática e construa, a partir daí, conhecimentos alicerçados em bases sólidas". (SANTOS, p. 13, 2013).
> "A prática da experimentação deve estabelecer a oportunidade de analisar as potencialidades e vivenciar uma série de atividades baseadas em propósitos teóricos e metodológicos, para desenvolver e aplicar uma aula experimental e elaborar um projeto de laboratório didático". (SANTOS, p. 15, 2013).

Ainda neste questionamento, percebe-se que além das práticas experimentais que a questão propunha, outro ponto se sobressaiu: o contato e o ambiente escolar. Isto é algo bem interessante a ser notado, pois demonstra que o ambiente influencia o ensino/aprendizagem. Em um trabalho denominado "A importância da afetividade na aprendizagem escolar: o afeto na relação aluno-professor" em suas conclusões, Silveira (2014) nós diz que: "deve ser questionada a separação entre racionalidade e afetividade, e valorizado os sentimentos que estão presentes em todas as relações humanas. A razão não nega a emoção".

A segunda questão propunha saber como estes graduandos estão agindo em relação aos estudos conforme a situação. Apresentava: "Você desenvolveu algum meio tecnológico para facilitar/incentivar seus estudos? Se sim, explique o que, se não, acha que deveria ter desenvolvido"?

ISSN 2316-8021

G16: *"Limitar o tempo online nas redes sociais, usando este tempo como "recompensa" quando a meta de estudos é alcançada".*
G03: *"Não, apenas sigo as plataformas que os professores disponibilizam e faço uso delas".*
G04: "*Sim, com auxilio de um cronometro, eu me desafio a ficar 30 minutos* (estudando) *seguido com 3 minutos de descanso".*
G01: *"Sim, aplicativos e plataformas".*
G14: *"Não, mas creio que seria uma boa criar meios para facilitar os estudos".*

É possível fazer uma ressalva ao observar as respostas emitidas pelos estudantes, neste período, pois as pessoas que não realizaram nenhum tipo de mudança no quesito estudos, acham pelo menos, que tal hábito é importante. Neste sentido, algumas das respostas enfatizaram a questão do foco no tempo de estudo, limitando alguns pontos para o êxito na realização das atividades. Com base nestes vieses, é primordial levantar a conjuntura de que, ou de forma brusca ou mais equilibrada, tal momento representou um impacto na realização das atividades e na ponderação de conhecimentos destes graduandos.

Com base na sequência diretiva, a questão seguinte buscou observar, se a partir desse ponto, – de facilitação ou incentivação dos estudos por meios que eles mesmos desenvolveram - esses alunos poderiam tencionar pensamento a algum recurso ou meio que possibilitasse justamente uma aproximação maior com a realidade experimental que o curso exerce. Indagou-se: "Você pensaria em alguma saída alternativa que ajudasse cursos experimentais no ensino EAD nesse momento? Responda sim ou não e explique".

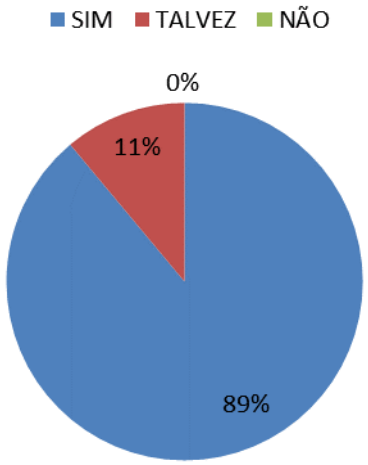
G03: "*Sim, os cursos experimentais podem manter uma base teórica boa e criativa de explicação e entendimento, as ressalvas que devem ser feitas se da a disponibilidade de material para com aquele que o curso é oferecido . Um experimento científico pode ser demonstrado em vídeo por exemplo . Claro que não é o ideal , mas é uma adequação ao momento".*
G05: "*Não, pensamentos práticos nesses momentos de tensão são complexos para mim".*
G07: "*Sim, conteúdos chamativos, plataformas práticas que facilitassem o acesso e que desse prazer ao aprendizado".*
G08: "*Não. Acredito que cursos mais teóricos adaptam-se melhor ao EAD".*
G11: "*Sim. Criação de plataformas mais específicas e organizadas, que atendam as necessidades dos alunos".*

As respostas aqui variaram muito, alguns responderam que sim e outros que não. Aqui, tomando ainda como ressalta a questão da mudança na questão anterior, o graduando G05 respondeu algo muito pertinente e que confirma o ponto anterior: este período, provocou mudanças e impactos na ponderação de conhecimentos e ainda na vivência dos mesmos, na forma de enxergar o mundo ao seu redor. A segunda resposta "não", aqui representou algo também muito ressalvável e que se idealiza conforme o viés deste estudo sobre as práticas experimentais, onde tal aluno destaca que cursos mais teóricos se adaptam melhor a forma de estudos EAD.

Além dessas, alguns alunos responderam "sim" e trouxeram destaque, principalmente, ao uso mais regular de ferramentas novas e que são foram ainda exploradas. Além disso, a organização e a questão de que tais métodos não são totalmente adequados, mas são necessários neste momento, também foram descritos. As questões sequentes trouxeram caráter opinativo que permitiu delinear algo mais percentual relacionado a alguns pontos.

Pergunta 1 disponibilizada no caráter percentual: "Você acha que o isolamento social provocado pela pandemia do covid-19 afetou em algum momento a compreensão do conteúdo de alguma disciplina?"

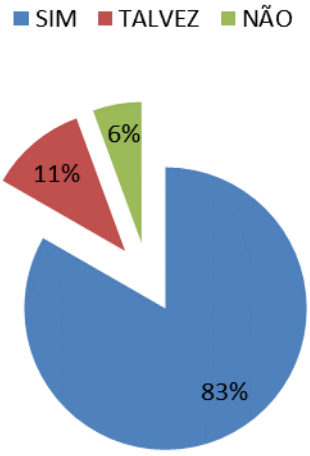
ISSN 2316-8021



Opinião dos graduandos sobre possível imbróglio na compreensão das disciplinas em curso por causa do isolamento social. Autoria própria. Santana do Ipanema, 2020.

Observa-se aqui que todos os participantes deste estudo tem conhecimento que em pelo menos algum momento, seus estudos ou suas compreensões sobre eles, no que tange conteúdos, ficaram limitadas. Neste sentido, nenhuma pessoa respondeu "não" sobre o indagamento. Sua maioria (89%) respondeu que "sim". Portanto, visualiza-se o método EAD por mais necessário que seja em tal momento, não contempla totalmente a necessidade do alunado. Isso pode ser justificado por muitos fatores, e neste sentido, a proximidade e o contato real em sala de aula, podem ser destacados.

Pergunta 2: "Você acredita ou tem conhecimento de que possam existir algumas lacunas no seu aprendizado devido a inexistência de atividades presenciais, logo, práticas /experimentais/ laboratoriais/ de campo?"



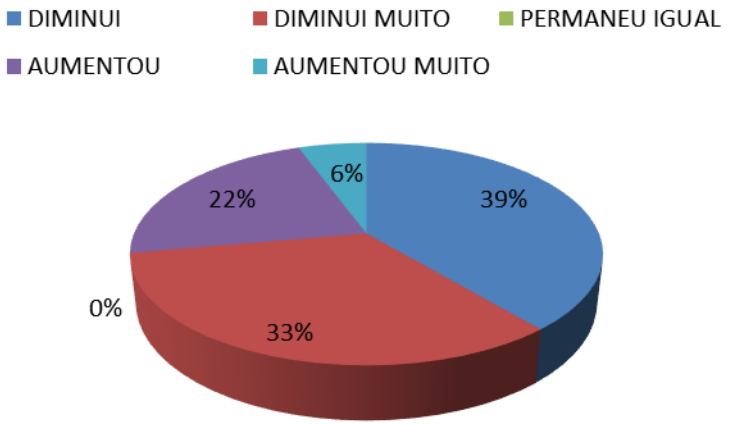
Opinião sobre lacunas no aprendizado, devido à inexistência de momentos presenciais. Autoria própria. Santana do Ipanema, 2020.

Nesta indagação, a questão é parecida com a anterior, porém o foco é a ausência das praticas do curso com um todo. A grande maioria (83%), novamente, respondeu que "sim". É importante ressaltar que muitas vezes, algumas disciplinas dos cursos experimentais possuem um caráter mais teórico, e, portanto, não necessitam de prática ou a utilizam pouco. Isso varia na escolha das disciplinas, no período do curso ou de acordo com os semestres. Aqui, não há tanta

ISSN 2316-8021

discussão, a visualização dos dados e a contemplação ou o reconhecimento das disciplinas do curso, já são autoexplicativas para os números.

Pergunta 3: Você diminuiu seu ritmo de estudos desde o inicio do isolamento social?



Ritmo de estudos dos graduandos durante o período de isolamento social. Autoria própria. Santana do Ipanema, 2020.

Ritmo de estudos é algo interessante a ser debatido, neste sentido. O majoritário contingente da pesquisa, respondeu que diminuiu (39%) ou diminuiu muito (33%). Muitas pessoas em tempo de tensão diminuem o ritmo de suas atividades, o que é normal, pois a improdutividade decorre muito da exposição a situações de estresse ou ansiedade. Observado o contexto desse isolamento social, pode se destacar o medo do contágio ou o tempo excessivo em casa como agravadores desses processos. Porém, é muito interessante salientar também os percentuais menores, mas existentes de pessoas que de algum modo aumentaram seus ritmos de estudos durante tal período. O que pode ocorrer é que em contraposição à situação anterior é que em momentos de tensão algumas pessoas tendem a focar sua direção aos estudos como forma de alívio. Isso também pode ser explicado, pelo tempo livre gerado com a paralisação majoritária de outras atividades no geral.

CONCLUSÃO

A partir das análises feitas neste estudo, dos resultados obtidos e da dinâmica das respostas, considerando principalmente, o caráter investigativo que a profissão do professor necessita exercer e os procedimentos práticos e laboratoriais do profissional de Ciências experimentais como a biologia, e ainda tomando como base a aplicação do ensino EAD temporário, percebe-se ocorreram algumas limitações por parte dos graduandos neste período. Algumas disciplinas podem ter tido mais dificuldade, outras menos. Além disso, é necessário ressaltar a questão da proximidade e afetividade tão abordadas neste estudo, como representantes também um possível ponto de agravamento para lacunas existentes nos processos de ensino e aprendizagem.

Assim, conclui-se que a internet e os meios de comunicação social, facilitam muito a vida da sociedade moderna, sem elas muitos serviços e padrões de comunicação seriam fortemente comprometidos ou não existiriam. Porém, algumas questões na vida acadêmica e científica são insubstituíveis. O método EAD fez-se muito necessário, importante e sem dúvidas de grande valia, neste período, porém, algumas lacunas se mostraram presentes, inevitavelmente.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Sérgio Paulino de; VIEIRA, Venessa dantas; KLEM, Suelen Cristina dos Santos; KRESCIGLOVA, Silvana Binde. Tecnologia na Educação: Contexto

Histórico. *Papel e Diversidade*. IV Jornada de Didática e III Seminário de Pesquisa do CEMAD, v. 40, n. 4, p. 920-928, março, 2017.

2. AZEVEDO, Érica De Melo. A importância da experimentação em cursos de graduação em química modalidade Ead. *CIET: EnPED,* v. 4, n. 1, p. 10-35, maio, 2018.
3. BROOKS, Samantha K.; REBECCA, Webster K.; SMITH, Louise E.; WOODLAND, Lisa; WESSELY, Simon.; GREENBERG, Neil.; RUBIN, James G. The psychological impact of quarantine. *The Lancet*, vol. 395, n. 10227, p. 12-920, Março, 2020.
4. CUNHA, Cláudio Rodrigues; SILVA, Júlia Marques Carvalho; BERCHT, Magda. Proposta de um Modelo de Atributos para o Aprimoramento da Comunicação Afetiva para Professores que atuam na Educação a Distância. In: *Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)*. v. 2, n.1, p. 573-582, nov., 2008.
5. DA SILVEIRA, Elisete Avila. A Importância da Afetividade na Aprendizagem Escolar: O Afeto na Relação Aluno-Professor. Psicologado, v. 4, n. 2, p. 1-12, março, 2014.
6. MADKE, Patrícia; BIANCHI, Vidica; FRISON, Marli Dallagnol. *Interação no espaço escolar: contribuições para a construção do conhecimento escolar*. In: VI Encontro Regional Sul de Ensino de Biologia (EREBIO-SUL). VI edição, Santo Angêlo- RS. EIXO 7 – Educação, Ciência, Tecnologia, Sociedade, Ambiente e Cultura. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus Santo Angêlo. Erembio Sul, julho, 2013. Disponível em: http://san.uri.br/sites/anais/erebio2013/poster.
7. MILL, Daniel et al. O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo. *Cadernos da pedagogia*, v. 2, n. 4, 2009.
8. MIRANDA, Viviane Bernardes dos Santos; LEDA, Luciana Ribeiro; PEIXOTO, Gustavo Ferreira. A importância da atividade prática no ensino de biologia. *Revista de educação, ciências e Matematica*, v. 3, n. 2, 2013.
9. NÓVOA, António. *Formação de professores e profissão docente*. 1992.
10. OLIVEIRA, Maria Letícia Marcondes Coelho et al. Lêvitude emocional e as estratégias da Teoria Cognitivo-Comportamental para o enfrentamento do COVID-19. *Revista Enfermagem e Saúde Coletiva-REVESC*, v. 5, n. 1, p. 3-11, 2020.
11. SANTOS, Paula Regina dos. A importância da experimentação na formação inicial e suas implicações no processo de ensino e na práxis dos professores de ciências. *ROCA-Universidade tecnológica federal do Paraná*. v. 61, n. 1, p. 2547, março, 2013.

ISSN 2316-8021

Doenças negligenciadas e investimentos em pesquisa e desenvolvimento: uma revisão bibliográfica

Neglected diseases and investments in research and development: a literature review

Alícia Graziela Alves Guimarães, Analúcia Guedes Silveira Cabral

[1]Graduanda em Farmácia pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida; [2]Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora pelo referido programa com a tese intitulada "CONSTITUINTES QUÍMICOS E ATIVIDADE FARMACOLÓGICA DE Combretum duarteanum Cambess.(COMBRETACEAE)". Professora das disciplinas Química Farmacêutica e Medicinal I e II, Farmacobotânica, Farmacognosia, Farmacoterapia, Toxicologia, Quimioterápicos Oncológicos do Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES-UNITA (Caruaru-PE). Tem experiência na área de Farmácia, com ênfase em Farmacoquímica, atuando principalmente nos seguintes temas: Farmacoquímica, Química Farmacêutica, Química Orgânica, Farmacognosia e Produtos Naturais.

RESUMO: O direito à saúde não ecoa de forma equânime ao longo do mundo. Isto torna-se inequívoco com a existência de doenças que, por serem arraigadas à pobreza e cirscunscritos a países contidos em um cinturão de subdesenvolvimento, estão sob a ótica da negligência. As doenças negligenciadas representam uma fatia considerável da carga global de doença, mas o desenvolvimento de produtos terapêuticos para essas doenças é desproporcionalmente baixo. Considerando a necessidade de trazer à luz da discussão os investimentos em P&D direcionados para estas doenças, objetivou-se, através de uma revisão integrativa da literatura, discutir sobre o cenário das doenças negligenciadas frente à lacuna existente no âmbito dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) direcionadas para o enfrentamento destas doenças. Para isto, foram exploradas as bases de dados PubMed e SciELO, incluindo apenas estudos completos, publicados nos últimos 5 anos (2015-2020), em inglês e português, desconsiderando resumos de congresso, teses, dissertações e monografias. A pesquisa resultou em 224 artigos, mas apenas 10 abarcaram os critérios de inclusão. A literatura mostrou que, no período de 1990-2010, os percentuais de investimentos globais foram ínfimos (1,34%). Desde 2016, porém, o financiamento global apresentou aumento, atingindo um recorde de US$4,05m em 2018 e completando três anos consecutivos de crescimento, dos quais 69% ($2,799m) do total concentraram-se em HIV/AIDS, tuberculose e malária. No que tange os fármacos que chegaram ao mercado entre 2012-2018, de 256 apenas 8 (3,1%) tinham como alvo as DNs. Sobre as novas entidades químicas (NEQ), que representam de fato inovação, aprovadas em 2000 a 2018 (6), 4 foram indicadas para a malária e nenhuma para as DTNs. Apesar dos aumentos observados, estes ainda não são proporcionais aos impactos e não representam o que elas detêm da carga global da doença. Observa-se, portanto, que os investimentos em P&D, em virtude da lógica econômica e hegemônica capitalista, ainda situam-se à margem do sistema. Para o enfrentamento desta questão, faz-se necessário o estabelecimento e fortalecimento de estratégias que empreendam a tríade “governo-academia-indústria”.

PALAVRAS-CHAVE: Doenças negligenciadas, Investimentos em saúde, Medicamentos.

ABSTRACT: The right to health does not echo equally throughout the world. This is made clear by the existence of diseases that are rooted in poverty and restricted to countries within an underdevelopment belt. Neglected diseases account for a considerable share of the global disease burden, but the development of therapeutic products for these diseases is disproportionately low. Considering the need to bring to light the discussion of R&D investments directed to these

diseases, the objective was, through an integrative literature review, to discuss the scenario of neglected diseases in light of the existing gap in R&D investments directed to confront these diseases. To this end, the PubMed and SciELO databases were explored, including only complete studies, published in the last 5 years (2015-2020), in English and Portuguese, disregarding congress abstracts, theses, dissertations and monographs. The literature showed that, in the period 1990-2010, the percentages of global investments were tiny (1.34%). Since 2016, however, global funding has increased, reaching a record US$4.05m in 2018 and completing three consecutive years of growth, of which 69% ($2.799m) of the total was concentrated on HIV/AIDS, tuberculosis and malaria. In terms of drugs that reached the market between 2012-2018, from 256 only 8 (3.1%) were targeted by DNs. Regarding the new chemical entities (NEQ), which actually represent innovation, approved in 2000 to 2018 (6), 4 were indicated for malaria and none for NTDs. Despite the observed increases, these are still not proportional to the impacts and do not represent what they hold of the global burden of the disease. Therefore, it can be observed that investments in R&D, due to the economic and hegemonic capitalist logic, are still at the margin of the system. In order to face this issue, it is necessary to establish and strengthen strategies that undertake the triad "government-academia-industry".

KEYWORDS: Neglected diseases, Health investments, Medicines.

INTRODUÇÃO

O modo de viver urbano, deflagrado pelo binômio industrialização/urbanização, congregou pressões ecológicas e sociais capazes de conduzir a mudanças demográficas, psicossociais, materiais e nos padrões de consumo (CAIFFA, 2012). Tais demandas provocaram a inserção do mundo, de modo heterogêneo, em um processo denominado por *Omran, em* 1971, como transição epidemiológica. Apesar da desuniformidade espaço-temporal, isto possibilitou uma convergência intrínseca: a substituição das doenças transmissíveis por não-transmissíveis.

Os países subdesenvolvidos, no entanto, situados à periferia do sistema capitalista, como África, Ásia e América Latina, não seguiram esta linearidade. Segundo Prata (1992), há uma simultânea persistência, embora quantitativamente diferenciada, de ambos os perfis (doenças crônico-degenerativas e infectocontagiosas). O contexto epidemiológico destas nações, portanto, é marcado pela intersecção dos novos e velhos problemas de saúde.

Dentre os velhos problemas, estão as Doenças Negligenciadas (DNs), caracterizadas por apresentarem baixos índices de mortalidade, porém, em paralelo, representarem uma fatia considerável da carga global de doença. No entanto, embora sejam responsáveis por mais de 10% da carga global, o desenvolvimento de produtos terapêuticos para essas doenças é desproporcionalmente baixo (YAMEY G, et al., 2018). A discussão deste cenário, portanto, deve ser colocada de forma punjante para conduzir a avanços no enfrentamento destas mazelas e favorecer a redefenição desta realidade. Partindo deste pressuposto, este estudo objetivou discutir sobre o cenário das doenças negligenciadas frente à lacuna existente no âmbito dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) direcionadas para o enfrentamento destas doenças

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O referido estudo trata-se de uma análise de dados secundários, por meio de uma revisão integrativa de caráter bibliográfico acerca dos investimentos em P&D direcionados para as DNs. Para tanto, conduziu-se uma pesquisa bibliográfica, no mês de julho de 2020, explorando os artigos indexados nas bases eletrônicas de dados PubMed e Scientific Electronic Library Online (Scielo), por meio das palavras-chaves em inglês “Neglected Diasease”, “Reasearch”, “Development” e “Disease Burden”.

Foram incluídos, após leitura de títulos e resumos, apenas os artigos que se encaixavam no tema proposto, redigidos nas línguas inglesa, portuguesa ou espanhola e publicados nos últimos

cinco anos (2015-2020). Os trabalhos do tipo resumos de congresso, teses, dissertações e monografias foram excluídos do estudo. A pesquisa resultou em 224 artigos, mas apenas 10 abarcaram os critérios de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito à saúde, reconhecido como direito humano fundamental, sofre os impactos dos abismos econômicos, políticos e sociais, não ecoando de forma equânime ao longo do mundo. Isto torna-se inequívoco com a existência de doenças que, por serem arraigadas à pobreza e circunscritas a países contidos em um cinturão de subdesenvolvimento, os quais são vulneráveis socioeconomicamente, estão sob a ótica da negligência (VASCONCELOS RS, et al., 2016).

As ditas doenças negligenciadas, segundo a Organização Mundial da Saúde (2017), constituem um rol taxativo de vinte doenças tropicais negligenciadas (DTNs), além do Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS), da malária, tuberculose e doenças diarréicas. Estima-se que este grupo de doenças acometa mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo, mas com uma inclinação desproporcional às populações em situação de fragilidade econômica, social e sanitária, que residem em países tropicais e subtropicais (WHO, 2017). Por isso, estão sob o prisma do subfinanciamento.

No período de 1990-2010, apenas 1,34% dos gastos globais em P&D relacionados à saúde foram voltados para estas mazelas, mesmo sendo responsáveis por cerca de 13,8% da carga global de doença (VON PHILIPSBORN P, et al., 2015). No Brasil, entre 2004-2016, dos 253 novos medicamentos aprovados, nenhum as tinham como direcionamento. (HOEFLER R, et al., 2019). Desde 2016, porém, o financiamento global apresentou aumento, atingindo um recorde de US$4,05m em 2018 e completando três anos consecutivos de crescimento. Este aumento é equivalente a 7,9% e >15% em relação aos anos de 2017 e 2016, respectivamente. Porém, 69% ($2,799m) do total concentraram-se em HIV/AIDS, tuberculose e malária, constrastando com as DTNs, que tiveram uma queda de 9,1% (US$ 34 milhões) em 2018 comparado a 2009. O setor público sempre foi a maior fonte de investimento, mas vale pontuar o crescimento de 20% (US$ 118m) da iniciativa privada no ano de 2018 (CHAPMAN N, et al., 2019).

O crescimento supracitado no financiamento em P&D não pode ser subestimado, mas ainda há uma distância substancial entre o impacto das DNs e o desenvolvimento de novas terapias. Em 2012-2018, 256 novos fármacos chegaram ao mercado, mas apenas 8 (3,1%) tinham como alvo as DNs. Este dado revela um retrocesso em relação aos 11 anos anteriores (2000-2011), período no qual 4% eram direcionados para as DNs. Sobre as novas entidades químicas (NEQ), que representam de fato inovação, aprovadas em 2000 a 2018 (6), 4 foram indicadas para a malária e nenhuma para as DTNs. No período de 2012-2018, apenas 2 foram NEQs, os outros 6 fármacos aprovados foram reposicionados, biológicos ou novas formulações (FERREIRA L e ANDRICOPULO A, 2019).

Diantes destes resultados, observa-se que o progresso científico e tecnológico das últimas décadas gerou inovações terapêuticas que impactaram substancialmente sobre a expectativa e qualidade de vida das populações de todo o mundo. Por outro lado, este progresso não alcançou as DNs, que continuam atigindo comunidades marginalizadas. Esta realidade se mantém, em grande parte, pelo contexto de hegemonia capitalista e pela concepção mercadológica intrincada. Segundo Vasconcelos (2016), são doenças negligenciadas pelo capital, isto por serem insignificantes enquanto nicho de rendimento econômico, não atraindo o interesse de investimentos por instituições financeiras internacionais, ou mesmo da indústria de medicamentos.

Este sistema, então, conduz à ausências nos investimentos e inovações em P&D direcionados para estas mazelas, sobretudo para as DTNs, refletindo no número extremamente reduzido de medicamentos que chegaram ao mercado ao longo dos últimos anos. Apesar dos aumentos observados, estes ainda não são proporcionais aos impactos e não representam o que elas detêm da carga global da doença, permanecendo as lacunas no financiamento (YAMEY, et al., 2018).

ISSN 2316-8021

CONCLUSÃO

Diante do exposto, observa-se que os investimentos em P&D, em virtude da lógica econômica e hegemônica capitalista, ainda situam-se à margem do sistema. Porém, o enfrentamento desta questão não empreende de forma única a perspectiva econômica, mas também política, evocando a tríade "governo-academia-indústria". Neste contexto, é necessário o estabelecimento e fortalecimento de estratégias que contemplem estes três atores para o sucesso de ações na área de P&D de fármacos para as DNs.

REFERÊNCIAS

1. CAIAFFA WT, FRICHE AAL. Urbanização, globalização e segurança viária: um diálogo possível em busca da equidade?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 9, p. 2238-2241, set, 2012.
2. CHAPMAN N, et al. Neglected Disease Research and Development: Reaching New Heights. *G-FINDER Report*, 2019. Disponível em: https://s3-ap-southeast-2.amazonaws.com/policy-cures-website-assets/app/uploads/2020/02/11150341/G-Finder2019.pdf. Acesso em: 11 de ago, 2020.
3. FERREIRA L, ANDRICOPULO A. Drugs and vaccines in the 21st century for neglected diseases. *The Lancet Infectious Diseases*, v. 19, n. 2, p. 125-127, fev, 2019.
4. HOEFLER R, et al. Added therapeutic value of new drugs approved in Brazil from 2004 to 2016. *Cadernos de saude pública*, v. 35, n. 5, e00070018, maio, 2019.
5. PHILIPSBORN P, et al. Poverty-related and neglected diseases–an economic and epidemiological analysis of poverty relatedness and neglect in research and development. *Global health action*, v. 8, n. 1, 25818, jan, 2015.
6. PRATA, Pedro Reginaldo. A transição epidemiológica no Brasil. *Cadernos de saúde pública*, v. 8, n. 2, p. 168-175, abr/jun, 1992.
7. VASCONCELOS RS, et al. Doenças Negligenciadas: revisão da literatura sobre as intervenções propostas. Sau. & Transf. Soc., v. 6, n. 2, p. 114-131, nov, 2016.
8. World Health Organization (WHO). Neglected Tropical Disease, 2017. Disponível em: https://www.who.int/neglected_diseases/diseases/en/. Acesso em: 11 de ago, 2020.
9. YAMEY G, et al. Funding innovation in neglected diseases. *Br Med J*, v. 360, k1182, mar, 2018.

ISSN 2316-8021

Prevalência de pressão arterial em crianças e adolescentes no âmbito escolar
The prevalence of blood pressure in children and adolescents in the school contexxt

Karoline Biezus[1]

1- Acadêmica de Medicina na Universidad de Buenos Aires - UBA; Ciudad Autônoma de Buenos Aires - Argentina; E-mail: karobiezus@yahoo.com.br.

RESUMO: A hipertensão arterial constitui um grave problema de saúde pública por afetar grande parte da população mundial, dentre eles crianças e adolescentes. O tratamento e controle da hipertensão arterial representa desafios às autoridades governamentais e profissionais de saúde. Com este estudo objetivou-se realizar o diagnóstico de hipertensão arterial em crianças e adolescentes no município de Erechim em 2012 com o auxílio do Professor Irany Achiles Denti. A amostra foi feita através de um teste piloto com 137 crianças; o desvio padrão é de 7,7 mmHg; o nível de confiança é de 99%, admitindo-se um erro de 0,8 mmHg. Os dados foram coletados em 381 indivíduos com faixa etária entre 6 a 17 anos de uma escola pública composta por 48% de meninos e 52% meninas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da URI- Campus de Erechim, sob o número 007/PIH/06, em 25 de abril de 2006. O método utilizado foi o esfigmomanômetro e auscultatório. A altura foi aferida com régua apropriada acoplada à balança. Sendo que a classificação geral da pressão arterial evidenciou 91,81% normotensos, 7,15% limítrofes; 0,78% com hipertensão estágio I e 0,26% hipertensão estágio II. Embora poucos foram os casos de hipertensão elevada é imprescindível um acompanhamento contínuo e hábitos saudáveis ao longo da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção, Saúde, Diagnóstico da Hipertensão.

ABSTRACT: Arterial hypertension is a serious public health problem because it affects a large part of the world population, including children and teenagers. The treatment and control of hypertension represent a challenge to government authorities and health professionals. This study aimed to diagnose arterial hypertension in children and adolescents in the municipality of Erechim in 2012 with the help of Profesor Irany Achiles Denti.The sample was made through a pilot test with 137 children; the standard deviation is 7.7 mmHg; the confidence level is 99%, assuming an error of 0.8 mmHg. Data were collected from 381 individuals from a public school between 6 to 17 years old and composed of 48% boys and 52% girls. The project was approved by the Research Ethics Committee of URI- Campus of Erechim, under number 007 / PIH / 06, on April 25th, 2006. The method used was sphygmomanometer and auscultatory. The height was measured with an appropriate ruler attached to the scale. The general classification of blood pressure showed 91.81% normotensive, 7.15% borderline; 0.78% with stage I of hypertension, and 0.26% with stage II of hypertension. Although there were few cases of high hypertension, it is considered essential continuous monitoring and healthy habits throughout life.

KEYWORDS: Prevention, Health, Hypertension Diagnosis.

INTRODUÇÃO

A Hipertensão Arterial em crianças e adolescentes é um desafio para as autoridades governamentais e profissionais de saúde face às dificuldades biológicas, psicossociais, econômicas e culturais que envolvem essa faixa etária. Dessa forma, entender esse contexto torna-se relevante, principalmente ao articulá-las às condições de produção de conhecimento sobre a doença no âmbito escolar, para prevenir futuros hipertensos.

A partir deste viés, esse artigo apresenta uma reflexão sobre a temática em questão, ou seja, a hipertensão em crianças e adolescentes por meio de um quadro teórico, análise de dados, discussão e considerações finais. Para que assim, se identifique por meio de uma amostra populacional escolar, a correlação entre índice de massa corporal (IMC) e pressão arterial elevada (PAE) em crianças e adolescentes. A opção pela pesquisa deveu-se ao fato de se acreditar que ao se desvendar o objeto deste estudo orientará implementações de melhorias para o sistema de saúde

Esse artigo é formado por cinco partes. Na primeira parte, o estudo traz uma análise no contexto da hipertensão arterial em crianças e adolescentes inseridas em contexto global. Mostra ainda, os aspectos conceituais, etiológicos e epidemiológicos da doença. Na segunda parte, a metodologia utilizada para realização da investigação, onde estão caracterizados: tipo de estudo, cenário, sujeitos do estudo, critérios de inclusão e instrumento de produção dos dados. Na terceira parte, os resultados e discussões encontrados através dessa pesquisa com gráficos explicativos. A quarta e última parte, as considerações finais. Com uma análise geral do projeto.

Com este estudo objetivou-se realizar o diagnóstico de hipertensão arterial em crianças e adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com esse Encontro Científico que tem por objetivo evidenciar a área da saúde se faz necessário o debate sobre a Hipertensão Arterial (H.A.) em Crianças e Adolescentes. Já que na idade pediátrica é uma enfermidade frequentemente subdiagnosticada, com características próprias (OJEDA, 2014), ou seja, uma condição clínica multifatorial, que muitas vezes inicia na infância e afeta grande parte da população mundial. Pode manifestar-se antes das aparições de suas complicações. A maioria dos fatores de risco se associam ao estilo de vida e é modificável (KOTLIAR, 2011). Além disso, pode ser conceituada como síndrome, caracterizada pelas alterações funcionais e/ou estruturais no coração, cérebro, rins e vasos sanguíneos, além de alterações metabólicas que aumentam o risco de problemas cardiovasculares.

Entre 20% e 35% da população adulta na América Latina tem hipertensão e este número tem aumentado nos últimos anos e muitas pessoas desconhecem sua condição. Segundo um estudo realizado em quatro países da América do Sul (Argentina, Chile, Colômbia e Brasil), apenas 57,1% da população adulta estimada com pressão alta está ciente que tem hipertensão, o que contribui para o baixo nível de controle populacional (OPAS, 2017). Embora a hipertensão seja predominante na fase adulta, sua prevalência em crianças e adolescentes não é desprezível.

A definição de hipertensão arterial em adultos é baseada em valores aproximados da pressão arterial que indicam risco de eventos cardiovasculares e é considerado um valor limite 140/90 . No caso de crianças e adolescentes, não existem estudos capazes de determinar os valores da pressão arterial a partir dos quais há risco de doença cardiovascular aumenta na idade adulta. Por esse motivo, podemos apenas observar quais são os valores da população e realizar estudos estatísticos para determinar os valores que estão acima da maioria por meio dos dados coletados. (CLÍNICA LAS CONDES, 2017)

A partir dos 3 anos de idade é obrigatório a medida anual da pressão arterial (PA), esta atenção especial deve ser dada porque há fatores de risco cardiovascular associado que representam um importante alvo para prevenção primária. Assim, quanto mais altos forem os valores de pressão arterial e mais jovem o paciente, maior é a possibilidade de a PA ser secundária, com maior prevalência das causas renais (ALMEIDA, 2020).

Estudos epidemiológicos a nível mundial sugerem que o consumo excessivo de sal, o excesso de peso, a inatividade física, consumo abusivo de álcool e tabaco, distúrbios do metabolismo da glicose e dos lipídios, são fatores de risco e indicadores de pressão arterial (PEREZ, 2009).

As normas de pressão arterial (e pontos de corte associados à pré-hipertensão e hipertensão) para crianças e adolescentes variam de acordo com os percentis de altura e idade. (CHIOLO, 2014). Uma das características é que é um parâmetro variável, com uma ampla

ISSN 2316-8021

distribuição de valores que aumentam progressivamente com o crescimento. Sob condições fisiológicas, há um aumento da pressão arterial de acordo com a idade. Durante o primeiro ano de vida, a pressão arterial sistólica aumenta rápidamente e evolui subsequentemente mais lentamente até 5 anos. Entre essa idade e o início da puberdade, a pressão arterial sistólica aumenta 1,2 mmHg e a pressão arterial diastólica de 0,5 a 1 mmHg por ano, com diferenças mínimas entre meninos e meninas. Entre os 13 e os 18 anos, observa-se um aumento notável dos valores da pressão arterial, com maior evidência em meninos do que em meninas, porque devido ao desenvolvimento puberal posterior e aumento da massa corporal. (LOMELI, 2008)

Quanto mais pequena é a criança, maior a probabilidade de que uma causa definível do aumento da pressão arterial seja identificada. Entre as crianças com mais de 10 anos de idade, a hipertensão primária é muito mais provável que a secundária, principalmente se o paciente estiver com sobrepeso ou obesidade, tiver histórico familiar de hipertensão ou ambos (CHIOLO, 2014). A evolução da HA em crianças e adolescentes é geralmente progressiva (LÓPEZ, 2018). Por isso, se faz necessário diagnóstico e acompanhamento antecipado.

Portanto, este estudo pretende expor o problema da hipertensão em crianças e adolescentes fazendo um diagnóstico inicial e este poderá trazer informações relevantes para a elaboração de estratégias direcionadas ao atendimento desse público. Os mecanismos utilizados para coleta e análise das informações são de fácil aplicabilidade, podendo ser reproduzidos novamente caso julgue-se necessário com o objetivo de evitar as complicações futuras.

MATERIAIS E METODOLOGIA UTILIZADA

O estudo foi realizado em uma escola pública Estadual do Município de Erechim/RS no ano de 2012. O tamanho da amostra foi feito através de um teste piloto com 137 crianças; o desvio padrão é de 7,7 mmHg; o nível de confiança é de 99%, admitindo-se um erro de 0,8 mmHg. A amostra foi composta por 48% de meninos e 52% meninas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da URI- Campus de Erechim, sob o número 007/PIH/06, em 25 de abril de 2006. No primeiro momento foram entregues a todos os alunos termos de consentimento. O estudo envolveu apenas os adolescentes que concordaram em participar, mediante consentimento do responsável por escrito, após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cumprindo os princípios éticos para estudos com humanos. Logo após foi dado início ao projeto e as visitas à escola foram agendadas previamente e as medições foram feitas por turmas e turnos. Os participantes foram conduzidos para um espaço reservado na escola, durante o horário de aula, sendo coletados os seguintes dados: pressão arterial diastólica e sistólica, sexo, idade, altura e peso. A medida da Pressão arterial foi feita em ambos os braços, com o esfigmomanômetro e o auscultatório recomendado por Mion 2006, um manômetro com coluna de mercúrio devidamente aferido pelo IMMETRO e com manguitos no tamanho de 5,8, 10 e 12 cm na largura e respectivamente 15,21 e 24cm no comprimento da bolsa e também uma régua apropriada acoplada à balança para aferir a altura. Os dados coletados foram registrados segundo padrões de mmHg para pressão arterial. Kg para peso e cm para altura e com manguito adequado à circunferência braquial, após repouso por 15 minutos, com o braço na altura do precórdio. O critério para estabelecer o diagnóstico de Hipertensão Arterial Sistêmica foi feito através do percentil 90,95 e 99 para a idade e altura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

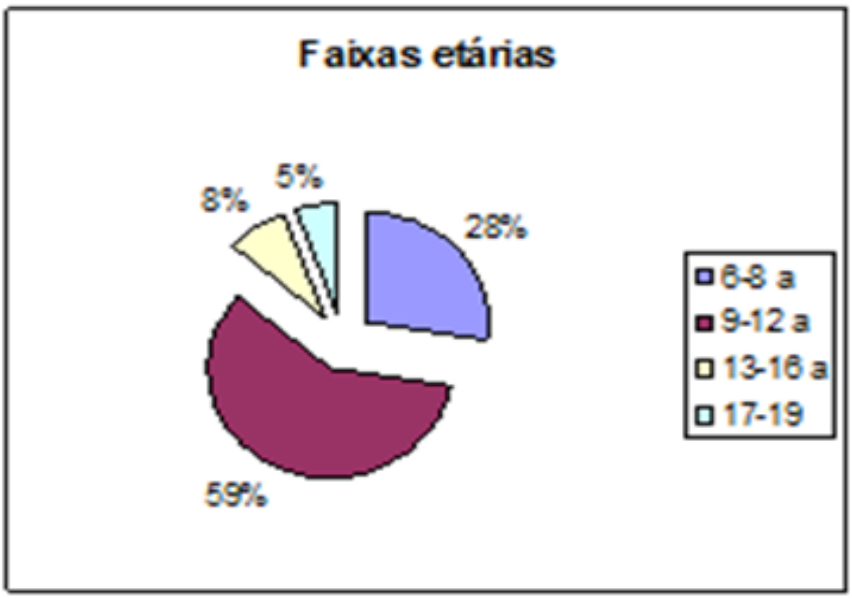
Como parte fundamental de uma avaliação médica, a aferição da pressão arterial deve estar presente independente da faixa etária do paciente a ser avaliado. Também é fundamental que a equipe avalie o paciente de maneira integral, já que a HAS está associada a outros fatores de risco/doenças (BRASIL, 2014). Essa é uma recomendação vigente da maioria das diretrizes nacionais e internacionais, mas muitas vezes deixada de lado por profissionais da saúde. Como

ISSN 2316-8021

visto é um procedimento rápido e simples, mas que requer cuidado para não ser negligenciado e ser realizado de forma incorreta.

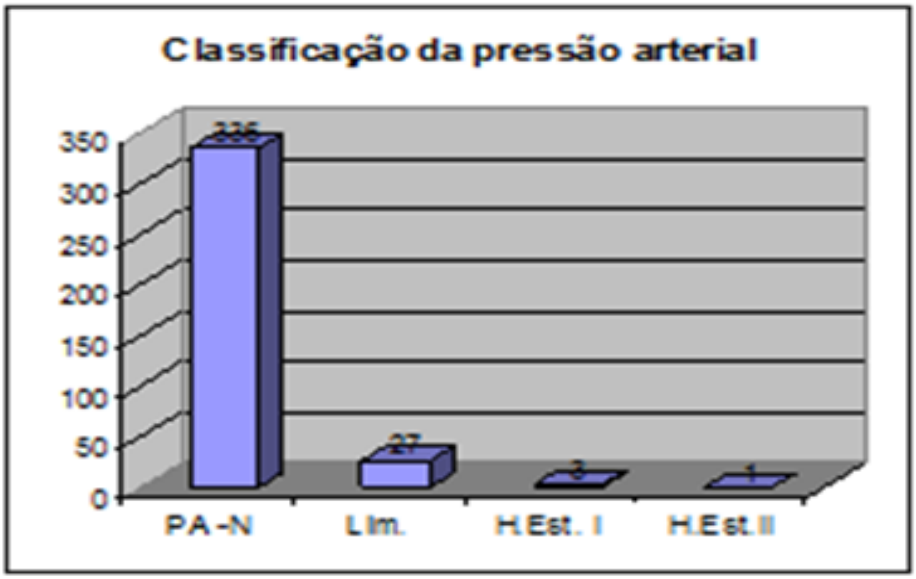
Do total de alunos investigados, 48% eram do sexo masculino e 52% do sexo feminino.

Figura 1 – Percentis por faixa etária sexo masculino e feminino
Fonte: Karoline Biezus, 2012



Na primeira aferição compuseram uma amostra de 367 alunos. O gráfico acima mostra a totalidade dos alunos participantes do estudo. Evidencia-se que a maioria se encontra nas faixas etárias entre 6 e 12 anos (Figura 1). Seguido de alunos entre 6 a 8 anos; alunos entre 13 e 16 anos e por fim, alunos com 17 e 19 anos. Acredita-se que esse grupo com menor número de interessados deve-se à fatores relacionados à evasão escolar.

Figura 2 – Classificação da Pressão Arterial Sistêmica em meninos e meninas
Fonte: Karoline Biezus, 2012

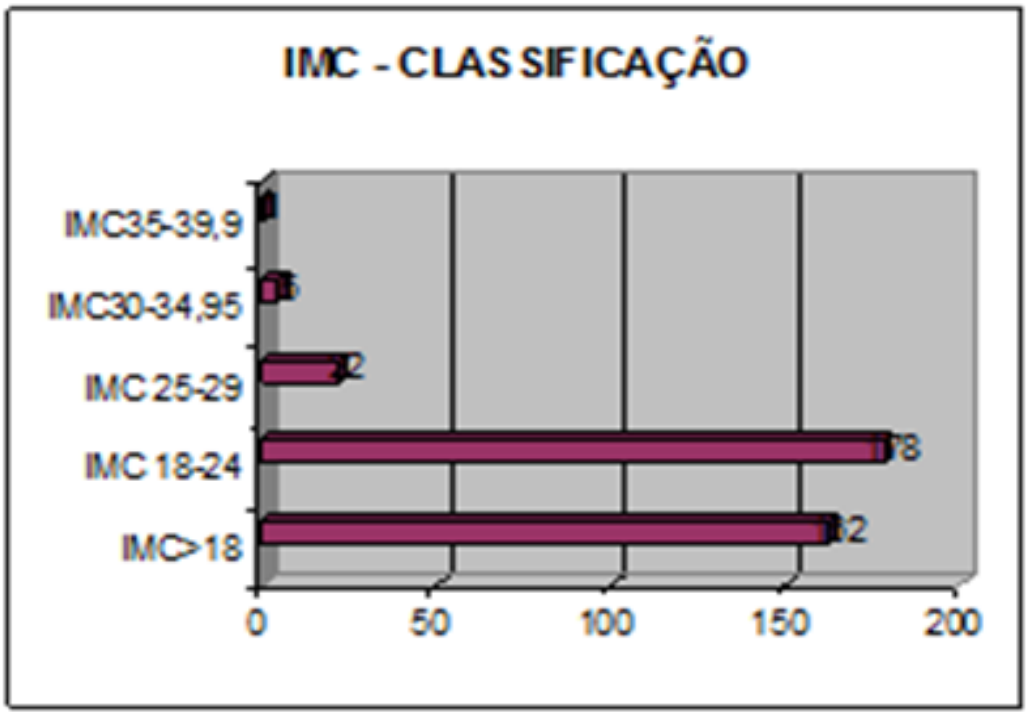


Por meio da leitura do gráfico acima é possível ilustrar a população estudada, bem como seu enquadramento contextual. Segundo os percentis da pressão arterial evidenciou-se 91,81% normotensos, 7,15% limítrofes; 0,78% com hipertensão estágio I e 0,26% hipertensão estágio II

ISSN 2316-8021

(Figura 2). Com esses resultados evidenciam-se a necessidade de implementação de ações efetivas na atenção primária para crianças e adolescentes, principalmente para o controle da PA e o peso. Existem inúmeros estudos relacionados ao aumento da pressão arterial em vários países: Londe (1968) estudou 1.593 crianças assintomáticas, entre 3 e 15 anos, encontrando uma incidência de 4,6%. Kilcoyme (1974) estudou 3.537 estudantes norte-americanos, verificando uma incidência de 1,2% e 2,4% para hipertensão sistólica e diastólica, respectivamente. Ranies (1979) conduziu um estudo epidemiológico em 6.600 crianças em idade escolar em Muscatine, Iowa, e concluiu que 1% tem Hipertensão Arterial. No Chile, Norero (1980) encontrou uma incidência de 2,0% de crianças hipertensas, com a condição de que a população do estudo apresentasse uma porcentagem significativa de excesso de peso. Lagomarsino (1990), também no Chile, apresentou um percentual de AH de 3,3%. Grünfeld, na Argentina, encontrou valores de hipertensão de 2,0% para uma população em idade pré-escolar e escolar e de 10% em uma população de adolescentes. Todos esses dados, embora diferentes, concordam com a prevalência significativa de HA em crianças (CAGGIANI, 2002).

Figura 3 – Classificação pelo Indice de Massa Corporal
Fonte: Karoline Biezus, 2012



Quanto ao IMC, 44,18% foram classificados como abaixo do peso; 48,42% estão dentro do peso ideal; 5,97% acima do peso; 1,12% obesos e 0,27% com obesidade mórbida (Figura 3). Estudos como o descrito, Skinner et al. (2015), descreve que a prevalência da obesidade entre crianças e jovens tem aumentado ao longo do tempo e que este distúrbio nestas faixas etárias está associado ao aumento da prevalência de fatores de risco. A análise acima mostra que a prevenção das doenças cardiovasculares pode ser iniciada na infância e adolescência e as ações devem estar direcionadas para o controle do peso e da pressão arterial.

Assim, a prevalência de PA alterada identificada na população estudada, sobretudo dentre os adolescentes com obesidade, reforça a importância da prevenção da obesidade e de suas co-morbidades. Como evidenciado em um estudo realizado em Cuba não é necessário ter um ambiente com muitos recursos, com uma atenção primária e com a priorização da redução de doenças cardiovasculares é possível ter bons resultados no diagnóstico e tratamento da PA (ORDUNEZ,2016). Com esse projeto é possível comprovar que o estudo realizado em Cuba é

eficaz, já que esse presente estudo foi realizado em uma escola pública dentro de uma sala de aula comum com os equipamentos descritos na metodologia.

O diagnóstico precoce da HAS é uma das medidas de assistência básica da saúde, podendo ser útil na prevenção de complicações ainda na fase inicial da vida, bem como nas consequências em longo prazo. A partir dos resultados obtidos neste estudo, não é possível afirmar que a hipertensão cresceu com o avanço da idade, já que não houve um acompanhamento longitudinal dos avaliados.

CONCLUSÃO

Os resultados do presente estudo indicam um desconhecimento dos conceitos de hipertensão arterial e pressão alta por parte dos pacientes. Pelo fato de a grande maioria deles serem menores de idade e desconhecer essa doença. Por isso, foi feita uma conversa inicial explicando fatores que levam a PA e como iria funcionar o projeto, com posterior entrega dos termos de consentimento.

Alguns resultados encontrados neste trabalho são similares aos descritos em outros estudos, e os métodos utilizados possuem poder para estabelecer parâmetros fisiológicos e não fisiológicos das funções avaliadas.

Assim faz-se necessário abarcar alguns processos educativos:

Hábitos saudáveis de vida devem ser adotados desde a infância e a adolescência, inicialmente fazendo uma análise preliminar respeitando as características regionais,culturais, sociais, crenças, percepções, pensamentos e práticas do portador de hipertensão da região em questão; incentivar e permitir uma participação ativa dos pacientes no tratamento; levar em consideração as necessidades da clientela em questão e não apenas as indicações dos profissionais; estabelecer uma adequada comunicação e interação entre pacientes e profissionais da saúde, dando ênfase ao diálogo, à interação e à reflexão; buscar o envolvimento da família no tratamento do portador de hipertensão arterial (PÉRES, 2003). As principais recomendações não medicamentosas para prevenção primária da HAS são: alimentação saudável, baixo consumo de sódio e álcool, adequada ingestão de potássio, combate ao sedentarismo e ao tabagismo e controle do peso corpóreo. Tais recomendações são indicadas tanto para a prevenção da hipertensão como coadjuvantes do tratamento medicamentoso de hipertensos (MESA, 2016). Essas são ações preventivas e eficazes.

Essas ações envolvem, portanto, orientações para o autocuidado, para o tratamento medicamentoso e às mudanças no estilo de vida pertinentes ao controle dos fatores de risco que predispõem doença e suas complicações (BRASIL, 1988). A aquisição do conhecimento é fundamental, mas é apenas o primeiro passo. A implementação efetiva das mudanças é lenta e, por dependerem de medidas educativas, necessitam de continuidade. Devem ser promovidas por meio de ações individualizadas, elaboradas para atender às necessidades específicas de cada paciente, e de ações coletivas de modo a ampliar o campo de ação e apresentar a melhor relação custo-benefício, podendo, assim, ser mantidas a longo prazo (ESTEVES, 2017).

Com esse projeto ficou visível a necessidade de um incremento de ações nas escolas, participação da mídia, comprometimento das famílias e multidisciplinaridade profissional, ressaltando-se que a prevenção deve ser iniciada ainda antes da concepção. Visto que, a PA pode ser minimizada em fases iniciais. Nesse sentido, é notório quão importante é desenvolver estudos para dimensionar ou delimitar essas fragilidades do sistema de saúde brasileiro.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA A., RODRIGUES A., SILVA A., et al. Hipertensão dicas e orientações gerais. Circuito viva mais – Centro Universitário UNA, projeto de extensão, p.13-14, 2020.
2. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão

arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 128 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)

3. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Nacional de Doenças Crônico Degenerativas. Programa Nacional de Educação e Controle da Hipertensão Arterial. Normas Técnicas para o Programa Nacional da Hipertensão Arterial (PNECHA). Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988. p.88.
4. CAGGIANI M., DUHAGÓN P., ESPÓSITO A et al. Hipertensión arterial en el niño y el adolescente. Arch. Pediatr. Urug. vol.73 nº.1 Montevideo mar. 2002.
5. CHIOLO, María. Hipertensión arterial en pacientes pediátricos. Intra Med. 2014
6. CLÍNICA LAS CONDES. Presión alta en niños y adolescentes, 2017.
7. ESTEVES, José Péricles. V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial Arq. Bras. Cardiol. vol.89 no.3 São Paulo Sept. 2007.
1. 8.KOTLIAR Carol, MAZZEI Maria Emilia. VOLMAN Sergio. Manejo saludable de la hipertensión arterial – 1ª ed. – Buenos Aires: Inter-Médica, p.2, 2011.
8. LOMELÍ Catalina, ROSAS Martín, GONZALEZ Celso, et al. Hipertensión arterial sistémica en el niño y adolescente. Arch. Cardiol. Méx. vol.78 supl.2 Ciudad de México jun. 2008.
9. LÓPEZ, Laura. Hipertensión Arterial Principios para el Pediatra, p.20-21, 2018.
10. MESA, Nancy. O controle de hipertensão na prevenção de risco cardiovascular. Plano de intervenção na equipe saúde da família 06 Belo Jardim, Colônia Leopoldina - Alagoas, Maceió, 2016.
11. OJEDA, Francisco; HERNANDO, Carlos. Hipertensión Arterial en niños y adolescentes, p.172, 2014.
12. ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE. Día Mundial de la Hipertensión: Conoce tus número, 2017.
2. 14.ORDUÑEZ Pedro Garcia, MUNOZ Jose Luis Bernal, PEDRAZA Dania, et al. Success in control of hypertension in a low-resource setting: the Cuban experience. J. Hypertension, USA, v. 24, n. 5, p. 845-849, may, 2006.
3. 15. PÉRES Denise S., MAGNA Joceli Mara, VIANA Luis Atilio. Portador de hipertensão arterial: atitudes, crenças, percepções, pensamentos e práticas. Rev. Saúde Pública v.37 n.5 São Paulo out., 2003.
4. 16. PEREZ, Santos Libro de la Salud Cardiovascular del Hospital Clínico San Carlos y la Fundación BBVA. Cap.12, p.126-127, 2009.
5. 17. POMPOZZI, Luis Alberto. Tratamiento de la Hipertensión arterial em niños y adolescentes. Capítulos 131. Pag 619
6. 18. SKINNER, Asheley C.; PERRIN, Eliana M.; MOSS, Leslie .A.; SKELTON, Joseph. Cardiometabolic Risks and Severity of Obesity in Children and Young Adults. Nejm, v. 373, n.14, p. 1307-17, 2015.

ISSN 2316-8021

Uso de medicamentos psicotrópicos pela População Privada de Liberdade e atuação do farmacêutico na atenção à saúde no sistema prisional
Use of psychotropic drugs by the population deprived of liberty and the role of the pharmacist in health care in the prison system

Maria Eduarda de Mello Cavalcanti Galdino [1]; Laiza de Mello Cavalcanti Galdino[2].

[1] Estudante de Farmácia; Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde-AESA/Escola Superior de Saúde de Arcoverde-ESSA; Arcoverde, Pernambuco; Brasil. Contato eletrônico:mellomariaeduarda15@gmail.com
[1] Estudante de Farmácia; Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde-AESA/Escola Superior de Saúde de Arcoverde-ESSA; Arcoverde, Pernambuco; Brasil. Contato eletrônico: laizamello31@gmail.com

RESUMO: A realidade do sistema penitenciário brasileiro se configura como um sério e delicado problema social. O ambiente prisional associado, a precariedade e o abandono, estão relacionados a diversos problemas de saúde mental, diante disso, as pessoas privadas de liberdade se tornam muito susceptíveis a esses problemas, levando-os a uma elevada tendência ao uso de medicamentos psicotrópicos, como alternativa de amenizar e/ou sanar esses sintomas. O objetivo desse trabalho é descrever o uso de medicamentos psicotrópicos pela população privada de liberdade e atuação do farmacêutico na atenção a saúde no sistema prisional brasileiro. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Ao realizar a pesquisa com os descritores definidos, a base de dados Scielo, forneceu 202 resultados, dos quais foram incluídos 7 artigos que atenderam aos critérios de inclusão do trabalho. A busca realizada no Google Acadêmico apresentou 1.860 resultados, dos quais foram selecionados 4 artigos. Totalizando assim 11 estudos. A partir da reflexão da temática abordada, percebe-se que os problemas mentais são uma realidade no ambiente prisional. Compreende-se também uma precariedade no ambiente carcerário, limitados recursos de saúde e estrutura, fatores que consequentemente aumentam os problemas de saúde das pessoas privadas de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas Psicotrópicas, Atenção farmacêutica, Sistema Penitenciário.

ABSTRACT: The reality of the Brazilian prison system is configured as a serious and delicate social problem. The associated prison environment, precariousness and abandonment, are related to several mental health problems. Faced with this, people deprived of their freedom become very susceptible to these problems, leading them to a high tendency to use psychotropic drugs, such as alternative to alleviate and / or remedy these symptoms. The objective of this work is to describe the use of psychotropic drugs by the population deprived of their liberty and the role of the pharmacist in health care in the Brazilian prison system. The methodology used was the literature review. When conducting the search with the defined descriptors, the Scielo database provided 202 results, of which 7 articles were included that met the criteria for inclusion of the work. The search carried out on Google Scholar presented 1,860 results, of which 4 articles were selected. Thus totaling 11 studies. From the reflection of the theme addressed, it is clear that mental problems are a reality in the prison environment. There is also a precariousness in the prison environment, limited health resources and structure, factors that consequently increase the health problems of people deprived of their liberty.

KEYWORDS: Psychotropic Drugs, Pharmaceutical Care, Penitentiary System.

INTRODUÇÃO

Segundo FREITAS et al. (2016) a situação carcerária constitui-se em um dos problemas de maior complexidade da realidade social brasileira (FREITAS et al., 2016). Atualmente, o Brasil possui a quarta maior população privada de liberdade, apresentando um total de 622.000 presos, atrás apenas dos Estados Unidos (2.217.000), China (1.657.812) e Rússia (644.237) (FEITOSA et al., 2019). O perfil demográfico da população prisional brasileira é o reflexo da marginalização

histórica da relação cidadão versus Estado, da falta de políticas públicas inclusivas, da baixa escolaridade, da pouca perspectiva de futuro e da cultura da violência (SOARES FILHO; BUENO, 2016). É uma situação atravessada e materializada pela distribuição de morte aos corpos considerados matáveis. Conforme Mbembe (2018), esses corpos são sempre, em uma sociedade racista e classista, corpos pretos e pobres.

O quadro de superlotação associada às péssimas condições estruturais, falta de higiene, alimentação inadequada, violência constante, maus tratos e tortura torna o ambiente propício para o aparecimento e à proliferação de doenças (FEITOSA et al., 2019). Além disso, as prisões estão claramente associadas a problemas de saúde mental, seja porque muitos presos já apresentavam tais transtornos, ou porque pessoas sem transtornos mentais podem desenvolver problemas emocionais durante o período de reclusão devido ao regime e condições do ambiente prisional (SOARES FILHO; BUENO, 2016).

No sistema penitenciário a assistência farmacêutica compreende: seleção de medicamentos; programação e aquisição de produtos farmacêuticos; recebimento e armazenamento; distribuição; prescrição e dispensação, inclusive de medicamentos psicotrópicos (FREITAS et al., 2016).

Os psicotrópicos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), são substâncias que agem no sistema nervoso central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição. São substâncias químicas que atuam sobre a função psicológica e alteram o estado mental, incluídos os medicamentos com ações antidepressiva, alucinógena e/ou tranquilizante (PRADO; FRANCISCO; BARROS, 2017). Os benzodiazepínicos constituem o grupo de psicotrópicos mais comumente utilizados na prática clínica devido às suas quatro atividades principais: ansiolítica, hipnótica, anticonvulsivante e relaxante muscular (NALOTO, 2016).

Nesta perspectiva, o trabalho tem como objetivo descrever o uso de medicamentos psicotrópicos por pessoas privadas de liberdade e a atuação do farmacêutico na atenção à saúde no sistema prisional brasileiro.

METODOLOGIA

Foi realizado uma revisão bibliográfica, utilizando os descritores psicotrópicos, sistema prisional e atenção farmacêutica. Nas bibliotecas virtuais Scielo e Google Acadêmico. Foram incluídos artigos originais ou de revisão publicados nos últimos cinco anos, nos idiomas português, inglês e espanhol, de livre acesso e que apresentaram informações pertinentes ao tema.

DESENVOLVIMENTO

Segundo FREITAS et al. (2016) o sistema prisional brasileiro vem sofrendo um inchaço no que tange à quantidade de pessoas em cárcere, sendo que isso reflete diretamente nas condições estruturais dos presídios, bem como na efetivação dos direitos inerentes aos encarcerados (FREITAS et al., 2016).

Pode-se afirmar que a população carcerária brasileira vive abaixo da linha de dignidade mínima, não sendo a ela garantidos, seus primordiais direitos; em particular, aquele que poderia lhe conferir uma convivência saudável, no plano de um mínimo existencial, pelo vácuo legislativo, pela dificuldade de articulação do executivo com o judiciário e no que concerne à existência e efetivação de políticas públicas baseadas nas necessidades das pessoas privadas de liberdade (SOARES FILHO; BUENO, 2016).

O alto índice de doenças transmissíveis, especialmente o HIV, a tuberculose, as hepatites e as doenças dermatológicas, representam um risco constante tanto para os PPL quanto para os funcionários dos presídios e os familiares que regularmente fazem visitas às prisões (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018). Além disso, o estresse, o abandono e o isolamento, conduzem a processos de adoecimentos, sobretudo àqueles relacionados à saúde mental (FEITOSA et al., 2019).

A desesperança, longo tempo de confinamento, ficar parado, recolhido em sua solidão, a incapacidade para gerar soluções para seus problemas, uso de drogas, perda de recursos sociais, econômicos e vínculos familiares, culpa ou vergonha do delito são algumas explicações para o aparecimento de transtornos mentais em pessoas privadas de liberdade (FEITOSA et al., 2019). As prisões estão claramente associadas a problemas de saúde mental, seja porque muitos presos já apresentavam tais transtornos, ou porque pessoas sem transtornos mentais podem desenvolver problemas emocionais durante o período de reclusão devido ao regime e condições do ambiente prisional (AUDI et al., 2018).

Os transtornos mentais comuns são caracterizados por sintomas psiquiátricos não psicóticos, como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração, ansiedade e queixas somáticas (AUDI et al., 2018). Os eventos vitais, como mudanças no padrão de vida, dificuldades financeiras, problemas com relacionamentos, falta de companheira ou companheiro, isolamento social e ameaças permanentes à segurança do indivíduo pode modificar o cenário das percepções sobre as pessoas e associam-se a maior ocorrência de sintomas depressivos e de ansiedade no ambiente prisional (FEITOSA et al., 2019).

Desta forma, o espaço de encarceramento pode se configurar como fator ou desencadeador da depressão e da ansiedade. Nesta perspectiva, as pessoas privadas de liberdade têm uma grande tendência ao consumo de psicotrópicos como tentativa de solucionar e/ou amenizar tais sintomas (FEITOSA et al., 2019).

São vários os fatores que contribuem para o alto consumo de drogas psicotrópicas nas penitenciárias, como aumento da prevalência de transtornos mentais nas prisões, destacando-se a esquizofrenia; as características de funcionamento do sistema de saúde prisional, incluindo a acessibilidade para consultas médicas e as maiores possibilidades de um ambiente fechado, de detecção e monitoramento; comorbidade muito elevada de abuso de substâncias que condiciona uma demanda excessiva desses medicamentos e pode resultar em receitas para a tolerância associada não só com um conflito médico paciente, mas também com o nível geral de tensão entre os internos (ALMEIDA; LIMA; MORAIS, 2018).

A predominância de transtornos mentais é do gênero masculino, adulto, com baixo grau de escolaridade, são aspectos que se correlacionam com a prática delituosa. A presença de transtornos mentais, particularmente a esquizofrenia, em grau de conduta agressiva, que é um sinal inerente à patologia parece contribuir para a prática de atos violentos. O homicídio qualificado e outros crimes violentos apresentam uma estreita relação com a esquizofrenia. O uso de antipsicóticos melhora o prognóstico e deve ser garantido a todos que dele necessitem (ALMEIDA; LIMA; MORAIS, 2018).

Os psicotrópicos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), são substâncias que agem no sistema nervoso central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição. São substâncias químicas que atuam sobre a função psicológica e alteram o estado mental, nessa classe estão incluídos os medicamentos com ações antidepressiva, alucinógena e/ou tranquilizante. O uso de psicotrópicos, especialmente os antidepressivos, tem aumentado consideravelmente, em função da melhora nos diagnósticos de transtornos psiquiátricos, do aparecimento de novos fármacos no mercado farmacêutico e das novas indicações terapêuticas de psicofármacos já existentes (PRADO; FRANCISCO; BARROS, 2017).

Os psicofármacos apresentam ação prioritária no sistema nervoso central, objetivando, precipuamente, minimizar os sinais e sintomas físicos e comportamentais do transtorno mental, melhorar o prognóstico do tratamento, o estado de saúde e favorecer abordagens terapêuticas voltadas ao processo de reabilitação e reinserção social (FERREIRA et al., 2017). Os benzodiazepínicos constituem o grupo de psicotrópicos mais comumente utilizados na prática clínica devido as suas quatro atividades principais: ansiolítica, hipnótica, anticonvulsivante e relaxante muscular, que em geral, são indicados para os transtornos de ansiedade, insônia e epilepsia (NALOTO, 2016).

Diante dessa situação e da elevada demanda por medicamentos psicotrópicos, surge à preocupação acerca do controle do uso de tais substâncias. Os psicotrópicos são substâncias que

podem determinar dependência física e/ou psíquica e são medicamentos sujeitos ao controle especial. A Portaria n. 344/98 controla a prescrição e dispensação dos psicofármacos, antirretrovirais, retinoides de uso sistêmico, imunossupressores e anabolizantes (ALMEIDA; LIMA; MORAIS, 2018).

Em julho de 1984, foi instituída a Lei de Execução Penal Brasileira, que assegura a assistência à saúde do interno, de caráter preventivo e curativo, além de tornar o serviço de saúde parte da estrutura básica de estabelecimentos penais federais (LINCOLN, 2017). No sistema penitenciário, a assistência farmacêutica compreende: seleção onde se determina quais medicamentos fazem parte do elenco a ser ofertado à população; programação, que garante quantidades adequadas dos medicamentos selecionados no estoque para atender a necessidade da população; aquisição, que compreende os processos de compra dos medicamentos com o menor custo/efetividade; armazenamento, que compreende os procedimentos de estocagem e conservação dos insumos; distribuição, que controla a entrega de medicamento para as unidades de dispensação, e a dispensação, que é uma parte de extrema importância no contato entre farmacêutico e paciente, onde são dadas as recomendações para o uso correto do medicamento (LINCOLN, 2017), inclusive de medicamentos psicotrópicos.

A aquisição de medicamentos está descrita no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), sendo considerado as doenças de maior prevalência e em conformidade com a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), tendo como meta a garantia e disponibilidade de 100% da seleção de medicamentos estabelecido pela unidade prisional (LINCOLN, 2017).

RESULTADOS

Ao realizar a pesquisa com os descritores definidos, a base de dados Scielo, forneceu 202 resultados, dos quais foram incluídos 7 artigos que atenderam aos critérios de inclusão do trabalho. A busca realizada no Google Acadêmico apresentou 1.860 resultados, dos quais foram selecionados 4 artigos. Totalizando assim 11 estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão da temática abordada, percebe-se que os problemas mentais são uma realidade no ambiente prisional. São diversos os fatores associados, que vão desde problemas mentais já preexistentes, abandono, isolamento, tortura, até a dependência em substâncias químicas. Além disso o encarceramento é um fator desencadeador de depressão, ansiedade, dentre outros problemas mentais, fator que leva os apenados a uma elevada tendência ao consumo de medicamentos psicotrópicos, para sanar e/ou amenizar os sintomas.

Compreende-se também uma precariedade no ambiente carcerário, limitados recursos de saúde e estrutura, fatores que consequentemente aumentam a ocorrência de problemas de saúde das pessoas privadas de liberdade. Sendo necessária uma melhor atenção a essa população para que se possa conferir uma convivência saudável, concedendo a essas pessoas políticas públicas baseadas nas suas necessidades. Diante disso, tentar amenizar a ocorrência desses diversos problemas de saúde que acometem a população privada de liberdade.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Allyanne Peixoto de; LIMA, Renan Pereira de; MORAIS, Arlandia Cristina Nobre de. Análise do uso de medicamentos psicotrópicos no sistema penitenciário do Estado do Ceará. **Cad. Ibero-Amer. Dir. Sanit.**, vol. 7, nº. 2, pp. 82-94, 2018.
2. AUDI, Celene Aparecida Ferrari; SANTIAGO, Silvia Maria; ANDRADE, Maria da Graça GARCIA; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo. Transtorno mental comum em

mulheres encarceradas: um estudo de prevalência e fatores associados. **Ciênc. saúde coletiva** [online], vol.23, n.11, pp.3587-3596, 2018.

3. FEITOSA, Rúbia Mara Maia, et al. Caracterização dos diagnósticos e psicotrópicos das pessoas privadas de liberdade. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, vol. 87, nº. 25, 2019.
4. FERREIRA, Aline Cristina Zerwes, et al. A vivência do portador de transtorno mental no uso de psicofármacos na perspectiva do pensamento complexo. **Texto Contexto Enferm**, vol. 26, nº 3, 2017.
5. FREITAS, Rosane Souza, et al. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: uma análise do seu processo de formulação e implantação. **R. Pol. Públ**., vol, 20, nº. 1, pp.171-184, 2016.
6. LINCOLN, Matheus de Carvalho. **Caracterização da Assistência Farmacêutica no Sistema Prisional Brasileiro nas Regiões QUALISUS-REDE.** 2017. 2017. 56 f. Monografia (Bacharelado em Farmácia), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
7. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3ª ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.
8. NALOTO, Daniele Cristina Comino, et al. Prescrição de benzodiazepínicos para adultos e idosos de um ambulatório de saúde mental. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 21, nº. 4, pp. 1267-1276, 2016.
9. NASCIMENTO, Lucas Gonzaga do; BANDEIRA, Maria Márcia Badaró. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38 (nº. esp. 2), pp. 102-116, 2018.
10. PRADO, Maria Aparecida Medeiros Barros do; FRANCISCO, Priscila Maria S. Bergamo; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, vol. 26, nº. 4, pp. 747-758, 2017.
11. SOARES FILHO, Marden Marques; BUENO, Paula Michele Martins Gomes. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 21, nº. 7, pp. 1999-2010, 2016.

ISSN 2316-8021

GT 5.

Comunicação e Inovações Tecnológicas na Saúde

ISSN 2316-8021

A importância da monitoria remota na formação acadêmica do estudante de Enfermagem

The importance of remote monitoring in the academic education of nursing students

Franciare Vieira Silva, Laura Beatriz Lima dos Santos, Emanuelly Kesley de Freitas Lima, Anny Stphane Temoteo Pereira, Daniele Cristina de Oliveira Lima, Giovanna Canuto Duarte

RESUMO: A monitoria é uma das atividades de ensino, pesquisa e extensão mais importantes das instituições de nível superior. Há também a monitoria remota, que conjectura o mesmo objetivo e diretrizes da monitoria presencial. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo descrever a experiência vivenciada por cinco acadêmicas do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Cesmac do Sertão, durante as atividades desenvolvidas nas práticas de monitoria remota. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, cuja narrativa se baseia numa observação sistemática da realidade, correlacionando as descobertas com os embasamentos teóricos existentes. Foi elaborado um relato de experiência com o intuito de demonstrar ferramentas inovadoras para o ensino-aprendizagem na modalidade de monitoria remota, descrevendo as Tecnologias de Comunicação e Informação utilizadas. Diante do cenário da COVID-19 novas medidas tiveram que ser adotadas. Nessa perspectiva, a Faculdade CESMAC do Sertão adotou o projeto de monitoria remota que foi distribuída em disciplinas de determinados períodos do curso de graduação em Enfermagem, possibilitando a experiência no meio acadêmico, promovendo a integração entre os alunos e a participação nas funções de organização e no apoio ao desenvolvimento da disciplina e no esclarecimento de dúvidas. O programa de monitoria remota foi ministrado pelos discentes da faculdade sob a orientação dos respectivos professores das disciplinas que estavam no programa. A partir desse estudo, nota-se a importância da monitoria de forma remota para os alunos. Essa modalidade de ensino-aprendizagem contribuiu na formação de estudantes ao qual beneficia o estudante colocado como monitor e o estudante colocado como ouvinte-parceiro de aprendizado, no qual ambos compartilham conhecimento, usando o mesmo para agregar a si uma nova forma de enxergar assuntos e práticas, sendo fundamentais em momentos futuros onde o discente fará de si um melhor profissional devido aos aprendizados agregados nesta nova modalidade de monitoria.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Aprendizagem, Saúde.

ABSTRACT: Monitoring is one of the most important teaching, research and extension activities of higher education institutions. There is also remote monitoring, which conjectures the same objective and guidelines as face-to-face monitoring. In this sense, the article aims to describe the experience of five undergraduate nursing students at Cesmac do Sertão College, during the activities developed in remote monitoring practices. It's a descriptive study of the experience report type, whose narrative is based on a systematic observation of reality, correlating the findings with the existing theoretical foundations. An experience report was prepared in order to demonstrate innovative tools for teaching and learning in the remote monitoring modality, describing the Communication and Information Technologies used. In view of the COVID-19 scenario, new measures had to be adopted. In this perspective, the CESMAC do Sertão College adopted the remote monitoring project that was distributed in disciplines of certain periods of the undergraduate nursing course, enabling the experience in the academic environment, promoting integration among students and participation in the functions of organization and supporting the development of the discipline and clarifying doubts. The remote monitoring program was taught by the students of the college under the guidance of the respective teachers of the subjects that were in the program. From this study, the importance of remote monitoring for students is noted. This teaching-learning modality contributed to the training of students, which benefits the

student placed as monitor and the student placed as listener-learning partner, in which both share knowledge, using it to add to themselves a new way of seeing subjects and practices, being fundamental in future moments where the student will make him / herself a better professional due to the lessons learned in this new monitoring modality.

KEYWORDS: Teaching, Learning, Health.

INTRODUÇÃO

Segundo Haag, et al (2017) a monitoria é uma modalidade de ensino-aprendizagem que atende as necessidades de formação acadêmica e é destinada aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Essa prática contribui para a qualidade da formação dos estudantes por meio dos monitores, além disso, é uma atividade que faz parte de um processo educativo, tornando-se uma importante estratégia de trabalho no mundo acadêmico.

A monitoria é uma das atividades de ensino, pesquisa e extensão mais importantes das instituições de nível superior. Além da riqueza para a formação acadêmica, a monitoria ajuda na criação de novos métodos de ensino, práticas lúdicas e pedagógicas. Lopes (2010) ressalta que os discentes beneficiados pela monitoria, possuem experiências escolares distintas e que o programa de monitoria oferece para os mesmos um meio a mais de fixar o conteúdo já visto.

Nesse sentido, a monitoria acadêmica se baseia em atividades de ensino e aprendizagem estabelecidas pelo discente monitor como um meio de familiarizá-lo à prática da docência, onde se assemelha á um estágio.

Dessa forma, sob a instrução de um professor, a monitoria auxilia o monitor a aprofundar e praticar os assuntos ministrados pelo professor em sala de aula e sanar as dificuldades e dúvidas que surgem no decorrer da disciplina, proporcionando momentos de debates e discursões sobre as temáticas abordadas (ANTUNES, et al, 2018). Além de contribuir para a formação do aluno nas atividades acadêmicas, auxiliando os estudantes ao longo do processo, esclarecendo dúvidas e outras atividades definidas no plano de trabalho dos monitores, que são facilitadores deste processo.

De acordo com Frison (2016) a monitoria no nível superior tem sido importante na aprendizagem do alunado e utilizada constantemente nas Instituições, se destacando como uma estratégia que auxilia de modo direto no ensino dos alunos.

Seguindo esse contexto, há também a monitoria remota, que conjectura o mesmo objetivo e diretrizes da monitoria presencial, esta, por sua vez, terá o uso frequente das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), onde os monitores estarão participando efetivamente do processo de ensino-aprendizagem de discentes. (MEIRINHOS, 2015, p.03).

As TICs estão cada vez mais presentes na vida do ser humano, e no meio educacional não tem sido diferente, pois as utilizações dos recursos das TICs estão crescendo na prática pedagógica, tornando-se um meio significativo no processo de ensino e aprendizagem, a exemplo do: cinema, vídeo, rádio, TV, DVD, computadores, internet, máquina fotográfica, retroprojetor etc. (KWAMME, 2018)

Com isso, Meirinhos (2015) ressalta que a interação e colaboração a distância são hoje uma realidade, que exige novas abordagens pedagógicas para poder tirar proveito educativo da comunicação e acesso à informação virtualizada.

A monitoria, seja presencial ou remota, vem se configurando como uma das atividades de ensino, pesquisa e extensão mais importantes das instituições de nível superior. Além da riqueza para a formação acadêmica, pois os conhecimentos alcançados com o professor orientador e com os alunos inspiram a vontade dos monitores em se tornarem professores universitários. Além disso, a monitoria ajuda na criação de novos métodos de ensino, práticas lúdicas e pedagógicas.

Em relação a monitoria remota, a realização de plantões on-line e interações por videoconferência são ferramentas encontradas na plataforma Microsoft Teams, que é uma das

tecnologias que possibilitam uma comunicação fácil e direta dos estudantes com os monitores, além de conceder a dinamicidade entre professores e estudantes.

À face do exposto, o presente artigo objetiva descrever a experiência vivenciada por cinco acadêmicas do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Cesmac do Sertão, durante as atividades desenvolvidas nas práticas de monitoria remota, relatando os resultados positivos, negativos, vantagens e dificuldades, como também acerca da importância desta experiência na vida acadêmica do aluno monitor, oferecendo assim subsídios para o exercício profissional.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em dois tópicos: A monitoria remota como modalidade de ensino e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem.

A MONITORIA REMOTA COMO MODALIDADE DE ENSINO

A monitoria é uma modalidade de ensino que ajuda na aprendizagem e contribui na formação integrada ao discente nas atividades de ensino. É entendida como instrumento para melhoria do ensino na graduação através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas.

Tem como propósito apresentar para os discentes vinculados ao programa, a experiência na área da docência no qual o aluno monitor irá, de forma didática, comunicativa, ativa e dinâmica auxiliar outros alunos em determinada disciplina. Soares (2008), em um estudo a respeito da importância da monitoria demostrou haver uma melhoria significativa no aproveitamento dos alunos que se dispuseram em participar das aulas de reforço (Monitoria), em comparação aos que não o fizeram.

No presente relato de experiência, consideramos que foi primordial ao processo de formação pessoal, acadêmica e profissional dos monitores que viveram essa nova prática.

O monitor é o estudante que, interessado em desenvolver-se, aproxima-se de uma disciplina e junto com o professor realiza pequenas tarefas ou trabalhos que contribuem para o ensino, a pesquisa e extensão.

Nesse contexto as atividades de monitoria dizem respeito às ações extraclasses a fim de auxiliar nas dificuldades ocorridas em sala de aula mediatizadas pelo monitor. Faria e Schneider (2006) ao referir-se sobre o trabalho de monitoria como um auxiliar da aprendizagem, destaca que a monitoria pode ser compreendida como uma atividade de suporte discente ao processo de ensino aprendizagem.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os benefícios que a tecnologia gera são inúmeros e se estendem em vários setores. Em relação à educação, As novas estratégias pedagógicas ligadas a tecnologia são de grande importância para o conhecimento. As tecnologias da Informação e comunicação vem inovando a troca de informações entre pessoas, impactando diretamente no comportamento pessoal e profissional.

Considerando as exigências de formação na área das Ciências da Saúde, diversos autores defendem o desenvolvimento de estratégias educativas inovadoras, baseadas no diálogo e na construção ativa de conhecimento pelos discentes. (MCALLISTER, 2013; RANGEL, 2011; VYAS, 2010).

Neste sentido, é evidente o atual sucesso da modalidade EAD através das TICs, proporcionando uma evolução, tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, cuja narrativa se baseia numa observação sistemática da realidade, correlacionando as descobertas com os embasamentos teóricos existentes (STEINDORFF, 2017, apud DYNIEWICZ, 2014).

O presente estudo aborda as vivências de cinco (05) acadêmicas do curso de graduação em enfermagem sob orientação de professores das respectivas disciplinas no cumprimento de monitoria na modalidade remota, durante o primeiro semestre de 2020, mais precisamente entre os meses de maio a julho, com carga horária semanal de 12 horas.

A base metodológica utilizada foi composta pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que segundo Lobo e Maia, 2015, é definida como um agrupamento de artifícios tecnológicos que, quando interligados entre si, possibilitam a automatização e/ou a comunicação nos processos existentes no ensino, pesquisa científica e etc. São tecnologias empregadas para reunir, distribuir e compartilhar informações.

A efetividade desta ocorreu por meio de acesso on-line a plataforma digital Microsoft Teams, fazendo uso ainda do WhatsApp para interação/comunicação monitor-discente. Dentre os recursos utilizados para a realização das aulas, destacaram-se as metodologias ativas que conforme Morán (2015) nasce como ferramenta transformadora, a fim de gerar alunos proativos e criativos, com o auxílio de atividades em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, além de conhecer novas possibilidades. Sendo estes pontos importantes para progredir no tocante a reflexão, integração cognitiva e reelaboração de práticas inovadoras.

No contexto da monitoria remota, para o desenvolvimento e exposição de materiais dos conteúdos teóricos, adotaram-se como instrumento didático mapas mentais produzidos no Word e posteriormente convertidos em PDF, flash cards elaborados através do PowerPoint, jogos on-line como o Kahoot, gincanas com disciplinas integradas, confecção de cartazes educativos em aplicativos de aparelhos celulares e formulários no Google Forms.

Ao findar o processo de monitoria foi solicitado pela coordenação do curso, um relatório final para obtenção do certificado, este era composto por: introdução destacando importância e conceito, objetivos, cronograma, estratégias didáticas, atividades desenvolvidas, evidências que compreendiam fotos/prints dos momentos reunidos com os discentes, dificuldades detectadas, considerações finais e referências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a disseminação do Sars-CoV-2, causador da Covid-19, que veio a se tornar de longe uma das pandemias mais mortais da humanidade, desafios foram encontrados para dar continuidade às atividades normais da população, a exemplo do processo de ensino e aprendizagem a nível superior que precisou se adequar a nova realidade vivenciada pelo Brasil e o mundo (BORBA, 2020).

De acordo com esse contexto, evidencia-se a necessidade de métodos inovadores no processo pedagógico. Pois com a busca por formar e ferramentas inovadoras nessa ação, o processo de ensino e aprendizagem pôde se adequar a realidade vivida e até mesmo abrangendo o público beneficiado por esse processo (MURARO, 2019).

Nessa perspectiva, a Faculdade CESMAC do Sertão situada na cidade de Palmeira dos Índios no agreste de Alagoas, adotou o projeto de monitoria remota que foi distribuída em diversas disciplinas do curso de Bacharelado em Enfermagem. A monitoria possibilita a experiência no meio acadêmico promovendo a integração entre os alunos, e a participação nas funções de organização e no apoio ao desenvolvimento da disciplina e no esclarecimento de dúvidas.

O programa de monitoria remota foi efetivado pelos discentes da Faculdade sob a orientação dos respectivos professores das disciplinas que estavam no programa. Com duração de dois (02) meses, as disciplinas que tiveram o auxílio da monitoria foram: Atenção Integral a Saúde da Mulher I e II, Organização Morfológica e Funcional I e II e Bases Celulares e Moleculares.

ISSN 2316-8021

Ao professor orientador, foi atribuída a função de orientar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos que foi realizado pelo monitor, assegurando o cumprimento dos objetivos do Programa de Monitoria. Cabendo ao professor orientador propor atividades, sugerindo, quando necessário, fontes adicionais de informações educacionais.

Ministrada em diversos períodos do Curso de Graduação em Enfermagem, a monitoria remota teve carga horária total de 12 horas semanais. A abordagem adotada nas diversas disciplinas foi à metodologia ativa que considera o educando como sujeito elaborador do conhecimento, inserido em um contexto de conhecimento compartilhado entre o monitor-discente.

Com isso, segundo Moran (2018) as metodologias ativas de ensino e de aprendizagem estão sendo gradativamente implantadas em alguns cursos do ensino superior, e elas constituem alternativas pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino-aprendizagem no aluno, envolvendo-o na aprendizagem por descoberta, por investigação ou resolução de problemas.

A educação elaborada a partir dos saberes prévios do monitor possibilita a constituição desse ensino-aprendizagem de forma significativa por meio do comportamento crítico-reflexivo de modo que o conhecimento terá aplicabilidade e relevância na vida profissional de cada um.

Dessa forma, para a prática da monitoria remota, inicialmente foram criadas salas virtuais no perfil da plataforma Microsoft Teams para todas as turmas participantes da monitoria, e esse seria o principal meio para a realização dos encontros semanais. A plataforma funciona como uma central de informações, discussões e colaborações com o intuito de auxiliar o processo de aprendizagem na faculdade e ampliar o vínculo dos estudantes na postagem de tarefas e discussão das temáticas apresentadas.

Figura 1- Salas virtuais criadas na plataforma Microsoft Teams.

Apesar de a plataforma Microsoft Teams ser a principal estratégia para a realização da monitoria, grupos no whatsaap também foram criados para garantir uma comunicação mais efetiva e de forma mais rápida, visto que as monitorias aconteciam três (03) vezes por semana para cumprimento de carga horária estabelecida pela instituição.

Após isso, iniciaram-se os encontros com essas turmas, sendo às temáticas abordadas de forma lúdica sempre com auxílio de recursos que facilitassem uma melhor adesão do conteúdo, como por exemplo: slides, mapas mentais, flash cards, jogos on-line, como o Kahoot, gincanas com disciplinas integradas, confecção de cartazes educativos e formulários no Google forms.

ISSN 2316-8021

Figura 2- mapa mental criado pelas monitoras na disciplina de Atenção Integral a Saúde da Mulher I

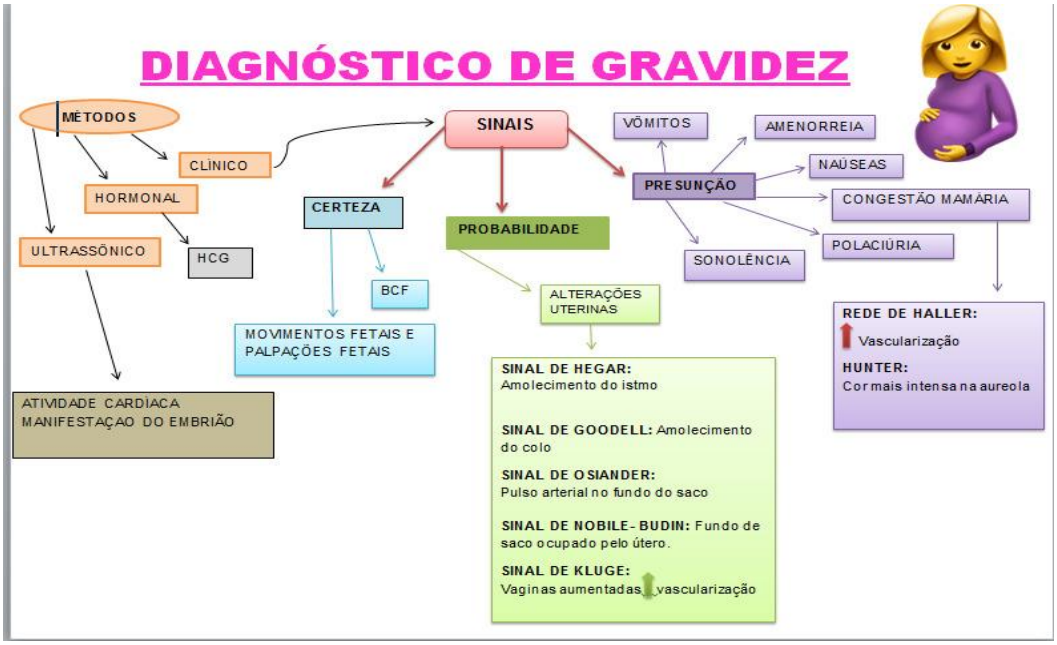
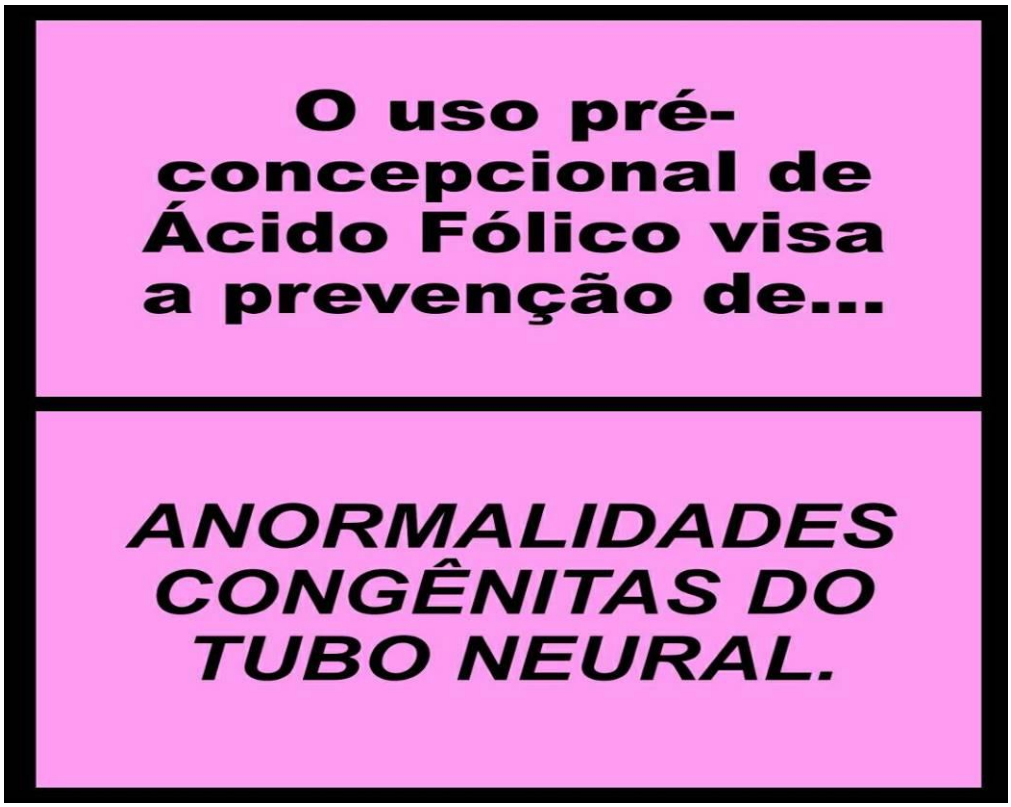


Figura 3- flash cards criado pelas monitoras na disciplina de Atenção Integral a Saúde da Mulher II



ISSN 2316-8021

Figura 4- jogo elaborado pelas monitoras no Kahoot na disciplina de Organização Morfológica e Funcional I

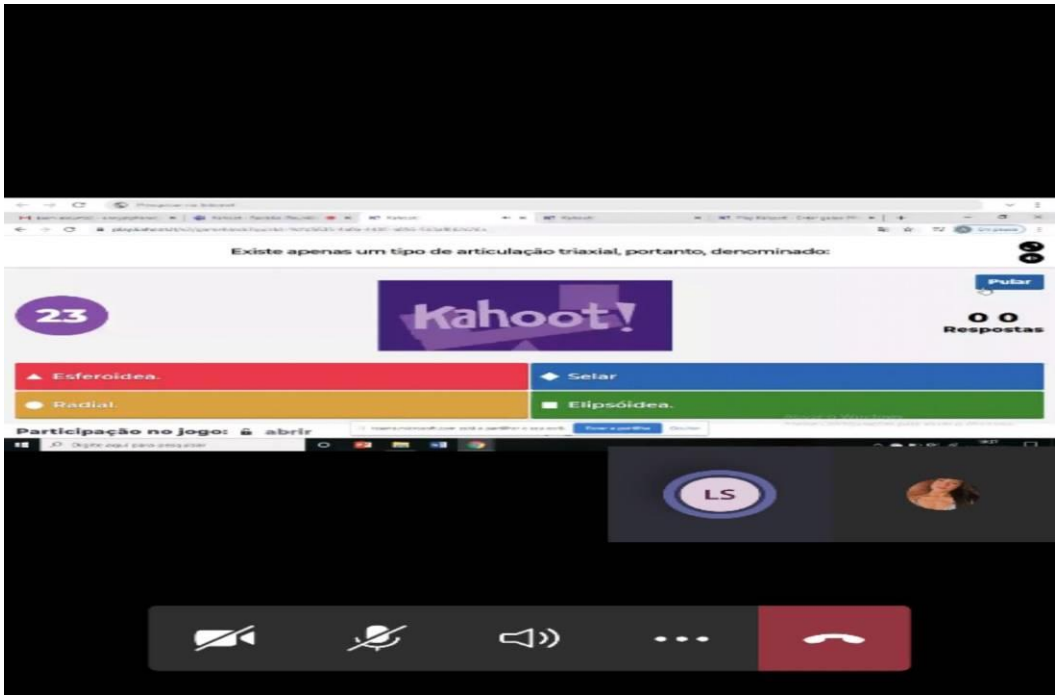
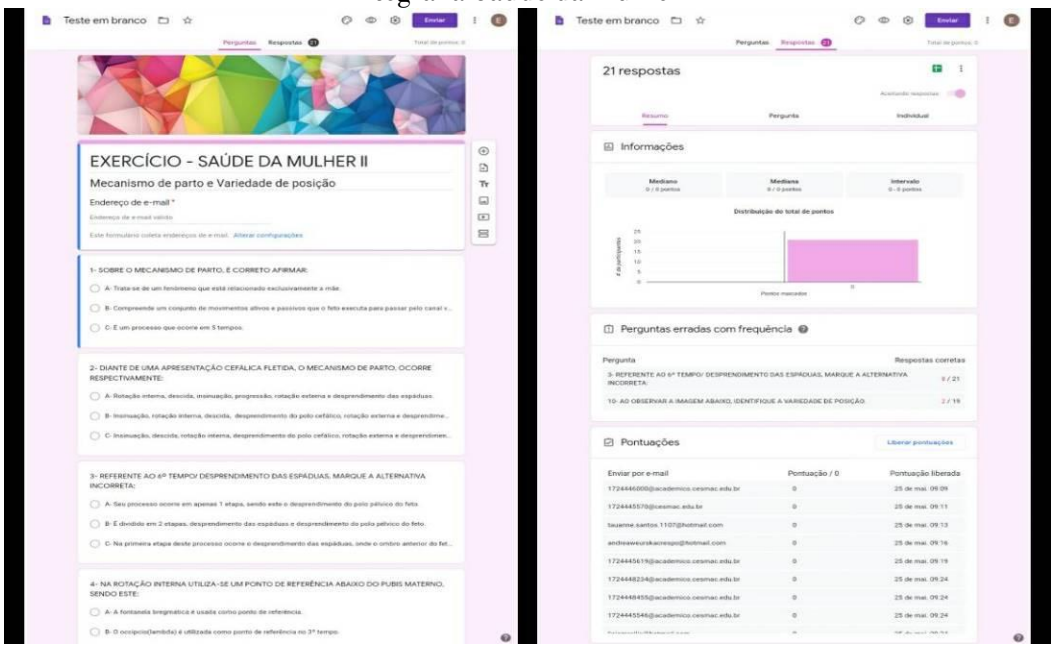


Figura 5- questionário elaborado no Google forms pelas monitoras na disciplina de Atenção Integral a Saúde da Mulher II



ISSN 2316-8021

Figura 6- Cartaz educativo elaborado pelas monitoras.

No total foram realizados 45 encontros de monitora remota. Um total de cinco turmas foi contemplado com esse programa. Para execução de cada monitoria remota todo material produzido era analisado com antecedência pelo professor docente da disciplina a fim de identificar e corrigir o que fosse necessário.

No final da monitoria remota os alunos também foram questionados sobre sua opinião acerca do oferecimento da monitoria na sua forma virtual, onde puderam destacar a sua relevância e importância de estarem sempre revisando os conteúdos ministrados pelo professor, dessa forma, foi possível identificar pontos positivos e pontos negativos acerca da utilização do ambiente virtual como ferramenta para a sua formação.

Figura 7- avaliação da monitoria remota pelos alunos participantes

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Possibilidade de correção de trabalhos Várias metodologias utilizadas Melhor fixação dos conteúdos Interação entre o aluno-monitor Disponibilidade e receptividade além dos horários da monitoria.	Os horários estabelecidos Sobrecarga de todas as disciplinas Dificuldade de acesso à internet Carga horária extensa

ISSN 2316-8021

A discussão sobre esses pontos, tanto os positivos quanto os negativos, foi muito relevante e mostrou o quanto foi eficaz a utilização dessas metodologias ativas, pois apesar das dificuldades encontradas a forma da abordagem metodológica foi altamente aprovada por todos os alunos que participaram e ter a tecnologia ao nosso favor nos garantem melhores experiências no ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência, demonstra a importância da monitoria de forma remota para os alunos de diversos cursos, a exemplo dos alunos do curso de graduação em Enfermagem. Essa modalidade de ensino-aprendizagem contribuiu na formação de estudantes ao qual beneficiou tanto os estudantes monitores quanto os estudantes ouvintes estabelecendo uma parceria de aprendizado em que ambos compartilharam conhecimentos, auxiliando numa nova forma de enxergar assuntos e práticas fundamentais para a formação profissional dos discentes.

Torna-se relevante salientar mediante a decisão institucional da Faculdade CESMAC do Sertão sobre a proposta da monitoria remota, que se tornou uma ferramenta indispensável em um período difícil e totalmente novo devido a pandemia do Sars-CoV-2, causador da Covid-19. A monitoria remota se configurou num método inovador para transformar o ensino tradicional em uma nova forma de reagir à situação atual onde as aulas presenciais foram paralisadas e o espaço entre professor e aluno ficou distante fisicamente. Assim, a monitoria remota interviu e estreitou laços, aproximando alunos e agregando conhecimento a todos que participaram do programa.

Vale ressaltar o total apoio dos discentes ouvintes, facilitando o desenvolvimento da monitoria remota. Em dois meses foram realizadas atividades remotas de cunho não obrigatório, mas que elevou o nível de conhecimento. A faculdade CESMAC do Sertão se fez presente e esteve em total apoio aos seus estudantes, agindo com plena comunicação e cuidado para efetivar a melhor monitoria remota possível. Seus docentes agiram com grande contato e aproximação com seus monitores, gerando resultados positivos a esse novo método de ensino-aprendizagem.

O aluno monitor por sua vez, teve o privilégio de despertar a vocação à docência, através desse programa de iniciação à docência. Esse despertamento docente, seguramente será levado em consideração pelos discentes em suas decisões profissionais futuras. O aluno ouvinte e participante da monitoria teve o privilégio de aprender com amigos e parceiros que com a intimidade entre ambos pôde efetivar um melhor aprendizado. Assim sendo, a monitoria remota beneficiou a todos e foi validada da mesma forma que a monitoria presencial, pois seu peso e a atenção prestada aos alunos foram às mesmas que uma presencial teria.

Enfim, a monitoria remota foi extremante importante para a formação de alunos e diante da situação de fechamento das instituições de ensino superior, provocada pelo novo coronavírus. O método ativo e inovador de fazê-la, levou a vários resultados positivos, principalmente pela boa aceitação e participação do alunado, gerando um efetivo engajamento. A monitoria remota fortaleceu ideias e teorias, demostrando que não é necessário estar fisicamente presente para existir uma troca de conhecimento. Além dos ideais já citados, a monitoria remota ensinou aos monitores sobre responsabilidade e comprometimento, tornando-os mais maduros e experientes.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, S. S; et al. A importância do monitor para o processo de formação acadêmica, otimizando o aprendizado. *Revista Cintedi*, Campina Grande, 2018.
2. BORBA, P. L. O; et al. Desafios 'práticos e reflexivos' para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy, *Scielo Preprint*, 2020

3. FARIA, J. P. A monitoria como prática colaborativa na universidade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
4. FRISON, L. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. *Pro-Posições*. v. 27, n. 1, p. 133-153, jan./abr. 2016
5. HAAG, G. S; et al . Contribuições da monitoria no processo ensino-aprendizagem em enfermagem. Rev. *brasileira de enfermagem*, Brasília- DF , v. 61, n. 2, p. 215-220, Abr. 2017.
6. LOBO, A. S, M; MAIA, L. C. G. O uso das TICs como ferramenta de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. *Caderno de Geografia*, v. 25, n. 44, p. 16-26, 2015.
7. LOPES, C. S.; ESPIG, M. J. A importância da atividade do monitor na universidade: um estudo de caso na teoria da história. In: Congresso de Iniciação Científica, 19.; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, MOSTRA CIENTÍFICA, Pelotas: UFPel, 2010.
8. MCALLISTER, M. et al. Snapshots of simulation: creative strategies used by Australian educators to enhance simulation learning experiences for nursing students. Nurse Education in Practice, Edinburgh, v. 13, n. 6, p. 567-572, 2013
9. MEIRINHOS, M. Os desafios educativos da geração Net. *Revista de Estudios e Investigación em Psicología y Educación,* n.13,p.125-129,2015. OECD. Students, Computers and Learning: Making the Connection. Paris: OECD, 2015.
10. MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.
11. MORAN, J. O papel das metodologias na transformação da Escola, 2018. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/Papel_metodologias_Moran.pdf Acesso em: 28 jul. 2020.
12. MURARO, P. F. L; et. al. Inovação em ensino e aprendizado de histologia: atlas direcionado a acadêmicos da área da saúde. Anais do 10º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão– SIEPE, 2019.
13. RANGEL, E. et al. Avaliação, por graduandos de enfermagem, de ambiente virtual de aprendizagem para ensino de fisiologia endócrina. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 327-333, 2011.
14. SOARES, M. A. A.; SANTOS K. F. A monitoria como subsídio ao processo de ensino-aprendizagem: o caso da disciplina administração financeira no CCHSA-UFPB. In: XI Encontro de Iniciação à Docência, 2008, João Pessoa/PB. XI Encontro de Iniciação à Docência, 2008.
15. STEINDORFF, G; et al. Monitoria acadêmica no componente curricular de Semiotécnica em Enfermagem: Relato de experiência. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 8, n. 1, 2017.
16. VYAS, R. et al. Clinical training at remote sites using mobile technology: an India-USA partnership. Distance Education, London, v. 31, n. 2, p. 211-216, 2010.
17. KWAMME, C. M. L; et al. As contribuições da monitoria: monitor em formação acadêmica. Anais do 10º Salão Internacional de Ensino Pesquisa e Extensão- SIEPE; Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

ISSN 2316-8021

Aplicativo para dispositivos móveis do mapa biopostural: sistema de análise biomecânica do movimento vertebral
Application for mobile devices of the biopostural map: system of biomechanical analysis of vertebral movement

Douglas de Oliveira Subrinho, Fernando de Carvalho Pedroza Júnior, Mozart de Melo Alves Júnior, Erika Rosângela Alves Prado, Alessandra Nascimento Pontes, Jair Kleyson Sousa Leite

RESUMO: Existem vários métodos para avaliação da coluna vertebral, como o raio-x, goniômetro, inclinômetro, flexímetro e a fotogrametria 3D, mas suas características dificultam a avaliação e o registro dos movimentos executados fora do ambiente clínico, como em ambientes de trabalho. A construção do sistema Mapa Biopostural tem como intenção permitir a identificação de distúrbios por meio do registro do histórico do posicionamento da coluna durante o tempo de atividade de sua vida diária e ou profissional, servindo também como um mapeamento de suas habilidades e ou limitações. Para isso, foi pensado no desenvolvimento de um novo instrumento tecnológico, junto com um aplicativo móvel e um sistema web.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivos Móveis, Coluna Vertebral, Postura.

ABSTRACT: There are several methods for evaluating the spine, such as x-ray, goniometer, inclinometer, fleximeter and 3D photogrammetry, but their characteristics make it difficult to assess and record movements performed outside the clinical environment, such as in work environments. The construction of the Biopostural Map system is intended to allow the identification of disorders by recording the history of spine positioning during the time of activity of your daily and / or professional life, also serving as a mapping of your skills and or limitations. For this, it was thought about the development of a new technological instrument, together with a mobile application and a web system.

KEYWORDS: Mobile Devices, Spine, Posture.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de análise de distúrbios da coluna vertebral é um campo ao qual a variabilidade de pesquisas biomecânicas vem crescendo e diversificando as técnicas não invasivas desenvolvidas para superar as limitações dos métodos manuais e radiológicos (D'AMICO, 2017).

A idealização do produto elaborado constitui-se da necessidade enfrentada na prática clínica de avalição postural em um núcleo de estudos da coluna vertebral de um Centro Universitário de acordo com as necessidades da vida diária e ou profissional dos pacientes.

A utilização de um planejamento no Desenvolvimento de Novos Produtos (DNP), constitui-se de um conjunto de atividades por meio das quais se busca, a partir das necessidades do mercado e das possibilidades de restrições tecnológicas, melhorar as decisões de implementação e gestão de produto, diminuindo seus riscos e maximizando as oportunidades de mercado (ROZENFELD, 2006; TONI, 1998).

Nas últimas décadas, como resultado de questões financeiras e clínicas, a coluna vertebral e a avaliação funcional postural, tornou-se progressivamente importante na identificação de distúrbios musculoesqueléticos e deficiências precisas relacionados a saúde e ampliar os cuidados sociais (DON, 2012).

Os desenvolvimentos dos diagnósticos tecnológicos baseados no processamento de imagens (reconstrução de raios-X estéreo digitais, exames de tomografia e ressonância magnética) proporcionou uma melhora significativa na obtenção de informações detalhadas sobre estruturas anatômicas de forma estática (D'AMICO, 1995; D'AMICO, 2007).

Apesar da validade confirmada do raio-x, alguns problemas podem ser levantados em relação ao seu uso. A exposição do paciente à radiação, tornando-se não recomendado exames periódicos e o alto custo. (DOODY, 2000; BRIGGS, 2007).

Outros métodos de avaliações são os aparelhos manuais, o goniômetro, o inclinômetro e o flexímetro, aparelhos esses, ligados aos segmentos corporais, que mensuram as medidas angulares das secções corporais gerando dados indicados pelo aparelho. Porém, o procedimento requer habilidade por parte do examinador, estimativa visual da mesma posição dos braços principalmente do goniômetro e a mesma posição inicial em cada medição sucessiva em todos os aparelhos (LOEBL, 1967; BURTON, 1986).

Outra análise morfológica postural, atualmente bastante utilizada é a fotogrametria 3D. Ribeiro et al (2006) definiram como uma técnica relativamente simples, fácil e objetiva. Onde a foto digital é combinada com softwares gratuitos como o SAPO (Software para Avaliação Postural) e o Kenovea que permitem a mensuração de ângulos, distâncias horizontais e verticais (DON, 2012; SOUZA, 2011). Porém, segundo Souza (2011) a ausência de padronização das referências anatômicas e do significado das medidas angulares utilizadas nos estudos com fotogrametria, são fatores que dificultam a comparação entre estudos e a própria validação dos resultados encontrados. Gerando assim, a necessidade de desenvolver novos meios de avaliações dinâmicas.

A idealização do Mapa Biopostural é ir além de uma anamnese, testes funcionais, fotogrametria 3D, eletrogoniômetro que são realizados apenas em ambiente clínico ou em laboratórios de avaliação sem perceber a capacidade de mobilidade ou imobilidade do paciente, mascarando muitas vezes a identificação do distúrbio, deixando assim de captar o verdadeiro fator causador. Tem o propósito de identificar posturas inadequadas, esforços e sobrecarga na coluna vertebral gerada nas atividades da vida diária e ou profissional, funcionando como um registro histórico dos movimentos da coluna vertebral em ambiente clínico ou externo, sem a necessidade de ser vigiado por câmeras ou profissionais, com tecnologia inovadora e de baixo custo, para melhor efetividade da avaliação da coluna de forma não invasiva e funcional e sem ocasionar danos à saúde do paciente ou ambiente. Dessa forma, auxiliando na área de medicina, educação física, fisioterapia, saúde pública na avaliação do trabalhador, perícias na área e ergonomia.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica sobre avaliação postural utilizada na prática clínica de saúde entre uma equipe de pesquisadores da área de Análise de sistema, Engenharia elétrica, Arquitetura, Medicina e Fisioterapia.

A idealização da criação do protótipo foi com base em avaliar as amplitudes de movimentos da coluna vertebral, fisiológica e patológica, que podem gerar posturas inadequadas, esforços e sobrecarga na coluna vertebral gerada no dia-a-dia, em atividades de vida diárias ou em atividades profissionais.

O Mapa Biopostural consiste de um sistema de avaliação de amplitude postural dinâmica. O novo instrumento de tecnologia foi idealizado para mensurar movimentos da coluna vertebral em três eixos e três planos, usando para a medição três sensores flexíveis, com frequência de 9600 BD, utilizando uma tecnologia Arduino controlada por um Atmega, junto com dois acelerômetros triaxiais, posicionados com ajuda de adesivo dupla face 3M rente a pele, localizados na região posterior da sétima vertebra cervical (C7) e quinta vertebra lombar (L5), e uma pequena caixa de armazenamento com presilha fixada no cinto ou na roupa do paciente, produzida de um material PLA (termoplástico biodegradável derivado de fontes renováveis) contendo um módulo *bluetooth*, pesando aproximadamente 170g, sendo um equipamento leve e portátil e que possibilite a mobilidade natural, capaz de mensurar os movimentos executados durante um período de 6 horas de atividade com duas baterias de Lithium recarregáveis com 3,7V cada, contendo 7,4V e 2,800 mAh no total.

As duas cápsulas que contém os acelerômetros foram confeccionadas em moldes de PLA

ISSN 2316-8021

impressos em uma impressora 3D com o símbolo da Instituição que fomenta a pesquisa o Centro Universitário Cesmac, ligadas por quatro micros fios até a caixa de armazenamento. A caixa de armazenamento, por sua vez, cujas dimensões são de aproximadamente 115 mm de largura por 78mm de altura e 35mm de espessura, é feita de PLA e contém duas baterias, micro controladores, módulo *bluetooth* e dois conectores RJ11 pelo qual é conectado aos micros fios.

O equipamento também conta com o auxílio de um aplicativo móvel para o sistema operacional Android, desenvolvido com a linguagem *typescript* com o uso do *framework* Ionic. Seu objetivo é guardar as leituras feitas pelos sensores em um banco de dados online, o *Firebase*, através de um *smartphone*. Para isso, também foram instalados alguns *plug-ins*, como o *bluetooth serial* que permite a comunicação serial via *bluetooth* com o Arduino, o *background mode* para que os registros dos dados possam continuar ativos mesmo com o aplicativo minimizado, e o *plug-in network* que permite verificar se o dispositivo possui uma conexão com a internet.

Por fim, também foi desenvolvido um sistema web, construído com a linguagem PHP junto com o *framework* Laravel e com acesso ao mesmo banco de dados do aplicativo, o *Firebase*. Para acelerar o desenvolvimento de sua interface foi usado o *framework* Bootstrap junto com o modelo AdminLTE. Esse sistema é o responsável pela visualização dos resultados das avaliações, através de gráficos de linha geradospela ferramenta Google *Chart*.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O doutor precisa efetuar um cadastro no sistema web para que possa ter acesso ao gerenciamento dos cadastros de seus pacientes e suas avaliações.

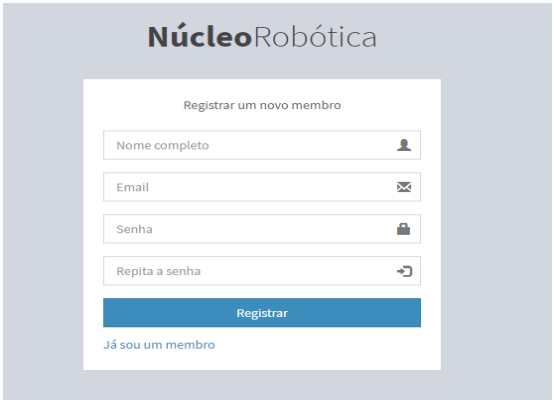


Figura 1: Cadastro do doutor no sistema web

Agora o doutor já pode efetuar um cadastro para o paciente, inserindo seu nome, CPF e e-mail, esses que serão importantes para o acesso ao aplicativo.

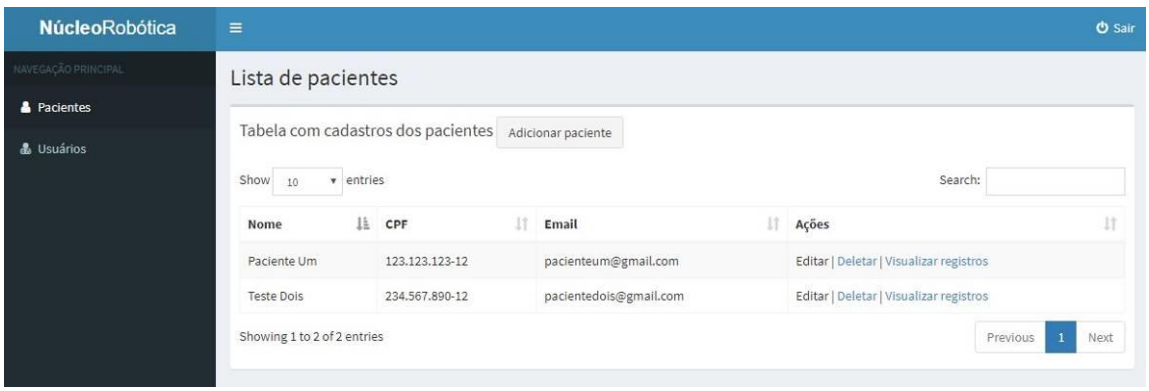


Figura 2: Lista de pacientes cadastrados no sistema web

Depois de efetuado o cadastro do paciente, é hora de posicionar o equipamento carregado

ISSN 2316-8021

na pessoa a ser avaliada.

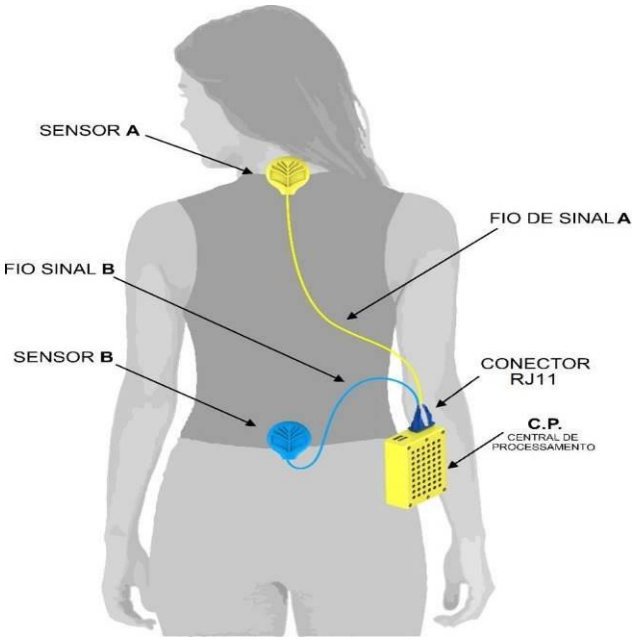


Figura 3: Posicionamento do equipamento no paciente

Para o início do registro dos dados, o paciente precisa parear via *bluetooth* seu aparelho *smartphone* com o equipamento inserindo uma senha pré-definida. Agora já pode entrar no aplicativo usando o e-mail ou o CPF cadastrado pelo doutor. Feito isso, é selecionado o doutor para qual está sendo feita a avaliação, visto que um mesmo paciente pode ter sido cadastrado por mais de um doutor.

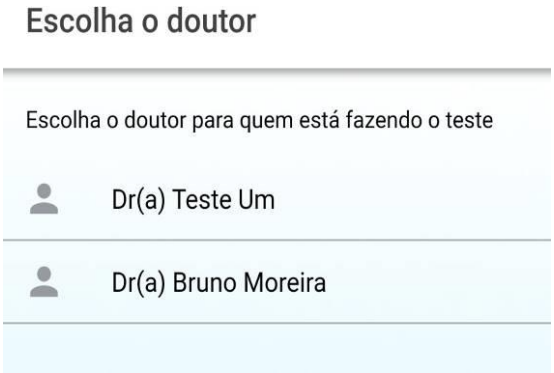


Figura 4: Seleção do doutor responsável pela avaliação, no aplicativo.

O próximo passo é selecionar por meio do aplicativo o equipamento pareado para então iniciar o registro dos dados. Esse registro leva em torno de 6 horas para ser concluído.

ISSN 2316-8021

Figura 5: Inicio do registro dos dados pelo aplicativo

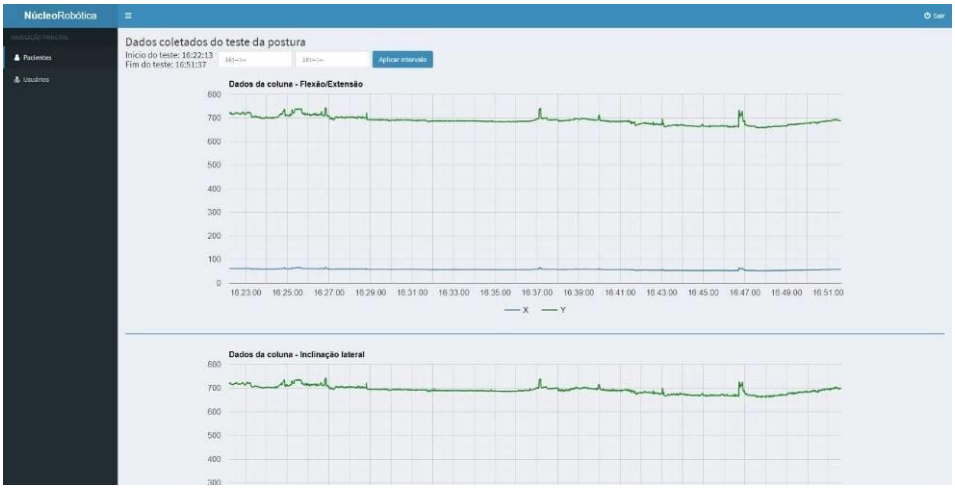


Figura 6: Exibição dos resultados no sistema web

Durante o registro o aplicativo manterá uma mensagem informando o seu estado e ao concluir essa tarefa um alerta será aberto informando sobre a conclusão. Com o registro concluído, o doutor já pode visualizar os resultados no sistema web, buscando na lista de pacientes pela pessoa, optando por visualizar as avaliações para poder ser aberta outra lista que apresenta todas as avaliações que já foram feitas por data de início do registro. Ao visualizar uma avaliação, o doutor poderá analisar o histórico postural gravado durante as 6 horas, observando os picos de cada movimento realizados a cada segundo, podendo filtrar por um período de tempo e ampliar as linhas do gráfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda existe a necessária continuidade de pesquisas em seres humanos para testes da captação das variações de movimento e observações da sua aplicabilidade, para ser feita a avaliação da eficácia na prática clínica. O desenvolvimento do Mapa Biopostural com o intuito de solucionar e aperfeiçoar formas de avaliação com novos meios de tecnologia para quantificar melhor os dados, serviu como um incentivo na busca de inovações e desenvolvimento de novos produtos de baixo custo na área de saúde e exatas.

REFERÊNCIAS

1. BRIGGS, A.M.; Wrigley, T.V.; Tully, E.A. et al. Medidas radiográficas da cifose torácica na osteoporose: Cobb e ângulos centróides vertebrais. *Radiologia Esquelética*. v, 36, p. 761 – 767, 2007.
2. BURTON, A. Kim. Regional lumbar sagittal mobility; measurement by flexicurves. *Clinical Biomechanics*. v. 1, n. 1, p. 20-26, 1986.
3. CONN, C. Innovation in private- label branding. *Design Management Review*. v. 16, n. 2, p. 55-72, 2005.
4. D'AMICO, M., D'Amico, G. and Roncoletta, P. Algorithm for Estimation, Classification and Graphical Repre- sentation of Clinical Parameters in the Measurement of Scoliosis and Spinal Deformities by Means of Non-Ionising Device. *Three Dimens Anal Spinal Deform*. v. 15, p. 33–38, 1995.
5. D'AMICO, M.; D'Amico, G.; Roncoletta, P. et al. A 3-D biomechanical skeleton model and processing procedure. *Eur Med Phys*. v. 43, p. 1–6, 2007.
6. D'AMICO, M.; Kinel, E. and Roncoletta, P.Normative 3D opto-electronic stereophotogrammetric posture and spine morphology data in young healthy adult population. *PLoS ONE*. v. 12, n. 6, 2017.
7. DOODY, M. M, et al. E. Breast cancer mortality after diagnostic radiography: findings from the U.S. *scoliosis cohort study*. v. 25, n. 16, p. 2052–2063.
8. DON, R, et al. Instrumental measures of spinal function: is it worth? A state-of-the art from a clinical perspective. *Eur J Phys Rehabil Med*. v. 48, p. 255–73, 2012.
9. LOEBL, W. Y. Measurement of spinal posture and range of spinal movement. *Rheumatology*. v. 9, n. 3, p. 103-110, 1967.
10. RIBEIRO A. P, et al. Confiabilidade inter e intraexaminador da fotopodometria e intra-examinador da fotopodoscopia. *Rev Bras Fisioter*. v. 10, n. 4, p. 435-9.
11. ROZENFELD, H. et al. *Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para a melhoria do processo*. Saraiva. São Paulo, 2006.
12. SOUZA, J. A, et al. Biofotogrametria confiabilidade das medidas do protocolo do software para avaliação postural (SAPO). *Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum*. v.13, n. 4, p. 299-305, 2011.
13. TONI, D. *O processo de desenvolvimento de novos produtos: um estudo de caso na indústria plástica do segmento acessórios para móveis*. 1998. PPGA/UFRGS, Porto Alegre.

ISSN 2316-8021

Informatização de processos ético-disciplinares no Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas
Informatization of ethical-disciplinary processes in the Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

Thayse Barbosa Sousa Magalhães, Nayron Carlos da Silva Vasconcelos, Bárbara Leão Barros, Antônio Eduardo dos Santos, Sóstenes Ericson

RESUMO: A enfermagem é o campo profissional de maior força de trabalho na área da saúde. Sua regulamentação decorre de lutas engendradas pela Associação Brasileira de Enfermagem, sendo fundamental a criação dos Conselhos Regionais, dos quais o de Alagoas foi um dos pioneiros no país, tendo sido criado em 1975. Em se tratando da prática profissional, o uso da informática contribui para a implementação da assistência de enfermagem, como também para o ensino, a pesquisa, a gestão e atuação política. O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de informatização dos processos ético-disciplinares do Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas (COREn/AL). Trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo documental, e de abordagem qualitativa. Em 2015, o referido Conselho implantou o módulo de processos éticos no sistema IncorpWare, incorporando ao sistema todos os processos admitidos a partir de 2009. Desse modo, tem sido possível conferir maior agilidade na busca de informações, bem como dispor de um espaço virtual seguro para o armazenamento de processos, em caso de extravio da sua versão física, garantindo também maior agilidade na tramitação processual. Demonstram-se, portanto, as contribuições da informatização para a gestão da enfermagem no âmbito da referida autarquia, principal responsável pela fiscalização do exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Processos ético-disciplinares, Enfermagem, Informatização.

ABSTRACT: Nursing is the professional field with the largest workforce in the health area. Its regulation stems from srtuggles engendred by the Brazilina Nursng Association, being essential the creation of Regional Nursing Council, of which Alagoas was one of the pioneers in the country, having been created in 1975. In the case of professional practice, the use of information technology contributes for the implementation of nursing care, as well as for eaching, research, management and political action. The presente study aims to analyze the computerization processo f the ethical-disciplinary processes of the Regional Nursing Council of Alagoas. It is a field research, of documentar type, and with a qualitative approach. In 2015, the Council implemented the module of ethical processes in the IncorpWare system, incorporating into the system all the processses admitted since 2009. In this way, it has been possible to provide greater agility in the search for information, as well as having a secure virtual space for the staorage of porocesses, in case of loss of its physical version, also guaranteeing graeter agility in the procedural process. Therefore, the contributions of computarization to nursing management are demonstrated in the scope of the Regional Nursing Council, which is mainly responsible for supervising professional practice.

KEYWORDS: Ethical-disciplinary processes, Nursing, Informatization.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a enfermagem é um campo profissional composto pelas categorias de enfermeira, técnica em enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira, sendo regulamentado pela Lei nº 7.489, de 25 de junho de 1986 e pelo Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Trata-se da maior força de trabalho da área da saúde, sendo fundamental no processo saúde-doença e na manutenção dos sistemas de saúde (COFEN, 2015).

Tal regulamentação, no entanto, tem a ver com o surgimento de um Conselho com caráter normativo e fiscalizador do exercício profissional, o que se deu através de lutas da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) (SILVA, 2016). Um dos primeiros Conselhos Regionais

formados no país foi o de Alagoas, tendo sido criado em 14 de agosto de 1975, com a posse dos membros da Junta Especial do Conselho Federal de Enfermagem em Alagoas (JE-COFEN-AL).

A prática profissional, por sua vez, requer o cumprimento de preceitos éticos, normatizados através do Código Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE), sendo este um instrumento que reúne um conjunto de normas, princípios morais e do direito relativos à profissão e ao seu exercício, direcionando, portanto, a conduta profissional dentro do cumprimento das normas e princípios estabelecidos (MATTOZINHO, 2015). Desse modo, quando há uma infração do CEPE, um dos caminhos a ser seguidos é a denúncia que pode resultar em instauração do Processo Ético-Disciplinar, que tem como objetivo avaliar os fatos da ocorrência e julgá-lo.

Em decorrência da inserção do universo digital em diversas áreas do conhecimento humano, a enfermagem tem voltado sua atenção para o processo de informatização, com o objetivo de contribuir em sua prática diária, reduzindo assim o tempo perdido desnecessariamente com o registro manual dos dados e permitindo maior contato com o paciente. Pode-se dizer que a informática em enfermagem é descrita como o cruzamento da informática, da informação e da ciência na enfermagem, para gerenciar e comunicar dados, informações e conhecimentos na prática de enfermagem (VERNIC, 2012). Uma alternativa que facilita na prática dos profissionais que trabalham no COREn é a informatização de Processos Ético-Disciplinares (PEDs), tornando mais rápida a tramitação, a consulta e o acesso às informações do processo. Com base nestes pressupostos, o presente estudo tem como objetivo analisar o processo de informatização dos processos ético-disciplinares do Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas, a partir de 2009. Trata-se de um recorte da pesquisa "Erro profissional em enfermagem", desenvolvida em parceria com a Universidade Federal da Bahia.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de Ética em Enfermagem está relacionado com os princípios referentes à conduta da trabalhadora em enfermagem com seus direitos, deveres e proibições, direcionados à pessoa, à família e à coletividade. De acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, existem princípios fundamentais que são inerentes ao exercício profissional, tais como: promoção e restauração da saúde; prevenção de agravos e doenças e o alívio do sofrimento; organização de suas intervenções de modo autônomo, entre outros (COFEN, 2017). Com isso, fica posto que a discussão sobre o que é ético ou não é complexa e passível a várias interpretações.

Desse modo, o presente estudo traz como o processo de informatização pode ser útil nos processos éticos, já que a tecnologia está cada vez mais presente nas práticas e processos de trabalho. Segundo Vernic (2012), a tecnologia proporciona maior velocidade de informação, bem como mais agilidade na assistência prestada; além de gerenciar informações.

Nessa perspectiva, os sistemas de informação em saúde podem ser definidos como um conjunto de componentes que estão interrelacionados, com o objetivo de coletar, processar, armazenar e distribuir a informação para direcionar as decisões no âmbito da saúde (BRASIL, 2015). Em se tratando da especificidade desse estudo, considera-se a necessária aproximação com diversos recursos da informática, no sentido de operacionalizar o trâmite processual de PEDs, no âmbito do COREn/AL, estando aí compreendido o uso da informatização no campo da gestão em enfermagem.

Recuperam-se de Florence Nightingale, precursora da enfermagem moderna, algumas noções voltadas ao que designou, no título do terceiro capítulo, por gerência dos subordinados na obra "Anotações de Enfermagem: o que é e o que não é", cuja primeira edição inglesa data de 1860. A autora da teoria ambientalista da enfermagem descreveu no referido capítulo as nuances de suas preocupações mais imediatas com o cuidado de enfermagem, a exemplo de: esclarecimentos sobre a falta, desconhecidos que vêm ao quarto do doente; quarto do doente que areja a casa inteira; quartos desabitados que impregnam a casa inteira; entrega ou não de cartas e mensagens; medidas parciais, tais como "estar sempre a postos", aumentam a ansiedade do paciente em vez de diminuir. Porque devem ser somente parciais; qual é a causa da metade dos acidentes que

acontecem; a gerência dos subordinados é melhor compreendida nas instituições que nos domicílios; quais instituições são a exceção?; enfermagem em hospitais militares; o que é estar "no comando"; e porque as enfermeiras contratadas dão tanto problema (NIGHTINGALE, 2010).

O recorte nesse momento repousa sobre a relação entre o que seria a ocorrência de uma infração ética e a chamada gerência dos subordinados, lendo-se aí os processos de trabalho em enfermagem e a atuação do Conselho Regional na fiscalização do exercício profissional. Sem incorrer numa transposição mecânica entre a enfermagem inglesa de meados do século XIX e a enfermagem brasileira contemporânea, consideramos lacunar uma reflexão sobre o cuidado de enfermagem no ambiente virtual, o que por ora adiamos, para nos deter nas contribuições da informatização no trâmite de processos ético-disciplinares, na instância regional.

Sabe-se que o erro é o resultado da falha na execução de uma ação planejada ou o desenvolvimento incorreto de um plano (REASON, 2009). A segurança do paciente passou a ser foco nas organizações de saúde a partir do relatório *To err is human* que revelou alta mortalidade em hospitais norte-americanos decorrentes de erros médicos. Ao longo do tempo algumas ferramentas foram desenvolvidas para prevenir o erro, sobretudo, em áreas de alto risco, nos chamados sistemas complexos, mas assumi-lo envolve expor as fragilidades de nós humanos ao julgamento daqueles que nos observam e, conforme Drews; Musters; Samore (2008), a atitude de esconder o erro é agravada em organizações que são marcadas por uma cultura organizacional de culpa.

É possível encontrar um paradoxo do erro humano na dicotomia entre a falha individual e a falha de mecanismos criados para funcionar como barreiras que impeçam a ocorrência de erros, esta última como a expressão das vulnerabilidades dos sistemas complexos. O destaque dado à falha individual, em que apenas as habilidades e capacidades dos trabalhadores são postas em discussão, desvia o foco da análise da organização do trabalho e das decisões tomadas em esferas superiores, ambas compondo o contexto do trabalho, elemento determinante para a ocorrência de erros. Todavia, o erro é algo positivo (BROCHARD, 2008). Enquanto seres que falhamos, devemos construir mecanismos para aprendermos com os nossos erros, dada a sua onipresença. Portanto, devemos pensar não apenas em ferramentas individuais de abordar o erro, mas, sobretudo, nas coletivas, considerando que a maioria das atividades laborais é coletiva.

Os conceitos para erro apresentados também ilustram o foco que é dado para a sua compreensão, se para o agente que erra, o indivíduo, ou se para as circunstâncias que envolvem o erro, o contexto. A abordagem sistêmica do erro se concentra nas condições sob as quais as pessoas trabalham, tentando construir defesas para prevenir os erros ou atenuar seus efeitos. A abordagem pessoal se concentra nos erros cometidos pela pessoa, culpando-a por seu esquecimento, desatenção ou fraqueza moral (REASON, 2009).

No Brasil, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/Fiocruz), alberga o Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente – Proqualis, cujo trabalho desenvolvido pelo Proqualis permitiu contribuir na elaboração da Portaria 529, de 1° de abril de 2013, que lançou o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) (PROQUALIS, 2014).

O estudo de Meurier; Vincent; Parmar (1998) revelou que em uma situação de erro grave as enfermeiras tendem à autoculpa pelo erro, assim como também tendem a dar mais importância para o erro se o resultado for grave. Isso pode indicar que as enfermeiras, diante de consequências graves de um erro, podem se inclinar a assumir responsabilidade pelo ato. Por outro lado, as autoras chamam atenção que uma vez que a enfermeira faz a auto atribuição do erro ela pode ignorar ou desconsiderar outros fatores na causa do mesmo, como fatores da organização do trabalho.

As enfermeiras, auxiliares e técnicas em enfermagem são inseridas em um processo de trabalho onde só detêm uma pequena parte do trabalho. Assim, a ocorrência do erro pode ser explicada a partir da identificação de múltiplas causas e não apenas por causas de natureza individual. O reconhecimento das múltiplas causas para a ocorrência do erro deve ser adotado tanto pelas organizações de saúde quanto pela autarquia que regula as profissões em enfermagem.

ISSN 2316-8021

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente estudo é parte da pesquisa Erro profissional em Enfermagem, desenvolvida em parceria com a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFBA – Parecer 1.374.867), com financiamento da FAPESB (Edital n. 005/2015). A referida pesquisa inclui os Conselhos Regionais de Enfermagem da Região Nordeste que mantêm o maior número de trabalhadoras de enfermagem inscritas e ativas por Estado: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em se tratando do recorte desse estudo, trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo documental, de abordagem qualitativa, realizada no período de julho de 2019 a julho de 2020, no Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas, em sua sede localizada em Maceió. Foram realizadas visitas técnicas, sendo a equipe composta por um pesquisador responsável, uma bolsista PIBIC/CNPq, dois colaboradores e um técnico do COREn/AL. As visitas foram guiadas por um instrumento de coleta de dados criado pelo grupo de pesquisadores, onde constam as seguintes variáveis: data e turno da ocorrência do erro, descrição do evento, características do denunciante, características do denunciado, tipo de infração cometida segundo o código de ética dos profissionais de enfermagem, entre outras. Cabe ressaltar que, atendendo ao objetivo desse estudo, tais variáveis aqui não serão analisadas, uma vez que o interesse aqui explicitado se volta ao processo de informatização.

As anotações foram registradas em um diário de campo, no qual constava data, horário, objetivo da visita, anotações/observações e responsável, sendo posteriormente sistematizadas de acordo com os interesses da pesquisa. A aproximação teórica com os pressupostos de Florence Nightingale se deu em razão da expertise do Grupo de Estudo Trabalho, Ser Social e Enfermagem (GETSSE/UFAL), ao qual a equipe de pesquisa está afiliada.

O projeto conta com financiamento do Edital n. 005/20015 da FAPESB, sob a responsabilidade da pesquisadora proponente, estando orçado recurso para despesas da equipe de Alagoas, que conta também com 01 bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPq). A confidencialidade dos sujeitos da pesquisa foi mantida. Em nenhum momento ou por quaisquer meios foi possível apresentar resultados que pudessem identificar os sujeitos da pesquisa, quer de forma direta e ou indireta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, o sistema de informatização que é utilizado pelo Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas – COREn/AL é o IncorpWare. Esse sistema é voltado para a gestão de Conselhos Profissionais e Entidades de Classes, integrando as atividades de cadastro e registro, automatização de processos, facilitando a gestão da arrecadação e da inadimplência, possibilitando a cobrança administrativa, judicial, com protesto de títulos e o gerenciamento da fiscalização, acervo técnico e de responsabilidade técnica.

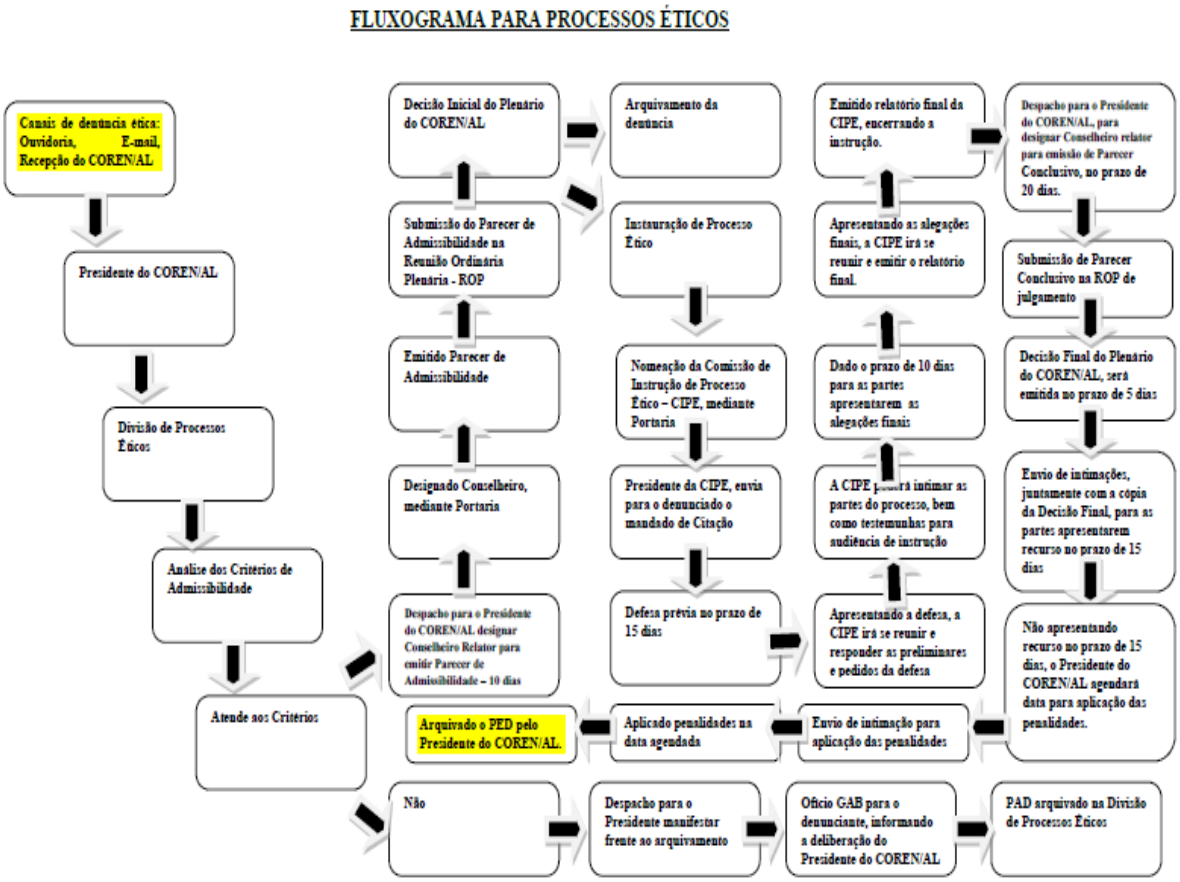
O IncorpWare possibilita o completo gerenciamento das informações dos profissionais cadastrados, uma vez que todos os dados do usuário (nome, local de trabalho, situação e outros) são adaptados de acordo com a situação do profissional. Além disso, todo o controle de débitos do inscrito é feito de modo automático, possibilitando maior agilidade. O referido sistema também permite que a Instituição melhore seus processos de arrecadação, diminuindo a inadimplência registrada através da integração e sintonia com os sistemas bancários, criação de consultas e relatórios, emissão de débitos e pagamentos, geração de boletos, recálculo de juros, multas e correções monetárias e várias outras atividades. Além disso, o sistema IncorpWare permite que os Conselhos e Associações emitam relatórios personalizados da forma que desejarem, podendo, assim, visualizar as informações procuradas com mais facilidade, inclusive com gráficos demonstrativos. As informações dos relatórios podem ser geradas nos mais variados tipos de arquivo para o usuário visualizar, editar e arquivar as informações no formato que lhe convier.

ISSN 2316-8021

Em 2005, o COREn/AL comprou a licença perpétua desse sistema e paga mensalmente à empresa terceirizada o suporte mensal. Em 2015, foi implantado o módulo de processos éticos nesse sistema, no qual é possível gerar as numerações dos processos e suas respectivas fases, podendo acompanhar os prazos dos documentos, gerando os relatórios mensais. De 2005 a 2014 (antes da aquisição do módulo de processos éticos), foram instalados 35 PEDs. De 2015 a julho de 2020, foram instalados 53 PEDs, cabendo ressaltar que alguns estão arquivados e outros ainda estão tramitando. Atualmente, é utilizado processo físico com inserção de suas fases no sistema supracitado. Com a ausência do módulo de processos éticos não foi possível localizar os processos anteriores a 2009, razão pela qual só estão disponíveis PEDs do período 2009-2020.

Os PEDs, em sua versão física, estão armazenados em uma sala específica na sede do COREn/AL, estando organizados em uma estante, que é dividida em processos que já foram julgados e arquivados e processos que ainda estão em andamento. Todos os processos são separados por ano e guardados dentro de uma caixa arquivo, devidamente identificada. Seguindo os fundamentos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o PED só se torna de caráter público após decisão final, com acesso viabilizado por solicitação à autarquia, razão pela qual, apesar de informatizados os PEDs do COREn/AL não estão disponíveis ao acesso virtual da população me geral. O rito processual dos PEDs, conforme demonstrado na Figura 1, é dividido em três fases: admissibilidade, instrução e julgamento. Na fase de admissibilidade, ocorre a denúncia, que é analisada e, em seguida, toma-se a decisão pela instrução ou pela não admissibilidade. Por sua vez, na etapa de instrução são investigados os fatos, a pessoa denunciada é citada, há coleta de depoimentos e a produção de provas. Por fim, na etapa de julgamento, ocorre a decisão da plenária sobre os fatos apurados e as eventuais penalidades (Figura 2).

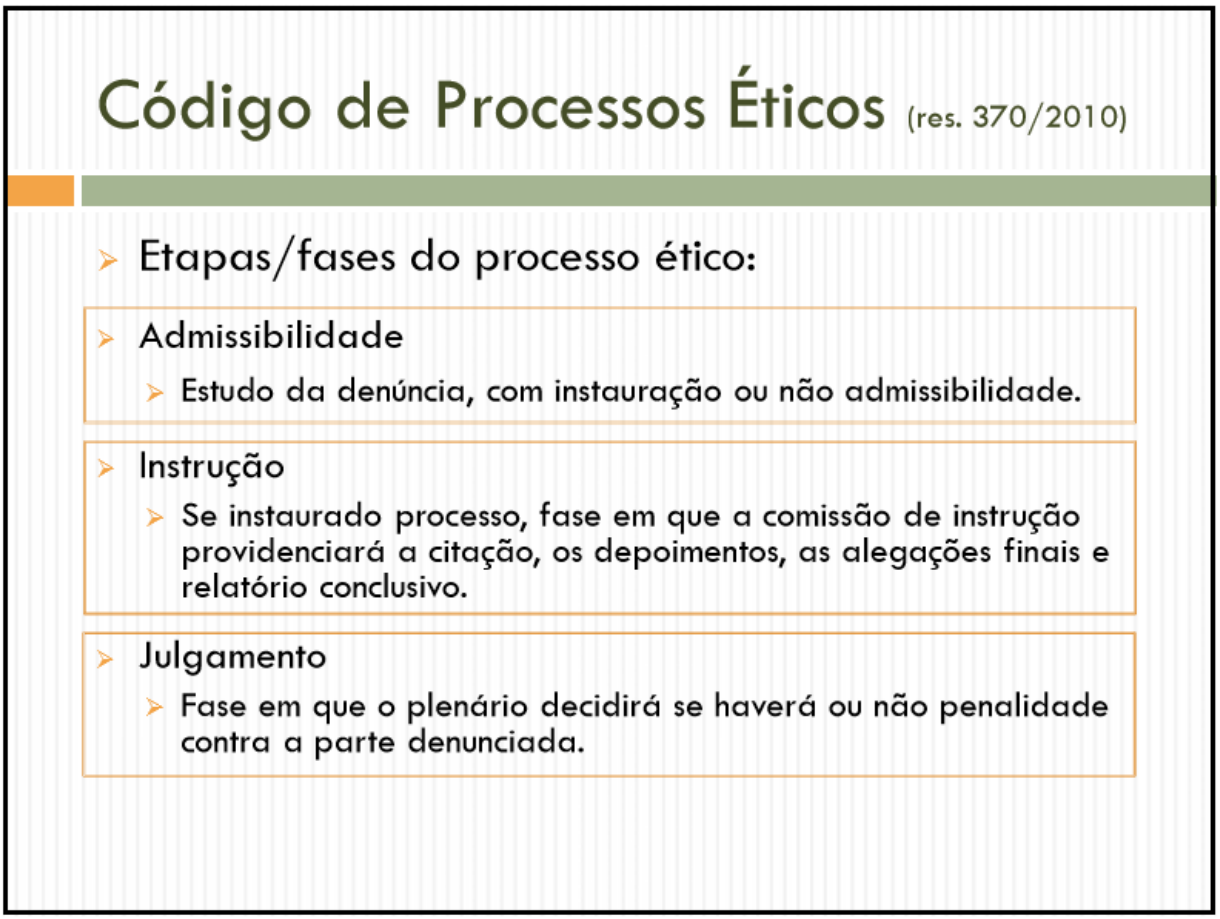
Figura 1 – Fluxograma para processo ético-disciplinar.



Fonte: COREn/AL, 2019.

ISSN 2316-8021

Figura 2 – Rito de processos ético-disciplinares.



Fonte: COREn/AL, 2019.

Procurando avançar do ponto de pesquisa da pesquisa sobre a temática aqui posta em relevo, procedeu-se uma busca de artigos acadêmicos sobre informatização em enfermagem, utilizando-se as bases de dados LILACS, BVS e DECS com os descritores "informatização em enfermagem" e "computerization in nursing" e não foram encontrados estudos, o que traz a necessidade de mais investimento em pesquisa com esta temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o período de sua modernização, tendo em conta a via inglesa, a enfermagem vem se desenvolvendo enquanto ciência e prática social, acompanhando os avanços tecnológicos, quando não ela mesma realizando-os. Tendo em conta os diversos espaços de atuação profissional (ensino, assistência, gerência, pesquisa, atuação política) e os distintos processos de trabalho aí envolvidos, em sua relação constitutiva com o complexo do trabalho em saúde, do qual é parte indispensável, observa-se a necessidade contínua de criação e de implementação de instrumentos que contribuam para o desenvolvimento da prática profissional.

É nesse contexto que se situa a informatização, enquanto processo do qual a enfermagem tem se apropriado e ressignificado, levando em consideração as nuances de suas particularidades e as demandas suscitadas por sua atuação nos diferentes cenários nos quais se desenvolve. No que diz respeito ao erro no trabalho, em suas causalidades e consequências, tanto do ponto de vista individual quanto sistêmico, quer no âmbito privativo do campo de enfermagem ou no âmbito institucional, observa-se sua complexidade e desafio.

Buscando garantir maior agilidade e transparência ao trâmite de processos ético-disciplinares, o COREN/AL implantou o módulo de processos éticos no sistema IncorpWare, o que

possibilitou incorporar ao sistema todos os processos admitidos a partir de 2009. Desse modo, tem sido possível conferir maior agilidade na busca de informações, bem como dispor de um espaço virtual seguro para o armazenamento de processos, em caso de extravio de sua versão física. Cabe ressaltar maior agilidade também na tramitação processual, uma vez que são encurtadas distâncias institucionais e o tempo passa a ser otimizado, ao contrário do que antes era observado.

Se para Florence Nightingale a gerência dos subordinados era uma das condições fundamentais para a prática da enfermagem, não menos importante hoje, do ponto de vista da gestão, são as ferramentas utilizadas, tanto para mitigar a ocorrência do erro, quanto para o desenvolvimento de mecanismos que contribuam para a sua apuração, no que toca à fiscalização do exercício profissional, em seus aspectos éticos e disciplinares. Continua posto ainda o desafio de retomar, a partir de Nightingale, uma reflexão teórica que ressignifique a teoria ambientalista, considerando o espaço virtual, sobre o que nos debruçaremos posteriormente.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Sistemas de Informação da Atenção à Saúde**: contextos históricos, avanços e perspectivas no SUS/Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle, 2015.
2. BROCHARD, V. **Sobre o erro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
3. COFEN. **Lei N. 7.498/86**, de 25 de junho de 1986. Disponível em: http://encurtador.com.br/gmqsw. Acesso em agosto de 2020.
4. COFEN. **Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil**. 2015. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/index.html. Acessado em agosto de 2020.
5. COFEN. **Resolução Nº 564**, de 6 de dezembro de 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acessado em agosto de 2020.
6. DREWS, FA; MUSTERS, A; SAMORE MH. **Error Producing Conditions in the Intensive Care Unit**. In: Henriksen K, Battles JB, Keyes MA, et al., (Editors). Advances in Patient Safety: New Directions and Alternative Approaches (Vol. 3: Performance and Tools). Rockville (MD): Agency for Healthcare Research and Quality (US); 2008. Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK43691/. Acessado em: 22 mar. 2015.
7. MATTOZINHO, FCB; FREITAS, GF. Ocorrências éticas de enfermagem no Estado de São Paulo: descrição fática. **Acta Paul Enferm.,** v. 28, n. 6, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ape/v28n6/1982-0194-ape-28-06-0593.pdf. Acessado em: 06 ago. 2020.
8. MEURIER, CE; VINCENT, CA; PARMAR, DG. The nurses' responses to severity dependent errors: a study of the causal attributions made by nurses following an error. **Journal of Advanced Nursing**, v. 27, n. 2, 1998, p. 349–354.
9. NIGHTINGALE, Florence. **Anotações de enfermagem**: o que é, e o que não é. Trad. Janaina Belém. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
10. PROQUALIS. Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente. **Sobre o Proqualis**. Rio do Janeiro: ICICT/Fiocruz, 2014. Disponível em: http://proqualis.net/sobre-o-proqualis. Acessado em: 25 mai. 2015.
11. REASON, J. **El error humano**. Madrid: Modus Laborandi, 2009.
12. SILVA, NAR et al. Circunstâncias de instalação do conselho regional de enfermagem de Alagoas (1973-1978). **Hist enferm Rev eletronica [Internet],** v. 7, n.1, 2016. Disponível: http://here.abennacional.org.br/here/a05.pdf. Acessado em: 06 ago. 2020.
13. VERNIC, C. Nursing Informatics. Current and future trends. **Annals. Computer Science Series**. 10th Tome 2nd Fasc. – 2012. Disponível em: http://anale-informatica.tibiscus.ro/download/lucrari/10-2-05-Vernic.pdf. Acessado em: 06 ago. 2020.

Ligas acadêmicas frente estratégias metodológicas em tempo de distanciamento social
Academic leagues facing methodological in a time of social distance

Emilly Caroline Silva dos Santos, Jaqueline Maria da Silva, Thayná Alves do Nascimento, Ítalo Fernando de Melo, Elis Nayara Lessa de Barros, Pauliana Santos de Farias

RESUMO: Introdução: O ano de 2020 trouxe um marco histórico pela alta contaminação de um novo vírus gripal circulante em escala mundial, ocasionado pelo Covid-19 nomenclatura da doença causada pelo SARS-CoV-2. As TICs possibilitaram o uso de estratégias virtuais para suprir as necessidades das ligas acadêmicas, bem como, tornar o meio tecnológico a principal ferramenta de comunicação e interatividade com o púbico alvo, cumprindo assim o proposito das ligas acadêmicas que é realizar atividades extensionistas mesmo que virtualmente. **Objetivo:** Relatar a experiência de discentes de enfermagem atuantes na diretoria de ligas acadêmicas, no desenvolvimento de estratégias metodológicas adotadas no processo de continuidade de suas atividades através dos meios tecnológicos. **Procedimento metodológico:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja investigação descritiva através de uma observação minuciosa, sob forma de relato de experiência, no qual parte da perspectiva de acadêmicos que fazem parte da diretoria de uma liga acadêmica Multidisciplinar em Saúde Coletiva (LAMESC) e de uma liga de Saúde da Mulher e Obstetrícia (LASMEO), do curso de enfermagem da Faculdade CESMAC do Sertão estando vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão da instituição, sob a coordenação e supervisão de vários docentes, tendo autonomia administrativa científica. **Resultados e discussões:** A tecnologia na educação pode se tornar uma grande facilitadora dos métodos, onde professor e aluno podem se beneficiar com os recursos e aparatos utilizados. Nesta expectativa realçaria o seu potencial educativo, que supõe, como vimos, um espaço demarcado por uma constante e ampla rede, que possibilita o acesso à saúde em funcionamento, no qual se torna um protagonismo exercido por sujeitos entre os quais emergem os estudantes ligantes e grupos sociais beneficiados. Assim, essas estratégias foram um desafio para todos, pois em tempos de distanciamento social, o meio mais propício a ser usado, estava sendo, o uso de tais tecnologias, o que atendeu grande parte da nossa demanda quanto a realização das atividades extensionistas de forma remota. **Conclusão:** Portanto, observa-se que a Ligas Acadêmicas tem desenvolvido diferentes projetos para atender tanto a população quanto aos acadêmicos, com o desenvolvimento de conteúdos como live, podcast, enquetes, revisão de disciplina por área de conhecimento, pôsteres educativos e entre outros materiais, capaz de incentivar tanto o aluno que compõem a liga e a população, sendo a parte daí obterá o acesso a essas informações com fontes confiáveis repassadas, em que o mesmo poderá acessar, segundo a sua preferência sobre determinado assunto.

PALAVRAS-CHAVES: Enfermagem em Saúde Comunitária, Tecnologia, Pandemias.

ABSTRACT: Introduction: The year 2020 brought a milestone in the high contamination of a new virus circulating on a worldwide scale, caused by Covid-19, which is the name of a disease caused by SARS-CoV-2. In this perspective, as equipment incorporated into the care, from its correct handling, communicating important information about health care, in order to allow a set of actions or decision making to be triggered. These new technologies, they favor the technical-scientific development of society, which is why they must be assimilated in the teaching-learning process. In this sense, these virtual strategies can supply and bring advantages to academic leagues, as well as making the technological environment attractive to the student, as well as bringing health education to this virtual audience, thus being performed as extensive activities remotely in through a pandemic. **Objective:** To report the experience of nursing students working on the board of academic leagues, based on the current context of facing a pandemic, as well as describing the methodological strategies adopted in the process of continuing their activities

ISSN 2316-8021

through technological means. **Methodological procedure:** It is a qualitative research, whose descriptive investigation through a detailed observation, in the form of an experience report, in which it starts from the perspective of academics who are part of the board of a Multidisciplinary academic league in Public Health (LAMESC) and a League of Women's Health and Obstetrics (LASMEO), of the nursing course at Faculdade CESMAC do Sertão, linked to the Research and Extension Center of the institution, under the coordination and supervision of several professors, with scientific administrative autonomy. **Results and discussions:** Technology in education can become a great facilitator of methods, where teacher and student can benefit from the resources and apparatus used. In this expectation, it would highlight its educational potential, which supposes, as we have seen, a space demarcated by a constant and wide network, which allows access to health in operation, in which it becomes a protagonism exercised by subjects among whom the bind and emerging students emerge benefited social groups. Thus, these strategies were a challenge for everyone, because in times of social distance, the most propitious means to be used was the use of such technologies, which met a large part of our demand regarding the carrying out of extension activities in a remote. **Conclusion:** Therefore, it is observed that the Academic Leagues has developed different projects to serve both the population and academics, with the development of content such as live, podcast, polls, subject review by area of knowledge, educational posters and among other materials , able to encourage both the student who make up the league and the population, the part of which will gain access to this information with reliable sources passed on, which the student will be able to access, according to their preference on a given subject.

KEYWORDS: Community Health Nursing, Technology, Pandemics.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 trouxe um marco histórico pela alta contaminação de um novo vírus gripal circulante em escala mundial, caracterizando uma pandemia, esse agravo a saúde pública foi ocasionado pelo Covid-19 que é o nome da doença causada pelo SARS-CoV-2, um novo coronavírus, com crescentes taxas de morbidade e mortalidade (OPRIESSNIG T; HUANG YW, 2020 apud CAVALCANTE, 2020).

Nessa perspectiva, o aumento incontrolável de casos, necessitou da população de forma internacional, um distanciamento social afim de conter a propagação desse vírus e assim achatar a curva epidemiológica. Dentre as medidas tomadas, houve a suspensão das atividades presenciais das instituições de ensino superior, afim de evitar a aglomeração das pessoas (PAVON; BAEZA; LAVIE, 2020).

A linguagem tecnológica induz ao pensamento sobre alguns aspectos inerentes que são fundamentais na interface com o debate em torno da humanização. Nesta perspectiva, as aparelhagens incorporadas ao cuidado, a partir do seu correto manuseio, comunicam informações importantes sobre os cuidados a saúde, de modo a possibilitar que um conjunto de ações ou tomadas de decisão sejam desencadeadas. Esta realidade implica na possibilidade em articulação com os seus conhecimentos específicos viabilizando um planejamento da assistência (GOMES et al., 2017).

Essas novas tecnologias, elas favorecem o desenvolvimento técnico-científico da sociedade, razão pela qual devem ser assimiladas no processo de ensino-aprendizagem; além disso, funcionam como estratégias que permitem o empoderamento no cuidado da sua própria saúde (AMORIM et al., 2018), Contudo razões pela qual ainda se persiste em paralelos quanto a seu uso em acesso, principalmente diante de um contexto de vulnerabilidade social, porque mesmo diante de seus inúmeros benefícios, há uma necessidade de se avaliar e adaptar o meio de influência (tecnologia) de acordo com suas limitações e isso se refere ao público direcionado, bem como a sua necessidade de adaptação diante do contexto social instável, que alguns indivíduos vivenciam, e isso é repercutido em grande parte da população brasileira (CASTILLO et al., 2019).

Dessa forma, os métodos tradicionais voltados a educação, teve que encarar um nosso desafio, assim, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343 de 17, de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19 (BRASIL, 2020). Nesse contexto, as Ligas Acadêmicas que são um grupo de acadêmicos de enfermagem, exerciam suas atividades extensionistas através de medidas que objetivassem melhorar a atuação da Universidade frente à comunidade na qual está inserida, teve que se adaptar ao meio digital para permanecer com suas atividades (REGUEIRO et al, 2020).

Nesse sentido, essas estratégias virtuais podiam suprir e trazer vantagens para algumas demandas das ligas acadêmicas, bem como, tornar o meio tecnológico atrativo para o aluno (XAVIER et al, 2020). Dessa forma, utilizamos estratégicas no âmbito da tecnologia da informação e comunicação, os grupos de WhatsApp, Instagram, E-mail, Plataforma do Microsoft Teams, afim de promover nossos encontros para discussões, levar a educação em saúde para esse público virtual, assim, realizando nossas atividades extensionistas de forma remota em meio a uma pandemia.

Dessa forma, as estratégias metodológicas estavam totalmente interligadas com o uso das tecnologias digitais, utilizando essas ferramentas como forma de transmissão de informações e assim poder realizar as atividades remotamente. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é relatar a experiência de discentes de enfermagem atuantes na diretoria de ligas acadêmicas, a partir do contexto atual de enfrentamento a uma pandemia, bem como descrever as estratégias metodológicas adotadas no processo de continuidade de suas atividades através dos meios tecnológicos.

REFERENCIAL TEORICO

De acordo com Dehon et al. 2018 relata que a utilização das plataformas digitas de comunicação, tais como WhatsApp, WeChat, Telegram e Facebook e Messenger se tornaram comum no cotidiano das pessoas, assim com a população das mais diversas faixas etárias que empregam esses aplicativos nas plataformas moveis. De acordo com dados publicados na literatura, investir em recursos e funcionalidades, principalmente educacionais, se tornou interessante uma vez que a familiarização e popularização dessa plataforma já está bem difundida com o público em geral.

Segundo Silveira 2017 transmite que os recursos de informática são considerados por muitos educadores e por instituições de ensino como a possibilidade de modernização do ensino, denominando-os de novas tecnologias. No entanto, deve-se considerar que apenas a utilização da tecnologia não é a garantia de uma melhor aprendizagem havendo a necessidade de serem desenvolvidas múltiplas ações pedagógicas que possibilitem um fazer crítico vinculado à realidade, construído na autonomia e na cooperação dos estudantes.

De acordo com hizzotti 2020 a tecnologia traz um desafio inesperado: a possibilidade de construção de um novo modo de saber, de viver, de comunicar-se, de aprender e de construir a vida, com a invenção e o uso acelerado de novas tecnologias da comunicação e informação a tecnologia impôs a urgência de reconstruir o modo e a importância de manter a posição ética de valor privilegiado do ser humano, Esse desafio atual renova a questão onipresente em todos os períodos da história, das revoluções científicas, da criação e da expansão dos novos instrumentos e meios, que modificaram e afetaram, profundamente, a vida e o bem-estar humano, e que reflui em todos os contextos dilemáticos da experiência humana.

Já nos transmite Silva 2020 que uma tendência atual do aprendizado autorregulado é que ele ocorra com a mescla das formas de ensino formal e informal, caracterizando uma possível mudança na forma de aprender das novas gerações. estudantes de várias instituições e de vários países, constantemente colaboram entre si, compartilham seus conhecimentos e buscam informações para resolver ou explicar um problema no trabalho, na escola, faculdade ou duvidas sociais através de pesquisas e enquetes. assim a aprendizagem no contexto das plataformas de

mensagens e redes sociais tornou - se autônoma, auto motivacional e informal, bem como uma parte integral da experiência das instituições de ensino.

Advindo Selwyn 2017 nos mostra que as Tecnologias digitais vêm cada vez mais definindo a maior Parte das Formas de Educação na contemporaneidade, Onde vivemos em uma era de escolas, universidades, bibliotecas e museus inundados de artefatos, plataformas e aplicativos digitais, o que torna impossível imaginar o futuro da educação sem um bom suporte das tecnologias computadorizadas em posição de centralidade, assim temos fácil acesso ao meio digital através dos aplicativos digitais renitis já que grande parte da população apresenta uma facilidade de possuir um smartphone ou IOS. Assim, vemos a possibilidade de criar narrativas sobre a educação e "o digital" que sejam mais bem desenvolvidas e realistas possível.

Segundo Araújo "pensar nas Tecnologia da Informação e Comunicação no processo de ensino-pesquisa extrapola a sua simples presença, como condição necessária, mas não suficiente, para o encaminhamento das questões relativas à sua apropriação". Nesta busca de uma melhor compreensão de mundo em nossa atividade de pesquisa acadêmica, necessitamos desenvolver nosso senso crítico, desconfiar sobre tais alegações, muitas vezes sustentadas por fantasias a respeito do que é o digital e os artefatos derivados dele.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um—estudo descritivo, do tipo relato de experiência pautado em uma observação minuciosa, sobre as percepções e perspectivas de integrantes das diretorias de algumas ligas acadêmicas Multidisciplinares como: Liga Multidisciplinar em Saúde Coletiva (LAMESC) e de uma liga de Saúde da Mulher e Obstetrícia (LASMEO), do curso de enfermagem da Faculdade CESMAC do Sertão, vinculadas ao Núcleo de Pesquisa e Extensão da instituição, sob a coordenação e supervisão de vários docentes, tendo autonomia administrativa científica.

Primeiramente, procedeu-se a busca aleatória de artigos científicos e livros e, após leitura dos textos, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de busca eletrônica nas seguintes bases de dados, disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da saúde (LILASC), Bases de Dados de Enfermagem (BDENF), Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (MEDLINE), e Scientific Eletronic Library Online (SciELO). Como estratégia de busca para compor a pesquisa foram utilizados os descritores em ciências da Saúde (DeCS) associados ao operador booleano "OR" para obter uma união entre as palavras, assim sendo ficou: Enfermagem em Saúde Comunitária OR Tecnologia OR Pandemias. Utilizou-se um recorte temporal de 2015 a 2020 para compor o estudo.

Nesta perspectiva a liga acadêmica é uma entidade extensionista, científica e sem fins lucrativos que tem como objetivo aproximar precocemente à prática baseada em evidências, à assistência integral, ao aprimoramento do conhecimento dos alunos e a permissão de um maior contato entre a academia e a comunidade. Assim, as ligas realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão, que numa ótica analítica se fez perceber os meios de comunicação disponíveis como forma a proporcionar a educação em saúde e realizar as suas atividades por meio das Tecnologias da informação e comunicação (TICs).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tecnologia na educação pode se tornar uma grande facilitadora dos métodos, onde professor e aluno podem se beneficiar com os recursos e aparatos utilizados. As mídias digitais podem ser utilizadas para apoiar as atividades do professor, do gestor e do aluno por facilitarem, sobretudo, o intercâmbio de informações, a visualização de forma mais clara dos recursos e o ensino colaborativo (BARROSO, 2016).

Nesta expectativa realçaria o seu potencial educativo, que supõe, como vimos, um espaço demarcado por uma constante e ampla rede, que possibilita o acesso à saúde em funcionamento, no

qual se torna um protagonismo exercido por sujeitos entre os quais emergem os estudantes ligantes e grupos sociais beneficiados.

As ligas acadêmicas têm por objetivo atividades extensionistas. Durante esse período de pandemia e distanciamento social, as atividades passaram de presenciais para remotas. A partir das necessidades que foram encontradas, as atividades que antes eram realizadas em campo, foram mudadas e direcionadas para a utilização do meio remoto/online e adaptação pela utilização mais frequente das mídias sociais.

Reuniões presenciais passaram a ser por uma plataforma online onde todos os discentes e docentes conseguiam ter acesso, o aprimoramento de novos hábitos se fez necessário por toda mudança que ocorreu rapidamente. O uso das redes sociais como WhatsApp como um principal meio de comunicação e compartilhamento de informações entre os colaboradores das ligas, foi de bastante importância. E a estratégias da utilização do Instagram, fazendo através de posts, storys, enquetes e as lives que tivemos uma ótima interação dos acadêmicos ao vivo.

Tabela 1. Ferramentas tecnológicas utilizadas para as atividades das ligas e seu meio de aplicação.

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS	DESCRIÇÃO
WhatsApp	Utilizado como uma ferramenta para criação de grupos e compartilhamento de informações referente a liga, bem como, discussões entres os diretores, para planejamento de possíveis eventos virtuais.
Instagram	Uma rede social propícia para transmitir conhecimentos e informações da liga a comunidade acadêmica e geral, foi usada para educação em saúde por meio de lives, IGTV, publicações e stories, abordando diversas temáticas. Também foi usado como forma de enquetes para participação do público.
E-mail	Usado como correio eletrônico para compartilhamento de documentos.
Plataforma Microsoft Teams	Principal ferramenta usada para reuniões entre as ligas, discussões de ideias, planejamento e atualizações de atividades.
Google drive	Utilizado como meio de compartilhamento de documentos, trabalhos feitos pela liga e arquivos.
Podcast	Usado principalmente como ferramenta de comunicação para transmitir conteúdos através de áudios.
Google forms	Foi bastante útil para criação de formulários para as ligas.

Fonte: Dados da própria pesquisa, 2020.

Dessa forma, os recursos tecnológicos que foram utilizados pelas ligas acadêmicas citados acima, ajudaram tanto no planejamento das atividades, como contribuíram também na dinâmica e no compartilhamento de informações, que foram fundamentais para esse momento de distanciamento social.

Neste panorama de evolução constante das tecnologias em comunicação, no qual propicia uma maior adaptabilidade diante dos impactos causados devido ao COVID-19, em que a população no geral se torna um dos mais afetados, e mesmo quando é preciso mudanças características no nosso cotidiano seja na nossa alimentação, hobby, trabalho e estudos, é preciso uma reorganização, afim de não prejudicarem a nossa autonomia quanto a nossa convivência e atualização de informações, pois ela tem ocasionado um impacto em muitas áreas da sociedade com o passar dos anos, sendo initerruptamente inserida em nosso contexto (Selwyn 2017). Contudo com precisão deve ser avaliada e repensada que tipo de estratégias é preciso para obter com precisão um resultado satisfatório segundo as nossas necessidades sociais atualmente em meio ao que estamos vivendo, mesmo em isolamento social.

Assim, essas estratégias foram um desafio para todos, pois em tempos de distanciamento social, o meio mais propício a ser usado, estava no uso dessas tecnologias citadas, o que atendeu grande parte da nossa demanda de realizar atividades extensionistas de forma remota,

possibilitando assim, a integração dos discentes com a comunidade e um bom desempenho das ligas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto diante das inúmeras limitações provocadas devido a essa pandemia do COVID-19, que tanto o profissional que precisa está cumprindo com suas atividades no atendimento e fornecimento de informações a serem sanadas à população. Em termos de distanciamento social há a necessidade de novas estratégias de tecnologias da informação e comunicação em termos de acolhimento e educação em saúde, a fim de possibilitar de alguma forma a prestação de serviços com ganhos qualitativos por meio deste planejamento, e é neste sentido que as Ligas Acadêmicas estão utilizando como instrumentos de integração entre a junção do ensino, extensão e pesquisa, cujo seu principal objetivo é aperfeiçoar o campo de ensino e aprendizagem. Além disso, aplica todo o conhecimento adquirido com a comunidade e contribui diretamente com a formação profissional dos acadêmicos que participam.

Observa-se que a Ligas Acadêmicas tem desenvolvido diferentes projetos para atender tanto a população quanto aos acadêmicos, com o desenvolvimento de conteúdos como live, podcast, enquetes, revisão de disciplina por área de conhecimento, pôsteres educativos e entre outros materiais, capaz de incentivar tanto o aluno que compõem a liga e a população, sendo a parte daí obterá o acesso a essas informações com fontes confiáveis repassadas, em que o mesmo poderá acessar, segundo a sua preferência sobre determinado assunto.

REFERÊNCIAS

1. Amorim DNP, Sampaio LVP, Carvalho GA, Vilaça KHC. Aplicativos móveis para a saúde e o cuidado de idosos. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 2018 jan.-mar.;12(1):58-7.
2. ARAÚJO, Eleno Marques de. DAS TERRAS DE PRETO A SALA DE AULA: modalidade educacional quilombola, um ensino para todos. **Revista Teias**, [S.L.], v. 19, n. 53, p. 2-3, 20 jun. 2018.
3. BARROSO, Felipe; ANTUNES, Mariana. Tecnologia na educação: Ferramentas digitais facilitadoras da prática docente. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 5, n. 1, 2016.
4. BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 18 mar. 2020. Ed. 53. Seção 1, p. 39. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376. Acesso em: 23 jul. 2020.
5. Castillo VAA, Ramos CLM, Rodríguez, Flores LA, Herrera LLA, Álvarez PDA. Uso de las tecnologías de la información y las comunicaciones en la carrera de Enfermería. **Rev Ciencias Médicas**. 2019.
6. CAVALCANTE, Ana Suelen Pedroza et al. Educação superior em saúde: a educação a distância em meio à crise do novo coronavírus no Brasil/Higher education in health care studies: Distance education in Brazil amid the crisis of the new coronavirus. **Avances en Enfermería**, v. 38, n. 1Supl, 2020.
7. GOMES, A.T.L., ASSIS, Y.M.S., FERREIRA, L.L., BEZERRIL, M.S., CHIAVONE, F.B.T., SANTOS, V.E.P. Tecnologias aplicadas à segurança do paciente: uma revisão bibliométrica, **Revista de Enfermagem** do Centro-Oeste Mineiro, 7/1473, 2017.
8. HIZZOTTI, Antonio. HUMANISMO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA. **Revista E-Curriculum**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 489-500, 26 jun. 2020.
9. Iftene, A. and Vanderdonckt, J. (2016). Moocbuddy: a chatbot for personalized learning with moocs. In RoCHI–International Conference on Human-Computer Interaction, page 91.

10. PAVON, David Jiménez; BAEZA, Ana Carbonell; LAVIE, Carl J. Exercício físico como terapia para combater as conseqüências mentais e físicas da quarentena do COVID-19: foco especial em idosos. **Prog Cardiovasc Dis**. 2020.
11. REGUEIRO, Eloisa Maria Gatti et al. Ensino mediado por tecnologias no curso de Fisioterapia do Centro Universitário Barão de Mauá durante o período de pandemia da COVID-19. **Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 1, n. 1, p. 107-119, 2020.
12. SELWYN, Neil. Educação e Tecnologia: questões críticas. **Cc-By Attribution 4.0 International**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 87-88, 16 abr. 2017.
13. SILVA, Saulo Henrique Cabral; TOLEDO, Marcos Vinícius de Souza; CIZILIO, Luísa Calegari de Barros; LACERDA, Iago Izidório. O uso de chatbot no auxílio de estudantes do ensino médio para o aprendizado em inglês. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 2933-2944, 2020.
14. SILVEIRA, Maurício de Souza; COGO, Ana Luísa Petersen. Contribuições das tecnologias educacionais digitais no ensino de habilidades de enfermagem: revisão integrativa. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 32-33, 2017.
15. XAVIER, Thiago Brito et al. Utilização de Recursos Web na educação em Odontologia durante Pandemia COVID-19/Use of Dentistry Education Web Resources during Pandemic COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 4989-5000, 2020.

ISSN 2316-8021

Mídias sociais no processo de disseminação da informação, na promoção da saúde, educação e meio ambiente
(Social media in the information dissemination process, in the promotion of health, education and the environment)

Sue Réginis de Carvalho Moreira e Silva, Jessé Marques da Silva Junior Pavão, Paulo Rogério Barbosa de Miranda, Roberto dos Santos Monteiro, Maria Izabel Correia Silva de Messias, Acácia Rodrigues Calheiros

RESUMO: As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vêm sendo bastante utilizadas e discutidas no período atual, diante do desconforto frente às repercussões da pandemia do coronavírus, que interferem diretamente no cotidiano da sociedade ao uso intensivo das redes sociais. A intenção deste artigo, mais do que apresentar esse novo instrumento de comunicação, é estabelecer um diálogo com o campo tecnológico e educacional, utilizando as mídias sociais no processo de disseminação da informação, na promoção da saúde, educação e meio ambiente. O presente estudo tem por objetivo analisar, através de uma revisão de literatura, a importância do uso da ferramenta conhecida como *LIVE* no Instagram®, valorizando os benefícios para a população e fazendo com que se entenda esse "novo normal" através da comunicação virtual. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados Scielo, Periódicos CAPES e Google acadêmico, utilizando os descritores: "promoção à saúde", "mídia digital", "*LIVES* no Instagram" e "Instagram", associados aos operadores booleanos "and" e "or", dos últimos cinco anos e em qualquer idioma. Dentre os artigos encontrados, foram selecionados trinta e quatro baseados no título. Por fim, após a leitura do resumo e do texto na íntegra, foram selecionados 21 trabalhos sobre o tema abordado. Os resultados mostraram que a *LIVE* é um recurso de streaming dentro do Instagram Stories, que permite produzir conteúdos ao vivo interagindo entre públicos, por meio de um computador ou smartphone com internet, através do perfil pessoal ou profissional, atraindo novos seguidores, além de disseminar diversos conteúdos. Assim sendo, a audiência pode consumir o conteúdo em tempo real ou no momento que desejar, se for gravado. Dessa forma, a internet rompe os limites do mundo físico e se estende para o digital. Com base na revisão de literatura conclui-se que as *LIVES* estão sendo utilizadas, atualmente, como estratégia de comunicação e, uma ferramenta que auxilia nas discussões acerca da informação, através do uso da tecnologia na interação com o homem.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia da Informação e Comunicação, Isolamento Social, Instagram.

ABSTRACT: Information and Communication Technologies (ICTs) have been widely used and discussed in the current period, given the discomfort facing the repercussions of the coronavirus pandemic, which directly interferes in the daily life of society with the intensive use of social networks. The intention of this article, more than presenting this new communication tool, is to establish a dialogue with the technological and educational field, using social media in the process of disseminating information, promoting health, education and the environment. The present study aims to analyze, through a literature review, the importance of using the tool known as LIVE on Instagram®, valuing the benefits for the population and making this "new normal" understood through virtual communication. The bibliographic survey was carried out in the databases Scielo, Periodicals CAPES and Google academic, using the descriptors: "health promotion", "digital media", "LIVES Instragram", "Instagram" associated with the Boolean operators "and" and "or" , in the last five years, in Portuguese, English and Spanish. 172 articles were found based on the title and among these, thirty-four based on the title were selected. Finally, after reading the abstract and the full text, 20 papers were selected on the topic addressed. The results showed that LIVE is a streaming resource within Instagram Stories, which allows to produce live content interacting between audiences, through a computer or smartphone with

internet, through the personal or professional profile, attracting new followers, in addition to disseminating various contents. Therefore, the audience can consume the content in real time or at any time they wish, if it is recorded. In this way, the internet breaks the limits of the physical world and extends to the digital. Based on the literature review, it is concluded that LIVES are currently being used as a communication strategy and a tool that helps discussions about information, through the use of technology in the interaction with man.

KEYWORDS: Information and Communication Technology, Social Isolation, Instagram.

INTRODUÇÃO

A evolução e revolução tecnológica inserem, de modo geral, a humanidade na era da informação e do conhecimento, o que se convém chamar de tecnologias de informação e comunicação (TICs)**;** as mesmas vêm sendo bastante utilizadas e discutidas no período atual de grande desconforto frente às repercussões dantescas da pandemia do coronavírus (COVID 19), que interferem diretamente no cotidiano da sociedade, premissa básica para o uso intensivo das redes sociais. A sociedade precisou recorrer aos meios digitais para se reinventar e favorecer a integração de forma democrática e, acima de tudo, responsável no processo de construção do conhecimento.

Nos últimos anos, a questão do uso da tecnologia, através das mídias sociais, tem sido usufruída por especialistas da área empresarial, comercial, educacional e da saúde e, em tempos de isolamento social, é viés para manter a mente e o corpo sãos, perceptíveis através dos trabalhos remotos em seus domicílios, do lazer e dos estudos no campo científico viabilizados pelo mecanismo das *LIVES* no Instagram®, que ocorrem por meio tecnológico de comunicação (transmissões) ao vivo e, são capazes de promover a disseminação de conteúdos de grande relevância socioeconômica, educacional, cultural e ambiental.

O Instagram® é uma das redes sociais mais famosas do mundo, além de ser um facilitador de informações sobre saúde, negócios, experiências, sustentabilidade e educação, como um "meio de divulgação e promoção pessoal ou empresarial". Neste universo, o recurso da *LIVE* é um instrumento que aproxima o público, permitindo a interação entre pessoas com interesses em comum sobre um dado tema, realizada em qualquer local e por qualquer pessoa, que utilize algum *gadget* com recurso de transmissão ao vivo, bastando, para isso, estar conectado à internet (LIMA, 2020).

Os conteúdos ou temas abordados através das *LIVES* são os mais variados possíveis, como no caso atual da pandemia da COVID 19, a qual tem revolucionado a maneira de se relacionar e comunicar. Esse recurso da tecnologia digital vem sendo bastante requisitado por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, como: pesquisadores, empresários, profissionais da área de saúde, da educação~~,~~ com a crença de melhorias de suas práticas de comunicação e, também, pedagógicas (ARAÚJO, 2019).

Portanto, compreender o período do distanciamento social e recorrer às *LIVES* no compartilhamento de informações, conforme a necessidade e interesse do público e durante o isolamento, a quarentena ou nos casos mais extremos de *lockdown*, é prover a sociedade de alternativas interativas e gratificantes de utilizar as ferramentas tecnológicas como recurso para obtenção do conhecimento de maneira positiva e lucrativa, através do compartilhamento de experiências proveitosas. Essas mudanças de paradigmas têm afetado o modo de viver, o que pode ser caracterizado como uma verdadeira revolução, em termos de comportamento social.

Entretanto, como se beneficiar desse novo instrumento de aproximação, conhecido como *LIVES*? Dessa forma, este estudo tem o objetivo de analisar, através de uma revisão de literatura, a importância do uso da nova tecnologia conhecida como *LIVE* no Instagram®, valorizando os benefícios para a população e fazendo com que se entenda esse "novo normal" através da comunicação virtual.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os avanços tecnológicos possibilitaram a proliferação de dispositivos pessoais (*gadgets*), que resultaram em interação social, compartilhamento de informações e transformações de comportamento, inclusive no ensino e pesquisa, atraindo o interesse de profissionais de diversas áreas, educadores e pesquisadores.

Com os avanços das novas tecnologias por meio das mídias sociais, as informações se multiplicam e viralizam em questão de segundos, em grande escala e em tempo real, tanto de maneiras positivas ou negativas (*fake news*), inclusive na área da saúde, onde, nesse período da pandemia do coronavírus, as notícias não estão restritas apenas a uma localidade, mas ocupando grande área geográfica (MATOS, 2018), possuindo um alcance inimaginável. E com o uso das mídias sociais, a exemplo das *LIVES* no Instagram®, existe a probabilidade de prover a disseminação de conteúdo de grande relevância em todos os campos das ciências humanas, exatas e biológicas.

Portanto, os perceptíveis avanços tecnológicos possibilitaram a proliferação de dispositivos pessoais, que resultaram em uma maior interação social, compatíveis com o compartilhamento de informações e transformações de comportamento, principalmente no campo da educação e da pesquisa, atraindo o interesse de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Além das *LIVES* no Instagram®, existem outras ferramentas que ajudam na comunicação e interação na área da saúde, como os *Stories* e seus variados recursos (enquetes, perguntas, GIFs e filtros) que estreitam o relacionamento médico-paciente e geram engajamento, principalmente nesse momento de isolamento, a quarentena ou nos casos mais extremos de *lockdown*, termos usados com certa frequência pelos governos, visando inibir os riscos de contaminação através da Covid 19.

O mundo real torna-se pequeno e sem fronteiras diante do mundo virtual, que avança desenfreadamente diante das redes sociais; Medeiros e Queiroz, inferem que

> O homem, dentro desse mundo interativo e virtual, criou um ambiente paralelo, onde ele pode se relacionar com pessoas do mundo todo e trocar experiências com diversas culturas e formas de pensar, sem ter a necessidade de se movimentar fisicamente, diferente dos territórios físicos que até então eram os únicos conhecidos e explorados (MEDEIROS e QUEIROZ, 2015, p.6).

Conforme Lópes (2019), com o uso da internet aumentando nas últimas décadas, a utilização das redes sociais tem sido não somente para atividades recreativas, mas, para a busca de conhecimento. O mundo virtual e o mundo físico caminham juntos e todos estão conectados, são comuns as *Application Program Interface* ou (APIs), conjunto de rotinas, protocolos e ferramentas que conectam um *software* a outro, possibilitando que a sociedade digital e os negócios digitais caminhem e trabalhem juntos, permitindo a conexão entre pessoas e empresas, criando novos produtos digitais, modelos de negócios orientados a serviços e novos canais de negócios. Parente *et al*. (2004) descrevem que a internet é um sistema global de redes de computadores interligados que utilizam um conjunto próprio de protocolos (Internet Protocol Suite ou TCP/IP) com o propósito de servir progressivamente usuários no mundo inteiro.

Atualmente, as redes sociais fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas (AKAR; TOPÇU, 2011), como ferramenta de pesquisa, informações, compartilhamento de opiniões sobre produtos e serviços, alterando a forma como as pessoas se comunicam, interagem e registram momentos do seu dia-a-dia (HUTTER *et. al*., 2013).

Fundado em outubro de 2010 por Mike Krieger e Kevin Systrom, o Instagram® é uma rede social que pode ser utilizada gratuitamente através de sua aplicação móvel ou pelo seu website (www.instagram.com), estimulando seus usuários a compartilharem vídeos e imagens através de um gadget pessoal, tipo um *smartphone, tablet, notebook ou desktop*, providos de câmera, desde que

tenham acesso à internet e software capaz de realizar transmissões ao vivo (HU; MANIKONDA; KAMBHAMPATI, 2014; INSTAGRAM, 2020).

O conceito de *LIVE* no Instagram® é de uma transmissão ao vivo que permite a interação entre os participantes por meio dos comentários, além disso, é possível ainda salvá-la, quer seja através dos *stories* ou mesmo na plataforma de vídeo do instagram® denominada de IGTV®. Alguns desses recursos já vinham sendo utilizados em outras redes sociais, como, por exemplo, o Youtube®, que é uma plataforma de vídeos (LIMA, 2020). Considerando o período de distanciamento social, provocado pela pandemia da COVID-19, é importante destacar a existência de outras ferramentas tecnológicas que estão sendo utilizadas, como Google Meet®, Zoom®, WhatsApp®, Telegram®, Microsoft Teams®, dentre outros aplicativos (apps), cuja finalidade tem sido permitir continuidade na produtividade e, mitigar as consequências decorrentes do distanciamento social.

A mídia e as tecnologias de comunicação buscam criar vínculos e estimulam o consumo de bens e serviços (ROMERO, 2018). Esse processo pode estimular uma mudança de vida e informação que é compartilhada e recompartilhada, com seguidores adeptos do mesmo conhecimento, através do uso intensivo das mídias sociais, por diversos meios como: microblogs (Twitter), blogs, instant messengers, fóruns, e-groups, sites de compartilhamento de conteúdo multimídia (YouTube, Flickr, Vimeo), redes sociais (Facebook), que são espaços de interação entre usuários (CEBRIÁN, 1999).

Esta informação confirma, mais uma vez, que a *LIVE* no Instagram® busca manter as informações atuais, não apenas para seus seguidores, mas, também, quanto às oportunidades e vantagens que as novas tecnologias podem proporcionar à sociedade. Pereira (2015) considera uma ferramenta de marketing que permite demonstrar conteúdos e publicações, abordando diversos temas.

Uma *LIVE* no Instagram®, diferente de uma mensagem, e-mail, vídeos gravados para o Youtube@ ou IGTV@, é mais uma forma de comunicação que permite maior interação, uma vez que esta acontece em tempo real, no momento da transmissão. Vale ressaltar que o Youtube@ também permite essa possibilidade. Em ambos os casos, são bastante utilizadas por pessoas famosas ou conhecidas como o *digital influencer* mostrando o seu dia a dia e interagindo com seus seguidores, mas, também, é um instrumento útil para os negócios online, agregando a divulgação e o marketing (LIMA, 2020).

Segundo a ADIFES (2020), durante uma *LIVE*, os docentes, através de uma mediação, podem debater diversos temas e, o público interessado na temática poderá interagir enviando perguntas, colaborando com uma melhor compreensão das consequências sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas decorrentes da pandemia. E, os participantes podem gerar mais engajamento e novas hipóteses de medidas de enfrentamento à crise, com ações conjuntas e articuladas com a sociedade, expressando reflexões de diversas áreas do saber, envolvendo diferentes perspectivas, que ajudem a compreender os atuais desafios.

A ideia é ocupar o espaço virtual com discussão e reflexão sobre a educação, saúde e meio ambiente no contexto de suas práticas e da sociedade (UPFE SECOM, 2020), através de conversas com diversos convidados sobre a realidade de seu país e do mundo, em meio à pandemia.

O recurso das *LIVES* no Instagram®, em particular, o objeto deste estudo, serve como interação para o seu público, gerando interesse e alcançando mais pessoas, inclusive atingindo objetivos de aprendizagem de conceitos e aplicações práticas de promoção em saúde e prevenção de agravos com a comunidade (LIMA, 2020). Uma abordagem de ensino-aprendizagem que possibilite aos pesquisadores uma compreensão dos aspectos vivenciais e afetivos, permitindo o amadurecimento dos participantes e promoção da conscientização dos papéis assumidos durante esse período (ALMEIDA *et. al.*, 2005).

Araújo (2019) informa que a leitura de novas mídias digitais proporciona uma reflexão sobre como esse novo instrumento pode auxiliar nos estudos de mediações pedagógicas, ou de análise da mídia através da produção do conhecimento na saúde, educação, meio ambiente, tecnologia e negócios.

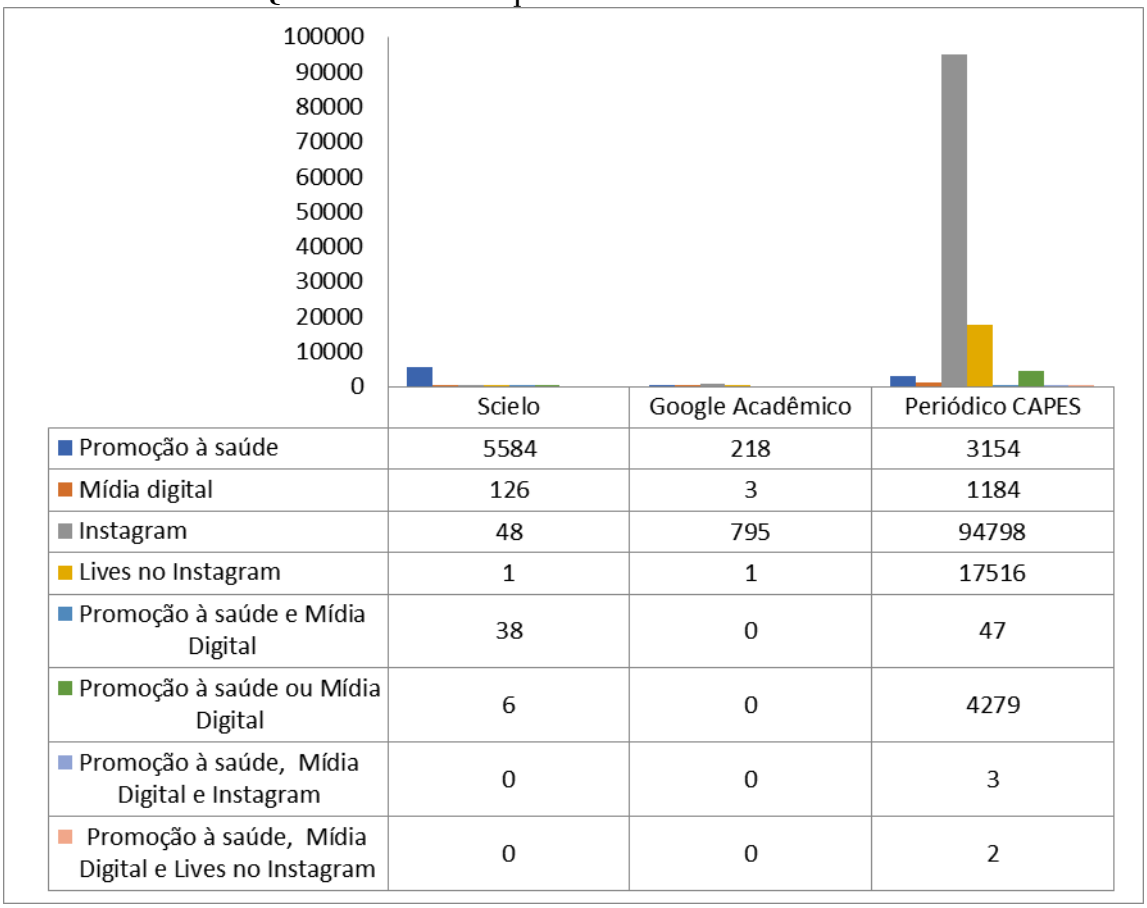
ISSN 2316-8021

Segundo Bernardes *et. al.* (2019), as mídias sociais têm significativa importância para diversos públicos, tanto no âmbito coletivo, que expõe compartilhamento de informações com várias pessoas de forma instantânea, como, também, no âmbito pessoal, através do divertimento e da comunicação.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O estudo em epígrafe se caracterizou em pesquisa bibliográfica e, para atender ao objetivo desta pesquisa, foi realizada a busca dos artigos nas bases de dados Scielo, Periódicos CAPES e Google acadêmico, utilizando os descritores: "promoção à saúde", "mídia digital", "*LIVES* no Instagram" e "Instagram", associados aos operadores booleanos "and" e "or", dos últimos cinco anos e em qualquer idioma (Tabela 1). Dentre os artigos encontrados, foram selecionados trinta e quatro baseados no título. Por fim, foram selecionados 21 trabalhos (artigos, livros) sobre o tema abordado, após a leitura do resumo e do texto na íntegra.

Tabela 1: Quantitativo da Pesquisa nas Bases de Dados e seus descritores



	Scielo	Google Acadêmico	Periódico CAPES
Promoção à saúde	5584	218	3154
Mídia digital	126	3	1184
Instagram	48	795	94798
Lives no Instagram	1	1	17516
Promoção à saúde e Mídia Digital	38	0	47
Promoção à saúde ou Mídia Digital	6	0	4279
Promoção à saúde, Mídia Digital e Instagram	0	0	3
Promoção à saúde, Mídia Digital e Lives no Instagram	0	0	2

Fonte: Autores (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a *LIVE* é um recurso de streaming dentro do Instagram Stories, que permite produzir conteúdos ao vivo interagindo entre públicos, por meio de um gadget que pode ser de *smartphone, tablet, notebook* ou, mesmo, um *desktop*, desde que sejam providos de câmeras e softwares que, quando conectados à internet, sejam capazes de transmissão de vídeo ao vivo, através do perfil pessoal ou profissional, atraindo novos seguidores, além de disseminar

diversos conteúdos, inclusive educação, saúde, tecnologia e meio ambiente. A mídia de streaming é uma multimídia constantemente recebida e apresentada a um usuário final, enquanto é entregue por um provedor.

No período do distanciamento social, as mídias sociais e digitais estão sendo utilizadas com maior constância para mitigar os problemas que podem advir como resultante de um distanciamento social, o qual visa reduzir a curva da transmissão do novo coronavírus (SARS-CoV-2), entre elas mídias sociais que mais s destacam podem-se citar as *LIVES* no *Instagram*®, *Facebook*® e *YouTube*®.

O termo *LIVES* no Instagram® se refere às transmissões ao vivo pelas redes sociais no Instagram®, onde se pode ter um tema ou diversos assuntos que busquem interesse da população e, muitas das vezes, trazem responsabilidade através de mais uma ferramenta para a conscientização. As *LIVES* têm alcance ilimitado de espectadores e tem um limite de duração de 1h, portanto, quando o horário se exceder, automaticamente o aplicativo encerra a transmissão. Alguns temas são: sustentabilidade ambiental na quarentena, vida saudável, dicas de como se proteger contra o novo coronavírus, coleta seletiva em casa, divulgação de projetos científicos, mundo pós pandemia, vendas e promoções. Importante destacar que, mesmo sendo possível acessar uma rede social pelo desktop ou notebook, através de uma extensão gratuita *IG Stories* for Instagram, a ferramenta é mais aproveitada quando acessada através de um dispositivo mobile (*smartphones, phablets e tablets*).

Por meio de uma *LIVE*, cada projeto busca a interação remota dos seguidores e da sociedade por meio da troca de informações, fornecendo temas atuais em diversos cenários produtivos da pesquisa científica. Inclusive no ramo da saúde, educação, meio ambiente, essas ferramentas são aliadas no processo ensino/aprendizagem e aumentam a disseminação do conhecimento em tempos de pandemia.

Araújo (2019) destaca que a experiência de construção coletiva, mesmo sendo vislumbrada com inovação e tecnologia nos casos pedagógicos, educacionais e, também, na saúde, precisa de uma reflexão sobre o aprendizado desse serviço ou produto. Além de analisar a sua intenção de como o uso dessa tecnologia será utilizado para acelerar e progredir com o aprendizado. Nesse contexto, a tecnologia, como ferramenta para reforçar a aprendizagem, deve ser analisada e responsabilizar o comunicador pelos seus atos do que está sendo disseminado.

Apesar do claro crescimento quantitativo e qualitativo registrado nas *LIVES*, ainda se tem pouco registro de diálogos com pesquisadores e divulgação de seus estudos (SANTOS, 2016). Essa constatação, mesmo com o aumento dessa mídia, minimiza seu desenvolvimento pleno e a visibilidade de suas contribuições para as diversas áreas.

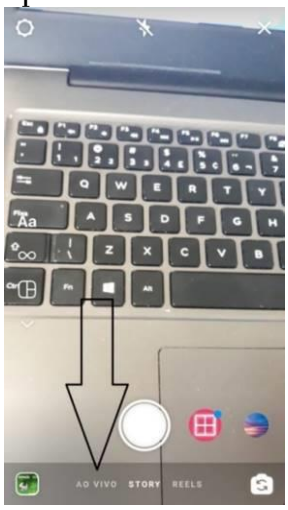
Nesse período de isolamento social, alguns projetos de pesquisa estão sendo criados aliados à tecnologia, buscando desenvolver conhecimento, habilidades e ações voltadas ao conhecimento na saúde, competências na educação e conservação do meio ambiente através de atividades e atitudes simples, como, também, práticas e reflexões sobre pesquisa, ensino e extensão.

Verificou-se, por meio dos resultados do estudo, que é possível observar que as *LIVES*, através de seus emissores, enviam suas mensagens aos receptores, que são impactados por essas atividades na sociedade e, para tanto, devem ser responsabilizados por suas disseminações, que contribuem em ambientes virtuais, fazendo o uso das ferramentas tecnológicas digitais, principalmente no momento de pandemia e isolamento social, realizando reuniões interativas.

Lima (2020) descreve como se realiza uma *LIVE* de forma simples. O usuário deve abrir o aplicativo do Instagram® e clicar no canto superior esquerdo, onde se tem um desenho de câmera como se fosse fazer um story ou, também, pode arrastar a tela do Smartphone para a direita. Selecionar a opção "ao vivo" na parte inferior da tela (Figura 1); Quando estiver tudo pronto para a sua *LIVE* Instagram® clique em "Transmitir ao vivo". E, a rede social irá verificar sua conexão, estando tudo correto, iniciará sua emissão (Figura 2). E, para encerrar uma *LIVE*, é só clicar em "encerrar" no canto superior direito, que a transmissão ao vivo será interrompida e, escolher se quer ou não compartilhar o seu vídeo nos stories por 24 horas, como também salvá-lo para divulgar posteriormente.

ISSN 2316-8021

Figura 1: Smartphone selecionado para iniciar uma transmissão ao vivo pelo Instagram®



Fonte: Autores (2020)

A figura 2 mostra uma transmissão de uma LIVE sendo veiculada pelo Instagram®, cujo objetivo era a orientação de atividade física. Na ocasião, os participantes poderiam acompanhar os exercícios orientados pelo educador físico, podendo, ainda, enviar perguntas ou mesmo se comunicar com outros usuários. É importante destacar que, nesse período, as academias e ginásios de práticas de atividades físicas e esportivas encontravam-se fechados devido à pandemia do coronavírus.

Figura 2: Transmissão ao vivo de uma aula através de uma *LIVE* no perfil da Academia Selfit @selfitacademia pelo Instagram®

Fonte: Instagram @selfitacademia (2020).
Disponível em: https://www.instagram.com/selfitacademias/ Acesso em: 25 julho 2020.

ISSN 2316-8021

Quadro 1: Recursos disponíveis em *LIVES* no Instagram®

Fixar comentários	No período da exibição, os seus espectadores podem comentar e fazer perguntas. Como também pode fixar algum para se mantiver visível durante toda a transmissão, basta clicar e segurá-lo. Se quiser desafixá-lo, só copiar o mesmo procedimento.
Filtrar comentários	Para bloquear comentários com conteúdos ofensivos ou filtrar palavras-chaves, só acessar as configurações do seu perfil, selecionar "Controle de Comentários" e assim configure os filtros.
Desativar comentários	Se o usuário não quiser visualizar nenhum comentário, basta clicar na barra de comentários e selecionar "desativar comentários".
Convidar outros usuários do Instagram® para participar da sua *LIVE*.	Para participar de uma transmissão, o usuário pode convidar amigos, profissionais ou fazer *LIVES* colaborativas e entrevistas, através da solicitação do outro usuário e da permissão dada para quem está mediando a *LIVE*.
Compartilhar fotos do Smartphone	Clica no quadrado (canto inferior direito da tela) e selecionar a imagem que deseja compartilhar. E para removê-la, seleciona a opção "não usar nenhuma imagem".
Saber quantos seguidores estão online	No canto superior do lado direito da tela, haverá o número de participantes. Não será um número fixo durante o período da transmissão ao vivo, já que o público pode entrar e sair da *LIVE* o momento que desejar.

Fonte: Lima (2020)

Outras informações são destacadas para realizar boas transmissões ao vivo com a *LIVE*, como saber o período em que os seus seguidores estão online, criar um tema interessante e atual, divulgar antecipadamente, fazer a transmissão num ambiente agradável e bem iluminado e, no início, se apresentar e interagir com quem está presente. Desta forma, a probabilidade de se ter um número maior de espectadores e participantes é maior. Também, deverá entender e estudar o seu tipo de público, sua rotina, melhor horário. No início, pode fazer testes em diferentes horários e, assim, descobrir o melhor momento (LIMA, 2020).

A divulgação é essencial, principalmente no seu perfil, em forma de ***stories*** ou ***post***, divulgando ao público que será realizado uma transmissão no dia e horário comunicado. Desta forma, as pessoas interessadas irão se programar, divulgar com outros usuários e atrair uma quantidade maior de pessoas para a sua *LIVE* (Figuras 3), além de definir antecipadamente um roteiro para que tenha conteúdo, sejam eles informativos ou de entretenimento (Figuras 4).

Figura 3: Post de divulgação da *LIVE* sobre "O que sabemos sobre Covid 19", realizado pelo PPGASA (Programa de Pós Graduação em Análise de Sistemas Ambientais) - Instituição CESMAC.

Fonte: Instagram @ppgasa (2020).
Disponível em: https://www.instagram.com/ppgasa/; Acesso em: 28 maio de 2020.

ISSN 2316-8021

Figura 4: Divulgação de uma *LIVE* através de Post sobre "Jornada Internacional de Nutrição" – Instituição UNIT.

Fonte: Instagram @sandranutri (2020)
Disponível em: https://www.instagram.com/sandranutrin/; Acesso em: 24 julho 2020.

Os resultados identificaram que as *LIVES* no Instagram® podem ser para vários propósitos estratégicos, como engajamento, tráfego de site ou blog, gerar leads ou vender produtos e serviços. Portanto, uma das melhores formas de se comunicar com a audiência é com uma CTA – Chamada para Ação, que pode ser realizada de uma forma direta ou indireta. Assim, na forma direta, você pode, por exemplo, pedir ao seu público que siga você em outas redes sociais ou acessem algum site/blog. Já na indireta, será feita por meio de um comentário fixado no topo, em forma de CTA.

Além disso, o estudo permitiu identificar que as *LIVES* também são ótimas ferramentas para geração de leads (um usuário ou cliente em potencial e que tem interesse), afinal, quem acompanha as transmissões está interessado no seu conteúdo, produto ou serviço. Por isto, as *LIVES* servem para contar novidades online ou inéditas, incitando a audiência em assistir a transmissão, além desse recurso ser idealizado para aproximar vários usuários, através de perguntas, respostas, comentários, conversas com o público, conseguindo aumentar o engajamento e a interatividade da sua pesquisa, negócio ou perfil.

Ao passo que o diálogo entre população, pesquisadores e docentes apresenta uma contribuição na socialização, ainda não se compreendeu o impacto da escolha dessa tecnologia digital para a aprendizagem e o ensino, mesmo com análises multidisciplinares (ARAÚJO, 2019).

E, com base nos dados obtidos, será possível produzir conhecimento científico, que poderá contribuir nos meios de comunicação e tecnologia, promovendo mudanças culturais e sociais, como, também, incentivar uma interação da população, ao fazer o convite de um diálogo produtivo e o uso das novas tecnologias. Desta forma, admitindo que as mídias sociais, no processo de disseminação da informação na promoção da saúde, educação e meio ambiente atuam como multiplicadoras de suas atividades, possibilitam troca de saberes, por meio da comunicação produtiva com a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mídias sociais conquistaram significativa importância na vida da sociedade contemporânea, tanto no âmbito pessoal – para informação, divertimento, quanto no coletivo – para se projetarem como seres sociais, ao compartilhar informações com várias pessoas quase que instantaneamente.

Apesar de ser uma abordagem recente e verificada na atualidade, existem poucos estudos sobre o tema, as *LIVES* no Instagram® servem para divulgação dos projetos científicos que estão sendo desenvolvidos, facilitando o processo de aprendizado e divulgação dos trabalhos. Mas, ressaltando que o uso de mídias sociais é uma forma efetiva de desenvolvimento de competências e de ampliação e consolidação do conhecimento, cabendo, então, uma reflexão sobre a audiência poder consumir o conteúdo em tempo real ou no momento que desejar, se for gravado.

Dessa forma, as mídias sociais proporcionam a interação com diversas pessoas durante a transmissão de conteúdo, reproduzida em linguagem acessível e de interesse da comunidade, o que também ajuda na consolidação de conceitos.

Com isto, o presente estudo analisou, através de uma revisão de literatura, a importância do uso dessa nova tecnologia conhecida como *LIVE* no Instagram® e, destacou os benefícios para a população neste período de quarentena, através da comunicação virtual.

Demonstrou-se, também, que a utilização de uma plataforma social e digital, como a *LIVE* no Instagram®, traz benefícios através de recurso pedagógico, engajando usuários com participação ativa no processo de aprendizagem, oferecendo maiores oportunidades de *feedback*, comunicação com a sociedade, divulgação de pesquisas realizadas, prática dos princípios de profissionalismo no contexto da globalização, baseada em evidências por meio da procura ativa de referências de qualidade para a elaboração das postagens.

Com base na revisão da literatura, conclui-se que uma *LIVE* é uma ferramenta e uma estratégia de comunicação que auxilia discussões acerca da informação, utilizando a tecnologia e o homem. Mas, propõe-se a elaboração de uma investigação acerca da influência da utilização das *LIVES* do Instagram®, comparando resultados dos estudos e confirmando o grau de influência desta rede social.

Por fim, fica a sugestão para estudos futuros que busquem explorar, por uma perspectiva, a relação entre as práticas das redes sociais.

REFERÊNCIAS

1. AKAR, Erkan; TOPÇU, Birol. An Examination of the Factors Influencing Consumers' Attitudes Toward Social Media Marketing. *Journal of Internet Commerce*, 10, p. 35-67, 2011.
2. ALMEIDA, Helcia Oliveira de *et al*. Desenvolvendo competências em comunicação: uma experiência com a Medicina narrativa. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Rio de Janeiro, v. 29, n.3, set/dez, 2005.
3. ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. *LIVES no Instagram*. 2020. Disponível em: http://www.andifes.org.br/em-live-no-instagram-pesquisadores-da-unifesspa-discutem-impactos-da-pandemia-no-para/. Acesso em: 11 jun. 2020.
4. ARAÚJO, Allyson Carvalho. Potência acadêmica da mídia-educação física brasileira e internacionalização do diálogo: reflexões a partir do livro *Digital technologies and learning in physical education: pedagogical cases*. *Revista Brasileira de Ciência e Esporte*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, Julho/setembro, 2019.
5. BERNARDES, Viviane Pereiras *et al*. Facebook® como Ferramenta Pedagógica em Saúde Coletiva: Integrando Formação Médica e Educação em Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica,* Brasília, v.43, n.1, p. 652 – 661, 2019.
6. CEBRIÁN, Juan Luís. *A Rede*: como nossas vidas são transformadas pelos novos meios de comunicação. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

7. FAVARO, José *et. al.* A educação ambiental e sua relação com a tríade: cursos de publicidade e propaganda, marketing e tecnologia. *Revista Sistemas, Cibernética e Informática*, v. 13, n. 3, 2016.
8. HU, Yuheng; MANIKONDA, Lydia; KAMBHAMPATI, Subbarao. What we Instagram: A first analysis of Instagram photo content and user types. In *International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*. p. 595-598, 2014.
9. HUTTER, Katia *et. al.* The impact of user interactions in social media on brand awareness and purchase intention: the case of MINI on Facebook. *Journal of Product & Brand Management*, *22*(5/6), p.342-351, 2013.
10. INSTAGRAM. Disponível em: https://about.instagram.com/ Acessado em: 11 jun. 2020.
11. KAVA, Luana; DIDONET, Simone R. Influência da orientação para o mercado nas estratégias de inovação de exploration e exploitation e no desempenho organizacional. *Revista Brasileira de Marketing*, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2019.
12. LIMA, Larissa Ariel. Live no Instagram - O que é, como fazer e dicas para colocar em prática. *Ciência e Tecnologia*. Disponível em: https://segredosdomundo.r7.com/live-no-instagram/. Acesso em: 25 abril. 2020.
13. LÓPEZ, Otto Barnaby Guillén. Uso de redes sociales por estudiantes de pregrado de una facultad de medicina en Lima, Perú. *Revista Medica Herediana*. Lima, Peru, v. 30, n. 2. abr. 2019 .
14. MACHADO, Annaelise *et al.* Empreendedorismo Social, Inovação e Benchmarking no Instagram: combate aos efeitos negativos da COVID-19 numa visão luso-brasileira. *European Journal of Applied Business Management*, 6(2), p. 59-62, 2020.
15. MATOS, Haroldo José de. A próxima pandemia: estamos preparados? *Revista Pan-Amaz Saúde*, Ananindeua, v. 9, n. 3, p. 9-11, set. 2018. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232018000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jul. 2020. http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232018000300001.
16. MEDEIROS, Ana Carine; QUEIROZ, Cyntia Tavares Marques de. O Instagram como forma de comercialização: estudo das estratégias utilizadas pela marca lady b. *5º Encontro Nacional de Modas*. Universidade FEEVALE, Rio Grande do Sul, 2019.
17. PARENTE, André *et. al. Tramas de rede:* Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre (RS): Sulina, 2004.
18. PEREIRA, A. *Redes sociais:* Instagram ou Pinterest? Disponível em: http://www.inboundware.pt/redes-sociais-instagram-ou-pinterest/ Acessado em: 13 jul. 2020.
19. ROMERO, Fernanda Gabriela Gadelha. *Lifestyle:* a imagem do corpo fitness feminino como produto de consumo no instagram. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
20. SANTOS, Silvan Menezes *et al.* Estudo da produção científica sobre Educação Física e mídia/TICs em periódicos nacionais (2006-2012). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Florianópolis, 2016.
21.UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, SECOM. *LIVES sobre educação ocupam o Instagram com temas que emergem neste período de isolamento*. Recife – Pernambuco. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/VQX2pzmP0mP4/content/LIVES -sobre-educacao-ocupam-o-instagram-com-temas-que-emergem-neste-periodo-de-isolamento/40615 . Acesso em: 22 jul. 2020.

ISSN 2316-8021

Monitoria acadêmica remota em Saúde Coletiva: uma experiência inovadora
The relevance of academic monitoring in Collective Health: An experience report

João Paulo do Nascimento Cordeiro, Emilly Souza Marques

RESUMO: A monitoria é considerada uma modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação, a qual contribui para a integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O presente trabalho tem como objetivo descrever a experiência vivenciada durante o desenvolvimento de monitoria remota em Saúde Coletiva, na visão do monitor, docente orientadora e discentes. Trata-se de um relato de experiência de monitoria remota durante a disciplina de Saúde Coletiva I, no curso de graduação em Enfermagem, desenvolvida no período de maio a julho de 2020. Os resultados obtidos evidenciam uma vasta produção de materiais complementares, relacionados aos conteúdos teóricos abordados, tendo adesão dos discentes através da utilização prática e dinâmica. Dentre as atividades desenvolvidas, analisou-se maiores resultados e interação quando utilizados questionários, mapas mentais/conceituais, interações com o público externo através do Instagram e games na retransmissão do conteúdo. Levando em consideração esses aspectos, a monitoria remota voluntária mostrou-se eficaz, tanto para o aprendizado do monitor, quanto dos discentes beneficiados, de acordo com as atividades desenvolvidas. Estratégias de ensino problematizadoras e dinâmicas contribuem para facilitar o processo ensino-aprendizagem, ao promover uma educação crítica, reflexiva e integrada à realidade do discente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Enfermagem, Saúde Coletiva, TIC na Saúde

ABSTRACT: Monitoring is considered a teaching-learning modality, within the needs of academic training, for students regularly enrolled in undergraduate courses, which contributes to the integrated training of students in teaching, research and extension activities. The present work describes the experience lived by the monitor, teacher and students of the Collective Health discipline I. This is an experience report, with a descriptive qualitative approach, experienced by the discipline's Academic monitor, whose activities were carried out in the period from May to July 2020. The duration of the remote monitoring, resulted in a vast production of complementary materials, related to the studied contents, since it was observed that the use of these favored the continuous learning process of students regularly enrolled in the discipline. Among the activities developed, greater results and interaction were analyzed when using questionnaires, mental / conceptual maps, interactions with the external public through Instagram and games in the retransmission of content. Taking these aspects into consideration, voluntary remote monitoring proved to be effective, both for the learning of the monitor and for the benefited students, according to the activities developed. The teaching strategy can help when it makes the student develop new skills and at the same time can hurt, when they do not understand the content to be transmitted.

KEYWORDS: Nursing Education, Collective Health, Health ICT

ISSN 2316-8021

INTRODUÇÃO

A monitoria é considerada uma modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação, a qual contribui para a formação integrada do discente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, o monitor é o estudante que, interessado em desenvolver-se academicamente, aproxima-se de uma disciplina ou área de conhecimento específico que tem mais afinidade e/ou interesse, a fim de aprimorar seus conhecimentos, bem como em auxiliar outros discentes (CELESTINO JÚNIOR, A. F. et al. 2017).

A legalização da monitoria no âmbito universitário foi instituída em 20 de dezembro de 1996, pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394, que em seu artigo 84 indica que os discentes de graduação do ensino superior poderão ser inseridos em atividades de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, desenvolvendo funções de monitoria, desde que esteja em consonância com o projeto político pedagógico dos cursos (BURGOS CN, et. al. 2019).

Já em 2001 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, apresentando disposições sobre a formação do profissional enfermeiro que em seu artigo 8º determina que o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins (BRASIL, 2001).

Desta forma, Burgos (2019) aborda aspectos importantes citados por monitores, sendo eles: o despertar para a docência, a troca de experiências e fortalecimento da relação discente-discente e discente-docente, incentivo para estudar e relembrar o que aprendeu e a colaboração para formação profissional. Com isso, confirma-se a importância e necessidade das atividades de monitoria, visto que, benefícios são citados em relação a sua execução.

No entanto com a pandemia do Novo Coronavírus que já afetou 2.099.896 pessoas, levando 79.533 destas à óbito no Brasil, muitas atividades foram paralisadas, em função de que o risco quando exposto ao vírus é exponencial, acarretando prejuízos aos setores da educação, economia e dentre outros. Forçando estes setores a desenvolverem estratégias que pudessem sustentar as atividades que antes eram desenvolvidas na modalidade presencial, sendo possível analisar que estas não seriam realizadas com a mesma eficácia e sucesso (BRASIL C, 2020).

No âmbito acadêmico e de ensino não foi diferente, desde o ensino fundamental ao superior, observou-se grandes dificuldades quanto ao desenvolvimento de atividades que evitassem a paralização das aulas e continuidade do aprendizado de milhares de estudantes, sendo que, algumas instituições adotaram a modalidade de ensino remota, sendo caracterizadas por aulas on-line, utilizando plataformas digitais em tempo real. A Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19 (Nacional I, 2020).

Contudo dificuldades são encontradas diante destas práticas, sendo apresentadas por educadores e discentes, visto que, fatores como acesso a internet de boa qualidade, ter aparelho de computador ou smartphone, dispor de conhecimento acerca do manuseio destas ferramentas e o despertar para o aprendizado, compromete o processo de ensino aprendizagem (Barbosa AM, et. al, 2020).

Assim sendo, com o objetivo de minimizar essas dificuldades encontradas e analisadas em todo processo educacional diante da pandemia do COVID-19, a monitoria remota voluntária da instituição de ensino superior Faculdade CESMAC do Sertão, oportunizou diversos discentes a vivenciarem a experiência da monitoria diante do agravante em que o mundo inteiro está exposto. Através de análise curricular e entrevista dos discentes interessados, foram selecionados monitores para desenvolverem a monitoria das respectivas disciplinas de escolha.

Vale salientar que a monitoria permite que o discente enquanto monitor, desenvolva habilidades da prática de iniciação à docência, visto que é um dos pilares da formação integrada, desta forma, garantindo que o processo de ensino e aprendizagem no período de atividades acadêmicas na modalidade remota, seja eficaz e permita que a comunidade acadêmica adquira os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da profissão.

O presente trabalho tem como objetivo descrever a experiência vivenciada durante o desenvolvimento de monitoria remota em Saúde Coletiva, na visão do monitor, docente orientadora e discentes.

REFERENCIAL TEORICO

A união entre tecnologia e educação é um processo que demanda uma adequação por parte dos educadores, visto que é preciso aproximar a escola ao mundo dos discentes, se adequando às novas necessidades advindas do atual contexto social, fugindo do modelo tradicional de ensino que não desperta mais o interesse dos educandos (Guerra, et. al. 2020).

Desta maneira, diante da situação mundial do novo coronavírus, a tecnologia se fundamentou como principal ferramenta de conexão para transmissão de conhecimentos, desenvolvimentos de pesquisas, reuniões e eventos que possibilitam ao discente do século XXI acesso há meios que facilitam a construção desse conhecimento. Portanto, utilizou-se das teorias de Paulo Freire e Vygotsky como modelo no desenvolvimento da monitoria remota.

Partindo do ponto de vista de Freire que expressa a importância de justificar o uso da tecnologia, visto que é necessário compreender o real motivo de seu uso, já que a possibilidade de manipulação político-ideológica permeia também os ambientes e meios tecnológicos. Freire advoga que o pleno entendimento da tecnologia humaniza os homens e os torna aptos a transformar o mundo, o que é práxis de fato (Soffner, 2013).

Esta transformação é visível, quando se analisa a utilização da tecnologia diante do cenário atual, facilitando o desenvolvimento de práticas educacionais, favorecendo o processo de ensino aprendizagem. Considerando as contribuições de Paulo Freire, um dos maiores educadores do século XX e patrono da educação brasileira, cuja proposta educativa pautava-se na conscientização crítica dos discentes, a partir de uma educação dialógica. Freire vai de encontro à educação bancária, cujos métodos pré-estabelecidos não estimulavam o diálogo em sala de aula, não desenvolvendo a reflexão crítica dos educandos. Esta visão foi relevante, pois permitiu a interação ativa entre monitor, discente e professor líder na modalidade remota (Freire, 1996).

Segundo Freire (1996, p. 25) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Para ele, a educação deve acompanhar a evolução da sociedade, não podendo ficar alheia ao contexto social dos educandos. Sua perspectiva pedagógica defendia a substituição dos métodos de ensino impostos de cima para baixo por uma metodologia na qual o discente se tornasse sujeito ativo do processo de aprendizagem, tornando-se capaz de participar ativamente da produção do conhecimento, onde o meio e as ferramentas ofertadas podem favorecer essa construção (Freire, 1974).

Com isso, é preciso que os profissionais da educação estejam engajados nesse processo de modernização do ensino, que é uma realidade no país, reforçando o uso eficiente das tecnologias no ensino, ampliando as possibilidades de aprendizagem e, por conseguinte, a motivação dos educandos em aprender os conteúdos apresentados, principalmente no âmbito virtual, no que condiz a realidade (Guerra, et. al. 2020).

Já na perspectiva de VYGOTSKY, diante de situações em que precisa manipular conceitos e realidades que já conhece para chegar a saberes até então ignorados, o discente sugere respostas e chega a resultados que lhe permitem alcançar novos níveis de conhecimento, informação e raciocínio. Estamos frisando que, para VYGOTSKY, é na interação entre as pessoas que em primeiro lugar se constrói o conhecimento que depois será intrapessoal, ou seja, será partilhado pelo grupo junto ao qual tal conhecimento foi conquistado ou construído (VYGOTSKY, 1989).

ISSN 2316-8021

Partindo desse pressuposto, as atividades desenvolvidas na monitoria remota, buscaram estimular a interação entre os discentes beneficiados para que eles construíssem o conhecimento de acordo com o pensamento do autor acima citado. As interações sociais assumem uma relevância ainda mais acentuada para os processos do desenvolvimento cognitivo. Desenvolvimento e aprendizado, para Vygotsky (1994, 1997), estão intimamente inter-relacionados. Segundo ele, que enfatiza a importância das interações sociais, o aprendizado também resulta em desenvolvimento cognitivo já que novos processos de desenvolvimento
começam a surgir a partir da interação da criança com outras pessoas (BRAGA, 1995).

Por isso, no desenvolvimento das atividades a serem aplicadas na monitoria da disciplina de Saúde Coletiva I, estabeleceu-se que as ferramentas seriam lúdicas e autoexplicativas, no intuito de que o discente beneficiado utiliza-se do senso crítico e analise da temática trabalhada assim exposta através dos materiais sendo eles: mapas mentais, questionários, flashcards e dentre outros. Para que através da problematização, o discente pudesse perceber a necessidade da temática na sua formação profissional e conseguisse se aprofundar e ser agente ativo no processo de aprendizagem.

Partindo disso, o monitor através das teorias e pensamentos dos teóricos, buscou aplicá-los nas práticas da monitoria, visto que, o preparo do material e desenvolvimento das atividades necessitavam da interação e proatividade dos discentes. Mesmo na modalidade remota observou-se que quando se utilizava jogos, games ou ferramentas que necessitavam da interação para realização, o aprendizado e interesse deles, se mostrava acentuado em comparação com a utilização de slides apenas.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um relato de experiência, vivenciada durante a monitoria acadêmica remota na disciplina de Saúde Coletiva I, do curso de graduação em enfermagem, da Instituição de Ensino Superior Faculdade CESMAC do Sertão, durante o período de maio a julho de 2020.

O monitor teve o contato inicial com a docência, desenvolvendo competências como por exemplo: espírito de liderança, autonomia, criticidade, empatia e capacidade de comunicação. Os materiais utilizados para a execução das atividades mapas mentais e conceituais, games para revisão de conteúdo, fluxogramas, flashcards, slides, lives e interações através das redes sociais, questionários on-line e cartões lúdicos e autoexplicativos.

Para construção dos materiais utilizou-se das seguintes ferramentas tecnológicas: WhatsApp, Microsoft Office 365 – Teams, Google Forms, Canva (Plataforma de design gráfico), Lucidchart (Colabora em desenho, revisão e compartilhamento de gráficos e diagramas), Microsoft Powerpoint, Word, Goconqr (Mapas mentais, fluxogramas, flashcards on-line e slides) e Instagram. Permitindo a criação de materiais que apoiassem as reflexões e construção de uma aprendizagem significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades desenvolvidas foram previamente planejadas, em virtude da importância de se conhecer as diretrizes para o desenvolvimento, metas, objetivos a serem alcançados, competências a serem desenvolvidas e capacidades adaptativas, em decorrência da modalidade remota de ensino.

O contato com o professor líder/orientador é de fundamental importância, em função de que, ele será o profissional que irá auxiliar e transmitir apoio e incentivo para o desenvolvimento das atividades planejadas, por isso, a presença ou ausência deste no processo da monitoria poderiam ser fatores que determinariam o andamento e proficiência da mesma.

A vigência da monitoria remota, resultou em uma vasta produção de materiais complementares, relacionados aos conteúdos estudados, visto que se observou que a utilização

ISSN 2316-8021

destes favoreceram o processo contínuo da aprendizagem dos discentes regularmente matriculados na disciplina.

O planejamento das atividades, decorreu da necessidade de cada conteúdo, logo, após o comunicado da professora, iniciava a construção do material para posterior aplicação. Ficou estabelecido a importância das revisões e plantões de dúvidas acontecerem após a aula com a professora, pois os discentes levantariam seu ponto de vista, como resultado do aprendizado adquirido e apresentavam suas dúvidas, para que estas fossem sanadas.

Esta estratégia mostrou-se positiva, uma vez que, quando eles traziam dúvidas isoladas, havia a comunicação e estímulo da criticidade quanto a temática em questão, utilizando de exemplos da realidade para que os mesmos pudessem resolver problemas colocados, pois a saúde coletiva conduz uma linha de conteúdos do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua aplicação na prática, portanto, a problematização instigou os discentes à valorização e o sentimento de pertença do SUS.

Dentre as atividades desenvolvidas, analisou-se maiores resultados e interação quando utilizados questionários, mapas mentais/conceituais, interações com o público externo através do Instagram e games na retransmissão do conteúdo. Por isso, a necessidade do contato com à docência, pois não é possível identificar como cada turma se comporta em relação aos métodos de ensino, quando não se conhece, as especificidades de cada um. Partindo do pressuposto de que, é necessário experimentar para desenvolver as competências esperadas, pois quando se utiliza uma estratégia e essa não tem bons resultados é provável que será estudado novas possiblidades, até obter um método que resulte em conhecimento.

Os questionários foram aplicados com intuído de preparar os discentes para provas futuras de concursos e residências e para analisar o nível de conhecimento acerca das metodologias utilizadas. Sendo disponibilizados através do google forms, por links encaminhados pelo Whatsapp e Teams. Logo, após a resolução do mesmo, o monitor preparava uma apresentação através de slides ou mapas mentais, para comentar e discutir as questões, dispondo da opinião deles na resposta e posterior complemento em relação ao conteúdo. Como mostra a figura 1.

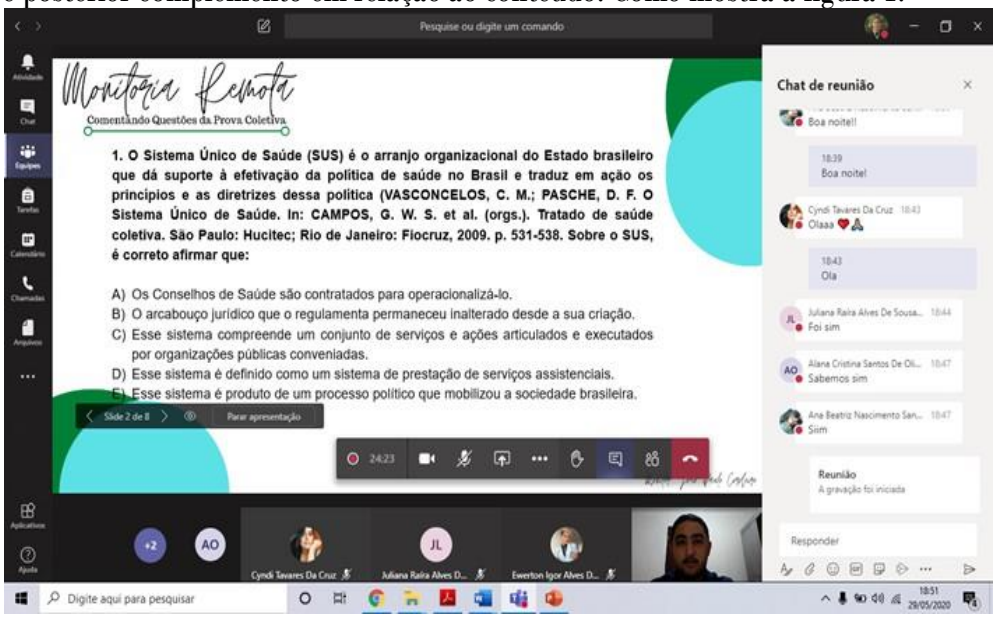


figura 1: slide com resolução de questões disponibilizadas através do google forms.
fonte: autor, 2020.

Os mapas mentais são ferramentas que são utilizadas para otimizar a memorização a partir da representação visual de conceitos e ideias de forma simplificada, organizando as informações e, assim, contribuindo para o aprendizado. Em decorrência da matriz da disciplina se apresentar com muitas leis e legislações, utilizou-se dessa estratégia com êxito, pelo fato de que é disponibilizado e pode ser manuseado quando precisar. Como mostra a figura 2.

ISSN 2316-8021

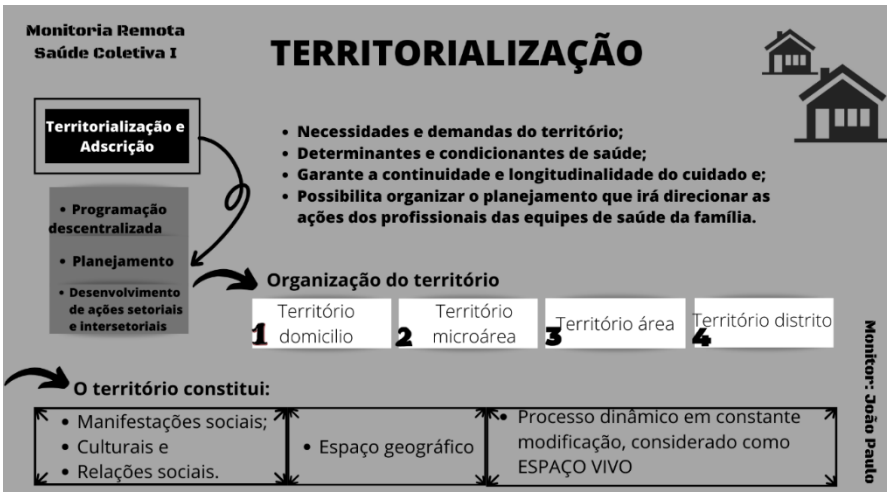


figura 2: mapa mental sobre a territorialização.
fonte: autor, 2020.

Através da problematização e discussão sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), idealizou-se um evento para discutir e refletir sobre as mudanças decorrentes da portaria aprovada em 2017, contudo, o planejamento se deu através de reuniões e troca de ideias, resultando em três lives e interações pelo Instagram, com o tema: Atenção Básica não é Atenção Mínima. Por conseguinte, analisou-se que esta atividade possibilitou um estímulo ao senso crítico dos discentes e eles dispuseram dos seus conhecimentos para o público do Instagram. Como evidenciado na figura 3 e 4.

figura 3: live sobre as mudanças na PNAB.
fonte: autor, 2020.

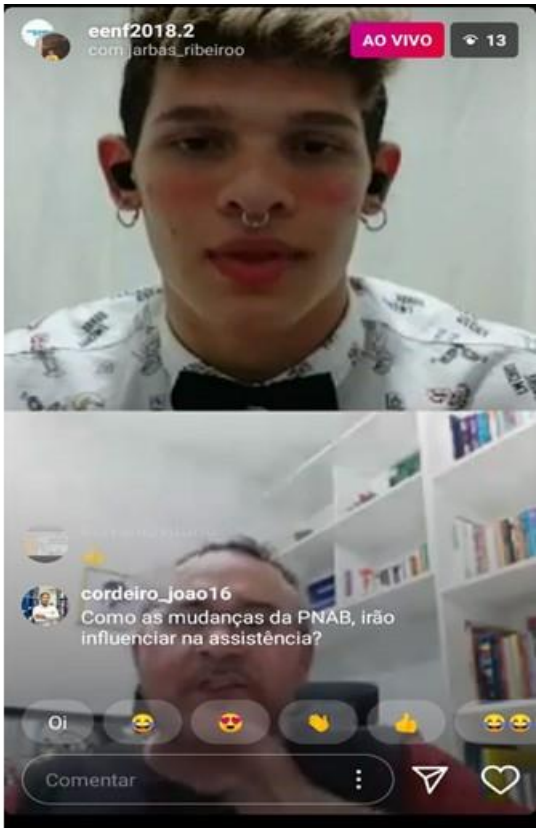


figura 4. Live: constituição histórica da PNAB.
fonte: autor,2020.

ISSN 2316-8021

Outra estratégia/método de ensino foram os games, sendo utilizados nas revisões, visto que, este estimula a participação e raciocínio dos discentes, confirmando o pensamento de Freire sobre a evolução do processo educacional e que o mesmo deve seguir o ritmo da sociedade e principalmente de seus educandos. Esta estratégia possibilitou uma interação incrível, onde todos comentaram suas dúvidas e relacionaram com prática, em decorrência da pandemia os discentes não puderam continuar as práticas assistenciais na UBS, contudo buscamos trazer exemplos específicos e objetivos sobre as temáticas discutidas. Por isso, é necessário a junção teórico-prática na construção do processo de ensino aprendizagem de excelência. Como mostrado a seguir, figura 5.

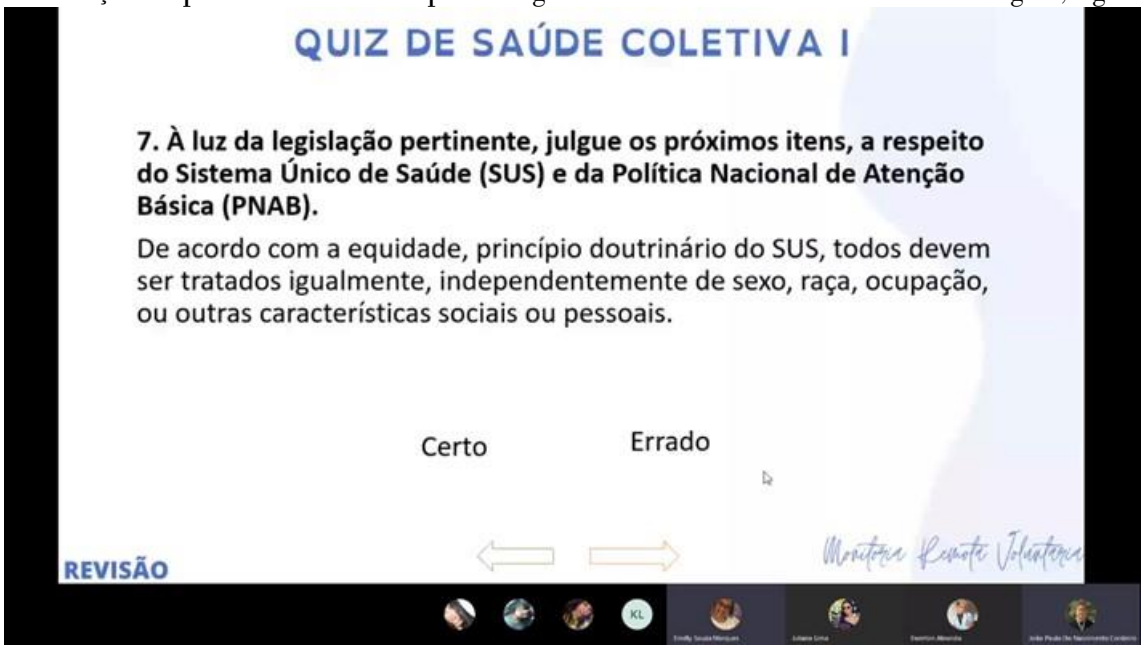


figura 5: quiz de revisão utilizando o powerpoint através de hiperlinks.
fonte: autor, 2020.

Desta forma, a monitoria remota em caráter voluntário, permitiu uma aproximação da iniciação à docência para o discente monitor, no entanto, os discentes beneficiados apresentaram um déficit na participação, devido ao trabalho de três monitores na turma e o cansaço advindo das aulas remotas.

Em contrapartida os discentes que participaram, realizaram as atividades apresentadas com êxito e excelência, entende-se que cada discente participava com intuito de adquirir mais conhecimento, acerca da disciplina de Saúde Coletiva I, em conjunto Monitor e Professor Líder, prezou-se por estratégias chamativas e que atraísse os discentes à participar das atividades propostas pela monitoria remota voluntária. Resultando em uma construção efetiva do aprendizado.

CONCLUSÃO

Levando em consideração esses aspectos, a monitoria remota voluntária mostrou-se eficaz, tanto para o aprendizado do monitor, quanto dos discentes beneficiados, de acordo com as atividades desenvolvidas. A estratégia de ensino pode ajudar quando faz com que o discente desenvolva novas habilidades e ao mesmo tempo pode prejudicar, quando eles não compreendem o conteúdo a ser transmitido. Por isso, desde as diretrizes da monitoria foi sugerido que o monitor desenvolvesse atividades com utilização das tecnologias da informação e comunicação.

Assim sendo, foi possível analisar que o perfil do discente do século XXI foi instigado, através do desenvolvimento de materiais novos e lúdicos para retransmissão do conteúdo pretendido, assim desenvolvendo novas habilidades para à docência e excelência profissional.

Desta, forma, apesar das dificuldades, a monitoria permitiu que houvesse ganho para ambos discentes monitores, discentes e professor líder. Comprometendo-se com a construção efetiva do processo de ensino aprendizagem em tempos de pandemia.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais do curso de graduação em enfermagem. Resolução CNE/CES de 07 de novembro de 2001. DOU de 09 de novembro de 2001, seção 1, p.37. Brasília, 2001.
2. BARBOSA AM, VIEGAS MAS, BATISTA RLNFF. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. *Rev. Augustus* | ISSN: 1981-1896 | Rio de Janeiro | v.25 | n. 51 | p. 255-280 | jul./out. 2020.
3. BRAGA, L. W. *Cognição e paralisia cerebral: Piaget e Vygotsky em questão*. Salvador: Sarah Letras, 1995.
4. BRASIL, Coronavírus. *Painel Coronavírus*. 2020. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 10 de jul. de 2020.
5. BURGOS CN, BARICATI CCA, MARTINS JT, SHOLZE AR, GALDINO MJQ E KARINO ME. Monitoria acadêmica na percepção dos estudantes de enfermagem. *Rev. Enferm. UFSM – REUFSM*. Santa Maria, RS, v. 9, e37, p. 1-14, 2019.
6. CELESTINO JÚNIOR, A. F. et al. Monitoria acadêmica e metodologia da problematização: relato de experiência. *Rev. Ciênc. Ext.* v.13, n.3, p.136-145, 2017.
7. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
8. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:Paz e Terra, 1996.
9. GUERRA MGGV, GOMES CSF, RIBEIRO WL. Sala de Aula Digital e o Uso das Novas Tecnologias na Educação: Perspectivas Freireanas. *Diálogos Interdisciplinares*. ISSN 2317-3793 Volume 9 Número 5 (2020).
10. NACIONAL I. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 - Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 - Dou - Imprensa Nacional n.d. (acesso em 17 de julho de 2020). Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872.
11. SOFFNER R. Tecnologia e Educação: Um Diálogo Freire – Papert. *Tópicos Educacionais – UFPE*. Recife, v.19, n.1, jan/jun. 2013.
12. VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
13. VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
14. VYGOTSKY, L. S. Obras escogidas V: fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.

ISSN 2316-8021

Monitoria remota voluntária sob o olhar da teoria de Callista Roy: um relato de experiência

Voluntary remote monitoring under the view of Callista Roy's theory: an experience report

Ana Karla Rodrigues Lourenço, Sóstenes Ericson, Jaqueline Maria da Silva, Alayde Ricardo da Silva, Italo Fernando de Melo, Emilly Caroline Silva dos Santos

RESUMO: A monitoria acadêmica é uma extensão das atividades de apoio pedagógico na graduação, sendo oferecida aos acadêmicos interessados em aprofundar conteúdos, através de ações necessárias à formação do futuro profissional. A adoção das teorias de Enfermagem contribui para a construção do conhecimento técnico-científico e para a melhor definição do real papel do enfermeiro, com reflexo direto no processo do cuidar. O presente estudo tem por objetivo refletir sobre a vivência de acadêmicas dos cursos de enfermagem, face às atividades da monitoria remota voluntária, bem como, mostrar as dificuldades encontradas, embasadas em uma das teorias da Enfermagem segundo o Modelo de Adaptação de Roy (MAR). Inicialmente, procedeu-se a busca aleatória de artigos científicos e livros por meio de busca eletrônica. Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, de discentes/monitores do Curso de Enfermagem, como facilitadores no Programa Especial de Monitoria Remota Voluntária 2020, pertencente à Faculdade CESMAC do Sertão, localizada no município de Palmeira dos índios/AL. As atividades foram desenvolvidas no período de maio a julho de 2020. O desenvolvimento das atividades da monitoria aconteceu com uso de diversas estratégias digitais, tais como: reuniões com os discentes, para revisão de conteúdo; disponibilização de materiais; estudos de casos; mapas conceituais; cartazes educativos e quis. Esta monitoria auxiliou na fixação do conteúdo do componente curricular pelos discentes, reduzindo as deficiências encontradas e despertando o interesse pela atividade científica, o que foi possibilitado graças às contribuições dos pressupostos apresentados pela teoria adaptativa de Callista Roy.
.
PALAVRAS CHAVES: Monitoria, Ensino, Enfermagem, Tecnologias.

ABSTRACT: Academic tutoring is an extension of undergraduate pedagogical support activities, being offered to academics interested in deepening content, through actions necessary for the formation of the future professional. The adoption of Nursing theories contributes to the construction of technical-scientific knowledge and to a better definition of the real role of nurses, with a direct reflection on the care process. The presente study aims to reflect on the experience of students of nursing courses, in face of the activities of voluntary remote monitoring, as well as to show the difficulties encountered, based on one of the theories of Nursing according to the Roy Adaptation Model (RAM). Initially, a random search of scientific articles and borrks was carried out by means of eletronic search. This os a descriptive experience-type study, with a qualitative approach, of students/monitors of the Nursing Course, as facilitatiors in the Special Voluntary Remote Monitoring Program 2020, belonging to the CESMAC do Sertão Faculty, located in the Palmeira dos Índios/AL – Brazil. The activities were carried out from May to July 2020. The development of monitoring activities took place using several digital strategies, such as: meetings with students, for contente review; availability of materials; case studies; concept maps; educactional posters and wanted. This monitoring help in the setting of the contente of the curricular componente by the students, reducing the deficiencies found and arousing interest in scientfic activity, which was made possible thanks to the contributions of the assumptions presented by Callista Roy's adaptative theory.

KEYWORDS: Monitoring, Teaching, Nursing, Technologies.

INTRODUÇÃO

A Enfermagem é uma profissão relacionada à área da saúde, inscrita nas ciências da saúde. Estuda o cuidado humano e se materializa como trabalho exercido em sociedades históricas, tendo por responsabilidade contribuir com a produção de conhecimentos teóricos e práticos, através de um embasamento para a preservação das diversas situações da vida do ser humano (BARBIANI; NORA; SCHAEFE, 2016).

Na formação em Enfermagem, a partir de conhecimentos básicos e do suporte teórico oferecido pelo componente curricular, podem ser realizadas atividades de monitoria. Por seu turno, a monitoria acadêmica é uma extensão das atividades de apoio pedagógico na graduação, sendo oferecida aos acadêmicos interessados em aprofundar conteúdos, através de ações necessárias à formação do futuro profissional, como também dos que têm interesse em solucionar dificuldades em relação aos conteúdos vivenciados (SIMÕES NETO; ANDRADE, 2017).

Legalmente, a monitoria se fundamenta dentro das instituições brasileiras através do que é estabelecido pela Lei n.º 5.540/1968, que em seu artigo 41º:

Art. 41. Normatiza que as universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina (BRASIL, 1968/1996).

Em meio à atual crise sanitária mundial trazida à tona pela pandemia da COVID-19, com as políticas de isolamento social de combate ao contágio do Coronavírus (SARS-CoV-2), no que diz respeito à educação, são utilizadas estratégias com intuito de reduzir os prejuízos na aprendizagem por meio da oferta de atividades de ensino remoto, criando métodos inovadores que insiram a comunidade acadêmica em um ambiente de contínuo conhecimento, mesmo sendo virtual (FRANÇA FILHO; ANTUNES; COUTO, 2020).

Dessa forma, a Monitoria Remota Voluntária surgiu, enquanto programa, com o intuito de contribuir para o conhecimento dos alunos através da relação monitor-aluno, assim proporcionado uma melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem, sendo uma importante colaboração para o meio acadêmico (DA SILVA GALDINO e DE CASTRO ABRANTES, 2019).

Nessa perspectiva, tornou-se um meio de apoio ao ensino, o qual proporcionou aprendizado, experiências expressivas, promovendo resgates de conteúdos e utilização da tecnologia digital, para o crescimento dos participantes no processo, com criatividade e determinação (SILVA; RAMOS; SILVA, 2018).

Sabe-se que o saber da Enfermagem engloba um conjunto de teorias que respaldam a prática profissional e revelam a ação de cuidados, desenvolvida em resposta a uma necessidade do ser humano e da coletividade. A adoção das teorias de Enfermagem contribui para a construção do conhecimento técnico-científico e para a melhor definição do real papel do enfermeiro, com reflexo direto no processo do cuidar, sendo necessárias para um melhor embasamento da prática, devendo, assim, ser constantemente avaliadas e analisadas (IBIAPINA, 2016).

Utilizado pela primeira vez em 1970, em Los Angeles, o Modelo de Adaptação de Callista Roy (MAR) é uma teoria de Enfermagem que propõe cinco conceitos principais: a saúde, a pessoa, a enfermagem, a adaptação e o ambiente. A saúde é definida por Roy como resultado de uma adaptação de forma holística além de contribuir para o processo adaptativo do homem. Essa teoria pode ser aplicada em diversas realidades, permitindo uma melhor sistematização da assistência. Sendo assim, para Roy o homem é um ser biopsicossocial em constante interação com mudanças ambientais (OLIVEIRA et al., 2017).

Nesse sentido, sua teoria se apresentou como uma alternativa eficaz para contribuição do ensino-aprendizagem no momento atual, tendo em conta as atividades voltadas para o ensino remoto no âmbito da graduação presencial, especialmente com o surgimento da monitoria remota voluntária, na busca de uma resposta adaptativa ou de enfrentamento ao isolamento social. Para tanto, este estudo tem como objetivo refletir sobre a vivência de acadêmicas dos cursos de enfermagem, face às atividades da monitoria remota voluntária, bem como, mostrar as

dificuldades encontradas, embasadas em uma das teorias da Enfermagem segundo o Modelo de Adaptação de Roy (MAR).

REFERENCIAL TEÓRICO

O efeito da pandemia da COVID-19, no âmbito da saúde pública, vem se apresentando de forma agressiva e as medidas de isolamento e distanciamento social, adotadas por todos países, através do confinamento com diferentes tipos de regras com intuito de manter a população em casa, refletem-se na paralisação de diversas atividades, dentre elas o processo de ensino-aprendizagem. As principais medidas utilizadas nesse momento foram as tecnológicas, especialmente as digitais, voltadas ao processo de ensino-aprendizagem. Tal contexto vem marcando a história da educação nos seus distintos níveis de ensino, ou seja, básico, médio e superior (ALVES, 2020).

A Portaria n. º 343, publicada no Diário Oficial da União, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020). Por meio da referida Portaria, o Ministério da Educação (MEC) resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020, p.01).

Os desafios apresentados no campo da educação foram fundamentais para que as novas portarias autorizassem os cursos a utilizar tecnologias remotas, nunca antes empregadas, como metodologia de ensino. Mediante a situação atual, as Instituições de Ensino Superior (IES) precisaram se reinventar e se adaptar a esse modo de ensinar com o uso de novas tecnologias, consideradas novas para as Instituições que ainda não aplicavam ferramentas do mundo virtual, o que tem promovido uma mudança importante de paradigma educacional (SALVADOR et al., 2015).

Dessa forma, a atual adaptação com o meio tecnológico, buscou criar um processo de ensino-aprendizagem para atender às demandas das Instituições e usar dessas ferramentas digitais para facilitar a comunicação e a construção de estratégias metodológicas a fim de suprir as necessidades de uma educação presencial (REGUEIRO et al., 2020). Nesse contexto, a monitoria constitui um papel relevante na busca pelo aperfeiçoamento da qualidade do ensino-aprendizagem no meio acadêmico, constituindo-se um instrumento propício para promover o êxito dos discentes e da própria Instituição (TAVARES, 2003 apud FRISON, 2016).

Considerando a formação em Enfermagem, o atual cenário é ainda mais desafiador, pois é imperativo que se tenha um olhar atento para a velocidade das inovações tecnológicas. A realidade do curso já evidencia o uso de diversas tecnologias agregado às metodologias ativas de ensino existentes, em diferentes momentos, como, por exemplo, através de equipamentos, *websites* e *softwares* nas aulas de laboratórios com robôs, realidade virtual e inteligência artificial, tendo em conta o momento e a necessidade de continuidade das aulas por técnicas de ensino diferenciadas, sendo ferramentas auxiliadoras ao ensino, e não como único método utilizado (BEZERRA et al., 2020).

Com base em tais pressupostos, destaca-se a Teoria de Callista Roy, por entender o indivíduo como sistema adaptativo e holístico, que desencadeia respostas por meio de estímulos, ativando mecanismos reguladores e cognitivos, com o objetivo de manter a adaptação e as saídas das pessoas, como sistemas, pois são as suas respostas, isto é, os seus comportamentos, que se tornam um *feedback* para a pessoa e para ambiente, sendo categorizadas como respostas adaptativas (DA COSTA MONTEIRO et al., 2016).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, de discentes/monitores do Curso de Enfermagem, como facilitadores no Programa Especial de Monitoria Remota Voluntária 2020, pertencente à Faculdade CESMAC do Sertão, localizada no município de Palmeira dos índios/AL. As atividades foram desenvolvidas com um grupo de discentes voluntários do Curso de Enfermagem, regularmente matriculados no período 2020.1, na disciplina de Semiologia aplicada à Enfermagem II e de Práticas Integrativas em Enfermagem III. Os dados coletados a partir dos discentes/monitores possibilitaram um estudo teórico-reflexivo, à luz da teoria da adaptação de Roy (1970), contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades durante o período do programa.

Primeiramente, procedeu-se a busca aleatória de artigos científicos e livros e, após leitura dos textos, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de busca eletrônica nas seguintes bases de dados, disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da saúde (LILASC), Bases de Dados de Enfermagem (BDENF), Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (MEDLINE), e Scientific Eletronic Library Online (SciELO). Como estratégia de busca para compor a pesquisa foram utilizados os descritores em ciências da Saúde (DeCS) associados ao operador booleano "OR" para obter uma união entre as palavras, assim sendo ficou: Teoria de Enfermagem "OR" Educação em Saúde "OR" Estratégia de Adaptação. Utilizou-se um recorte temporal de 2016 a 2020 para compor o estudo.

A escolha de local para a oferta das atividades se deu devido à disponibilidade e o momento vivenciado internacionalmente. Sendo assim, a atividade foi realizada de forma remota, utilizando os meios tecnológicos disponíveis: o CESMAC on-line, como ferramenta para o desenvolvimento das atividades com a turma, a plataforma Microsoft TEAMS, com o propósito de aperfeiçoar, cada vez mais, os discentes na sua utilização e assim criar reuniões a partir do calendário acadêmico e das turmas que estiveram vinculados, como também a criação de videoconferências que contava com as atividades do tipo de compartilhamento da tela; gravação de reuniões e seu percurso; edição e organização de vídeos gravados para arquivo e socialização; criar questões no Google Forms; postar conteúdo (apresentações, arquivos, vídeos, imagens e demais arquivos).

As atividades ocorreram no período de maio a julho de 2020, podendo ser estendida para o segundo semestre de 2020 a depender de decretos governamentais, sendo um encontro semanal pela plataforma Microsoft TEAMS e atividades utilizando outros meios digitais, contabilizando uma carga horaria de 12 horas semanais e assim, totalizou vinte e três encontros com os discentes. Desses encontros, dois foram reuniões com os discentes/monitores, os docentes e a coordenadora do Curso, a fim de discutir atribuições do monitor e docente líder, assim como o desenvolvimento do planejamento. Os meios de comunicação adotados na referida monitoria estavam entre grupos no WhatsApp e na plataforma do Microsoft Teams com os discentes do respectivo componente curricular, possibilitando assim uma comunicação acessível e eficiente. O desenvolvimento das atividades da monitoria aconteceu com uso de diversas estratégias digitais, tais como: reuniões com os discentes, para revisão de conteúdo; disponibilização de materiais; estudos de casos; mapas conceituais; cartazes educativos e quiz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria de Callista Roy (1970) considera as pessoas como um sistema adaptativo, que contribui para o desenvolvimento do conhecimento, mostrando que somos adaptáveis através de mecanismos que contribuam com as respostas dos estímulos ambientais, em diversos processos da vida humana (IBIAPINA, 2016). Dessa forma, seguindo o modelo de Roy, tem-se um conjunto de conhecimentos que se inter-relacionam com o momento atualmente vivenciado, considerando, no que toca o presente estudo, a necessidade de adaptações em diversos aspectos a fim de desenvolver a prática da monitoria remota.

Assim, no que se refere aos modos de adaptação, a referida teoria constitui um aporte para o saber e a prática na construção de conhecimentos sólidos, que se baseiam nos quatros modos adaptativos (DA COSTA MONTEIRO et al., 2016), tendo em conta que as tecnologias foram inseridas nas atividades de monitoria remota voluntária como estratégia metodológica adequada ao enfrentamento da realidade atual.

Mediante o planejamento, as medidas tecnológicas envolveram os diferentes modos de retransmissão do conteúdo, como revisão através do plantão de dúvidas, utilizando a plataforma Microsoft Teams; de forma expositiva face aos recursos tecnológicos disponíveis, como por exemplo: compartilhamento de tela com a apresentação em *powerpoint* na plataforma Teams; discussão no grupo de WhatsApp e estudos dirigidos, envolvendo discussões e resolução de lista exercícios pelos alunos através do Google Forms, como também a criação de jogos no Kahoot referente ao conteúdo, e o uso de mapas conceituais, que são ferramentas criativas que pode auxiliar na produção. Para a atividade individual, o recurso utilizado foi o diálogo, extraindo as possíveis dúvidas ainda existentes.

Quadro 1. Meios tecnológicos, competências e habilidades.

Meios tecnológicos utilizados para realização da monitoria remota	Competências e habilidades alcançadas pelos discentes - Resolução n.º 3/2001, art.° 5
Grupos de WhatsApp	Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional; Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança; Incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional; Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem; Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional.
Google Forms	
Plataforma Microsoft Teams	
Kahoot	
Mapas conceituais digitais	

Fonte: Dados da pesquisa, com base na Resolução n.º 573/2020.

Por meio do contato direto e com base nas competências, habilidades e atitudes que os docentes devem obter como resultado satisfatório na participação dos discentes durantes as atividades da Monitoria Remota e por meio de perguntas de *feedback* realizadas no grupo e durante as reuniões na plataforma Teams, a fim de identificar o retorno do conteúdo retransmitido, foram identificadas as seguintes dificuldades enfrentadas pelos alunos (Quadro 2), assim como os problemas em relação a sua participação ativa, durante as atividades de monitoria.

Quadro 2. Dificuldades identificadas.

Dificuldades Identificadas
O uso das plataformas *on-line*, principalmente nos primeiros dias, por ser difícil trabalhar via on-line, devido ao hábito da modalidade presencial e por não ter um treinamento para gravar áudios e fazer mensagens longas, evidenciado não estar preparado a trabalhar com algumas plataformas disponibilizadas pela Instituição.
Insegurança e angústia para todos, devido às diferenças entre a modalidade presencial e as aulas on-line, que requerem muita persistência em relação à conexão com a *internet* ou ao uso das ferramentas digitais devido a sua complexidade.
Discentes não possuíam telefones com capacidade para suportar a plataforma "TEAMS", o que trouxe impactos negativos, em particular para os estudantes com maior vulnerabilidade social, porque nem todos têm igual acesso à internet e mesmo ao uso de recursos digitais.

Fonte: Dados da pesquisa. 2020.

Para a eficácia da proposta, o discente precisa entrar no ambiente de aprendizagem constantemente, para acessar conteúdos em disponibilizado e realizar as atividades, porém, na maioria das vezes, as dificuldades de aprendizagem não se vinculam aos conteúdos e atividades solicitadas, mas às condições em que o discente possui para acessar a plataforma e os recursos utilizados na monitoria remota voluntária.

A modalidade remota utilizada requer uma disponibilidade de tempo, exigindo uma maior concentração para preparação dos conteúdos pelos discentes/monitores e introdução nas plataformas, exigindo uma disciplina, foco, criatividade, motivação, compromisso e vontade para a sua implementação, buscando o êxito durante a sua execução e nos resultados esperados.

A importância de a Instituição de Ensino oferecer esse serviço de Monitoria Remota Voluntária no Curso de Enfermagem é de grande valia para o desempenho dos acadêmicos nas atividades de extensão. Observou-se que os participantes da monitoria, nos dois componentes curriculares, utilizaram os serviços da monitoria remota, com a finalidade de tirar dúvidas objetivas em relação conteúdo (22%), obter orientações sobre os meios tecnológicos (20%), disponibilização de atividades complementares (43%) e para estudar com a ajuda do monitor (15%).

Considerando os componentes curriculares citados, apresentou-se apenas um monitor, e dois professores líderes, com os quais as atividades sempre estavam articuladas para traçar melhores resultados, tanto para o discente/monitor como para os discentes que receberam as orientações/atividades das monitoras. Cabe lembrar que foi ofertada uma ou duas vagas para cada disciplina, de acordo com a necessidade indicada pela Instituição, através de Edital. Geralmente, em cada período do Curso, cerca de três disciplinas dispõem de discentes/monitores, representando em média cerca de 60% das disciplinas com essa cobertura e auxílio nas atividades.

Esse fato revela que houve um trabalho em conjunto de grande interação por parte da Instituição, para responder com a comunicação e o uso das tecnologias ao estado de emergência no País, orientando o uso das diversas ferramentas para o desenvolvimento de competências dos alunos e, principalmente, possibilitando aos monitores, de maneira eficaz, a utilização da teoria da adaptação de Roy em suas atividades. Para este propósito, os discentes/monitores deveriam acessar o Microsoft Teams, criar para cada discente um e-mail institucional e grupos das turmas, devendo complementar, quando necessário, pelo uso do e-mail (individuais e das turmas), e principalmente pelo WhatsApp,

A oportunidade dada aos discentes de participarem do programa de monitoria é fundamental para despertar o interesse pela docência, pelo desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa, trazendo resultados positivos para o discente/monitor, desde o processo de planejamento pedagógico para o desenvolvimento das atividades no ensino-aprendizagem até com as questões de conduta dos próprios acadêmicos. Desse modo, pode-se perceber o quanto a Instituição tem buscado garantir a qualidade e a excelência, pautada nas competências regimentais e nas Diretrizes curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação da área da saúde.

Na base desse processo de implantação e implementação do referido programa, têm-se em conta os princípios fundamentais, com ênfase na integralidade da atenção e na reposta às necessidades sociais em saúde, principalmente em relação ao Art. º35, que "assegura a articulação entre assistência, ensino, pesquisa e extensão propiciando aprendizagem significativa que leve a construção do perfil da/o enfermeira/o, estimulando a produção/divulgação do conhecimento, considerando a evolução epistemológica dos modelos de processo saúde-doença" (BRASIL, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de monitoria deixou contribuições relevantes, enriquecedoras e integradoras na trajetória acadêmica, por ser uma atividade que permite as relações e trocas de conhecimentos entre o monitor com os discentes e com o docente. Considerada uma experiência única, além de auxiliar nos conteúdos e em algumas dificuldades que os discentes apresentaram, a monitoria proporcionou maiores oportunidades para estudar e aprofundar os conteúdos, adquirindo mais conhecimentos científicos, um aprendizado essencial para ambos, discente/monitor e discente.

Diante do exposto, pode-se observar que a Monitoria Remota Voluntária trouxe diversos desafios, e o principal foi buscar novas metodologias ativas e tecnológicas para conseguir atrair os discentes às atividades propostas, bem como integrar a tecnologia e a teoria da adaptação de Roy para o êxito da proposta pedagógica e assim obter a participação de todos, com a real possibilidade da realização das atribuições e registros das evidências que apontem para o ensino-aprendizagem.

Ao adicionar elementos diversificados durante as reuniões e plantões da monitoria, os discentes foram estimulados a desenvolver sua capacidade crítica no lugar de decorar os conteúdos propostos, obtendo um aproveitamento mais significativo da disciplina. Assim, a monitoria auxiliou na fixação do conteúdo do componente curricular pelos discentes, reduzindo as deficiências encontradas e despertando o interesse pela atividade científica, sendo uma atividade que exige domínio da disciplina, capacidade de retransmissão do conteúdo e habilidade nos procedimentos didáticos expostos para motivar o discente no processo de decodificação do componente curricular, permitindo o aprofundamento teórico e a reflexão sobre os conteúdos abordados.

Por fim, as atividades didáticas desempenhadas na Monitoria Remota Voluntária estimularam significativamente para aumentar o interesse pela docência, tendo em vista a maior proximidade com o exercício docente, fortalecendo o entendimento, o compromisso e a responsabilidade, percebidos durante todo o processo de ensino-aprendizagem, o que foi possibilitado graças às contribuições dos pressupostos apresentados pela teoria adaptativa de Callista Roy.

REFERÊNCIAS

15. ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020.
16. BARBIANI, Rosangela; NORA, Carlise Rigon Dalla; SCHAEFER, Rafaela. Práticas do enfermeiro no contexto da atenção básica: scoping review. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, 2016;24:e 2721, p. 1-24.
17. BEZERRA, Italla Maria Pinheiro et al. Estado da arte sobre o ensino de enfermagem e os desafios do uso de tecnologias remotas em época de pandemia do corona vírus. **Journal Of Human Growth And Development**, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 141-147, 14 abr. 2020. NEPAS. http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.v30.10087.
18. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html >. Acesso em: 21 jul.2020.

19. BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Brasília, DF, 2020.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **RESOLUÇÃO Nº 573**, DE 31 DE JANEIRO DE 2018. Brasília, DF, 2018.
21. DA COSTA MONTEIRO, Ana Karine et al. Aplicabilidade da Teoria de Callista Roy no cuidado de enfermagem ao estomizado. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, v. 5, n. 1, 2016.
22. DA SILVA GALDINO, Érica Taylla; DE CASTRO ABRANTES, Kercya Nara Felipe. Desafios da monitoria acadêmica: percepção dos alunos monitores e monitorados. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC**), v. 5, n. 1, 2019.
23. FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de; ANTUNES, Charlles da França; COUTO, Marcos Antônio Campos. Alguns apontamentos para uma crítica da educação a distância (ead) na educação brasileira em tempos de pandemia. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 16-31, maio 2020.
24. FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1, p. 133-153, 2016.
25. IBIAPINA, Laís Gama et al. Assistência de enfermagem às adolescentes gestantes sob a ótica de Callista Roy. **Enfermagem em Foco**, [S.l.], v. 7, n. 3/4, p. 46-50, fev. 2017. ISSN 2357-707X. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/915>. Acesso em: 22 jul. 2020. doi:https://doi.org/10.21675/2357-707X.2016.v7.n3/4.915.
26. OLIVEIRA, Camila Helen et al. Compreendendo a vivência dos idosos com dor crônica: a luz da teoria de callista roy/understanding the experience of older people with chronic pain. **Ciência, Cuidado e Saúde**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 1-8, 1 jun. 2017. Universidade Estadual de Maringa. http://dx.doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v16i1.31804.
27. REGUEIRO, Eloisa Maria Gatti et al. Ensino mediado por tecnologias no curso de Fisioterapia do Centro Universitário Barão de Mauá durante o período de pandemia da COVID-19. **Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 1, n. 1, p. 107-119, 2020.
28. SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira et al. Uso e desenvolvimento de tecnologias
29. para o ensino apresentados em pesquisas de enfermagem. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 442-450, 28 jun. 2015. **Rev Rene - Revista da Rede de Enfermagem de Nordeste**. http://dx.doi.org/10.15253/2175-6783.2015000300018.
30. SIMÕES NETO, José de Caldas; ANDRADE, Iarê Lucas. A contribuição da monitoria acadêmica para o incentivo à docência. **Revista interfaces**, Vol. 4(12), pp. 93-99, 24 de Julho, 2017.
31. SILVA, Alexsandro Santos Crespo da; RAMOS, Eliane Pereira; SILVA, Rosa Maria Rosa Costa Andrade. Tecnologia da informação em saúde em jovens com osteossarcoma. **Revista de Enfermagem da UFPE on line**, [Sl], v. 12, n. 10, p. 2717-2726, out. 2018.

ISSN 2316-8021

O processo de ensino e aprendizagem a partir do desenvolvimento da monitoria remota durante a pandemia do Covid-19: desafios e conquistas
The teaching and learning process from the development of the remote monitoring during a Covid-19 pandemic: challenges and achievements

Larissa Gabriella da Silva Ferreira, Ewerton Igor Alves de Almeida, Lucas Kayzan Barbosa da Silva, Júlia Pereira de Moura Ferreira

RESUMO: Surpreendidos pelo início de uma pandemia a nível mundial, no início do ano de 2020, a sociedade necessitou desenvolver novas estratégias para dar continuidade as atividades pertencentes ao cotidiano social, tomando as medidas adequadas para essa ação. Um dos contextos afetados pelo processo de isolamento, foram as atividades educacionais que a partir desse cenário viu-se a necessidade da migração das aulas presencias para as aulas virtuais. Com a implementação inicial desse processo, ocorrendo com diversos desafios diante desse cenário, evidenciou-se os desafios e conquistas pertencentes a esse enredo. Para poder ofertar um processo pedagógico qualificado e que venha atender a demanda dos alunos, uma instituição do sertão alagoano ofertou vagas para monitoria remota, visando ajudar os alunos, de maneira geral. Os alunos que se voluntariaram para monitoria remota, oportunizaram a experiência de docência, e os discentes como um todo, tiveram um acompanhamento próximo do aluno monitor que tinha o objetivo de auxiliar estes; que puderam finalizar o período letivo mesmo com tantas desafios impostos pelo cenário vivido. Os desafios surgiram, e os alunos buscaram ferramentas para vencê-los. O fato de a monitoria acontecer de aluno para aluno, fez com que a comunicação fosse melhor. Sendo assim, o presente trabalho visa relatar a experiência de três alunos monitores durante o desenvolvimento da monitoria remota, descrevendo e evidenciando os pontos positivos e negativos vivenciados. Com tudo que foi vivido, compreenderam a importância da monitoria na vivência acadêmica, bem como, as tecnologias trouxeram avanço para o ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde, Inovação, Tecnologias.

ABSTRACT: Surprised by the beginning of a worldwide pandemic, at the beginning of the year 2020, society needed to develop new strategies to continue the activities belonging to social life, taking the appropriate measures for this action. One of the contexts affected by the isolation process was the educational activities, which, from this scenario, saw the need to migrate from classroom to virtual classes. With the initial implementation of this process, occurring with several challenges in the face of this scenario, the challenges and achievements pertaining to this scenario became evident. In order to offer a qualified pedagogical process that will meet the demand of students, an institution in the interior of Alagoas offered places for remote monitoring, aiming to help students in general. The students who volunteered for remote monitoring, offered the teaching experience, and the students as a whole, had a close monitoring of the monitor student who had the objective of helping them; who were able to end the school period despite so many challenges imposed by the experienced scenario. Challenges arose, and students looked for tools to overcome them. The fact that the monitoring happens from student to student, made communication better. Therefore, the present work aims to report the experience of three student monitors during the development of remote monitoring, describing and highlighting the positive and negative points experienced. With everything that was experienced, they understood the importance of monitoring in the academic experience, as well as, the technologies brought advancement to teaching.

KEYWORDS: Health Education, Innovation, Technology

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 descobriu-se casos de um novo vírus na China, o agora famoso Coronavírus (SARS-CoV-2). A sua descoberta foi uma grande surpresa. O vírus, que já estava em circulação por alguns meses (fato ocultado em um primeiro momento), não demorou muito para se expandir para o resto do mundo (UOL, 2020).

Afetando de maneira brusca os países da Europa e os Estados Unidos da América, não demorou para chegar ao Brasil. Os primeiros casos apareceram em fevereiro de 2020. Para ser mais preciso, o primeiro caso foi datado em 26 de fevereiro. O fato, é que o vírus já deveria estar em uma grande circulação, e o primeiro caso foi atestado na quarta-feira de cinzas, ao término do carnaval (MONTEIRO e AQUINO, 2020).

Apesar de o vírus já levar devastação em outros países, no Brasil, o carnaval ocorreu normalmente. Os casos começaram a subir, e como consequência, os primeiros decretos visando a diminuição da contaminação vieram em março, mês seguinte. Com isso, começou-se a guinada das aulas presenciais, para as aulas remotas.

A necessidade do isolamento, trouxe à tona um novo cenário para educação no Brasil. Apesar da tecnologia está inserida no dia a dia dos estudantes, agora, ela veio a se tornar o fator principal. Com o objetivo de quebrar barreiras, as novas tecnologias trouxeram uma imensidão de possibilidades e oportunidades para os docentes e discentes.

As TICS (Tecnologias de informação e comunicação) são responsáveis pela potencialização do ensino. Elas são hoje, o fator chave para universalização do ensino e foram ferramentas imprescindíveis durante o período de pandemia. Ligando alunos e professores, independente a distância física entre eles. As TICS instituíram uma nova era na educação.

> As tecnologias da informação e comunicação ou simplesmente (TICs), podem ser compreendidas a todas as tecnologias que fazem parte dos processos informacionais e comunicativos da sociedade. Um conjunto de recursos tecnológicos que interagem entre si. Portanto as tecnologias estão presentes em todo o mundo, nos negócios empresariais, nas faculdades, no campo, nas cidades, nos transportes e em todos os seguimentos do círculo social. (SILVA, 2018, p. 52)

Segundo o estudo de Matoso (2014), entende-se por monitoria a atividade extraclasse que atua como instrumento no desenvolvimento de ações para a melhoria do ensino de graduação, realizada pelo aluno monitor através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas, que visem a fortalecer a articulação teórico-prática. Essa atividade é regulamenta pelo artigo 84 da Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro (1996), que enfatiza que os acadêmicos do ensino superior tem o direito de serem aproveitados para exercerem funções de monitoria nos cursos de suas faculdades e universidades.

O processo de Monitoria permite ao Acadêmico monitor, estar inserido dentro do contexto de docência; de forma que este irá planejar aulas, revisões e principalmente dando o auxílio e suporte necessário aos alunos beneficiados pelo contexto de monitoria (CARVALHO, 2012).

De Barros et al (2020) exemplifica que benefícios dessa prática também podem ser observados nos discentes, que se sentem mais seguros para compartilhar suas dúvidas e questionamentos com o aluno monitor, possuidor do mesmo nível de formação , e que por vezes apresenta um olhar mais empático visto que também está inserido no contexto de discência .O possível o uso de diversas ferramentas para auxiliar os alunos e aumentar o conhecimento surge como a possibilidade de abranger ainda mais a melhoria desse processo.

É a partir desse contexto, que a utilização do binômio de monitoria e do uso das Tecnologias da informação e comunicação surge como um utensílio de auxílio no contexto de

Pandemia, visto que inserido nesse enredo de caos da saúde pública, a criação de novas ferramentas que possam ajudar o Acadêmico atingido por este, faz-se necessário.

O surgimento dessa necessidade, revelou a importância da utilização das TICS, demonstrando que a educação centralizada está com os dias contados, e o uso das TICS é determinante para que os alunos evoluam dentro da sua área. Dessa forma, tornando-se uma aliada no ensino, gerando um crescimento e um valor imenso para a sociedade. (SILVA, 2018).

Nesse cenário, a Faculdade CESMAC do Sertão criou possibilidade de monitoria remota durante as atividades remotas dentro do contexto de isolamento social e com essa atividade extracurricular, além do crescimento pessoal e acadêmico, os monitores inscritos no programa puderam entender as dificuldades e ganhos proporcionados pelo momento vivido a nível mundial.

Dessa maneira, o presente trabalho objetiva relatar a experiência de três acadêmicos monitores, do curso bacharelado em Enfermagem, das matérias de Bases Científicas II, Habilidades em Enfermagem I e Saúde da Criança e do Adolescente II, no uso das TICS durante o esse período de monitoria remota ofertada pela instituição.

REFERENCIAL TEORICO

O presente trabalho apresenta o referencial teórico da TICS segundo a perspectiva de Cláudio Gomes da Silva, para quem essa tecnologia é que proporciona aos alunos transformações no agir, pensar e falar, tendo como efeitos a democratização do ensino e aumento da competitividade.

Dentro do contexto, no dia a dia, alguns alunos sentem dificuldade na hora de aprender, somando isso as circunstâncias vividas – a pandemia, as mudanças da sala de aula para plataformas digitais –, as dificuldades foram potencializadas. De maneira brusca, saímos do modelo tradicional de ensino, para algo totalmente novo (FRISON, 2016).

Com o surgimento de mais dificuldades as instituições de ensino, buscam desenvolver projetos educativos e pedagógicos com o objetivo de sanar a necessidade dos alunos, ajudá-los a desenvolver habilidades, competências, domínio sobre os assuntos. Com esse intuito, nasceu a monitoria remota (FRISON, 2016).

Na monitoria a troca de ideias acrescenta consideravelmente ao conhecimento dos discentes. Tendo como base o aluno ensinar para outros, a monitoria proporciona a possibilidade de evolução e domínio da transmissão de conteúdo.

> Nessa situação, o trabalho realizado em parceria entre professores e alunos ou entre os próprios alunos ganha força, principalmente no que diz respeito à monitoria. Pressupõe-se que ela pode contribuir para que todos os estudantes aprendam, pois se acredita que o modelo relacional e interativo estimula, de forma mais efetiva, o desenvolvimento das capacidades cognitivas. (FRISON, 2016, pg. 135-136).

E inserido no contexto de Pandemia vivenciado pelo mundo decorrente do Covid-19, a utilização da inovação tecnológica no processo de ensino e aprendizagem foi uma maneira para dar continuidade as atividades acadêmicas em meio a esse enredo, o que abrange ambém o processo de monitoria também (BORBA, 2020).

O desenvolvimento de atividades remotas carrega em si desafios e conquistas para o êxito durante esse processo que dependem de muitos fatores externos como meio social, disponibilidade, internet e outros atributos que interferem diretamente na prática pedagógica durante esse período (BORBA, 2020).

A inserção do acadêmico em atividades extracurriculares como essa, preparam o aluno para além da graduação, oportunizando a vivência em atividades que permitam uma visão não só

voltada a assistência, mas como também ao processo de docência e até mesmo iniciação científica (PEREIRA, 2016).

Senra e Rodrigues (2012), afirmam que a monitoria a nível curricular estimula à futura docência, afinal, permite a articulação entre aluno/monitor e docente, dentro e fora da sala de aula, avigorando a construção do ensino e garantindo ao monitor a participação como agente construtor de conhecimento, o que desmistifica o docente como detentor de saber imutável.

O estudo Zago (2020) realizado por acadêmicos do curso de Engenharia ambiental, destacou a importância de atividades extracurriculares durante a graduação, sendo esta, pilar importante no crescimento acadêmico e profissional dos beneficiados pela atividade.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de um trabalho descritivo, do tipo relato de experiência acerca dos desafios e conquistas apontados por acadêmicos do curso bacharelado em Enfermagem durante o desenvolvimento da monitoria remota. Esta ocorreu entre os meses de maio e julho de 2020. Cada acadêmico foi responsável pelo processo de monitoria em disciplinas distintas, sendo elas: Bases Científicas II, Habilidades em Enfermagem I e Saúde da Criança e do Adolescente II. Atividade está sendo realizada pela instituição Faculdade CESMAC do Sertão com o objetivo de oferecer uma assistência maior aos alunos do curso de enfermagem durante o período de Pandemia ocasionado pelo Covid-19 que se instalou a nível mundial, trazendo mudanças a todo contexto de interação social (BEZERRA, 2020).

Na elaboração trabalho, estão presentes três acadêmicos responsáveis por matérias distintas. Os alunos monitores tiveram a liberdade em desenvolver a metodologia que usaria nesse processo, podendo utilizar de aplicativos e plataformas online para executar as atividades remotas junto aos alunos beneficiados por cada monitoria.

Cada um dos monitores utilizou um tipo de metodologia para o desenvolvimento das atividades realizadas nesse período, dentre as quais podemos citar: revisões de conteúdos ministrados em aula, plantões de dúvida entre discente e monitor e criação de questionários e atividades na plataforma Google Forms em conjunto com os docentes de cada matéria.

Dentro do contexto de pandemia, e migração para a plataforma Teams, muitos alunos sentiram dificuldades e as dúvidas em torno do uso dela eram diversas, desde utilização até a compreensão dos assuntos referentes à disciplina.

O aluno monitor fora personificado como o “braço direito” do professor, tendo como missão principal, ser como uma ponte de comunicação entre os interesses do docente e do aluno para garantir um ensino flexível e de qualidade. A chave da boa comunicação na monitoria ocorre de aluno para aluno, e segundo Frison (2016), é caracterizada como uma das invenções pedagógicas modernas mais úteis, por vários motivos, dentre eles a redução do tempo de aprendizados complementares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades remotas deveriam se desenvolver no contraturno das aulas que ocorriam no período da tarde; sendo essa, de caráter voluntário, onde os alunos monitores aprovados no processo seletivo puderam vivenciar a experiência de docência que a monitoria proporciona.

O processo foi caracterizado por pontos positivos e negativos, que mesmo sendo realizado por alunos monitores de diferentes matérias, apresentou resultados semelhantes. Inicialmente foi necessário que os alunos realizassem uma aula sobre a plataforma “Teams”, plataforma utilizada para as aulas remotas. Isso ocorreu, pois a maioria dos acadêmicos não estavam habituados com as mudanças incitadas pelo contexto de Pandemia.

O primeiro desafio que se encontrou foi a adaptação. Apesar de a plataforma ser de fácil uso, o momento trouxe diversas dificuldades. A plataforma foi novidade para todos, e com a rotina e orientações de uso, se tornou de fácil acesso. Foi papel dos monitores levar esse aprendizado.

O desafio mais difícil foi lidar com a frequência de presença nas aulas de monitor durante a rotina do dia-a-dia. Ao desenvolver das atividades, foi observado pelos discentes voluntários que os demais alunos já possuíam atividades no período vespertino por conta da grade curricular remota, e que não se mostravam dispostos a acompanhar uma monitoria no período noturno, devido a uma sobrecarga das atividades acadêmicas se assim fosse realizado. Por isso, se fez necessário buscar novas maneiras de reter a atenção e levar conteúdo de valor ao mesmo tempo, e a partir dessa visão, primeiras conquistas foram acontecendo.

Na busca por inovação, foram surgindo ideias para contornar essa questão que estava presente na prática de todos os alunos monitores. Buscou-se utilizar a plataforma de forma mais eficaz e explorar diversos modos de transmissão de conteúdo. O foco foi mostrar na prática, para que as pessoas pudessem ver como se aplica. A ferramenta Forms do Teams foi utilizada como principal instrumento de plantões de dúvida.

> Tal situação leva a um desafio significativo para todas as instituições ou redes de ensino de educação básica e ensino superior do Brasil, em particular quanto à forma como o calendário escolar deverá ser reorganizado. É necessário considerar propostas que não aumentem a desigualdade ao mesmo tempo em que utilizem a oportunidade trazida por novas tecnologias digitais de informação e comunicação para criar formas de diminuição das desigualdades de aprendizado. (BRASIL, 2020).

A partir disso, cada monitor passou a desenvolver atividades que pudessem elevar o interesse dos alunos e tentar de alguma forma, trazer um pouco da prática para esses momentos de monitoria.

As ferramentas secundárias eram diversas e variam de acordo com cada processo metodológico adotado por cada aluno monitor, de acordo com sua especificidade. O 1° aluno monitor, da matéria de Bases Científicas, utilizou-se de flash cards – com a intenção de fixar os assuntos, objetivo que foi alcançado - e gamificação dos assuntos da matéria – utilizando jogos como o "Kahoot" para facilitar o aprendizado, objetivo também alcançado. Essas práticas foram desenvolvidas, para incluir as tecnologias no dia a dia do aluno, embasada na metodologia de Cláudio Gomes da Silva (2018).

O 2° aluno monitor, da matéria de Habilidades em Enfermagem, desenvolveu um portfólio digital com fotos sobre as práticas da Enfermagem; que embasado em metodologias de ensino e sentimento de pertencimento apresentadas pelo Educador Paulo Freire (1990) e pelo geógrafo Yi-Fu Tuan (1980), respectivamente. Que com o uso de fotos e legendas educativas em seu material de apoio, objetivava ampliar o sentimento de pertencimento à prática de exame físico e tornar consecutivamente o processo de ensino aprendizagem exitoso.

O 3° aluno monitor, da matéria de Saúde da Criança e do Adolescente, desenvolveu jogos para fixação do aprendizado, que, de acordo com Santana e Rezende (2008), são elementos motivadores e facilitadores do processo de ensino e aprendizagem, onde o objetivo não se resume apenas à facilitação da memorização do assunto pelo aluno, mas sim a induzi-lo ao raciocínio, à reflexão, ao pensamento e à reconstrução do seu conhecimento.

A partir do desenvolvimento de atividades inovadoras, notou-se que, durante as "Aulas em slide" a participação dos alunos era mais ativa, não em quantidade, mas a nível de interação dos poucos que se faziam presente. Portanto, mesmo com diferenciadas metodologias de ensino aprovadas pelos alunos monitores, a abrangência da monitoria remota era de menos da metade da turma presente.

A Monitoria mesmo que seja um processo que objetiva ajudar os alunos na compressão de determinada matéria, acaba não alcançado uma abrangência total durante o seu desenvolvimento, visto que os alunos apenas buscam esse "auxílio" quando há uma avaliação formativa, não dando a atenção necessária durante o processo gradual construído pelo aluno monitor (ANDRADE, 2018).

Tal fato pode evidenciar possíveis ganhos e falhas; se de um lado, a possibilidade de monitoria remota como uma atividade extracurricular permite que o aluno de esteja em contato com o contexto de docência, por outro lado a monitoria remota encontra a dificuldade de baixa frequência de alunos, que mesmo com diferentes metodologias adotadas, prosseguiu abaixo da média, demostrando que talvez o erro não esteja na metodologia e sim no momento vivenciado pelos alunos, inseridos no contexto de pandemia.

Entretanto, mesmo com sua abrangência não sendo tão eficaz, o processo de Monitoria não deixa de ser positivo integralmente, tanto ao aluno monitor, quanto aos alunos beneficiados pela monitoria. Demonstrando assim, que esse processo pode exercer desafios e conquistas positivas para o crescimento profissional e pessoal do acadêmico (DAS NEVES BURGO, 2019).

Para o processo de formação profissional, a monitoria exerce papel importante para a introdução do acadêmico nas responsabilidades e funções de docência. Por mais que este, receba o auxílio do professor em suas atividades, ter a autonomia em buscar materiais e métodos durante a produção de conteúdo para as aulas e revisão, surgem como fator benéfico para o destaque e autonomia dos alunos envolvidos (VICENZI, 2016).

CONCLUSÃO

Ao final do desenvolvimento da monitoria remota, os alunos monitores puderam oportunizar uma troca de informações sobre a experiência individual de cada um, tais fatos evidenciados em resultado e discussão que a partir disso, notou-se que, mesmo sendo monitores de matérias distintas, os desafios analisados eram praticamente o mesmo: a carência na abrangência desse tipo de Atividade remota.

Entretanto, mesmo enfrentando tais desafios, os alunos chegaram na conclusão sobre a importância da prática em Monitoria, visto que independente da abrangência, foi necessário cumprir uma carga horária e desenvolver atividades educativas e de revisão, o que estimulou a responsabilidade dos alunos para com essa ação, proporcionando à eles, a vivência como futuros docentes.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Erlon Gabriel Rego de et al. Contribuição da monitoria acadêmica para o processo ensino-aprendizagem na graduação em enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, p. 1596-1603, 2018.
2. Bezerra A, Silva CEM, Soares FRG, Silva JAM. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de Covid-19. *Cien Saude Colet*. 2020:1-24. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.123.
3. BORBA, Patricia Leme de Oliveira et al. Desafios 'práticos e reflexivos' para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia. *SciELO Preprints*, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.790. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/790. Acesso em: 16 jul. 2020.
4. BRASIL. Lei Nº 9.394, De 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lex: Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 20 de dezembro de 1996, art 84.
5. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Parecer CNE/CP Nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jun. 2020.
6. CARVALHO, Isaiane da Silva et al. Monitoria em semiologia e semiotécnica para enfermagem: um relato de experiência. *Rev Enferm UFSM*, Mai/Ago;2(2):464-471, 2012.
7. UOL. China ocultou a extensão do surto de coronavírus, diz inteligência dos EUA. UOL, São Paulo, 1 de abr. de 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-

noticias/2020/04/01/china-ocultou-a-extensao-do-surto-de-coronavirus-diz-inteligencia-dos-eua.htm. Acessado em: 13 de agosto de 2020.

8. DE BARROS, Alexsander Wilkard Monte Sales et al. Monitoria acadêmica em enfermagem: uma revisão de literatura/Academic monitoring in nursing: a literature review. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 4785-4794, 2020.Disponível em:< https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/10317/8639> acesso em 01 de agosto de 2020.

9. DAS NEVES BURGOS, Cinthya et al. Monitoria acadêmica na percepção dos estudantes de enfermagem. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 9, p. 37, 2019.

10. FREIRE, Paulo. Alfabetização: leitura do mundo e leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

11. FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. *Pró posições [online]*. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072016000100133&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 18 de julho de 2020.

12. MATOSO, Leonardo Magela Lopes. A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor: um relato de experiência. **CATUSSABA-ISSN 2237-3608**, v. 3, n. 2, p. 77-83, 2014. Available from < file:///C:/Users/julia/Downloads/567-Texto%20do%20artigo-2847-1-10-20140603.pdf> access on 01 Aug. 2020.

13. MONTEIRO, Natália; AQUINO, Vanessa. Brasil confirma primeiro caso da doença. Agência Saúde, Brasília, 26 de fev. de 2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus. Acesso em: 13 de agosto de 2020.

14. Pereira, R. A. (2013). A importância da Iniciação Científica na formação acadêmica e profissional do aluno. In: III Congresso de Iniciação Científica na Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG). p. 1-11. Disponível em: http://periodicos.redebatista.edu.br/index.php/DP/article/download/252/191. Acesso em: 25 de julho de 2020

15. SANTANA, EM de; REZENDE, Daisy de Brito. O Uso de Jogos no ensino e aprendizagem de Química: Uma visão dos alunos do 9º ano do ensino fundamental. **XIV Encontro Nacional de Ensino de Química**, p. 1-10, 2008. Available from http://quimica.ufpr.br/eduquim/eneq2008/resumos/R0125-1.pdf. Acess on 11 Aug.2020

16. SENRA, Rafaela Lima Soares; RODRIGUES, Valéria Almeida. O ensino de enfermagem na formação de novos educadores: relato de experiência em monitoria. **Revista Rede de Cuidados em Saúde**, v. 8, n. 2, 2014.Available fromhttp://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rcs/article/view/2357. Access on 01 Aug.2020

17. SILVA, Claudio Gomes da. A Importância do Uso das TICS Na Educação**.** *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 03, Ed. 08, Vol. 16, pp. 49-59, agosto de 2018. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tics-na-educacao. Acessado em: 16 de julho de 2020.

18. TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980

19. VICENZI, Cristina Balensiefer et al. A monitoria e seu papel no desenvolvimento da formação acadêmica. Revista Ciência em Extensão, v. 12, n. 3, p. 88-94, 2016.

20. ZAGO, J. P; BORGES ROCHA, M; & COSTA, P. M. M. da. (2020). Percepção de estudantes de Engenharia Ambiental sobre a contribuição das atividades extraclasse em sua formação acadêmico-profissional. *Terrae Didatica*, 16, e020033. https://doi.org/10.20396/td.v16i0.8659791

ISSN 2316-8021

O uso da tecnologia como ferramenta estratégica no combate ao Covid-19 – Uma aplicação prática pela SMS de Maceió

The use of technology as a strategic tool in the fight against Covid-19 - A practical application for SMS of Maceió

Ana Carolina Beltrão Peixoto, Jair Heleno da Silva Junior, Líllian Franciele Silva Ferreira, Janaína Paula Calheiros, Rodrigo Borges Fontan

RESUMO: Telessaúde é o uso das modernas tecnologias da informação e comunicação para atividades à distância relacionadas à saúde em seus diversos níveis. Possibilita a interação entre profissionais de saúde ou entre estes e seus pacientes, bem como o acesso remoto a recursos de apoio diagnósticos ou até mesmo terapêuticos. Com o decreto de calamidade instaurado em Maceió, devido a crise provocada pela disseminação do COVID-19, a Secretaria Municipal de Saúde procurou implantar mecanismos que atendessem a demanda da população do município, de uma forma ágil, segura e eficiente, buscando sobretudo a efetividade no atendimento ao paciente, que permitissem a não aglomeração de pessoas ao passo em que buscava equipar suas unidades de referência em síndromes gripais. Foram analisados os atendimentos entre os meses de abril a junho de 2020, através da central de atendimento instalada no auditório da Secretaria Municipal de Saúde, bem como os profissionais da Gerência de Atenção Especializada, responsáveis pelo acompanhamento da ação. A Telesaúde praticada pelos mecanismos disponibilizados pela Secretaria de Saúde de Maceió obtiveram uma aceitação muito positiva por parte dos usuários, prática que colaborou para o atendimento a comunidade , com o distanciamento social e com a ação terapêutica e tranquilizadora junto aos usuários do serviço.

PALAVRAS-CHAVE: saúde, atendimento, distanciamento

ABSTRACT: Telehealth is the use of modern information and communication technologies for distance activities related to health at its various levels. It enables interaction between health professionals or between them and their patients, as well as remote access to diagnostic or even therapeutic support resources. With the calamity decree established in Maceió, due to the crisis caused by the spread of COVID-19, the Municipal Health Secretariat sought to implement mechanisms that would meet the demand of the population of the municipality, in an agile, safe and efficient way, seeking above all the effectiveness in patient care, that would allow people not to crowd, while seeking to equip their referral units for flu-like syndromes. The consultations between April and June 2020 were analyzed, through the call center installed in the auditorium of the Municipal Health Secretariat, as well as the professionals of the Specialized Care Management, responsible for monitoring the action. Telehealth practiced by the mechanisms made available by the Maceió Department of Health obtained a very positive acceptance on the part of users, a practice that collaborated to serve the community, with social distance and with the therapeutic and reassuring action with the service users.

KEYWORDS: health, service, distancing

INTRODUÇÃO

A teleconsulta (interação à distância entre profissional de saúde e paciente) é proibida no Brasil pelo Art. 62 do Código de Ética Médica, salvo em situações de emergência, o que é regulado pela Resolução 1.643/02 do Conselho Federal de Medicina.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia de covid-19, confirmada pelo diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em uma coletiva de imprensa. Durante a fala, ele destacou que havia até a data, 118 mil casos em 114 países e que

ISSN 2316-8021

4.291 pessoas perderam a vida por causa da doença. Na última atualização, em 31 de julho de 2020, a evolução dos casos confirmados de pessoas contaminadas por coronavírus no Brasil e no mundo já são 15.763.920 casos de infectados por Covid-19 ao redor do planeta, que resultaram em 637.795 mortes[1].

O termo pandemia é usado para descrever situações em que uma doença infecciosa ameaça muitas pessoas de forma simultânea no mundo inteiro. Um exemplo recente é o da gripe suína, em 2009, à qual é atribuída a morte de centenas de milhares de pessoas, de acordo com a estimativa de especialistas. As pandemias acontecem, em geral, quando há um vírus novo capaz de infectar seres humanos com facilidade e de ser transmitido de uma pessoa a outra de forma eficiente e continuada. O novo coronavírus, pelo que se sabe até agora, tem essas características. Assim, sem uma vacina contra o agente patogênico ou tratamento que possa prevenir a doença, conter a sua disseminação é crucial

Em 22 de abril de 2020, através de edição suplementar do Diário Oficial do Município, o prefeito de Maceió, Rui Palmeira, decretou calamidade pública na capital alagoana e aumentou as medidas para o enfrentamento à pandemia mundial ocasionada pela Covid-19.O Decreto nº 8.869 enfatizou a necessidade de urgência nas medidas para conter a proliferação do vírus, acompanhando os decretos estaduais e o panorama nacional.

Diante da necessidade de oferecer alternativas e atender ao decreto, a Secretaria municipal de Saúde do Município de Maceió-SMS/AL estruturou duas ações para atendimento na modalidade de Telesaúde, objetos deste artigo: o Call Center e o Atende em Casa. A Coordenação de Atenção Especializada da SMS/AL, idealizou o modelo de construir um Núcleo de Telessaúde (NT), ou serviço de Telessaúde, tomando como referencia o Manual de Telesaúde do MS. Segundo o manual, um NT pode ser caracterizado como um serviço de apoio diagnóstico e terapêutico, com ênfase no caráter educativo de suas ações, ao prover apoio assistencial, por meio das teleconsultorias e/ou descentralizando a realização de procedimentos diagnósticos/terapêuticos.

Em uma perspectiva futura, acreditava-se que quando os serviços de Telessaúde ampliarem seu espectro de atuação, poderiam ser caracterizados como 'metasserviços de saúde'. Essa atuação mais ampla implicaria tanto o aumento da quantidade das ações atuais, teleconsultorias e telediagnóstico, como o oferecimento de outras modalidades de ação que intervenham com maior efetividade sobre as práticas dos serviços de saúde, por meio da mudança do processo de trabalho, incluindo ações de regulação do fluxo dos pacientes, assim como intervenções multifacetadas sobre as equipes de saúde (MAZMANIAN; DAVIS, 2002).

Os serviços de Telessaúde utiliza várias tecnologias de comunicação e informação para apoiar o planejamento, monitoramento, avaliação e intervenção nos serviços de atenção primária à saúde, qualificando suas ações assistenciais a fim de ampliar a capacidade de identificação e resolução das necessidades em saúde da população adscrita. Por meio da implantação, manutenção e consolidação de uma ampla rede de comunicação entre os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), os serviços de Telessaúde podem representar o fortalecimento das linhas de união dos pontos assistenciais, sendo estratégia robusta na efetivação das redes de atenção à saúde.

De acordo com Mendes (2011), não há rede sem aproximação entre os profissionais que a compõem. Essa aproximação não necessita ser presencial, podendo ser apenas de comunicação, desde que efetiva e dirigida a resolver os problemas de integração que impedem que as pessoas – os usuários do SUS – obtenham o cuidado certo, no tempo certo, no lugar certo, com o custo certo, com a qualidade certa, de forma humanizada e com equidade. Hoje, ano de 2020, a aplicabilidade da Telessaúde está concretizada e consolidada, com resultados expressivos verificados em Maceió, elemento motivador deste trabalho, que apresentamos as discussões iniciais, pois é um tema que não deve ser esgotado num único artigo, a seguir.

[1] https://www.otempo.com.br/coronavirus, acessado em 31 de julho de 2020, as 20:56.

REFERENCIAL TEÓRICO

TELESSAÚDE

Zundel (1996) relata o primeiro registro do uso de tecnologias para realização de testes diagnósticos em 1950 a partir de um aparelho de fax, em que foi possível a transmissão de um Raio-X para serviços especializados em radiologia nos Estados Unidos. Porém, com os avanços das tecnologias de telecomunicação, mais evidentes na década de 1990, as dificuldades de acesso a exames em áreas remotas foram aos poucos sendo superadas (BRASIL, 2011)

Em 27 de outubro de 2011, Ministério da Saúde Brasileiro utiliza a definição de Telessaúde a qual foi utilizada na composição do Manual de Telessaúde, no qual foi baseada a proposta da SMS/AL na estruturação de suas ações.

O crescimento da telessaúde e a sua importância como ferramenta para dar respostas oportunas já eram fatos reconhecidos, conforme afirma Santos(2014). As tecnologias de informação e comunicação (TIC) contribuem para melhorar o acesso aos cuidados de saúde, a qualidade do serviço, a eficácia das intervenções e, através de treinamento e colaboração, as competências dos profissionais. Portanto, o setor saúde tem um papel importante na discussão sobre as TIC e deve participar do debate sobre as políticas que regem esse setor.

A telessaúde tem potencial para facilitar o acesso aos serviços do sistema de saúde, aumentar a qualidade e contribuir para a formação profissional. No entanto, o seu potencial ainda precisa ser melhor compreendido e a sua incorporação tem sido lenta.

Segundo a OMS a utilização de recursos de telessaúde é abrangente e desigual no mundo. Em regiões menos desenvolvidas e em países com limitada estrutura, tem sido menor do que o previsto e do que é possível. Mesmo atividades já implantadas apresentam utilização abaixo do potencial. Também diferem os conteúdos das aplicações implantadas. Os países mais desenvolvidos são orientados principalmente para o diagnóstico e o controle, enquanto os outros se voltam para a conexão dos serviços básicos com outros níveis de atenção.

Nos países em desenvolvimento, a falha em adotar esse tipo de tecnologia tem sido explicada pela falta de clareza dos benefícios entre os tomadores de decisão, falta de evidência de benefício, restrições financeiras, resistência, falta de experiência e inércia do sistema de saúde. A OMS relata ainda, como barreiras para os países em desenvolvimento, os altos custos, infraestrutura precária e falta de conhecimento técnico. As barreiras nos países desenvolvidos envolvem questões legais de privacidade e segurança, prioridades dos sistemas de saúde e falta de demanda (Santos, 2014).

Em 2010, a OMS orientou os governos para estruturar um plano estratégico em telessaúde, envolvendo desenvolvimento científico e avaliação, investimentos em soluções custo efetivas de telessaúde e medidas para ampliar o conhecimento acerca do papel da telessaúde nos serviços e na formação de profissionais. Entretanto, ainda existem limites no que se refere às políticas inovadoras na área de saúde em ambientes institucionais complexos — e a telessaúde se encaixa nessa categoria. A literatura já apresenta descrições aprofundadas acerca de alguns aspectos da difusão de inovação nas organizações. Para Santos (2014) a telessaúde na América Latina está em processo de organização, com distintos países possuindo projetos nacionais e contando com algum grau de estruturação em fóruns coletivos

O histórico de experiências dos vários Núcleos de Telessaúde no Brasil tem demonstrado que a simples oferta de teleconsultoria não tem levado profissionais a utilizar o serviço. A criação de fluxo compulsório com a utilização de teleconsultoria é uma decisão de gestão, que, apesar de ter que ser participativa, não deve abrir mão de considerar a baixa resolubilidade da atenção básica em saúde a identificação de encaminhamentos desnecessários.

Em seu Art. 2º, a Portaria GM/MS 2.546/11 (BRASIL, 2011) define teleconsultoria como:

> [...] consulta registrada e realizada entre trabalhadores, profissionais e gestores da área de saúde, por meio de instrumentos de telecomunicação

> bidirecional, com o fim de esclarecer dúvidas sobre procedimentos clínicos, ações de saúde e questões relativas ao processo de trabalho [...].

Também é importante considerar que a teleconsultoria é uma estratégia de educação permanente. Por um lado, é responsabilidade do gestor municipal realizar a sua oferta, e, por outro, é atribuição do profissional de saúde realizar atividades para sua qualificação. Outra clareza necessária à implantação do fluxo se refere ao que de fato é compulsório. A obrigatoriedade refere-se à solicitação de teleconsultoria antes do encaminhamento, mas a decisão de seguir com o caso na ABS ou encaminhar para a Atenção Especializada – AE cabe ao médico assistente (que solicitou a teleconsultoria), seja qual for a orientação ou sugestão do teleconsultor. Isto significa que a teleconsultoria não representa uma barreira para o acesso à especialidade, mas, sim, uma ferramenta potencial para qualificação da ABS e do acesso à AE.

teleconsultoria pode ser realizada de duas maneiras: em tempo real, chamada de teleconsultoria síncrona, geralmente realizada por chat, web ou videoconferência; ou ainda assíncrona, quando é realizada por meio de mensagens off-line. Esta última é a mais frequente e comumente envolve assuntos pertinentes à Atenção Primária à Saúde (APS), permitindo, ainda, o requerimento de materiais de leitura/aprendizagem, teórico ou teórico-prático sobre um assunto específico para o desenvolvimento de alguma atividade de interesse (BRASIL, 2012)

As demandas por teleconsultorias síncronas, em geral, envolvem casos clínicos de pacientes ou questões de saúde mais complexas e interdisciplinares e ocorrem em tempo real, após agendamento prévio, através de uma webconferência (BRASIL, 2012).

A biblioteca virtual em Saúde – BVS é uma das ferramentas de educação permanente, entre inúmeras possibilidades de qualificação profissional que a Telessaúde oferece a partir de Educação a Distância (EAD), denominada como tele-educação. Para o MS (BRASIL, 2012), trata-se de uma forma de ensino que permite a aprendizagem, com a mediação humana de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Outro serviço utilizado na prática clínica é o telediagnóstico, definido pelo MS através da Portaria nº 2.546 como uma oferta autônoma que utiliza as tecnologias de informação e comunicação de modo a embasar o diagnóstico através de distâncias geográficas e temporais (BRASIL, 2011). A implantação de serviços de telediagnóstico possibilita a redução dos custos em saúde, promovendo acessibiidade a diagnósticos e tratamentos oportunos, por evitar longos deslocamentos de pacientes e profissionais. Permite, contudo, que o exame complementar seja coletado no âmbito da APS e tenha seu laudo realizado em centros de referência, sem a necessidade da presença do médico especialista no momento da execução do exame (OLIVEIRA, 2010; BRASIL, 2011).

Programas de saúde podem ser avaliados em relação ao processo (por meio de indicadores de oferta, utilização e cobertura), ao resultado (por meio de indicadores de impacto) ou ambos. Além disso, para se afirmar se os ganhos em processo e/ou resultado foram devidos ao programa, podem ser utilizadas inferências de adequação, plausabilidade e probabilidade. Avaliações de adequação indicam se os objetivos do programa foram alcançados; de plausabilidade, se foram alcançados devido ao programa; e de probabilidade, se o programa foi estaticamente efetivo.

A PANDEMIA E A TELEMEDICINA

A Pandemia por Covid-19 exigiu mudanças nos comportamentos e conduções de processos em todo o planeta. Com a assistência médica não seria diferente. O atendimento da população realizado pelas secretarias estaduais e municipais de saúde precisaram se adaptar. E rapidamente.

A principal mudança observada e amplamente divulgada na mídia foi evidente e decorre da necessidade de guardar distância para evitar o contágio. Essa exigência acelerou o processo de aceitação e incorporação dos mais diversos serviços digitais, de entregas de refeições, passando pela

ISSN 2316-8021

intensificação do comércio eletrônico, implantação de novos sistemas de drive thru, consultas online e alterando os protocolos de saúde, com o objetivo de evitar contatos físicos.

Acredita-se que esses hábitos permaneçam o término da pandemia. O uso da telemedicina acelerou o processo de aproximação entre o paciente e a assistência à saúde, por meio das plataformas digitais e uso híbrido das consultas presenciais e à distância.

A telemedicina já estava autorizada no país antes da pandemia, mas não as teleconsultas. A relação direta entre o médico e o paciente ainda estava em processo de regulamentação, o que foi acelerado por meio da Portaria Nº 467, de 20 de março de 2020, emitida pelo Ministério da Saúde, que autorizou a prática no contexto da pandemia. Depois dessa norma, o Congresso votou a Lei Nº 13.989, de 15 de abril de 2020, autorizando a teleconsulta direta durante a pandemia.

Ney Paranaguá (2020), pontua que em situações de urgência com risco de morte ou outros procedimentos nos quais seja exigida a presença física, seja em decorrência de risco à saúde do paciente, seja pela necessidade clínica, a telemedicina não poderá ser adotada, o que evidencia a necessidade do uso híbrido mencionado.

O uso prático da telemedicina nesse cenário deve respeitar alguns critérios e cuidados. As tecnologias mais sofisticadas têm recursos adicionais com o objetivo de garantir a privacidade e a proteção de dados dos envolvidos. Além dos dados cadastrais, é fundamental proteger a própria interação do médico e paciente, que não pode ser acessada por terceiros.

Os quadros clínicos não decorrentes do coronavírus continuam ocorrendo. O paciente que precisa de um acompanhamento pela ocorrência de alguma patologia de natureza crônica, por exemplo, tende naturalmente a preferir o acesso rápido e protegido de uma teleconsulta. A oportunidade de continuar exercendo sua atividade por meio da telemedicina tem enorme impacto positivo na saúde.

O fato, de acordo com Paranaguá(2020), é que a teleconsulta tem potencial de revolucionar o sistema de atendimento, desde que aplicada com efetividade, critério e considerando o modelo híbrido para os casos nos quais o atendimento presencial seja indispensável. Seu uso é uma oportunidade para superar resistências e elaborar métodos e práticas.

Nesse cenário, mais uma vez a tecnologia é uma aliada, pois permite o surgimento de soluções que oferte um novo conceito de assistência à saúde em teleconsulta, uma vez que foi desenvolvida focada na experiência do usuário para que os processos assistenciais e de gestão sejam realizados de forma integrada e segura.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma reflexão baseada em dois caminhos complementares. Uma revisão abrangente da literatura foi realizada com foco nas possibilidades de uso da telessaúde no enfrentamento de epidemias e, sobretudo, na pandemia pela COVID-19. E a seguir foi realizado um estudo descritivo baseado em análise das práticas implementadas nas ações de telessaúde desenvolvidas pela SMS de Maceió. Foi levantada uma série histórica de 04 meses da produção das ações de teleatendimento pelo núcleo estruturado na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, criado durante a pandemia. Os dados foram coletados pelo sistema desenvolvido pela Gerência de Tecnologia da Informação, tendo sido preservadas as informações pessoais dos pacientes. Os pesquisadores atuam como técnicos na Diretoria de Atenção a Saúde- DAS e da Coordenação de Atenção Especializada da SMS; da Agência de Regulação de Serviços Delegados de Maceió e da Universidade Estadual de Alagoas. Foram realizados 2747 atendimentos via Call Center e 743 atendimentos pelo Atende em Casa, coordenados pela SMS de Maceió, no período de abril a julho de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Boletim Epidemiológico do dia (31/07/2020) confirmou mais 749 casos de Covid-19 em Alagoas. Dessa forma, o estado tem um total de 59.725 casos confirmados do novo coronavírus até

o momento, dos quais 6.146 estão em isolamento domiciliar e 253 internados em leitos públicos e privados. Outros 51.757 pacientes já finalizaram o período de isolamento, não apresentam mais sintomas e, portanto, estão recuperados da doença. Há 1.110 casos em investigação laboratorial. Foram registradas mais 13 mortes em território alagoano. Com isso, Alagoas tem 1.567 óbitos por Covid-19 (Alagoas,2020).

Com o objetivo de esclarecer e orientar os maceioenses sobre dúvidas na área de saúde, sejam elas relacionadas ao novo coronavírus e outros assuntos, a Prefeitura de Maceió, por meio da Em Secretaria Municipal de Saúde (SMS), instalou um serviço de Central de Atendimento em 20 de Março de 2020. O Call Center da Saúde, pelo telefone 156, funciona das 7 h às 19h. Os atendimentos serão realizados por médicos e enfermeiros, que serão os responsáveis por atender e tirar as dúvidas dos usuários, seguindo o protocolo existente no Município.

A intenção dos gestores da SMS foi de que a iniciativa reduzisse o número de pessoas expostas à contaminação da covid-19. "Nossos usuários, muitas vezes, só precisam de uma orientação. Com o call center teremos especialistas prontos para atender e auxiliar as pessoas, sinalizando como agir em cada situação", disse o gestor da pasta.

"O nosso objetivo é fazer com quem as pessoas só se direcionem às unidades se, realmente, houver necessidade. Então, esses profissionais estarão à disposição para ajudar a população neste sentido", esclareceu a secretária-adjunta de Saúde, Nadja Tenório.

No dia 20 de maio de 2020, com o objetivo de ofertar mais uma ferramenta de assistência à população no combate ao novo coronavírus, a Secretaria Municipal de Saúde implantou o Atende em Casa Covid-19, serviço de teleorientação, para usuários de Maceió. O sistema, que atuará junto ao Call Center da Saúde na orientação dos usuários, pode ser acessado por um smartphone ou computador por meio do link https://www.atendeemcasa.maceio.al.gov.br/, de segunda a sexta-feira, das 7 h às 19h.

Ao acessar a plataforma o paciente insere informações pessoais e inicia o atendimento assinalando os sintomas que apresenta. Dependendo dos sintomas do paciente, o próprio aplicativo já passará as orientações, sejam referentes ao isolamento social ou medidas de segurança e higiene. Caso sejam necessárias orientações mais específicas, o usuário será direcionado para uma tela e aguardará o atendimento médico. O profissional terá acesso aos sintomas do paciente e realizará o atendimento, que pode ser por vídeo ou apenas áudio.

O coordenador-geral de Tecnologia e Comunicação da SMS, José Rômulo Ribeiro, ressalta que a intenção é evitar que a população procure as unidades de saúde desnecessariamente durante a situação de emergência causada pela pandemia de Covid-19. "A ferramenta, que pode ser acessada por celular ou computador, é indicada para os pacientes que apresentem sintomas gripais, que podem ser causados pelo novo coronavírus ou pelo vírus Influenza, por exemplo".

De 80 a 90% dos atendimentos realizados pelos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, tanto pelo call center como pelo Atende em Casa, relataram na pesquisa de satisfação ao final das ligações ou pelo aplicativo, estarem satisfeitos com o atendimento e orientações recebidas.

Os profissionais relataram que, no início, apenas com o call center, chegavam a realizar mais de 100 atendimentos telefônicos no dia, onde muitos deles eram de usuários aflitos, ansiosos e preocupados com a situação da pandemia. Com a intensificação das informações à sociedade pela mídia em geral, e devido as medidas de segurança implementadas pelo governador e prefeito do Estado de Alagoas e Município de Maceió, as ligações passaram a ser realizadas por pessoas que possuíam familiares doentes, ora por pessoas que já esperavam o tempo de observação necessário para realizarem os testes rápidos, e outras ainda para monitoramento dos sintomas, pois já estavam sintomáticas confirmadas.

Isso demostra que ao uso da tecnologia principalmente através da disseminação de informações pelas redes sociais impactaram significativamente no acesso à informação para a população de Maceió. Em reportagem no veículo televisivo nacional, Alagoas foi um dos Estados onde os casos de Covid-19 podem ser considerados estáveis, ou seja, sem aparecimento de novos casos.

A aceitação e a efetividade do uso de tecnologias para o atendimento a população, a Gerência de Imunização da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) iniciou o uso de mais uma ferramenta digital para o acompanhamento de doses aplicadas e do público que será atingido nessa próxima campanha: o Cadastro de Vacinação de Idosos Acamados. A ferramenta foi criada pela Gerência de Desenvolvimento de Softwares da Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) da SMS, onde um novo sistema foi desenvolvido especificamente para o cadastramento de idosos acamados, acima dos 60 anos, que serão imunizados durante a Campanha contra a Influenza 2020. A nova ferramenta ficará instalada no Portal de Serviços da SMS e terá acesso restrito à equipe da Gerência de Imunização do município, por meio de login e senha, tanto para a inserção de números e informações quanto para a visualização de relatórios.

Os profissionais envolvidos nas ações de teleatendimento na SMS de Maceió acreditam que tanto o Call Center quanto o Atende em Casa contribuíram significativamente para o não aumento dos casos de covid-19 no Município, permitindo que as pessoas fossem atendidas em casa, evitando aglomerações e contaminações das mesmas em caso de saída de suas residências.

CONCLUSÃO

Este relato pretendeu apresentar as medidas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, SMS, para o atendimento da população através de ferramentas como o Call Center e o Aplicativo desenvolvido internamente para teleconsulta.

O fato confirmado é de que a partir do uso de tecnologia em práticas de saúde para o atendimento da população para evitar as aglomerações por conta do Covid-19 , trouxe para a prática médica a confirmação de que a tecnologia consolida-se como uma ferramenta valiosa e indispensável para formação, atualização e ampliação da prática profissional em saúde. No segundo menor Estado da federação, Alagoas pode desenvolver ações na saúde utilizando a tecnologias de comunicação pode auxiliar a identificação dos casos potenciais de covid , encaminhando os pacientes para uma Unidade de Referência em Síndrome Gripal mais próxima da residência do mesmo.

A utilização dos serviços da Telessaúde, e outras terminologias afins, emergem como novos instrumentos significativos para transpor as barreiras culturais, socioeconômicas e geográficas para os serviços e informação em saúde, principalmente na assistência remota e disseminação de informação, evitando a locomoção para os centros de referência. Os serviços de atendimento a distância ainda precisam avançar muito, mas neste curto espaço de tempo pode-se inferir que em Alagoas, os mesmos vêm se configurando como uma excelente oportunidade para atendimento a população. As práticas de Telessaúde vêm crescendo em todo o País, ampliando as discussões que devem ser pautadas em critérios éticos e legais, favorecendo o aumento de publicações do setor.

Para isso, faz-se necessária a continuidade das pesquisas nas práticas que estão sendo desenvolvidas em todo o País e posterior disseminação das mesmas, buscando o aperfeiçoamento de novos modelos de ferramentas e metodologias, visando fortalecer as ações da Telessaúde como instrumento transformador da realidade da saúde pública brasileira.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Telessaúde para Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em:. Acesso em: 01 nov. 2013.
2. _____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.546, de 27 de outubro de 2011. Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes). Brasília, DF, 2011. Disponível em:. Acesso em: 01 nov. 2013.

3. *Boletim epidemiológico*. https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Informe-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-n%C2%BA-147-31-7-2020.pdf. Acesso em: 31 de julho de 2020.

4. MAEYAMAI, Marcos Aurélio; CALVO, Maria Cristina Marino. A Integração do Telessaúde nas Centrais de Regulação: a Teleconsultoria como Mediadora entre a Atenção Básica e a Atenção Especializada. *Revista Brasileira de Educação Médica. RBEM42_N02-Miolo.indd 64*.Vl.42, nº02, 6-71, 22 de abril de 2008.

5. OLIVEIRA, D. G. Análise do grau de implantação da Telessaúde na Estratégia Saúde da Família em Pernambuco: estudo de casos. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2010. Disponível em: http://www.saudeemdebate.org.br. Acesso em: 02 julho. 2020.

6. OLIVEIRA, L. S. et al. *Acessibilidade a atenção básica em um distrito sanitário de Salvador*. Ciênc. saúde coletiva, v. 17, n. 11, p. 3047-3056, 2012. Disponível em:http://www.revsaudecoletiva.com.br. Acesso em: 18 julho. 2020.

7. PARANAGUÁ, Ney. *Teleconsulta em tempo de pandemia*. https://saudebusiness.com/ti-e-inovacao/teleconsulta-em-tempo-de-pandemia/ Acesso em: 9 de julho de 2020

8. *Painel Covid-19 em Alagoas*. http://www.dados.al.gov.br/dataset/painel-covid19-alagoas. Acesso em: 31 de julho de 2020

9. Santos AF, D'Agostino M, Bouskela MS, Fernandéz A, Messina LA, Alves HJ. *Uma visão panorâmica das ações de telessaúde na América Latina*. Rev Panam Salud Pública. 2014;35(5/6):465–70.

ISSN 2316-8021

O uso das tecnologias auxiliadoras à saúde: desafios e benefícios
The use of technologies aid to health: challenges and benefits

Elis Nayara Lessa de Barros, Pauliana Santos de Farias, Mozart de Melo Alves Junior, Alessandra Nascimento Pontes, Ana Karla Rodrigues Lourenço, Jaqueline Maria da Silva

RESUMO: No âmbito da saúde, o uso de tecnologias constitui-se em processos concretizados que são derivadas de pesquisa para o desenvolvimento de um conjunto de atividades, que possui como finalidade gerar conhecimentos e aplicar nos processos transformando a utilização empírica em uma abordagem científica. Nesta perspectiva, as tecnologias então, possui um conjunto de aparatos com o objetivo de promover a saúde, prevenir e tratar as doenças e reabilitar as pessoas incorporadas ao cuidado. O presente estudo tem por objetivo descrever os desafios e benefícios das tecnologias auxiliadora aplicada na assistência à saúde, a partir do contexto, bem como discutir a aplicabilidade das tecnologias no cuidado sob a perspectiva que busca contribuir para o conceito de assistência segura na cultura dos profissionais de saúde, fortalecendo a qualidade da assistência. Além disso, servirá como estímulo para o desenvolvimento de futuros estudos sobre o tema. Inicialmente, procedeu-se a busca aleatória de artigos científicos e livros por meio de busca eletrônica. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão de literatura, com abordagem qualitativa, de discentes do Curso de Enfermagem, realizada na Biblioteca Virtual em Saúde, no período de junho a agosto de 2020, que selecionou vinte e cinco publicações para compor o estudo, das quais abordam as os desafios e benefícios no qual aludem o uso da tecnologia na assistência ao cuidado em saúde e enfermagem de forma ampla, não se evidenciando um foco de aplicação. Essas publicações definem conceitos e explicitam os tipos de tecnologias mais utilizados. Assim, a discussão em torno das tecnologias de cuidado se faz relevante na busca pela obtenção de melhores resultados quando gerencia o cuidado com o recurso tecnológico que mais contribuiu para o benefício do paciente. Com isso é necessário efetivar a utilização das tecnologias em saúde adequada para cada estação do cuidado, reduzindo as deficiências encontradas e despertando o interesse para as tecnologias eficazes e com maior número de benefícios às quais se mostram essenciais para a plena recuperação da clientela.

PALAVRAS CHAVES: Tecnologias; Ensino; saúde; benefícios.

ABSTRACT: In the field of health, the use of technologies is constituted in concrete processes that are derived from research for the development of a set of activities, whose purpose is to generate knowledge and apply it in the processes, transforming the empirical use into a scientific approach. In this perspective, the technologies then have a set of devices in order to promote health, prevent and treat diseases and rehabilitate people incorporated into care. The present study aims to describe the challenges and benefits of auxiliary technologies applied to health care, from the context, as well as discuss the applicability of technologies in care from the perspective that seeks to contribute to the concept of safe care in the culture of professionals health, strengthening the quality of care. In addition, it will serve as a stimulus for the development of future studies on the topic. Initially, a random search of scientific articles and books was carried out by means of electronic search. It is a descriptive study, of the literature review type, with a qualitative approach, of students of the Nursing Course, held at the Virtual Health Library, from June to August 2020, which selected twenty-five publications to compose the study, of which address the challenges and benefits in which they allude to the use of technology in healthcare and nursing care in a broad way, with no evidence of an application focus. These publications define concepts and explain the types of technologies most used. Thus, the discussion around care technologies is relevant in the search for better results when managing care with the technological resource that most contributed to the patient's benefit. Thus, it is necessary to use the appropriate health technologies for each care station, reducing the deficiencies found and awakening interest in

effective technologies and with a greater number of benefits, which are essential for the full recovery of the clientele.

KEYWORDS: Technologies; Teaching; health; benefits.

INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia como instrumento de aprimoramento na saúde, vem se tornando cada vez mais necessário com o intuito de colaborar com a construção do conhecimento. Assim, a tecnologia trata-se a algo que desenvolvido para facilitar a realização de uma atividade, bem como viabilizar o entendimento e aplicação de uma ação, envolvendo conhecimento técnico e científico, e a aplicação deste conhecimento através de sua transformação no uso de ferramentas, processos e instrumentos criados e/ou utilizados a partir deste conhecimento. Na saúde, é aplicado pelo conhecimento que permite a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças, e a reabilitação de suas consequências (SANTOS, 2016).

A história da humanidade, permeia com o uso da tecnologia acompanhando as civilizações desde do momento em que desenvolveu técnicas para facilitar suas rotinas na vida diária. Dessa forma, o conjunto tecnológico representa um arsenal de atividades associadas a símbolos, instrumentos e máquinas, visando à construção de obras e fabricação de produtos, segundo teorias, métodos e processo. De acordo, com a etimologia, "tecno" vem do grego techné, referindo-se ao saber fazer, e "logia" advém do sufixo, também grego, logos, significando razão. Entende-se assim, que tecnologia se refere à razão do saber fazer (SHOJI et al., 2017).

Atualmente, dispomos de uma grande quantidade de recursos tecnológicos que podem contribuir para uma prática mais segura e de qualidade nos cuidados com a saúde, um fenômeno complexo que gera reflexões e discussões cotidianas entre os profissionais de saúde envolvidos no cuidado ao paciente. Na busca pela obtenção de melhores resultados a despeito da crescente complexidade, associa-se ao aprimoramento profissional o incremento da participação promovendo um cuidado sistematizado e de qualidade (MOREIRA et al., 2017) .

Os desafios e necessidades dos sistemas de saúde são numerosos e diversos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as Tecnologia em Saúde constituem um componente essencial dos sistemas e na aplicação de conhecimentos e habilidades sendo que o mesmo deve garantir o acesso equitativo a tecnologias que têm qualidade, segurança, eficácia e custo-efetividade comprovados, é organizado na forma de dispositivos, medicamentos, vacinas, procedimentos e sistemas desenvolvidos para resolver um problema de saúde e melhorar a qualidade de vida (SILVA et al., 2019).

A inovação na área da saúde é um campo em expansão, com possibilidades muito promissoras, induzindo ao pensamento sobre alguns aspectos inerentes que são fundamentais na interface com o debate tecnológico, isso porque as tecnologias atuais e futuras podem ser aplicadas no dia a dia em diferentes campos de assistência ao paciente, como: clínicas, consultórios e hospitais. Nesta perspectiva, as tecnologias então, possui um conjunto de aparatos com o objetivo de promover a saúde, prevenir e tratar as doenças e reabilitar as pessoas incorporadas ao cuidado, a partir do seu correto manuseio, comunicam informações importantes na tomada de decisão (GOMES et al., 2017).

As inovações na área da saúde foram sempre marcantes ao longo da nossa história. Atualmente, por exemplo, um transplante seria algo banal na população, um tipo de procedimento que a humanidade sequer imaginava até boa parte do século XX. As novas tecnologias, favorecem o desenvolvimento técnico-científico da sociedade, razão pela qual devem ser assimiladas no processo de ensino-aprendizagem; além disso, funcionam como estratégias que permitem o empoderamento no cuidado da sua própria saúde. Assim, as inovações na área da saúde representam uma série de benefícios, tanto para os profissionais do setor quanto para pacientes e a sociedade em geral. (AMORIM et al., 2018).

Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é descrever os desafios e benefícios das tecnologias auxiliadora aplicada na assistência à saúde, a partir do contexto, bem como discutir a aplicabilidade das tecnologias no cuidado sob a perspectiva que busca contribuir para o conceito de assistência segura na cultura dos profissionais de saúde, fortalecendo a qualidade da assistência. Além disso, servirá como estímulo para o desenvolvimento de futuros estudos sobre o tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

As tecnologias fazem parte de processos concretizados a partir da experiência cotidiana do cuidar em saúde e, são derivadas de pesquisa científica, imprescindível no desenvolvimento principalmente na área de Educação em Saúde, visto que estas tentam superar o modelo tradicional para o foco da coprodução de saber e autonomia para o desenvolvimento de um conjunto de atividades produzidas e controladas pelos seres humanos. Então, as tecnologias possuem como finalidade gerar e aplicar conhecimentos, dominar processos e produtos e transformar a utilização empírica, tornando-a uma abordagem científica (GONÇALVES et al., 2020).

A evolução destas tecnologias de entretenimento e comunicação que surgiram nas últimas décadas, tem provocado a mudança de paradigmas na sua forma de utilização e como tais inovações se fazem e podem se fazer presente no cotidiano dos indivíduos, os seguimentos da área da saúde tem sido palco de grandes avanços científicos por meio do uso de técnicas e tecnologias cada vez mais modernas e sofisticadas. É grande o desafio do Sistema de Saúde para aprimorar e, sobretudo, garantir a incorporação e difusão das tecnologias em saúde, principalmente devido à realidade limitada de recursos econômicos necessários para o projeto, implementação e implantação destes elementos (DO NASCIMENTO NETO, 2020).

Com a limitação dos recursos econômicos nas últimas décadas, o surgimento contínuo de inovações tecnológicas tem levado a preocupações frequentes com o aumento dos gastos em saúde. A limitação de recursos, em face do constante progresso científico, tem tornado o processo de avaliação da demanda por incorporação dessas novas tecnologias um processo indispensável aos sistemas de saúde. No Brasil, o crescimento do interesse por esse campo de conhecimento vem ocorrendo no contexto do processo de institucionalização da Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (PNGTS) (CAMPOLINA et al., 2017).

A Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (PNGTS) “é o instrumento norteador para os atores envolvidos na gestão dos processos de avaliação, incorporação, difusão, gerenciamento da utilização e retirada de tecnologias no Sistema”.

O documento é resultado de discussões no âmbito da Comissão de Elaboração da Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde - Portaria n° 2.510/ GM de 19 de dezembro de 2005 - formada por diferentes segmentos da sociedade e coordenada pelo Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) em parceria com a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e de Consulta Pública divulgada por meio da Portaria n° 2.480/GM de 13 de outubro de 2006 (BRASIL, 2010, p.7).

Assim, a inclusão de novas tecnologias sejam equipamentos, relações ou ferramentas gerenciais, mudam também os interesses pessoais, os modos de pensar e de viver. Minimamente, há uma expansão do conhecimento, habilidades, intuição, emoção, sensações, razão e sensibilidade enquanto instrumentos de fortalecimento da enfermagem. Isto é o que a sociedade moderna exige: um profissional crítico- reflexivo, criativo e com capacidade de aprender a aprender e de trabalhar em grupo (SILVA, 2017).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma revisão de literatura científica. Questiona-se através da pergunta norteadora “Quais os desafios e os benefícios na aplicabilidade das tecnologias em saúde? ”. Nesse sentido, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio das fontes de pesquisa disponíveis

ISSN 2316-8021

nas bases de dados: Pubmed, MEDLINE e Scientific Eletronic Library Online (Scielo). Utilizaram-se os descritores em ciências da saúde (Decs), como estratégias de busca: Tecnologia, saúde, enfermagem, associado aos operadores booleano "AND". Considerou-se como critérios de inclusão: Periódicos disponíveis na íntegra e gratuitos, que responderam ao objetivo proposto. Critérios de exclusão: Duplicidade nas bases de dados, teses e capítulos de livro. Foram localizados 113 artigos, destes 54 foram excluídos por duplicidade de publicação, resultando em 54 estudos originais dos quais foram lidos os títulos, resumos e os que não correspondiam ao tema, excluídos 9 e selecionados 25 artigos para compor o estudo, abrangendo o período de 2016 a 2020 que possuíam relevância temporal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução tecnológica inaugura novas realidades, exigindo o constante re-desenho de arcabouços legais e éticos capazes de manejar situações inéditas (ROCGA et al., 2016). Sendo que permitirá o tratamento de pacientes, trazendo à tona o debate sobre como eventuais erros serão tratados, assim a oferta de cuidados em saúde poderá assumir uma perspectiva global e exigir regulação em termos éticos.

As principais características das publicações captadas são apresentadas no Quadro 1, no qual se explicita, os descritores utilizados, o título da obra, o objetivo de estudo, o tipo de estudo, a base de dados onde foi coletada, o ano de publicação, bem como os autores responsável pela pesquisa.

Quadro 1. Características dos artigos integrados na análise bibliográfica.

Descritores	Tema	Objetivo	Tipo de estudo	Base de dados	Ano de publicação	Autores
Impressora 3D, Saúde, Patentes, Inovação.	Inovações tecnológicas da impressora 3D aplicada à saúde	Apontar as inovações da impressora 3D aplicada à saúde por meio de indicadores tecnológicos inerentes às patentes.	Revisão Integrativa	MEDLINE	2019	MARQUES, L.G.A., NETO, R.C.S., LINS, R.A., GUIMARÃES, M.C.S.
Designe; Designe de produto; Design social; Tecnologia assistida; órteses; impressão 3D.	O uso de impressão 3D no auxílio às pessoas usuárias de órteses: um projeto de design focado em tecnologia assistida	Investigar como o design pode, por meio da tecnologia assistida e com o uso da impressão 3D, produzir órteses para o uso em pacientes que necessitem de tratamento com esse equipamento.	Revisão integrativa	MEDLINE	2018	MALLMANN, T.S.
Maneira de andar; Equilíbrio Postural; Atividades do	Realidade virtual para reabilitação na	Resumir as melhores evidências atuais para a eficácia das intervenções	Revisão sistemática	MEDLINE	2016	DOCKX, K., BEKKERS, E.M.J., VAN, DEN

dia a dia; Doença de Parkinson; reabilitação; Modalidades de Fisioterapia; Qualidade de vida; Ensaios clínicos randomizados como tópico; Terapia de exposição à realidade virtual	doença de Parkinson	de RV para a reabilitação de pessoas com doença de Parkinson (DP).				BERGH V., GINIS, P., ROCHESTER, L., HAUSDORFF, J.M., MIRELMAN, A., NIEUWBOER, A.
Jogos de Vídeo; Realidade Virtual; Terapia de Exposição à Realidade Virtual; Terapia Ocupacional.	A realidade virtual e seu uso como recurso terapêutico ocupacional: revisão integrativa	Analisar como a Realidade Virtual vem sendo utilizada nos processos terapêuticos ocupacionais, a partir de publicações nacionais, com o uso desta abordagem, nos últimos anos.	Revisão integrativa de literatura	SCIELO	2016	CAIANA, T.L.C., NOGUEIRA, D.L., LIMA, A.C.D.,
Realidade virtual; terapia; fobia, VRET; análise do comportamento.	Estratégias de terapias de exposição à realidade virtual: uma revisão discutida sob a ótica analítico-comportamental	Investigar como se caracterizam os procedimentos terapêuticos dos estudos em que foi realizada a VRET no tratamento de fobias e quais as semelhanças e/ou diferenças deles com o modelo de intervenção analítico-comportamental.	Revisão Bibliográfica	SCIELO	2016	HAYDU, Verônica Bender; KOCHHANN, Joseani; BORLOTI, Elizeu.
Monitoramento da atividade humana Interface; Homem-Computador; Sensores	Tendência crescente de wearables e interface multimodal para	Revisar as tendências crescentes de dispositivos portáteis e a necessidade de reconhecimento	Revisão integrativa	PUBMED	2017	LI X., DUNN, J., SALINS, D., ZHOU, G., ZHOU, W., SCHÜSSLER-

vestíveis; Sensores inteligentes; Interface multimodal; Biomédica; Arquitetura de controle compartilhado.	monitoramento de atividades humanas: uma revisão	multimodal para o monitoramento contínuo ou descontínuo da atividade humana, sinais biológicos como eletroencefalograma (EEG), eletrooculograma (EOG), eletromiograma (EMG), Eletrocardiograma (ECG) e parâmetros juntamente com outros sintomas.				FIORENZA ROSE, S.M., ET AL.
Biossensores; Wearable; Inovação.	Saúde digital: rastreando fisiomas e atividades usando biossensores vestíveis revela informações úteis relacionadas à saúde	Investigar o uso de dispositivos portáteis para (1) registrar com facilidade e precisão as medidas fisiológicas em indivíduos em tempo real (ou em (2) quantificar padrões diários e revelar respostas fisiológicas interessantes para Diferentes ciclos circadianos e condições ambientais.	Estudo de campo	MEDLINE	2017	KUMARI, P., MATHEW, D.L., SYAL, D.P.
Cirurgiões laparoscópia; robóticos de alto volume.	Comparações de resultados entre cirurgiões robóticos e laparoscópicos de alto volume em um grande sistema de saúde	Avaliar os resultados das operações colorretais realizadas por cirurgiões com maior experiência em robótica e laparoscopia em um grande sistema de saúde.	Revisão Integrativa	MEDLINE	2017	MAUREEN, D., MOORE, M.D., CHEGUEVERA AFANEH, M.D., KATHERINE, D. GRAY, M.D., SURAJ

ISSN 2316-8021

						PANJWANI, M.B.B.S., THOMAS, J., FAHEY III, M.D., ALFONS POMP, M.D., RASA ZARNEGAR, M.D.
Nissen Fundoplicatio n; Assistência Nível de treinamento; Antireflux Robô.	O impacto da plataforma robótica na variabilida de assistente em cirurgia gastrointes tinal complexa	Determinar o impacto do nível de treinamento de assistente nos tempos operatórios na fundoplicatura robótica de Nissen (RNF) e na fundoplicatura laparoscópica de Nissen (LNF).	Estudo de campo	MEDLIN E	2017	RASHIDI, L., NEIGHOR N, C., BASTAWR OUS, A.,
Big Data; Healthcare; Sistemas de Informação; tomada de decisão; Análises.	Big Data em Healthcare – um Estudo Bibliométri co	Apresentar o estado da arte acerca do Big Data no contexto de Healthcare.	Estudo bibliométric o	SCIELO	2019	PACHECO, R.R., SILVA, T.R., FRANCO, G.F., MARIANO, A.M., REIS, A.C.B.
Saúde; Big data; Pesquisa médica; Dispositivos; Ética; Autodetermina ção.	Questões tecnológicas , éticas e normativas da proteção de dados pessoais na área da saúde em um contexto de big data	Analisar as especificidades dos dados da área da saúde e a repercussão do seu uso em função das formas contemporâneas de coleta, de armazenamento, de tratamento, de manipulação, sobretudo em um contexto de big data.	Revisão Bibliográfic a	SCIELO	2019	SARLET, G.B.S., MOLINARO , C.A.

Fontes: Pubmed, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências na Saúde (LILACS) e Scientific Eletronic Library Online (Scielo).

Identificamos 5 tipos de tecnologias que se faz presente e em grande apreciação na área da saúde, bem como numa ótica multiprofissional essas tecnologias estão em ascensão, destacado são especificidade, necessidade e alcance quando precisamente, destacado os problemas existenciais, sejam elas físicos, mentais e sociais.

Paralelamente à existência de novas tecnologias e sua inserção do dia a dia, teremos pacientes cada vez mais informado e participativo, o que vai colocar pressão no sistema e nos profissionais de saúde, antecipando-se que os médicos passem a ter um maior papel na prevenção, e que os Sistemas de Saúde criem as condições para uma partilha de dados segura, ao mesmo tempo que investem mais na prevenção.

Tendo em consideração este contexto, em que existe um maior foco na prevenção e no uso de soluções digitais, é importante destacar quais as tecnologias existenciais até então considerados exemplos reais que está ocorrendo mudanças constantes em nosso meio, principalmente na área da saúde, em termos de avanço e inovação tecnológica.

Aparte das seleções dos artigos (tabela 1), pudemos descrever quais foram as limitações e benefícios que retratam as tecnologias vigentes, pois existem parâmetros de qualidade e eficiência que como qualquer produto resultado de uma ação ou cuidado em saúde seja produzido, ele é analisado minuciosamente, a fim de não haver a produção necessária sem antes uma qualificação.

Diante dos artigos listados no Quadro 1, foi possível apontar quais os desafios e benefícios destas tecnologias, como está descrito no Quadro 2.

Quadro 2. Desafios e benefícios dos 5 tipos de tecnologias.

Tipos de tecnologias	Desafios	Benefícios
Impressões 3D	Dentre os países que se destacam em gerar inovação com a impressão 3D, a China lidera o ranking e apresentou um elevado número de patentes aplicado a tecidos humanos feitos com esse tipo de impressora. É notório que as diversas áreas do conhecimento estão pesquisando a técnica da impressão 3D com suas aplicações e que estão se expandindo para os diversos setores da economia. Diante disso o mercado de impressão 3D e suas patetes só se mostrar alavancar a parte do momento em que há, é o vencimento de algumas patentes, que está atraindo para o setor novos investidores e desenvolvedores, tornando-se possível haver uma maior gama de pesquisas sem que os valores estejam elevados, sendo eles e mais acessíveis. Contudo mesmo diante disso, ainda é uma tecnologia bastante cara, exigindo conhecimentos técnicos que não estão ao alcance de qualquer utilizador, sendo que para trabalhos mais elaborados exigem impressoras mais complexas (MARQUES et al., 2019; MALLMANN, 2018).	Dentre seus benefícios que são inúmeros, entre elas está à redução do tempo e do custo, a tecnologia aplicada é relativamente rápida, evita prejuízos, e diminui as falhas no produto, apresenta maior qualidade e melhores resultados, garantindo melhor prognóstico a muitos pacientes e proporcionando melhor qualidade de vida. Devido o seu desempenho em personalização em adequar à anatomia do paciente, com maior leveza, conforto e facilidade de higienização, promovendo a adesão ao tratamento e recuperação do usuário, bem como diminui riscos de inflamação e proliferação de bactérias (MARQUES et al., 2019; MALLMANN, 2018).
Simulação	Essas revisões concluíram que o	Realidade Virtual podem causar na

ISSN 2316-8021

realística	exercício de RV é viável, mas não chegaram a conclusões sobre a eficácia da reabilitação motora devido ao número muito pequeno de ensaios incluídos. As evidências disponíveis comparando RV (realidade virtual) com intervenções de controle passivo foram mais limitadas. Sendo assim necessários estudos adicionais de alta qualidade e em larga escala para confirmar esses achados. Atualmente, apenas alguns estudos foram realizados, dificultando a generalização dos achados. Mais estudos são necessários para confirmar e expandir a base de evidências de RV (DECKX et al., 2016; CAIANA et al., 2016; HAYDU et al., 2016).	saúde – tais como aspectos de adaptabilidade e funcionalidade para os pacientes – até a avaliação dos componentes de desempenho de cada pessoa (cognitivo, motor, dentre outros), na utilização dos equipamentos. Acredita-se que a ênfase maior se dá na avaliação pelo recente uso do método nas intervenções, tendendo-se a avaliar e certificar o benefício para então intervir. Somente esse processo amplo permitirá que análises mais específicas sejam feitas para alterar antecedentes e/ou consequentes ao comportamento sob a análise e, assim, e somente assim, modificar formas de interação que favorecerão a melhora do cliente (DECKX et al., 2016; CAIANA et al., 2016; HAYDU et al., 2016).
Wearables	Esses biossensores portáteis fornecem informações úteis para monitorar atividades pessoais e fisiologia e provavelmente desempenham um papel importante no gerenciamento da saúde e no acesso a serviços de saúde. É uma Plataforma Integrada em pequenos dispositivos para proporcionar conforto aos pacientes, pelo seu bem-estar e vida independente. Contudo ainda assim, eles não são muito rentável e eficiente de todos os aspectos, o que motivam o desenvolvimento de novos wearables com novas técnicas que podem ser aplicáveis em sistemas de saúde, mas que pra isso ainda precise ser avaliado, em termos de pesquisas, pois há ainda poucos estudos voltados na área da saúde (LI et al., 2017; KUMARI et al., 2017).	Uma nova onda de biossensores portáteis permite a medição frequente da fisiologia relacionada à saúde. Essa tecnologia de reconhecimento de atividades é uma das tecnologias que se mostra positivamente presente diante de usa facilidade na aplicabilidade em termos de sociedade e economia. Podem ajudar no monitoramento do bem-estar de pessoas sejam elas adultas ou idosas que vivem sozinhos, monitorando discretamente suas atividades diárias. Isso pode fornecer a assistência necessária em momentos de necessidade ameaçadora, o que é crucial para o avanço do diagnóstico e tratamento da doença. Podendo ser usado uma arquitetura de controle compartilhado com interface multimodal para aplicação em ambientes mais complexos, onde um número maior de comandos deve ser usado para controlar com melhores resultados em termos de controle (LI et al., 2017; KUMARI et al., 2017).
Cirurgia Robótica	A introdução de novas tecnologias constantemente gera controvérsia, pois tal tecnologia pode oferecer promessas de procedimentos	A técnica robótica oferece vantagens e benefícios únicos, como plataforma educacional e potencialmente, aumentando o número de estagiários

ISSN 2316-8021

	melhores ou mais seguros para os pacientes, mas muitas vezes são compensadas por preocupações em relação a custo e segurança. O que gera uma perspectiva crítica na implementação de novas tecnologias, que é a curva de aprendizado. Devendo ser mostrado para ser rentável, ou seja, mais acessível para aquele estudante que irá controlá-lo, pois devido a seu alto custo muitos não possuem acesso, o que é preciso ter praticidade e conhecimento ao manusear esse tipo de tecnologia, antes de ser utilizada no campo cirúrgico real (MAUREEN et al., 2017; RASHIDI et al., 2017).	em sua participação sem comprometer os resultados perioperatório. A plataforma permite que o cirurgião assistente use na tela Indicadora para descrever a anatomia vital do estagiário durante a operação. Em segundo lugar, permite ao cirurgião responsável transitar rapidamente o controle para o trainee em vários pontos da operação sem comprometer a exposição ou controle do campo operatório (MAUREEN et al., 2017; RASHIDI et al., 2017).
Big date	O Big Data refere-se a uma plataforma capaz de recolher e partilhar dados, potenciar a existência de uma enorme quantidade de informação que permitirá diagnóstico mais preciso e uma melhor definição de terapias. Neste contexto, deve salientar que a utilização de Big Data está ainda no começo. Alguns estudos tratam a respeito dos desafios relacionados à temática em questão, tais como: a privacidade dos dados, uma vez que a plataforma de armazenamento passa a ser a nuvem, o risco e a falta de profissionais qualificados para tratamento dos dados e a falta de investimento em arquiteturas e tecnologias de ponta (PACHECO et al., 2019; SALET e MOLINARO, 2019).	Em se tratando de benefícios, o Big Data pode favorecer no processo de tomada de decisão e resolução de problemas. Pode-se citar a personalização da assistência à saúde como uma das inúmeras vantagens da aplicação do Big Data no setor de saúde. Também depreende-se da análise a possibilidade de redução de custos em serviços e tratamento de pacientes de alto risco e a capacidade de realização de análises preditivas por meio do uso de máquinas inteligentes (PACHECO et al., 2019; SALET e MOLINARO, 2019).

A incorporação de tais tecnologias são desafios para a popularização, contudo, não são intransponíveis. Os impactos oriundos da popularização dessas tecnologias mudarão a forma como os serviços de saúde são ofertados, e os pesquisadores em saúde se confrontam com esses novos desafios em um futuro breve. Sendo necessário o domínio não somente de conteúdos de saúde, mas também de saberes relacionados à mineração de dados, ciência da computação, economia da saúde, epidemiologia e naturalmente, Saúde Pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, observa-se que em âmbito mundial, os sistemas de saúde, na tentativa de melhorar a eficiência, vem adotando estratégias, fazendo uso das tecnologias, auxiliando assim a saúde em vários seguimentos. Logo, essas novas estratégias que complementam a realidade dos serviços, os desenvolvimentos de novas ferramentas são fundamentais para a assistência da saúde.

É conhecido que as diversas áreas do conhecimento estão pesquisando meios alternativos, que produzam cada vez mais resultados satisfatórios, e essa rápida evolução em termos de tecnologia estão sendo capaz de sanar com precisão, que foram analisados nos referentes estudos, possibilitando que equipamentos, que antes eram vistos como meio de inclusão digital e divertimento, hoje se conectam aos aspectos de promoção de saúde e prevenção de riscos, para diferentes tipos de tratamentos e faixas etárias.

No campo amplo da saúde vem crescendo e se consolidando, mas que ainda existe a necessidade de ser estimulada no meio científico da área profissional específica, evidenciando essas práticas vivenciadas, sejam elas individualmente ou em equipes, através de publicações científicas e relatos metodológicos mais profundos que comprovem sua efetividade com exatidão.

REFERÊNCIAS

1. AMORIM DNP, SAMPAIO LVP, CARVALHO GA, VILAÇA KHC. Aplicativos móveis para a saúde e o cuidado de idosos. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. p.58-7, 2018.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia**. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 48 p. – (Série B. Textos Básicos em Saúde).
3. CAIANA, T.L.C., NOGUEIRA, D.L., LIMA, A.C.D., A realidade virtual e seu uso como recurso terapêutico ocupacional: revisão integrativa. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy,** v. 24, n. 3, 2016.
4. CAMPOLINA, Alessandro Gonçalves et al. Análise de decisão multicritério para alocação de recursos e avaliação de tecnologias em saúde: tão longe e tão perto?. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, p. e00045517, 2017.
5. Castillo VAA, Ramos CLM, Rodríguez, Flores LA, Herrera LLA, Álvarez PDA. Uso de las tecnologías de la información y las comunicaciones en la carrera de Enfermería. **Rev Ciencias Médicas**. 2019.
6. DOCKX, K., BEKKERS, E.M.J., VAN, DEN BERGH V., GINIS, P., ROCHESTER, L., HAUSDORFF, J.M., MIRELMAN, A., NIEUWBOER, A. Realidade virtual para reabilitação na doença de Parkinson. **Cochrane Database of Systematic Reviews,** edição 12, 2016.
7. DO NASCIMENTO NETO, Conrado Dias et al. Inteligência artificial e novas tecnologias em saúde: desafios e perspectivas/Artificial intelligence and new health technologies: Challenges and prospects. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 9431-9445, 2020.
8. GOMES, A.T.L., ASSIS, Y.M.S., FERREIRA, L.L., BEZERRIL, M.S., CHIAVONE, F.B.T., SANTOS, V.E.P. Tecnologias aplicadas à segurança do paciente: uma revisão bibliométrica, **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 7/1473, 2017.
9. GONÇALVES, Gleice Adriana Araujo et al. Percepções de facilitadores sobre as tecnologias em saúde utilizadas em oficinas educativas com adolescentes. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 24, p. 1-14, 2020.
10. HAYDU, Verônica Bender; KOCHHANN, Joseani; BORLOTI, Elizeu. Estratégias de terapias de exposição à realidade virtual: uma revisão discutida sob a ótica analítico-comportamental. **Psicol. clin.,** Rio de Janeiro , v. 28, n. 3, p. 15-34, 2016 .
11. KUMARI, P., MATHEW,D.L., SYAL, D.P. Saúde digital: rastreando fisiomas e atividades usando biossensores vestíveis revela informações úteis relacionadas à saúde. **Rev. ELSEVIER**, Volume 90, páginas 298-307, 2017.
12. LI X., DUNN, J., SALINS, D., ZHOU, G., ZHOU, W., SCHÜSSLER-FIORENZA ROSE, S.M., ET AL. Tendência crescente de wearables e interface multimodal para monitoramento de atividades humanas: uma revisão**. Rev. Plos Biology**, 2017.

13. MALLMANN, T.S. o uso de impressão 3D no auxílio às pessoas usuárias de órteses: um projeto de design focado em tecnologia assistiva. **Universidade do Vale do Taquari** – Univates Centro de Ciências Humanas e Sociais Curso De Design. Lajeado, 2018.
14. MARQUES, L.G.A., NETO, R.C.S., LINS, R.A., GUIMARÃES, M.C.S. Inovações tecnológicas da impressora 3d aplicada à saúde. **Revista GEINTEC**– ISSN: 2237-0722. Aracaju/SE. Vol. 9, n. 4, p. 5191-5203, out/nov/dez – 2019.
15. MAUREEN, D., MOORE, M.D., CHEGUEVERA AFANEH, M.D., KATHERINE, D. GRAY, M.D., SURAJ PANJWANI, M.B.B.S., THOMAS, J., FAHEY III, M.D., ALFONS POMP, M.D., RASA ZARNEGAR, M.D. O impacto da plataforma robótica na variabilidade assistente em cirurgia gastrointestinal complexa. **journal of surgical research**, p.98 e102, 2017.
16. MOREIRA, Ana Paula Amorim et al. Uso de tecnologias em terapia intravenosa: contribuições para uma prática mais segura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 70, n. 3, p. 595-601, jun. 2017.
17. PACHECO, R.R., SILVA, T.R., FRANCO, G.F., MARIANO, A.M., REIS, A.C.B. Big Data em Healthcare – um Estudo Bibliométrico. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, p. 739–751, 2019.
18. RASHIDI, L., NEIGHORN, C., BASTAWROUS, A., Comparações de resultados entre cirurgiões robóticos e laparoscópicos de alto volume em um grande sistema de saúde. **Rev. The American Journal of Surgery**, p.901-905, 2017.
19. ROCHA, T.A.H., FACHINI, L.A., THUMÉ, E., SILVA, N.C., BARBOSA, A.C.Q., CARMO, M., RODRIGUES, J.M. Saúde Móvel: novas perspectivas para a oferta de serviços em saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde,** Brasília, 25(1):159-170, jan-mar 2016.
20. Santos, Zélia Maria de Sousa Araújo. Tecnologias em saúde: da abordagem teórica a construção e aplicação no cenário do cuidado [livro eletrônico] / Zélia Maria de Sousa Araújo Santos, Mirna Albuquerque Frota, Aline Barbosa Teixeira Martins. − Fortaleza: EdUECE, 2016.
21. SARLET, G.B.S., MOLINARO, C.A. Questões tecnológicas, éticas e normativas da proteção de dados pessoais na área da saúde em um contexto de big data. **Direitos Fundamentais & Justiça** | Belo Horizonte, ano 13, n. 41, p. 183-212, jul./dez. 2019.
22. SHOJI, Shino et al. O cuidado de enfermagem em Estomaterapia e o uso das tecnologias. **Revista Estima**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 169-177, set. 2017.
23. SILVA, Hudson Pacifico da et al. Incorporação de tecnologias nos sistemas de saúde do Canadá e do Brasil: perspectivas para avanços nos processos de avaliação. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 35, n. 2, p. 1-14, 2019.
24. DO NASCIMENTO NETO, Conrado Dias et al. Inteligência artificial e novas tecnologias em saúde: desafios e perspectivas/Artificial intelligence and new health technologies: Challenges and prospects. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 9431-9445, 2020.
25. SILVA, Cleyton Cézar Souto et al . Burnout e tecnologias em saúde no contexto da enfermagem na Atenção Primária à Saúde. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 2, e20170031, 2017.Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000200203&lng=en&nrm=iso>. access on 29 July 2020. Epub Apr 27, 2017.

ISSN 2316-8021

Produção de portfólio digital como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem no curso de enfermagem
Digital portfolio production as a tool in the teaching and learning process in the nursing course

Ewerton igor alves de almeida, Jaqueline Maria da Silva, Hélder Delano Barboza de Farias, Larissa Gabriella da Silva, Júlia Pereira de Moura Ferreira

RESUMO: Em decorrência da pandemia vivenciada no mundo e no Brasil no ano de 2020, fez-se necessário uma inovação no processo de ensino e aprendizagem para que o seu andamento não fosse prejudicado. A partir disso, instituições de ensino superior desenvolveram o processo de Monitoria remota no período de distanciamento social para continuação da rotina acadêmica, a fim de ser mais um instrumento na assistência direta aos discentes. O presente trabalho objetiva relatar o processo de criação de um portfólio digital como ferramenta de atuação pedagógica no período da monitoria remota vivenciada. Esse processo criativo foi incitado e norteado por pensamentos e estudos do Educador Paulo Freire e o Geógrafo Yi-Fu Tuan, sendo criada a contextualização das fotografias do material como forma de estimular o sentimento de pertencimento, explicado pelo Geógrafo, e a troca mútua de conhecimento, além de feedbacks entre alunos beneficiados pela Monitoria e aluno monitor, durante o período de construção de material, visando assim, seguir o conceito de processo educativo estabelecido por Freire. Verificou-se durante o desenvolvimento da monitoria remota e da construção do conteúdo concomitantemente a essa atividade, a carência na participação dos alunos no momento da monitoria; tal fato reincide no contexto geral da monitoria, com maior participação dos discentes apenas em momentos que antecedem as verificações de aprendizagem, a evolução tecnológica tem proporcionado amplitude no processo educacional. Contudo, o perfil discente continua o mesmo, seja presencial ou remotamente. Enfatiza-se a necessidade de novas pesquisas, a fim de traçar o perfil dos discentes desta nova geração, “geração polegar”, quanto ao nível de compromisso com sua formação acadêmica embasado no conhecimento das diretrizes educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde, Inovação, Tecnologias.

ABSTRACT: As a result of the pandemic experienced by Brazil and the world in 2020, was necessary an innovation in the teaching and learning process, so that its progress would not be hindered . From this, the higher education institutions developed the process of remote monitoring during the social distancing period, to be another tool for direct assistance to students. The present work aims to report the process of creating a digital portfolio as a pedagogical tool in the period of remote monitoring experienced. This creative process was incited and guided by the thoughts and studies of Educator Paulo Freire and the Geographer Yi-Fu Tuan, being created the contextualization of the photographs of the material as a way to stimulate the feeling of belonging, explained by the Geographer, and the mutual exchange of knowledge, in addition to feedbacks between students and monitor during the period of construction of material, thus seeking to follow the concept of educational process established by Freire. During the development of remote monitoring and the construction of content concomitant with this activity, the lack of participation of students at the time of monitoring was verified; this fact recurs in the general context of monitoring, with greater participation of students only at moments that precede the verification of learning; the technological evolution has provided amplitude in the educational process. However, the student profile remains the same, either in person or remotely. The need for new research is emphasized in order to profile the students of this new generation, "thumb generation", in terms of the level of commitment to their academic background based on the knowledge of educational guidelines.

KEYWORDS: Health Education, Innovation, Technology

INTRODUÇÃO

A formação profissional por meio da graduação é o processo pelo qual todo indivíduo que visa estar apto a determinada profissão irá seguir e assim se faz também na graduação em Enfermagem, sendo imprescindível o desenvolvimento de habilidades práticas preestabelecidas pelo Conselho Federal de Enfermagem, que incluem na área de atuação do enfermeiro a assistência qualificada (BRASIL, 1987).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em enfermagem, o profissional enfermeiro deve ter uma formação voltada para atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) dando ênfase na integralidade da atenção e em respostas as necessidades sociais em saúde. Dentre os conteúdos curriculares preconizados durante o curso, incluem-se os conteúdos inerentes ao trabalho do enfermeiro em nível individual e coletivo, tornando o profissional apto ao trabalho em todo contexto de atuação na assistência à saúde (BRASIL, 2018).

A Monitoria é uma oportunidade ofertada em cursos de graduação aos acadêmicos que almejam por meio dessa ter sua iniciação à docência; aos cursos da saúde como Enfermagem, oportunizam ao acadêmico uma visão que vá além da assistência em saúde. Tal experiência pode ser benéfica tanto para o aluno monitor, que por meio da autonomia em criar atividades educativas, tem a oportunidade em conhecer a "rotina de docência", como também para os acadêmicos beneficiados pela monitoria, que terão a facilitação no processo de ensino e aprendizagem por meio do aluno monitor (BORBA, 2020).

Entretanto, não se imaginava que no início do primeiro semestre do ano de 2020, o Brasil viria enfrentar as consequências da Pandemia decorrente do COVID-19, que se tornou um problema de saúde pública a nível mundial. Este evento causou mudanças no estilo de vida de todos habitantes, inclusive em todo contexto de graduação e processo de ensino e aprendizagem. O distanciamento social foi uma das medidas adotadas e recomendas pelos órgãos como vigilância epidemiológica; ação que não iria extinguir o número de casos, mas que iria diminuir a velocidade no número de infectados (ROTHAN, 2020).

Todas as camadas da sociedade foram atingidas e sofreram as consequências da introdução da sociedade a uma Pandemia tão desastrosa que suscitou em milhares de óbitos. A nível superior, o processo de graduação também foi afetado e as Instituições de Ensino Superior (IES) não foram poupadas desse cenário que viria a interferir em todo calendário e planejamento acadêmico. E a partir disso surgiu a necessidade da inovação no processo de ensino e aprendizagem junto a introdução de metodologias viáveis ao momento atual, que iriam suprir as necessidades dos alunos impossibilitados de ter aulas presenciais como era de praxe (MARQUES, 2020).

A inserção das TICs (Tecnologias de informação e comunicação) na educação viria a ser uma importante ferramenta para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem no contexto de isolamento social. A utilização da tecnologia como ferramenta no processo educacional pode ser um elemento a mais nas metodologias de ensino utilizadas no processo pedagógico. Esse tipo de ação se tornou ainda mais evidente durante o processo de Pandemia decorrente do COVID-19 citado anteriormente, e colocou em pauta a necessidade de inserção de metodologias que venham a auxiliar e atender as necessidades e dúvidas do discente durante esse processo (NOGUEIRA, 2018).

As aulas passaram a ser de forma remota, e tiveram o uso da Tecnologia como principal ferramenta em todo o contexto de aprendizagem, fazendo com que o que era tradicional no processo pedagógico presencial, se tornasse um ensino versátil com a utilização de diversas ferramentas para suprir as necessidades dos alunos. No contexto de monitoria não seria diferente, de forma que o aluno monitor também iria precisar adaptar-se e buscar novas estratégias para sua atuação e auxílio que iria dar aos discentes (MURARO, 2019).

Voltada a obtenção de conhecimento e avaliação deste, a produção de portfólios pode ser uma excelente estratégia no processo de avaliação e incentivo à autonomia do aluno sobre

determinado contexto ou assunto. No desenvolvimento do portfólio o aluno pode sintetizar os assuntos estudados, estimulando a criatividade e autonomia na criação de um material a partir de um conhecimento adquirido em determinada matéria. O uso de informação, tabelas e imagens na produção do portfólio também podem ser uma forma positiva de estimular esse processo de aprendizado (SILVA, 2018).

Utilizar da estratégia de criação de um portfólio digital como além da obtenção de informações, mas como também a sintetização dessas e sua utilização no processo pedagógico foi o objeto de estudo deste trabalho.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência do processo criativo e de produção de um monitor do curso de Enfermagem do componente curricular Habilidades em Enfermagem I, de uma faculdade do sertão Alagoano, durante o período de monitoria remota.

REFERENCIAL TEORICO

O debate sobre a necessidade da utilização de novas e exitosas metodologias no processo de ensino e aprendizagem já se fez presente em diversas pesquisas científicas publicadas. Em destaque para as consequências sociais pós revolução industrial, confinante a crescente e constante utilização de tecnologias nas diversas camadas da sociedade. Na educação não se fez diferente, e incessantemente, evidencia-se a necessidade e importância do remodelamento no processo de ensino tradicional para que este possa abranger e versatilizando aos diferentes contextos vividos pelos estudantes (PONTES, 2019).

O educador Paulo Freire em sua obra "Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra" (1990) expõe que a construção do conhecimento se faz de forma coletiva e através da inserção da realidade dos indivíduos, e que essa ação venha a se concretizar com a troca de conhecimento mútuo em conjunto com a utilização de ferramentas que viabilizem essa ação, com esse processo se desenvolvendo pelas trocas de experiência de quem está como educador de determinado assunto adjacente ao receptor dessa informação, estando dentro da realidade de ambos e levando em consideração as possíveis ferramentas a serem utilizadas para o êxito no processo. Evidencia-se então, que a troca de experiência no processo de ensino e aprendizagem deve levar em consideração a utilização de novas e versáteis ferramentas nesse processo, podendo se tornar ferramentas exitosas na ação pedagógica.

A construção de portfólios como processo de avaliação, demonstra êxito no contexto de seu desenvolvimento, e se dá a partir da autonomia do acadêmico em criar um material a partir de sua vivência em determinado contexto, colocando sua perspectiva de forma crítica e científica e que concomitantemente venha a se tornar uma excelente ferramenta de avaliação do docente para com os seus discentes (CASTRO, 2018).

Evidenciou-se durante o levantamento de dados bibliográficos, a abrangente utilização do portfólio no processo de avaliação de conhecimentos adquiridos pelos alunos. A partir disso, utilizando o pensamento de Paulo Freire (1990), que informa sobre o processo pedagógico ser também a ação de troca de conhecimento, idealizou-se pelo aluno monitor da matéria de Habilidades em Enfermagem I, a construção e utilização de portfólios visuais montados por este para ser a principal ferramenta no período de monitoria remota em sua metodologia de ensino e aprendizagem.

A utilização de recursos de multimídia, que podem vir a englobar imagens, vídeos e sons no processo educacional pode se tornar uma ferramenta exitosa no processo pedagógico. A utilização dessas variáveis meios permitem uma "navegação" multidimensional dentro do programa utilizado, tornando-se bastante atraente e tendo a possibilidade de seu uso em diversas áreas de ensino (VOLPE, 1994).

Voltado ao estudo de semiologia e semiotécnica, estas ferramentas dispõem de conteúdos teóricos e práticos que visam desenvolver a autonomia do profissional para que este esteja apto a realização de exames físicos e procedimentos assistenciais ao paciente (MELO, 2017). Sendo essa

matéria obrigatória na matriz Curricular de enfermagem, a Habilidades em Enfermagem I está Regulamentada pela Resolução nº 314/94 do Conselho Federal de Enfermagem, evidenciando assim sua importância no processo de formação deste futuro profissional durante o período de graduação (KORB et al., 2015).

O desenvolvimento da monitoria surge como forma de facilitação no processo pedagógico desse componente curricular assim como em outros presentes na graduação de Enfermagem. No levantamento de dados bibliográficos, o processo de monitoria na matéria de "Habilidades em Enfermagem I" mostrou-se como um processo positivo tanto ao discente beneficiado pela monitoria quanto ao aluno monitor. Como afirma Carvalho em seu relato: "Tais atividades representaram uma importante experiência de aprendizado para o monitor, dado a grande oportunidade de conhecer e vivenciar de forma mais intensa a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem sob a luz da docência, caracterizada por um processo mútuo de troca de conhecimentos" (CARVALHO, 2012, p. 06).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um relato de experiência de natureza básica de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, sendo de interpretação subjetiva quanto a metodologia usada no processo de criação do produto deste trabalho.

Este relato foi realizado com base na experiência do Acadêmico monitor da matéria de Habilidades em Enfermagem I na categoria remota , no período de maio, junho e julho em uma faculdade do sertão Alagoano; a monitoria remota fez parte das atividades desenvolvidas para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos durante a quarentena.

O processo de monitoria remota parece ser positivo no quesito de inserção do aluno monitor ao contexto de vivência em sua experiência de docência a qual oportuniza o processo de monitoria; como também a atividade teve sua eficácia no que diz respeito a troca de informações e facilitação entre o monitor que já havia passado pela matéria junto aos discentes que ali vivenciavam primeiro contato com o conteúdo proposto pela matéria.

A matéria de Habilidades em Enfermagem I, esta fomentada na grade curricular das atividades pertencentes à matéria de Semiologia e Semiotécnica e é regulamentada ao curso bacharelado em Enfermagem pelo Conselho federal em sua Resolução n° 314/94. A matéria necessita de uma participação tanto teórica quanto prática. Porém, teve suas atividades prejudicadas no contexto de Pandemia e isolamento social, de modo que a monitoria remota surgiu como uma das ferramentas alternativas utilizadas para esse período, visando proporcionar ainda mais o auxílio ao discente matriculado na instituição.

A produção apresentada no presente trabalho, criado pelo aluno monitor (O portfólio digital), foi a ferramenta utilizada para o processo pedagógico adotado por este em seu período como monitor do componente curricular.

Quanto a produção do material, sua construção foi baseada em metodologias de ensino e sentimento de pertencimento apresentadas pelo Educador Paulo Freire e pelo geógrafo Yi-Fu Tuan, respectivamente. A utilização dessas metodologias serviram como um "norte" ao processo criativo do monitor, de modo que este construísse o portfólio adequando-o ao estudo sobre o processo educativo como Troca mútua de conhecimento estudada por Paulo Freire (1990); em conjunto ao contexto de pertencimento afirmado por Yi-Fu Tuan (1980, p 4-5), como sendo o elo afetivo entre pessoa e o lugar ou ambiente. Ambos os contextos coadjuvantes para encetar a construção deste portfólio digital.

Sua produção em si foi dividida em fase de "pré-produção" e "pós-produção" do material didático. A realização desta foi feita concomitantemente as aulas dadas semanalmente, seguindo o cronograma institucional e com a coordenação do docente responsável por gerir a matéria. Esse processo de pré e pós-produção digital, consistiu em ações de contextualização do ambiente para fotos e edição das fotografias, para enfim serem inseridas ao material didático e posteriormente a

ISSN 2316-8021

apresentação do material nas conferências de vídeo para a explicação do conteúdo utilizando o portfólio digital desenvolvido.

Voltado as ferramentas utilizadas para produção desse material, fez-se o uso de instrumentos físicos e digitais para a sua elaboração, tais quais como: a câmera fotográfica e materiais de Enfermagem para contextualização do ambiente na construção da fotografia, sendo esses utensílios parte da pré-produção e para a pós produção, foram utilizados dispositivos digitais, como os programas: Adobe Lightroom, para edição de cores; Piscart para colagem e inserção de legendas; Canva, para edição de fundo das fotos e o programa Microsoft PowerPoint para inserção das imagens em estrutura de apresentação de slides.

Para o momento de monitoria remota, que ocorreu no horário de contraturno das atividades acadêmicas, foi utilizada a Plataforma Microssoft Teams, onde também ocorriam as alunas remotas, ofertada pela própria instituição para o desenvolvimento das atividades Curriculares e extracurriculares como a própria Monitoria remota.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O portfólio digital produzido demonstrou um total de 50 imagens, seguido de uma contextualização em cada imagem. O processo de pré-produção referenciou os conteúdos: Sinais vitais; Semiologia do Sistema Tegumentar; Exame da cabeça e pescoço; Semiologia cardiorrespiratória; Exame do abdômen. Que contaram com a produção e um template em word, para posterior diagramação e edição em programas como Lightroom, Picsart e Canva.

A pós-produção proporcionou ao monitor o desenvolver de habilidades tecnológicas e organização do pensamento científico na seleção dos conteúdos presente neste portifólio digital. Na figura 1 e 2, foram apresentadas as imagens (antes e depois) sobre o exame de ausculta cardíaca, utilizando os programas Lightroom e Picsart para o processo de edição.

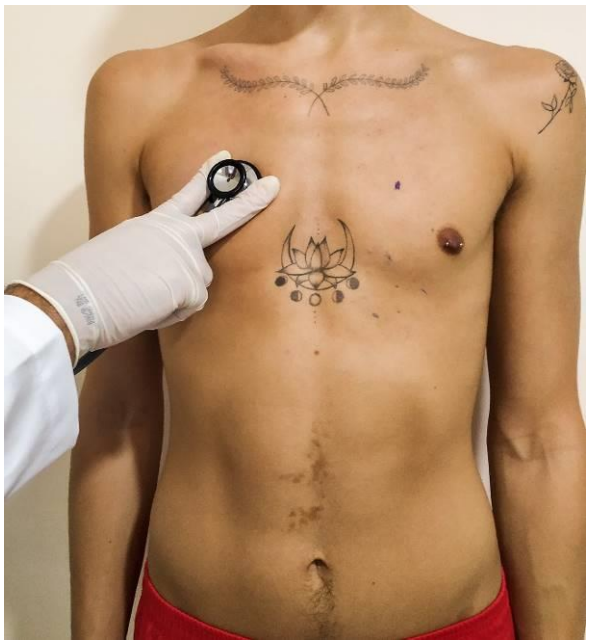


Figura 1: Fotografia no processo de pré produção

ISSN 2316-8021

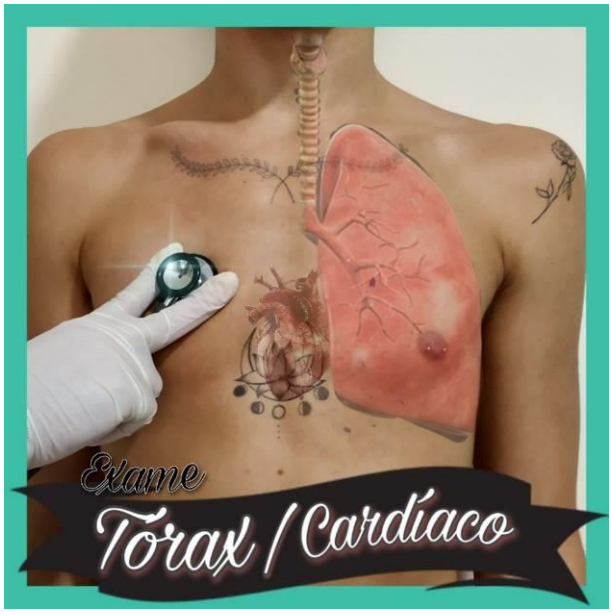


Figura 2: Fotografia posterior a pós produção

Todas as fotografias seguiram o mesmo padrão de formatação e resolução em todo o material didático; algumas apresentando legendas específicas ao procedimento, conforme a figura 3. Que a partir da contextualização da foto feita com a luva, estetoscópio e pela diagramação feita, corroborou com os princípios estudado por Yi-Fu Tuan (1983), de modo a gerar a contextualização desse material, auxiliando e incitando o sentimento de pertencimento.

Após o processo criativo de cada material vinculado a determinada temática, foi obtido uma série de materiais advindos dessa construção durante a monitoria remota, apresentados a seguir nas figuras 4 e 5. Que partiram da contextualização do conteúdo em conjunto com as fotografias, ofertando a possibilidade de entendimento e autonomia sobre o assunto apresentado no material (CASTRO, 2018).

ISSN 2316-8021

Figura 3: Portfólio digital da semiologia do exame do abdômen

Figura 4: Portfólio digital da semiologia do exame tórax cardíaco

Figura 5: Portfólio digital da Semiologia do exame da cabeça e pescoço

ISSN 2316-8021

Os conhecimentos voltados aos procedimentos pertencentes às atribuições da Enfermagem no contexto de exame físico, como por exemplo a autonomia diante o exame da cabeça e pescoço (Figura 5), são apresentados na matéria de Habilidades em Enfermagem I; de modo que, entender o desenvolvimento desse tipo de avaliação é um dos pré-requisitos do curso e na futura vida profissional do acadêmico (MELO, 2020).

Os materiais apresentados são alguns exemplos das fotografias presentes no portfólio digitais, produto do exercício de monitor para compartilhar o conhecimento de forma mais leve e ilustrativa. A figura 6 demonstra um momento da monitoria remota com discentes do curso de enfermagem do 3º período, por meio da Plataforma Microsoft Teams.

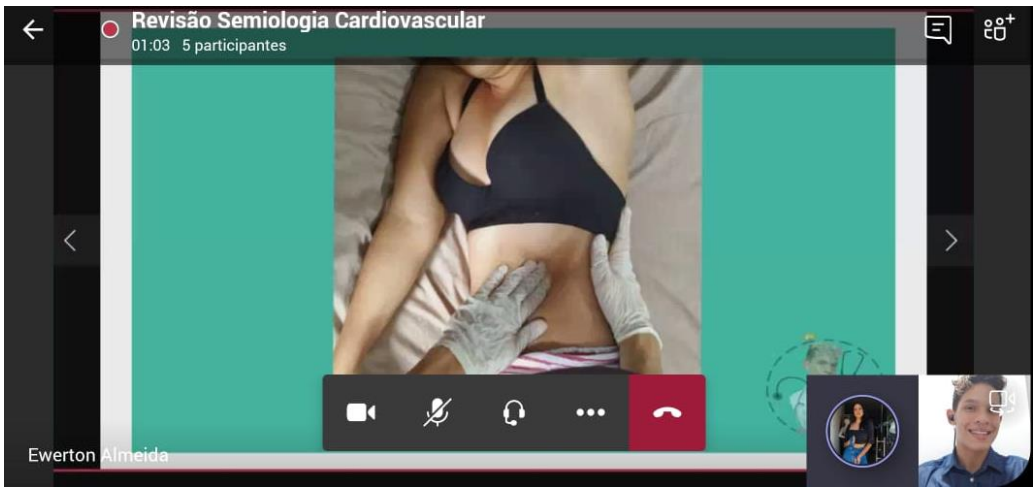


Figura 6: Aula remota da monitoria de Habilidades em Enfermagem I, revisando a Semiologia cardiovascular

Ao final desse processo, foi possível construir portfólios digitais pertencentes a todos os conteúdos apresentados na matéria durante o período de aulas remotas e que contemplam a ementa proposta pela matéria de Habilidades em Enfermagem I, na Faculdade Cesmac do Sertão. Dentre esses conteúdos, pode-se evidenciar alguns como: Sinais vitais; Exame físico completo (contemplando semiologia da cabeça e pescoço, tórax Cardíaco e pulmonar e exame do abdômen).

Porém, tal ação foi prejudicada pela baixa participação dos alunos na monitoria, visto que menos de 50% da turma matriculada na matéria participava ativamente das atividades remotas da monitoria.

Contexto confirmado por Carvalho (2012) que evidenciou evasão no exercício da monitoria em aulas de laboratório correntes, exceto na semana que antecede as atividades avaliativas de características práticas.

Este, ao afirmar em seu estudo sobre a deficiência na demanda da procura e participação por parte dos alunos beneficiados pela Monitoria para com esta, destaca ainda mais uma falha no desenvolvimento de monitorias, seja elas remotas ou presenciais. O que em seu geral, mesmo sendo uma atividade extracurricular de caráter voluntário, esta acaba tendo uma dimensão de aplicação prejudicada; gerando uma falha até mesmo no objetivo da monitoria, que viria ser uma ferramenta auxiliadora e facilitadora para o docente durante o processo de ensino e aprendizagem.

CONCLUSÃO

O processo de monitoria remota acaba acrescentando inúmeras experiências para a vida pessoal e acadêmica do discente monitor, sendo essa uma oportunidade única vivenciada na jornada Acadêmica. A construção do portfólio digital foi de longe o ponto alto de todo o processo, permitindo a este, conhecer o processo de trabalho que se obtém no comprometimento do docente com a ação pedagógica oferecida.

A inserção ao primeiro contato à docência nesse contexto proporcionou momentos de desafios como também ganhos pessoais, desde o tempo utilizado para a construção do material didático, seguido por um contexto científico baseado em evidências, até a aplicação desse material durante o exercício da monitoria remota, foi primordial para reconhecer as habilidade, competências e atitudes forjadas por esse processo.

Através dessa atividade, o monitor foi incentivado a construir o sentimento de autonomia em pesquisar, planejar e desenvolver o seu próprio material didático baseado em evidências científicas para sua construção, contornando os desafios encontrados ao longo desse processo.

Portanto, pode-se destacar a necessidade do comprometimento, criatividade e (re) significância para a elaboração de um material que venha atender as demandas do contexto vivido na conjuntura acadêmica apresentada; a utilização do portfólio digital como atividade pedagógica demonstrou-se exitosa em auxiliar o aluno monitor durante o exercício da monitoria, demonstrando a possível eficiência do uso dessa ferramenta em ações de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

1. BORBA, Patricia Leme de Oliveira et al. Desafios 'práticos e reflexivos' para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia. SciELO Preprints, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.790. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/790. Acesso em: 01 jul. 2020.
2. CARVALHO, Isaiane da Silva et al. Monitoria em semiologia e semiotécnica para enfermagem: um relato de experiência. *Rev Enferm UFSM*, Mai/Ago;2(2):464-471, 2012.
3. CASTRO, María Fernanda.; TEDESCO, Patrícia. Utilização de Portfólios na Criação de Relatos e Reflexão Sobre o Erro em Programação para Alunos do Ensino Superior. In: VII Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2018), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brazil. Anais do XXIX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2018). Vol. 29 (1), 1003, 2018. DOI: 10.5753/cbie.sbie.2018.1003
4. COFEN. DECRETO N 94.406/87. 30/03/1987. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html>. Acesso em: 01 Jul. 2020.
5. DIÁRIO OFICIAL Da UNIÃO. RESOLUÇÃO Nº 573, DE 31 DE JANEIRO DE 2018. 06/11/2018 | edição: 213 | seção: 1 | página: 38. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4878/do1-2018-11-06-resolucao-n-573-de-31-de-janeiro-de-2018-48742847>.Acesso em: 18/06/2020.
6. FREIRE, Paulo. *Alfabetização: leitura do mundo e leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
7. KORB, Arnildo.; et al. Atividade integrativa das disciplinas de microbiologia com semiotecnica: higienização das mãos. *Rev. Saúde Públ*, v. 8, n. 3, p. 80-97, set./dez. 2015. Disponível em: http://revista.saude.sc.gov.br/index.php/inicio/article/view/350/322. Acesso em: 02 de jul. 2020
8. LINS, Leandro Fragoso et al. A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor. In: Jornada de ensino, pesquisa e extensão, IX, 2009, Pernambuco. Anais. Pernambuco: UFPRE, 2009; 1 CD-ROM.
9. MARQUES, Ronualdo. A ressignificação da educação e o processo de ensino e aprendizagem no contexto de pandemia da COVID-19. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 3, n. 7, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3895107
10. MELO, Gabriela de Sousa Martins et al. Semiologia e semiotécnica da enfermagem: avaliação dos conhecimentos de graduandos sobre procedimentos. *Rev. Bras. Enfermagem*, v.70, p.249-256, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0417. Acesso em: 02 Jul. 2020
11. MURARO, Paola Francesca Ladwig. et. al. Inovação em ensino e aprendizado de histologia: atlas direcionado a acadêmicos da área da saúde. Anais do 10º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – SIEPE, 2019.

12. NOGUEIRA, Valnice de Oliveira., CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. Coordenação de Cursos de Graduação em Enfermagem à Luz das Tendências de Métodos de Cenários. *Enferm. Foco*. 2018; 9 (4): 23-27.
13. Pontes, Edel Alexandre Silva. Os Quatro Pilares Educacionais no Processo de Ensino e Aprendizagem de Matemática. *Revista De Tecnología En Educación Y Educación En Tecnología*, (24), e02-e02. 2019. DOI: https://doi.org/10.24215/18509959.24.e02
14. Rothan, Hussin. A.; Byrareddy, Siddappa . N. The epidemiology and pathogenesis of coronavirus disease (COVID-19) outbreak. *Journal of autoimmunity*. Vol. 109. Mai de 2020. 102433. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jaut.2020.102433
15. SILVA, Igor Iuco Castro ; MACIEL, Jacques Antonio Cavalcante. Uso do portfólio na avaliação para aprendizagem na disciplina de Didática do Ensino Superior. *Atas CIAIQ*. Vol. 1. 2018.
16. TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, Difel, 1983.
17. TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

ISSN 2316-8021

Tecnologia Assistiva para Auxiliar o Acesso ao Transporte Público por Pessoas com Deficiência
Assistive Technology to Support Access to Public Transport for People with Disabilities

Thaysa Carla Gomes da Silva, Vânia Soares de Carvalho, Ioná Maria Beltrão Rameh Barbosa, Aida Araújo Ferreira, Arthur Felipe Graciano de Andrade, Júlio César de Oliveira Guimarães

RESUMO: Para auxiliar a mobilidade urbana das pessoas com deficiência, a plataforma SIGABEM está sendo desenvolvida por pesquisadores do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) em parceria com Grande Recife Consórcio de Transporte (CTM) e a Agência Estadual de Tecnologia da Informação de Pernambuco (ATI), com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). A plataforma SIGABEM é composta por um aplicativo para dispositivos móveis e por um sistema de informações geográficas na web (SIGWEB). O aplicativo para dispositivos móveis tem o objetivo de melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência ao transporte público da Região Metropolitana do Recife (RMR) a partir do fornecimento de consultas sobre paradas de ônibus, horários dos ônibus, realização de denúncias, sugestões ou elogios acerca do serviço e da estrutura do transporte público e outras funcionalidades. O projeto utiliza a metodologia ágil Scrum para desenvolvimento de software, o *framework React Native* baseado na linguagem *Javascript* e *Web Services*. O aplicativo está em fase de teste de campo com as seguintes funcionalidades: localização do usuário para promover a precisão da sua busca pelas paradas de ônibus; visualização das paradas em um raio de 350 m da posição do usuário; seleção da parada para exibir as linhas de ônibus com seus respectivos horários de chegada; solicitar apoio para embarque; marcar como favorita as linhas que o usuário mais utiliza; realizar reclamação associada a qualidade do serviço ou estrutura do transporte público; fornecer sugestões ou elogios e por último, receber notificações dos gestores do consórcio.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade Urbana, Plataforma para Acessibilidade, Aplicativo para Dispositivos Móveis.

ABSTRACT: To assist urban mobility of people with disabilities, the SIGABEM platform is being developed by researchers from the Federal Institute of Pernambuco (IFPE) in partnership with the Greater Recife Consortium of Transport (CTM) and the State Information Technology Agency of Pernambuco (ATI), with the support of the Amparo Foundation for Science and Technology of Pernambuco (FACEPE). The SIGABEM platform consists of an application for mobile devices and a geographic information system on the web (SIGWEB). The application for mobile devices aims to improve the accessibility of people with access to public transport in the Metropolitan Region of Recife (RMR) by providing consultations on bus interruptions, bus schedules, making statements, suggestions or compliments related to service and public transport structure and other features. The project uses the Scrum methodology for software development, or the React Native framework, based on the Javascript language and Web Services. The application is in the field test phase with the following features: user location to promote the accuracy of your search for bus stops; stop responses within 350m of the user's position; stop selection to show bus lines with their arrival times; request support for boarding; mark as favorite as lines that the user uses most; making a claim associated with the quality of service or public transport structure; provide suggestions or praise; and finally, receive notifications from managers.

KEYWORDS: Urban Mobility, Accessibility Platform, Application for Mobile Devices.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana é atualmente um atributo de grande necessidade para a população, sendo o transporte público considerado um dos serviços essenciais para o funcionamento da cidade contemporânea (FREITAS, 2019). No Brasil, existe uma grande demanda populacional para usufruir de recursos associados à mobilidade, onde aproximadamente 60% das viagens motorizadas nas cidades são feitas por transporte público coletivo (ANTP, 2002).

Contudo, de acordo com o Censo realizado pelo IBGE (2010), mais de 45,6 milhões de brasileiros declararam ter alguma deficiência visual, auditiva, mental ou motora, representando 23,9% da população do país. Além disso, o Censo mostra que o Nordeste é a região que mais concentra pessoas em todas as categorias de deficiência analisadas. Dessa forma, por terem a mobilidade reduzida por barreiras físicas, cognitivas ou sensoriais, essa parte da população enfrenta dificuldades para utilização do transporte público (PIRES, 2009). A constante necessidade de supervisão e falta de autonomia representa um grande obstáculo para pessoas com deficiência, visto que apresentam certa restrição da mobilidade de forma independente, principalmente em locais que costumam não frequentar (MACHADO, 2001). A preocupação com a acessibilidade é uma questão pertinente pois representa uma relação entre pessoas e espaço, assim como a interação constante do indivíduo com seu meio sociocultural, e dessa forma, considera-se diretamente relacionada à qualidade de vida dos cidadãos (ABNT, 2004 e ARAÚJO et al., 2011).

A fim de minimizar alguns dos problemas enfrentados, algumas ferramentas tecnológicas foram desenvolvidas, denominando-se de Tecnologias Assistivas. Estas ferramentas auxiliam a realização de alguma atividade que se encontra impossibilitada por algum tipo de deficiência, proporcionando uma ampliação na capacidade do indivíduo em várias áreas tais como a comunicação, mobilidade, controle do seu ambiente e outras habilidades, promovendo maior qualidade de vida (BERSCH, 2008).

Dessa forma, para auxiliar a mobilidade urbana das pessoas com deficiência, a plataforma SIGABEM está sendo desenvolvida por pesquisadores do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), campus Recife em parceria com Grande Recife Consórcio de Transporte (CTM) e a Agência Estadual de Tecnologia da Informação de Pernambuco (ATI), com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). A plataforma SIGABEM é composta por um aplicativo para dispositivos móveis e por um sistema de informações geográficas na web (SIGWEB). O aplicativo para dispositivos móveis tem o objetivo de contribuir para melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência ao transporte público da Região Metropolitana do Recife (RMR) a partir do fornecimento de consultas sobre paradas de ônibus, horários dos ônibus, realizar denúncias, sugestões ou elogios acerca do serviço e da estrutura do transporte público e outras funcionalidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

O artigo 2º da Lei Federal nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), define pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Porém, frequentemente estas pessoas enfrentam uma vida que é segregada ou rebaixada por barreiras físicas e/ou sociais (NAÇÕES UNIDAS, s. d.).

O termo Tecnologia Assistiva é uma expressão recente, sendo o seu conceito ainda em processo de construção. Contudo, a sua utilização pode ser observada desde os primórdios da história da humanidade, onde o aproveitamento de um pedaço de pau como apoio para simular uma bengala pode ser considerado como um recurso de Tecnologia Assistiva (GARCÍA e FILHO,

2012). Sendo assim, as Tecnologias Assistivas representam recursos ou serviços que promovem ou auxiliam habilidades funcionais de pessoas com deficiência, tendo a principal finalidade de estimular uma vida independente e inclusão (BERSCH e TONOLLI, 2006).

Com o objetivo de facilitar tarefas cotidianas das pessoas com deficiência, vários aplicativos e tecnologias estão sendo desenvolvidos. Podemos citar como exemplo o aplicativo *Be My Eyes*. Este aplicativo permite que um deficiente visual possa fazer questionamentos à um vidente a partir de chamada de vídeo, auxiliando em atividades como combinar ou identificar cores, ler rótulos de produtos, saber sobre a chegada ou partida de transporte público, entre outros (EYES, 2019). Um outro exemplo de tecnologia para pessoas com deficiência visual são as bengalas eletrônicas que podem ser classificadas por *Bengala E Touch*. Essas bengalas possuem GPS, sistema de reconhecimento de voz e fones de ouvido. Existem ainda bengalas de "baixo custo" que utilizam sensores de aproximação para identificar obstáculos; e por último, a bengala "inteligente", onde é possível traçar rotas e identificar placas (SANTOS, 2012).

Atualmente, os telefones inteligentes (*smartphones*), utilizados por cerca de 87% dos brasileiros (DELLOITE, 2016), podem ser usados também como tecnologia para interação entre as pessoas com deficiência que usam o transporte público e os gestores do transporte. O conhecimento do comportamento espaço-temporal dessas pessoas, por parte dos gestores do transporte público, possibilita a implementação de políticas e ações que buscam a qualidade do serviço prestado a nível local, permitindo ações educativas e de melhoria da infraestrutura do transporte para essa parcela da população.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para entendimento dos conceitos acerca das tecnologias assistivas, a equipe realizou uma revisão bibliográfica, principalmente focada na questão de acessibilidade ao transporte público. Em seguida, a interface do aplicativo foi construída utilizando o *software Figma*, sendo uma ferramenta de prototipagem colaborativa. Na fase de desenvolvimento do aplicativo, foi utilizado o *framework React Native* baseado na linguagem *Javascript*, como também a utilização de *Web Services* para fazer requisições utilizando a *API* fornecida pelo CTM - Grande Recife Consórcio de Transporte[1], onde se tornou possível obter informações sobre paradas e linhas dos ônibus na Região Metropolitana do Recife (RMR), assim como o tempo de chegada de cada linha em sua respectiva parada.

A execução do projeto foi baseada na metodologia Scrum[2]. O Scrum é um método ágil e iterativo, aplicado para a produção de *softwares* comerciais, sites para Internet, aplicativos para dispositivos móveis, entre outros. Como esta metodologia funciona em ciclos, ao final de cada ciclo é gerado um incremento no produto, que é adicionado ao que já tem pronto até o momento. Sendo assim, cada ciclo é contido por uma série de etapas para realização de pequenas tarefas, representando parte de todo o projeto (SABBAGH, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram desenvolvidas diferentes funcionalidades para auxiliar na mobilidade das pessoas com deficiência em cada ciclo do Scrum. Na tela principal do aplicativo, é possível capturar as coordenadas de localização do usuário para que se obtenha dinamicamente a sua posição sem que o mesmo precise informar ou atualizar manualmente.

ISSN 2316-8021

Figura 1. Botão para capturar localização do usuário no canto inferior direito da tela.

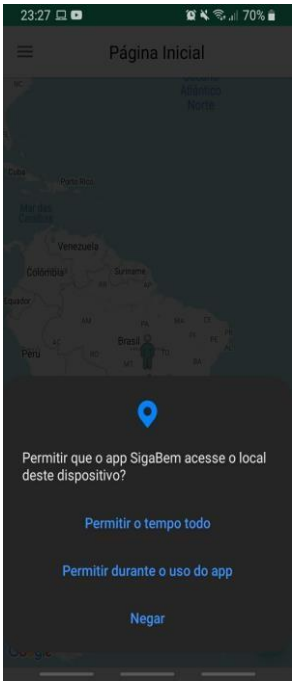


Figura 2. Solicitação de permissão da localização do usuário.

Assim que a localização é permitida pelo usuário, o aplicativo apresenta as paradas disponíveis em um raio de 350 metros do local. Sendo assim, o usuário é capaz de identificar e selecionar uma variedade de paradas próximas.

[1] https://www.granderecife.pe.gov.br/sitegrctm/

[2] https://pt.wikipedia.org/wiki/Scrum_(desenvolvimento_de_software)

ISSN 2316-8021

Figura 3. Paradas disponíveis próximas a posição do usuário.

Ao selecionar uma parada, o usuário pode obter informações sobre quais linhas de ônibus atendem a determinada parada, sendo apresentados os horários de chegada de cada linha. Nesta parte do aplicativo, também está presente um botão para que o usuário possa solicitar apoio para embarque ao motorista do ônibus. Esse apoio é importante, principalmente, no caso de usuários cadeirantes que terão acesso via elevador do ônibus.

Figura 4. Linhas de ônibus disponíveis e seus respectivos horários de chegada.

O usuário também pode incluir reclamação (figura 5), sugestão ou elogio (figura 6) em relação ao transporte público da Região Metropolitana do Recife, preenchendo campos em comum como identificação da parada, número da linha e do ônibus, nome da empresa e descrição sobre o seu relato.

ISSN 2316-8021

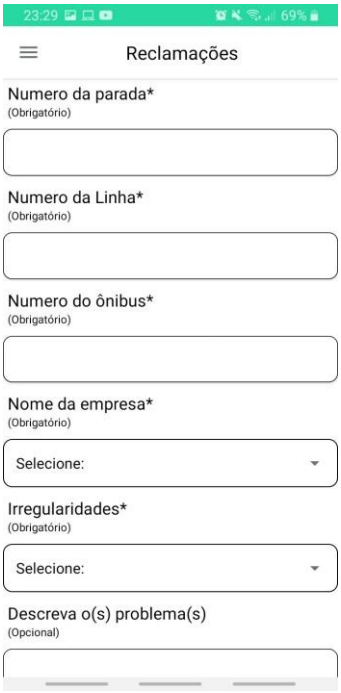


Figura 4. Formulário para realizar Reclamação.

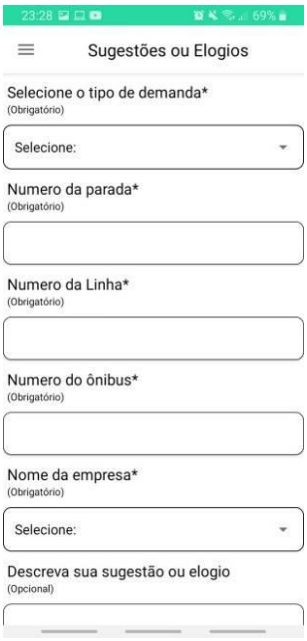


Figura 5. Formulário para realizar Sugestão ou Elogio.

O usuário também pode receber informes dos gestores do transporte público da RMR, consultando as informações na página de notificações. Dessa forma, qualquer alteração nas linhas dos ônibus, paradas ou rotas será comunicado para os usuários.

ISSN 2316-8021

Figura 6. Exemplo de informes dos gestores para os usuários do aplicativo.

CONCLUSÃO

As Tecnologias Assistivas surgiram com a finalidade de auxiliar ou promover habilidades funcionais para pessoas com deficiência, sendo esse o propósito da plataforma SIGABEM. As funcionalidades implementadas no aplicativo são as de captura da localização do usuário para promover a precisão da sua busca pelas paradas de ônibus próximas a ele; visualização das paradas em um raio de 350m da posição do usuário; seleção da parada para exibir as linhas de ônibus com seus respectivos horários de chegada; solicitar apoio para embarque; marcar como favorita as linhas que o usuário mais utiliza; realizar reclamação associada a qualidade do serviço ou estrutura do transporte público; fornecer sugestões ou elogios e por último, receber notificações dos gestores. Os próximos passos do projeto são aprimorar mais as funcionalidades já implementadas a partir de testes de usabilidade com os usuários para perceber se eles conseguem completar as tarefas principais do aplicativo e conhecer quais são os entraves que enfrentam ao utilizar, sendo aspectos que serão corrigidos em versões futuras para melhorar a experiência do usuário.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CTM - Grande Recife Consórcio de Transporte, a ATI - Agência de Tecnologia da Informação de Pernambuco e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

1. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 9050:* ***Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos***. Rio de Janeiro: ABNT; 2004.
2. ANTP. O transporte urbano do século XXI. Revista dos Transportes Públicos, ano 24, n. 96, p. 95- 122, 2002.
3. ARAÚJO, M. R. M. et al. Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 574-582, 2011.
4. BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, v. 21, 2008.
5. BERSCH, Rita; TONOLLI, José C. Introdução ao conceito de Tecnologia Assistiva e modelos de abordagem da deficiência. **Bengala Legal**, 2006.
6. CONGDON, N. et al. Causes and prevalence of visual impairment among adults in the

United States. **Archives of Ophthalmology (Chicago, Ill.: 1960)**, v. 122, n. 4, p. 477-485, 2004. DELOITTE, L. L. P. Global Mobile Consumer Survey 2016: UK Cut. 2016.

7. EYES, B. M. Be my eyes. 2019.
8. GARCÍA, Jesus; FILHO, Teófilo. **Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva**. São Paulo: ITS BRASIL/MCTI-SECIS. 68 p. 2012.
9. GIL, M. **Deficiência visual.** – Brasília : MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.
10. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência**. São Paulo, 2010.
11. NAÇÕES UNIDAS. World Programme of Action Concerning Disabled Persons. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/resources/world-programme-of-action-concerning- disabled-persons.html>. Acessado em 28/07/2020.
12. MACHADO, W. C. A. Deficientes x serviços de saúde: uma sintonia necessária. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 3, n. 1, 2001.
13. PIRES, F. L. Deficiência e mobilidade: uma análise da legislação brasileira sobre gratuidade no transporte público. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 8, n. 2, p. 391-408, 2009.
14. SABBAGH, Rafael. Scrum: Gestão ágil para projetos de sucesso. Editora Casa do Código, 2014.
15. SANCHEZ, H. M. et al. Avaliação postural de indivíduos portadores de deficiência visual através da biofotogrametria computadorizada. Fisioterapia em Movimento, v. 21, n. 2, 2017.
16. SANTOS, J. P. et al. Uma Avaliação da Bengala Eletrônica (tecnologia Assistiva), para a Melhoria de Mobilidade dos Deficientes Visuais. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

ISSN 2316-8021

Tecnologia Assistiva: Prototipação de Artefatos Digitais Assistive Technology: Prototyping Digital Artifacts

Aida Araújo Ferreira, Vânia Soares de Carvalho, Ioná Maria Beltrão Rameh Barbosa, Gilmar Gonçalves de Brito, Ryan Vinícius Santos Morais, Ronaldo Ribeiro Barbosa de Aquino

RESUMO: Este artigo apresenta o desenvolvimento de tecnologia assistiva, através da criação de um protótipo de óculos sensoriais, para auxiliar a locomoção segura de cegos. O protótipo de óculos sensoriais deve ser usado pelos cegos durante seu deslocamento de forma complementar à bengala. Os óculos sensoriais são parte do projeto conhecido como Synesthesia Vision que tem como objetivo desenvolver soluções tecnológicas de baixo custo para auxiliarem a locomoção de cegos com liberdade e segurança. Os óculos sensoriais são capazes de localizar obstáculos acima da linha da cintura, enquanto que a bengala localiza obstáculos abaixo da linha da cintura. O dispositivo transforma os obstáculos localizados no caminho do usuário em informação sonora tridimensional e/ou em vibração. As informações geradas podem ser ouvidas (som 3D) ou sentidas (vibração) e posicionadas por seus usuários. Tanto o áudio binaural quanto a vibração, que são gerados pelos óculos, têm capacidade de fazer com que o usuário perceba à distância e a direção dos obstáculos em seu caminho. Os óculos sensoriais possuem um módulo de entrada e um módulo de saída com algoritmos que recebem as distâncias medidas e geram som e vibração 3D simultaneamente. Esse dispositivo foi testado por voluntários cegos para deslocamento em um ambiente controlado e os resultados alcançados foram promissores.

PALAVRAS-CHAVE: Óculos Sensoriais, Som 3D, Cegos.

ABSTRACT: This article presents the development of assistive technology, through the creation of a prototype of sensory glasses, to assist the safe locomotion of the blind. The prototype of sensorial glasses must be used by the blind during their displacement in a complementary way to the cane. Sensory glasses are part of the project known as Synesthesia Vision which aims to develop low-cost technological solutions to assist the locomotion of the blind with freedom and security. Sensory glasses are able to locate obstacles above the waist line, while the cane locates obstacles below the waist line. The device transforms obstacles located in the user's path into three-dimensional sound information and / or vibration. The information generated can be heard (3D sound) or felt (vibration) and positioned by its users. Both the binaural audio and the vibration, which are generated by the glasses, have the ability to make the user perceive the distance and the direction of the obstacles in their path. The sensory glasses have an input module and an output module with algorithms that receive the measured distances and generate 3D sound and vibration simultaneously. This device was tested by blind volunteers for movement in a controlled environment and the results achieved were promising.

KEYWORDS: Sensory Glasses, 3D Sound, Blind.

INTRODUÇÃO

O som tridimensional (3D) tem a capacidade de posicionamento da fonte de áudio em relação a um ponto, permitindo ao ouvinte descrever com alta precisão a localização de qualquer fonte de áudio [1]. Para entender como os sistemas de áudio 3D funcionam, é útil começar considerando como os humanos podem localizar sons usando apenas duas orelhas. Um som gerado no espaço cria uma onda sonora que se propaga para os ouvidos do ouvinte. Quando o som está à esquerda do ouvinte, o som atinge o ouvido esquerdo antes do ouvido direito e, assim, o sinal do ouvido direito é atrasado em relação ao sinal do ouvido esquerdo. Além disso, o sinal da orelha direita será atenuado por causa do "sombreamento" da cabeça. Ambos os sinais auditivos também

estão sujeitos a um complicado processo de filtragem causado pela interação acústica com o tronco, a cabeça e com o pavilhão auricular (orelha externo). As várias dobras no pavilhão modificam o conteúdo de frequência dos sinais, reforçando algumas frequências e atenuando outras, de uma maneira que depende da direção do som incidente. Assim, um ouvido age como um complicado controle de tom que depende da direção. Nós inconscientemente usamos o atraso de tempo, diferença de amplitude e informação tonal em cada orelha para determinar a localização do som. Esses indicadores são chamados de "sugestões" de localização de som. Isso é mostrado na Figura 1.

Desenvolvimento de Óculos Sensorial para Auxiliar a Locomoção Segura de Cegos ©2019 IFPE

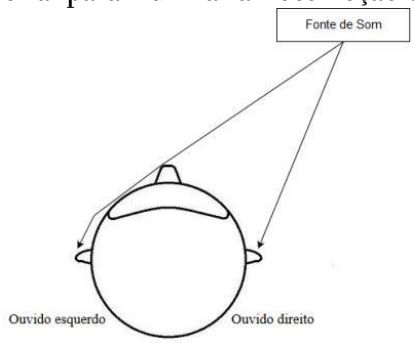


Figura 1- Representação do Posicionamento da Fonte de Áudio.

Um sistema de áudio 3D funciona imitando o processo de audição natural, reproduzindo essencialmente as pistas de localização sonora nos ouvidos do ouvinte. Este tipo de áudio é geralmente gravado usando técnicas especializadas, usando dois microfones colocados dentro de um manequim com orelhas detalhadas. As ondas sonoras capturadas são, por sua vez, transformadas em Funções de Transferência Relacionadas à Cabeça (HRTF), onde os dados do som (como volume e tom) são armazenados [2]. A conversão dessas funções em som tridimensional é chamada de síntese binaural. Neste processo, os HRTF são convertidos em áudio que pode ser ouvido usando dispositivos simples, como fones de ouvido comuns [3].

A síntese binaural gravada é usada em vários campos, desde entretenimento em filmes e jogos até fins militares em simulações de campo de batalha [4]. Algumas aplicações para som 3D, no entanto, exigem a geração imediata da fonte de áudio e não um som gravado. A síntese biauricular gerada utiliza dados de entrada (como distâncias e reconhecimento de objetos) para gerar uma representação usando o som tridimensional [5]. O desenvolvimento de um sistema que aceita como entrada a distância para gerar áudio 3D pode ser aplicado em geração de ambiente em tempo real, que pode ser usado em muitas áreas.

A proposta trabalho é apresentar o desenvolvimento de um equipamento de baixo custo, chamado óculos sensoriais, que utiliza o conceito de som 3D para gerar informação audível e/ou vibração com o objetivo de avisar ao usuário a presença de obstáculos no seu caminho. Os óculos sensoriais são parte do projeto conhecido como Synesthesia Vision que tem como objetivo desenvolver soluções tecnológicas de baixo custo para auxiliarem a locomoção de cegos com liberdade e segurança. Os óculos sensoriais são complementares à bengala utilizada pelos cegos durante seu deslocamento, pois eles são capazes de localizar obstáculos acima da linha dos joelhos enquanto que a bengala localiza obstáculos abaixo da linha da cintura. Além dos óculos sensoriais o projeto Synesthesia Vision disponibiliza de forma gratuita um aplicativo para dispositivos móveis (disponível na Google Play Store) que fornece informações adicionais sobre o meio ambiente, como previsão do tempo, o brilho do ambiente e horários e chegadas dos ônibus.

ISSN 2316-8021

REFERENCIAL TEÓRICO

A. *Sistema*

O sistema desenvolvido, figura 2, utiliza de dois módulos (que compartilham do mesmo microcontrolador): um para a detecção das distâncias dos obstáculos em tempo real e outro para gerar o som 3D. O sistema é composto basicamente de sensores ultrassônicos, equipamentos de emissão e um microcontrolador.

Figura 2- Módulo de localização de obstáculos.

Para receber informações de distância dos objetos localizados pelo sistema e, no menor tempo possível gerar o som tridimensional, o circuito visto na figura 3 foi elaborado. Este circuito é construído a partir de:

1. Três sensores ultrassônicos os quais constituem o módulo de Entrada, sendo os dispositivos mais indicados para esse uso, pois retornam a distância de um objeto emitindo uma onda sonora e calculando o tempo que leva para ecoar de volta;
2. Um par de piezos elétrico/motores *vibracall* que formam o módulo de Saída. O uso desses componentes se provou superior ao de fones de ouvido já que não atrapalham a audição do usuário para o ambiente externo;
3. Um potenciômetro para o controle da frequência de emissão do módulo de Saída (seu volume);
4. Um botão utilizado para acionar as funcionalidades extras presentes no aplicativo para dispositivos móveis;
5. E uma *WEMOS ESP32S*, utilizada para receber os dados emitidos pelos sensores, botão e/ou potenciômetro, processá- los e enviar a saída correspondente.

B. *Funcionamento do sistema*

Para receber a distância 3D, três sensores são conectados ao microcontrolador e colocados de maneira que o sensor central fique posicionado horizontalmente e os sensores laterais verticalmente, com uma distancia aproximadamente de 45° do sensor central em relação aos laterais, cobrindo a área desejada (Figura 3).

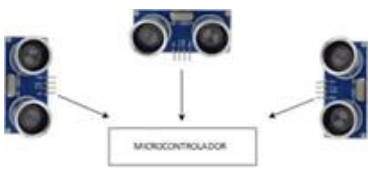


Figura 3- Representação da rede de sensores.

O som tridimensional que é gerado pelo par de piezos elétricos/motores *vibracall* funciona da seguinte forma, o som é inversamente proporcional a distancia captada pelos dispositivos de entrada, ou seja, quanto maior for a distancia em relação ao obstáculo, menor será a intensidade do som e assim sucessivamente. Cada sensor de entrada gera um som de saída com frequências distintas para não confundir a percepção do usuário.

O algoritmo do microcontrolador calcula as distâncias medidas de cada sensor, configurando

ISSN 2316-8021

os pinos do acionador e do eco. Aplicando filtros individuais de média móvel, corrige eventuais inconsistências nas leituras de distância. As distâncias armazenadas serão manipuladas e usadas para a geração da saída, sendo emitida pelos equipamentos utilizados. O esquema apresentado nas figuras 4 e 5 resumem o pseudocódigo do microcontrolador:

```
Data: numSensors= 3
Result: distances[numSensors]
for i ←1 to numSensors do
    trigPin ← numSensors * 2;
    echoPin ← numSensors * 2 + 1;
    %Distantce;
    write(trigPin, LOW);
    delayMicrosseconds(2);
    write(trigPin, HIGH);
    delayMicrosseconds(10);
    write(trigPin, LOW);
    duration ← pulseIn(echoPin, HIGH);
    distance ← duration * 0.034/2;
    distances[i] ← movingAvarage(i, distance);
end
```

Figura 4- Leitura dos sinais de Entrada.

```
Data: distancia[0], distancia[1], distancia[2], startSensor=150
Result: saidaE, saidaD, saidaM
if 0 ≤ distancia[0] < startSensor then
    freqE ← map(distancia[0], 0, sS, 1500, 0); saidaE ← freqE;
end
if distancia[0] ≥ startSensor then
    freqE ← 0; saidaE ← freqE;
end
if 0 ≤ distancia[1] < startSensor then
    freqD ← map(distancia[1], 0, sS, 1000, 0); saidaD ← freqD;
end
if distancia[1] ≥ startSensor then
    freqD ← 0; saidaD ← freqD;
end
if 0 ≤ distancia[2] < startSensor then
    freqM ← map(distancia[2], 0, sS, 2000, 0); saidaM ← freqM;
end
if distancia[2] ≥ startSensor then
    freqM ← 0; saidaM ← freqM;
end
```

Figura 5- Geração da Saída

ISSN 2316-8021

Uma *WEMOS ESP32S* foi escolhida como o núcleo dos Módulos de Entrada e Saída devido à sua rápida prototipagem e velocidade de resposta, o que diminui as chances de um possível *atraso* na resposta ao usuário. A figura 6 apresenta os óculos sensoriais controlados pela *WEMOS ESP32S*.

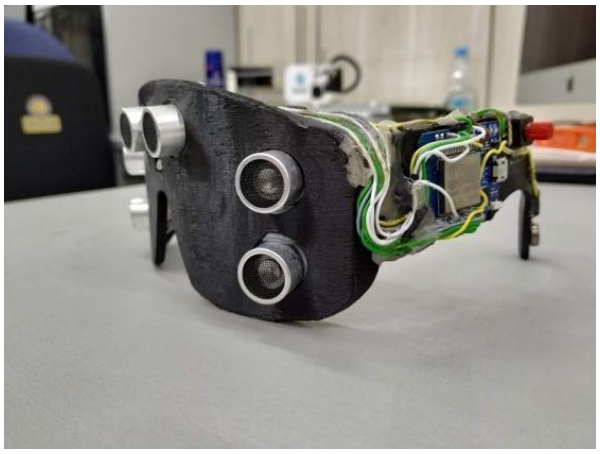


Figure 6- Protótipo dos óculos controlado pela *WEMOS ESP32S*.

O protótipo dos óculos sensoriais é simples, sendo seu corpo impresso em PLA (filamento para impressora 3D), e os itens descritos anteriormente. A energização do dispositivo é feita através de uma conexão *USB* juntamente com uma *powerbank*. A versão mais atual do protótipo foi impressa em PLA, de forma onde é possível encaixar todos os sensores e a *WEMOS ESP32S* de maneira leve e discreta, aproximando-se da aparência de óculos de solpadrão.

O sistema desenvolvido inclui a interação com um aplicativo para dispositivos móveis, figura 7, inicialmente desenvolvido para a geração do som 3D. Nas versões mais atuais, o aplicativo, graças aos recursos de "Internet das Coisas" do *smartphone* disponíveis, foi possível a adesão de funções ao sistema, que fornecem informações sobre o ambiente, que melhoram ainda mais a experiência do usuário. Essas funções são ativadas ao pressionar "n" vezes o botão disponível no protótipo e, enviadas ao aplicativo por meio de uma conexão *bluetooth*. São elas:

1. Previsão do tempo;
2. Checagem de paradas de ônibus;
3. Verificação do estado da luz;
4. Detecção de salas

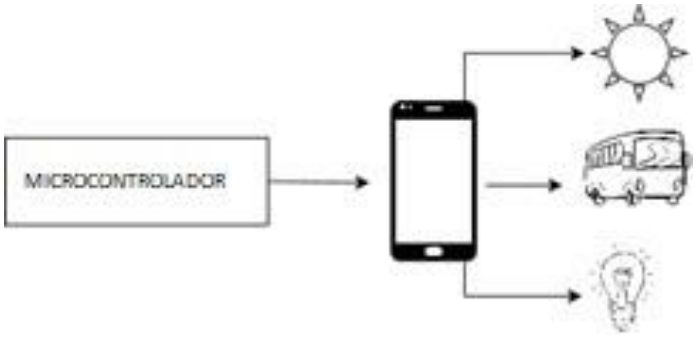


Figura 7- Diagrama de funcionamento do aplicativo.

ISSN 2316-8021

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema mais recente vem sendo testado por um voluntário cego, figura 8, que concorda em usar o dispositivo.

Figura 8- Voluntário testando os óculos sensoriais.

Os testes foram realizados com o voluntário percorrendo uma simples "pista de obstáculos" enquanto usa os óculos, compartilhando suas opiniões posteriormente. O dispositivo apresentou um desempenho superior às versões anteriores, com resposta em tempo real e detecção mais precisa de objetos.

CONCLUSÃO

O objetivo dos óculos sensoriais é permitir que cego faça seu deslocamento de forma independente e segura. A nova versão do dispositivo garante uma maior eficiência no tempo de resposta entre a detecção do obstáculo até a geração do aviso sonoro/vibracional. Com o dispositivo funcionando de forma independente do aplicativo para geração do aviso sonoro/vibracional o uso dos óculos sensoriais se torna mais prático e seguro, pois o usuário estará livre de fones de ouvidos (algo que limitava a percepção sonora do ambiente externo). Os testes realizados apresentaram resultados promissores e forneceram um retorno promissor sobre as funcionalidades atuais do *hardware*. Devido a esses resultados a equipe pode analisar melhor a funcionalidade do equipamento e garantir uma maior confiabilidade em sua utilização. Todavia, o design e conforto ainda precisam de melhorias.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Instituto Federal de Ciência.

REFERÊNCIAS

1. W. G. Gardner, "3D audio and acoustic environment modeling." Wave Arts Inc, 1999, 109 pp.
2. Dumidu S. Talagala, Wen Zhang. 2014. “Binaural sound source localization using the frequency diversity of the head-related transfer function”. The Journal of the Acoustic Society of America 2014, 135:3, 1207-1217. DOI: https://doi.org/10.1121/1.4864304
3. Cobos, M., Lopez, J. & Spors, S. 2010. “A Sparsity-Based Approach to 3D Binaural Sound Synthesis Using Time-Frequency Array Processing”

4. EURASIP J. Adv. Signal Process. (2010): 415840. DOI: https://doi.org/10.1155/2010/415840
5. Arrabito, G.R. 2000. "AN EVALUATION OF THREE-DIMENSIONAL AUDIO DISPLAYS FOR USE IN MILITARY ENVIRONMENT";Canadian Acoustics, vol 28, no 4, 2000, p 5-14
6. Henrik MÃ¸ller, Fundamentals of binaural technology, Applied Acoustics, Volume 36, Issues 3â€“4, 1992, Pages 171-218, ISSN 0003-682X,. DOI: https://doi.org/10.1016/0003-682X(92)90046-U.
7. Tsakostas, C. "Binaural Simulation applied to standard stereo audio signals aiming to the enhancement of the listening experience". Book of Proceedings, HELINA (2004)
8. Michael Barney, Jonathan Kilner. 2017. Sensory Glasses for the Visually Impaired. In *Proceedings of the 14th Web for All Conference on The Future of Accessible Work* (W4A '17). ACM, New York, NY, USA, Article 27, 2 pages. DOI: http://doi.org/10.1145/3058555.3058584
9. M. E. Nilsson and B. N. Schenkman, "Blind people are more sensitive than sighted people to binaural sound-location cues, particularly inter-aural level differences", Hearing Research, Vol. 332, February 2016, pp 223–232.

ISSN 2316-8021

Utilização das metodologias ativas e os desafios da educação 4.0
Using active methodologies and the challenges of education 4.0

Douglas de Oliveira Subrinho, Jair Kleyson Souza Leite, Alessandra Nascimento Pontes, Noemi Mello Loureiro Lima, Ana Beatriz de Melo Calado, Thayna Cristine Torres Siqueira

RESUMO: As metodologias são consideradas grandes condutas que visam orientar todos os processos de ensino e aprendizagem se efetivando em métodos e técnicas tanto específicas como diferenciadas. Objetivou-se descrever a utilização das metodologias ativas na educação 4.0. O presente trabalho, de natureza descritiva, configura-se como uma revisão bibliográfica da literatura, ao qual foram analisados um total de seis artigos, na língua portuguesa, entre os anos 2015-2019, com acesso livre, e que estivessem indexados na base de dados da Scielo e em periódicos de revistas. A amostra final resultou em 14 artigos, no qual eles abordaram o aluno como o centro de aprendizagem e o professor como facilitador, de tal forma, o docente trabalha com inovações e problematização da realidade, buscando desenvolver o senso de independência e autonomia do discente. O desenvolvimento deste estudo foi importante para reconhecer a necessidade da aplicabilidade do uso das metodologias inovadoras e/ou ativas para a construção do método ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia, Metodologias ativas, Educação.

ABSTRACT: The methodologies are considered as great conducts that aim to guide all teaching and learning processes, becoming effective in both specific and differentiated methods and techniques. Objective Describe the importance of using active methodologies and what are the challenges of education 4.0. This descriptive study is a literature review, which analyzed a total of six articles in the Portuguese language, between 2015-2019, with free access, and which were indexed. Scielo's database and magazine journals. The final sample resulted in 14 articles, in which they approached the student as the learning center and the teacher as a facilitator, so the teacher works with innovations and problematization of reality, seeking to develop the student's sense of independence and autonomy. The development of this study was important to recognize the need for applicability of the use of innovative and / or active methodologies for the construction of the teaching-learning method.

KEYWORDS: Technology, Active methodologies, Education.

INTRODUÇÃO

Todas as mudanças tecnológicas, políticas, sociais, econômicas e culturais, com o passar das décadas vem tendo um impacto considerável na vida das pessoas, no vínculo que é, por conseguinte assentado entre elas, o trabalho e, por consecutivo, a aprendizagem. Nesse cenário, surgiu o que chamamos de metodologias ativas que por sinal é um padrão de construção profissional que mais se adequa com a atual política de saúde e suas necessidades e concepções (DIESEL, 2017; MESQUITA, 2016).

As metodologias são consideradas grandes condutas que visam orientar todos os processos de ensino e aprendizagem se efetivando em métodos e técnicas tanto específicas como diferenciadas. Assim, num mundo conectado e digital como o que vivemos, elas conseguem se manifestar por meio de modelos de ensino híbridos. Sendo assim, importantes contribuições aparecem com o cruzamento entre as metodologias ativas com os modelos flexíveis e híbridos trazendo importantes soluções para o aprendizado (MORÁN, 2017).

Sabe-se que as tecnologias hoje proporciona uma integração entre todos os espaços e tempos. Um discente não conectado e sem a competência com o mundo digital deixa de ter chances

importantes de esclarecimento, de ter acesso a diversos materiais disponíveis e por conseguinte não consegue ser visível para os demais (MORÁN, 2017; MORÁN, 2015).

Quando se trata de ensinar e aprender acontece uma correlação entre o que entendemos por mundo físico e o mundo digital. O conhecimento ativo consegue tornar maior a nossa maleabilidade compreensiva, beneficiando a autonomia do estudante, fazendo com que ele tenha curiosidade, incentivando as tomadas de decisões particulares e universais, adaptando-os para circunstâncias inesperadas, superando modelos mentais rígidos e autônomos com pouca aplicabilidade (MORÁN, 2017; MORÁN, 2015; BARROS, 2018).

Dessa forma, por meio do processo no qual o sujeito é o construtor do seu próprio conhecimento, aumenta a busca pelos métodos inovadores de ensino-aprendizagem, favorecendo as reais necessidades da sociedade atual no que se refere a prática em saúde (MESQUITA, 2016).

Por isso as metodologias ativas se tornam importantes, pois o método tradicional foi aperfeiçoado e o professor não é mais o centro do ensino-aprendizagem e diante disso o aluno também se torna responsável e ao mesmo tempo participante desse processo, instigado pela busca de conhecimento (BARROS, 2018).

Justifica-se o uso das metodologias ativas no conjunto das ciências da saúde pela necessidade de romper com paradigma do modelo de ensino tradicional, a fim de formar profissionais que consigam ser multiplicadores do conhecimento, empoderados e capazes de reconstruir o saber e não apenas reproduzir o que foi aprendido de modo mecânico e não crítico. Sendo assim, o estudo objetivou descrever as influências do uso das metodologias ativas na educação 4.0 sob a ótica da literatura cientifica.

REFERENCIAL TEORICO

A tecnologia permite, além da fixação do aprendizado de maneira efetiva, a educação à distância, de forma a inovar o padrão tradicional de sala de aula-professor-aluno, para um ensino sem o espaço físico (TORI, 2015).

A arquitetura da educação brasileira atual, já traz inúmeras inovações importantes no que diz respeito à tecnologia pedagógica; assim, a educação 4.0 está se tornando, cada vez mais, uma realidade que propicia uma evolução na formação dos profissionais para o mercado de trabalho (FÜHR, 2018).

Para a efetividade da educação 4.0 é necessário que as instituições de ensino demonstrem interesse na aplicação e disponibilizem espaços democráticos para tais mudanças, é fundamental que haja uma mudança na maneira de pensar sobre educação. O mundo está digitalizando-se, logo, a maneira de educar deve acompanhar esta evolução, propiciando ambientes digitalizados (FÜHR, 2018).

Pode-se dizer que o mundo vive a Quarta Revolução Industrial, inovações estão sendo aplicadas a cada instante sem que, necessariamente, haja um marco definido para tais atualizações. A educação 4.0 está sendo implantada a cada dia, a cada inovação tecnológica que surge. Infelizmente, ainda não chegou a todos os estudantes, algumas instituições não acompanham tal evolução. Pode-se dizer que os cérebros evoluem mais rápido que as máquinas, portanto, há a necessidade de implantar tecnologias e inovações para que os estudantes possam desenvolver-se mais ainda, sendo sempre desafiados. Passa-se por um momento de transição em que as instituições de ensino devem se adequar e envolver as novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem, contemplando interatividade e participação efetiva dos alunos na construção do seu próprio conhecimento (FÜHR, 2018).

A aplicação das tecnologias não deve ser algo engessado, sem flexibilidade; deve ser disponibilizada ao aluno de forma gradual e possibilitando que o mesmo imponha suas ideologias e sua forma de pensar; as tecnologias devem ser adicionadas ao que o estudante já tem como conhecimento, as potencialidades de cada pessoa devem ser consideradas (FÜHR, 2018).

De toda forma, como corrobora Paulo Freire, na teoria da aprendizagem significativa, tendo o aluno que desenvolver sua própria autonomia e aplicar seus conhecimentos no cotidiano, ele

preocupava-se com os desafios da sociedade moderna, da era da informação. Mas de certa forma, essa era tecnológica surge e vem ganhando espaço de forma positiva e crescente. Mas sempre há um lado negativo, professores ainda não aceitam o uso de smartphones e/ou notebook em salas de aula; Situação essa que poderia ser melhor analisada para aproveitar esse benefício que o mundo atual nos possibilita (TORI, 2015).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho, de natureza descritiva, configura-se como uma revisão bibliográfica da literatura, ao qual foram analisados um total de quatorze (14) artigos, na língua portuguesa, inglesa e espanhola, entre os anos 2015-2019, com acesso livre, na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS): https://bvsalud.org/ e que estivessem indexados na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados em Enfermagem (BDENF) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDILINE). Este tipo de estudo dar-se aos pesquisadores contato direto com literaturas do assunto a ser estudado (MARCONI, 2004).

Os termos utilizados para a busca de artigos foram consultados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), são eles: tecnologia, metodologias ativas. Já a palavra-chave Educação 4.0, também foi utilizado, porém, o mesmo não se encontra disponível no DECS, mas foi peça fundamental para a busca e resultados do estudo. Utilizando o operador booleano AND.

Foram excluídos os artigos que não atendiam aos critérios de idioma e ano de publicação, dissertações, capítulos de livros, reportagens, notícias, editoriais, textos não científicos e artigos científicos sem disponibilidade do texto na íntegra online e aqueles que não abordaram a temática proposta. O levantamento da literatura foi iniciado no mês de julho e concluída no mês de agosto do ano de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta revisão integrativa analisou-se os artigos que atendiam aos critérios de inclusão, após a filtragem teve-se como coleta final 14 artigos que trataram sobre a educação 4.0 e Metodologia ativas para o enriquecimento do ensino aprendizado (QUADRO 1).

Quadro 1. Distribuição dos artigos de acordo com o título, ano, local, autor, objetivo, resultados, conclusão.

TÍTULO/ ANO/ LOCAL	AUTOR	OBJETIVO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
Abordagens práticas para tutoriais online pedagógicamente ricos no ensino de profissões da saúde, 2020.	WALSH, A. E. S.; WEBER, A.; BELL, A.	Identificar os mecanismos online e remotos que estão disponíveis para tutores e designers do curso.	Importância do reconhecimento das dificuldades e busca de soluções alternativas flexíveis e estímulo ao compartilhamento de pensamentos, a fim de promover uma suave transição para um ambiente de aprendizagem desconhecido, mas seguro.	Conclui-se que o sucesso não está na classificação de abordagem de aprendizagem, mas em como os alunos são engajados no processo de aprendizagem.
Percepções sobre a Metodologia de autoaprendizagem em Ambientes Simulados em Estudantes de	ÁGEA, J. L. D., et al.	Analisar as percepções e opiniões da graduação e estudantes de enfermagem de	O estudo evidenciou uma boa aceitação das metodologias ativas e os alunos ficaram satisfeitos com o mães©, considerando que o mesmo aumentou o aprendizado.	Conclui-se que os alunos reconheceram inúmeras vantagens com a aplicação da metodologia © MAES, como maior dinamicidade, aumento da motivação e

Enfermagem: Estudo Misto, 2019.		pós-graduação sobre a metodologia de autoaprendizagem em ambientes simulados.		maior aprendizado. Evidencia-se também o estresse da simulação como um método de aprendizagem e com problemas potenciais derivados do trabalho em equipe
Graduação em Enfermagem: educação através da aprendizagem baseada em problemas, 2019.	SANTOS, M. Z. D., et al.	Descrever como os cursos de graduação em enfermagem estão utilizando a aprendizagem baseada em problemas (ABP).	Evidenciou-se que a ABP possibilita a melhoria do pensamento crítico, da autonomia, da motivação para a aprendizagem, da atitude de busca ativa, da capacidade de trabalhar em equipe e de resolver problemas. As dificuldades e desafios referem-se à capacitação de estudantes e professores para compreender os princípios do método.	Conclui-se que os benefícios da ABP coadunam as necessidades da formação do enfermeiro, mas sua aplicabilidade demanda revisão constante na busca de desenvolver a competência necessária a essa formação
Impacto de novas abordagens de aprendizagem ativa através de iBooks e Gamificação em um Curso de Farmácia Reformatada, 2019.	DICKS, M.; ROMANELLI F.	Avaliar o impacto de novas abordagens de aprendizagem ativa através de iBooks e Gamificação em um Curso de Farmácia Reformatada	Os alunos do curso tradicional superaram significativamente aqueles no grupo comparativo em oito categorias não prescritivas em exames, enquanto os alunos do novo curso superaram significativamente as do grupo comparativo em quatro categorias. Quase todos os alunos de ambos os cursos concordaram ou concordaram fortemente com cada avaliação do curso item, incluindo aqueles itens onde o uso de gamificação e iBooks foram provavelmente considerados.	Conclui-se que as melhorias no desempenho do exame estudantil e satisfação do curso podem não ser imediatamente visto em um curso em que novas técnicas de ensino usando tecnologia educacional, incluindo gamificação e iBooks são introduzidos.

ISSN 2316-8021

O Passado, Presente e Futuro da Realidade Virtual na Educação de Farmácia, 2019.	COYNE, L. et al.	Caracterizar como a realidade virtual (VR) tem sido e está sendo usada na educação em farmácia, e avaliar a utilidade projetada da tecnologia VR na educação de farmácia no futuro.	A tecnologia de realidade virtual tem sido usada na educação de farmácias por muitos anos para fornecer envolvendo experiências de aprendizagem. Embora essas experiências de aprendizagem não estivessem disponíveis nos ambientes digitais tridimensionais proporcionados pelo VR atual, eles demonstraram melhorias na aprendizagem. O treinamento de realidade virtual que usa displays montados na cabeça é apenas começando na educação de farmácia, mas mais programas de VR educacionais estão se tornando disponíveis. Mais a pesquisa será necessária para entender completamente o impacto potencial da VR na educação farmacêutica.	Conclui-se que a realidade virtual permite experiências que possam imergir o aluno em cenários de aprendizagem ativos que não seriam possíveis de outra forma. Seu uso dependerá da superação de questões de conforto, alto custo e conteúdo educacional limitado disponível e com o estímulo a pesquisa e desenvolvimento, particularmente desenvolvimento de software, a VR tem o potencial de tornar-se parte integrante da educação farmacêutica.
As atitudes de aprendizagem dos alunos de odontologia e as percepções do YouTube como uma plataforma de hospedagem de vídeo de palestras em uma sala de aula invertida na Coreia, 2018.	SEO, C. W. et al.	Confirmar a aplicabilidade do YouTube como plataforma de entrega de vídeos de palestras para estudantes de odontologia e avaliar suas atitudes de aprendizagem em relação ao modelo de sala de aula invertido.	Dos alunos, 53 (76,8%) sempre assisti a palestra antes da aula, 48 (69,6%) usaram seus smartphones, e 66 (95,7%) afirmou que eles assistiram as palestras em casa. A maioria dos alunos responderam que as videoaulas eram mais fáceis de entender do que as palestras presenciais (82,6%) e que eles gostariam de ver os vídeos novamente após a formatura (73,9%).	Conclui-se que os resultados indicam que o YouTube é uma plataforma aplicável para entregar videoaulas e para expor os alunos ao aumento das oportunidades de aprendizagem.
Role Playing Game (RPG) na graduação em enfermagem: potencialidades pedagógicas. 2016. Minas Gerais.	SOARES, A.N, et al.	Avaliar as potencialidades de um jogo de Role Playing Game como estratégia p edagógica na Graduação em Enfermagem, com ênfase em suas implicações subjetivas na compreensão s obre aspectos da profissão.	O jogo como estratégia pedagógica, mostrou resultados positivos, como por exemplo: a criatividade, trabalhar em equipe e participação ativa em suas diversidades acadêmicas.	Desenvolver mais estudos nessa linha de pesquisa, garantirá uma maior disseminação dos benefícios delineados no processo de formação da saúde.

ISSN 2316-8021

Criação de um ambiente virtual de aprendizagem em terapia intensiva. São José do Rio Preto. 2019.	FRUTUOSO, I.S, et al.	Criarum ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para a educação continuada em Unidades de Terapia Intensiva.	O estudo mostra que a realidade virtual é um fator importante no processo de educação continuada, permitindo novos olhares, novas técnicas de raciocínio.	Com a utilização de estratégias como essa, é possível realizar um aprofundamento de conteúdos específico, além de promover um crescimento no pensamento científico.
Tecnologias educativas no processo formativo: discurso dos acadêmicos de enfermagem. Campina Grande. 2019.	GADELHA, M.M.T, et al.	Analisar os discursos dos acadêmicos de Enfermagem sobre as tecnologias educativas no processo de ensino-aprendizagem.	O uso da tecnologia como ferramenta educativa é um adjuvante para um ensino inovador. Sendo os jogos, o artifício mais relevante para contribuir com a construção do aprendizado aluno. De forma a trazer, por meio de jogos, desafios e motivação para estudar “brincando”.	O uso da tecnologia educativa, como os jogos, foi uma maneira de relevar como o lúdico contribui para um aprendizado mais interativo e com desenvolvimento da perspectiva crítica do futuro profissional.
Metodologia Ativa de Ensino Aplicada na Formação de Graduandos de Odontologia: Utilização de Vídeo-Aula. 2019	SANTOS, S.M, et al.	Avaliar eficácia da metodologia ativa vídeo-aula aplicada aos alunos de odontologia de uma instituição de ensino superior no processo de ensino aprendizagem, averiguando o entendimento, clareza e absorção, através de um questionário préestruturado.	A partir dos resultados do questionário, ficou clara a contribuição das vídeo aulas como recurso de aprendizagem, visto um aproveitamento superior a 80% nas questões respondidas.	A partir dos resultados apresentados, é evidente a importância do uso de metodologias ativas no ensino. Além de gerar benefícios ao docente, auxiliando-o na disseminação de conteúdo, é satisfatória também para a compreensão do discente, sendo considerada uma facilitadora do ensino.
Implicações das tecnologias de informação e comunicação no processo de educação permanente em saúde. Ceará. 2017	FARIAS, Q.L.T. et al.	Compreender as implicações das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processode educação permanente em saúde.	A partir da análise dos artigos, foi possível identificar quais as áreas que mais utilizam as TICs, dentre elas, destacam-se Medicina, Enfermagem, Psicologia e Pedagogia. Além disso, mostrou-se com uma contribuição significativa para os caminhos da educação continuada, porém enfrenta alguns desafios.	Ao término da análise, as TICs se mostraram positivas no processo de educação permanente, e podem ser utilizadas como ferramentas inovadoras para o processo de ensino-aprendizagem.

O Uso da Estratégia Gameficação na Educação Médica. Ceará. 2019	PAIVA, J.H.H.G. L., et al.	Descrever a realização de uma gincana - composta por quatro fases e de caráter competitivo -, bem como comprovar eficácia do método como uma forma inovadora de aprendizagem.	A técnica de utilizar uma gincana como integrante complementar, gerou satisfação por parte dos alunos (87,5%), e 12,5% referiram não ver mudanças e aproveitamento no uso das metodologias ativas.	Diante do exposto, vê-se a necessidade de buscar meios e alternativas, junto as novas metodologias, para abranger o desenvolvimento em suas múltiplas competências.
A utilização da aprendizagem baseada em problema (abp) na formação em saúde: um relato de experiência. Rio Grande do Norte. 2020	BEZERRA, I.N.M, et al.	Relatar a experiência de discentes de um curso da área da saúde no desenvolvimento de um caso e sua aplicação no formato de uma Aprendizagem Baseada em Problemas.	A aprendizagem baseada em problemas é uma técnica que desperta o pensamento crítico, o trabalho em grupo e o manejo de busca científica. Tudo isso agregado para resolver a situação problema proposta. Cartilhas, manuais, mapas conceituais, diagramas e outros, são alguns os meios utilizados.	Esse tipo de metodologia desperta a criatividade, pensamento crítico e científico, instiga os alunos a tirarem suas dúvidas e a experimentar uma outra modalidade de ensino, que não seja o método tradicional.
Webquest e blog como estratégias educativas em saúde escolar. NÃO ACHEI O LOCAL. 2018	CZERWINSKI, G.P.V, COGO, A.L.P	Descrever estratégia de educação em saúde sobre alimentação saudável usando WebQuest e blog com alunos do ensino fundamental de uma escola pública.	O artigo traz uma proposta para construção de um blog educativo, com assuntos que fossem fonte de entretenimento para o leitor. Os estudantes mencionaram ser uma proposta diferenciada, de fácil acesso e manuseio, tornando-se um componente para melhor assimilação do conteúdo.	O estudo mostrou que esse tipo de metodologia ativa/tecnologia adjuvante, agrega uma participação ativa de todos os envolvidos, e torna o ambiente, um espaço de interação para todos.

Fonte: Pesquisa 2020.

Em relação ao objetivo desta revisão, observou-se nos artigos que compõem a amostra que as medidas a serem implementadas são relacionadas a aplicabilidade das metodologias ativas no contexto da educação 4.0 para interfaces de melhoria na qualidade do ensino e durante ao contexto da aprendizagem.

A amostra expõe também que a educação 4.0 deve-se empoderar da aprendizagem colaborativa, nisto torna-se essencial a participação do educando para desenvolver e refinar um sentimento de pertencer e desenvolver novos conhecimentos, dentro de um determinado assunto. A aprendizagem interativa é um processo e um requisito para algumas profissões registradas para satisfazer a acreditação profissional contínua (WALSH, 2020).

A utilização do método ativo na educação 4.0 é fundamental para o desenvolver criticidade perante o tema proposto pelo docente, no entanto a singularidade das situações deve ser considerada para utilizar tal modelo (SEO, 2018). Bezerra (2020) e Santos (2019) relatam que a problematização da temática exposta deve ser idealizada dentro do contexto educacional, seja ele de forma remota e/ou utilizando tecnologias interativas de ensino.

Ágea (2019) mostra que os ambientes virtuais podem ser usados para uma metodologia assertiva de ensino. Paiva (2019) e Dicks (2019) vão mais além, eles relatam que o processo de aprendizagem é continuo e que fazer uso de ferramentas como a gameficação e iBooks pode acarretar positivamente no processo de aprendizado principalmente quando se trata da geração do século XXI.

As instituições devem fornecer apoio e treinamento tanto para os discentes quanto para os docentes empregar a realidade virtual de displays ou outro tipo de ferramenta, a medida que os programas de VR educacionais estão se tornando cada vez mais disponíveis (FRUTUO, 2019). Coyne (2019) projeta que o meio acadêmico sofrerá grandes alterações no processo de ensino, e a adequação do ambiente de ensino, seja *in locu* ou *in virtu*, acontecerá em breve.

As implicações da tecnologia no processo de educação, dentro de sua amplitude, embora ainda haja desafios, como a falta de investimento de alguma instituições e um maior acompanhamento dos tutores em relação aos participantes, é nítido que grandes avanços já foram alcançados (GADELHA, 2019). A tecnologia é capaz de modificar a forma como os estudantes aprendem, tornando a busca pelo conhecimento participativa e ativa (CZERWINSKI, 2018).

Santos (2019) fala que dentro os pesquisados, a vídeo-aula remota mostrou resultados satisfatórios, contudo o emprego da metodologia ativa de ensino deverá ser aplicada para auxílio das atividades síncronas e assíncronas. As metodologias ativas podem ser uma alternativa aceitável no processo de ensino-aprendizagem para o professor em sala de aula, e sua utilização pode render bons resultados na formação de profissionais (SOARES, 2016; FARIAS, 2017).

CONCLUSÃO

Em virtudes dos artigos analisados é-se levado a acreditar que a educação 4.0 apesar de pouco debatida já é uma realidade em muitas plataformas educacionais, no entanto empregar as práticas da metodologia ativa ainda é um desafio, também sabe-se que o domínio sobre as tecnologias de ensino por partes dos docentes e discentes ainda é deficitária cabendo então as instituições de educação realizar treinamentos.

Nota-se que discutir sobre educação 4.0 ainda é um tabu, favorecendo então uma propagação lenta dessa ferramenta que para a geração aspirante será de cunho importante para a inclusão da aprendizagem. Frente às lacunas evidenciadas e os resultados apontados nos artigos incluídos nesta revisão integrativa, entende-se ser necessário intensificar o desenvolvimento de pesquisas.

REFERÊNCIAS

1. AGEA, José Luis Díaz, et al. Percepções sobre a Metodologia de Autoaprendizagem em Ambientes Simulados em Estudantes de Enfermagem: Um Estudo Misto. Int J Environ Res Public Health, v. 16, n. 23, 2019.
2. BARROS, Fabiane Frigotto de, et al. Emprego de metodologias ativas na área da saúde nos últimos cinco anos: revisão integrativa. *Rev. Espaço para a Saúde.* v. 19, n. 2, p. 108-119, 2018.
3. BEZERRA, Isaac Newton Machado, et al. A utilização da aprendizagem baseada em problema (abp) na formação em saúde: um relato de experiência. Rev. Ciênc. Plur, v. 6, n. 1, p. 102-118, 2020.
4. COYNE, Leanne, et al. O Passado, o Presente e o Futuro da Realidade Virtual na Educação Farmacêutica. Am J Pharm Educ, v. 83, n. 3, p. 7456, 2019.
5. SANTOS, Maria Zilma Dos, et al. Graduação em Enfermagem: educação pela aprendizagem baseada em problemas. Rev Bras Enferm, v. 72, n. 4, p. 1071-1077, ago, 2019.
6. CZERWINSKI, Gabriela Petró Valli; COGO, Ana Luisa Petersen. Webquest e blog como estratégias educativas em saúde escolar. Rev Gaucha Enferm, v. 39, Jul, 2018.
7. DICKS, Melanie; ROMANELLI, Frank. Impacto de novas abordagens de aprendizado ativo

por meio de iBooks e gamificação em um curso de farmácia reformatado. Am J Pharm Educ, v. 83, n. 3, p. 6606, 2019.
8. DIAS, Simone Regina; CHAGA, Marco Maschio. Aprendizagem baseada em problema: um relato de experiência. (IN: Práticas inovadoras em metodologias ativas / Andreia de Bem Machado... [et al]. — Florianópolis: *Contexto Digital*, 2017. Disponível em: https://www.saojose.br/wp-content/uploads/2018/09/praticas_inovadoras_em_metodologias_ativas.pdf. Acesso em: 24 de Jun. 2020.
9. DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, v. 14, n.1, 2017.
10. FARIAS, Quitéria Larissa Teodoro, et al. Implicações das tecnologias de informação e comunicação no processo de educação permanente em saúde. RECIIS (Online), v. 11, n. 4, p. 1-11, out.-dez, 2017.
11. FRUTUOSO, Isabela Shumaher, et al. Criação de um ambiente virtual de aprendizagem em terapia intensiva. Rev. enferm. UFPE on line, v. 13, n. 5, p. 1278-1287, maio, 2019.
12. FÜHR, Regina Candida. O dilúvio digital e seus impactos na educação 4.0 e na indústria 4.0. *Unisalle*. v.2, p. 188-200, 2018.
13. GADELHA, Marília Moreira Torres, et al. Tecnologias educativas no processo formativo: discurso dos acadêmicos de enfermagem. Rev. enferm. UFPE on line, v. 13, n. 1, p. 155-161, jan, 2019.
14. MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
15. MESQUITA, Simone Karine da Costa; MENESES, Rejane Millions Viana; RAMOS, Déborah Karollyne Ribeiro. Metodologias ativas de ensino/aprendizagem: dificuldades de docentes de um curso de enfermagem. *Trab. educ. saúde*. v. 14, n. 2, 2016.
16. MORÁN, José. *Metodologias ativas e modelos híbridos na educação*. Curitiba: Escola de comunicação e artes - ECA, 2017. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2018/03/Metodologias_Ativas.pdf. Acesso em: 24 de Jun. 2020.
17. MORÁN, José. *Mudando a educação com metodologias ativas***.** Escola de comunicação e artes - ECA, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 24 de Jun. 2020.
18. PAIVA, José Hícaro Hellano Gonçalves Lima, et al. O Uso da Estratégia Gameficação na Educação Médica. Rev. bras. educ. méd, v. 43, n. 1, p. 147-156, jan.-mar, 2019.
19. SEO, Chang Wan, et al. Atitudes de aprendizagem e percepções de alunos de odontologia sobre o YouTube como uma plataforma de hospedagem de vídeos de palestras em uma sala de aula invertida na Coreia. J Educ Eval Health Prof, v. 15, p. 24, 2018.
20. SOARES, Amanda Nathale, et al. Role Playing Game (RPG) na graduação em enfermagem: potencialidades pedagógicas. Rev. eletrônica enferm, v. 18, p. 1-9, 2016.
21. SANTOS, Sablina Muniz, et al. Metodologia Ativa de Ensino Aplicada na Formação de Graduandos de Odontologia: Utilização de Vídeo-Aula. J. health sci, v. 21, n. 3, set, 2019
22. TORI, Romero. Tecnologia e metodologia para uma educação sem distância. *Rev. de educação a distância*. v. 2, n. 2, 2015.
23. WALSH, Amy E seymour; WEBER, Anthony; BELL, Andy. Abordagens práticas para tutoriais on-line pedagogicamente ricos no ensino de profissões da saúde. Rural Remote Health, *v. 20, n. 2, p. 6045, 2020*.

ISSN 2316-8021

GT 6.

Cultura e dinâmicas territoriais

Livro didático nas aulas de Artes: experiência no Ensino Fundamental
Didactic textbook at Art classes: experience in Elementary School

José Emanuel de Barros Aquino [1]

[1]ORCID nº https://orcid.org/0000-0002-7429-5011, Professor, pesquisador; Rede Municipal do Recife; Recife, Pernambuco; Brazil. joseemanuel09@gmail.com;

RESUMO: Este trabalho descreve as experiências pedagógicas resultantes da aplicação de material didático na disciplina Artes, na Escola de Tempo Integral Professor José da Costa Porto, pertencente à Secretaria de Educação do da Cidade do Recife. O texto abrange a abordagem e as atividades resultantes da utilização do livro didático "Arte por Toda Parte", no Ensino Fundamental Séries Finais, passando pela seleção dos temas abordados, os objetivos, a proposta didática que fundamentou a análise dos conteúdos e os resultados finais obtidos ao encerramento do ano letivo de 2019. Com esse artigo pretende-se analisar a importância e os desafios da utilização de livros didáticos na disciplina Artes e de outros materiais didáticos associados aos livros, com a finalidade de reaver a percepção das aulas de Artes comumente associadas a atividades lúdicas e ensino de técnicas manufaturadas. Parte do pressuposto de que este tema pode ser tratado de forma dialogada, discutindo questões relativas ao modo como o texto (conteúdo) e imagem (obra de arte) e suas atividades decorrentes são apresentados, organizados e sequenciados por este importante suporte didático.

PALAVRAS-CHAVE: arte, livro, didático.

ABSTRACT: This work describes the pedagogical experiences resulting from the application of didactic material in the subject Arts, at the Full Time School Professor José da Costa Porto, belonging to the Education Department of the city of Recife. The text covers the approach and activities resulting from the use of the textbook "Arte Por Toda Parte", at Elementary School, final grades, including the selection of topics covered in each grade, the objectives, the didactic proposal that supported the elaboration of the contents and the final results obtained at the end of the 2019 academic year. With this article we intend to analyze the importance and challenges of using textbooks in the subject Arts, and other didactic materials associated with books, in order to regain the perception of classes Arts, commonly associated with recreational activities and teaching of manufactured techniques. It starts from the assumption that this theme can be deal with in a dialogical way, discussing issues related to how the text (content) and image (work and art) and its resulting activities are presented organized and sequenced by this importante didactic support.

KEYWORDS: art, textbook, didactic.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa relata a experiência de trabalho com livros didáticos na disciplina Artes na Escola de Tempo Integral Professor José da Costa Porto, pertencente à Secretaria de Educação do da Cidade do Recife, no ano letivo de 2019. Decorrente do uso do livro, outros objetos pedagógicos também foram utilizados durante o ano letivo, por isso o termo "material didático" será aplicado nesse artigo para englobar tanto o livro didático quanto seus complementos aplicados às quatro séries do Ensino Fundamental Séries Finais (6º, 7º, 8º e 9º anos), tendo como linha teórica duas vertentes pedagógicas; a interdisciplinaridade dos conteúdos de Artes e a relação entre imagem e texto. Essas são linhas que nortearão o assunto da presente pesquisa.

A interdisciplinaridade nas Artes pressupõe uma rede de conhecimento ligando diversas áreas, principalmente as ciências humanas (História, Literatura, Português, entre outros), com o

intuito de elevar o ensino de artes ao patamar de importância cientifica, ou seja, como campo de estudo social e cultural. A necessidade de explorar o estudo das artes com uma proposta interdisciplinar parte do pressuposto de que o homem não produz e nunca produziu arte pela arte, ou seja, ela não é apenas um prazer estético ou uma forma de expressão que visa unicamente o entretenimento e o lazer. Ao analisarmos uma obra estamos analisando um produto fruto do contexto social, psicológico, político e cultural do artista.

A relação entre texto e imagem toca diretamente a concepção do livro didático de Artes. A quantidade de imagens que circulam no nosso cotidiano pressupõe que o texto verbal deixou de ser a única modalidade de código linguístico. Sobre esse tema, a pesquisadora Gisele Costa Ferreira da Silva[2] fala em seu livro "*Livros Didáticos para o Ensino de Artes; diálogos, práticas, e (des) caminhos*".

> A predominância do texto e o esquecimento da imagem configuram um entrave para as interrogações que focam a arte. Com o avanço dos estudos semióticos, em fins de 1980, as imagens deixaram de ser "enfeites" para o texto verbal e a articulação entre texto e imagem começou a atrair a atenção dos pesquisadores.

A importância de estudar o livro didático de Artes tornou-se mais latente justamente quando os estudos sobre a relação entre imagem e texto foram colocados em pauta pelos educadores e autores. O problema que nortenha a pesquisa surge com as seguintes questões; como o livro didático de Artes deve apresentar sequenciar e organizar o conhecimento – texto/imagem, em artes? De que maneira o livro didático de Artes pode explorar os conteúdos sob uma fundamentação interdisciplinar, para que os alunos percebam as Artes como valioso campo de conhecimento social e cultural? Com esses questionamentos, objetiva-se dar ênfase ao livro como um importante suporte didático, necessário para a consolidação e a valorização do ensino de artes no currículo escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Analisar um material didático sobre Artes requer do pesquisador duas posições controversas; o livro / material deve estimular a livre expressão artística do aluno, mas também despertar o interesse pelos temas teóricos da área, como a História da Arte e as técnicas da linguagem visual. Em um trabalho publicado em 1987, Ferraz Siqueira[3] afirmou que o uso do livro vai a encontro ao proposito da própria arte, pois "*ela [a arte] opõe-se frontalmente ao livro didático, que é estático, geralmente reducionista, cerceador da liberdade*". Quando os livros didáticos de Artes começaram a ser implantados nas escolas brasileiras a partir dos anos 60, muitos educadores e artistas temiam que os mesmos cessassem qualquer projeto de consolidação de uma educação artística que valorizasse a livre-expressão e o estímulo a pesquisa. E foi durante o período da ditadura militar que a utilização do livro didático no ensino da arte tornou-se muito recomendada e valorizada. Porém, analisando os livros desse período, nota-se que as atividades propostas são baseadas, segundo Ferraz;

> (...) no conhecimento do desenho técnico escala geométrica, estudo de ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros e circunferências, perspectiva e sombra, técnicas de produção de letras tipo bastão, expressão nas palavras, o desenho industrial (construção de objetos

[2] SILVA, Gisele Costa Ferreira da. *Livros didáticos para o Ensino de Artes; diálogos, práticas e (des) caminhos*. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Artes, 2009, pág. 25.
[3] FERRAZ, Maria Heloísa C. e SIQUEIRA, Idmeia. Arte-educação – *Vivência, experienciação ou livro didático?* São Paulo: Edições Loyola, 1987, pag. 12.

> pretensamente utilitários), cartão do Dias das Mães etc. (FUSARI; FERRAZ, 1992, P.37-38).

Pela descrição de Ferraz, pode-se concluir que o livro didático refletia uma visão tecnicista e profissionalizante do ensino de artes durante os anos 70, visando o preparo de mão-de-obra para o mercado ou para a comemoração de datas importantes do ano letivo, como Páscoa e Dia das Mães. A visão tecnicista do ensino de Artes foi expandida através do material didático e das metodologias em sala de aula por pouco mais de vinte anos, até que nos anos 80, após a redemocratização, os estudos da educadora Ana Mae Barbosa trouxeram a proposta de três grandes eixos de abordagem dos conteúdos de Artes: *a representação e comunicação (o fazer artístico); a investigação e compreensão (a análise da obra em seus aspectos formais e estéticos); e contextualização sociocultural (a análise do período em que a obra foi concebida)*.[4] Essa ordem não representa, contudo, uma hierarquia fixa, ela pode ser modificada pelo professor de acordo com a proposta da aula.

O livro didático de Artes deveria, então, está em sintonia com esta nova abordagem que foi amplamente divulgada e utilizada pelas escolas brasileiras a partir do início dos anos 90. As Artes (aqui inclui artes visuais, dança, música e teatro), passam a ser representadas como instrumento de reflexão e posicionamento perante os temas da atualidade, dividindo sua função estética com a contextualização da obra na realidade do aluno. Tal mudança de paradigma trouxe aos professores e aos autores dos livros didáticos o desafio de ligar as Artes a todos os aspectos da vida do alunado, para que a mesma tivesse sentido prático aos estudantes. Começa-se, então, a falar não em Artes no sentido acadêmico e clássico (pintura, escultura, gravura, etc.), mas sim numa cultura visual mergulhada num mundo cercado por imagens que circulam em grande velocidade e em grande quantidade. Percebe-se que a criança tem acesso maior a imagens da mídia e da publicidade do que a obras renascentistas e barrocas, por exemplo. Portanto, era necessário trazer todo esse universo pictórico às aulas de artes e, consequentemente, aos livros didáticos da disciplina. O pesquisador espanhol Fernando Hernandez[5] foi e ainda é o estudioso que melhor definiu a chamada Cultura Visual e sua aplicação em sala de aula. Segundo ele;

> As representações visuais derivam-se e ao mesmo tempo interagem de e com as formas de relação que cada ser humano estabelece, também com as formas de socialização e aculturação nas quais cada um se encontra imerso desde o nascimento e no decorrer da vida. (HERNANDEZ, 2007, p. 31)

Para Hernandez (2007), o papel do professor de Artes deve ser de mediador do aluno ao universo das imagens que existem no nosso cotidiano, e não apenas um instrutor de técnicas de desenho e pintura com função profissionalizante. Na contemporaneidade as imagens ganharam corpo e deixaram de ser apenas um suporte ao texto escrito. Elas também podem e devem ser "lidas" e "decodificadas". Diante dessa nova realidade, a aplicação dos livros didáticos nas aulas de Artes demandou um levantamento sobre o repertório visual dos alunos e contextualização dessas imagens na História da Arte. Fazer analogias e comparações de imagens atuais com obras do passado tornou-se um recurso didático muito recorrente no estudo dos conteúdos e das atividades dos livros. Segundo Gilliam Rose[6], ao se estabelecer uma comparação de obras de épocas e estilos diferentes o professor deve;

[4] BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos*. São Paulo: Perspectiva, 1991, pág, 34.
[5] HERNANDEZ, Fernando. *Catadores da Cultura Visual; transformando fragmentos em nova narrativa visual*. Porto Alegre, Mediação, 2007.
[6] ROSE, Gillian. *Metodologias Visuais*. SAGE Publications, 2001

> (...) apresentar alguns métodos para "interpretar" as imagens de acordo com formas de produção, aspectos da própria obra e a audiência à mesma, assim como as características formais da imagem como sua composição, a tecnologia usada para produzi-la e apresenta-la e também as relações sociais que derivam e se originam dela (p. 17 – 28).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho segue a linha de pesquisa de caráter qualitativo, seguindo a sequencia de coleta de dados, classificação dos mesmos e os resultados da sua aplicação prática. O termo "pesquisa qualitativa" constitui um conceito muito amplo que faz referência a diversas perspectivas epistemológicas e teóricas, incluindo numerosos métodos e estratégias de investigação. Esteban (2003)[7] diz que a pesquisa qualitativa é uma *"atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativas, à tomadas de decisões"*(P.123). Na pesquisa qualitativa não existe a intenção de confirmar e / ou comprovar hipóteses previamente construídas e por isso a pesquisa é indutiva e ganha forma ao longo do recolhimento das informações e análise das mesmas. Durante a condução da pesquisa, segundo Esteban (2003), o diálogo entre o pesquisador e sujeitos é sempre uma constante e tem o objetivo de desvendar os sentidos que atribuímos a nossas ações, interações e formas de compreensão.

No ano letivo de 2019, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD – Artes) selecionou para a disciplina Artes a obra "Por Toda Parte" (Editora FTD / Autores: Solange Utuari, Pascoal Ferrari, Carlos Karter, Bruno Fisher), edição 2019/2020/2021, para o Ensino Fundamental – Séries Finais (6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano). A coleção foi implantada da Escola de Tempo Integral Professor José da Costa Porto, pertencente à Rede Municipal do Recife, no mesmo ano letivo. Em seu prefácio, os quatros livros enunciam que *"a coleção Por Toda Parte propõe o estudo de Arte adequado às premissas e exigências curriculares da Educação brasileira na atualidade, incluindo a Base Nacional Comum Curricular BNCC"*[7]. Ao citar o BNCC, a coleção Por Toda Parte assume uma nova proposta para as aulas de Artes que abarca os quatros principais campo artísticos (artes visuais, dança, música e teatro) dentro do currículo escolar, num caráter interdisciplinar e não diretivo que vem sido discutido desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, quando a disciplina Artes tornou-se obrigatória, no Ensino Fundamental Anos Finais. Com isso, tanto a atuação dos professores quanto o material didático tiveram que retomar uma postura "polivalente" em relação aos conteúdos de Artes, visto que o foco da arte-educação após a LDB 1996 reforçava a necessidade de criar um ambiente em sala de aula que propiciasse a expressividade dos alunos através de diversas linguagens artísticas, e os materiais didáticos não poderiam ficar de fora.

Uma das pautas mais discutidas pelos alunos em sala a respeito da disciplina Artes era a falta de conteúdos e atividades mais práticas e conectadas à realidade deles, pois os assuntos focavam excessivamente questões referentes à História da Arte, principalmente arte antiga e renascentista, sob a ótica cronológica e referencial (sequência dos movimentos artísticos, nomes de pintores renascentistas e barrocos, etc.). Assim as aulas de Artes mais pareciam uma extensão das aulas de História Geral e História do Brasil. O desafio era trazer os temas referentes à História das Artes, porém inseridos num contexto mais atual, para que gerassem discussões entre os alunos sobre a evolução das artes e seu papel na nossa vida cotidiana.

Estabelecer contato entre os alunos e as obras estudadas nos textos foi o passo inicial em direção à compreensão artística e à reflexão sobre as mudanças que as Artes passaram ao longo dos tempos. Foram selecionadas dentro dos livros e de outros materiais de apoio obras consideradas "ícones" de cada época e/ou movimento tratado nos capítulos. Também foram colocadas obras de

[7] SANDIN ESTEBAN, M. P. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 2010.
7 FERRARI, S. Por Toda Parte – 6º ano: ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora FTD, 2 ed, 2018; pág. 02.

artistas de diferentes manifestações artísticas em confronto com as obras principais, visando despertar o olhar dos alunos para a análise crítica dos elementos formais e temáticos dos trabalhos. Buscou-se não valorizar apenas uma linguagem artística, como a pintura e a escultura, por exemplo. Também foram contempladas em igual proporção gravuras, fotografias, história em quadrinhos e campanhas publicitárias, que interagissem como o contexto sócio-cultural dos alunos e que despertassem nos mesmos alguma identificação, os levando a um novo olhar ou concepção artística. Para tal, seria necessário e inevitável a busca por referencias nacionais e locais nos livros didático, ainda que as mesmas não estivessem explicitadas dentro de um contexto histórico. Contudo, é notório nos capítulos dos livros a presença maior de artistas e peças provenientes mais da Europa e dos Estados Unidos, do que do Brasil e de outras regiões do mundo. Esse fato não se deve não por preconceito ou desinformação. O acesso a imagens de artistas nacionais ainda é pequeno e, consequentemente, pouco referencial aos alunos. O que se pretendia era uma abordagem ampliada dos conceitos de arte e criação, a partir das principais referencias de artistas que ajudaram a consolidar novas propostas artísticas. Esses artistas referenciais continuam sendo, lastimavelmente, os europeus e os norte-americanos.

Imagem 1: Livros didáticos da coleção "Por Toda Parte" Ensino Fundamental anos finais (6º, 7º, 8º e 9º anos)

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A aplicação dos livros didáticos em sala de aula apresentava o desafio de revisitar o conceito de Artes e principalmente de aula de artes, assim como estimular o olhar estético e a criatividades do alunato. Afinal, durante muitos anos as aulas de Artes significavam apenas História das Artes intercaladas com decorações de Dia das Mães e de São João, ou apenas suporte material ou de atividades para outras disciplinas curriculares. O foco de estudo concentrou-se mais nas formas e no contexto sociocultural das obras, compreendendo o livro didático como um artefato cultural e estabelecendo vínculos com a leitura e com imagens. A importância da relação professor – livro – alunos servia para colocar o livro no centro da experiência de aprendizagem, no centro dos fazeres escolares.

Os relatos e as experiências dos alunos variavam entre o entusiasmo que o novo material produzia e por certo ar de "monotonia" que frequentemente se instalava nas aulas. A experiência de ler textos e responder perguntas sobre eles ainda era reconhecível aos alunos nas aulas de Português, História e Geografia e tantas outras disciplinas já consolidadas no curriculum escolar. O temor dos alunos na disciplina Artes é a de que ela perdesse sua inerente característica de livre-expressão e estímulo a criatividade a partir do momento que os livros eram requeridos, algo questionado pelos alunos sempre que nas aulas o uso do material se estendia e "entediava". Tornavam-se corriqueiras expressões como "professor, isso é a aula de Artes, não é para ficar lendo texto, é para pintar, desenhar e fazer atividades divertidas". Parecia que a aula outrora "divertida e lúdica" havia se tornado "séria" demais. Ao longo do ano letivo, o trabalho com os livros didáticos se dividiu entre o produtivo e o descartável, entre o aproveitável e o desnecessário. Os alunos entravam em contato com conhecimentos e reflexões importantes em suas vidas, porém ainda não sabiam exatamente que importância disso. Considero precipitado classificar a

experiência com exitosa ou fracassada. Acredito que se iniciou no Ensino fundamental um processo que se encerra no fim do ano letivo, mas estará sempre em processo.

CONCLUSÃO

Ao final desse trabalho apresento as possíveis respostas às indagações da Introdução. Como o livro didático de Artes deve apresentar, sequenciar e organizar o conhecimento – texto/imagem, em artes? De que maneira o livro didático de Artes pode explorar os conteúdos sob uma fundamentação interdisciplinar, para que os alunos percebam as artes como valioso campo de conhecimento social e cultural? Após as reflexões que geraram esta pesquisa, posso dizer que mais importante que cores, releitura, pintura, ilustrações e textos faz-se necessário observar a interação dos alunos com o livro didático e sobre como essa relação ganha importância e significado na experiência escolar. Ao final do ano letivo de 2019 tive consciência de que era necessário manter uma postura flexível em relação ao material didático, e de abertura para caminhos inusitados e não planejados sobre o desdobramento do processo. Tal postura se faz necessária não apenas para excluir partes planejadas, mas para incluir novos caminhos. Ainda não existem estudos suficientes sobre o livro didático de Artes e sua aplicação nas escolas, o que, desde já, transforma esse tema num importante campo de pesquisa para os futuros professores e estudiosos da área.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos*. São Paulo: Perspectiva, 1991, pág, 34.
2. _____ *Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais* – 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
3. FERRARI, S. Por Toda Parte – 6º ano: ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora FTD, 2 ed, 2018.
4. _____Por Toda Parte – 7º ano: ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora FTD, 2 ed, 2018.
5. _____Por Toda Parte – 8º ano: ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora FTD, 2 ed, 2018.
6. _____Por Toda Parte – 9º ano: ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora FTD, 2 ed, 2018.
7. FERRAZ, Maria Heloísa C. e SIQUEIRA. *Arte-educação – Vivência, experienciação ou livro didático?* São Paulo: Edições Loyola, 1987, pag. 12.
8. HERNANDEZ, Fernando. *Catadores da Cultura Visual; transformando fragmentos em nova narrativa visual*. Porto Alegre, Mediação, 2007.
9. KERN, Maria Lúcia Bastos. *Os impasses da História da Arte: a interdisciplinaridade e/ou especificidades do objeto de estudo?* In: WANNER, Maria Celeste de Almeida. (org.). Artes Visuais pesquisa hoje, Salvador, 2001, pag. 53.
10. SANDIN ESTEBAN, M. P. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 2010.
11. SILVA, Gisele Costa Ferreira da. *Livros didáticos para o ensino de arte [manuscrito]:* diálogos, prática, 2009.
12. SILVIA Jocenaide Maria Rossetto. *Do museu ao livro didático; em busca de uma metodologia para a utilização de imagens de obras de artes no ensino da história*. Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.
13. ROSE, Gillian. *Metodologias Visuais*. SAGE Publications, 2001.

IMAGEM 1: Fotografias do autor.

ISSN 2316-8021

GT 7.

Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: discutindo os procedimentos, dúvidas e percursos

ISSN 2316-8021

Concordância verbal em Maceió/ AL
Verbal agreement in Maceió/ AL

Alan Jardel de Oliveira[1]; Dariana Nunes dos Santos[2]

[1]Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Maceió, Alagoas; alanjardel@gmail.com
[2]Professora auxiliar da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); União dos Palmares, Alagoas; doutoranda em Teoria e Análise Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e bolsista CNPQ; darianan46@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo analisamos a concordância verbal no português brasileiro falado na zona urbana de Maceió/AL, tomando como base os pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Sociolinguística Variacionista, de William Labov (2008 [1972]). Utilizamos dados do projeto Portal – Variação Linguística no Português Alagoano, com entrevistas gravadas e transcritas ortograficamente de 36 colaboradores, homens e mulheres de três faixas etárias e três níveis de escolaridade. Foram selecionadas como variáveis sociais 'gênero', 'faixa etária' e 'escolaridade'; e como variáveis linguísticas 'posição do sujeito em relação ao verbo', 'elementos intervenientes entre sujeito e verbo' e 'natureza do sujeito'. Concluímos que a concordância verbal em Maceió é diretamente proporcional à escolaridade e que há interação entre as variáveis gênero e faixa etária. Do ponto de vista linguístico, o processo é favorecido 1ª pessoa do plural e desfavorecido pela 3ª pessoa do plural. As variáveis 'posição do sujeito' e 'elementos intervenientes' não foram estatisticamente significativas.

PALAVRAS-CHAVE: variação linguística, sintaxe, variedade alagoana.

ABSTRACT: In this paper we analyze verbal concordance in Brazilian Portuguese spoken in the urban area of Maceió, capital of Alagoas, based on the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistic Theory, by William Labov (2008 [1972]). We used data from the Portal project - Linguistic Variation in Portuguese of Alagoas, with interviews recorded and transcribed orthographically of 36 employees, men and women of three age groups and three levels of schooling. We selected the social variables 'gender', 'age group' and 'schooling'; and the linguistic variables 'position of the subject in relation to verb', 'intervening elements between subject and verb' and 'nature of the subject'. We conclude that the verbal concordance in Maceió is directly proportional to 'schooling' and that there is interaction between the variables 'gender' and 'age group'. About the linguistic variables, the process is favored 1st person plural and disadvantaged by 3rd person plural. The variables 'subject position' and 'intervening elements' were not statistically significant.

KEYWORDS: Linguistic variation,syntax, Alagoas variety.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisa-se o fenômeno de concordância verbal (CV) no português brasileiro (PB) falado por maceioenses. É comum o estudo dessa variável não só em PB, como também em outras línguas, e o que se tem observado em relação a isto é a variação recorrente entre marcas e ausências de concordância, o que parece atingir todas as camadas da sociedade, independentemente do nível socioeconômico e da escolarização dos falantes, isto quer dizer que ninguém faz todas as concordâncias entre sujeito e verbo corretamente todas as vezes que produz sentenças orais ou escritas. Para citar algumas autoridades no assunto, Naro e Scherre (1998) mostram em seus trabalhos sobre CV que nós, brasileiros, apresentamos oscilações entre variantes

explícitas (concordância) e variantes zero (ausência de concordância), de modo que é comum produzirmos sentenças como 1a. e 1b., como as que vemos a seguir:

1a. "As crianças hoje não brincam mais;" (AF2M)

1b. "Os menino ficava na rua até uma hora, duas" (DM2M)

Nesse sentido, o nosso trabalho se configura na apresentação dos contextos de variação favoráveis para a aplicação ou não da concordância, tentando descrevê-los do ponto de vista linguístico e social. Com este objetivo, dividimos o texto em três seções: seção 2, 3 e 4. Na seção 2, apresentamos uma breve discussão sobre o aporte teórico adotado; no tópico 2.1, trazemos dois pontos de vista antagônicos sobre o fenômeno de concordância verbal (CV): um que é geralmente adotado pelas gramáticas tradicionais do Português Brasileiro (PB) e outro que é defendido por pesquisadores sociolinguistas, como Naro e Scherre (2007). No tópico 2.1.1 do mesmo capítulo, trazemos algumas explicações para o processo variável de CV no PB por meio da apresentação de três correntes teóricas que tratam desse fenômeno.

Na seção 3, tratamos do processo metodológico de coleta, transcrição, codificação e quantificação dos dados com base no que prescreve a Teoria Sociolinguística Variacionista, de William Labov (2008 [1972]). Na seção 4, apresentamos a análise feita e a interpretação dos dados. O que vem a seguir são as considerações finais e as referências.

Esperamos, com esta análise, que possamos conhecer o padrão variável de CV dos maceioenses, trabalho relevante do ponto de vista linguístico para o PB alagoano, uma vez que desconhecemos outros que façam a mesma abordagem.

A pesquisa faz parte do projeto 'Variação linguística no português alagoano – PORTAL' (aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas, CAAE: 24637714.6.0000.5013).

SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

A Sociolinguística Variacionista surge efetivamente na década de 60 nos Estados Unidos da América como teoria linguística que inclui o *aspecto social* em suas análises sobre o sistema linguístico, como resposta à ideia de homogeneidade linguística adotado tanto pelo Estruturalismo (que teve como ponto de partida as ideias do genebrino Ferdinand de Saussure) quanto pelo Gerativismo, de Noam Chomsky.

O principal mentor dessa teoria é o linguista americano William Labov nascido em 1927, em Rutherford, New Jersey, que, sob a orientação do professor Uriel Weinreich, defendeu a sua tese sobre um fenômeno de mudança fonética na fala de moradores da ilha de Martha's Vineyard. Daí em diante, o linguista realizou pesquisas empíricas e análises linguísticas responsáveis por desenvolver o escopo teórico-metodológico da Sociolinguística, bem como popularizá-la entre linguistas do mundo inteiro. O trabalho de Labov tem dado importantes contribuições para os estudos sociolinguísticos, além de servir como argumento teórico para a quebra de preconceitos linguísticos, étnico-raciais e de classe.

Para Labov (2008 [1972]), o caos linguístico decorrente da diversidade linguística pode ser sistematizado, virar objeto de estudo científico e entrar nos moldes da pesquisa empírica por meio da observação, descrição e análise do comportamento linguístico humano. Ainda conforme esta perspectiva, Tarallo (1986) diz que a língua é, ao mesmo tempo, o ponto de partida da investigação e um porto ao qual o modelo espera que o pesquisador retorne todas as vezes que encontrar dificuldades de análise, pois ele é o dado de análise e também é a base para o estudo, uma vez que resume em si mesmo as informações necessárias para fins de confirmação ou rejeição de hipóteses anteriores sobre a língua, assim como para o levantamento e também o lançamento de novas hipóteses.

Para Tarallo (1986), a concepção e o alcance do modelo sociolinguístico são a um só tempo *sincrônicos* e *diacrônicos*, sendo assim, tanto a variação que se enquadra numa situação linguística em um determinado momento – *sincronia*; como a mudança que se origina de uma situação

linguística em vários momentos sincrônicos, avaliados longitudinalmente – *diacronia*; devem ser estudadas.

Conforme Labov (2008 [1972]),

> Uma variável linguística só pode servir de foco de estudo se ela for frequente (que ocorra tão reiteradamente no curso da conversação natural espontânea que seu comportamento possa ser mapeado a partir de contextos não-estruturados e de entrevistas curtas), estrutural (quanto mais integrado o item estiver num sistema mais amplo de unidades funcionais, maior será o interesse linguístico intrínseco do nosso estudo) e estratificada (a distribuição do traço deve ser altamente estratificada, ou seja, nossas explorações preliminares devem sugerir uma distribuição assimétrica num amplo espectro de faixas etárias ou outros estratos ordenados da sociedade). (LABOV, 2008, p. 26).

Em outras palavras, variável linguística ou variável dependente é entendida como a coexistência de duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa, num mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Ela recebe esse nome porque depende de fatores internos e externos ao sistema linguístico para delimitar o seu contexto de variação. Em nosso caso, a alternância entre presença e ausência de marcas explícitas de concordância é uma variável dependente e cada uma dessas formas alternantes chamada de variante. Havendo duas ou mais possibilidades de se dizer o mesmo, é natural que se configure um conflito entre variantes conservadoras (mais antigas) e variantes inovadoras (mais recentes) pela sobrevivência no sistema linguístico e que o falante, no entremeio da relação entre língua e sociedade, seja levado a fazer escolhas condicionadas tanto por fatores linguísticos quanto por fatores sociais. Esses fatores são chamados de variáveis independentes porque não dependem da variável dependente para existir, mas antes agem sobre ela pressionando-a e influenciando-a. Como os fatores que condicionam as variáveis dependentes são de ordem linguística e social, as variáveis independentes são também linguísticas e sociais.

As variantes linguísticas podem ser de prestígio ou estigmatizadas. Uma variante adquire prestígio se for associada a um falante ou grupo social de *status* considerado mais socialmente valorizado. Dessa forma, tal variante pode passar a ser utilizada por outras pessoas de classe inferior, pois a variedade linguística da classe dominante tende a se impor como marca de prestígio, determinando a atitude dos falantes dos grupos dominados, no sentido de levá-los a supervalorizar a variedade da classe dominante e estigmatizar a sua própria variedade linguística. O preconceito linguístico se configura como o julgamento depreciativo de uma variedade linguística.

Conforme Labov (2008 [1972]), a variedade das classes dominadas tende a se desestruturar quando em contato com a variedade da classe dominante, gerando sentimentos de culpabilidade ou de inferioridade linguística. Assim, se instaura o preconceito linguístico nas sociedades de classes: as variedades das classes dominadas são estigmatizadas não só pelos falantes da classe dominante, mas pelos próprios falantes que compõem. A variação linguística pressupõe um quadro de valoração social, por isso é tão importante o que se fala, quanto quem fala, pois as variantes empregadas por falantes dos estratos sociais mais baixos da população em grande parte são estigmatizadas e o preconceito cresce na medida em que aumenta a identificação da forma variante com a classe discriminada. Todavia, esse quadro muda na proporção em que a variante estigmatizada passa a ser usada por outros grupos sociais. O estigma vai diminuindo e chega a desaparecer completamente se tal variante for aceita pela classe dominante.

CONCORDÂNCIA VERBAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Para as gramáticas tradicionais do português brasileiro (PB), de modo geral, a concordância verbal é entendida como a solidariedade entre sujeito e verbo numa mesma sentença de forma que

o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito para situá-lo no tempo, como nos exemplos a seguir:

1. "As pessoas que seguem uma determinada religião" (HM1S)
2. "Os jovens se apaixonam muito" (JM2S)

Em contrapartida, análises variacionistas como as de Naro e Scherre (2007), por exemplo, afirmam que dialetos não padrão do português do Brasil apresentam, de forma generalizada, fenômenos de concordância variável, cuja origem suscita controvérsia. São exemplos a concordância variável de número verbo/sujeito, a concordância variável de número entre os elementos do sintagma nominal e a concordância variável de número no sintagma predicativo. Vejamos a seguir exemplos de ausência de concordância de número verbo-sujeito:

3. "Que as pessoa tá no corredor da morte" (KF1S)
4. "As minhas duas filhas ainda teve contato com ela" (LF3S)

Nas sentenças 3 e 4, vemos que as marcas de concordância verbal no verbo podem não ser realizadas, o que caracteriza o processo de concordância como variável no PB.

Conforme Naro e Scherre (2007), há basicamente duas correntes de pensamento com relação à origem da falta variável de concordância, bem como de outros fenômenos variáveis, no português não padrão do Brasil. Uma delas considera que esses fenômenos têm origem unicamente na antiga deriva secular das línguas indo-europeias, e das línguas românicas em particular, em direção a uma gramática com menos flexão, nos termos de Sapir (1949/1921: 145-170). Conforme esse ponto de vista, as estruturas variáveis poderiam ter existido tanto em Portugal quanto no Brasil, mas talvez em época e em grau diferentes.

Conforme esses autores (2007), uma outra visão é a de que, nesse aspecto, o português do Brasil é radicalmente diferente do português europeu. E sob essa perspectiva, a principal causa da divergência em relação às linhas de desenvolvimento europeu é a presença maciça de pessoas de origem africana no Brasil, cujas línguas de origem teriam influenciado o português do Brasil por meio de um estágio hipotético de um pidgin ou de um crioulo de base lexical portuguesa.

Neste estudo, corrobora-se com a perspectiva conciliatória em relação às origens do português popular de Naro e Scherre (1933), que postula a origem dos fenômenos variáveis de concordância como sendo de origem portuguesa, mas que as condições de pidgnização endêmicas e a aprendizagem de segunda língua em fase adulta que predominaram durante todo o processo de formação do português brasileiro, mesmo antes da chegada dos africanos escravizados, aceleraram e exageraram as tendências iniciais durante o processo de nativização da língua portuguesa pelas comunidades das mais diversas bagagens culturais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho, a análise dos dados de fala espontânea foi feita utilizando-se o arcabouço metodológico da sociolinguística variacionista, conforme apresentado em Labov (2008) [1972], o qual prevê a análise de dados reais de fala em busca da identificação dos fatores sociais e linguísticos que contribuem para explicar um determinado processo linguístico variável.

Para a coleta dos dados, consideramos o que Labov (2008) [[1972] denomina 'paradoxo do observador'. De acordo com o autor, tal paradoxo se estabelece na relação entre pesquisador e colaborador durante a realização da coleta de dados, pois o dado de fala que supostamente representa o vernáculo (a fala menos monitorada) é construído a partir da interação entre esses dois atores. Desse modo, uma vez que o colaborador da pesquisa tem consciência de que está sendo observado, sua fala tende a não ser espontânea, pois a presença do observador com sua aparelhagem tecnológica (gravador, microfone, etc.) pode levar o falante a se expressar com um certo grau de formalidade ou monitoramento, o que pode prejudicar o objetivo da pesquisa.

Conforme Labov (2008 [1972]), uma forma de minimizar o impacto da presença do pesquisador no momento da coleta de dados é trabalhar com narrativas pessoais, para tentar levar o colaborador a reproduzir fatos ou acontecimentos em que tenha vivenciado emoções fortes, como situações que envolvam risco de morte. A partir do momento em que o entrevistado é reportado a

momentos de forte tensão ou emoção, a fala deixará de ser o foco de sua atenção e ele, sem perceber, conseguirá ser mais espontâneo. Com esse intuito, as entrevistas foram guiadas por perguntas que fizeram os informantes relatarem sobre a sua infância e adolescência na cidade; a descrever sua casa e a cidade nesses períodos e a se posicionarem sobre os temas polêmicos como aborto, casamento homossexual e pena de morte.

As gravações tiveram duração de 9 a 11 minutos e foram realizadas com 36 informantes, nascidos em Maceió ou residentes nessa cidade há mais de 20 anos. A amostra foi segmentada em relação às variáveis sociais gênero, escolaridade e faixa etária, conforme se pode verificar no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Distribuição da amostra em relação às variáveis sociais 'gênero', 'escolaridade' e 'faixa etária'

Gênero	Faixa etária	Escolaridade	Núm. de participantes
Feminino	Entre 18 e 35 anos	fundamental	2
		médio	2
		superior	2
	De 36 a 55 anos	fundamental	2
		médio	2
		superior	2
	Acima de 55 anos	fundamental	2
		médio	2
		superior	2
Masculino	Entre 18 e 35 anos	fundamental	2
		médio	2
		superior	2
	De 36 a 55 anos	fundamental	2
		médio	2
		superior	2
	Acima de 55 anos	fundamental	2
		médio	2
		superior	2
Total de participantes			36

Como variáveis independentes linguísticas, foram consideradas a 'posição do sujeito em relação ao verbo' (anteposto ou posposto), a 'presença de elementos intervenientes entre sujeito e verbo' (presença de elementos entre sujeito e verbo e ausência de elementos) e a 'natureza do sujeito' (terceira pessoa do plural e primeira pessoa do plural).

As entrevistas foram realizadas em meados de 2015 com o auxílio de um gravador digital (Zoom H1) e um microfone de lapela unidirecional. As transcrições dos dados foram realizadas com o auxílio do software PRAAT.

Na análise quantitativa, foram utilizados métodos inferenciais de análise estatística (tabelas de contingência, testes univariados e multivariados e métodos de regressão multinível). A seleção das variáveis estatisticamente significativas foi feita seguindo os critérios apresentados Hosmer e Lemeshow (2001).

A análise estatística foi feita com o auxílio do software R. Os pesos relativos foram calculados alterando-se o contraste entre as variáveis independentes. Ao invés de tomar um dos fatores como referência (padrão na maioria dos softwares estatísticos), essa alteração permite que a categoria de referência seja a média entre os efeitos dos fatores (método desvio da média).

Vejamos a seguir a análise dos dados.

ISSN 2316-8021

ANÁLISE DOS DADOS

Nos dados analisados, foram identificadas 310 ocorrências, das quais 170 (54,8%) apresentaram marcas explícitas de concordância de número entre verbo e sujeito e 140 (45,2%) apresentaram ausência de tais marcas.

Vejamos a seguir a distribuição das variantes em relação a cada uma das variáveis independentes consideradas nesse estudo:

Tabela 1 - Distribuição das variantes em relação às variáveis independentes consideradas no estudo

Var. Independentes	Fatores	Concordância		Não concordância		Total
Gênero	Feminino	55	42,3	75	57,7	130
	Masculino	115	63,9	65	36,1	180
Faixa etária	18-35	59	57,8	43	42,2	102
	36-55	72	54,5	60	45,5	132
	>55	39	51,3	37	48,7	76
Escolaridade	0 a 8 anos	28	26,4	78	73,6	106
	9 a 11 anos	55	55,0	45	45,0	100
	> 11 anos	87	83,7	17	16,3	104
Posição do sujeito	anteposto	165	55,4	133	44,6	298
	posposto	5	41,7	7	58,3	12
Elementos intervenientes	presente	42	45,2	51	54,8	93
	ausente	128	59,0	89	41,0	217
Natureza do sujeito	3ª p.p.	108	49,1	112	50,9	220
	1ª p.p.	62	68,9	28	31,1	90
Total		170	54,8	140	45,2	310

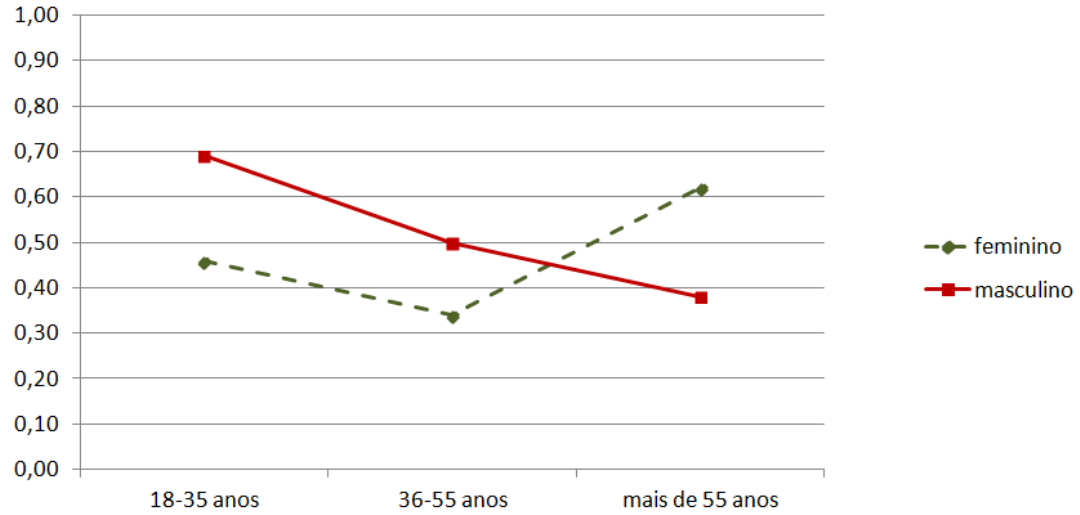
A seleção das variáveis estatisticamente significativas foi feita a partir de diversos testes em modelos multivariados. As variáveis 'posição do sujeito' e 'elementos intervenientes' não se mostraram estatisticamente significativas (sig.=0,54 e sig.=0,08, respectivamente). A variável 'natureza do sujeito' apresentou significância estatística.

Na análise das variáveis sociais, as variáveis 'gênero' e 'faixa etária' não apresentaram significância estatística (sig.=0,22 e sig.=0,48, respectivamente). Entretanto, ao analisarmos a interação entre variáveis sociais, constatamos que havia interação estatisticamente significativa entre as variáveis 'gênero' e 'faixa etária'. Assim, o modelo final de regressão logística, aquele que apresenta o conjunto de variáveis independentes que melhor explica a variação na concordância verbal em Maceió/AL, ficou composto pela variável linguística 'natureza do sujeito', pela variável 'escolaridade' e pela interação entre as variáveis sociais 'gênero' e 'faixa etária'.

O gráfico a seguir apresenta o resultado da interação entre gênero de faixa etária.

ISSN 2316-8021

Gráfico 1 – Efeito da interação entre as variáveis 'gênero' e 'faixa etária' na realização da concordância verbal em Maceió/AL



Como podemos observar, entre os falantes do gênero masculino, há uma relação inversamente proporcional entre a realização da concordância e a idade do falante (quanto mais velho, menos concordância). Esse padrão não se verifica entre as falantes do gênero feminino. A faixa que menos realiza a concordância é a faixa intermediária, composta por falantes entre 36 e 55 anos. O grupo que mais realiza a concordância, entre as mulheres, são as com idade acima de 55 anos. Entre os falantes de 18 a 55 anos, os homens fazem mais concordância do que as mulheres.

Segundo Scherre e Yacovenco (2011),

> No caso da concordância verbal, a presença de concordância nas áreas urbanas é, em 2000, também a forma mais recorrente em termos médios, da ordem de 80% (Naro & Scherre, 2010: 82), com base em dados extraídos do Corpus PEUL 2000. A forma com concordância é também a menos marcada socialmente: fazer concordância é o esperado pela sociedade. Neste caso, as mulheres estão à frente dos homens nos processos de mudança da concordância em direção à forma menos marcada, em especial quando se comparam dados extraídos do Corpus PEUL 1980 e Corpus PEUL 2000.

Ainda conforme essas autoras, 1) "traços linguísticos menos marcados, no sentido de serem menos dependentes das relações interacionais ou mais frequentes ou mais aceitos socialmente tendem a ser favorecidos pelas mulheres"; 2) "em configurações menos marcadas, e não necessariamente mais prestigiadas, as mulheres estão à frente na variação ou na mudança"; e 3) "em configurações mais marcadas, e não necessariamente menos prestigiadas, os homens estão à frente na variação ou na mudança".

Nossos resultados apontam para direções diferentes das apresentadas em Scherre e Yacovenco (2011). Em Maceió/AL, entre os falantes até 55 anos, os homens realizam mais concordância do que as mulheres. Entre os mais velhos (acima de 55 anos), as mulheres realizam mais concordância. Esse resultado demonstra que a realidade linguística observada por ser mais complexa, especialmente quando analisamos a interação entre variáveis sociais. Nesse estudo, se desconsiderássemos a interação, não veríamos tal complexidade, visto que tais variáveis seriam ignoradas, pois não apresentariam significância estatística.

Acreditamos que investigações mais aprofundadas devam ser realizadas acerca do falar maceioense, especialmente ampliando-se a amostra e investigando com mais profundidade as particularidades dos informantes. Em estudos futuros, a utilização de modelos de regressão

multinível, controlando efeitos individuais, pode ajudar a entender o efeito da interação observada aqui.

A variável 'faixa etária' tem se demonstrado bastante relevante nas pesquisas sociolinguísticas, especialmente na identificação de processos de mudança linguística em curso. Em nossos resultados (Gráfico 1), podemos sugerir que há mudança em progresso entre os homens (em direção à realização da concordância); porém esse padrão não é observado entre as mulheres. Novamente, outros estudos precisam ser feitos para investigarmos com mais profundidade tais resultados.

A variável 'escolaridade' se apresenta como importante em muitos trabalhos realizados sobre a concordância verbal no PB. De acordo com Naro e Scherre (1998), a concordância entre verbo e sujeito parece sensível à escolaridade, "revelando as pressões que os falantes sofrem pelo fato de a variante zero ser estigmatizada pelos padrões gramaticais vigentes". Deste modo, as pessoas com mais anos de escolarização tenderiam a usar mais a concordância, demonstrando o papel da escola na conservação das variantes de prestígio. A tabela a seguir apresenta os resultados da variável escolaridade.

Tabela 2 - Efeito da variável 'escolaridade' na realização da concordância verbal em Maceió/AL

Escolaridade	**Total**	**%**	**PR**	**Sig.**
0 a 8 anos	106	26,4	0,21	<0,001
9 a 11 anos	100	55,0	0,55	0,339
Acima de 11 anos	104	83,7	0,76	<0,001
Total	**310**	**54,8**		

Os resultados apresentados na tabela 2 comprovam o efeito da escolaridade na realização da concordância verbal em Maceió/AL, seguindo resultados observados em outros estudos no PB. A diferença percentual entre os menos escolarizados (26,4%) e os mais escolarizados (83,7%) revela o quão importante é a escola na realização da concordância verbal.

As variáveis linguísticas consideradas neste estudo foram a 'posição do sujeito' na sentença', a 'presença elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo' e a 'natureza do sujeito' (primeira ou terceira pessoa). Somente esta última apresentou significância estatística.

Segundo Galves (1993) e Duarte (1993), no PB, há uma tendência maior para o preenchimento do sujeito pronominalmente, a fim de se evitar a CV, ou seja, ao abrir mão do sujeito nulo, o falante, inconscientemente, evita a ambiguidade, dispensando assim a aplicação da regra de concordância. A variável 'natureza do sujeito' foi considerada nesta análise porque hipotetizamos que algumas estruturas que ocupam a função de sujeito podem influenciar negativa ou positivamente a aplicação da regra de CV, conforme se observa em outros trabalhos. Conforme observamos na tabela 3, a seguir, o sujeito de 1ª pessoa do plural favorece a realização da concordância verbal.

Tabela 3 - Efeito da variável 'natureza do sujeito' na realização da concordância verbal em Maceió/AL

Natureza do sujeito	**Total**	**%**	**PR**	**Sig.**
1ª pessoa do plural	90	68,9	0,66	<0,001
3ª pessoa do plural	220	49,1	0,34	<0,001
Total	**310**	**54,8**		

Muitas pesquisas variacionistas demonstraram que sujeitos distantes de seus verbos ou sujeitos em posição pós-verbal, distantes ou não do verbo, tendem a enfraquecer a concordância. Para Pontes (1986), o SN-sujeito posposto pode apresentar características de objeto, o que dificultaria a marcação de concordância. Nesta pesquisa esperava-se, portanto, que houvesse maior probabilidade de aplicação da regra para casos em que o SN-sujeito ocorresse em contextos

de anteposição em relação ao verbo ou que estive mais próximo dele. Ao contrário da expectativa, as variáveis 'presença de elementos intervenientes' e 'posição do sujeito' não apresentaram significância estatística.

A hipótese de que o sujeito imediatamente anteposto ao verbo favoreceria a concordância não foi verificada neste trabalho (sig.=0,08). Isso ocorreu, provavelmente, devido à pequena quantidade de dados de sujeitos pospostos (12) em contraposição à de sujeitos antepostos (298). Poucos dados tendem a gerar resultados sem significância estatística. Estudos futuros com ampliação da amostra podem contribuir para uma análise mais aprofundada dessa variável.

Não podemos supor o mesmo para a ausência de significância para a variável 'presença de elementos intervenientes', visto que há muitos dados em ambos os fatores dessa variável.

Percentualmente, conforme observamos na tabela 1, há uma tendência de favorecimento da concordância pelo sujeito anteposto e diante da ausência de elementos intervenientes entre sujeito e verbo. A ausência de significância estatística, entretanto, não nos permite considerar tal resultado. Estudos futuros podem contribuir para conclusões mais assertivas sobre tais variáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a concordância verbal do PB urbano falado na capital alagoana é muito influenciada pela escolaridade do falante, sendo a concordância diretamente proporcional ao nível de escolaridade. Sobre as variáveis sociais 'gênero' e 'faixa etária', concluímos que há interação estatisticamente significativa. Entre os falantes com menos de 55 anos, não se confirma a hipótese de que homens fazem menos concordância do que mulheres. Nessa faixa, são os homens que fazem mais concordância. A interação surge na faixa etária mais elevada. Diferente das demais, na faixa acima de 55 anos, as mulheres favorecem a realização da concordância. A concordância é favorecida quando o sujeito está na primeira pessoa do plural. Variáveis linguísticas que são comumente significativas em outros estudos sobre o PB não se mostraram estatisticamente significativas neste trabalho. Estudos futuros, com aumento de amostra e com uso de modelos de regressão multinível, podem contribuir para esclarecer os pontos que ainda ficaram obscuros em nossa análise.

REFERÊNCIAS

1. DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
2. FREITAG (2005), R. M. Idade: uma variável sociolinguística complexa. *Revista Linguagens e Letras - Estudos Linguísticos*, vol. 6 nº 11 2º sem., ISSN: 1517-7238, p. 105-121, 2005.
3. GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
4. LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo, Parábola editorial, 2008 [1972].
5. NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
6. SANTOS, D. N. *A concordância verbal na fala de afrodescendentes da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares – Alagoas*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas – FALE/ UFAL, Maceió, 2013.
7. SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguistica, sociolinguistica*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Universitá di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523, 1998.

ISSN 2316-8021

8. SCHERRE, M. M. P. & YACOVENCO, L. C. A variação linguística e o papel dos Fatores sociais: o gênero do falante em Foco. *Revista da Abralin*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 121-146. 1ª parte 2011.
9. SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12:37-49. dez. de 1994.
10. TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

ISSN 2316-8021

Oásis cultural: resgate do [pre]conceito sobre as religiões de matrizes africanas enfoque no 20 de novembro no município de União dos Palmares/AL

Cultural oasis: rescue from the [pre] concept on religions from african matrices focus on november 20 in the municipality of União dos Palmares/AL

Getulio da Silva Henrique[1]; Aparecido Batista Xavier[2]; José Lidemberg de Sousa Lopes[3]

[1]http://orcid.org/0000-0002-7136-1730,graduando do curso de geografia do Campus V da Universidade Estadual de Alagoas(UNEAL); União dos Palmares, AL, Brasil; e-mail: henriquethor123@gmail.com
[2]http://orcid.org/0000-0001-8774-3787 ,graduando do curso de geografia do Campus V da Universidade Estadual de Alagoas(UNEAL); União dos Palmares, AL, Brasil; e-mail: abxavier@live.com
[3]http://orcid.org/0000-0003-1295-2124, Prof. Dr. do curso de geografia do Campus V e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC) da Universidade Estadual de Alagoas; União dos Palmares, AL, Brasil; e-mail: jlidemberg@yahoo.com.br

RESUMO: Entrar no campo das religiões principalmente na religiosidade de matriz africana é, (re)fazer uma dolorosa caminhada e penetrar em uma área polêmica onde há questões não resolvidas que nos mostram o reflexo do preconceito com o povo negro e da não aceitação de sua cultura e costume. As religiões de matrizes africanas desde a chegada da população negra em território brasileiro trazem consigo debates perenes e não conclusivos. Essa relação se estabelece pelos contextos políticos, econômico e social desde a regionalização territorial desenvolvida no Brasil. Em nossa estrutura social, grandes tabus surgem quando o assunto e discutir a religião afro-brasileira. Partindo desta inquietação, tentaremos emergir neste assunto de calorosas discussões, uma delas em especial que é bastante postergada no âmbito acadêmico é a discriminação das religiões de matriz africana que serviu de inspiração para a confecção deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Religião, Matrizes Africanas, Preconceito, Tabus.

ABSTRACT: Entering the field of religions mainly in African-based religiosity is (re) taking a painful journey and entering a controversial area where there are unresolved issues that show us the reflection of prejudice against black people and the non-acceptance of their cultures and mores.African-based religions since the arrival of the black population in Brazilian lands have led to perennial and inconclusive debates. This relationship is established by the political, economic and social contexts since the territorial regionalization developed in Brazil. Since the past, in our social structure there are great taboos when it comes to black culture.Starting from this concern, we will try to emerge in this subject of controversial discussions, one of them in particular that is quite postponed in the academic sphere about black culture and that served as inspiration for the creation of this role, which is the discrimination of religions of African origin.

KEYWORDS: Religion, African Headquarters, Preconception, Taboos.

INTRODUÇÃO

Neste artigo discutiremos a vulnerabilidade dos praticantes de matriz africana no dia em que se comemora e é considerado o símbolo da resistência negra, o 20 de novembro. Data esta, que faz parte do calendário nacional de luta e resistência da comunidade negra do país. Procuraremos relatar a luta dos religiosos de matriz africana para exercerem suas práticas religiosas e costumes, sem sofrerem violência de qualquer natureza. Conquista expressiva para essa população se deu em

dia 20 de julho de 2010 quando entrou em vigor a lei federal n. 12 288, o Estatuto da Igualdade Racial. Essa lei contendo uma série de direitos, obrigações estatais, objetivos e metas que dizem respeito a todos os brasileiros. Regulamentando o famoso artigo 5.º da Constituição Federal, o Estatuto da Igualdade Racial dedica um capítulo a um assunto da maior importância — a liberdade de crença. Tornando as religiões de matriz africana reconhecidas juridicamente, em patamar de igualdade com todas as demais confissões religiosas. A liberdade de crença contempla: liberdade de liturgia; livre exercício do culto e proteção aos locais de culto. É assegurada assistência religiosa por Sacerdotes/Sacerdotisas Afro-brasileiros em qualquer instituição de internação coletiva tais como hospitais, quartéis, presídios, etc. Ao poder público cabe combater a intolerância e discriminação direcionada os fiéis das Religiões afro-brasileiras. No tocante aos meios de comunicação, é dever do Estado coibir a difusão de imagens e abordagens que exponham pessoas ao ódio ou escárnio motivados por preconceito contra as Religiões afro-brasileiras (GEERT, 2010). É importante lembrarmos que o Brasil é um país laico, e que não pode haver discriminação de nenhuma religião.

Os neopentecostais têm em seus pensamentos, que os terreiros são espaços de demonização. Utilizam esse subterfúgio como forma de ofuscar e inferiorizar as religiões de matrizes africanas, promovendo a ideia de que seus espaços religiosos devem ser banidos.

> É no ano de 1889 quando se proclamou a República no país que teremos o marco de introdução do princípio de laicidade do Estado, onde há a separação formal entre o Estado e a Igreja Católica. Isso significou a inserção do Brasil em ideários da modernidade, caracterizada por novas ideias referentes à moralidade, a ética, entre outras, sendo também a fase histórica em que surge o Estado-Nação com o papel de formador dos sujeitos-cidadão, o qual tem como ação relevante a secularização do espaço religioso. E como aponta Giumbelli (2008, p. 81), "a presença do religioso na sociedade está sempre relacionada com os dispositivos estatais, apesar ou por causa da laicidade".

O negro é visto com uma ameaça a estrutura social dominante do Brasil, uma das formas de o deixar invisível é não permitir que sua cultura religiosa seja perpetuada. Talvez esta seja a peça chave para todo esse preconceito existente com o povo negro no Brasil. Procuremos atreves de um estudo de caso, de referências bibliográficas e realização de entrevistas, resgatar o preconceito com as religiões de matrizes africanas, através destas preguntas cruciais para compreendermos este processo discriminatório. A primeira pergunta é: a ofuscação das religiões de matrizes africanas interfere no processo do negro de encontrar sua identidade? A segunda pergunta: a cultura negra e seus costumes contribuem como meio comercial (como algo exótico)? A terceira pergunta é: os praticantes de religiões de matrizes africanas conseguem expressar sua religiosidade através de roupas e adereços? A quarta pergunta é: que importância sociocultural tem a serra da barriga. Muitos aspectos sobre a influência negra são observados constantemente no nosso país, em nosso estado e município, ao se tratar das religiões de matriz africana, uma gama da população possui certas resistências em relação ao reconhecimento do valor sociocultural para a formação da identidade nacional, conforme descreve Nilma Lino Gomes:

> A maneira desconfiada, resistente e preconceituosa, por meio da qual tais religiões e seus adeptos são tratados, está ligada a raízes mais profundas e aos ranços deixados pelos processos de dominação que marcaram a empreitada colonial (GOMES, 2015 apud SANTOS, 2015, p. 9).

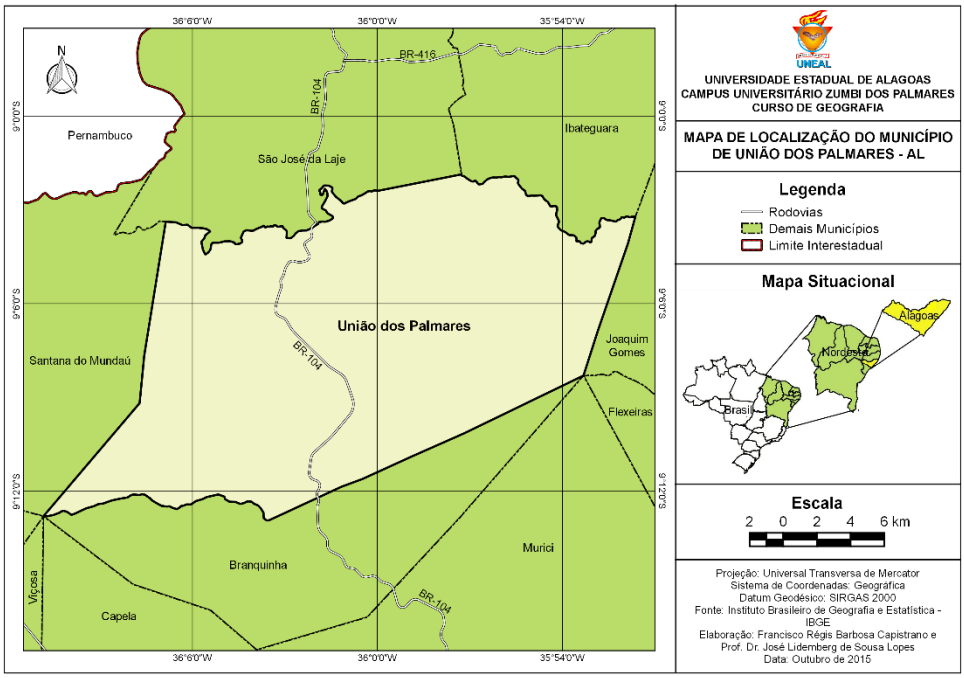
ISSN 2316-8021

Certamente essa perspectiva embasada a partir dos preconceitos, dificulta o entendimento das diferenças, e impossibilita processos de aprendizagem de novos saberes, de troca de experiência que conduzem para a abertura e o acolhimento do desconhecido, favorecendo o diálogo. A superação dessas questões possibilita a eliminação das barreiras que nos levam a imaginar que os religiosos de matriz africana supostamente são pessoas no qual se deve manter distância.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa possui caráter investigativo e descritivo acerca das vulnerabilidades da religião de matriz africana no município de União dos Palmares/AL em especial ao dia 20 de novembro de forma a entendermos a realidade a partir de um olhar da geografia cultural. Com foco quantitativo e qualitativo, baseado no debate atual que perpassa a temática. União dos Palmares se localiza na mesorregião do leste alagoano e na microrregião Serrana dos Quilombos, faz fronteiras com as cidades de São José da Laje e Ibateguara norte, ao sul com Branquinha, e ao leste com Joaquim Gomes e oeste com Santana do Mundaú. O município possui uma área de 420,658 km² (IBGE, 2010), distante 83km da capital alagoana, Maceió, tendo como principais vias de acesso às rodovias BR 416 e BR 104. Segundo o último censo, a população recenseada foi de 62,358 pessoas, a seguir, o mapa de localização do município.

Mapa 1- Localização do Município de União dos Palmares/AL



É nesse contexto municipal que podemos encontrar a Serra da Barriga que foi e é considerada o refúgio da população negra que resistiu à prisão das grandes fazendas e de latifundiários de cana-de-açúcar da província pernambucana em busca de sua liberdade.

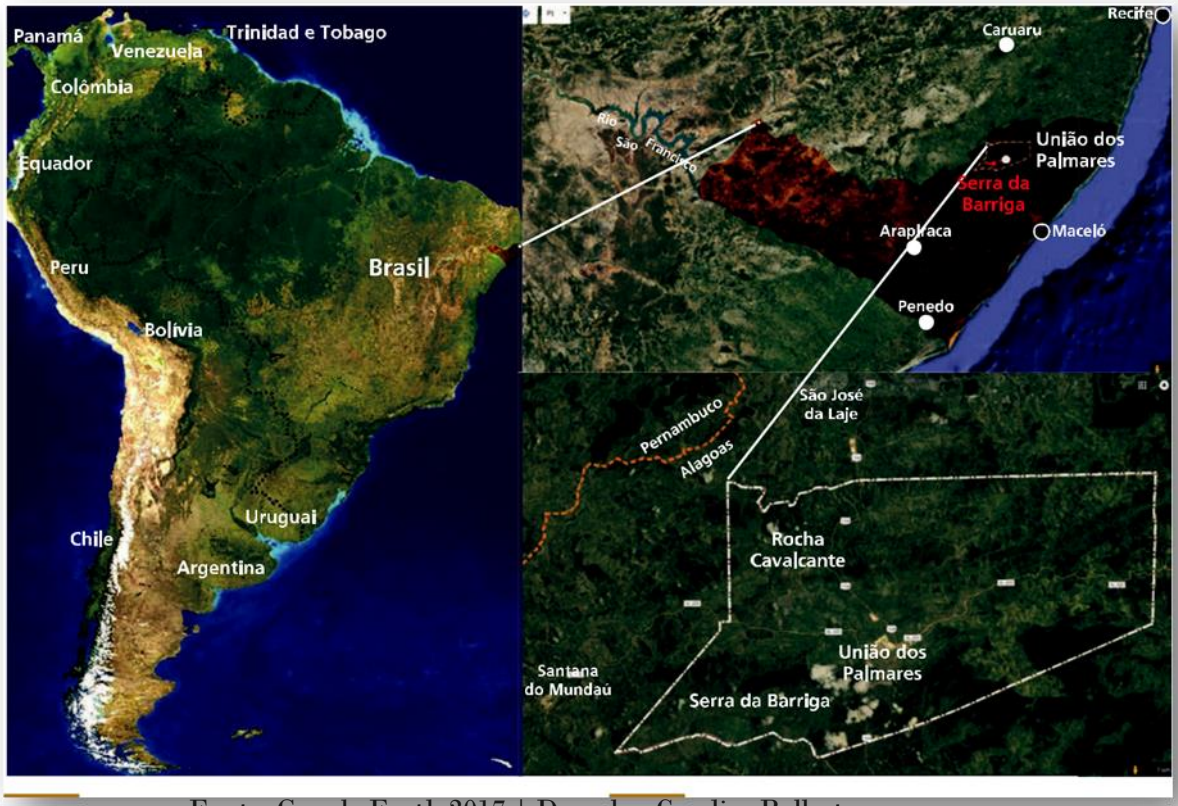
SERRA DA BARRIGA: SOLO SAGRADO, MAS É RESPEITADO?

A Serra da Barriga localiza-se no município de União dos Palmares na zona da mata alagoana, cerca de 80 km da capital (figura 1). A Serra é um bem tombado pelo Iphan desde 1986 e monumento nacional desde 1988. O local é sagrado e de representatividade para o povo negro, onde foi criado o maior foco de resistência escrava do Brasil, o Quilombo dos Palmares. Recentemente, tornou-se Patrimônio Cultural do Mercosul. A escolha foi realizada durante a XIV Reunión de la Comisión de Patrimonio Cultural do Mercosul. Pertence ao Planalto Meridional da

ISSN 2316-8021

Borborema, unidade geomorfológica que consistem em terrenos cristalinos submetidos à ação de clima quente e úmido, com cerca de 500 metros de altitude. Com vegetação subperenifólia e resquícios de Mata Atlântica.

Figura 1 – Localização da Serra da Barriga onde se comemora o 20 de novembro



Fonte: Google Earth 2017 | Desenho: Candice Ballester.

Nesse contexto, encontramos o Parque Memorial Quilombo dos Palmares que é composto por mirantes que os visitantes vislumbram as paisagens do alto da serra dando oportunidade de conhecer este espaço sagrado que se materializa em; Batucajé(dança ao som de tambores) que é um complexo multiúso dotado de ponto de informações, lojinha e espaço de capoeira; Onjó de Farinha (casa de farinha) local de preparo de farinha advindo da mandioca para o preparo de guloseimas como tapiocas e beijus; Onjó Cruzambê (casa do Campo Santo), neste solo sagrado, Babalaôs,Babalorixás, Yalorixás, Ekedes, Ogãs e abiãs fazem axexês (oferendas) e Orikis(orações) aos eguns (espíritos); Muximas de Palmares (Coração de Palmares), nesse ambiente são homenageados os comandantes que formavam o conselho Deliberativo do Quilombo dos Palmares: Acaiene, Acaiuba, Acotirene, Amaro,Andalaquituche, Dambrabanga, Ganga-Muiça, Ganga-Zona, Osenga, Subupira,Toculo, Tabocas, e seus principais líderes: Aqualtune, Ganga-Zumba e Zumbi, além de Banga, Camoanga e Mouza, que resistiram depois da morte de Zumbi; A Paliçada ambiente para proteger os mocambos, que eram reforçadas por fossos e escondiam armadilhas e objetos pontiagudos; ocas Indígenas, conforme pesquisas arqueológicas indicaram que na Serra da Barriga os índios ali já habitavam. Restaurante Kúuku-wáana(Banquete Familiar) espaço onde os visitantes poderão saborear quitutes da culinária africana e indígena; Lagoa Encantada dos Negros esse manancial representa a purificação da vida. Nesse local, encontra-se a gameleira sagrada, a essência da criação, o poder da terra, a árvore primordial. Na figura 2, a seguir temos uma pequena demonstração desses ambientes de visitação no Parque Memoria Quilombo dos Palmares.

ISSN 2316-8021

Figura 2 - Esboço dos espaços para visitações do Parque Memorial Quilombo dos Palmares em União dos Palmares/AL

Fonte: Disponível em:<http://serradabarriga.palmares.gov.br/>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

Espaço esse, que possuem utilização esporádica, quando grupos de visitantes, escolas e universidades tendem a curiosidade de conhecer essa riqueza cultural, e também não devamos esquecer o dia 20 de novembro. Data importante para reflexão sobre a Consciência Negra, tratada na Lei 12.519/2011. Nesta data, centenas de pessoas vão para prestigiar esse marco festivo na Serra da Barriga, considerada (berço) do primeiro mocambo de escravos do país, o conhecido Quilombo dos Palmares.

> O Quilombo dos Palmares foi uma insurreição única. Trata-se da grande rebelião de escravos da América do Sul, um levante nos domínios de umas das potências coloniais da época e que, para ser derrotado, exigiu o maior esforço bélico da história colonial. Palmares foi uma comunidade diferente, por sua longa duração e seu grande número de habitantes, bem como por sua organização socioeconômica (GOMES, 2011, p.12).

Para melhor organização da pesquisa, sistematizamos em dois momentos distintos: 1°. Aspectos teóricos e conceituais; 2°. Procedimentos práticos de investigação. Na primeira etapa da investigação, realizou-se apreciação de caráter teórico e conceituais ligados ao tema central da pesquisa neste sentido, destacamos as contribuições de autores como Milton Santos no conceito de território, Geertz em termo cultural, cujas obras nos levam a refletir sobre a importância de discuti a religião de matriz africana. Paralelo à pesquisa bibliográfica, iniciou-se a segunda etapa, que a princípio consistiu na confecção de questionário para posterior aplicação. Questões todas relacionadas a importância da Serra da Barriga e as comemorações do 20 de novembro. A escolha das perguntas seguiu um padrão que se proporcionam informações para o comprimento da pesquisa. Realizou-se a aplicação dos questionários, que inicialmente foi direcionado a dois grupos de pessoas um com idade entre 18 a 26 anos o segundo grupo com idade entre 27 a 38 anos. Também se fez necessário, aplicação de questionários abertos a todas as idades que favoreceu a criação das tabelas 3, 4 e 5. Logo após realizou-se a tabulação dos dados obtidos, bem como a confecção das tabelas. A interpretação das informações conduziu por meio da articulação teórica, possibilitando a confecção do presente trabalho, contendo os principais resultados.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Conforme os estudos de casos e conversas com os praticantes de religiões de matrizes africanas, percebeu-se em relatos que as demais religiões (em especial o cristianismo) formaram uma estrutura que tendem discriminar os religiosos de matriz africana. Esse é um fato recorrente na cidade de União dos Palmares.

Devido a isso, percebemos que as religiões de matrizes africanas sofrem uma ofuscação decorrente das outras religiões coexistentes no município.

O catolicismo e o protestantismo entendem as religiões de matrizes africanas como "não religiões", e que a mesma professa crença e costumes estereotipados de obscuridade e de magia negra; dedicadas a fazer o mal. Motivo pelo qual os seus praticantes fazem suas práticas na "ilegalidade", em locais escondidos.

A estrutura das religiões de matrizes africanas acolhe pessoas de todos os sexos (homens e mulheres), como também de diferentes classes sociais (ricos ou pobres). Atualmente os religiosos de matriz afro-brasileiros no município de União dos Palmares são enxergados com certa desconfiança; a população por não procurar se aprofundar em suas raízes históricas são condicionados a enxergar as religiões de matriz africana inferiores às religiões de maior *status* na cidade como o cristianismo. Geertz (1989, p. 23) salienta que "A cultura consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidos, nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas."

Tabela 1 - Tabulação de dados do grupo 1 faixa etária 18 a 26 anos

Respostas obtidas (%)		
	Sim	Não
Possui algum conhecimento prévio sobre o contexto histórico da serra da barriga?	35%	55%
Já participou deste evento em anos anteriores?	57%	22%
Você acha que no Brasil existe a consciência negra?	8%	23%
Total	**100%**	**100%**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

No grupo 1, notamos que os participantes da pesquisa procuram a serra da Barriga no dia 20 de novembro com intuído de lazer e adoração por se trata de uma feriado de cunho importante para população que a classe dominante diz ser minoritária, uma vez que o sentido do dia é muitas vezes desconhecido por alguns visitantes, principalmente por muitos jovens que vão ao solo sagrado da serra da Barriga nesse dia para descontração, mas não converge a importância desse dia com questões sociocultural que envolver este grande dia de reflexão.

Tabela 2 -Tabulação de dados do grupo 2 faixa etária 27 a 40 anos

Respostas obtidas (%)		
	Sim	Não
Possui algum conhecimento prévio sobre o contexto histórico da serra da barriga?	58%	20%
Já participou deste evento em anos anteriores?	40%	14%
Você acha que no Brasil existe a consciência negra?	3%	66%
Total	**100%**	**100%**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

No grupo 2, os participantes demostraram um maior envolvimento com os aspectos socioculturais que envolve o dia 20 de novembro.

O município alagoano de União dos Palmares apesar de ser conhecido nacionalmente como um território de luta e resistência negra, que tem a Serra da Barriga, maior símbolo de resistência negra nacional. A cultura negra está longe de ser valorizada, tão pouco suas práticas religiosas.

Figura 3 – religiosos de matriz africana comemorando o 20 de novembro – Serra da Barriga, União dos Palmares/AL

Fonte: arquivo pessoal do autor, 2019.

O que se percebe é que os praticantes das religiões de matriz africana não são respeitados, por parte dos outros religiosos como o cristianismo (sendo que a vertente católica apostólica romana seguida do protestantismo é a religião mais praticada no município).

De acordo com o último censo demográfico brasileiro de 2010, União dos Palmares, possui 47,369 católicos, 8,928 evangélicos e 122 espíritas, e a pergunta que devemos indagar: quantos praticantes de religiões africanas foram recenseados?

Tabela 3 - Qual o principal motivo de estar participando desse evento?

Respostas obtidas (%)		
	Sim	Não
Questões religiosas	25%	49%
Por se trata de um feriado	65%	28%
Conhecer sobre zumbi e sua história	6%	23%
Outros	4%	0%
Total	**100%**	**100%**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A ofuscação das religiões de matriz africana no município de União dos Palmares se dá por meio da influência social da classe dominante no qual enxergar a cultura negra inferior as outras; essa concepção não é recente, encontramos evidências da discriminação da população negra e de sua cultura desde o período da colonização do território brasileiro.

A população moderna da cidade não consegue se identificar com as raízes históricas da mesma, e tratam com desdém as raízes culturais da população que ocuparam a região serrana dos quilombos, isto é, o povo negro. A população não consegue aceitar os (Babalorixá) e (Yalorixá) como sacerdotes. Observamos que poucas ou nenhuma visita são feitas a essas figuras religiosas devido a estereótipos que as definem de maneira pejorativa.

Tabela 4 – O que mais lhe chama atenção na paisagem da Serra da Barriga?

Respostas obtidas (%)		
	Sim	Não
A vegetação e a natureza	60%	20%
A organização das construções	10%	25%
A preservação histórica do lugar	28%	55%
Outros	2%	0%
Total	**100%**	**100%**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Entretanto, o dia *20 de novembro* que é o dia de maior expressão para as religiões de matrizes africanas não se vê formar rodas de conversas com pais e mães de santo nos meios de comunicações disponíveis na cidade, muito menos programas fazendo convites para a população religiosa se fazerem presente para celebrar ou até mesmo realizar um resgate da cultura ancestral do povo negro (mesmo que a maior parte da população brasileira, em especial a população palmarina sejam de descendência afro).

O preconceito ainda é grande com relação às religiões de matrizes africanas, esta forma de tratamento provém do medo de que a cultura negra tome seu lugar de "direito", pois sabemos que religião é uma forma de poder e dominação, se deixamos a espiritualidade de lado por alguns, estantes conseguiremos ver o mundo com verdades, não precisamos ir tão longe para vermos o poder de uma religião, basta refletirmos o que a influência de lidares religiosos fez na última disputa presidencial ocorrida no Brasil. O processo discriminatório existente no município de União dos Palmares "é muito difícil de constatar quando a atenção de alguém é monopolizada por apenas uma das partes do argumento" (GEERTZ, 1989, p. 39).

Toda a discriminação e preconceito sofrido pelos praticantes de religião afro-brasileiras, é uma forma de torna a religião afro-brasileira e sua cultura invisível perante a sociedade. Desde que o negro chegou no Brasil não conseguiu, desenvolver sua dinâmica social, pois todos os povos vindos para o Brasil conseguiram (com muito esforço) "locais" específicos para desenvolver sua estrutura social nativa.

O povo negro por ser tratado como inferior ficou à minguá, visto que se o negro conseguisse estruturar seus costumes poderiam causar conflitos para conseguir tirar o poder das mãos da classe dominante, surgindo a classificação da cultura negra como inferior, barbara e primitiva. Salienta Amorim (1996, p. 20), "Não existem povos primitivos, mas povos que elaboram uma estrutura social diferente do modelo do povo observador".

Toda religião tem seu local sagrado para adoração de seus Deuses, nas religiões de matrizes africanas. O espaço destinado para adorar seus deuses no caso na Serra da Barriga é a Lagoa dos Pretos (figura 4), onde as oferendas são deixadas para seus orixás, no 20 de novembro, nos quais os participantes chamam o seu momento de devoção e adoração dos santos protetores.

Figura 4 - Visitantes no ambiente sagrada denominado de Lagoa Encantada dos Negros (Irôco) - Serra da Barriga, União dos Palmares/AL

Fonte: arquivo pessoal do autor, 2019.

O 20 de novembro é um momento único, onde os praticantes da religião de matriz africana se sentem livres para cultuar, seus orixás sem se preocupar com a elite conservadora. Esses mesmos praticantes relatam que as festividades que eles praticam nos terreiros urbanos e rurais sofrem preconceitos por parte de pessoas que não compreende a importância sociocultural deste espaço religioso, pensamentos desta natureza que original em tempos passados o Quebra de Xangô. "A perseguição contra as casas de culto de matrizes africanas, com mortes, torturas e humilhações, foram uma das manifestações antirreligiosas mais violentas da história do Brasil." (CARVALHO, 2015, p. 246).

Este movimento contou com participação de milícias armadas, que invadiam os terreiros quebrando todos os objetos religiosos que encontrassem no espaço (sejam imagens, instrumentos musicais, etc.). Este tipo de violação tinha como objetivo transmitir a população que o espaço de devoção dos cultos afro-brasileiros era um local demoníaco, devido aos batuques, danças "não convencionais" (para a maior parte da população), entre outros. Um grupo político acreditava que as religiões de matriz africana através de suas forças ocultas tinham feito com que seu adversário político tivesse êxito nas eleições, surgindo o movimento Quebra de Xangô.

> "Destruiu todo um conjunto de centros de culto afro-brasileiro, retirando violentamente as peças – esculturas, imagens, instrumentos musicais, fetiches, insígnias, indumentárias e paramentos – desses centros religiosos." (CARVALHO, 2015, p. 246).

Esse processo de demonização do terreiro, e os ataques sofridos durante o período da Quebra de Xangô, desestruturou as religiões de matrizes africanas, em esfera estadual e municipal, fazendo com que a retomada das práticas religiosas fosse em sigilo, e desenvolvendo pensamentos contrários as religiões de matrizes africanas.

A postergação sobre as raízes culturais nos faz compreender de uma maneira diferente os costumes, sem enxergamos que as raízes africanas aparecem em nosso dia a dia. Podemos perceber que este preconceito com nossas raízes culturais são uma forma de inferiorizar os afro-brasileiros, fazendo com que sintam vergonha e começam a negar suas origens.

ISSN 2316-8021

A cultura negra na cidade não é vista como motivo de orgulho, e sim como uma forma comercial. A nitidez deste fato é comprovada semanas antes do dia *20 de novembro,* quando o comércio inicia preparação para receber visitas de turistas a Serra da Barriga.

Figura 5 - Área destina para a comercialização de produtos artesanais e apresentação culturais

Fonte: arquivo pessoal do autor (2019).

Neste período notamos uma certa movimentação dos poderes locais em promover ações culturais, quando o dia *20 de novembro* passa as atividades e estímulos culturais não tem continuidade. Ou seja, não há um interesse permanente de promover e preservar a cultura negra, que também é palmarina, pois a construção do município de União dos Palmares se deu a partir da resistência negra.

> "A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamentado do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida." (SANTOS, 2007, p. 14).

A aceitação das religiões de matriz africana ocorre somente pelo viés econômico Nesse período é comum a mídia falar, de forma rasa e superficial sobre a Serra da Barriga, Zumbi, Acquatune, Acotirene, Ganga Zumba e outras figuras que faz parte da cultura local, mas tem como foco a ancestralidade e a significação sagrada desse local histórico.

Tabela 5 - Qual o meio de transporte que você utilizou para chegar até a serra da Barriga?

Respostas obtidas (%)	
Carro	25%
Moto	13%
A pé	2%
Bicicleta	1%
Ônibus	62%
Total	**100%**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A população local que se envolve com a cultura negra é minoria, uma cidade com quase 70,000 mil habitantes, nos faz refletir que no dia *20 de novembro*, o fluxo de pessoas que vão até o Platô da serra Sendo que maior parte são pessoas advindas de outros estados e municípios vizinhos. Percebemos que os habitantes do próprio município não se envolvem com o evento. Não sabemos, se é por vergonha ou receio de preconceito.

Segundos relatos, para termos noção do preconceito com os religiosos de matriz africana, se fazemos uma comparação com a festa da padroeira da cidade uma festividade católica, o engajamento da sociedade é muito maior, a todo momento a mídia local divulga a festa, e na logística da festa se encontra pessoas de todas as camadas sociais do município. As festividades se estendem durante nove noites. Quanto as festividades da semana da consciência negra duram dois dias. Por isso, a discussão: será que a permanência da celebração do 20 de novembro em União dos Palmares é de caráter religioso ou econômico.

Portanto, chegamos ao pensamento que o envolvimento dos poderes municipais e sociedade em geral se relaciona com a lucratividade, que o dia *20 de novembro* proporciona ao comércio local, mesmo com empatia com as raízes culturais neste período passasse a ver uma grande potencialidade comercial.

> "Em outras palavras, o território também pode ser definido nas suas desigualdades a partir da ideia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma[...] Todavia, o comando da atividade financeira está ali onde os dinheiros todos podem estar presentes." (SANTOS, 2007, p .17).

Portanto, a preocupação com as raízes culturais é meramente de caráter comercial e não em potencialidades de resgate históricos da cultura, muito menos de valorização das raízes africanas existente na cidade de União dos Palmares, tal como seus artesanatos e suas crenças religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A serra da Barriga, o 20 de novembro, a resistência, a luta do povo negro está aí dando sua cara a tapa. E vejo que, a juventude atual precisa navegar por um conhecimento aberto, sendo estimulada a buscar uma reflexão e curiosidade sobre a temática abordada nesse artigo.

Portanto, é preciso que a juventude e os poderes públicos locais acordem e criem meios que permitam a experimentação através do cotidiano, e que essa prática seja permanente e constante, para promover a valorização das raízes culturais e religiosas do município de União dos Palmares.

Também se faz necessário abrir a mente e desmontar a forma hegemônica de racionalidade e branquitude europeia que nos tornam ignorantes de nossa cultura, para nos tornarmos conscientes de nossas raízes culturais. Com isso, dar um, basta nesse discurso de ódio proferido pelas religiões cristãs que se acham superiores. Essa reestruturação cultural se desenvolvera por meio de criatividade e ousadia para moldarmos um espaço em que todos convivam com semelhanças e diferenças.

Com isso, entender a importância e alusão a esse dia, é fundamental para fortalecer essa população que desde sua subtração da terra mãe, sofre as mais diversas mazelas, onde até hoje como canta Elza Soares "a carne negra é a mais barata do mercado".

AGRADECIMENTOS

A Universidade Estadual de Alagoas UNEAL, ao Laboratório de Estudos sobre Vulnerabilidade Socioambiental - LEVSA. Aos amigos, Aparecido e o Professor. Dr. Lidemberg pela motivação para o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

1. BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.
2. BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
3. BRASIL, IBGE. **População residente por religião**, 2010. Disponível em:< https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/uniao-dos-palmares/panorama>. Acesso em: 23 de dez. 2018.
4. CARVALHO, Cícero Péricles de. Formação Histórica de Alagoas. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2015.
5. CEERT. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Instituto Socio Cultural Umbanda Fest, **Liberdade religiosa: a proteção da fé**. São Paulo, Instituto Socio Cultural Umbanda Fest/Ceert, 2010.
6. D'AMORIM, Eduardo. **África, essa mãe quase desconhecida**. Edições Horizontes, 1996.
7. BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.
8. GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de janeiro: Zahar, 1989.
9. GIUMBELLI, E. A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidade no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.
10. GOMES, Flávio. **De olho em Zumbi dos Palmares. História, símbolos e memória social**. São Paulo: Claroengmas, 2011.
11. IPHAN. **Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada** - Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL / Candice dos Santos Ballester; Graciene Lopes dos Santos; Joelma Farias Cornejo; Rute Ferreira Barbosa. São Carlos : Editora Cubo, 2017.
12. MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. Raça e diversidade, p. 213-229, 1996.
13. _____. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, p. 443-492, 2010.
14. _____. Negritude-usos e sentidos. Autêntica, 2015.
15. PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Editora da UNICAMP, 2018.
16. SANTOS, Erisvaldo P. dos. **Formação de professores e religiões de matrizes africanas: um diálogo necessário**. 2.ed. Belo Horizonte: Nandyla, 2015.
17. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

ISSN 2316-8021

Protagonismo e práticas coletivas, análise das vidas afirmativas de povos e comunidades tradicionais mato-grossenses

Protagonism and collective practices, analysis of the affirmative lives of traditional people and communities of Mato Grosso

Bruna Mendes de Fava [1] Thiago Oliveira da Silva [2] Luciana Pinheiro Viegas [3] Atílio Viviani Neto[4] Dolores Cristina Gomes Galindo [5]

[1]ORCID nº https://orcid.org/0000-0002-5551-3482, Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea; Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Brasil. (brunamendesdefava@gmail.com).
[2]ORCID nº https://orcid.org/ 0000-0002-1688-8628, Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea; Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Brasil. (thiago.silva@ifmt.edu.br)
[3]ORCID nº https://orcid.org/0000-0001-5793-6027, Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea; Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Brasil. (lucianapviegas@yahoo.com.br)
[4]ORCID nº https://orcid.org/ 0000-0001-8217-5709, Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea; Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Brasil. (atilio.neto.viviani@gmail.com)
[5]ORCID nº https://orcid.org/0000-0003-2071-3967, Doutora no curso de psicologia e Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea; Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Brasil. (dolorescristinagomesgalindo@gmail.com).

RESUMO: O objetivo desse artigo é analisar as falas transcritas em 4 encontros do evento "Conversações para vidas afirmativas durante e para além do COVID" que ocorreu entre os dias 24 de junho a 5 de agosto de 2020. Foram tratados diversos temas e dentre eles às dinâmicas sociais dos povos e comunidades tradicionais e suas vidas afirmativas de protagonismo e fortalecimento cultural. Os procedimentos metodológicos foram levantamentos bibliográficos e análise da transcrição das falas do evento. Utilizamos então, para a contextualização ao protagonismo e fortalecimento cultural dos povos tradicionais os relatos, reflexões, depoimentos, histórias e casos narrados através das *lives* de conversações realizadas pelo LABTECC quinzenalmente, durante o período de pandemia em 2020, e que, ao término desses encontros foram transcritas e enviadas para os convidados e aos integrantes do LABTECC. Os espectadores puderam acompanhar as *lives* ao vivo enviando perguntas aos convidados. Pretendeu-se contextualizar as dinâmicas sociais dos povos e comunidades tradicionais que participaram dessas conversações e suas ações de protagonismo e fortalecimento sociocultural. Dentre as primeiras conclusões vinculadas ao objetivo desse artigo podemos verificar que não só existe interesse comunitário de povos e comunidades tradicionais em se fortalecer coletivamente como estes vem encontrando estratégias para enfrentar a pandemia indo na contramão da negligência estatal. As comunidades tradicionais veem na dinâmica grupal o apoio que precisam para práticas de cuidado higiênico, sanitário e de saúde física e mental coletivas. Ficou evidente nas falas contextualizadas a relevância das epistemes populares para as práticas de cuidado coletivas nas comunidades tradicionais e aldeias indígenas, e, portanto, as dinâmicas sociais coletivas constituem ações de resistência, protagonismo e fortalecimento cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade, Povos Indígenas, Quilombolas.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the statements transcribed in 4 meetings of the event "Conversations for affirmative lives during and beyond COVID" that took place between June 24th and August 5th, 2020. Several themes were dealt with, among them the

dynamics traditional peoples and communities and their affirmative lives of protagonism and cultural strengthening. The methodological procedures were bibliographic surveys and analysis of the transcript of the speeches of the event. We used, for the contextualization of the protagonism and cultural strengthening of traditional peoples, the reports, reflections, testimonies, stories and cases narrated through the lives of conversations held by LABTECC fortnightly, during the pandemic period in 2020, and that, at the end of these meetings were transcribed and sent to the guests and to the members of LABTECC. Viewers were able to follow the lives live by sending questions to the guests. It was intended to contextualize the social dynamics of traditional peoples and communities that participated in these conversations and their actions of protagonism and socio-cultural strengthening. Among the first conclusions linked to the objective of this article, we can see that not only is there a community interest of traditional peoples and communities to strengthen themselves collectively, but they are finding strategies to face the pandemic going against the state's negligence. Traditional communities see in the group dynamics the support they need for hygienic, sanitary and collective physical and mental health practices. The relevance of popular epistemes for collective care practices in traditional communities and indigenous villages was evident in the contextualized speeches, and, therefore, the collective social dynamics constitute actions of resistance, protagonism and cultural strengthening.

KEYWORDS: Coloniality, Indigenous Peoples, Quilombolas.

INTRODUÇÃO - RELAÇÕES ENTRE CIÊNCIAS, CULTURAS E COLONIALIDADE.

O Estado Democrático de Direito, suas instituições e o próprio paradigma político/social contemporâneo, foram elaborados por pensadores cientistas, tendo como "Locus de Enunciação" intelectuais do território europeu. Portanto, em alguma medida, somos frutos do triunfo do iluminismo durante o século XVIII e a posteriori; com suas positividades e negatividades (LATOUR, 1994) ou ambivalências (BAUMAN, 1999).

Porém, o protagonismo do conhecimento humano na compreensão dos fenômenos e a consolidação do modelo científico, levou séculos até conquistar confiança social no território que reivindicou sua propriedade universal e a pretensão de domínio da chamada "episteme zero", uma das faces da colonialidade do poder, felizmente superada em alguns casos ou a caminho de ser, conforme crítica de Lander (2005).

Desta forma, descortina-se horizontes de possibilidades na compreensão dos fenômenos, agora, fundado na liberdade e igualdade de todas as gentes (Revolução Francesa), mas não de todos os mundos. Contudo, os desafios não seriam poucos e nem alcançados com perspectivas limitadas a recortes sociais etnocêntricos que se pretendiam invisibilizadores desses "outros" mundos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), epistemicidas e ecocidas em relação ao conhecimento não-europeu e a vida não-humana (QUIJANO, 2010).

E durante a consolidação desse paradigma, científico no aspecto da produção atualizada do "conhecimento" e republicano em relação à organização dos 'indivíduos' (afastando-se do comunal), a humanidade passivamente observou, com farta documentação e testemunho, os horrores vividos pela escravização dos povos indígenas e povos negros africanos, que coexistiu por décadas com o ideal iluminista republicano liberal.

Mais tarde, o novo paradigma do "ocidente" iria ainda experienciar duas guerras mundiais, o nascimento do nazi-fascismo e o contemporâneo subjugo revitalizado das sociedades nativas, agora categorizadas como "pré-modernas" (antes selvagens) pelo fato de sua relação cosmológica integrada entre cultura-natureza, somada à angustia global crescente sobre a degradação desenfreada do planeta e suas consequências multidimensionais já aparentes.

A dita "Ciência" contemporânea, composta de cientistas, obviamente, inicia a segunda metade do século XX assumindo mea-culpa sobre os caminhos percorridos na qual deixou ser seduzida por interesses preponderante bélico-econômico-poder-glamour (SANTOS, 1995), e inicia deslocamento de seu lugar de privilégios para novamente assumir responsabilidades perante as

sociedades e a produção de conhecimentos, com fins a subsidiar informações para promoção de políticas de Estado, com intuito de enfrentar questões que afligem a sociedade, incluso novos atores supranacionais recém criados: a comunidade global. Conceito esse inventado após segunda guerra, pelos Organismos Intergovernamentais Internacionais (OII) e o imaginário do multilateralismo, com a normatização internacional orientando as diversas soberanias, por meio de temas de interesse comum a todos Estados-Nações, tais como: Direitos Humanos, Segurança Mundial, Democracia, Desenvolvimento, Saúde (incluso ai questões pandêmicas), proteção aos Povos originários, Meio Ambiente, Educação e Culturas (ROCHA, 2006).

De tal modo, as agora "ciências", não mais "Ciência" (maiúscula e centralizada) conforme reflexão de Wagner (2006), promovem processos de aproximação e aceitação de outras categorias de conhecimento, como por exemplo os conhecimentos nativos ou "selvagens" (LÉVI-STRAUSS, 2004), que operam em matrizes lógicas distintas, porém com esforço similar na compreensão dos fenômenos, e assim, também incluso como conhecimento. A antropologia retorna de um longo inverno etnocêntrico de pouca proeminência e volta a contribuir de forma intensa para os debates científicos interdisciplinares e transdiciplinares, apresentando reflexões relevantes em diversos campos e propondo avanços para a epistemologia ou filosofia das ciências, como por exemplo, elaborando o conceito de multinaturalismo, a cosmopolítica Humano-Natureza e a relação inter-mundos, coexistências epistêmicas, ritmos e conhecimentos múltiplos (VIVEIROS DE CASTRO, 2015); contribuindo para solucionar algumas questões de "becos científicos" e desatar nós que as ciências humanas e sociais contemporânea não conseguiam resolver.

Nossos desafios nacionais estão relacionados com a construção de modelos de desenvolvimento não invisibilizadores, com participações sociais na produção de políticas públicas, que respeitem o caráter heterogêneo dos vários estilos de vida existentes. Faz parte também da agenda estatal (nacional e internacional) controle da expansão de monoculturas de alta valoração econômica, porém concentradoras de fluxos econômicos, em detrimento da diversidade e da circulação econômica mais dinâmicas; que inclua atividades que garantam as relações Cultura/Natureza de experiências originarias, e o Mato Grosso aparece como território intenso de possibilidades nesse sentido.

E por meio da (re)colonização e introdução de uma cosmopolítica específica, inicia-se tensão sobre usos da terra e da floresta, com o "deslocamento" dos povos indígenas e quilombolas de seus territórios, afetivos e físicos, tradicionalmente ocupados/inventados, para implantação da lógica de colonialismo interno (CESAIRE, 2010) impondo subjetividades, ressignificando cosmovisões, produzindo cartografias socioculturais e imprimindo na paisagem seus novos valores de relação Humano-Natureza. Entretanto, permanecem artefatos culturais ancestrais que ainda resistem em meio a escombros e são marcados por muita potência discursiva nos imaginários e nas manifestações sócio culturais (BANDEIRA, 2015) que, aparentemente parecem despretensiosas, porém carregam Terezas de Benguela e Raonis, resistindo no 'breu da Mata Encantada".

Existe hoje, defesa por parcela relevante de intelectuais de peso, principalmente de antropólogos, geógrafos, ecólogos, historiadores e biólogos; que os povos indígenas e as comunidades tradicionais foram e são elementos fundamentais na produção e manutenção da diversidade biológica e de epistemologias populares. E a partir disso, o presente artigo tem o objetivo de analisar estratégias para vidas afirmativas, por meio de quatro encontros (ocorridos de 24/06 a 05-08 de 2020) denominados "Conversações", com membros comunitários, representantes dos povos indígenas e comunidades quilombolas, além de observar os protagonismos e fortalecimento cultural durante e para após a pandemia.

TÍTULO DE DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE VIDAS AFIRMATIVAS

Estamos imersos em um contexto do capitalismo, bastante perverso, e com modo de produção e modelo de desenvolvimento que tem seus rebatimentos na desigualdade social, invisibilizando povos que parecem ter existido somente no passado. A partir de então percebe-se a necessidade potente da busca por alternativas de desenvolvimento que deem voz aos

invisibilizados por esse sistema. A partir do retrato apresentado em tela, buscam-se transformações nas dinâmicas sociais que até então são praticadas de forma negligente dos cuidados com a sociedade e a natureza.

Nesse contexto fizemos um recorte e o foco será dado ao protagonismo e fortalecimento cultural de comunidades indígenas e quilombolas, discussões e reflexões realizadas pelo Laboratório de Tecnologias, Ciências e Criação: estudos, pesquisas e práticas - LABTECC em "Conversações para vidas afirmativas durante e para além do COVID." Esses encontros são realizados quinzenalmente de forma remota com a presença de convidados que dominam o tema. Diante desse recorte, cabe aqui, a definição de comunidade indígena, partilhada de Maldonado (2005, p. 28), designando como um sujeito histórico,

> [...] cuja coesão interna sustenta-se na identidade étnico-cultural, a posse de um patrimônio comum e a aceitação de um conjunto de normas e valores. A base da identidade comunitária também pode ser enraizada na consciência de pertencer a um determinado grupo étnico, seja este descendente ou não de povos que habitaram e possuíram vastos territórios do continente, antes da época das colonizações [...].

Vale destacar o turismo como oportunidade de protagonismo e fortalecimento cultural, atividade que não deve suplantar as atividades tradicionais que tem garantido a sobrevivência de tais povos, mas potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades fazem com sabedoria. Destarte, no campo da pesquisa, essa atividade é relativamente recente, sendo disseminada a partir da década de 1940. Estudos antropológicos, segundo Leal (2009, p. 240), foram iniciados na década de 1960 e intensificados na década seguinte, tendo as comunidades tradicionais e as interações entre turistas e essas populações como foco principal.

Há uma preocupação, como explica a pesquisadora acima citada, nos estudos antropológicos, com os impactos sociais, culturais e econômicos da atividade em localidades, contemplando temas como relações étnicas, de classe, feminismo comunitário, de poder e alteridade. A cultura, nesse contexto, deixa de ser percebida como imóvel, pois na contemporaneidade ela viaja e transgride limites geográficos. É o que Sahlins (1997) chama de Cultura Translocal e Hall (2006), de Cultura Diaspórica, culturas transculturais dispersas, porém centradas em seu território. Em se tratando de povos indígenas, analisa Leal (2009, p. 242), acreditava-se que o Imperialismo Ocidental devastaria valores, instituições e consciência cultural das comunidades, porém, essa dominação "não tem conseguido atingir completamente as culturas tradicionais, uma vez que estas são capazes de sorrateiramente subvertê-las, mediante uma contracultura."

Diante disso, Sahlins (1997, p. 243) reflete,

> [...] diferentemente do que se pensou, ou seja, que os povos indígenas serão subjulgados pela hegemonia da globalização, muitos grupos tem se posicionado conscientemente diante da realidade, acionando a cultura não só como marcador de identidade, mas também como mecanismo político de retomada do controle da própria autonomia

Esses povos seguem na resistência, construindo coletivamente uma política alternativa e contando sempre com as forças ancestrais. É mundialmente reconhecido que os povos indígenas e quilombolas, especialmente, possuem um caráter específico na medida em que são portadores de valores, de significado e de identidade histórica. A proteção e a valorização de seus patrimônios revestem um interesse excepcional à humanidade por ser parte de um legado universal: a riqueza cultural e a biodiversidade de seus territórios.

O estado de Mato Grosso é um dos estados brasileiros com o maior número de etnias indígenas, são 43 etnias e 42 mil indígenas, segundo dados do IBGE (2010). As terras indígenas representam 5% da população mundial, detém 80% da diversidade cultural do planeta. Ainda conservam 80% da diversidade biológica mundial em seus territórios, cultivam 65% das espécies vegetais consumidas no mundo (MALDONADO, 2010, p. 29). Inseridos nesse contexto, importante considerarmos a responsabilidade e contribuição dos povos indígenas, quilombolas e as demais comunidades tradicionais à diversidade bio-cultural mundial compreendendo a potência de seu protagonismo e fortalecimento cultural não só nas suas dinâmicas sociais, mas em uma perspectiva holística.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A utilização de referências bibliográficas é fundamental para a continuidade da ciência, pois analisar e dialogar com os estudos de determinada área permite tecer uma rede de atravessamentos históricos, coloca em evidencia o estado atual, e também permite indicar novas possibilidades para estudos futuros. Neste artigo, o problema de pesquisa foi sintetizado na seguinte pergunta: como são as dinâmicas sociais dos povos e comunidades tradicionais e suas ações de protagonismo e fortalecimento cultural? Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico para encontrar referências do presente tema, em âmbito nacional e internacional, utilizando as palavras chave: Colonialidade, Povos Indígenas, Quilombolas, Cultura, Mato Grosso. Assim, foram localizados estudos sobre os povos tradicionais em Mato Grosso na literatura brasileira. Entretanto, diante do cenário atual em que estamos vivenciando uma pandemia gerada pelo COVID-19.O Laboratório de Tecnologias, Ciências e Criação – LABTECC, coordenado pela professora Dr.ª Dolores Cristina Gomes Galindo (UFMT) iniciou encontros virtuais transmitidos ao vivo por uma rede social virtual debatendo diversos temas, dentre eles; as Práticas de Cuidado nas universidades Brasil-Equador; Práticas de cuidado na Pesquisa com os Povos da Terra; Empoderando Terezas; Povos Indígenas em Mato Grosso e o enfrentamento ao COVID-19 nos territórios.

A seguir, verificou-se que diante do cenário de isolamento e confinamento em que estamos vivendo foram adotadas medidas para o desenvolvimento deste artigo através de reuniões virtuais, grupo especifico em uma plataforma de mensagens instantâneas buscando adaptar a metodologia, ferramentas e suas técnicas ao contexto atual gerado pelo Coronavírus. Assim, meios virtuais que já existiam antes da pandemia se tornaram uma alternativa e ferramenta potente para a continuidade de pesquisas, por exemplo, a internet, redes sociais que permitem a coleta de dados e a mídia estão sendo imprescindíveis nesse momento de confinamento da população, inclusive de nós pesquisadores, conforme aponta (HERNÁN-GARCÍA, 2020). É necessário fazer um parênteses aqui, o objeto de pesquisa se constituiu e o seu recorte se tornou importante para que possamos explicar a variedade e o alcance das relações que as comunidades tradicionais podem se apropriar e exercer atividades econômicas dinâmicas, incluso o turismo de base comunitária, e como essas relações irrompem de maneiras diferentes no alcance dos significados de empoderamento social dos povos tradicionais. Nesse sentido, a partir da análise de GEERTZ (2013) em sua tentativa de explicar fenômenos sociais abandonando uma metodologia que os tece em gigantescas redes de causas e efeitos, buscamos compreender os significados em torno da vida social dos povos indígenas e quilombolas pertencentes aos territórios no Estado de Mato Grosso.

Em outras palavras, buscamos alterar uma série de adversidades quase desconhecidas, por outra de dificuldades bem mapeadas. Abrangência, imparcialidade, e fundamentação empírica – e também o poder da lógica – são sinais inequívocos de qualquer ciência que se preze. Os que usam uma abordagem determinativa buscam essas virtudes elusivas que lhes permite estabelecer uma diferença radical entre descrição e avaliação e, a seguir, limitar-se a utilizar a parte descritiva; os que, por outro lado, usam a hermenêutica, ao negar que a diferença é radical, encontrando-se mais ou menos montados nela, estão impedidos de utilizar uma estratégia assim tão veloz. A pandemia provocada pelo COVID-19 intensificou problemas históricos já existentes, e provocou um

acontecimento que produziu mudanças radicais nas relações sociais, políticas, econômicas, nas vivências, atingido direta ou indiretamente todas esferas da sociedade, e também na transformação da subjetividade, ou seja, o que antes era permitido/aceitável agora não é mais, irrompe então a questão sobre a possibilidade de um "outro mundo" como cerne dessa transformação (LAZZARATO, 2006).

Utilizamos então, para a contextualização ao protagonismo e fortalecimento cultural dos povos tradicionais os relatos, reflexões, depoimentos, histórias e casos narrados através das *lives*[8] de conversações realizadas pelo LABTECC quinzenalmente, e que, ao término desses encontros foram transcritas e enviadas para os convidados e aos integrantes do LABTECC. Os indivíduos acompanharam as *lives* ao vivo podendo enviar perguntas aos convidados através de comentários na plataforma virtual que são repassados imediatamente aos convidados criando uma interação e "aproximação" na medida do possível, e, por outro lado também é possível acompanhar a gravação da *live* em qualquer momento ao acessar a página do LABTECC no Facebook ou através do endereço virtual direto da conversação. A divulgação desses encontros ocorreu por meio de WhatsApp, Facebook, site oficial da Universidade Federal de Mato Grosso, e compartilhado em redes sociais pelos integrantes do LABTECC. Assim, na tentativa de condensar o que foi contado nos diálogos, conversações e também o resultado das observações, trouxemos então recortes, falas, emoções e discursos que ajudaram a pensar sobre a construção da subjetividade do protagonismo comunitário nos territórios indígenas e quilombolas de Mato Grosso numa perspectiva de fortalecimento social.

Nas palavras de Hernán-García (2020), atualmente o estado de confinamento e com medidas de distância devido ao Coronavírus, ficou ainda mais evidente a percepção de iniquidade e dos problemas sociais de saúde, e o viver passou a ser ressignificado como cálculos matemáticos. A investigação utiliza de técnicas etnográficas, qualitativas, para coletar dados, narrativas ou imagens, esse trabalho é realizado buscando desenvolver um trabalho de campo necessário que facilita a compreensão de aspectos sociais ou fenomenais. Até a finalização deste artigo ainda estamos em estado de emergência global devido a pandemia de COVID-19, se faz necessária reorientar as visões metodológicas sobre os comportamentos sociais que clarificam a congruência ou incongruência entre discursos, representações e práticas sociais concretas.

Assim, o compartilhamento de informações sobre o campo de pesquisa na fase de pandemia em que estamos vivendo se torna ainda mais importante, estamos passando por atravessamentos em que nós pesquisadores devemos considerar. As medidas de confinamento e distanciamento social alteraram de maneira potente o campo de pesquisa. Uma vez que, a prática de cuidado na área da saúde é coletiva, não se cuida da saúde de maneira individual ou de um pequeno grupo de indivíduos que lhe convém e como os territórios indígenas e quilombolas que antes eram motivos de afastamento de alguns sujeitos agora em que o grande problema são os grandes centros muitos retornaram mesmo que de passagem para esses territórios distantes. A COVID-19 então não só afastou quem está próximo geograficamente e aproximou virtualmente aqueles que estão mais distantes, provocando profundas alterações nas relações sociais e consequentemente nos métodos e nos campos de pesquisa.

Nas conversações virtuais realizada pelo LABTECC contaram com a participação de convidados diretamente de seus territórios indígenas e quilombolas que através da voz que ecoa dos povos tradicionais nos possibilitou construir este artigo e ainda está sendo criada uma rede de relações que estão nos aproximando da vivência, desafios e trajetórias dos povos tradicionais. Além disso, analisamos através das conversações virtuais como os povos e comunidades tradicionais se fortalecem culturalmente por meio do protagonismo social. Assim, a pandemia fez intensificar desigualdades históricas brasileiras, principalmente com segmentos vulneráveis e injustiçados, como povos indígenas e quilombolas, e afetou as pesquisas de campo, sendo necessário incluir no planejamento novas táticas de pesquisa conforme o contexto atual. A metodologia de pesquisa e

[8] Live em português significa, no contexto digital, "ao vivo". Na linguagem da Internet, a expressão passou a caracterizar as transmissões ao vivo feitas por meio das redes sociais.

estudos foram alteradas para procedimentos alternativos em contraste com os tradicionais, assim, a flexibilidade é um dos pontos fundamentais nesse novo planejamento na produção cientifica.

Para compreender a afetação e os atravessamentos nas maiorias das vezes impostos a força aos povos tradicionais o presente artigo iniciou pela historicidade contextualização dos povos tradicionais em Mato Grosso seguido pelas as análises das conversações virtuais e suas transcrições do LABTECC. Esse contraponto é também um novo planejamento de pesquisa gerado pelo confinamento e distanciamento social, consideramos trazer a baila essas considerações para compartilhar essas novas metodologias de fazer pesquisa. O uso da internet em todos os aspectos da vida social nos leva a compreender que estamos na era da e-Pesquisa (pesquisa virtual) e precisamos conduzir as nossas pesquisas para a netnografia ou cibernografia, a partir de uma visão rigorosa e critica, usando os recursos da Rede de computadores como parte dos procedimentos de investigação, como aponta (Hernán-García, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As conversações para vidas afirmativas durante e pós o COVID-19 juntamente aos contextos teóricos utilizados que abordam a cultura, colonialidade e epistemes nas dinâmicas coletivas dos representantes comunitários mato-grossenses, entretanto para o presente artigo o recorte utilizado foi com os representantes dos povos indígenas e quilombolas; e nos permitem fazer análises que trazem aspectos relevantes das dinâmicas sociais, protagonismos e fortalecimento cultural desses povos e comunidades.

Os quatro encontros tiveram o objetivo de trazer conversações para pensar nas estratégias para vidas afirmativas durante e para além do Covid. O primeiro encontro foi com o Movimento de Mulheres Negras de Vila Bela da Santíssima Trindade junto com professores do Mato Grosso, o segundo foi junto a representantes de povos indígenas mato-grossenses e professores de Mato Grosso, o terceiro contou com a presença do coletivo Kilombo Cassangue além de professores de Mato Grosso, São Paulo e Equador, e o quarto com a experiência nos quilombos de professores da Universidade Federal de Alagoas. Nos quatro eventos até então realizados tivemos oportunidade de ouvir depoimentos das dinâmicas de cuidado de povos indígenas, comunidades e grupos quilombolas que trouxeram aspectos intrínsecos de experiências peculiares de seus ambientes culturais, mas também semelhanças em angústias, estratégias de cuidado coletivo e resistência nesse momento de pandemia.

A força coletiva para enfrentar a pandemia foi aspecto citado em todas as conversações. As comunidades tradicionais veem na dinâmica grupal o apoio para superar a negligência estatal de cuidado higiênico, sanitário e de saúde física e mental de comunidades e povos tradicionais, além de estratégia de sobrevivência na pandemia.

Esse aspecto de resistência por meio do fortalecimento coletivo não surgiu na pandemia, mas é intrínseco na cultura e forma de organização de povos e comunidades tradicionais. Massola, Santos e Martins (2015) enfatizam essa característica comunitária do quilombo atrelado a continuação histórica de um *modos vivendis* Banto, que prima pelo coletivo e comunhão comunitária e relatam o legado e potência das culturas "afro-brasileiras" por meio do sincretismo e ressignificações culturais em que misturaram-se valores culturais étnicos de regiões africanas distintas, etnias indígenas e elementos culturais provenientes dos colonizadores e que dizem da potência e transcendência da ressignificação do quilombo.

Nas falas no segundo encontro de Soilo Urupe Chue, indígena Chiquitano da terra e aldeia indígena Vila Nova Barbecho, fica explicita a importância dos valores coletivos passados de geração para geração e o senso de coletivo entre seu povo indígena. Os anciões são portadores das epistemologias e cosmologias indígenas, a morte de um deles constituindo perda de um patrimônio imaterial comunitário, e é causa de muita preocupação nesse momento de pandemia.

> O ancião é aquele que já tem mais experiência para nós é ele que sabe mais, tem mais sabedoria, não só sabe como ele já vivenciou e nós que

> estamos vindo agora temos que aprender com eles, então, esse sentimento da partida desses anciões para nós não é só uma perda, só uma pessoa que partiu, é parte de nós, parte da nossa história, que tá sendo levado aí, nós do povo Chiquitano, [...] estamos revitalizando agora nós já temos mais caminhando com mais fluência [...] revitalizar a língua materna [...] a gente tem muito medo e preocupação com o ancião porque se eles morrerem é um livro que tá indo nosso diante desse Brasil (Soilo Urupe Chue, 2020).

Fernandes, Santos e Casco (2015) também ressaltam esse senso de coletivo no contexto do quilombo, muito semelhante ao relato do Soilo. Os autores expõem que a força coletiva é tão condicional e existencial na cultura africana, que os quilombos brasileiros se basearam na força comunitária para sobrevivência e formação identitária, a vida do outro pertencente ao coletivo sendo tão valiosa quando a do próprio ser, o que faz com que a morte de um membro possa levar a própria morte "pela perda de sua identidade e compreensão de sua própria existência fora de seu grupo. [...] ocorreu no Brasil com os casos de banzo, caracterizada como uma morte psicossocial que de escravos que morriam de inanição ou por tristeza vendo-se distante de seu grupo de origem" (FERNANDES; SANTOS; CASCO, 2015, p. 8).

Maria Aparecida da Silva Santos, descendente de quilombola no município de Arapiraca Alagoas, no quarto encontro, aborda o impacto da pandemia nas comunidades quilombolas, e enquanto o governo brasileiro reduz as mortes vinculadas ao Covid a números, a comunidade vê cada perda com dor e falta simbólica.

> [...] as raízes são muito fortes na comunidade, porque ela é tão absorvida, [...] absorve tanto essa questão externa, que quando acontece casos assim do COVID, precisa voltar o seu sentido de coletividade e de comunitário e foi muito isso [...] marcou muito essa partida desse senhor, porque não é mais uma não é mais um número, não é mais uma estatística, é uma pessoa, é uma ausência, é uma história que não tem que continuidade, é uma varanda que não vai ter aquela cadeira de balanço mais. Quando a gente pensar no COVID, não iremos pensar [...] quantas pessoas, mas o seu Zé, a dona Maria que foi embora pelo corpo, por causa do COVID [....] o vírus chega e afeta diretamente as relações comunitária (Santos, 2020).

Dentre as experiências relatadas nas falas dos convidados das conversações foi muito citada a relevância das epistemes populares para as práticas de cuidado coletivas nas comunidades tradicionais e aldeias indígenas. Essas práticas populares são curiosidades de pesquisadores que antes da pandemia visitavam essas comunidades para conhecer suas dinâmicas culturais e fazer análises. De uma finalidade inicialmente investigativa e educativa surge o turismo cultural de experiência em contextos étnicos, o que demanda muita cautela para não reprimir processos tradicionais e impor dinâmicas colonizadoras e dominantes no espaço visitado.

O turismo praticado em contextos étnicos é denominado etnoturismo que de acordo com a cartilha do ministério do turismo (2010) consiste em:

> "atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos [...] remete a noção de origem, cultura, práticas sociais e raça, onde se considera o patrimônio histórico e cultural como elemento de identidade e diferenciação de um determinado grupo, bem como as interações sociais

> que ocorrem entre este grupo e a sociedade do entorno (BRASIL, 2010b p. 20).

Nos últimos anos os envolvidos com a atividade turística vêm questionando o fazer turismo em duas perspectivas, uma em que a atividade turística apresenta viés colonizado, é planejada e direcionada por membros alheios ao contexto social e impera como reprodutora de capital excludente e prejudicial, o local visitado passa por uma maquiagem contraditória e predatória. Na outra perspectiva o espaço comunitário visitado vai na contramão do modo colonial de reproduzir ações internas, e é tido como espaço de resistência e de esperança.

> Em meio a constelação semântica de adjetivações do turismo como comunitário, solidário e responsável cujas pretensões apontam por um lado para minimização dos impactos e valorização dos lugares das regiões ditas turísticas, das culturas locais, das pessoas, e por outro, para uma maquiagem de suas contradições com fins à ampliação dos espaços de reprodução de capital e muitas vezes dos espaços de exclusão e morte (SALGADO, SANTOS, 2011, p. 2).

Assim, a atividade turística se não planejada de forma participativa e atenta, cai nas tendências capitalistas monopolizadoras, repetindo a ruptura ocidental entre Humano/Natureza, anônimas, autoritárias e impositivas.

Os responsáveis pelo desenvolvimento do turismo em uma localidade devem atenta-se as dimensões de produção do espaço social para o consumo e as estratégias de apropriação turísticas protagonizadas pelas comunidades tradicionais. Massola, Santos e Martins (2015) citam a existência de ações de resistência e participação comunitária no processo de desenvolvimento turístico por meio protagonismo social na gestão dos espaços oferecidos aos turistas, em que as comunidades se apropriam do trabalho por meio do turismo de base comunitária (TBC), que auxilia na diminuição de questões mercadológicas do turismo massificado relatadas abaixo.

> o mercado de turismo movimenta um volume de recursos significativo e em crescimento, e que gera exploração da riqueza local e impactos significativos sobre a população e o ambiente de destino, as iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) contrapõem-se a esse cenário, buscando aliar o potencial de geração de renda aos princípios da economia solidária. Esses projetos buscam enfrentar os principais problemas do grande mercado de turismo: a exploração da mão de obra local, evasão de divisas e os impactos negativos sociais e ambientais gerados pelo fluxo de consumidores dos serviços turísticos (MASSOLA; SANTOS; MARTIS, 2015 p. 281).

Portanto existem práticas turísticas que apontam a possibilidade de o turismo ocorrer na contramão de um contexto colonizado e homogeneizante, como comunidades tradicionais que subvertem as imposições hegemônicas da atividade turística e vislumbram alternativas de renda por meio do turismo étnico comunitário que valoriza o protagonismo social, resistência cultural e uma gestão de base comunitária.

Maria Aparecida (2020) expõe na sua fala durante as conversações a visita que realizou a um quilombo em que ela e outros pesquisadores permaneceram por quatro dias. Ela aborda a importância do protagonismo social nessa experiência e a necessidade de deixar de lado o arcabouço acadêmico, científico e colonial na troca de experiências, trocando os preconceitos e

ideias arquitetadas em rótulos pré-criados, pelo contato despretensioso e que valoriza o afeto entre visitantes e membros comunitários locais e expõe a cultura por meio dos olhares tradicionais. Esse contato dá espaço para o diálogo comunitário sobressair na experiência.

> Quando a gente pensa na comunidade esperando essas visitas a comunidade se prepara, [...] com seu banquete, com o melhor toalha, o copo do armário que é para visita coisa que não acontece no cotidiano, [...] é um quadro em branco que a comunidade pinta de acordo com o que a comunidade quer apresentar e apresenta para o visitante. Esse apresentar ele acaba não apresentando esse cotidiano e muitas das vezes as dores que essa comunidade passa, por isso que essa visita precisa ter um cuidado [...] porque essas visitas também deixam marcas [...] (Santos, 2020).

Portanto não só no momento de planejamento como na vivência do etnoturismo é importante bendizer as escolhas comunitárias no que querem mostrar na comunidade e valorizar a experiência em construção e troca com os povos e comunidades visitas, valorizando as transformações contemporâneas e celebrando as memórias coletivas, o que fortalece o vínculo visitante-comunidade e favorece o protagonismo comunitário.

Giacomini (2009) aborda o processo de mistura e ressignificação cultural em que os quilombos descobriam novas formas de existir foram essenciais para resistência e união comunitária e para o processo de amadurecimento de dinâmicas sociais, políticas e comerciais no interior do quilombo, o que repercutiu em "negociações e chegar a alianças sociais, cujo resultado podia apresentar forte sentido comunal na ocupação e utilização do espaço e uma grande capacidade e reafirmação de sua memória coletiva (MASSOLA; SANTOS; MARTINS; 2015, p.285).

CONCLUSÕES

Dentre as primeiras conclusões vinculadas ao objetivo do presente artigo, podemos verificar que não só existe interesse de povos indígenas e comunidades tradicionais em se fortalecer coletivamente, como estes vem encontrando estratégias comunitárias para enfrentar a pandemia, mobilizando-se contra a negligência estatal.

Esses povos e comunidades tradicionais mato-grossenses participes dos colóquios realizados, veem na dinâmica grupal o apoio que precisam para práticas de cuidado higiênico, sanitário e de saúde física e mental, porém em perspectivas coletivistas.

Por fim, ficou evidente nas falas contextualizadas transcritas, a relevância das epistemes populares conectas as ancestralidades sociais para realizar as práticas de cuidado nas comunidades e aldeias indígenas, e, portanto, as dinâmicas sociais coletivas constituem ações de resistência, protagonismo e fortalecimento cultural em momento histórico trágico causado pela pandemia de COVID em 2020.

REFERÊNCIAS

1. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1999.
2. BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas. / Ministério do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
3. CÈSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.
4. FERNANDES, Saulo. SANTOS, A Alessandro. CASCO, Ricardo. Quilombo: Direito ao Território e a Igualdade Étnica- Racial. In: *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação*

para as Relações Étnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica – COMFOR: pp. p. 06-20, 2015.

5. GEERTZ, Clifford. Resultados da pesquisa. *O Saber Local*. Vozes. *São Paulo*, 2013.
6. GIACOMINI, Rose Leine Bertaco. A territorialidade das comunidades de quilombos no Vale do Ribeira: do direito étnico a posse definitiva do território. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-33.
7. HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
8. Hernán-García Marcos, et al. *Cómo adaptar una investigación cualitativa a contextos de confinamiento*. Gac Sanit.2020. https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2020.06.007
9. LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
10. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
11. LEAL, Rosana. Eduardo da Silva. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.BURSZTYN, I (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
12. LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006.
13. LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento selvagem*. São Paulo: Papiros, 2004.
14. MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária:diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
15. MASSOLA, Gustavo. SANTOS, Alessandro. MARTINS, Alessandra. Turismo de base Comunitária: instrumento para o fortalecimento da gestão democrática em quilombos no Brasil. In: *Marketing e Comunicação de projetos socioculturais: experiências brasileiras e cubanas. Editora Difusão*, São Caetano do Sul, 2015
16. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: *Cortez*, 2010.
17. ROCHA, Rossana. Os direitos humanos e a política internacional. São Paulo: *Revista de Sociologia e Política*, n. 27, p. 33-42, 2006.
18. SAHLINS, Marshall. *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extensão* (Parte I). Mana. V. 3, n. 2, Rio de Janeiro, 1997.
19. SALGADO, Herbert. SANTOS, Rosselvelt. Etnoturismo, Complexidade Territorial e populações tradicionais: A Territorialização do Turismo nos Espaços Culturais Quilombolas. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-18.
20. SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre a Ciência.* Porto: Afrontamento, 1995.
21. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da alma selvagem* - e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
22. _____. Metafísicas Canibais — *elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

ISSN 2316-8021

Reflexão acerca das implicações do status de ser branco na sociedade: racismo, supremacia branca e privilégio

Reflection on the implications of being white in the society: racism, white supremacy and privilege

Ana Clara Torres Maia Lins[1]; Luciana Buarque Lins Costa[2]

[1]ORCID nº https://orcid.org/0000-0003-3569-3014, Discente de Direito; Centro Universitário Tiradentes/AL (UNIT); Maceió, Alagoas; Brazil. anaclaratml@hotmail.com.
[2]ORCID nº https://orcid.org/0000-0002-6623-804, Doutora em Comunicação e Jornalismo; Universitat Autònoma de Barcelona (UAB); Brazil. lucianabuarquelc@gmail.com.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve reflexão sobre o significado e o peso do status de ser branco na sociedade e as implicações disso na perpetuação do racismo. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental que tomou como objeto de estudo o racismo, a raça, a branquitude, a supremacia branca, a fragilidade branca e o privilégio. A referida investigação foi consolidada por meio do acesso às obras de renomados estudiosos da área, a exemplo de Robin Diangelo, Kabengele Munanga, Octavio Ianni, além de consulta a outras fontes de dados e informações como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portal de notícias G1, Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todo o estudo permitiu, para a estruturação e consolidação do trabalho, a discussão das seguintes temáticas: raça enquanto expressão do racismo, supremacia branca, privilégio de classe e privilégio de ser branco. Como resultado do estudo, foi possível verificar que o racismo institucional é uma questão muito presente na nossa sociedade e que estar na posição de "branquitude" produz vantagens sociais, materiais e subjetivas, negadas aos negros, tirando-os do campo da representatividade social. Essas vantagens corroboram com a perpetuação de padrões comportamentais, ainda que velados, que alimentam o sistema racista, o qual continua — embora ilegítimo —vigente na sociedade. A assertiva está ancorada nos estudos e fatos ocorridos no período de 2008 a 2020, na realidade brasileira. Desse modo, a investigação nos levou a concluir que o racismo, um grave problema enfrentado pela negritude brasileira, ainda vem sendo acirrado pelos brancos, embora haja um sentimento negacionista declarado pelos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: racialização, branquitude, relações étnico-raciais.

ABSTRACT: This article aims to make a brief reflection on the meaning and weight of the status of being white in the society and its implications for the perpetuation of racism. It is a bibliographical and documentary research that took racism, race, whiteness, white supremacy, white fragility and privilege as object of study. This investigation was consolidated through access to renowned researcher's works in this area, such as Robin Diangelo, Kabengele Munanga, Octavio Ianni, in addition to consulting other sources of data and information such as: Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), G1 news portal, Study Group on Violence and Conflict Management (GEVAC) and the Superior Electoral Court (TSE), all of them from Brazil. The entire study allowed, for the structuring and consolidation of the work, the discussion of the following themes: race as an expression of racism, white supremacy, class privilege and privilege of being white. As result, it was possible to verify that institutional racism is a very present issue in our society and that being in the position of "whiteness" produces social, material and subjective advantages, which are denied to black people, taking them out of the field of social representativeness. These advantages corroborate the perpetuation of behavioral patterns, even if veiled, that feed the racist system, which continues — although illegitimate — current in society. The statement is anchored in the studies and facts that occurred in the period from 2008 to 2020, in the Brazilian reality. Thus, the investigation led us to conclude that racism, a serious problem

faced by Brazilian blackness, is still being intensified by whites, although there is a denialist feeling declared by them.

KEYWORDS: racialization, whiteness, ethnic-racial relations.

INTRODUÇÃO

A motivação para este artigo foi fruto das discussões temáticas no campo jurídico — principalmente as que dizem respeito às injustiças sofridas pelas pessoas negras — ocorridas no espaço da academia, especialmente durante a execução das disciplinas Teoria da Pena; Teoria Geral do Processo; e Prática Profissional de Extensão na Área do Direito.

Salienta-se que as temáticas que envolvem o racismo e o preconceito com o negro, a supremacia da branquitude e o privilégio que dela deriva vêm sendo destaque em debates e produções que contribuem, em nível de determinações legais e formativas, bem como de reflexões teórico-críticas, para a discussão com vistas ao enfrentamento da cultura racista que permeia a nossa sociedade.

De acordo com a pesquisadora Robin Diangelo (2020), por termos um conhecimento raso acerca do racismo, a tendência é não nos reconhecermos como parte do problema e nos eximirmos da culpa, na ilusão de que não há nada mais para compreender do assunto. Nesse sentido, diz a pesquisadora: "não podemos entender as formas modernas de racismo se não pudermos ou não explorarmos padrões grupais de comportamento e seus efeitos sobre os indivíduos" (DIANGELO, 2020, p.35). Por isso a importância de analisar alguns predicativos atribuídos aos intitulados "brancos" — queiram eles ou não —, e como eles formam uma estrutura interligada entre si de manutenção de privilégios brancos.

Destarte, face a uma sociedade racista, alimentada por um sistema que favorece a dominação e opressão sobre as pessoas de cor, é preciso estudar seus determinantes, analisando o papel do indivíduo branco na perpetuação dessa realidade, compreendendo que ele ainda tem relação com o racismo, que não acabou há 130 anos com a abolição da escravatura, uma vez que é ele o responsável por alimentar essa estrutura de hierarquização baseada em um conceito racial supremacista branco que lhe garante privilégios e vantagens nos mais diversos campos sociais. Daí, justifica-se o interesse por este estudo.

Assim sendo, este artigo tem o objetivo de aprofundar conhecimentos preliminares acerca do racismo e suas expressões como o preconceito étnico-racial. Nessa direção, a discussão da temática está estruturada em três tópicos, quais sejam: raça enquanto expressão do racismo; supremacia branca: um privilégio de classe; e o privilégio de ser branco.

O referencial teórico que embasou o estudo foi delimitado após um levantamento bibliográfico preliminar que permitiu a aproximação com as obras e trabalhos de autores dentro de uma perspectiva crítica. Tal iniciativa parte do pressuposto que, sendo esta uma pesquisa de natureza qualitativa, embora recorra pertinentemente a alguns dados quantitativos, a perspectiva crítica nos oportuniza uma compreensão do objeto em suas várias determinações, possibilitando uma melhor abordagem do mesmo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente artigo — que parte da necessidade de aprofundamento do conhecimento sobre a questão do racismo e as facetas do status de ser branco em uma sociedade com histórico conservador e valores impressos por elites predominantemente brancas —, utilizou-se do procedimento bibliográfico e documental, trazendo à tona investigações de autores como Robin Diangelo, com a obra "Não basta não ser racista: sejamos antirracistas"; Kabengele Munanga com "Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia"; e Octavio Ianni com "A Racialização do Mundo". Também nos foi útil à tese de doutorado de Ronaldo Laurentino de Sales Júnior: "Raça e Justiça. O Mito da Democracia Racial e o Racismo Institucional no Fluxo da

ISSN 2316-8021

Justiça".

Além disso, o procedimento documental foi adotado ao nos apropriarmos dos dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo portal G1 e pelo canal televisivo Globo News. Junto a eles, também houve a contribuição dos índices do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFS/Car).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Todo esse apanhado bibliográfico e documental teve como intuito a busca de fundamentos para sustentar a hipótese e objetivos do estudo. De posse destas fontes, buscamos, no primeiro momento, realizar leituras reflexivas que permitiram a compreensão e apreensão de conceitos e termos como: raça, Raciologia, racialização, branquitude, fragilidade branca, medo branco, entre outros, numa dialética permeada por assertivas dos autores citados, que nos permitiram avançar, num segundo momento, para a análise dos conhecimentos adquiridos. Nesta direção, antecipamos a seguir algumas assertivas apreendidas.

A construção social por trás da definição de raças foi fundamental para sustentar o discurso, que perdura até hoje, de superioridade e hierarquização entre elas, o qual alimenta tanto o preconceito racial como também a chamada fragilidade branca, da qual falaremos mais adiante. É possível observar implicações acerca dessa realidade ao tratarmos do racismo institucional, que escancara uma cultura que acredita numa supremacia branca, evidenciada, principalmente, no sistema jurídico e no poder de polícia, revelando uma seletividade penal.

Vale salientar também a relevância de compreender como ser branco traduz uma série de vantagens materiais e subjetivas, distribuídas nas mais diversas esferas sociais, e de onde elas vieram; vantagens essas que, muitas vezes, não fazem parte da realidade dos negros e os tiram do campo da representatividade. Para Diangelo (2020, p.90) "encarar o privilégio como algo que as pessoas brancas simplesmente recebem oculta as dimensões sistemáticas do racismo, que deve ser ativa e passivamente, consciente e inconscientemente, mantido".

Desprende-se que o que precisa ser discutido na sociedade é o peso que ser branco gera na vida dos negros e questionar-se até que ponto os brancos estão acomodados no topo da pirâmide racial, sendo detentores de regalias, sem nos perguntarmos o significado e os efeitos de ser branco dentro de uma sociedade racista — para que, assim, as problemáticas que circundam o debate sobre as questões raciais possam ser superadas e se passe a falar abertamente do racismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os movimentos sociais que lutam contra a desigualdade no tratamento das raças requerem da sociedade em geral e dos estudiosos e profissionais o compromisso de refletir sobre as condições instaladas nas relações com os sujeitos negros, de modo a construir propostas que vislumbrem novas formas, de fato igualitárias, de convivência entre brancos e negros e que garantam os direitos basilares e sua representatividade nas mais variadas instâncias sociais. Nesse sentido, apresentamos o resultado do estudo por meio das discussões das temáticas que se seguem.

RAÇA ENQUANTO EXPRESSÃO DO RACISMO

O termo raça teve suas primeiras aparições e conceituações científicas sobre os seres vivos ainda no campo da Botânica e da Zoologia para designar, diferenciar e entender as espécies, como a classificação feita por Carl Von Linné. Logo depois, começou a ser bastante difundido para classificar a variabilidade humana, tomando como critério de classificação, inicialmente, a cor de pele e posteriormente outros fatores, como formato do rosto, boca, olhos e crânio, dando origem à denominação das raças branca, negra e amarela.

Porém, com o avanço da ciência e da genética, os estudiosos chegaram à conclusão de que

os fatores genéticos e biológicos estabelecidos para essa categorização não eram suficientes para o reconhecimento de diferentes raças, pois não passavam de características fenotípicas fruto de adaptações geográficas. Assim, seria "apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas" (MUNANGA, online, 2004). Dessa forma, para a ciência, as raças humanas não existem, logo, uma hierarquia entre elas também não.

Munanga (2004) explica que o grande problema dessa classificação foi o uso da hierarquização das raças, fazendo um paralelo entre o biológico e as qualidades morais, intelectuais, culturais e psicológicas. Isto é, no topo dessa pirâmide racial estão os brancos, aos quais são atribuídos predicativos como os mais fortes, mais inteligentes, íntegros, bonitos e capazes de dominar outras raças, enquanto que na base se encontra a raça negra, considerada menos inteligente, inferior, incapaz, mais sujeita a ser dominada e escravizada.

Por isso, ao longo da história houve a necessidade, por partes dos opressores, de criação de teses científicas que provassem a inferioridade dos negros, na tentativa de justificar a exploração e a dominação dessa parcela da população, a fim de normalizar a opressão. É o caso da ciência racial, que, como aponta Robin Diangelo (2020, p.39), foi bastante impulsionada para legitimar padrões culturais e normas legais racistas, que concediam um status privilegiado aos intitulados brancos. Em suma, o exposto nos leva a crer que a ideologia da inferioridade racial foi desenvolvida para justificar a exploração, não sendo a raça a causa do racismo, e sim, como disse Ta-Nehisi Coates (2015, p. 174), sendo ela a filha do racismo.

Nesse raciocínio, uma das ideologias desenvolvidas deu nome a um ramo mais doutrinário do que científico, chamado de Raciologia[9], que usou da diversidade humana para explicar e validar esse sistema de dominação. Essa passou a ser amplamente disseminada no campo social, corroborando a crença de que existem diferenças biológicas entre as raças, e foi usada para legitimar o discurso racista — de que os brancos são, em geral, superiores às outras raças — até hoje. Ainda serviu como base para vários episódios genocidas de dominação, segregação e exploração, sendo, portanto, crucial para a formatação do panorama dominante e influente branco.

Assim, o quadro racial de destaque, em quase todos os continentes, é branco; as referências no campo da cultura, em sua maioria, são brancas — na TV, no cinema, na literatura, na política. E quando um negro ascende socialmente, sua cor de pele automaticamente é destacada nas narrativas históricas — o primeiro presidente negro; o primeiro negro a ser ministro do Supremo Tribunal Federal; a primeira atriz negra. Esse fato se torna uma problemática a partir do momento em que evidencia como os espaços nas esferas institucionais e sociais consideradas mais relevantes são pouco ocupados pelos negros, já que a predominante estrutura racial branca está mais do que naturalizada, trazendo à tona não somente a ideia de subalternidade atrelada à cor negra, como também a falta de representatividade das pessoas de cor. E, não obstante, ainda se tem o constante questionamento sobre a validade e a legitimidade quando os negros têm acesso a posições e aquisições que fogem da "regra" imposta pela branquitude, para quem negro é automaticamente associado à pobreza, miséria, inferioridade, subalternidade.

Para as pessoas negras, tudo isso gera um estresse racial que não faz parte do cotidiano das intituladas como brancas, as quais não sofrem o peso psíquico da raça e de se verem racializadas e fora do "padrão" em quase todos os contextos, já que a branquitude é que é tida como a norma humana na sociedade — de tal maneira que não precisam se preocupar com os possíveis desconfortos que podem surgir ao longo de um dia, decorrentes dessa racialização, como a chance de a sua cor ser usada contra si ou o incômodo ao ir a certos lugares predominantemente frequentados por brancos. Para Diangelo (2020, p.80), "[...] As pessoas de cor carecem desses benefícios por serem racializadas dentro de uma cultura de supremacia branca — cultura na qual são vistas como inferiores, se é que são vistas".

Aliada a isso está à dificuldade que os brancos têm de reconhecer que o racismo existe, de

[9]Por Raciologia entende-se o estudo da história racial do homem, com foco na classificação da espécie humana em raças, na miscigenação (mistura de raças), nas características físicas, entre outras.

falar sobre ele e de reconhecer que eles próprios são racistas. A isto Diangelo (2020) denomina "fragilidade branca", que, a nosso ver, contribui para a perpetuação do racismo, pois, embora mesmo não havendo, na maioria dos brancos, a intencionalidade em praticar atos desta natureza, muitos recebem, indiretamente, os respingos dessa cultura e a reproduzem cotidianamente, uma vez que fazem parte do sistema que oprime os negros e que seu privilégio mantém esse comportamento social. Para Diangelo (2020), a afirmação de que os brancos perpetuam tal sistema racista, nutrindo o preconceito racial, não é bem-vista, pois é entendida como um aspecto negativo da índole do indivíduo branco. Assim sendo, a primeira reação seria defensiva para proteger o caráter, em vez de analisar o contexto que exala tal preconceito, que acaba por protegê-lo. Para a autora em foco, "[...] Ela nasce da superioridade e do 'direito'", sendo "um meio poderoso de controle racial e de proteção das vantagens brancas" (DIANGELO, 2020, p.24).

Ainda de acordo com Diangelo (2020, p. 30) "[...] nada na cultura ocidental nos dá as informações de que precisamos para ter uma compreensão ponderada da dinâmica social indiscutivelmente mais duradoura dos últimos séculos". Em decorrência dessa visão simples e rasa passada aos brancos sobre o que é o racismo, há uma crença de que eles não são os responsáveis e, a partir daí, se eximem da culpa de um sistema racista. É daí que vem o incômodo em discutir questões raciais. Outra parte dessa dificuldade é advinda da luta, travada por uma parcela dos brancos, a fim de preservar a supremacia branca e manter privilégios sociais da branquitude, pois temem que a desigualdade entre as raças acabe. São essas atitudes defensivas que mantêm o *status quo* racial, e este é tão significativo que interfere até mesmo no campo jurídico.

De fato, existem na legislação brasileira preceitos constitucionais e leis infraconstitucionais antirracistas — se assim podemos chamá-las —, todavia, só a norma escrita não basta. Com essa resistência em admitir que o racismo existe, a prática para combatê-lo não é efetiva, vista que o próprio sistema jurídico, em sua maioria composto por brancos, não o reconhece, contribuindo para que o racismo seja silenciado e continue ocorrendo veladamente. Isso interfere diretamente em diversas questões, como ao prestar queixa de um crime, nos aspectos dos processos e nas decisões judiciais, entre outros.

Tal resistência gera a descrença social de que tenha havido, em determinadas situações, uma ação discriminatória intencional ou um ato criminoso, o que acaba por invalidar o discurso do oprimido e ocasiona a falta de amparo às vítimas da discriminação racial. Também há dificuldade, muitas vezes, ao se apurar e registrar os fatos, indícios e provas dos crimes desta categoria, no que diz respeito à materialidade deste, pois, de um lado se tem a forma verbal do crime, nem sempre sendo possível o seu registro, e de outro lado um "fetichismo linguístico" que exige, justamente, essa verbalização para que se configure o crime[10] (JÚNIOR, 2006). Com isso, o resultado é um maior enquadramento da ação como injúria qualificada (racial) em vez de racismo ou uma subnotificação de ambos os casos.

Junto a isso, afirma a defensora pública do Rio de Janeiro e coordenadora do Núcleo Contra a Desigualdade Racial (Nucora), Lívia Casseres, o crime de injúria racial — previsto no Art. 140, §3° do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40) e que consiste em uma ofensa à honra de alguém se utilizando de elementos referentes à cor, raça, etnia, origem ou religião — acaba por dificultar a aplicação da Lei do Racismo (Lei nº 7.716/89), por possuir uma pena mais branda que essa última — reclusão de um a três anos e multa, além da pena correspondente à violência, caso haja. Já o crime de racismo é inafiançável, imprescritível e implica cominação de pena de até cinco anos de reclusão e multa. Casseres acrescenta que "[...] A conduta, em geral, é minimizar as práticas de racismo, sempre tratando como algo banal, um mal-entendido, não intencional. É um problema estrutural. O sistema foi feito para reprimir pessoas negras, e, quando elas são vítimas, não funciona".

Ainda neste sentido, de acordo com reportagem do canal televisivo GloboNews, após levantamento de dados constatou -se que, no decorrer de 30 anos, desde a instituição da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2017, apenas 244 processos de racismo e de injúria racial

[10]Sobre essa questão, ver a tese de doutorado do sociólogo Ronaldo Laurentino de Sales Júnior: "Raça e Justiça. O mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça", 2006.

foram concluídos no estado do Rio de Janeiro, desnudando a ação ineficiente do Judiciário, que age como uma barreira para a justiça racial.

Paralelamente, é importante considerar a seletividade penal, conceito bem abordado por Eugenio Raúl Zaffaroni[11], que escolhe baseada na cor quem se torna réu ou não; que taxa quem é o traficante e quem é o empresário que apenas "porta" drogas; e decide a quem é dada a chance de responder ao devido processo legal em conformidade constitucional. Persistem no Brasil hábitos e concepções do tempo escravocrata, que sustentam a hierarquia racial, refletidos no sistema jurídico, com padrões de decisões judiciais que corroboram uma maior impunidade para réus brancos, ao passo que favorecem a incriminação e punição para réus negros (JÚNIOR, 2006).

Os casos de Rafael Braga, noticiado em 2017 pelo portal G1, e de Breno Borges, referenciado pelo mesmo site de notícias, são exemplos dessa seletividade. Assim, temos de um lado Rafael Braga, ex-catador de lixo, negro, detido em 2013 durante as manifestações de julho[12]. O motivo da prisão foi a alegação dos policiais de que Rafael, supostamente, portava duas garrafas de produto de limpeza que seriam potenciais materiais explosivos para uso como coquetel molotov. Rafael foi condenado em primeira instância a quatro anos e oito meses de prisão, mesmo constando no laudo técnico apresentado no processo ser praticamente impossível que as substâncias funcionassem como coquetel molotov.

Do lado oposto, temos o exemplo de Breno Borges, empresário, branco, filho de desembargadora, que fora preso em flagrante em abril de 2017 com 130 quilos de maconha, várias munições de fuzil de uso exclusivo das Forças Armadas e uma pistola nove milímetros, mas passou apenas três meses detido. A defesa conseguiu, em julho do mesmo ano, autorização para que ele aguardasse o julgamento em liberdade, através de um laudo médico — não apresentado anteriormente — alegando que o mesmo sofria de Síndrome de Borderline[13].

Vejamos que os fatores cor e status decidiram o "cliente" preferencial do sistema penal, evidenciando que este enxerga com diferentes olhos o réu negro, e denunciando a presença de conotações raciais nas decisões. O exposto aponta para a existência de uma superioridade branca no trato de problemáticas envolvendo indivíduos brancos em detrimento dos negros e pardos, como nos retrata a discussão que se segue.

SUPREMACIA BRANCA: UM PRIVILÉGIO DE CLASSE

Os privilégios concedidos aos brancos, segundo Diangelo (2020, p.55), são frutos da supremacia branca, ou seja, resultado de "[...] um sistema sociopolítico e econômico de dominação baseado em categorias raciais que beneficiam quem é definido e percebido como branco. Esse sistema de poder estrutural privilegia, centraliza e exalta os brancos enquanto grupo". Para a autora em tela, esse sistema sociopolítico se apoderou de um discurso de supremacia de raças, no caso a branca, para validar o tratamento desigual e hostil que transformou, ao longo dos séculos, os direitos que deveriam ser de todos em exclusivos para os brancos e, ainda, para justificar os comportamentos que contribuem com o sistema de opressão e dominação racista.

Tais comportamentos desumanizam os negros a fim de tornar verdadeira a premissa de que essa superioridade branca existe e é legítima, e ocorrem ao menor sinal de iniciativa de pessoas negras para sobreviver em determinados ambientes ou quando há a ascensão delas dentro das instituições — resultado da sua autodeterminação e fruto também da luta de movimentos sociais e negros ao longo das décadas. A essas respostas reacionárias dos brancos quando se veem confrontados pela representatividade negra se denomina "medo branco[14]".

---

[11] Eugenio Raul Zaffaroni, em sua obra "Direito Penal Brasileiro" (2011), aborda como há uma seletividade baseada em estereótipos que são condicionados por outros poderes e incorporada pelas agências de criminalização secundária — divisão do Direito Penal Subjetivo Positivo, que nada mais seria do que a responsável pela "ação punitiva exercida sobre pessoas concretas".

[12] As manifestações de julho de 2013 ou Jornadas de Julho foram protestos populares que ocorreram em quase todo o território brasileiro, desencadeadas, inicialmente, pelo aumento das tarifas de transporte público.

[13] Síndrome de Borderline ou transtorno de personalidade borderline é um problema psicológico e psiquiátrico que afeta a personalidade do indivíduo, acarretando em um padrão de instabilidade emocional e comportamental, associado à instabilidade, insegurança.

[14] Conceito formulado pela historiadora Celia Maria de Azevedo em sua tese de doutorado "Onda negra, medo branco" (1985).

O desrespeito é tamanho que os indivíduos que acreditam nessa visão supremacista não aceitam questionamentos às suas posturas, mesmo quando elas os levam a prestar contas ao Estado e à Justiça, e principalmente quando esse embate é diretamente liderado por um negro.

Soma-se a isso o fato de que, no Brasil, se nota um racismo institucional que vira o jogo e faz com que, mas não somente, até a autoridade negra, representando uma instituição social, seja invalidada frente a um branco. Foi o que aconteceu em maio de 2020, em Alphaville, São Paulo, quando, após atender um chamado de violência contra a mulher, um policial negro foi verbalmente agredido pelo suspeito da ocorrência em questão, um empresário branco. A cena foi gravada pela parceira do policial e se encontra registrada no site Ponte.org. O agressor foi encaminhado para a delegacia e o caso foi registrado como desacato, desobediência, ameaça, injúria e violência doméstica. Porém, após o registro do boletim de ocorrência, ele foi liberado.

Ao analisar esse caso é possível dizer que há duas situações de racismo e da supremacia branca, ou melhor, existem dois *modus operandi*:

1. Racismo — Do agressor para com a vítima: O racismo não tem local, nem dia ou hora para acontecer. O negro está constantemente em posição vulnerável para sofrer ataques racistas, não importando sua classe social, se é uma autoridade ou se possui um pós-doutorado. Ou seja, aqui o racismo não é seletivo.
2. Supremacia branca — Das instituições para com o agressor: Nesse caso, o racismo é seletivo. Ele escolhe cor e classe social. O agressor, que é branco e rico, não sofre nas mãos do sistema. Ele recebe um tratamento positivamente diferenciado, é privilegiado. O empresário sequer foi tocado pelo policial durante a ação. Da delegacia, foi liberado para casa sem sofrer nenhuma penalidade. Já no caso de negros, pobres e periféricos, as instituições, aqui nesse caso representadas pela polícia, os tratam de maneira negativamente diferenciada, pois foram "ensinadas" a reproduzir comportamentos racistas. Se o policial, desconsiderando aqui a sua cor, tivesse entrado numa favela e esse empresário fosse negro, muito provavelmente ele sairia de lá algemado ou até morto, como mostram os dados sobre violência policial. E mais, ao chegar à delegacia, muito provavelmente, de lá ele não sairia livre.

Desprende-se da análise dos *modus operandi* que há racismo institucionalizado e esse é fortemente manifestado pela polícia, gerando uma seletividade sobre quem vai usufruir ou não dos aparatos constitucionais, bem como da segurança pública e da liberdade.

Já é costumeiro encontrar diariamente, nos veículos de comunicação, reportagens noticiando negros assassinados pelo poder de polícia, tornando notório que se assimilou um perfil específico como alvo das operações e repressões: o negro, jovem, pobre e da periferia. Esse padrão evidencia um estereótipo construído ao longo dos séculos, advindo da marginalização do povo negro pós-escravidão e da desigualdade racial.

Assim sendo, as operações policiais possuem *modus operandi* diferenciado para negros e brancos, e o padrão quando se trata de negros é a violência. Esse é um dos componentes mais evidentes do racismo institucionalizado: a naturalização do paralelo pobreza-criminalidade associado às pessoas de cor. A prova disso são os dados apresentados pela "Pesquisa Nacional de Vitimização do IBGE/2010", que mostram que, em 2009, 6,5% de negros sofreram agressões de policiais ou seguranças privados — muitas vezes de policiais em horários de folga —, enquanto os brancos contabilizaram um contingente de 3,7%.

Em uma análise mais detalhada da violência policial, vale destacar os dados da pesquisa "A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais", do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (Gevac), do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFS/Car), publicada em 2016, mostrando que, entre 2010 e 2011, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o número de negros vítimas de homicídio decorrentes de ações policiais foi bem maior que o de pessoas brancas. No caso de São Paulo, o índice apurado foi de 58,5% entre 2010 e 2011, enquanto que no Rio de Janeiro foi de 67% em 2010 e 69% no ano subsequente.

A pesquisa concluiu que o estado do Rio de Janeiro possui a maior letalidade policial para a população de cor: os negros têm quatro vezes mais probabilidade de morrer em virtude de uma

ação policial, se comparados a uma pessoa branca. Em São Paulo essa possibilidade é três vezes maior que para um branco.

Ainda de acordo com a pesquisa citada, os policiais negam que tenham uma prática de filtragem racial nas suas operações, mas afirmam que, de fato, há uma "fundada suspeita". Nada mais seria que a experiência policial adquirida para identificar suspeitos a partir da vivência nas ruas. Entretanto, os componentes dessa fundada suspeita "remetem a um grupo social específico, caracterizado pela faixa etária, pertença territorial e que exibe signos de um estilo de vestir, andar e falar que reivindica aspectos da cultura negra, e que é, em muitos casos, também constituinte de uma cultura da 'periferia'" (GEVAC, 2013, p.133).

Assim, fica evidente que a discriminação racial molda as condutas policiais, apontando para uma maior vigilância sobre a população negra, que se reflete na alta concentração de prisões em flagrante, as quais, conforme a pesquisa, na maioria das vezes não decorrem de investigações criminais prévias e executadas por meio de mandado judicial. São, sim, frutos da abordagem policial em campo, carregada de uma indicação racial tanto quanto racista. Em São Paulo, por exemplo, conforme dados da mesma pesquisa, a taxa de negros presos em flagrante entre 2008 e 2012 é de 54,1%.

Segundo o Código Processual Penal/1941, no Art. 283, ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado; e no Art. 302, no qual considera-se em flagrante delito quem está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la; quem é perseguido, logo após o delito, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; e quem é encontrado, logo depois do delito, com instrumentos, armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele autor da infração. Entretanto, é sabido que nem sempre os requisitos legais para que se configure o flagrante são observados com precisão.

O abuso de autoridade nas ações policiais é instrumento fundamental para a prática e a perpetuação dos crescentes dados de violência racial, que carregam comportamentos eugenistas, genocidas, violentos e racistas direcionados ao povo negro, sendo considerado, até mesmo, como uma "necropolítica" [15]. E o número só cresce. São diversos os casos emblemáticos da violência policial que mata indiscriminadamente e diariamente; como é o caso do carro de família alvejado com 80 tiros pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, levando Edvaldo Rosa dos Santos à morte em 2019. O motivo: o carro foi confundido com o de um grupo que havia cometido um assalto, horas antes, nas proximidades. Em outro caso parecido, 111 tiros tiraram a vida de cinco jovens, em 2015, quando passavam de carro próximo ao Morro da Lagartixa, Rio de Janeiro. Os policiais envolvidos alegaram que estavam à procura de suspeitos de um assalto a um caminhão de uma indústria de bebidas. Nenhum dos jovens estava envolvido e sequer armado. O episódio ficou conhecido como a Chacina de Costa Barros. O ocorrido com João Pedro, 14 anos, quando foi morto em maio de 2020 após ter sua casa invadida pela polícia, que entrou atirando, é mais um exemplo da violência policial racial.

Ressalte-se que as entradas opressivas dos batalhões de polícia nas áreas da periferia quase sempre se manifestam seguindo a mesma linha descrita acima. Mais parece que as munições das armas são estereótipos sociais racistas e que os corpos negros são todos iguais, havendo só um tipo de pessoa dentro da favela: todos são negros, pobres e traficantes. Assim, a conduta policial desenfreada é marcada por mortes, justificadas nas incursões "em busca de traficantes" como sendo resultado de troca de tiros com os criminosos. A carnificina é levada a cabo em nome da guerra contra as drogas e o tráfico, mas como compactuar com ações extremistas e exterminadoras que não enxergam nada além de corpos negros?

Dados atuais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, apurados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos

[15] Termo criado pelo filósofo, teórico político, historiador, intelectual e professor universitário camaronês Achille Mbembe em sua obra "Necropolítica" (2011) para conceituar a política de morte existente em algumas estruturas que ao longo da história vem exterminando grupos mais vulneráveis, ligada a um parâmetro racial.

(CIDH), nos mostram que em 2020, no período de janeiro a abril, houve um aumento de 31% e de 9% na letalidade das operações policiais nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, em comparação ao mesmo intervalo do ano interior.

O exposto nos permite concordar com a reflexão do professor de filosofia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Edson Teles (online, 2020), que diz: "um país como o Brasil, nascido e estruturado com base no racismo e no patriarcalismo, tem produzido práticas e relações sociais extremamente desiguais e cujos sujeitos que sofrem a ação de precarização de suas vidas seguem os critérios de classe, raça e gênero", isto é, o sistema que domina os cidadãos é o mesmo que determina a sua morte e está intrinsecamente ligado ao processo histórico de colonização e racialização.

Na mesma linha de pensamento, Ianni (1996, p. 19) vai dizer que "esse é o modo pelo qual a 'etnia' tende a ser recoberta pela 'raça', no sentido de estereótipo racial, intolerância racial, preconceito racial, segregação racial, barreira racial, perseguição racial ou guerra racial". Para o mesmo autor, [...] "As ideologias raciais enraízam-se nessa complexa teia de relações sociais, nesse intricado jogo de forças sociais, envolvendo estilos de vida ou visões do mundo". O que retratamos aqui nos leva a crer que, historicamente, a "raça" e o "racismo" resultaram das tramas das relações sociais, que transformaram características étnicas ou os traços fenotípicos em estigmas e a branquitude em privilégios, como veremos no item seguinte.

O PRIVILÉGIO DE SER BRANCO

Entender os privilégios concedidos à branquitude é fundamental para compreendermos a perpetuação do racismo, particularmente no Brasil, visto que a sociedade brasileira ergueu-se sob os pilares dessa branquitude, em todos os setores, instituições e camadas do Estado, denotando que o solo em que tais pilares foram fundados era racista; pois os brancos fizeram de seus direitos um privilégio, na medida em que os negros não possuíam nenhum benefício.

Para a teórica britânica Ruth Frankenberg[16], agir dessa forma seria "um lugar confortável, onde você olha os outros através da lente que você não olha a si mesmo", isto é, se apoia na ideia de raças, mas esses indivíduos não se enxergam pertencentes a uma, e sim, somente como indivíduos. O olhar do branco como sendo branco é individualista, é de fora e ele só se racionaliza quando o convém. Shucman (2018) considera esta uma visão crítica acerca de como a população branca se comporta diante do racismo. Esse movimento nega que o racismo exista ou que há uma dívida histórica; acredita que as políticas públicas voltadas a esse público-alvo é puro assistencialismo e que as características fenotípicas brancas são as melhores.

Entretanto, a branquitude "vai além de simples diferenças físicas e estão relacionadas ao significado e à consequente vantagem material advinda de ser definido como branco na sociedade" (DIANGELO, 2020, p.49). É dessa forma que a mesma confere aos brancos um status de vantagens estruturais — legais, políticas, econômicas e sociais — que os colocam em uma posição privilegiada dentro da sociedade e das instituições que a compõem.

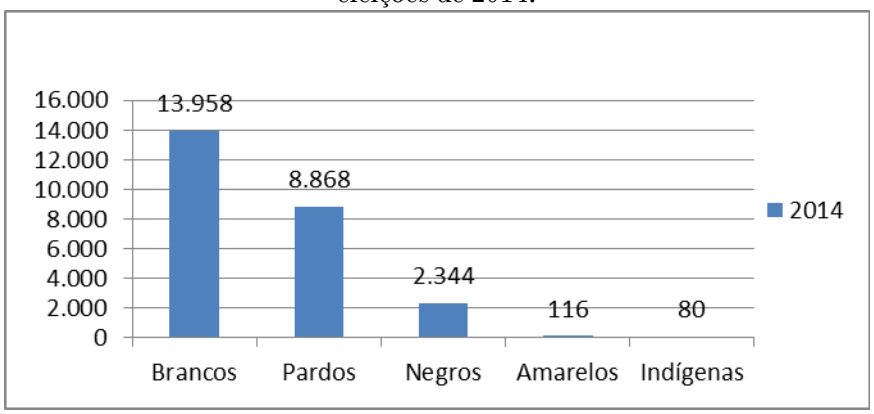
Nesse sentido, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, em 2014, o número de brasileiros que se autodeclararam negros (pretos e pardos segundo critério do IBGE) era de 53,6% — maior que o de brancos. Esses dados instigaram a nossa curiosidade em saber sobre a inserção desse grupo social na gestão da sociedade e das instituições, tomando como ponto de partida um apanhado de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em que foi possível ver, como demonstra o quadro 1 abaixo, que mesmo a maior parte da população sendo negra, dentre os 25.366 inscritos nas eleições daquele mesmo ano de 2014 para concorrer aos seguintes cargos eleitorais: presidente, vice-presidente, governador, vice-governador, senador, 1º e 2º suplentes de senador, deputado estadual e deputado federal, 13.958 (55,03%) se autodeclaram brancos; enquanto 8.868 (34,96%) se autodeclararam pardos e apenas 2.344 pessoas, ou seja, 9,24%, se autodeclaram negros (pretos, segundo critério do IBGE). O restante é divido entre 116

[16] Citado por Lia Vainer Shucman durante entrevista online ao The Intercept em 2018.

ISSN 2316-8021

(0,46%) autodeclarados amarelos e 80 autodeclarados indígenas, equivalente a 0,32%.

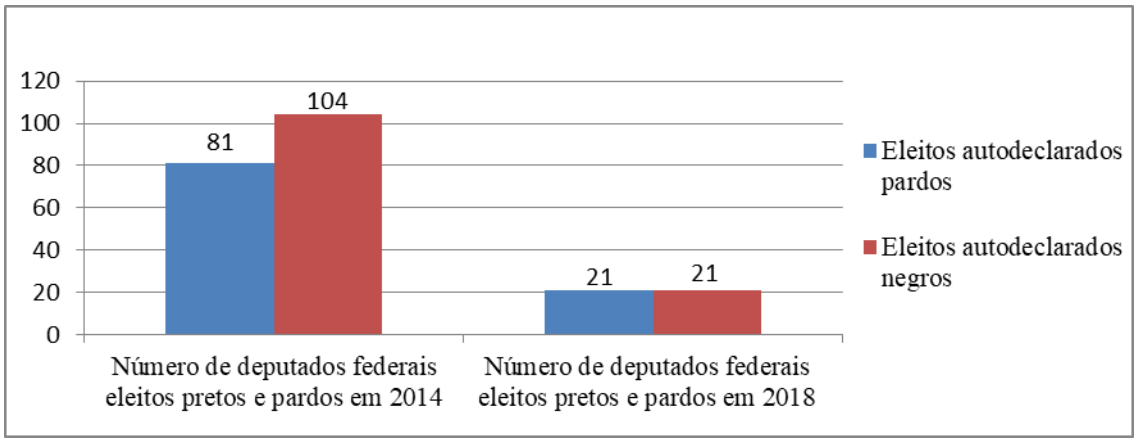
Quadro1: Número de candidatos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para disputar as eleições de 2014.



Fonte: Pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que coletou as informações dos Tribunais Regionais Eleitorais nas eleições de 2014.

No tocante às eleições de 2014 e de 2018, selecionamos apenas a categoria deputado federal e centramos a análise na comparação da constituição étnico-racial dos respectivos eleitos nos anos destacados acima. Nessa busca, concluímos que o número de deputados federais eleitos autodeclarados pardos subiu de 81 em 2014 para 104 em 2018 e o número de pretos continuou o mesmo, em 2014 e 2018: vinte e um (21) deputados eleitos. Assim sendo, de uma eleição para outra houve um aumento de apenas 23 cadeiras, nessa categoria, ocupadas por autodeclarados pardos e pretos, segundo critério do IBGE, que corresponderam a um total de 125 (24,4%) legisladores negros compondo o quadro da Câmara dos Deputados a legislar no ano seguinte, 2019.

Quadro 2: Comparação entre o número de deputados federais pretos e pardos eleitos nas eleições de 2014 e 2018.



Fonte: Dados apurados pelo portal G1 a partir das informações de registros de candidaturas fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Em entrevista concedida ao The Intercept em 2018, a pesquisadora Lia Vainer Shucman admite que reconhecer os privilégios de ser branco, em um país racista, é uma análise necessária para que se possa caminhar contra a desigualdade racial no Brasil. Trata-se de um ato individual, coletivo e institucional. No entendimento da referida pesquisadora, não basta apenas que esses privilégios sejam apontados, eles precisam ser questionados e enfrentados, para que os brancos entendam sua posição nessa estrutura, pois embora tais privilégios não tenham sido criados por estes brancos, eles usufruem desta condição e contribuem para a sua perpetuação.

Dentro da individualidade devem ser revistas ações, falas e pensamentos cotidianos de

ISSN 2316-8021

cunho racista, analisando a coletividade em que se está inserido. Nessa direção, alguns questionamentos são feitos: Tal coletividade possui representatividade negra? O ciclo social apenas possui um recorte branco? No tocante à postura dentro dela, como o sujeito reage frente a episódios e declarações racistas? Eles combatem essas ações ou são omissos? Qual o papel do branco na luta antirracista? Como os privilégios brancos colaboram com a perpetuação do racismo?

Soma-se a isso o fato de as instituições reproduzirem padrões comportamentais racistas, em grande parte velados, que corroboram para que as atitudes discriminatórias continuem a acontecer de forma naturalizada, passando despercebidas dentro do aspecto social e dificultando, assim, que estas práticas sejam questionadas e combatidas. Assunto esse que não se esgota nessa breve discussão, merecendo ser mais aprofundado.

CONCLUSÃO

Mediante o exposto, ficou evidenciado, através das reflexões à luz dos referenciais bibliográficos, documentais e dos dados aqui exibidos que, de fato, há uma estrutura racista comandada pelos brancos que lhes concede uma série de privilégios que não são e não podem ser desfrutados pelos negros, em um contexto similar, e que estão enraizados nas mais diversas áreas sociais, tais quais as apresentadas.

Assim, com um breve enfoque no Sistema Jurídico como um todo, foi possível perceber como o racismo institucionalizado afeta negativamente esse campo, priorizando a branquitude a partir de preconcepções e estereótipos sociais assimilados à época da escravidão, que colocam os negros como a "clientela" preferencial do sistema penal, o alvo principal das operações policiais e criam um padrão judicial que escancara uma maior propensão de incriminação de réus negros, ao passo que aos brancos é dado o benefício da dúvida.

Paralelo a isso, passando pelos conceitos que construíram o status de ser branco — raça, branquitude, supremacia branca e privilégio —, ficou esclarecido como foi que essa "branquitude" moldou todo o sistema que ditou os padrões culturais e as normas legais que exaltam, priorizam e centralizam os brancos até hoje. Na medida em que se apropriavam de características fenotípicas e étnicas que racializaram, hierarquizaram e inferiorizaram o povo negro, para justificar a desigualdade de tratamento e a dominação deste, os brancos eliminaram quase que inteiramente a representatividade da negritude, substituindo-a por estereótipos atrelados à ideia de subalternidade e de pobreza, que continuam a ser atribuídos a eles.

Essa lógica joga exclusivamente aos negros o peso de se verem racializados, já que os brancos foram ensinados a se enxergarem apenas como indivíduos, excluindo-se da coletividade, desse sistema e de pertencer a uma raça, mas, ainda assim, mantendo poder sobre os negros. Dessa forma, eles continuam a reproduzir comportamentos racistas que só escancaram a fragilidade branca: negam tanto a existência do racismo, como a sua culpa sobre esse problema, e também se recusam a discutir sobre o assunto, por temerem que as relações raciais venham a ser o centro do debate, pois isso questionaria os privilégios a eles atribuídos ao longo dos séculos, que alimentam sua posição centralizada.

Dessa forma, este estudo nos leva a crer que, historicamente, foi-se moldando um sistema de poder supremacista branco, de opressão e desigualdade sobre o povo negro, baseado em uma divisão racial que continua a interferir em suas vidas. Uma vez que as questões étnico-raciais são não abordadas pelos brancos para proteger o binômio supremacia-privilégio e não causar desconforto racial a outro branco, torna-se mais do que necessário que esses fatos sejam abordados pela "branquitude", para que se passe a falar abertamente do racismo como um problema de responsabilidade de todas as pessoas brancas, a fim de que as problemáticas que circundam as questões raciais possam ser combatidas de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Mateus. *O que necropolítica tem a ver com a pandemia e com falas de Bolsonaro*. Tab Uol, 2020. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/o-que-necropolitica-tem-a-ver-com-a-pandemia-e-com-falas-de-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 5 jul. 2020.
2. Assessoria de Imprensa. *Raça branca prevalece entre os candidatos às eleições de outubro*. Brasília: TSE – Tribunal Superior Eleitoral, 2014. Disponível em: http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/raca-branca-prevalece-entre-os-candidatos-as-eleicoes-de-outubro. Acesso em: 5 jul. 2020.
3. BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. *Código de Processo Penal*. Rio de Janeiro: out, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 5 abr. 2020.
4. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Pena*l. Rio de Janeiro: dez, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 5 abr. 2020.
5. BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. *Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor*. Brasília: jan, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=1%C2%BA%20Ser%C3%A3o%20punidos%2C%20na%20forma,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor. Acesso em: 5 abr. 2020.
6. BOVO, Cassiano Martines. *3 anos da Chacina de Costa Barros: 5 jovens mortos, 111 tiros*. Justificando – Mentes Inquietas Pensam Direito, 2018. Disponível em: https://www.justificando.com/2018/11/09/3-anos-da-chacina-de-costa-barros-5-jovens-mortos-111-tiros/. Acesso em: 3 jun. 2020.
7. BLOWER, Ana Paula e FERREIRA, Paula. *Justiça é ineficiente quando o assunto é preconceito racial*. O Globo, 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/justica-ineficiente-quando-assunto-preconceito-racial-22199820. Acesso em: 30 abr. 2020.
8. CAESAR, Gabriela. *Perfil médio do deputado federal eleito é homem, branco, casado e com ensino superior*. G1, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/21/perfil-medio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2020.
9. CAPPELLARI, Mariana. *Você sabe o que é seletividade penal e o que ela produz?* Canal de Ciências Criminais, 2018. Disponível em: https://canalcienciascriminais.com.br/seletividade-penal-produz/. Acesso em: 2 ago. 2020.
10. COATES, Ta-Nehisi. *Entre o mundo e eu*. [recurso eletrônico]. Trad. Paulo Geiger. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. Recurso digital.
11. CRUZ, Maria Tereza. *'Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta', diz morador de Alphaville para PM*. Ponte, 2020. Disponível em: https://ponte.org/voce-pode-ser-macho-na-periferia-mas-aqui-voce-e-um-bosta-diz-morador-de-alphaville-para-pm/. Acesso em: 30 maio. 2020.
12. DIANGELO, Robin J. *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. Trad. Marcos Marcionilo. 1. ed. São Paulo: Faro Editorial, 2020.
13. GEVAC – Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos. *A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais*. Pensando a Segurança Pública, 2º edição, 2013. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Filtragem-Racial-na-Sele%c3%a7%c3%a3o-de-Suspeitos.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.

14. GOULART, Gustavo. *Após horas tentando achar garoto baleado em ação policial no Salgueiro, em São Gonçalo, família localiza corpo em IML*. Extra, 2020. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/apos-horas-tentando-achar-garoto-baleado-em-acao-policial-no-salgueiro-em-sao-goncalo-familia-localiza-corpo-em-iml-24434196.html. Acesso em: 5 jun. 2020.
15. IANNI, Octavio. *A racialização do mundo*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 1-23, maio de 1996.
16. IGNACIO, Julia. *Necropolítica: o que esse termo significa*? Politize, 2020. Disponível em: https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/. Acesso em: 2 ago. 2020.
17. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010; Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=284182. Acesso em: 29 maio. 2020.
18. JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de Sales. *Raça e Justiça. O mito da Democracia Racial e o Racismo Institucional no Fluxo da Justiça*. Tese – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9747/1/arquivo9288_1.pdf. Acesso em: 5 jul. 2020.
19. MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, 2004. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.
20. PAULUZE, Thaiza e NOGUEIRA, Italo. *Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico*. Folha Uol, 2019. Disponível em. https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml. Acesso em: 3 jun. 2020.
21. ROUVENAT, Fernanda. *Rafael Braga é absolvido do crime de associação ao tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: G1, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/23/rafael-braga-e-absolvido-do-crime-de-associacao-ao-trafico-de-drogas.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2020.
22. SCHUCMAN, Lia. *Ver o racismo como um 'problema dos negros' é um privilégio dos brancos*. The Intercept Brasil, 2018. Disponível em: https://theintercept.com/2018/01/12/ver-o-racismo-como-um-problema-dos-negros-e-um-privilegio-dos-brancos/. Acesso em: 30 abr. 2020.
23. Sem autor. *Em 30 anos, apenas 244 processos de racismo e injúria racial chegaram ao fim no RJ*. GloboNews, 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/em-30-anos-apenas-244-processos-de-racismo-e-injuria-racial-chegaram-ao-fim-no-rj.ghtml. Acesso em: 7 maio. 2020.
24. Sem autor. *Entenda tudo sobre a Síndrome de Borderline*. Instituto de Psiquiatra Paulista, 2019. Disponível em: https://psiquiatriapaulista.com.br/tudo-sobre-a-sindrome-de-borderline/. Acesso em: 28 jul. 2020.
25. Sem autor. *Filho de desembargadora preso por tráfico de drogas é solto no MS*. G1, 2017. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/filho-de-desembargadora-preso-por-trafico-de-drogas-e-solto-no-ms.html. Acesso em: 7 maio. 2020.
26. Sem autor. *Junho de 2013, o grito das ruas*. Isto é, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/junho-de-2013-o-grito-das-ruas/. Acesso em: 28 jul. 2020.
27. Sem autor. *Negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos*. Uol Economia, 2015. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm. Acesso em: 8 maio. 2020.

28. Sem. Autor. *OEA condena violência policial no Brasil e pede combate ao racismo*. São Paulo: Uol, 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/03/oea-condena-violencia-policial-no-brasil-e-pede-combate-ao-racismo.htm. Acesso em: 6 ago. 2020.
29. TÔRRES, Renata. *Frente pela igualdade racial pede novas regras para apuração de violência policial*. Agência Câmara de Notícias. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/420386-frente-pela-igualdade-racial-pede-novas-regras-para-apuracao-de-violencia-policial/. Acesso em: 3 jun. 2020.

ISSN 2316-8021

GT 8.

Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

ISSN 2316-8021

Cultura política-eleitoral brasileira e sua relação com o resultado das urnas
Brazilian political-electoral culture and its relationship with the result of the ballot box

Willames Nunes da Silva[1]

[1] Graduando em História na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), campus I; Arapiraca, Alagoas; Brazil. E-mail: willamesn2226@gmail.com.

RESUMO: A história da política brasileira traz algumas especificidades raramente vistas em um contexto internacional. Governos de inspirações fascistas sendo aclamados pela sociedade; militares tomados como o pilar da democracia; entre outras peculiaridades que são comuns à política nacional. Contudo, os períodos reacionários e antidemocráticos seguem uma espécie de cultura onde existem momentos ideais para tais ideologias estarem em alta ou serem repudiadas pela população. O presente estudo busca compreender esses momentos políticos brasileiros e identificar quais deles são propícios para determinadas ideologias e personagens através de uma análise epistemológica da política nacional do período da Revolução de 1930 até o Golpe Militar de 1964. Para isso utilizaremos como fontes e referências jornais, depoimentos de especialistas das áreas de História e Ciência Política, bem como literaturas especializadas no tema em questão, as quais nos levam a um resultado de dominância elitista sobre as classes sociais como fator primordial da história.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologias, elite, democracia.

ABSTRACT: The history of Brazilian politics brings some specificities rarely seen in an international context. Fascist-inspired governments being hailed by society; military taken as the pillar of democracy; among other peculiarities that are common to national politics. However, reactionary and anti-democratic periods follow a kind of culture where there are ideal times for such ideologies to be on the rise or to be repudiated by the population. The present study seeks to understand these Brazilian political moments and to identify which ones are propitious for certain ideologies and characters through an epistemological analysis of the national politics from the period of the Revolution of 1930 until the Military Coup of 1964. For this we will use as sources and references newspapers, testimonies from specialists in the fields of History and Political Science, as well as specialized literature on the subject in question, which leads us to a result of elitist dominance over social classes as a primary factor in history.

KEYWORDS: Ideologies, elite, democracy.

INTRODUÇÃO

Não é segredo para ninguém que grupos reacionários e antidemocráticos estejam instalados na política brasileira desde a Independência de 1822, ou até mesmo antes disso. Entretanto, muito raramente os porta-vozes de tais ideologias se revelam publicamente, pelo contrário, o que realmente aparenta acontecer é que os mesmos aguardam momentos específicos da história e do contexto político vigente para poderem se manifestar em alto e bom som.

É a respeito disso que se faz necessária a pesquisa realizada e desenvolvida neste artigo: uma análise factual e epistemológica no que se refere a cultura política, como bem definida por Almond e Verba (apud BORBA, 2005) como sendo algo normativo, isto é, segue um padrão avaliativo, vivenciados na República do Brasil, em especial a partir da Revolução de 30, a qual empossou Getúlio Vargas e deu início a um governo militarista de aspirações fascista, passando por governos populistas, populares, neoliberais, nacionalistas e retornando aos mesmos militares

fascistas do início. É a frequência com que esses modos de governo chegam ao poder executivo, sempre seguindo uma ordem semelhante, que salta aos olhos de historiadores e pesquisadores internacionais.

Através desse estudo e da linha do tempo aqui construída é possível notar o que possibilita a posse do poder de determinados grupos e busca levar a compreensão do porquê esse padrão vicioso os favorecem, fazendo assim com que seja mantido e preservado como uma forma de controle das massas e falso conciliador de classes, apaziguando, dessa maneira, a luta existente entre elas. A manutenção desse sistema político oportunista o qual beneficia aqueles que nunca chegariam ao poder em condições democráticas e politicamente equilibradas consiste na única maneira possível de conservar uma elite intelectual que se vê ameaçada sob uma forma de governo popular, a despeito do que já dissera o sociólogo Jessé Souza, "o que os novos tempos pedem é, portanto, um liberalismo repaginado e construído para convencer e não apenas oprimir." (2017, p. 77).

Há também todo um contexto internacional, em especial norte-americano, que contribui para a manutenção desse sistema democrático frágil brasileiro. A ideologia imperialista continua viva em algumas nações e a América Latina está no fronte desse modelo, as frágeis democracias possuem palco e público neste continente, uma análise superficial do século XX nos deixa evidenciado. Ditaduras aparentemente vivem em uma gangorra, vão e voltam, seus algozes nunca desaparecem, apenas aguardam o momento propício para manobrar as massas mais uma vez e governarem, não mais de forma abrupta, mas com o viés do povo desiludido com o sistema anterior.

Um destaque especial deve ser dado a classe média nesse contexto de massas e ativismo político. Como sendo a classe mais abrangente, emergente e em ascensão no Brasil, ela ganha a maior atenção da elite que, por sua vez, vê nela, no seu desejo de crescer e sair da posição economicamente arriscada em que se encontra, a chave e a base para ascender ao poder. O sonho de se tornar elite, a ilusão de que é prejudicada por governos populares e progressistas faz da classe média a ponte do reacionarismo neoliberal e, com isso, as consequências que serão sentidas provocará novas e mais novas reações, jogando-a como motor da normativa política que enfrentamos.

Porém, é de vital importância que se deixe esclarecido o fato de que não é possível prever um futuro da política brasileira, nem determinar quais serão as próximas ideologias a vigorar, podemos somente ter e fazer breves suposições ou delimitações do que possa vir a ocorrer visto nosso tema se tratar de uma ciência humana a qual leva consigo uma série de variáveis – as quais não necessariamente chegarão a ser tratadas aqui – que podem por sua vez serem alteradas, mudando assim o curso da história (BORGES, 1980).

Partiremos aqui do pressuposto de que o fascismo e totalitarismo são essencialmente e naturalmente a manifestação da barbárie do ser humano. Logo, não haverá espaço neste artigo para explicações do porquê tais ideologias são desumanas, mas sim tentaremos explicar o que faz com que boa parte da população, em momentos decisivos para a política nacional, se ponha ao lado desses grupos repetidas vezes na história.

Portanto, o objetivo desse estudo é explicar a cultura política-eleitoral brasileira e entender o que leva cada ideologia, em seu determinado tempo e oportunismo, ao poder, contrariando a lógica racional e dando voz ao senso comum e as emoções antidemocráticas. Por fim discutiremos alternativas para se quebrar a redundância politicamente vivida.

METODOLOGIA

O artigo em questão, a respeito da metodologia de abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa visto que diz respeito a um tema teórico-subjetivo composto por uma análise da política nacional relativo a década de 1930 até o golpe de 1964, logo, não tem por objetivo ser consolidado como verdade absoluta, mas sim como uma interpretação cabível, como será visto, da realidade. Com a função de discursar sobre um amplo relatório da literatura, isto é, discursar a

partir de um material de pesquisa histórica já existente, consiste em um trabalho descritivo. Sendo assim, fica-se subentendido, e agora explicitado, que fora utilizado como material de pesquisa e informações uma vasta bibliografia no tocante ao tema em questão, a fim de que se possa fazer uma revisão histórica, contando, entretanto, com o documento oral de especialistas como forma pratica de consulta.

Evidentemente a dimensão histórica explorada por esta pesquisa concentra-se no campo político dialogando com a História Social, de modo que diz respeito a um tema de interesse comum a todas as camadas da população e engloba tanto análises políticas quanto sociais. Utilizando-se principalmente de literaturas específicas para compor as ideias aqui supracitadas, bem como discurso oral servindo de embasamento teórico, de sorte que venha a acrescentar nesta pesquisa.

A REVOLUÇÃO DE 30

A política brasileira, até então, funcionava de uma forma fraudulenta onde eram eleitos os candidatos que comprassem mais votos. Assim foi regida as eleições diretas e indiretas para quaisquer cargos públicos brasileiros. Nas eleições de 1930, aconteceu uma singularidade mesmo os dois candidatos à presidência da república tendo comprado votos. Entre Washington Luís e Getúlio Vargas, Luís levou a melhor e foi eleito, contudo, a oposição, liderada pelo candidato derrotado, não aceitou o resultado e todo um teatro foi criado com o intuito de anular aquelas eleições.

Está aí um dos padrões políticos da oposição para implementar a qualquer custo a sua ideologia: não aceitar o resultado das eleições. Apesar de uma eleição presidencial fraudulenta, como fora a de 1930, o resultado deveria ser respeitado e ser contestado através das vias democráticas, não se exigindo anulação ou novas eleições. Entretanto, com a intenção de tomar o poder a qualquer custo, Vargas consegue depor, através de um golpe, Washington Luís e é empossado. E o que deveria ser um governo provisório, acaba se tornando em uma ditadura que dura quinze anos, oficializada, porém, em 1937, a partir da implantação do Estado Novo (DARAUJO, 2000).

Getúlio Vargas não tinha mais desculpas para se manter no poder após 1937, ano em que concluía seu mandato constitucional. Já havia se passado sete anos desde que o mesmo viera a assumir o governo, através de um golpe, em 1930. Algo precisava ser feito pelo mesmo para que assim pudesse permanecer governando por tempo indeterminado e com controle total, e nada seria melhor do que forjar uma tentativa de contragolpe comunista, afinal, a Intentona Comunista tinha ocorrido, o povo estava com medo do Brasil se tornar uma União Soviética da América Latina. Caiu como uma luva, o medo das pessoas seria usado a seu favor.

Por isso fora criada a farsa do Plano Cohen, na tentativa de amedrontar a população para uma possível ameaça comunista arquitetada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (PANDOLFI, 2017). Divulgado com prioridade excessiva através da mídia controlada pelo Estado, a falsa carta relatava um plano para tirar Vargas do poder e instaurar um governo totalitário de esquerda, fazendo assim a cabeça da população levando-a a acreditar que a melhor maneira de resistir aos “vermelhos" seria mantendo e dando poderes dignos de um imperador para Getúlio Vargas.

O poder recebido por Vargas ao decretar Estado de calamidade e alerta o deu possibilidade de implantar a censura, repressão e perseguição política aos seus opositores, tudo com a justificativa de priorizar um ‘bem maior’. Houveram avanços econômicos indubitavelmente, contudo a sociedade teve que pagar um alto preço em detrimento da economia, apesar do caráter populista de Getúlio, o que não entra no mérito visto que o ponto principal desta análise consiste no aspecto ditatorial.

A verdade é que o Estado Novo, independente de seus avanços econômicos, possui todas as características de uma ditadura fascista, ao passo que fechou o Congresso Nacional, suspendeu a Constituição vigente em detrimento de uma nova criada sem participação popular, o corporativismo e tradicionalismo se tornaram palavras de ordem do governo, além, claro, da pena

ISSN 2316-8021

de morte para crimes que atentassem contra a "segurança nacional" e do investimento maciço nas propagandas ufanistas (STEPHAN, 2015). Essas medidas, como veremos, repetir-se-ão em governos futuros, salientando que a política nacional trabalha em padrões.

PERÍODO DEMOCRÁTICO

A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial que culminou na queda dos sistemas fascistas na Europa com o apoio inclusive de países americanos, como os Estados Unidos da América e o Brasil, colocou Getúlio Vargas em grande contradição, afinal, como podia ele apoiar a queda do fascismo e implantar uma forma de governo em seus moldes? A desaprovação popular quanto as medidas repressivas adotadas pelo governo também levaram o povo as ruas para pedir por eleições diretas, o que obrigou Vargas a conclamar eleições para 1946. Finalmente a democracia voltaria a ser praticada na política brasileira.

O contexto político mundial agora com a derrota das ideologias totalitárias do século XX era de apreço para com a democracia. Diferentemente do sentimento de descrédito para com a liberalismo e socialismo e a confiança num governo centralizado e com mãos de ferro vigente no período entreguerras, sentimento esse que levou Hitler, Mussolini, Salazar, Franco e também Vargas ao poder, agora a comunidade internacional apreciava mais uma vez a soberania popular, o voto e eleições diretas.

Nessa conjuntura o Brasil elege como o primeiro presidente eleito pós-Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrata (PSD). E como sempre, após uma ditadura, o que a população mais anseia é a restauração de suas liberdades individuais, não foi diferente com o governo de Dutra, ele tinha a responsabilidade de alinhar o país as linhas democráticas, talvez pela primeira vez (YEDDA, 2016). Quem melhor que os Estados Unidos como aliado estratégico nesse novo espectro? O mesmo que patrocinava Getúlio Vargas e a ditadura, agora seria o parceiro principal para garantir as liberdades individuais e econômicas.

Gaspar Dutra foi o responsável então por, além de promulgar uma nova Constituição e substituir o nacionalismo de Vargas, implantar um liberalismo com leve intervenções, alinhando, assim, o Brasil ao "Bloco Capitalista", no contexto da Guerra Fria. "Além de perseguir os comunistas, o governo Dutra, totalmente alinhado com os Estados Unidos, em outubro de 1947 rompeu as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética." (PANDOLFI, 2017), promovendo assim uma série de obras com o intuito de mostrar a eficiência tanto da democracia quanto do capitalismo.

Seu governo chega ao fim em 1950, dividindo a população visto que as melhoras esperadas com o fim da ditadura não haviam se concretizado por completo. O liberalismo não tinha surtido o efeito desejado, o Plano Salte havia decepcionado e o Brasil passara ser um mero comprador de produtos supérfluos, não uma potência (YEDDA, 2016).

As circunstâncias deram a vitória eleitoral a Getúlio Vargas, agora sim em seu governo democrático. Apesar do que tinha feito ao instaurar a ditadura do Estado Novo, a população queria ver em ação uma política de desenvolvimento nacional, não entreguista como viera a ser a gestão Gaspar Dutra.

Após um governo liberal como era a política do PSD, agora era a vez do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) mostrar resultado, a população recorrera a um governo populista e trabalhista para conseguir se reerguer. Getúlio não decepcionou, criou a Petrobrás, Eletrobrás, BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), entre outras instituições e empresas que garantiam a soberania nacional. Era o sentimento da época, a Europa já estava quase que recuperada da Segunda Guerra Mundial e diminuía drasticamente a sua dependência dos norte-americanos, o Brasil seguia o mesmo caminho (*Idem.*).

O plano de governo de Vargas era diretamente contra os interesses da elite brasileira, acabava com o seu domínio e diminuía seus privilégios, por esse motivo se inicia uma dura campanha tanto no Congresso Nacional quanto na mídia, liderado pelo deputado federal Carlos Lacerda (UDN), para destruir a reputação e a aprovação popular de Getúlio. Com sucesso. Vargas

ISSN 2316-8021

se suicida deixando a "Carta-testamento", provocando um rebuliço na história política. Sobre isso, diz a historiadora Luciana Quillet Heymann, da Fundação Getúlio Vargas:

> Com a morte, especialmente a morte heroica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, a uma outra, marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico. (FGV, online).

Isto é, o suicídio de Vargas produz um efeito reverso ao qual pretendia seus opositores. Getúlio agora passa para a história como amigo da população, e não como o controverso político noticiado pela mídia.

Café-Filho, vice presidente, assume a presidência para gerir um governo de transição. Medidas como a dos Lucros Extraordinários e o Aumento Salarial de 100%, prometidas por Vargas são ignoradas e remetidas ao lixo. A União Democrática Nacional (UDN) que ansiava tomar o poder tenta um golpe, mas no fim o povo escolhe um governo de centro-direita para fugir dos extremos (YEDDA, 2016).

Ciente de que o liberalismo falhara quando tentado ser implantado por Eurico Gaspar Dutra, Kubitscheck tentara moderá-lo conciliando a política externa com o eixo capitalista dos EUA com o nacional desenvolvimentismo. Manda construir Brasília, hidrelétricas e rodovias, expande a indústria de base, mas afunda o Brasil numa dívida externa, tornando-o dependente do capital estrangeiro e aumentando a concentração de renda e a miséria em estados do norte e nordeste, vendo a tentativa da SUDENE morrer na praia pelos coronéis, afundando assim o legado que Getúlio Vargas deixara (MIRANDO, 1999). Os avanços do governo Kubitschek não tinham sido suficientes para apagar a memória de Vargas. O povo queria um presidente desenvolvimentista, o que contrariava o desejo da elite da época, afinal ela era a maior beneficiada com a política entreguista, tinha a população sob seu controle e matinha os privilégios de deter a riqueza e os meios de produção.

Em 1960, com ele novas eleições presidenciais, a aliança PSD-PTB feita para barrar a UDN e eleger Juscelino Kubitschek não havia agradado a todos, e a União Democrática Nacional conseguiu tirar vantagem disso. Após toda sua investida, através da mídia, contra de Getúlio Vargas e mesmo assim não assumir o poder, agora tentam sob uma perspectiva populista, representada na figura controvérsia de Jânio Quadros, o primeiro presidente a tomar posse na recém inaugurada Brasília.

Jânio Quadros e João Goulart (Jango), tomam posse como presidente e vice, respectivamente, e promoveram um dos episódios mais complexos da história nacional. Desvalorizando a moeda nacional; reatando diplomacia com a União Soviética e China; condecorando um dos líderes revolucionários cubanos, Ernesto Che Guevara, com a maior honraria que um representante estrangeiro poderia receber; além de medidas conservadoras insignificantes, como a proibição do uso de biquínis por banhistas do sexo feminino (YEDDA, 2016).

Contrariando a vontade dos Estados Unidos e da elite nacional, também propondo medidas totalmente antipopulares, o apoio a Jânio Quadros despencou, e mais uma vez um vice assumiria o poder. Em 1963, Quadros renuncia com o intuito de provocar a mesma comoção que o suicídio de Vargas havia deixado, porém falhou, seu pedido de renúncia fora acatado e ele se despedira da presidência da República.

João Goulart, que deveria tomar a posse começa a ser acusado de perigoso comunista, assim como fora no Estado Novo, por uma elite que estava decidida a por um fim nessa alternância de presidentes e consolidar sua vontade de uma vez por todas. Um grande acordo, envolvendo o Congresso e todos os poderes nacionais se mobilizaram para impedir a posse de Jango, alterar a Constituição vigente foi a solução, empossando Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes

ISSN 2316-8021

Lima como primeiros-ministros e convocando a população para decidir entre o parlamentarismo ou presidencialismo.

Mais uma vez o povo optou por seguir a Constituição e empossar João Goulart como presidente, contrariando os desejos internacionais e elitizados. Jango agora adotara as políticas que a parcela mais pobre da população ansiava, os planos Trienal e Reformas de Base mexeram com a minoria mais rica. Reforma agrária, direitos trabalhistas, nacional desenvolvimentismo, entre outras políticas que desagradavam a elite brasileira. A solução fora mais uma vez espalhar a ficção da "ameaça comunista", unindo através da manipulação das massas por parte do poder da Igreja e da mídia contra o presidente (AMORIM, 2010).

A despeito do que foi o golpe do Estado Novo, mais uma vez os militares foram convocados para barrar a "ameaça comunista". Estados Unidos, Igreja Católica, grande mídia e elite uniram-se para exigir o golpe militar a fim de desempossar João Goulart, e o Congresso Nacional, conivente mais uma vez aos interesses elitistas, declararam vago o posto de presidente da República Federativa do Brasil, em 1964. Iniciaria aí a ditadura mais sanguinária e longa da história brasileira.

RESULTADO E DISCUSSÕES: A NORMATIVA ELEITORAL

Esse foi o período mais conturbado da história do Brasil. Nunca antes houve um momento com tantos golpes na política, interesses internacionais contrariados, políticos controversos, "ameaças comunistas" e militares assumindo periodicamente o poder.

Fica evidente o poder de manipulação da Igreja e da mídia sobre a população. Foram elas que serviram como pilar para motivar as massas a saírem nas ruas pedindo por um governo autoritário e também para derrubar governos. De fato, os escritores Levitsky e Ziblatt demonstram a importância desses meios de controle sociais ao afirmar que:

> Nenhum líder político isoladamente pode acabar com a democracia; nenhum líder sozinho pode resgatar uma democracia, tampouco. A democracia é um empreendimento compartilhado. Seu destino depende de todos nós" (2018, p. 253).

Getúlio Vargas utilizou-se desses poderes para instalar o Estado Novo, como pagamento instaurou o tradicionalismo e regulamentou a estação de rádio estatal. Futuramente sofreu um golpe, em 1954, por esses mesmos poderes os quais ajudara a erguer. O mesmo ocorrera com João Goulart, golpeado pelo poder e influência sobre a população detido pela Igreja Católica e sustentada pelo alto clero, manifestado em toda sua plenitude em 19 de março de 1964, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, coroado pelo quarto poder, isto é, os noticiários, como o Jornal do Brasil (1964, p. 19-20):

> Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade. Legalidade que o caudilho [Goulart e seus apoiadores] não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas.

Em todas essas ocasiões, os mais beneficiados foram 1) os Estados Unidos, pelo fato de ter interesse estratégico no Brasil, evidenciado pela Doutrina Truman e também pela sua vantagem em manter não só o Brasil, mas toda a América Latina em subserviência e subdesenvolvimento, de modo que teria sempre o hemisfério sul como seus clientes e servos (STEPHAN, 2015); 2) os militares que com um falso nacionalismo, arraigados em um conceito positivista de ver o mundo,

chegavam ao poder através das intervenções golpistas e disseminavam sua ideologia conservadora e autoritária de controle da população e manutenção de privilégios a respeito dos civis (*Idem.*); 3) a elite brasileira que nutria seu desejo de se manter em um status que lhe garantisse o controle intelectual das massas, conservando-se como superiores socialmente e economicamente, e mantendo os demais brasileiros em suas rédeas de manejo os quais asseguravam o "império" da elite (SOUZA, 2017).

Quanto a população, ela se via no meio do "fogo cruzado", almejando o desenvolvimento nacional como forma de garantia tanto econômica quanto social, e para isso alternava o poder através do voto atrás de um candidato que cumprisse suas promessas.

A classe média, sempre passiva de manipulação – não é à toa que tanto em 1937, como em 1964, são articuladas a irem as ruas se manifestarem a favor dos golpes – com sua ambição de se torna elite, sucumbia aos desejos internacionais do liberalismo, o que levou Dutra e Kubitscheck ao poder, mas se frustrava ao ver que as medidas entreguistas dos mesmos só as afundava cada vez mais. Ao ascender economicamente com governos trabalhistas, como Vargas e Goulart, o ego classista se aflora e sede aos desejos internacionais, como com Dutra, Kubitscheck e futuramente com a Ditadura Militar:

> A massa da classe média é explorada de modo racional e irracional. Como seu privilégio de classe decorre do acesso restrito a um conhecimento comparativamente mais valorizado que o das classes populares, o sentimento antipopular da elite e da alta classe média procura ao máximo manipular o temor da massa da classe média de perder seus privilégios. Por conta disso, parte expressiva da massa da classe média é cativa de sentimentos protofascistas. (SOUZA, 2018, p. 237).

Assim, pode-se desenvolver esquema que exemplifique a normativa política-eleitoral brasileira manifestado no campo econômico, promovido pela classe social média, cujo constituem a maior parcela da população do Brasil. Trata-se de uma ordem de fatores na qual o poder Executivo Federal, classe média, e todos os demais componentes da população estão sujeitos, a partir de um desejo de ascensão social, almejado por quem sonha em ser elite, tornando-se, na realidade, nos "capitães do mato" na era da pós-escravidão, isto é, servem de bode expiatório para a elite do poder.

Começando com o governo provisório de Vargas, centrado no desenvolvimento nacional, logo após sucumbindo à ditadura segundo as perspectivas internacionais autoritárias e antidemocráticas. Passeando pelo liberalismo de Dutra, como assim quis as elites em meio a um pós-desenvolvimentismo, prejudicando a parcela mais sensível da população a qual opta pelo desenvolvimentismo mais uma vez, com Vargas, golpeado pelas elites a fim de garantir o entreguismo com Juscelino Kubitschek, fracassado mais uma vez posteriormente com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart, até que por fim, o golpe concretiza os interesses internacionais e instaura a ditadura financiada pelos seus interessados.

O padrão normativo é cansativo e parece ser interminável de certo que o laissez-faire pode se manifestar de diversas maneiras, da forma mais sutil a mais abrupta possível e empregando todas as estruturas sociais, seja educação, saúde, segurança e afins. Nisso, a população brasileira, aparentemente, encontra-se condenada a servir de cavalo de Tróia para o elitismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sistema político vigente, torna-se quase que utópico uma transformação social que não seja garantida apenas através de revolução, de sorte que estamos entregues a barbárie elitista privilegiada a qual detém os meios possíveis de mudança. Nesse contexto, a educação é uma luz no

fim do túnel, como defende o educador Carlos Henrique Brandão, autor do livro "O Que É Educação?", ela pode ser a chave de mudança da sociedade, a única a qual se pode conscientizar as pessoas a respeito do seu poder de revolução sistemática, na qual sua voz finalmente poderá ser ouvida nesse sistema democrático falho.

A possibilidade de mudança proporcionada pela educação faz dela um ponto estratégico e ideológico numa esfera política. A tentativa de precarizá-la por meio do sucateamento do sistema de ensino, assim o projetando para ser um exportador apenas de mão-de-obra e não de seres intelectuais e críticos, tornou-se a maneira que a elite brasileira encontrou de se perpetuar no poder direta ou indiretamente. "O que acontece com nossa educação não é uma crise, é um projeto de governo" (RIBEIRO, 1986, p. 10), um projeto que vem dando certo e que se não for rapidamente quebrado causará danos ainda piores.

Somente através da educação é possível compreender qual seria a melhor forma de desenvolvimento para o Brasil, seria possível então uma conscientização nacional a respeito de quem e do porquê de assim votar, a prioridade não seria o monopólio ou a ascensão econômica a qualquer custo, mas sim a igualdade e seguridade social, preceitos pré-estabelecidos em quaisquer democracia bem estruturada e educada.

Sendo assim, a cultura política-eleitoral brasileira discutido no presente artigo, trata-se da disputa entre desenvolvimentismo e elitismo, no qual a população manipulada ou não, se ver num debate interminável entre democracia e ditadura, onde apenas a consciência de classe, promovida pela educação surtirá efeitos capazes de provocar a quebra desse paradoxo e fará cumprir o real significado da palavra "democracia" que está registrada no primeiro artigo Constituição Cidadã (1988), ao afirmar que todo poder emana do povo.

REFERÊNCIAS

1. AMORIM, Carlos Roberto Cunha. *O Catolicismo Brasileiro no Golpe de 64*. São Paulo: UNESP, 2010.
2. AMORIM, Paulo Henrique. *O Quarto Poder: Uma Outra História*. São Paulo: Hedra, 2015.
3. BRANDÃO, Carlos Henrique. *O Que É Educação?* São Paulo: Brasiliense, 2007.
4. BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, v. 11, nº 1, p. 147-168, março, 2005.
5. DARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. São Paulo: Zahar, 2000.
6. HEYMANN, Luciana Quillet. *A Carta-testamento e o Legado de Vargas*. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>. Acessado em 15 de abr. de 2019.
7. PANDOLFI, Dulce. *A Cassação do Partido Comunista no Cenário da Guerra Fria*. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acessado em 14 de abr. de 2019.
8. LAMARÃO, Sérgio. *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Fundação Geúlio Vargas (FGV). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_d a_familia_com_Deus>. Acessado em 16 de abr. de 2019.
9. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as Democracias Morrem*. São Paulo: Zahar, 2018.
10. LUCHETTI, Maria Salute Rossi. *O Ensino no Exército Brasileiro: História, Quadro Atual e Reforma*. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba-SP, 2006.
11. RIBEIRO, Darcy. *Sobre o Óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
12. SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da Escravidão a Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

13. _____. *A Classe Média no Espelho*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
14. STEPHAN, Claudia. A Ideologia da Bipolaridade: a Introdução da Doutrina de Segurança Nacional e as Implicações para a Democracia no Brasil. In: 1º Seminário Internacional de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Anais: Estado e Democracia em Mudança no Século XXI*: UFRGS, 2015.
15. YEDDA, Maria (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

ISSN 2316-8021

Desigualdades regionais e a migração urbana da população de união dos palmares/al

Regional inequalities and the urban migration of the population of união dos palmares/al

Maiane Pereira da Silva[1]; José Lidemberg de Sousa Lopes[2]

[1]http://orcid.org/0000-0003-4176-2709,Graduanda do curso de geografia do Campus V da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); União dos Palmares, AL, Brasil; e-mail: maianepereira754@gmail.com [2]http://orcid.org/0000-0003-1295-2124, Prof. Dr. do curso de geografia do Campus V e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC) da Universidade Estadual de Alagoas; União dos Palmares, AL, Brasil; e-mail: jlidemberg@yahoo.com.br.

RESUMO: No presente *paper* buscamos compreender quais são os motivos que tem induzido a população das pequenas cidades a migrarem para outras regiões mais ativas do país, deixando para trás familiares, amigos e sua identidade. Por que são atraídos pelas grandes metrópoles? Será que os serviços são melhores? Seja nos setores industriais ou comerciais? Será que o espaço rural dessas regiões encontra-se empregos? a exemplo do agronegócio que vem crescendo de forma exponencial. Essas inquietações são o escopo dessa pesquisa. Assim o objetivo do trabalho é analisar, as causas do ato migratório praticado pela população de União dos Palmares - AL, onde está por sua vez vem sofrendo com o alto índice de desemprego devido os setores de economia da cidade serem insuficiente para empregar seus habitantes economicamente ativos, tendo apenas como únicos setores que empregam as pessoas direta e indiretamente, a prefeitura e/ou circuito inferior (feira-livre). Diante das avaliações observa-se que, com a falta de emprego, a população palmarina acabam migrando em direção aos grandes espaços luminosos (grandes metrópoles), sendo que a maior parte dos indivíduos fazem dos espaços opacos (moradias nas margens de rios e encostas) a sua moradia por não haver outra opção diante da realidade exposta. O resultado do estudo mostra que, é necessário que haja interesses dos responsáveis públicos em investir na população pobre, propondo planejamentos e qualidade de vida, a partir desse momento as desigualdades darão lugar para a igualdade prevalecer sendo o emprego uma das variáveis para essa mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Emprego, Metrópole, Desemprego.

ABSTRACT: In this paper we seek to understand what are the reasons that have induced the population of small cities to migrate to other more active regions of the country, leaving behind family, friends and their identity. Why are they attracted by the big cities? Are the services better? Whether in the industrial or commercial sectors? Does the rural space in these regions find jobs? like the agribusiness that has been growing exponentially. These concerns are the scope of this research. Thus the objective of the work is toanalyze, the causes of the migratory act practiced by the population of União dos Palmares - AL, where it is in turn has been suffering from the high unemployment rate due to the city's economic sectors being insufficient to employ its inhabitants economically active, having only the city hall and / or lower circuit (open market) as the only sectors that employ people directly and indirectly. In view of the evaluations, it is observed that, with the lack of employment, the palmarine population ends up migrating towards the large luminous spaces (large metropolises), with the majority of individuals making opaque spaces (houses on the banks of rivers and hillsides) your home because there is no other option in view of the exposed reality. The result of the study shows that, there is a need for the interests of public officials to invest in the poor population, proposing planning and quality of life, from that moment inequalities will give way to equality prevailing, employment being one of the variables for this change.

KEYWORD: Employment, Metropolis, Unemployment

INTRODUÇÃO

O Brasil com sua extensão continental e suas diversas peculiaridades socioeconômicas e geográficas que o caracterizam como um país heterogêneo e de grandes desigualdades espaciais, nos coloca como o oitavo maior país do mundo. Aqui quero salientar que, quanto maior o país, maior a desigualdade, exemplo temos a Rússia e a China no qual possui desigualdades regionais maiores que as verificadas.

Barros (2011, p. 21) afirma que para justificar a existência de desigualdades como fonte de um problema regional no Brasil as diferenças elevadas nos PIBs *per capita* das diversas regiões. Bem, mais será que podemos ter somente esse parâmetro para chegar a conclusão da desigualdade regional?

Outro destaque que devamos levar em consideração para discutir melhor a pesquisa é a relação da questão regional, com o foco no eixo Nordeste e Centro-Sul, muitos economistas desde as décadas passadas como Celso Furtado, Weber Baer, Albert Hirschman, Hans Singer dentre outros já possuíam a preocupação de discutir tal assunto, em consonância com a pobreza, distribuição de qualificação de mão de obra, competitividades setoriais e desigualdades regionais.

Com isso, a pesquisa pretende compreender o porquê da população de União dos Palmares decidem migrar para outras regiões do país. O estudo da migração em torno das áreas mais atraentes do Brasil no período contemporâneo obteve irrefutável realidade pela generalidade de fenômenos que atinge a bipolaridade de cada território, principalmente nas regiões em que a vulnerabilidade social é bem mais forte.

Para a execução desse trabalho fez-se necessário o uso de leituras na concepção do ato de migrar para os espaços metropolitanos, em especial no parecer de Milton Santos através da Metrópole corporativa fragmentada. Desse modo, para compreender este evento, a pesquisa analisa o processo que obrigam as pessoas migrarem, bem como as metrópoles que exibem mas índices de desigualdades do que igualdade e também a realidade enfrentada pelos indivíduos de União dos Palmares ao se dirigirem para tais regiões.

As migrações internas no Brasil vem sofrendo graves alterações caracterizadas por homens e mulheres que deixam suas próprias localidades consideradas muitas vezes como regiões economicamente estagnadas rumo aos estados que em sua visão são fornecedores de serviços qualificados e moradias de alta peculiaridade.

Partindo dessa necessidade o homem vai em busca de melhores condições de vida para si e sua família em pleno século XXI, sendo assim, o ato de migrar vem sendo praticado na perspectiva em que o espaço urbano passa ser modificado, isto é, a partir da ausência de empregos, planejamento públicos áspero, e investimentos políticos inadequado em torno da cidade.

Conforme Scott (1995, p. 23-24) corrobora com a pesquisa quando relata que: [...] umas regiões favorecem o trabalho assalariado e outras favorecem formas não-assalariadas de obter recursos. Quase sem variação, é nas regiões "receptoras" de migrantes onde a oferta de emprego assalariado é favorecida [...] Por um lado, com este fornecimento regular de trabalhadores produzidos à distância, as firmas podem pagar um salário insuficiente para cobrir o custo de reprodução da força de trabalho que de fato empregam, e assim podem incrementar as suas margens de lucro. Por outro lado, as famílias nas áreas de emigração são levadas a se organizarem com contingentes populacionais mais adversos à obtenção local de recursos.

ISSN 2316-8021

A citação acima, relata o fato que as migrações atuais seja ela interna ou externa se vinculam, em grande parte, a camuflagem do uso do trabalho pelo capital, daí o migrante sai de sua região por nelas não conseguirem trabalhar.

Grande parte da população de União dos Palmares migram devido à falta de oportunidades empregatícias. Um dos pontos cruciais para tal processo migratório, foi a falência da usina Laginha, a ponto de ter deixado inúmeros pais de famílias desempregados, uma vez que a renda econômica do município se mantem apenas das atividades e serviços estabelecidos pelos centros comerciais, feiras livres e programas assistencialistas do governo federal como o bolsa família. Com isso, as pessoas desempregadas residentes nas periferias, sente-se na obrigação de migrar para outras cidades, não só do estado, mas também do país.

No Brasil a segregação afeta diretamente as pessoas que residem em áreas de risco, como favelas, áreas periféricas, e cortiços, pois independente de raça ou cor, ela sempre vai causar um transtorno na vida daqueles que vivem dotados de pobrezas, correspondendo ao grau de desvalorização humana exposto na sociedade.

INDUZIDOS À MIGRAR OU MIGRAR INDUZIDOS?

Durante o século XVII e XVIII, a busca por metais preciosos e minerais retirados do interior da terra despertou grande fluxos migratórios em alguns estados brasileiros principalmente em Minas Gerais, após isso, a expansão do café no estado de São Paulo se tornou relevante, levando os indivíduos de diversas localidades do país como do Nordeste e Norte a se deslocarem de suas regiões afim de melhorar sua qualidade de vida. Nessa perspectiva logo originou-se a migração internacional, não opcional, mas forçada, pois o tráfico de escravos é o principal exemplo dessa ação, digo isso porque estes eram trazidos especialmente da África, para executar sua forçar de trabalho nas Américas.

Portanto com a revogação da escravatura no século XIX, deu-se início a outro tipo de migração também ligada ao trabalho, neste caso seria voluntária, de modo que a maior parte dos servidores eram originários de locais menos favorecidos na Europa. A migração realizada pelos Italianos e Alemães diretamente para o território brasileiro foi comum nesse período, principalmente no sul do país. Apesar da especificidade das condições de trabalhos serem dotadas como análogas à escravidão.

No século XX, a produção capitalista criou novas instalações industriais baseada em tecnologias e maquinas. No ano 1950 houve um grande aumento de fluxos migratórios da região Nordestes direcionadas para o Sudeste, ao qual vivenciava esse período de industrialização, cujo papel era atrai a mão de obra qualificada, inclusive o chamado êxodo rural abraçou essa causa deixando para trás sua originalidade a fim de desfrutar melhores oportunidades encontradas nas grandes cidades. Dessa maneira as migrações internas como externas crescia em grande massa, pelo fato do contingente populacional ausenta-se das áreas economicamente estáticas do país para regiões que exibe um progressivo maior em relação ao dinamismo econômico e chances de empregos. Todavia a centralização industrial nas cidades de grande porte, surgiu como um ima que atraiu tanto as pessoas do espaço rural, quanto dos espaços urbanos menos evoluídos, direcionando-os para áreas no qual lhe serviriam de refúgio, isto é, de acordo com suas condições. Nessa perspectiva Porto-Gonçalves (2018, p. 200) salienta que não é a primeira vez que um amplo processo de deslocamento populacional é registrado na história recente. Aliás, a livre circulação de mercadorias e pessoas, como assinala Adam Smith, se apresenta como condição de constituição da sociedade capitalista.

De acordo com dados levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), o censo demográfico realizado no ano de 1995 à 2000 constataram que em média 5,19 milhões de indivíduos migravam de um Estado para outro. Já de 1999 a 2004 o ato migratório diminuiu para 4,63 milhões. Porém em 2004 a 2009 foram exatamente 3,24 milhões. Havendo assim, uma queda de 37,5% no número de pessoas que tornaram fixas suas casas em outras regiões. Mas em 2010 o censo apresentou que 35,4% da população não moravam no município de origem,

ISSN 2316-8021

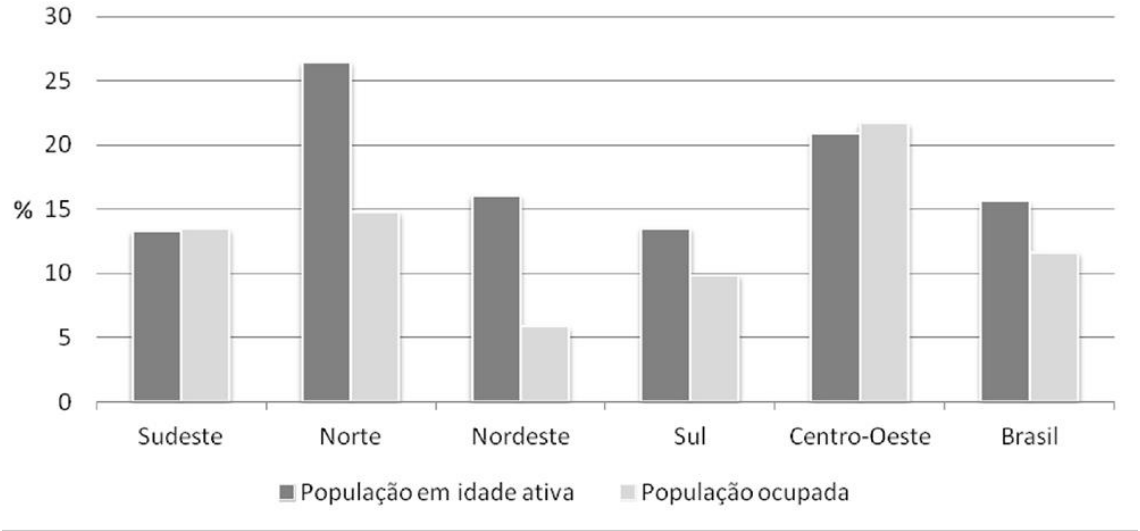
uma vez que 14,5% (26,3 milhões de pessoas) residiam em outro Estado. A exemplo de São Paulo (8 milhões de pessoas), Rio de Janeiro (2, 1 milhões), Paraná (1,7 milhões) e Goiás (1,6 milhões). Então a quantidade de pessoas que não nasceram nesses territórios e fixaram suas residências foram bem maiores segundo os dados exibidos. Contudo pode-se dizer que, Minas Gerais (3,6 milhões de indivíduos), Bahia (3,1 milhões), São Paulo (2,4 milhões) e Paraná (2,2 milhões), são Estados com alto volumes de habitantes naturais que migraram para outras unidades de federação.

Conforme Souza (2017, p. 95) argumenta, a compreensão geo-histórica da rota migratória dos nordestinos para o sudeste, em especial São Paulo, implica considerar que o fenômeno não é recente, já dura cerca de 70 anos, com um fluxo oscilando entre as duas regiões, com destaque para a região sudeste como "ganhadora" populacional.

No ano de 2005 e 2015, cerca de 19,1 milhões de indivíduos adentraram na população ativa (PIA – 15 a 64) no Brasil, quantidade essa fruto das alterações na estrutura etária brasileira. Dessa maneira o país passa pelo momento intitulado de janela de oportunidades, no qual a intensidade de pessoas em idade considerada ativa tornaram-se elevada demais em comparação com comprimento de crianças e idosos, classificados como dependentes. Em relação ao setor econômico, essa imobilidade é propício para a constituição de riquezas, de modo que pode ser visto como algo desafiador, por simbolizar um volume da população ativa na demanda por trabalhos.

Os progressos nos paradigmas de empregos e renda (Figura 1), exibidos nas regiões brasileiras do Norte e Nordeste continuaram com efeitos inferiores em comparação as outras regiões do Brasil. Então o alto índice de pessoas ocupadas cresceu em torno de 9,1 milhões, mostrando que a abertura de novas chances de serviços não foi o suficiente para amparar o desenvolvimento da demanda do país, onde a estimativa é 19,1 milhões.

Gráfico 1 Crescimento percentual da População Ocupada (PO) e da População em Idade Ativa (PIA) - Grandes regiões e Brasil - 2005/2015



Fonte: Fundação IBGE. PNAD de 2005 e 2015.

Conforme Trewartha (1974, p. 166), "A migração não é determinada biologicamente e nem é universal, no mesmo sentindo em que são os nascimentos e mortes. Todos nasceram e todas morrerão, mas somente alguns migram." Desse modo a migração não é algo já destinado ao ser humano quando nasce, ao contrário ela é um condicionante imposto no decorrer da vida, uma vez que, o cidadão devido à falta de oportunidade em sua terra natal, se sujeita ao ato migratório levando-o a explorar outras regiões do país.

No entanto, nem todos querem migrar para terras longínquas, mas devido a necessidade de terem uma qualidade de vida melhor, a migração se torna a única opção. Não a um padrão para essa questão, pois cada migrante tem seu modo de se comportar, uma vez que, muitos destes

partem na intenção de voltar, outros cortam seu vínculo com amigos e familiares que deixaram para trás, outros demarcam essas comunicações ao encaminhamento de recursos, além do mais existem aqueles que não conseguem ficar por muito tempo longe da família e retornam para sua cidade abrindo mão dos seus projetos.

É notório que, existe inúmeras razões para o ato migratório ser posto em prática pelo homem, uma delas está nas alterações climáticas, desastres naturais, perigo centrados em sua terra de origem, esperança de obter melhores condições de vida em outro território e oportunidades de empregos e de estudos mas qualificados. Observa-se que, as desigualdades econômicas e sociais existentes entre as regiões de um mesmo país produz espaços atraentes, responsável por atrair algumas pessoas e expulsa outras.

De um lado, há áreas no qual os salários são altos, porém faltam pessoas para se apropriar de determinados serviços principalmente aqueles que requer pouca qualificação. Já por outro lado a dificuldade é bem maior digo isso porque existem lugares em que a pobreza, a miséria, a concentração de terra e a necessidade de ter acesso a bens e serviços prevalecem em determinados territórios. São estes os principais agentes que obrigam a maior parte da população a deixarem suas localidades, não esquecendo do desejo ardente de mudar de vida na intenção de viver uma realidade diferente.

METRÓPOLE CENTRO DE DESIGUALDADE OU IGUALDADE?

As metrópoles são áreas mais cobiçadas pela população por existir nelas as maiores atividades indústrias, ofertando diversas oportunidades empregatícias. É a cidade responsável por concentra uma influência econômica elevada dentro da rede urbana, isto é, a partir das questões culturais, econômicas e políticas das cidades em sua volta, considerada assim o centro das comunicações de maior nível. Hoje em dia esse movimento é um critério mais qualitativo, ou seja, uma centralidade de poder que propõe uma concentração de serviços avançados, uma vez que, os empregos nela contidos visa exercer todos os vínculos empregatícios dos trabalhadores.

Em conformidade com Santos (2009, p. 90)

> Já no caso dos países subdesenvolvidos, notadamente o Brasil, as metrópoles abrigam a parcela mais significativa das atividades hegemônicas de produção e de controle, e é aí também onde se encontram os salários mais altos. Essas grandes cidades abrigam, todavia, as mais diversas gamas de rendimentos do trabalho, podendo até escolher assalariado com ganhos mais baixos do que nas áreas não metropolitanas e não urbana consideradas “pobres”: são exatamente essas grandes cidades que hoje detêm o maior poder de atração sobre dos campos e de outras cidades, parcela cada vez mais significativa da força de trabalho nacional utilizada nas metrópoles como mão-de-obra barata.

Primeiramente as regiões metropolitanas são vistas como espaços que reúnem as melhores possibilidades gerais de produção capitalista, principalmente na época da acumulação fordista, conjunções essas agrupadas de infraestruturas básicas, indispensáveis para a produção industrial, passando de certa forma para uma agregação de regulações trabalhistas, até mesmo ao ambiente destinado a produção social dos servidores que fornecem sua força de trabalho nas empresas. Então os centros de consumo e espaços residências são designados aos trabalhadores. Em meio a essa complexidade, as grandes metrópoles possui a tarefa, de centros estruturados da mobilidade da população pelo território. O número de indivíduos que para elas se dirigem e que provavelmente partem continuamente, aliado à diversas formas de mudanças espaciais, além das necessidades de estabelecimento e moradia nos enormes centros urbanos que tende a estimular a seletividade da migração relacionada a várias singularidades tanto individuais como familiares.

ISSN 2316-8021

É notório que, nas metrópoles existem uma enorme aglomeração de pessoas, devido às grandes gamas de serviços industriais e comerciais, atraírem a população que necessitam exercer estas fontes para sanar suas dificuldades em plena sociedade, que só serão supridas a partir do momento em que explorarem os serviços ofertados por ela. Portanto, é os espaços metropolitanos que possui todo poder de atração sobre a população carente das pequenas cidades, até mesmo do meio rural; isso porque as qualidades de serviços avançados são fundamentais para o meio do desenvolvimento qualitativo cuja intenção é produzir e controlar os meios sociais, econômicos e políticos que estas potências exercem.

De acordo com Souza (2005, p. 69)

> No Brasil diversamente, a segregação afeta uma enorme parcela, não raro a maior da população de uma cidade, a qual mora em favelas, em loteamentos de periferias ou em cortiços. Não se trata, nessa situação da segregação de um grupo específico, por razões fortemente étnicas ou culturais, embora a correlação entre pobreza e a etnicidade seja conforme já se disse, forte: o que se tem é uma situação na qual os pobres são induzidos, por seu baixo poder aquisitivo, a residirem em locais afastados do CBD e das eventuais amenidades naturais ou desprezados pelos moradores mais abastados.

Uma das características mais traumáticas e perversas que existem na expansão urbana brasileira é a de que não há lugar para todos os seres humanos residirem com conforto e tranquilidade, porque quanto mais o processo de urbanização aumenta injustamente, mas ela vai induzindo as populações carentes a serem direcionadas as periferias, cortiços, e favelas; locais esses dotados de condições desumanas, uma vez que, são espaços desvalorizados pelos responsáveis públicos do nosso país que seguem a lógica neoliberal do capitalismo selvagem e bárbaro disposto a sacrificar a sociedade para poupar os seus lucros, descartando de uma vez por todas o interesse de investir no bem estar social da população. Isso significa que os migrantes dos pequenos municípios são as vítimas desse caos, por seu padrão de vida ser totalmente diferente dos que possuem uma posição de alta qualidade na sociedade.

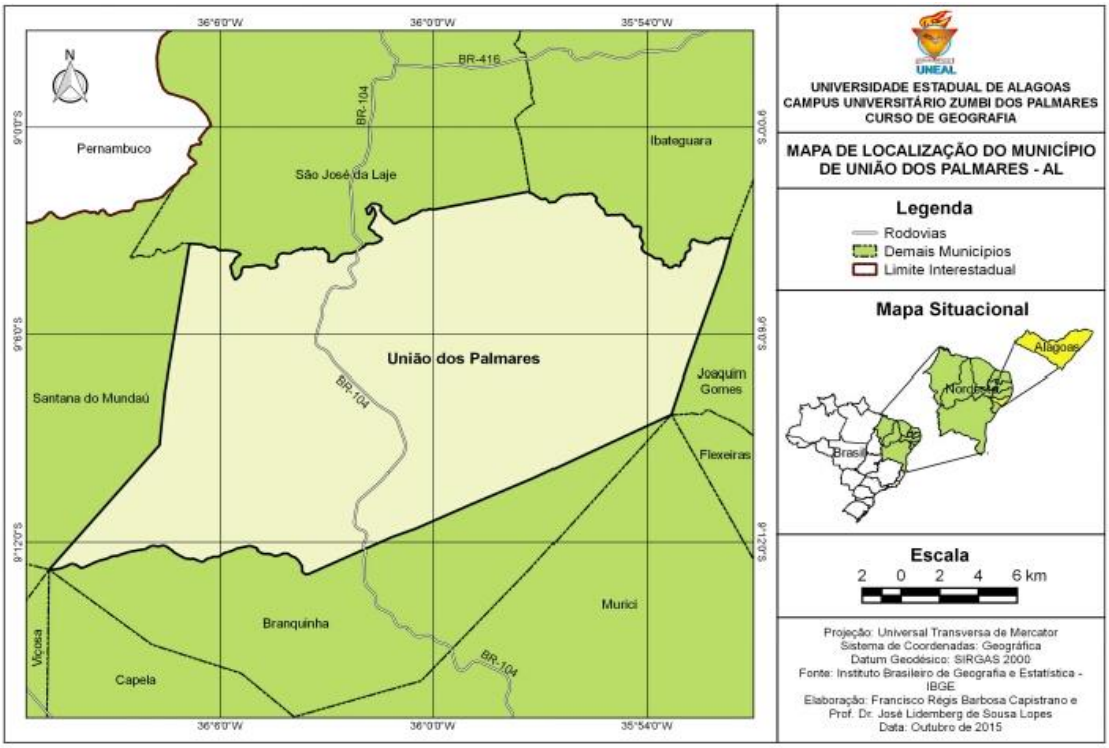
Contudo, o território usado ativo permite no espaço luminosos (característico do meio técnico-cientifico informacional, ou seja, espaço dos ricos em que possui altas densidades de redes técnicas), a facilidade da circulação de meios sustentáveis que segue unicamente o padrão de pessoas destinadas ao poder. Enquanto, o espaço opacos, onde geralmente é composto por uma densidade populacional mas pobre, tende a enfrentar sérios problemas de moradias, ou seja, a vulnerabilidade social se torna a sua maior companhia. Então o jogo funciona da seguinte formar, aquilo que salva uns prejudicam outros.

EM BUSCA DE NOVAS REALIDADES DE VIDA: UM LEMA DE INDIVÍDUOS DE UNIÃO DOS PALMARES – AL.

União dos Palmares (Figura 1) localizada na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião Geográfica Serrana dos Quilombos, limita-se ao norte com São José da Laje e Ibateguara, ao sul com Branquinha, a leste com Joaquim Gomes e a oeste com Santana do Mundaú. União tem uma área de 420,658 km² (IBGE, 2010), distante 83 km de Maceió, tendo como principais vias de acesso as rodovias BR 316 e BR 104. (Figura 1). Em 2010, a população recenseada foi de 62.358 pessoas (30.171 homens e 32.187 mulheres), a urbana para 47.651, tendo a rural decrescido para 14.707. (IBGE, 2010).

ISSN 2316-8021

Figura 1- Mapa da Cidade de União dos Palmares - AL



Fonte: IBGE (2007). Elaborado por Francisco Régis Barbosa Capistrano e José Lidemberg de Sousa Lopes (2015).

Nesse contexto, a pesquisa retrata que uma parte dos habitantes do município devido à falta de emprego migram para outras regiões brasileiras com o anseio que tudo irá mudar, a atratividade e facilidade de se empregarem, salários melhores, a "velha" carteira fichada, um sonho para muitos. Então essa prática na vida de um migrante acontece com objetivo de ajudar seus familiares.

Analisando o perfil dos migrantes palmarinos, foi possível detectar que a maioria destes são de bairros periféricos da cidade (Sagrada Família, Roberto Correia de Araújo, Newton Pereira, Nova Esperança, Laginha etc.), bem ainda do Distrito de Timbó e Rocha Cavalcante. A zona rural também revela que muitos jovens dos sítios do próprio município, principalmente do sexo masculino se aventuram para outras regiões do país.

Vale lembrar também que, os principais protagonistas dessa ação, no caso, da migração, é os trabalhadores denominados cortadores da cana-de-açúcar que prestam seus serviços apenas no período da safra realizada pela USGA (Usina Serra Grande) localizada no espaço rural do município vizinho, São José da Laje.

Portanto, os estados de maior atração por essa mão-de-obra desqualificada são respectivamente: Espirito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, São Paulo e Pernambuco. Informações sobre esses territórios atraem as pessoas para esses espaços por intermédio de amigos e parentes que lá estão situados. Grande parte ao chegarem na região de destino passam a residirem em casas alugadas, periferias ou comunidades (favelas), isto é, o sonho já começa a se desfazer quando percebem que para se alojarem terão que conviver em espaços segregados, não mudando nada da vida que deixaram para trás em União dos Palmares.

Segundo alguns estudiosos, uma qualidade melhor na educação poderia minimizar essa saída da população de suas cidades. Em União dos Palmares, essa situação não é diferente, pois segundo os dados do último censo do IBGE em 2015 o município não evoluiu nesse variável, educação. A seguir se verifica (Tabela 1) a contextualização da rede escolar do município.

Tabela 1 - Número de escolas segundo dependência administrativa - 2015-2017

Dependência Administrativa	2015	2016	2017
Federal	0	0	0
Estadual	5	5	5
Municipal	24	25	5
Privada	4	4	4
Total	33	34	34

Fonte: Ministério da Educação-MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, 2018.

Se analisarmos os dados da tabela anterior, verificamos que não houve crescimento no número de escola, ficando praticamente estagnada. Isso mostra o descaso do poder público sobre o assunto. Com isso, sem investimento na educação que a prioridade básica de desenvolvimento de qualquer cidade, a população não terá qualificação. Deve-se salientar que o município possui um Campus da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL que contribui para minimizar essa discrepância educacional da região da zona da mata alagoana.

Portanto, essa condição faz com que a população mais vulnerável a essa expedição procure melhores condições de vida e opções de serviços em torno das grandes metrópoles em que simultaneamente garante trabalhos qualitativos, por meio de serviços propostos no campo diretamente no setor produtivo, ou seja, na agricultura, empresas de grande negócios e indústrias, que disponibilizam rendas mais elevadas do que o fornecido em União dos Palmares/AL.

Segundo Santos (2009, p. 53)

> O crescimento metropolitano resulta de um conjunto de processos sistematicamente interligados entre os quais a íntegra do território, a desarticulação das economias tradicionais e dos cimentos regionais, os novos papéis da circulação no processo produtivo, o desencadeamento de grandes correntes migratórias, paralelamente ao processo de concentração de rendas. Esses conjuntos de processos traz as grandes cidades numerosa levas de habitantes de Campo e das cidades menores, que se instalam como podem, e via de regra, terminam por se aglomeram nas enormes periferias desprovidas de serviços e onde o custo de vida, exceto o da habitação assim conquistada, é caro que nas áreas mais centrais.

Frequentemente muitos se dirigem para as habitações periféricas, cujas moradias se encontram em menor valor venal, mesmo assim não estão livres do alto custo de vida, devido ao movimento pendular, no qual, terão que se locomover até ao Centro da cidade para trabalhar, e com isso, gera custo para pagar o transporte, por que os bairros periféricos são bastante distantes dos enormes espaços urbanos, onde se concentram mais disponibilidades de serviços e produtos de alta qualificação, exemplo de União dos Palmares temos os bairros Nova Esperança, Newton Pereira, Várzea Grande.

Dessa forma, pode-se dizer que, a principal causa responsável, por essa ação ocorrida diariamente em plena sociedade, é ausência de planejamento e a falta de interesse político do próprio município em investir na população palmarina, uma vez que, essa situação em pleno século XXI, vem se expandindo com frequência em todo o nosso país, justamente porque algumas cidades se encontram com infraestrutura inadequada, preocupando ainda mais os cidadãos de União dos Palmares, que migram em direção as grandes metrópoles em prol de melhores condições de vida, e com isso muitos deles são induzidos a residirem em locais dotados de desvalorizações caracterizadas pela falta de saneamento, vilão esse capaz de atingir a saúde das pessoas; a inexistência de policiamento faz com que as famílias sejam expostas a violência, levando-os a se envolverem no mundo da criminalidade, outro problema a ser salientado é a péssima qualidade de

moradias, que servem de habitação para aqueles que migram e são obrigados a passar pelo processo de segregação induzida, sendo exposto aos espaços periféricos, por simplesmente, não possuir condições o suficiente para habitar nos grandes centros urbanos ou até mesmo em condomínios fechados.

Diante desse caos, moradores de União dos Palmares, insistem em viver dessa maneira nas periferias das grandes cidades, a fim de acreditarem que dias melhores viram, outros desistem dessa prática e decidem retornar para sua terra natal, por simplesmente acharem que as condições de moradias nela são bem mais dignas, uma vez que, migrantes afirmam que recursos nenhum podem compra essa afinidade com o lugar vivido. Por fim, as expectativas não é a realidade que eles esperavam. Os grandes centros urbanos podem sim exibir um salário satisfatórios e moradias dignas, porém quem sempre vai se apropria desses meios são apenas os que exercem um bom status diante da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as principais causas que vem induzindo tanto homens como mulheres a migrarem para regiões mais ativas do pais, foi possível detectar que o maior influenciador para esse ocorrido estar no setor empregatício, uma vez que, a qualidade de serviços em outros territórios mais desenvolvidos tem atraído grande parte da população que vivem em estado de decadência nas pequenas cidades, por causa dos trabalhos que são ofertados para poucos. Dessa forma em União dos Palmares, nota-se que após a Usina Laginha ter falido, houve um grande impacto no comércio e serviço, digo isso porque os empregos ali existentes no centro da cidade não foram o suficiente para atender a demanda dos desempregados deixados pela usina, de modo que os estabelecimentos comerciais tornaram os únicos fornecedores empregatícios em que beneficiavam apenas a menor parte da população do município. No entanto, o mercado não sofreu mas danos com a queda da indústria porque os municípios vizinhos se apropriam dos produtos extraído em cada estabelecimentos, seja eles das fontes do circuitos inferior como o superior em torno da cidade.

Relativo ao processo migratório realizado em direção as metrópoles portadoras de maior gamas de serviços avançados no Brasil, foi possível detectar aspectos tanto positivos, quantos negativos. Se por um lado os migrantes possui fácil acesso a empregos menos explorados nos centros urbanos, por outro observa-se que, não é apenas necessário possuir emprego se as condições de moradias se encontram precária para estes que não possui condições eficientes para habitar em locais adequados. Visto que, essa situação tem sido fruto de um verdadeiro obstáculo enfrentado pelos indivíduos cujo propósito é melhorar de vida.

Sendo assim, os empregos expostos nas metrópoles nem sempre são favoráveis, do mesmo modo em que a opção de permanecer fixos em regiões menos desenvolvidas não suprir as necessidades do homem em plena sociedade. Dessa forma, este transtorno não impedem as pessoas de migrarem para outros estados e regiões do nosso país. Afinal o objetivo dos indivíduos ao agirem dessa forma é justamente porque querem sanar de uma vez por todas a pobreza, semente essa capaz de induzir muitos indivíduos a viverem em condições sub-humanas.

Por conseguinte faz-se necessário o interesse dos responsáveis públicos em investir na população mais pobre, propondo planejamentos de qualidade sobre o centro urbanos, a partir desse momento as desigualdades darão lugar para a igualdade prevalecer.

Partindo desse pressupostos o trabalho cientifico apresenta aspectos relevantes que visa, atender as demandas existentes nas pequenas cidades em especial a de União dos Palmares - AL, uma vez que, despertará tanto em outros pesquisadores quanto em órgãos públicos o interesse pelo estudo dessa temática que aborda uma fonte indispensável na construção de novos apontamentos a serem posto em pauta de acordo com as realidades enfrentadas por cada município. Por fim, percebe-se que a partir do momento em que as pequenas cidades perdem seus habitantes para outras regiões, elas se tornaram mais vulneráveis nas perdas do processo político, econômico e cultural, e para isso ser sanado é preciso que haja investimentos nesses três setores que enriquecem o poder de um território. Porém se os responsáveis públicos de União dos Palmares e de tantos

outros municípios não tomar nenhuma medida para esse ocorrido, melhor será para as grandes metrópoles que fornecera em ritmo acelerado o crescimento da produção capitalista em seu território, por intermédio da classe trabalhadora composta por migrantes.

REFERÊNCIAS

1. Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para refugiados. http://www.acnur.org/t3/portugues. Acesso em: 26 de maio de 2020.
2. BARROS, A. R. **Desigualdades Regionais no Brasil: Natureza, causas, origens e soluções**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
3. FRANCISCO, W. C. **Migração no Brasil.** https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/migracoes-no-brasil.htm. Acesso em 13 de novembro 2018.
4. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE CIDADES, Censo Demográficos, 2010. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=270300. Acesso em 07 de maio de 2020.
5. PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
6. SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
7. _____. **Por uma economia política da Cidade.** São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.
8. SCOTT, R. P. Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste. **Travessia: Revista do Migrante**. São Paulo, ano VIII, n. 21, p. 23-27, maio/agosto, 1995.
9. SILVA, A. B. da; GUTIERRES, H. E. P.; GALVÃO, J. de C. (Org). Paraíba 2: pluralidade e representações geográficas. Campina Grande: EDUFCG, 2017.
10. SOUZA, M.L. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2005.
11. SOUZA, Thiago Romeu de. **A migração e o retorno de Paraibanos a São Paulo: uma abordagem relacional.** In: SILVA, Anieres Barbosa da; GUITIERRES, Henrique Elias Pessoa; GALVÃO, Josias de Castro (org.) Paraíba 2: pluralidade e representações geográficas. V.2. Campina Grande: EDUFCG,2017.
12. TREWARTHA, G.T. **Geografia da População.** 01.ed. São Paulo: Atlas, 1974. Significado de Migração. https://www.significados.com.br/migracao/. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

ISSN 2316-8021

Entraves logísticos ao desenvolvimento agrícola brasileiro à luz da Nova Economia Institucional

Logistical barriers to Brazilian agricultural development in the light of the New Institutional Economy

Kelly Cardoso Faro[1]

[1] ORCID nº http://**orcid**.org/0000-0003-4668-2. Professora Adjunta da Universidade Federal de Rondonópolis. Rondonópolis, Mato Grosso – Brasil. E-mail: kelly.faro@ufr.edu.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo estudar os entraves logísticos para o escoamento da produção agropecuária brasileira e, como estes restringem às potencialidades naturais e tecnológicas do segmento no país. A análise destas fragilidades se deu por intermédio da estrutura da governança e da influência das instituições, com base na Nova Economia Institucional (NEI) a partir de uma abordagem metodológica qualitativa de argumento dedutivo-indutivo. Como resultado, destaca-se a existência de custos de transação, nas dimensões de Williamson (1985) em decorrência das fragilidades institucionais levantadas, tais como uma rede de transportes sucateada e desarticulada entre seus modais; uso demasiado do modal rodoviário; burocratização do setor e ausência de ordenamento técnico, legal e organizacional no segmento que torna a logística de escoamento da produção como um gargalo à competitividade nacional no setor agropecuário.

PALAVRAS-CHAVE: agronegócio; infraestrutura de transporte; governança

ABSTRACT: This article aims to study the logistical barriers to the flow of Brazilian agricultural production and how they restrict the natural and technological potential of the segment in the country. The analysis of these weaknesses took place through the structure of governance and the influence of institutions, based on the New Institutional Economy (NEI) based on a qualitative methodological approach of deductive-inductive argument. As a result, the existence of transaction costs, in the dimensions of Williamson (1985), stands out due to the institutional weaknesses raised, such as a scrapped and disjointed transport network between its modes; overuse of the road modal; bureaucratization of the sector and lack of technical, legal and organizational order in the segment that makes production flow logistics a bottleneck to national competitiveness in the agricultural sector.

KEYWORDS: Agribusiness; transport infrastructure; governance

INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária brasileira é reconhecida internacionalmente dada a expressiva produção destinada à exportação e pelo seu território com terras férteis, possibilitando uma expansão constante, contudo a expertise nacional neste setor de atividade econômica é algo que historicamente se aperfeiçoou, com o enfoque na produção (com a inserção de inovações tecnológicas) e na divisão social do trabalho. O Brasil atualmente se mantém em destaque na produção agrícola mundial, com uma pauta de exportação diversificada, porém liderada pela sojicultura. Lourenço e Lima (2015) apontam que o país é expressivo internacionalmente no ramo de negócios ligados à agricultura e pecuária. O IBGE (2020) divulgou que o agronegócio representa 23% do PIB brasileiro e cresceu os incríveis 1,9% no primeiro trimestre de 2020, em relação ao mesmo

ISSN 2316-8021

período do ano anterior, mesmo no cenário de pandemia do Covid-19, enquanto os demais setores de atividade econômica estão estagnados ou em queda.

As riquezas naturais brasileiras associadas a um agronegócio pujante e com grande poder econômico dão um diferencial estratégico ao Brasil. Alguns entraves permanecem como fatores impeditivos de melhor desempenho deste setor; acesso ao crédito; a estrutura fundiária concentradora de terras; agricultura familiar carente de fortalecimento e a questão de infraestrutura nacional deficitária que impacta diretamente no escoamento da produção e no seu valor, que é acrescido pelo elevado custo de transporte.

Os sistemas de transporte, aqui entendidos como: o conjunto de portos, serviços de transporte ferroviário urbano e interurbano, transporte rodoviário, hidrovias e aeroportos, não favorece o escoamento da produção agrícola nacional, proporcionado entraves massivos à competitividade do agronegócio brasileiro.

Os diversos tipos de modais disponíveis para a realização do escoamento agrícola possuem características próprias, vantagens e desvantagens peculiares a sua execução que serão expostos no decorrer deste trabalho, com enfoque nas instituições que, por hipótese, falham na tentativa de estimular o aumento da competitividade agrícola com uma infraestrutura inadequada para atender a demanda e um excesso de burocracias ineficientes.

Dessa forma, para atingir o objetivo de caracterizar os entraves institucionais para a ampliação da capacidade de escoamento da produção agropecuária brasileira e, entender o impacto desta externalidade negativa, a pesquisa fora dividida em três seções, além desta breve introdução, sendo a primeira seção referente à revisão teórica sobre Nova Economia Institucional, para uma melhor abordagem sobre o papel das instituições no meio econômico, seguida da discussão do escoamento agrícola e da fragilidade do transporte, interligado à potencialidade do agronegócio. Em seguida, os procedimentos metodológicos; análise e interpretação dos resultados e por fim, seguem-se as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO: A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A Nova Economia Institucional (NEI) tem como precursores Ronald Coase (1910-2013), ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1991, e Oliver Williamson (1932-2020), ganhador do prêmio Nobel de Economia em 2009, precursores da visão analítica microeconômica da NEI. Nesta corrente o estudo tem enfoque nas instituições de governança e na preocupação da transformação dos custos econômicos. Na linha analítica macroeconômica se destaca Douglass North (1920-2015), ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1993, com foco no ambiente institucional.

Entre os autores apresentados, não existe apenas um único conceito para explicar o papel das instituições. Opondo-se a teoria neoclássica para o estudo da história econômica, Douglass North (1990) procura explicar o desempenho econômico através do estudo das instituições e o seu papel junto ao Estado, incentivando trocas em diversos setores. As visões analíticas se complementam a medida que a microeconômica analisa de baixo para cima enquanto a segunda utiliza uma abordagem de cima para baixo. (WILLIAMSON, 1994; AZEVEDO, 2000).

A Teoria Institucionalista é uma teoria sobre a mudança originada nos hábitos de pensamento. A partir das discussões elencadas pelos seus pensadores é que iremos constituir a base teórica de fundamentação da presente pesquisa.

ISSN 2316-8021

A Nova Economia Institucional rejeita a ideia do "*homo economicus*"[17] apontando a existência das incertezas e das assimetrias informacionais, sendo desenvolvida em torno de duas linhas, uma através da teoria do Ronald Coase (1937) e Oliver Williamson (1985) por meio do qual os mesmos centralizavam seus estudos na firma e no indivíduo, uma teoria voltada para o micro, e a outra seria através de Douglas North (1985), voltada para o macro, em sua busca para entender como são formadas as instituições.

Entre os autores apresentados, não existe apenas um único conceito para explicar o papel das instituições. Opondo-se a teoria neoclássica para o estudo da história econômica, Douglass North (1990) procura explicar o desempenho econômico através do estudo das instituições e o seu papel junto ao Estado, incentivando trocas em diversos setores. "Uma instituição é uma regularidade de comportamento ou uma regra que tem aceitação geral pelos membros de um grupo social, que especifica comportamentos em situações específicas, e que se autopolicia ou é policiada por uma autoridade externa. " (RUTHERFORD, 1994, p. 182).

As instituições são moldadas conforme ocorrem as interações entre os indivíduos, são estruturas ou mecanismos com o objetivo de coordenar e alocar os recursos de formas satisfatórias e regulamentada, com o papel de gerar ordem e estabilidade nos processos sociais, impedindo o comportamento oportunista durante qualquer processo de negociação, sendo cada vez mais complexas e inevitáveis no âmbito social para impedir quaisquer situações de conflito (FIANI,2003).

O mercado nesta escola é o grande indutor do desenvolvimento, desde que exista regras que permita a fluidez de seu funcionamento com eficiência na adequação da estrutura de governança. As instituições, para estes autores, surgiram como resultado do avanço histórico da sociedade, havendo assim a necessidade de redução nos custos de transações que ocorrem no mercado, fundamentais para uma sociedade organizada.

A ideia de que toda transação possui um custo, surge na obra "*The Nature of Firm*" publicada em 1937 por Ronald Coase, momento em que a firma passou a ser compreendida como grupos de contratos realizados em uma cadeia de produção. Os custos de transações podem ser definidos como o custo de usar um mecanismo de preço e todos os demais envolvidos desde o início de uma negociação até a conclusão, meio de coordenar a produção, elaboração e efetivação de um contrato. Em sua obra, Coase não consegue identificar a razão pela qual os custos de transação seriam maiores em certas situações e não em outras, porém, ele deixa claro que "a operação de um mercado custa alguma coisa e, ao se formar uma organização e ceder a alguma autoridade (um 'empresário') a direção dos recursos, certos custos vinculados à troca mercantil são poupados" (1937, p. 392).

Coase (1937) reconhece que a firma é uma função de produção, uma organização que produz e vende bens e serviços, unindo o capital e o trabalho e determinando o valor agregado sobre às matérias-primas. O autor, afirma que o mecanismo de preço tem o papel de coordenar o sistema econômico, mesmo tento algumas situações que este método não pode ser aplicado. "Uma firma tende, então, a surgir naqueles casos em que contratos estritamente de curto prazo são insatisfatórios (COASE, 1937, p. 392)".

Quando os custos de transação são muito elevados externamente, a empresa pode assumir a função de coordenação que normalmente é desempenhada pelo mercado, podendo realizar os serviços internamente reduzindo alguns custos de transações, ou vice-versa.

[17] O atributo central do *Homo Economicus* é a capacidade de usar o raciocínio com o objetivo de satisfazer seus próprios interesses por meio da atividade econômica. Procurar meios de acumular riquezas com menor esforço possível (LUZ, 2013).

Os custos de transações são os principais motivos para o surgimento das internalizações das firmas, devido ao fato de os agentes não possuírem plena informação para a tomada de decisões, pois para se utilizar o mecanismo de preço gera o custo para negociar, redigir e garantir que um contrato será cumprido, e raramente as transações podem ser realizadas sem custo.

Nesse contexto, afirmamos que Coase (1937) teve grande importância no desenvolvimento das teorias relacionadas ao perfil institucional de firmas e mercados, trazendo uma nova visão, que será enfrentada e mais aprofundadas por autores influenciados por seu artigo seminal.

Williamson (1985) define uma transação como o evento que ocorre quando um bem ou serviço é transferido através de uma interface tecnologicamente separável, transferências de direito de propriedade e que devem ser estudadas em um nível micro analítico. Suas contribuições centram-se em mostrar como o desenvolvimento de certas instituições resulta de tentativas de diminuições dos custos de transações. Para Williamson (1985), os fatores que podem originar os custos de transação podem ser separados da seguinte forma:

- Racionalidade limitada: limitação natural do ser humano de agir racionalmente. Os indivíduos perseguem seus interesses e neste sentido agem racionalmente, mas sem conhecimento completo das opções disponíveis e de todas as consequências possíveis;

- Especificidade dos ativos: o investimento feito "prende" o comprador e o vendedor na relação comercial; quanto mais exclusividade maior é a especificidade; relação quase ou totalmente exclusiva; vulnerabilidade a atividade oportunista do outro;

- Oportunismo: movidos pelo auto interesse, as partes envolvidas são capazes de descumprir contratos, e para prevenir perdas devido ao oportunismo, os agentes econômicos procuram estabelecer relações contratuais.

Os problemas geradores dos custos de transação, para Williamson (1991) ganham maior ou menor relevância de acordo com o tipo de transação, que são classificados como transações com ativos específicos, transações não especificadas e por fim transações mistas. Nas transações econômicas, as partes agem precavendo-se do comportamento dos demais agentes, e a forma de controle e fiscalização das transações e contratos ocorrem via estrutura de governança, caracterizada como conjuntos de instituições envolvidas na transação e na garantia da sua realização.

O foco das colocações de Williamson (1991) privilegia uma análise na estrutura de governança, estrutura esta que se desenvolve dentro dos limites impostos pelo ambiente institucional e pelos pressupostos comportamentais dos indivíduos. Williamson (1991) cita quatro tipos de governança, a saber: i) governança pelo mercado que tem maior eficiência em ambientes cujas transações sejam caracterizadamente recorrentes, forma adotada em transações não especificadas; ii) Governança trilateral: considera a especificação *ex ante*[18] de uma terceira parte; iii) Governança especificada de transação: regras, leis e normas para transações especificas não serem foco do comportamento oportunista e, por fim iv) governanças híbridas: interações entre o mercado e a hierarquia, cadeias de fornecedores e as subcontratações.

A NEI alinha as estruturas de governança aos atributos das transações e Williamson (1991) discute que na estrutura de mercado as relações impessoais de compra e

[18] "Os custos de transação *ex ante* estão presentes, com maior intensidade, em situações onde é difícil estabelecer as pré-condições para que a transação em foco seja efetuada de acordo com parâmetros planejados e esperados." (PONDÉ, 2007); "Em economia, o termo *ex ante* indica o que os agentes econômicos desejam ou esperam fazer, e o termo *ex post*, aquilo que efetivamente fazem " (SIMONSEN E CYSNE, 2009, p. 167).

venda não possuem maiores vínculos de coordenação, pautadas pelo mecanismo de preços que auxiliam a legitimar numerosas operações de troca.

Nas Estruturas hierárquicas: o comportamento dos indivíduos é submetido a uma relação de autoridade, sendo uma consequência da divisão do trabalho, onde cada agente tem uma função determinada, função esta que passa por supervisão de um coordenador setorial, coordenador este que reponde a ordens de um superior geral. Mantendo uma cadeia de produção, dividindo a execução de um trabalho em diferentes etapas buscando uma maior eficiência na execução de cada segmento, com o foco para um custo marginal cada vez maior (PONDÉ, 1993).

Estruturas híbridas: mercados organizados através de relações bilaterais entre os contratos de compra e venda e as organizações hierárquicas. Estrutura que ambos os agentes possuem interesses, proporcionando uma dependência mútua entre os envolvidos na transação (WILLIAMSON, 1991.)

São identificadas por Williamson (1985) três dimensões nas transações: a frequência com que uma transação se efetiva; a incerteza, onde os agentes não conseguem prever eventos futuros, deixando espaço para as possíveis renegociações; especificidades dos ativos que pode ser separada em seis tipos: a locacional, ativos físicos, ativos humanos, ativos dedicados, marca e por fim especificidade temporal, quanto maior a especificidade dos ativos, maiores os custos de transações e a perda associada a uma ação oportunista.

> No mundo econômico de Williamson, os indivíduos são oportunistas e limitados cognitivamente, necessitando de instituições como as firmas, os mercados e as relações contratuais como formas de reprimir o comportamento oportunista e de apoiar as escolhas, servindo de complemento computacional (CAVALCANTE, 2015, p. 380).

Em contrapartida, para Douglas North (1991) as instituições são resultado da vontade humana definidas como as regras, formais e informais, de comportamento.

> Em North 1991, o grau de complexidade do mundo gera diferentes ambientes institucionais para viabilizar as transações, e a forma de organização desse ambiente tem impacto sobre o desempenho econômico global, assim como sobre aspectos específicos, em particular sobre o financiamento da infraestrutura. (OLIVEIRA e TUROLLA, 2013, p.117).

O conceito de racionalidade é fundamental para a construção de sua dinâmica institucional, com isso ele propõe uma teoria de racionalidade mais ampla que dê conta segundo ele dos dois problemas principais: a) motivação dos agentes; b) o problema da decifração do ambiente. Para ele por existirem problemas de complexibilidade e falta de capacidade computacional os agentes são incapazes de tomar decisões ótimas, e as instituições seriam capazes de influir no desempenho econômico de uma dada sociedade.

Tanto North (1981), quanto Williamson (1975), acreditavam que as instituições sempre realizariam um papel primordial para uma economia eficiente, que tinham poder de contribuir com a redução dos custos de transações, mas North (1992) em sua obra "*Institutions, institutional change and economic performace*", reconhece que algumas poderiam ser ineficientes, não conseguindo cumprir com os seus objetivos.

ISSN 2316-8021

Levando em consideração que o agente econômico é um indivíduo oportunista, cabe ao Estado criar regras e leis, para evitar este comportamento, mas para o autor o Estado não é definido como uma instituição e sim "é uma organização com vantagem comparativa em violência" (NORTH, 1981), que pode impor sanções aos agentes, caso ocorra o descumprimento das regras redigidas em contratos ou leis.

O autor reconhece que os agentes econômicos podem agir de forma não oportunistas, mesmo na ausência de uma provável punição, respeitando algumas regras pois acreditam ser inapropriado desrespeita-las, entrando no meio moral e ideológico de uma sociedade, ou como North (1990) cita "percepções subjetivas (modelos, teorias) que todas as pessoas possuem para explicar o mundo à sua volta", ou seja, a visão que os indivíduos têm do mundo com uma percepção diferente (CAVALCANTE, 2014, p. 381).

Outro ponto relevante, destacado por Gala (2003), North rejeita a noção de que, ao longo do processo decisório, mecanismos de *feedback* possam ser responsáveis pela correção de erros para que assim pelo menos a longo prazo haja convergência entre as decisões e resultados considerados ótimos pelo agente. Dessa forma ele defenderá a utilização de uma racionalidade alternativa como base para sua teoria de evolução institucional, numa abordagem mais voltada à temática do desenvolvimento econômico.

A partir do momento em que os agentes não conhecem o mundo sobre qual devem decidir passam então a criar realidades e trabalhar em cima das mesmas, a racionalidade não seria atingir um resultado ótimo, mas sim agir de maneira mais apropriada na busca de concluir o que se deseja. Gala (2003).

Podemos concluir que ambas as linhas de pensamentos da Teoria Institucionalista apresentada anteriormente não determinam um conceito único na apresentação do papel das instituições, seu desenvolvimento econômico e a influência do Estado. Contudo, a gama de conceituações abarca os entraves institucionais do transporte agrícola, como será abordado a seguir.

LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO

A propriedade da terra é algo historicamente determinado, sendo a terra reconhecida politicamente como fator de posse privada ou do Estado que incorre em conflitos por ser a forma mais primitiva de acumulação.

O arrendamento da terra torna-se fundamental como mecanismo de uso deste fator de produção, para quem não tem a posse. Contratos de acesso à terra formalizando que o proprietário da terra disponibiliza o espaço para o agricultor, são comuns no Brasil, é um meio que o proprietário da terra tem a certeza de que receberá referente ao arrendamento e continuará em posse de suas terras.

Na agricultura o mecanismo de preço serve de referência para negociação dos commodities, mas para evitar comportamentos oportunistas os produtores preferem contratos ao invés de comercializar via mercados.

Toda negociação é realizada através de contratos, evidenciando as relações agroindústrias, momento em que contratantes e contratados entram em comum acordo de como deve-se realizar as atividade de suprimento, de produção e distribuição de forma coordenada pela via contratual (ZYLBERSZTAJN, 2005), e através deste processo contratual ocorrerá de forma indireta diversas transações, subcontratos com múltiplos participantes interligados durante a execução do contrato, caracterizando uma cadeia produtiva.

O transporte faz parte da cadeia produtiva em questão, e de acordo com o produto, prazo de entrega e demais informações que devem ser analisadas pelo contratado, o meio modal que melhor atende as demandas estipuladas no contrato deve ser executado.

A deficiência do transporte brasileiro, anda junto com a evolução da produção e escoamento, mais efetivamente desde a década de 60 com a abertura de estradas pelo governo e a não manutenção delas, caracterizado como um obstáculo ao desenvolvimento do setor agrícola, como será mencionado nas próximas seções.

De acordo com Zylbersztajn (1995), o ambiente institucional afeta o comportamento dos agentes e definirá o meio de integração entre os sistemas agroindústrias, impactando nos custos de transações.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2015) o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis, das quais 90 milhões ainda não foram exploradas.

Os fatores naturais favoráveis ao setor agropecuário mostram que o país possui uma vantagem comparativa em relação aos demais países, desde a disponibilidade de um vasto território apto para a produção agrícola e pecuária, clima diversificado, energia solar, chuvas regulares e disponibilidade de quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, estes fatores permitem uma expansão do setor em consonância com o avanço do processo de acumulação capitalista no pais.

Toda operação de produção e distribuição de suprimentos agrícolas associada as atividades urbanas industriais, enquadra-se no termo *agribusiness*[19] *(agronegócio)*. As potencialidades do desenvolvimento agrícola interagem com os demais ramos da atividade econômica, para suprimir algumas necessidades para o seu desenvolvimento, como o ramo industrial, responsável por disponibilizar inovações tecnológicas.

Na economia brasileira, o setor do agronegócio correspondeu a R$ 1.441.758 do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, sendo o ramo agrícola responsável por 15,6%, conforme tabela 1. É notável o aumento da participação do ramo agrícola, no PIB do agronegócio, participação está que poderia ser maior, se levarmos em consideração as perdas que ocorrem no decorrer do escoamento da produção brasileira.

Tabela 1 - PIB do Agronegócio Brasileiro, 2008 a 2018, em R$ Milhões correntes

Ano	Agronegócio	Ramo Agrícola	Ramo Pecuário
2008	1.413.230	513.401	196.773
2009	1.427.623	522.063	195.267
2010	1.343.141	610.215	230.810
2011	1.366.286	687.992	232.272
2012	1.365.234	712.656	221.922
2013	1.419.064	736.902	285.126
2014	1.526.052	758.672	342.702
2015	1.447.150	839.759	391.660
2016	1.441.758	1.002.951	426.750
2017	1.413.230	989.077	415.576
2018	1.427.623	1.066.469	375.289

Fonte: Cepea - USP/CNA, 2019.

[19] "O *agribusiness* incorpora em seu conceito os agentes que imprimem dinâmica a cada elo da cadeia que sai do mercado de insumos e fatores de produção (antes da porteira), passa pela unidade agrícola produtiva (dentro da porteira) e vai até o processamento, marketing, transformação e distribuição (depois da porteira)" (PIZZOLATTI, 2019). O termo e conceito foi cunhado pelos professores Ray Goldberg e John Davis, da Universidade de Harvard em 1957.

Parte da produção no ramo agrícola e pecuário é exclusivamente para a exportação e a outra parte para cobrir a demanda interna do país. O aumento da produção em alguns casos só é possível com a realização de arrendamento da terra, na agricultura a pior terra define o preço em contradição ao que ocorre na indústria, em que a mais produtiva define o preço, e por consequência este processo gera uma tendência a concentração da acumulação capitalista, o primeiro grande obstáculo da agricultura ao desenvolvimento capitalista é o monopólio da terra (LOPES E CONTINI, 2012).

A economia brasileira, durante os anos de 1500 a 1930, ficou conhecida como uma economia agroexportadora[20], e passou por diversas oscilações decorrente aos ciclos econômicos[21]. No período da República Velha (1889-1930) o aumento das exportações possibilitou a expansão da área total destinada para a produção cafeeira e das demais atividades agropecuárias da região sudeste do país para as demais regiões com o surgimento das primeiras redes ferroviárias. Em 1956 foi lançado o Plano de Metas por Juscelino Kubitschek (1902-1976) onde surgiu os primeiros investimentos estatais em infraestrutura com destaque para o setor de transporte e energia elétrica (VASCONCELLOS et al., 2007).

Apesar de ter ficado em segundo plano, a partir da década de 60, a modernização começou a abranger a agricultura, e a área de produção do setor agrícola continuo crescendo, mesmo com o foco das principais políticas dos governos seguintes estarem voltadas para o desenvolvimento industrial do país.

> A infraestrutura de transportes no Brasil foi, até a década de 1970, desenvolvida quase exclusivamente com investimentos públicos. Entretanto, a partir da década de 1980, com a crise fiscal do Estado e a elevação do estoque da dívida externa, o setor público passou a enfrentar dificuldades em financiar novos projetos. A partir da década de 1990, na busca por novas alternativas de financiamento de projetos de infraestrutura, o Estado passou a atrair investimentos do setor privado por meio de instrumentos como contratos de concessão e parcerias público-privadas[22] (PPPs) (CASTRO, 2017, p. 249).

A internalização do processo técnico, de acordo com estudo realizado por Mann e Dickinson (1987), é capaz de acelerar o processo de rotação de capital na agricultura, como pesquisas agronômicas reduzindo o custo de produção primária para o processamento industrial e o custo de reprodução da força de trabalho, um modo de superar a barreira imposta pelo pilar básico do capitalismo, elevando a produtividade.

Naves (2007) observa que o Brasil com as vantagens naturais que possui, associadas com a tecnologia avançada no ramo agropecuário, ainda carece com a infraestrutura de escoamento da produção que é fundamental para manter este cenário favorável em um mercado inserido em uma concorrência agressiva. O transporte pode transformar terras distantes

[20] Durante este período a economia brasileira restringira-se a algumas commodities agrícolas, uma economia baseada na produção e exportação de alguns poucos produtos primários. A demanda agregada dependia da exportação, onde "a exportação é a variável quase que exclusiva na demanda da Renda Nacional e sua única fonte de dinamismo" e o consumo dependia da importação (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JUNIOR, 2007, p. 347.).

[21] Período marcado por um produto principal, por exemplo ciclo do açúcar (época Colonial 1500-1822), ciclo do ouro (período Imperial 1822-1889) e ciclo do café (República Velha 1889-1930).

[22] As legislações nacionais de PPP podem ser inseridas no contexto de seu ambiente institucional, que pode ser definido como em (North, 1991): conjunto de regras formais e informais que delimitam a interação política, econômica e social (OLIVEIRA e TUROLLA, 2013, p.117).

em terras próximas. Isso quer dizer que o diferencial de produtividade das terras é reduzido à medida que um transporte de qualidade se faz presente.

Para Naves (2007), o Brasil precisa, mais do que melhorar, mas se impulsionar em direção à competitividade internacional do agronegócio com um mecanismo de escoamento da produção eficaz e a custo viável.

Os meios mais utilizados para realizar o escoamento agrícola são através do transporte rodoviário, hidroviário e ferroviário, em que cada meio tem suas vantagens e desvantagens para o agricultor analisar qual apresentaria melhor custo/benefício, comparando custos e prazos necessários de acordo com o tipo de produto a ser transportado.

A importância da logística de transporte na etapa final da cadeia produtiva agropecuária é notória a ponto de, na década de 1990, a discussão sobre o tema se pautar na criação de corredores de exportação, que seriam rotas de transportes regionalizadas ajustadas em uma logística transversal de associação de dois ou mais modos de transporte que seriam otimizados e possibilitados com investimentos públicos nas áreas de influência (rotas das principais localidades produtoras até os portos de destino).

A criação desses corredores vislumbrava a redução da dependência fundamental do transporte rodoviário e era visto como uma solução para o problema de escoamento da produção agrícola. "Ao planejar a movimentação da mercadoria pela cadeia de distribuição física internacional, deve ser verificado o modal de transporte mais adequado para conduzir o produto ao destino. Lembrando que as características físicas dos produtos podem limitar as alternativas disponíveis aos tomadores de decisão" (FRANZONI E FREITAS, 2005, p. 6).

O transporte possui cinco tipos de modais básicos, que seria o rodoviário, ferroviário, aquaviários, aeroviário e dutoviário, e atrás de cada modal possui os agentes responsável de otimizar o processo de transporte.

Cada modal possui características especificas, por exemplo, o modal aéreo pode ser o mais ágil para longas distancias, mas devido processo de carga de descarga de uma aeronave é relativamente longo do que o rodoviário para pequenas distâncias.

> Ao comparar os modais citados, o mais rápido é o modal rodoviário, seguido do ferroviário e hidroviário. O tempo do rodoviário e ferroviário dependem do estado de conservação e do congestionamento das vias, no Brasil, o estado dessas vias variam muito de região para região, trecho para trecho, o que muda muito o desempenho desses modais (COUTINHO LOPES, 2015, p.31).

As regiões localizadas longe dos centros, mas com grande potencial produtivo, sofrem com a inexistência de uma estrutura para o escoamento agrícola devido à falta de investimentos na infraestrutura de transportes, e como opção estas regiões utilizam até mais de dois modais diferentes para que as cargas cheguem ao destino.

Neves et al (2008) elabora um estudo do corredor Noroeste, os obstáculos a efetivação do corredor não são apenas de cunho financeiro, como habitualmente se associa, ou seja, não é apenas a destinação de recursos públicos que viabilizaria por si só este corredor de exportação, seria necessário também mecanismos institucionais, regulatórios, legais e operacionais em prol de tal ação, o que não se mostra presente. Não é um problema específico de destinação de verbas públicas, é mais intenso, é uma debilidade de interesse e vontade política.

ISSN 2316-8021

A apresentação dos dos corredores de exportação coloca em pauta a necessidade de melhoria no transporte dos produtos agrícolas nacionais, as rodovias em condições precárias, o sistema ferroviário sucateado e restrito a algumas regiões e cidades, e o hidroviário sem capilaridade e sem embarcações com condições de trafegar toneladas de grãos torna a etapa final da cadeia produtiva do agronegócio inviabilizada e de elevado custo.

IMPORTÂNCIA MERCADOLÓGICA DE UMA LOGÍSTICA EFICIENTE

Os modais de transporte, apresentam vantagens e desvantagens, e cabe ao agricultor analisar e identificar qual modal melhor se encaixa ao produto a ser transportado e o que melhor enquadra o perfil do cliente, conforme tabela 2, a agricultor tem que analisar o custo de transporte, o prazo para entrega, a demanda e urgência do comprador (RAZZOLINI FILHO, 2013).

Tabela 2 – Comparação entre modais

Modal	Vantagens	Desvantagens
Rodoviário	• Serviço porta-a-porta; • Segurança da carga; • Maior agilidade de embarques e partidas; • Maior rapidez de entrega; • Frete relativamente baixo.	• Péssimo estado de conservação das rodovias; • Sujeito a congestionamentos; • Menor capacidade de carga; • Alto consumo de combustível; • Não é indicado para longas distâncias.
Ferroviário	• Apropriado para longas distancias; • Maior capacidade de carga; • Relativamente mais rápido; • Baixo valor de frete.	• Longo tempo de viagem; • Menor flexibilidade no trajeto; • Necessidade do uso de outros modais para alcançar o destino; • Custo e risco de manuseio nos transbordos; • Alto risco de roubos e furtos.
Marítimo	• Atende às grandes distâncias; • Oferece o menos frete em virtude de sua grande capacidade e do baixo custo da força motriz utilizada; • Oferece contêineres conforme cada necessidade específica de transporte da carga.	• Meio de transporte mais lento; • Sujeito a congestionamento nos portos; • Devido à grande manipulação das cargas, é necessário que as embalagens sejam reforçadas. • O modal que oferece menor segurança; • Necessidade de conjugação de outros modais de transporte para alcançar o destino.
Aéreo	• Atendimento a diversas regiões do mundo; • Modal de transporte mais veloz;	• Restrições a grandes quantidades de carga, pelo volume ou peso; • Limitações a cargas perigosas; • Não atende aos graneis;

ISSN 2316-8021

	• Menor custo de reposição de estoque por parte dos importadores devido a rapidez do atendimento; • Redução nos custos de embalagens; • Seguro carga com custo reduzido.	• Alto valor de frete.
Dutoviário	• Mínima influência das condições climáticas sobre os produtos; • Pequena necessidade de mão-de-obra; • Raramente há danos ou perdas; • Baixo custo operacional.	• Relação muito limitada de serviços e capacidades.

Fonte: Franzoni e Freitas, 2005.

Os modais descritos na tabela 2 possuem formas de regulamentações distintas entre elas, as leis redigidas para um modal são especificas do mesmo, ou seja, as normas, regras e leis do modal rodoviário por exemplo, não pode ser utilizada para o modal ferroviário ou qualquer outro. Cabe as instituições criar leis e regras com objetivo de viabilizar os custos gerados em cada tipo de modal, evitar comportamentos oportunistas e possível fraldes, incumbindo as instituições o papel de fiscalizar e promover um desenvolvimento do transporte agrícola.

Souza e Leal (2015) ressaltam que o setor de transporte é marcado por um excesso de instituições públicas, que não interagem entre si, de acordo com os autores alguns modais enfrentam uma seria de requisitos que reduzem a eficiência da operação e eleva o custo, ocorrendo esforços duplicados devido o papel de cada instituição não estar definida.

A distribuição logística do setor agrícola ocorre quase exclusivamente pelo modal rodoviário, conforme Caixeta-Filho (1996), a predominância do modal rodoviário é um reflexo das dificuldades que outras categorias de transporte enfrentam para atender de forma eficiente o aumento de demanda em áreas mais afastadas do país, e a deficiência na infraestrutura de transporte brasileira tem um impacto negativo no setor.

O escoamento resulta em perdas econômicas e uma redução da competitividade do país devido ao aumento do custo de transporte, reflexo da falta de infraestruturas, congestionamentos em rodovias devido ao grande fluxo; congestionamentos em portos onde os pátios para estacionamento não consegue atender a demanda[23]; falta de qualidade das rodovias como citado por Razzolini Filho (2013) rodovias estas que em 2011 representou cerca de 20% do total do território nacional (201.444 km de estradas pavimentadas e 1.361.377 km de estradas não pavimentadas) (p. 132).

Segundo informações de Borges (2015), enquanto nos Estados Unidos a soja que eles produzem leva 16 dias para chegar à China, a soja brasileira, que é produzida em sua maioria na região Centro-Oeste, demora em média 52 dias. A diferença temporal é

[23] Inúmeros textos são publicados pela imprensa brasileira em teor desta problemática, como a reportagem do G1 de 06 de junho de 2013, intitulada *Acesso a terminais é maior problema nos 10 principais portos brasileiros*, que cita os entraves que dificultam a saída de produtos do país os engarrafamentos e falta de pátios para caminhões são comuns nos portos.

ISSN 2316-8021

diretamente relacionada a precária malha rodoviária, ferroviária e hidroviária do país que não só atrasa a entrega ao mercado consumidor como também é responsável por encarecer a safra nacional tornando-a menos competitiva no mercado internacional.

A falta de investimento na infraestrutura reflete no aumento nos valores dos fretes e por sua vez, nos valores dos produtos, o produtor agrega este custo proveniente do valor do frete no preço final da mercadoria. Para Pontes et al. (2009) além de altos custos logísticos a carência na infraestrutura pode resultar em desestimulo ao incremento da produção.

> O investimento em infraestrutura por períodos relativamente longos é condição necessária tanto ao crescimento econômico como para ganhos sustentados de competitividade. Este não é um esforço trivial. Poucos países têm sido capazes de mobilizar recursos ao longo de um horizonte que vai além de 20-30 anos, sem reduções que comprometem a integridade e qualidade dos serviços (FRISCHTAK, 2008, p. 307).

Segundo dados do Ministério da Agricultura (MAPA, 2015), em nota mensal de abril de 2015, os cinco principais setores exportadores do agronegócio, elencados em ordem de representatividade foram: 1) complexo da soja, 2) carnes, 3) produtos florestais, 4) café e 5) complexo sucroalcooleiro. Estes cinco setores foram responsáveis, em conjunto, por 83,9% do valor total exportado pelo Brasil em produtos do agronegócio no mês de abril. As vendas externas isoladas do complexo da soja atingiram a magnitude de US$ 3,1 bilhões ou o equivalente a 43,8% do valor total exportado em produtos do agronegócio no mês.

A produção de soja brasileira tem aumentado em larga escala a cada safra, no entanto a infraestrutura logística do país, encontra-se estagnada, consequentemente não comporta o aumento dessa produção, o que tem sido um grande problema para os produtores e para o país, que tem perdido competitividade no mercado internacional e está correndo riscos de ter a balança comercial prejudicada a médio prazo, ao contrário de outros países produtores de *commodities*. A questão é que enquanto o Brasil investe 1,7% do PIB em infraestrutura, outros países como a Austrália e a China investem respectivamente 5,4% e 8,3% de seus PIBs na infraestrutura (CAIXETA-FILHO, 2006).

A ausência de infraestrutura brasileira, principalmente no âmbito logístico, se apresenta como um entrave direto e caminha em direção oposta aos altos investimentos no complexo agroindustrial da soja no Brasil. De acordo com trabalho realizado por Péra (2017), as perdas na agrologística no Brasil em 2015 correspondeu a 1.076,76 milhões de toneladas de soja, 1.304,72 milhões de toneladas de milho.

Outros fatores contribuem com a ineficiência do transporte de carga segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT) em parceria com o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) a regulamentação do transporte, tecnologia da informação, insegurança nas vias e a burocracia são alguns dos principais problemas que interferem no transporte de cargas do país conforme tabela 3.

ISSN 2316-8021

Tabela 3 – Baixa eficiência no transporte de cargas

Desbalanceamento da Matriz de Transportes	Legislação e fiscalização inadequadas	Deficiência da infraestrutura de apoio	Insegurança nas vias
• Baixo preço dos fretes rodoviários; • Poucas alternativas ao modal rodoviário • Barreiras para a intermodalidade • Priorização do modal rodoviário pelo governo	• Regulamentação do transporte • Legislação tributária e incentivos fiscais • Fiscalizações ineficientes • Burocracia	• Bases de dados do setor de transporte • Tecnologia de informação • Terminais multimodais	• Roubo de cargas • Manutenção das vias.

Fonte: CNT /COPPEAD, (2008).

De acordo com Razzolini Filho(2013) modal rodoviário correspondia a 60% do transporte de carga, e conforme informações da tabela 3, o baixo preço dos fretes do setor rodoviário no Brasil funciona como barreira, prejudica o crescimento dos demais setores e a qualidade do próprio setor como a baixa manutenção e carregamentos com peso excessivos, e ao comparar com outros países o custo do transporte é considerado elevado, evidenciando a ineficiência das instituições em estimular um crescimento igualitário entre os modais.

Segundo Geraldo Vianna, ex-presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, "o frete rodoviário que se pratica no Brasil é um dos mais baratos do mundo, para quem o paga; mas o custo final do transporte acaba sendo caríssimo para a sociedade." (CNT, 2008).

Um dos problemas que interferem no transporte rodoviário é a falta de uma regulamentação efetiva, inexistência de barreiras à entrada, necessário ter uma carteira de habilitação da classe e possuir um caminhão, consequentemente excesso de oferta com altos índices de acidentes, com uma fiscalização deficiente os caminhões trafegam com excessos de carga e de jornadas de trabalho.

Devido ao Estado não priorizar o desenvolvimento do transporte, os demais modais não têm perspectivas para crescer sem contribuição pública, um reflexo ao baixo custo do setor rodoviário. A análise de Martins (2005) é bastante relevante dado o que acontece na prática no escoamento da produção, o domínio de regras de mercado concentradoras determinando valor de frete.

Vê-se que a via rodoviária é o tipo modal priorizado e os modos hidroviários e ferroviários, mais adequados ao transporte de *commodities* e a realidade nacional de grande dimensão territorial não são o foco de ampliação e melhoramento logístico. As vias de transporte ao invés de se complementarem concorrem entre si, devido a primazia de investimentos privados comerciais e baixo ou nulo investimento público (MARTINS, 2005).

A navegação fluvial, comparando com os demais modais, é o que tem recebido menor nível de investimento governamental e de menor participação no transporte de mercadorias, e o resultado é a baixa viabilidade econômica, em contra partida o transporte marítimo sofre com a baixa disponibilidade de navios, uma demanda elevada e a falta de

espaço para movimentações é responsável pela queda no desempenho operacional e os produtor transportados possuem, normalmente, um alto valor agregado. (CNT, 2008).

No caso do modal ferroviário o elevado custo de construção das ferrovias são as principais causas para o atraso no desenvolvimento deste setor, demanda altos investimentos com retorno de longo prazo, consome-se quatro vezes menos combustível que no rodoviário, porém a sua alta dependência de capital para manutenção deixa o setor menos atrativo para investimento.

Não muito diferente do ferroviário o modal aéreo exige muito investimento, e conforme detacado na tabela 2, ele não aceita todo tipo de carga, restringe cargas que oferecem risco à aeronave, passageiros ou a qualquer outro envolvido no processo, é um setor que tem vantagens comparativas para transportes a longas distancias, como operações no comercio internacional, mas com o seu alto custo e burocracias como barreira, é de pouco uso, mas um setor com grande potencial, necessário investimento na ampliação de estruturas logísticas no sistema nacional para que possa cresce e sustentar-se (RAZZOLINI FILHO,2013).

A ausência de inter-relação entre os tipos modais de transportes no Brasil, aliadas a predominância de relações mercadológicas concentradoras na definição dos preços dos fretes é algo que afeta diretamente o agronegócio pela dependência de nossa economia de toda a cadeia produtiva agrícola, sendo está a apresenta uma maior necessidade de transporte para escoamento da produção, pelo volume transacionado e pelo mercado consumidor internacional. Todavia, cabe destacar que a necessidade de conservação da malha rodoviária é necessária a todos os setores da economia e por isso, deveria ser basicamente objetivo de investimentos públicos.

PROCEDIMETOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada será fundada em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e de caráter descritivo com apoio na legislação, em periódicos e livros atualizados visando buscar inter-relacionar de perspectiva dedutiva- analítica aos preceitos institucionais da NEI com os desafios da logística de escoamento da produção agrícola brasileira.

A abordagem metodológica, além do levantamento do "estado da arte" sobre o tema, constituir-se-á de um aprofundamento do conhecimento pré-existente, portanto a abordagem metodológica é considerada de natureza exploratória, via métodos dedutivo e indutivo conforme Quadro 01. Segundo Gil (2007) as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, visando a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, via premissas a serem confirmadas.

ISSN 2316-8021

Quadro 01

Síntese Metodológica			
NEI	Logística Agronegócio	Dedutivo	Indutivo
Revisão teórica	O escoamento é estapa final extremamente necessária a eficácia do setor agropecuário.	Criação de premissas de que os conceitos da NEI se relacionam com estrutura logística do agronegócio, ou seja, definição a priori, de que a estrutura institucional do escoamento produtivo é incoerente com os preceitos apregoados na NEI.	A partir de fatores da observação da realidade corroborando com a teria se chega a uma conclusão afirmativa.
Levantamento dos principais conceitos: i) Custos de transação; ii) estrutura de governança; iii) perfil institucional e iv) contrato	Apresentação das fragilidades da logística de transporte.	No caso das premissas se confirmarem se tem um resultado de pesquisa confirmando a hipótese inicial da pesquisa e, no caso contrário, se refuta a hipótese.	Neste caso, tentar-se-á verificar se os entraves logísticos do escoamento agrícola brasileiro, pela indução observacional, revelam incoerências com as regras institucionais postas na NEI.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao procedimento técnico considera-se uma pesquisa de levantamento. Fonseca (2002) aponta que este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos. O procedimento dedutivo/indutivo nos permitirá meio científico de corroborar ou não a hipótese de que a busca por reduzir os custos de transações, função direta das instituições, na base teórica da NEI, não se faz presente nos modais de transporte da produção agrícola nacional, ou seja, tentar-se-á corroborar se há uma ineficiência institucional, nos moldes da NEI, no segmento logístico de transportes no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na NEI, se destaca que as instituições têm um papel primordial no combate às falhas de mercado e de atuação dos agentes econômicos, a medida que agem reduzindo os custos de transação entre os mesmos e determinando a governança do sistema, através de regras, normas e condutas definidas. Uma instituição eficiente, para a NEI não só reduz os custos de transações, mas também desenvolve o papel de indução nas decisões de investimentos, reduzindo as incertezas e o comportamento oportunista dos agentes.

Esta pesquisa relacionou tais conceitos institucionais com o segmento de infraestrutura para o escoamento da produção agrícola do Brasil. O objetivo central desta pesquisa era verificar se as fragilidades deste segmento se derivam da correspondência do segmento aos preceitos institucionais da NEI, ou seja, verificar se parte da ineficiência do setor tem origem nas anomalias institucionais. Dessa forma, a hipótese norteadora desta

pesquisa é de que as instituições atuantes não são eficientes e, ocasionam um gargalo estrutural, a medida reduzem o dinamismo e as potencialidades do setor agropecuário no País.

Os resultados da pesquisa permitiram definir as seguintes premissas; i) não há a integração entre os modais de transporte; ii) cada modal tem uma instituição específica que o rege; não havendo regra única entre eles e há iii) elevada burocratização e tarifação com baixa fiscalização do aparato institucional.

Associando tais constatações, via método indutivo e dedutivo com as definições da NEI, se permite concluir explicitamente que o escoamento gera custos de transação, nos moldes de Williamson (1985), quando não se tem regra clara e explícita única que rege todos os modais, que a estrutura de governança é mais próxima a estrutura híbrida, definida por Coase (1937), por apresentar uma dependência mútua entre os envolvidos na transação, no caso os órgãos fiscalizadores e os agentes envolvidos no escoamento e por fim, a figura do contrato, importante mecanismo de redução dos custos de transação das operações, é frágil nos contratos de transporte a medida que o processo é bastante burocratizado e, por sua vez, não garante redução do tempo de translado da produção do campo ao demandante e nem eficiência e qualidade no serviço.

Tais constatações permitem concluir que as fragilidades do escoamento da produção agropecuária estão positivamente relacionadas à existência de debilidades nas regras e normas (reveladas pelas adinamias institucionais) que regem o segmento logístico.

Enquanto discussão, levanta-se que o Brasil não está preparado, segundo o seu aparato institucional, para prover melhorias e adequações logísticas satisfatórias e correspondentes as necessidades do volume de escoamento. As necessidades de transportes do agronegócio brasileiro, necessitaria de instituições "robustas", nos moldes da NEI, para conseguir a integração entre os modais, bem como a ampliação das linhas ferroviárias e portuárias, redução dos entraves burocráticos com governança fiscalizatória para uma dinâmica eficiente na etapa final da cadeia produtiva do agronegócio.

REFERÊNCIAS

1. BORGES, A. *O grande desafio do agronegócio no Brasil*. Disponível em: < http://www.empreendedorrural.com.br>. Acesso em 27 agosto 2019.
2. CASTRO, C. N. de. O agronegócio e os desafios da infraestrutura de transporte na região centro-oeste. *Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. p. 247 – 274, 2017.
3. CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. *Revista de Economia Contemporânea*, 2015.
4. CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. PIB do Agronegócio Brasileiro, 2008 a 2018, em R$ Milhões correntes. Disponível em:<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em 17 dez. 2019.
5. CNT /COPPEAD. Transporte de cargas no brasil: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento do país. Diagnóstico e plano de ação. *Centro de Estudos em Logísticas*, 2008.
6. COASE, R. *The Nature of Firm*. 1937.
7. COUTINHO LOPES, Y. *Transporte de produtos agrícolas e a otimização de seus resultados*. 2015.

8. FIANI, R. Estado e Economia no Institucionalismo de Douglass North. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2 (90), p. 135 – 149, 2003.
9. FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
10. FRANZONI, A. M. B.; FREITAS, S. M. M de. *Logística de transporte internacional*. XI SIMPEP, Bauru, 2005.
11. FRISCHTAK, C. O investimento em infraestrutura no Brasil: histórico recente e perspectivas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 38, n. 2, p. 307 – 342, 2008.
12. G1. *Acesso a terminais é maior problema nos 10 principais portos brasileiros*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/06/acesso-terminais-e-maior-problema-nos-10-principais-portos-brasileiros.html>. Acesso em 27 agosto 2019.
13. GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2, p. 89 – 105, 2003.
14. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
15. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores Agropecuários. Disponível em < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9072-indicadores-agropecuarios.html?=>. Acesso em 25 de maio de 2020.
16. LOPES, M. A.; CONTINI, E. Agricultura, Sustentabilidade e Tecnologia. *Agroanalysis*, 2012.
17. LOURENÇO, J.; LIMA, C. Evolução do Agronegócio Brasileiro, Desafios e Perspectivas. Disponível em: < http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/clbl.htm>. Acesso em 17 dez. 2019.
18. LUZ, M. R. S. *Porque a Economia não é uma Ciência Evolucionária*: Uma hipótese antropológica a respeito das origens cristãs do Homo Economicus. 2013.
19. MANN, S.; DICKINSON, J. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. In*: Literatura Econômica*, v.9, 1997.
20. MAPA. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em 03 de abril. 2019.
21. MARTINS, R. et al. Impactos da Carência de Investimentos na Logística Pública de Transportes para o Agronegócio: discussão teórica e evidências para o caso brasileiro. *Texto Para Discussão* n° 262. 2005.
22. NAVES, I. *A remoção dos estoques públicos através do CN:* uma análise sob a ótica da logística do agronegócio. Dissertação de Mestrado em agronegócios. Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2007.
23. NEVES, C.et. al. Logística do escoamento da safra agrícola no Corredor Noroeste. *Boletim do Núcleo de estudos em tecnologia, gestão e logística*. UFRJ. 2008.
24. NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performace*. 1992.
25. NORTH, D. C. *Institutions*. *Journal of Economic Perspectives*, v 5, n. 1, p. 97 – 112, 1991.
26. NORTH, D. C. *Structure and change in economic history*. New York: Norton, 1981.
27. OLIVEIRA, A.; TUROLLA, F. Financiamento da infraestrutura de transportes. *Journal of Transport Literature*, v. 7, n. 1, p. 103-126, 2013.

28. OLIVEIRA, T. O. *Instituições, Desenvolvimento e Sustentabilidade*: sob a perspectiva da Economia Institucionais original. 2013.
29. PÉRA, T. G. *Modelagem das perdas na agrologistica de grãos no Brasil: uma aplicação de programação matemática*. 2017.
30. PIZZOLATTI, I. J. *Visão e conceito de agribusiness*. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/C84FADCED2D0109E03256F0E00788FA6/$File/NT00030012.pdf>. Acesso em 21 de abril. 2019
31. PONDÉ, J. L. *Coordenação e aprendizado: elementos para uma teoria das inovações institucionais nas firmas e nos mercados*. 1993.
32. PONDÉ, J. L. *Nova Economia Institucional*. v. 1, roteiro de curso, 2007.
33. RAZZOLINI FILHO, E. *Transporte e modais com suporte de TI E SI*. 2013.
34. RUTHERFORD, M. *Institutions in Economics*: The Old and the New Institutionalism. 1994.
35. SIMONSEN M. H.; CYSNE R. P. *Macroeconomia*. 2009.
36. SOUZA, F. L. U.; LEAL, J. E. Panorama do transporte de carga no Brasil: Uma visão do ponto de vista dos operadores. *Aspectos Econ. Soc. Políticos e Ambientais do Transp.*: Regulação e Contratos, 2015.
37. VASCONCELLOS, M. A. S. de; GREMAUD, A. P.; TONETO JUNIOR, R. *Economia Brasileira Contemporânea*, 2007.
38. WILLIAMSON, O. E. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. *Administrative Science Quartely*, 1991.
39. WILLIAMSON, O. E. The economic institutions of capitalism: firms,markets, and relational contracting. 1985.
40. ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. *Revista Estudos Regionais*, v. 43, n 3, p. 385-420, 2005.
41. ZYLBERSZTAJN, D. *Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições*. 1995.

Gênero e mercado de trabalho: uma abordagem empírica sobre as disparidades salariais na Bahia

Gender and the labor market: an empirical approach to wage disparities in Bahia

Edna Silva Fonseca[1]; Marco Antonio Jorge[2]

[1]Doutoranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (NUPEC/UFS). Graduada em Economia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Governador Mangabeira, BA; Brasil. E-mail: ednnafonseca@yahoo.com.br
[2]ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7195-9364, Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Brasil. E-mail: mjorge@gvmail.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar a discriminação no mercado de trabalho que afeta sobremaneira a população negra, especificamente, as mulheres negras, confrontando seus indicadores com o grupo populacional oposto, homens brancos, além das mulheres brancas e internas ao seu grupo de cor, os homens negros. Os resultados indicam como preconizado pela literatura especializada a existência de retornos salariais distintos, onde, mesmo as mulheres negras do estado da Bahia possuindo melhores atributos produtivos, em relação aos homens brancos e negros, estas mulheres experimentam uma depreciação salarial devido à discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: Diferenciais de Rendimentos, Gênero e Cor, Bahia.

ABSTRACT: The purpose of this article is to investigate discrimination in the labor market that affects black people, specifically black women, by comparing their indicators with the opposite population group, white men, in addition to white women and those in their color group, black men. The results indicate, as recommended by the specialized literature, the existence of different wage returns, where, even black women from the state of Bahia having better productive attributes, compared to white and black men, these women experience a wage depreciation due to discrimination.

KEYWORDS: Differentials of Income, Gender and Color, Bahia.

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres no meio produtivo desencadeou novas abordagens, estas, multidisciplinares sobre sua inserção, remuneração, setores ocupacionais, entre outros enfoques que tangenciam sua permanência e os desequilíbrios econômicos entre os demais ocupantes na esfera laboral. As pesquisas que transversam a situação da categoria feminina no meio laboral se intercruzam com elementos sociais em torno da temática de gênero sedimentado no ideário coletivo, atuando como base de sustentação sob quais lugares estes participantes deve situar-se.

Essas relações distintas estão intimamente conectadas com uma estrutura histórica e socialmente desigual entre os indivíduos, acarretando a conexão destes desníveis com a divisão sexual do trabalho. Esta última atribui aos homens *o trabalho produtivo* considerado pela ótica social o mais valorizado. Enquanto para as mulheres, caberia a realização de tarefas domésticas relativas aos cuidados da família caracterizadas pelo *trabalho reprodutivo*. Além das barreiras enfrentadas pela categoria feminina, e as desigualdades na reprodução da vida social (atividades internas ao lar), na produção econômica, especialmente no mercado de trabalho, incidem

sobremaneira para elas. Contudo, as inferências desagregadas por sexo, cor e níveis escolares confirmam este agravante.

Tomando como base estas evidências, busca-se neste estudo expor as diferenças provenientes da renda do trabalho entre os grupos categorizados pelos homens brancos, mulheres brancas e homens negros, contrapondo os rendimentos dos três primeiros aos rendimentos das mulheres negras. Sob estes aspectos, faz-se oportuna a investigação em torno do mercado de trabalho no estado da Bahia no ano de 2001 e 2015, por meio dos microdados extraídos da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – para verificar a hipótese de discriminação salarial contra as mulheres negras. O marco temporal inicial se justifica, pois, o referido período foi caracterizado pela consolidação da estabilidade econômica nacional após implantação do plano real, além da implementação do tripé macroeconômico[24] que se baseou no câmbio flutuante, adoção de metas de superávit primário, e por fim, o regime de metas de inflação, segundo DIEESE (2012). No recorte final encontra-se a última pesquisa anual da PNAD elaborada pelo IBGE, sendo os períodos seguintes preenchidos com a pesquisa domiciliar trimestral. O recorte geográfico foi eleito por representar um contingente demográfico majoritariamente composto por afrodescendentes. Aproximadamente, 79% dos indivíduos residentes no Estado da Bahia se autodeclararam como negros (pretos e pardos) no ano em questão, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

Assim, o objetivo central deste estudo é a verificação das assimetrias salariais decorrentes da discriminação no mercado de trabalho baiano para o grupo mais impactado por esta ação, as mulheres negras. Utiliza-se como procedimento metodológico a estimação da equação minceriana de salários com a correção do viés de seletividade amostral de Heckman (1979), através de um modelo *probit* e, por fim, estima-se a decomposição salarial proposta por Oaxaca (1973).

Este artigo está estruturado em quatro seções além deste breve apanhado introdutório. Na primeira seção está contida a revisão teórica e empírica dos estudos sobre o mercado de trabalho e as assimetrias salariais oriundas da discriminação por gênero e cor. Na segunda seção encontra-se a estratégia empírica que fornece as bases de aferição estatística, bem como os modelos a serem estimados. A terceira seção destina-se à exposição dos exercícios econométricos e seus resultados, bem como sua discussão. Por fim, a última seção versa sobre as considerações finais deste estudo.

DESIGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO: UM BREVE DEBATE MULTIDISCIPLINAR SOBRE ESTE TEMA NO MERCADO DE TRABALHO

Ao considerar as especificidades femininas e os obstáculos a serem superados, como o tempo dedicado ao trabalho não remunerado, as lacunas nos proventos salariais, os níveis ocupacionais, a cadeia hierárquica de comando, e outros cenários que as mulheres estão sob-representados, uma condição ainda mais preocupante se sobrepõem estas assimetrias: sua condição na sociedade.

Fernandes (2002, p. 42) define a discriminação no mercado de trabalho como "uma situação em que pessoas igualmente produtivas são avaliadas diferentemente pelo mercado com base no grupo ao qual pertencem". O autor ainda considera uma característica latente da discriminação, quando os indivíduos são diferenciados neste meio com base em seus atributos não produtivos.

Na literatura nacional as pesquisas que colocaram como base as assimetrias salariais no mercado de trabalho atestam a presença das desigualdades de rendimentos entre gênero e raça (CAVALIERI; FERNANDES, 1998; SOARES, 2000; FERNANDES, 2002; CRESPO, 2003; CACCIAMALI; HIRATA, 2005; CARVALHO; NERI; SILVA, 2006; ROCHA; CAMPOS, 2007; SOARES *et al*, 2007; CIRINO E LIMA, 2011; ALMEIDA; BESARRIA, 2014; PEREIRA; OLIVEIRA, 2016), e vai ao encontro no que tange ao investimento educacional como gerador das disparidades entre os grupos.

[24] O tripé macroeconômico foi adotado no ano de 1999 produzindo seus efeitos a partir do ano seguinte. Como utilizaremos dados da PNAD e não houve PNAD no ano de 2000, por conta da realização do Censo Demográfico, o recorte adotado foi o do período de 2001 a 2015, último dado disponível da PNAD tradicional.

Os diferenciais compensatórios têm uma vasta aplicabilidade e uma delas, como sugere Fernandes (2002), é poder gerar respostas quanto ao diferencial de salários a ser explicado pelas distinções nas características observáveis dos trabalhadores, tendo como exemplo, a educação e a experiência. A permanência no trabalho pode ser outra resposta para a heterogeneidade salarial entre homens e mulheres (FERNANDES, 2002, p. 12-13).

Soares (2000) analisa por verifica quão discriminatório o mercado de trabalho se apresenta para os grupos que se distanciam da categoria padrão composta pelos homens brancos extraindo suas estimativas via decomposição salarial de Oaxaca (1973). Foi constatado que as mulheres brancas são acometidas pela discriminação salarial, os homens negros são penalizados com a formação e a inserção no mercado de trabalho. A discriminação de cor e de gênero recai de forma intensa sobre as mulheres negras com outro agravante que é a discriminação setorial-regional-ocupacional.

No tocante à questão de gênero, Faustino, Araujo e Maia (2017) observaram uma queda das diferenças salariais e da discriminação em todo o Brasil no período verificado de 2004 e 2014. Gavioli e Basso (2016) constataram que no Maranhão a participação no mercado de trabalho das mulheres não houve melhora, mas uma queda entre 2004 e 2014 de 41,7% para 40,38%. Em MG a participação das mulheres foi 37,15% para 42,38% para os respectivos anos, e SP com 37,94% para 43,34%. Os autores evidenciaram que as desigualdades salariais evoluíram no período analisado, porém os estados de SP e MG obtiveram uma queda no tocante a esta discriminação.

Fernandes (2017) investiga a segregação racial por cor no sistema educacional em São Paulo, mediante a utilização do Censo de 2010, e seus resultados econômicos pela via educacional. Entre um dos resultados encontrados, destaca-se que a segregação é correlacionada com o nível de desenvolvimento da região que afetou de forma positiva os brancos e amarelos.

O entendimento da discriminação racial perpassa pela construção ideológica e social da concepção de raça, que Santos (1984) define como "*um conjunto de características anatômicas como, a cor da pele, contextura do cabelo, e altura média dos indivíduos, etc.*" (SANTOS, 1984, p.12). Munanga (2003) explica que o termo raça que era restrito à botânica e à zoologia, passa a fazer parte da dinâmica social francesa em meados dos séculos XVI-XVII. Ou seja, um fator distintivo meramente biológico como a melanina passa a ser utilizada para legitimar as defesas científicas com viés ideológico, com um propósito da manutenção do *status quo* de grupos pertencentes a uma parcela da população mais abastada. Schwarcz (1994) atenta que a utilização dos fundamentos das ciências naturais, pela elite intelectual instalada no Brasil, empenhou-se por construir um elo entre as espécies botânicas, zoológicas e à humanidade, imprimindo respostas quantos às modificações estruturais nas duas primeiras áreas, correlacionando-as com o comportamento humano (problemas psicológicos, alcoolismo, amoralidade e a violência).

No tocante as questões de gênero, as mudanças culturais e a necessidade de obtenção ou complementação da renda impulsionaram as mulheres a participarem do mercado de trabalho. Ao tempo em que estas mulheres se tornaram protagonistas de uma nova realidade, vislumbram-se os desafios encontrados para a superação das desigualdades salariais, de gênero e raça. Se ao longo dos anos a trajetória feminina foi marcada por avanços no campo social, por outro lado, não deixaram de persistir os entraves que limitam a mobilidade econômica deste grupo, como salienta Bruschini (2007). O modelo de sociedade baseada no patriarcalismo em que o homem é tido como o principal agente familiar ainda persiste, mas com a necessidade crescente das mulheres obterem uma renda e adentrarem na força de trabalho, os arranjos familiares vêm se modificando ao longo dos anos.

O gênero permite a estratificação dos papéis desenvolvidos pelos atores sociais, sendo perceptível a demarcação de espaços a serem ocupados pelos indivíduos, Moraes (2005). Isto faz com que o papel social de gênero das pessoas passa a ser definido pelos tipos de atividades que a sociedade determina como apropriada para indivíduos que possuam determinado tipo de configuração genética física de sexo (KON, 2013).

Scott (1995) define o gênero como uma "categoria analítica" precedida pelas *construções sociais* que delimita os papéis designados aos homens e às mulheres. Por meio de dois elementos complementares a autora define o gênero como: (I) um elemento constitutivo de relações sociais

baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; (II) uma forma primária de dar significado às relações de poder. Nesta perspectiva, o sexo teria como fonte principal a natureza, e o gênero sedimentado nas relações sociais, e ambos articulados nas representações de poder que demarcam os espaços sociais, (SCOTT, 1995, p. 86). Esses desequilíbrios nas relações sociais tomam novos contornos que afetam os indivíduos, principalmente àqueles que foram afastados em algum momento do campo de decisão, e as consequências destes mecanismos discriminatórios transpassa toda a esfera social e, o meio produtivo pode ser considerado mais um espaço de reprodução dessas desigualdades.

Com relação aos ganhos privados que derivam da educação, estes podem afetar os ganhos por unidade de trabalho, da mesma forma, na participação da força de trabalho especialmente em diferentes estágios do ciclo de vida; podem afetar o tempo de trabalho refletido pela frequência e duração do desemprego, assim como o tempo parcial do emprego, como afirma Mincer (1974). Nas considerações suscitadas pela Teoria do Capital Humano, encontra-se a premissa de que as habilidades produtivas dos trabalhadores, em certos casos, são inatas. Mas, as habilidades destes indivíduos podem ser desenvolvidas através da educação e do treinamento. Na prática, este ato pode ser considerado como um investimento e, esta decisão encontra-se intimamente ligada à perspectiva de elevação da renda futura, bem como a custos monetários e de oportunidades, como frisa Fernandes (2002).

ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Esta seção tem por finalidade expor os dados utilizados nesta pesquisa, as equações mincerianas de salário com a correção do viés de seleção de Heckman (1979) e por fim, a decomposição proposta por Oaxaca (1973). A base de dados utilizada neste estudo são os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referente ao ano de 2001 e 2015. Segundo dados da PNAD, a representação demográfica no Estado da Bahia para o ano de 2001 era composta por 21% de indivíduos que se autodeclararam como brancos, 15% como pretos, amarelos representados por 0,17% e pardos com 64%. Já no ano de 2015, a representatividade dos brancos totalizou 18% da massa populacional que compõe o Estado da Bahia, seguida por 25% de indivíduos da cor preta, 0,13% da cor amarela e 57% de pessoas que se autodeclararam de cor parda.

Os grupos demográficos representados no ano de 2015, sob a ótica racial, tiveram um decréscimo tanto para os indivíduos de cor branca (3 pontos percentuais em comparação com o ano de 2001) como os de cor parda (7 p.p em comparação com o ano de 2001). O contrário pode ser verificado para os indivíduos de cor preta que obtiveram um acréscimo de 10 p.p no respectivo ano, relativizando-o com o ano de 2001. Como pilar na mudança destas estatísticas, destaca-se o auto reconhecimento individual. Uma resposta para este fato histórico pode estar assentada na maior visibilidade e engajamento dos grupos que historicamente eram tidos à margem da sociedade, em especial a população negra.

A condição de atividade da população baiana elucida que no período inicial a composição da PEA (compreendida como a totalidade dos indivíduos que integram a condição de ocupados ou desocupados), entre os ocupados, deteve uma magnitude percentual mais elevada que o último período e com menor quantitativo entre os desempregados. Entre a população não economicamente ativa, nota-se uma elevação desta categoria no ano de 2015, mas um recuo da população economicamente ativa no referido ano. Este comportamento na condição de atividade delineia os caminhos pelo qual a economia nacional trilhava e seus impactos para suas unidades federativas, a exemplo do Estado baiano. A queda da atividade econômica remonta seus reflexos diretos sobre o mercado de trabalho e esta dinâmica contracionista da economia, em escala nacional, encontra dentre as causas geradoras, a ruptura na trajetória de crescimento nacional (desaceleração da atividade econômica), a retração da economia global e as turbulências do ciclo político e econômico.

A PNAD obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Sua relevância assenta-se por conter dados tanto dos trabalhadores que compõem o mercado de trabalho formal quanto do mercado informal.

Buscando manter uma base mais coesa, foram efetuados alguns ajustes na mesma. Inicialmente, foram excluídos os indígenas por apresentarem baixa representatividade, além dos entrevistados que não declararam a informação de cor.

A variável utilizada para captar os efeitos educacionais no ciclo de vida produtiva dos trabalhadores abrange os anos de estudo; optou-se por restringir a idade superior a 18 anos e menor que 65 anos dos indivíduos economicamente ativos na semana de referência. Esta escolha da faixa etária[25] foi motivada por considerar que pessoas com idade inferior a 18 anos ainda estejam estudando (podendo atuar como aprendizes com a idade mínima estabelecida em lei) e pessoas com idade superior a 65 estejam deixando o mercado de trabalho devido à aposentadoria; os indivíduos enquanto ocupados assumem valor 1 e 0 do contrário; a variável salário corresponde ao Rendimento Mensal do Trabalho principal (Y), já a variável salário/hora é a razão do salário[26] dividido pelo número de horas trabalhadas na semana de referência.

Os setores de atividade econômica compreendem: agrícola; indústria (aglutinada com outras atividades industriais e indústria de transformação); construção; comércio; serviços (abrangendo alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais); administração pública; outras atividades (em conjunto com atividades mal definidas), conforme procedimento adotado por Cirino e Lima (2011). Porém, diferentemente desses autores, optou-se no presente artigo por separar a administração pública em função de suas particularidades que dificultam comparações de seus coeficientes com os demais setores.

Quanto às respectivas variáveis dicotômicas Área (zonas urbanas ou rurais) e a Região metropolitana, Souza, Ribeiro e Lopes (2018) explicam que os centros urbanizados com maior dinamismo econômico, aglomeração de grandes firmas e maior disponibilidade de mão de obra especializada, possibilitam aos indivíduos retornos salariais superiores aos de áreas não urbanizadas (áreas rurais) e não-metropolitanas. Dessa forma, espera-se que os sinais dos coeficientes área (urbana) e região metropolitana sejam positivos.

A inserção das variáveis anos de estudo, idade, experiência é justificada pela Teoria do capital humano que as relaciona com o incremento da produtividade individual, refletido nos retornos salariais, para as quais espera-se um sinal positivo. O termo quadrático da experiência (anos de permanência no trabalho principal na semana de referência) remete a retornos decrescentes, explicitando que retornos no rendimento do trabalho atingem seu pico em determinada fase e, no final do ciclo de vida produtivo do trabalhador tendem a uma redução. Os respectivos setores de atividade econômica norteiam o comportamento da atividade produtiva e têm por finalidade captar possíveis impactos da segmentação do mercado de trabalho.

A condição de ocupação visa aferir a probabilidade de participação no mercado de trabalho para determinados grupos atrelados a condicionantes que os induzam a compor o meio produtivo, como por exemplo, a condição de chefes no domicílio, anos de estudo, experiência e presença de crianças com idade de 0 a 5 anos no domicílio.

O presente estudo utilizará como ferramenta de análise o modelo de regressão múltipla pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) ou OLS (Ordinary Least Squares). Para alcançar alguns objetivos elencados na pesquisa, o modelo estrutural da equação minceriana adotada neste artigo assumirá a seguinte forma:

---

[25] O recorte quanto à faixa etária aqui exposta foi utilizado também por Almeida e Bessaria (2014). Se observado o requisito contido na convenção nº 138 do artigo 3º da OIT- Organização Internacional do Trabalho, para os países membros, destaca-se que a idade mínima de admissão ao emprego ou trabalho não poderá ser inferior *à idade de conclusão da escolaridade compulsória, visando assegurar a erradicação do trabalho infantil e a evasão escolar*.

[26] Valores não declarados do salário foram excluídos.

ISSN 2316-8021

$$y_i = \beta_0 + \beta_{1idade} + \beta_{2educ} + \beta_{3exper} + \beta_{4exper^2} + \beta_{5gênero} + \beta_{6Área} + \beta_{7região} + \beta_{8setores} + \beta_{9educ*exper} + u_i \quad (1)$$

Onde:

y_i = Logaritmo natural do salário/hora

x_1 = Idade

x_2 = Educ = Anos de estudo

x_3 = Exper = Experiência

x_4 = Exper² = Experiência ao quadrado

x_5= Gênero (1 se homem branco, 0 caso contrário; 1 se mulher branca, 0 caso contrário; 1 se homem negro, 0 caso contrário; 1 se mulher negra, 0 caso contrário).

x_6= Área (1 se Urbana; 0, caso contrário)

x_7 = Região (1 se Região Metropolitana; 0, caso contrário)

x_8 = Setores (1 se Agrícola, 0 caso contrário; 1 se Indústria, 0 caso contrário; 1 se Construção, 0 caso contrário; 1 se Comércio, 0 caso contrário; 1 se Serviços, 0 caso contrário; 1 se Administração Pública, 0 caso contrário; 1 se Outras atividades, 0 caso contrário).

x_9 = Educ*Exper = Coeficiente de interação entre educação e experiência;

u_i = termo de erro.

A equação em questão foi estimada separadamente para os grupos demográficos recortados: homens brancos e negros, mulheres brancas e negras com o intento de expor as diferenças de rendimentos mediante as distinções das características pessoais (gênero e cor), onde os homens de cor branca tendem a ser mais privilegiados em seus vencimentos salariais em detrimento dos demais grupos (*coeteris paribus*).

CORREÇÃO DO VIÉS DE SELETIVIDADE AMOSTRAL DE HECKMAN (1979)

Para Heckman (1979) o viés de seleção de amostra pode surgir na prática por dois motivos: primeiro, devido à existência de auto-seleção pelos indivíduos ou unidades de dados sendo investigadas e o segundo motivo decorre das decisões tomadas por analistas ou processadores de dados que atuam da mesma maneira que a auto-seleção (HECKMAN, 1979, p. 153).

Através do software Stata 13.0, empregando a metodologia elaborada por Heckman (1979), o procedimento para correção do viés de seletividade amostral assenta-se em estimar um modelo *probit* para encontrar a Inversa de Mill (λ), e no segundo momento regredir a equação minceriana adicionando a variável lambda (λ) como uma variável explicativa (regressora).

O salário de mercado Y_{1i}^{mer} que é pago ao indivíduo está na sua forma logarítmica ***ln salário/hora***, este tende a ser maior que o salário de reserva Y_{2i}^{reser}; X_{1i}^{mer} corresponde ao vetor de especificação (variável explicativa) de todos os indivíduos inseridos no mercado de trabalho; β_1^{mer}é o vetor associado aos parâmetros a serem estimados para os grupos; ε_i é o termo de erro aleatório do modelo que segue uma distribuição normal bivariada.

$$Y_{1i}^{mer} = X_{1i}^{mer}\,\beta_1^{mer} + \varepsilon_i \quad (2)$$

A representação análoga se aplica para o salário de reserva: Y_{2i}^{reser} é o rendimento do grupo desempregado na sua forma logarítmica ***ln salário/hora***; X_{2i}^{reser} corresponde ao vetor de especificação de todos os indivíduos não inseridos no mercado de trabalho; β_2^{reser} é o vetor

ISSN 2316-8021

associado ao parâmetro a ser estimado para os grupos de análise; U_i é o termo de erro aleatório do modelo.

$$Y_{2i}^{reser} = X_{2i}^{reser}\,\beta_2^{reser} + U_i \qquad (3)$$

Onde:
$\varepsilon_i \sim N(0, \sigma^2)$.
$U_i \sim N(0, 1)$.
Corr $(\varepsilon_i, U_i) = \rho$.

Logo, a decisão do indivíduo por trabalhar será dada pela diferença entre o salário de mercado e o salário de reserva, Carvalho (2005):

$$\begin{aligned} & Y_{1i}^{mer} - Y_{2i}^{reser} \\ &= (X_{1i}^{mer}\,\beta_1^{mer} + \varepsilon_i) - (X_{2i}^{reser}\,\beta_2^{reser} + U_i) \\ &= (X_{1i}^{mer}\,\beta_1^{mer}) - (X_{2i}^{reser}\,\beta_2^{reser}) + (\varepsilon_i - U_i) \\ &= -(X_{1i}^{mer}\,X_{2i}^{reser}).(\beta_2^{reser}\,\beta_1^{mer}) + (\varepsilon_i - U_i) \\ & (X_{1i}^{mer}\,X_{2i}^{reser}) = Z_i \\ & (\beta_2^{reser}\,\beta_1^{mer}) = \delta \\ & (\varepsilon_i - U_i) = \epsilon_i \end{aligned}$$

A equação de participação resultante é dada por:

$$Y_{1i}^{mer} - Y_{2i}^{reser} = Z_i\delta + \epsilon_i \qquad (4)$$

$$W_i = Z_i\delta + \epsilon_i \qquad (5)$$

Freitas (2008) comenta que a decisão de participar do mercado de trabalho está relacionada com o ganho líquido que poderia ser alcançado pelo indivíduo: estes participam do mercado de trabalho ($Y_{1i}=1$) sempre que o benefício líquido (salário) for maior que zero ($W_i > 0$). Com este enfoque, o indivíduo estaria no mercado de trabalho se a taxa de salário real fosse superior ao salário de reserva. Uma situação oposta é verificada quando ($Y_{1i} = 0$) indicando que o indivíduo estaria inativo se o salário ofertado pelo mercado $W_i \leq 0$, ou seja, os indivíduos prefeririam estar fora da população economicamente ativa se a referida taxa salarial fosse inferior ao seu salário de reserva (CIRINO; LIMA, 2011, p. 170).

Vale frisar que para alguns autores (ALMEIDA; BESSARIA, 2014; FERNANDES, 2017) este método não se adequa à realidade do mercado de trabalho brasileiro, por este por vezes não apresentar desemprego voluntário.

O valor esperado do salário, dado que apenas o salário de mercado é observado, corresponde a:

$$\begin{aligned} E\,[Y_{\text{þi}}^{mer} \mid Y_{\text{þi}}^{mer}\ \text{observado}] &= E[Y_{1i}^{mer} \mid (Y_{1i}^{mer} - Y_{2i}^{reser})] > 0 \\ &= E\,[Y_{1i}^{mer} \mid (\epsilon_i > - Z_i\delta)] \\ &= E\,[X_{1i}^{mer}\,\beta_1^{mer} + \varepsilon_i \mid \epsilon_i > - Z_i\delta] \\ &= X_{1i}^{mer}\,\beta_1^{mer} + E[\varepsilon_i \mid \epsilon_i > -Z_i\delta] \\ &= X_{1i}^{mer}\,\beta_1^{mer} + \rho\sigma_\varepsilon + \lambda_{\text{þi}}(\alpha_\epsilon) \qquad (6) \end{aligned}$$

Onde:

$$\alpha_\epsilon = \frac{-Z_i\delta}{\alpha\varepsilon} \qquad \text{e} \qquad \lambda_i(\alpha_\epsilon) = \frac{\phi\left(\frac{Z_i\delta}{\sigma}\right)}{1-\Phi\left(\frac{-Z_i\delta}{\sigma}\right)}$$

Heckman (1979) denomina a variável lambda λ como a razão da Inversa de Mill. A Inversa de Mill é uma função monótona decrescente que indica a probabilidade que uma observação seja selecionada na amostra, enquanto, ϕ e Φ representam a densidade e a função de distribuição para uma variável normal padrão, respectivamente. Contudo, o viés de seleção ocorrerá quando a Corr $(\varepsilon_i, U_i) \neq 0$.

Assim, a finalidade da equação de participação é examinar a probabilidade de um indivíduo compor o mercado de trabalho condicionado a algumas variáveis explicativas. Em vista disto, a variável de controle para estimação da probabilidade de participação no mercado de trabalho – Ocupação – é categórica e assume valor 1 quando o indivíduo é ocupado e 0 do contrário, o trabalhador aufere um salário/hora positivo, levando-se em consideração a existência de dependentes (filhos) de 0 a 5 anos de idade[27].

Neste trabalho, para efetuar tal procedimento, baseado nos trabalhos de Heckman (1979) e Carvalho (2005), as variáveis selecionadas para a equação de participação foram:

- Educ - em anos de estudo;
- Exper = Experiência: número de anos no trabalho principal da semana de referência;
- Condição no domicílio - Chefe ou pessoa de referência assume o valor1, 0 caso contrário;
- Crianças de 0 a 5 anos de idade - a presença de crianças no domicílio assume o valor1, 0 caso contrário.

Com a utilização das variáveis elencadas no modelo de participação para os grupos destacados, espera-se que seus respectivos sinais estejam em sintonia com a literatura econômica que a referenda. Assim, a escolaridade em anos de estudos completos, informa que a probabilidade de participação no mercado de trabalho aumenta com os anos de escolaridade. Maior experiência de trabalho (em anos) se reflete na maior probabilidade do indivíduo participar do meio laboral. Por ser chefe[28] no domicílio, independendo da cor e do gênero, espera-se que o sinal deste vetor seja positivo, por serem em grande medida, os responsáveis imediatos na provisão de seus membros familiares. A despeito da variável associada aos filhos menores de idade, esta apresenta uma relação dual para homens e mulheres. Para o grupo masculino esta condição induz à maior probabilidade de compor a PEA, por ser, em certa medida, os responsáveis pela provisão financeira do lar. Já para o grupo oposto esta probabilidade é menor devido às construções sociais que destinam para as mulheres o cuidado com seus dependentes, conforme Cirino e Lima (2011).

Seguindo os pressupostos citados acima, o modelo desenvolvido apresenta-se da seguinte forma:

$$W_i = X_i\beta + Ed_i\beta + Exp_i\beta + D_i\beta + C_i\beta + u_i \quad (7)$$

Onde W_i é a variável binária dependente do modelo *probit* que representa a participação no mercado de trabalho, sendo uma *dummy* que assume valor 1 quando ocupado e 0 caso contrário; X_i é um vetor de características socioeconômicas observáveis, e inclui variáveis de controle individuais, tais como idade, experiência, experiência ao quadrado, anos de estudo, o termo interativo de educação e experiência e variáveis *dummies* de área (urbana ou rural), região metropolitana e setores de atividade econômica; Ed_i e Exp_i é uma variável discreta para os anos de educação e experiência; D_i é um vetor que indica a condição no domicílio, é uma *dummy* que assume valor 1 quando chefe na família e 0 caso contrário; C_i é uma *dummy* para presença de crianças de 0 a 5 anos de idade com valor 1 quando há crianças e 0 caso contrário; u_i é o termo de erro aleatório.

DECOMPOSIÇÃO SALARIAL DE OAXACA E BLINDER (1973)

A metodologia desenvolvida por Oaxaca e Blinder (1973) demonstra como o diferencial salarial pode ser decomposto entre dois grupos em uma parte que é *explicada* por diferenças de grupo em características de produtividade, como educação ou experiência de trabalho, e uma parte residual que não pode ser explicada por tais diferenças em determinantes salariais. Essa parte *inexplicada* é frequentemente usada como medida de discriminação, mas também inclui os efeitos de diferenças de grupo em preditores não observados, (JANN, 2008).

[27]No estudo primário de Heckman (1979) a idade das crianças é delimitada nesta faixa etária.
[28]Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros.

ISSN 2316-8021

Considere a existência de dois grupos de trabalhadores representados em suas respectivas equações salariais, A e B, uma variável dependente (Y) e um conjunto de variáveis explicativas (X), utilizada por Jann (2008), Cirino e Lima (2012) na seguinte forma:

$$Y_A = \beta_A X_{Ai} + u_i \qquad (i= 1,\ldots, n) \qquad (8)$$
$$Y_B = \beta_B X_{Bi} + u_i \qquad (9)$$

Onde
Y_i = salário por hora do i-ésimo trabalhador,
Xi = vetor de características individuais,
β = parâmetros de inclinação e o intercepto,
u_i= termo de perturbação.
A diferença média resultará em:

$$D_{ecomposição} = E(YA) - E(YB) \qquad (10)$$
$$D_{ecomposição} = E(X_A)\beta_A - E(X_B)\beta_B \qquad (11)$$

Jann (2008) organiza a equação acima para identificar a contribuição das diferenças de grupo em preditores para a diferença geral de resultado que segue:

$$\mathbf{D_{ecomposição} = [E(X_A) - E(X_B)]\beta_B + E(X_B)(\beta_A - \beta_B) + [E(X_A) - E(X_B)](\beta_A - \beta_B)} \qquad (12)$$

• O primeiro componente: $\mathbf{[E(X_A) - E(X_B)]\beta_B}$ equivale à parte do diferencial que é devida às diferenças dos grupos nos preditores (variáveis independentes) conhecido por *efeito dotação*.

• O segundo componente: $\mathbf{E(X_B)(\beta_A - \beta_B)}$ mede a contribuição das diferenças nos coeficientes (incluindo diferenças nos interceptos) denominado por *efeito discriminação*.

• O terceiro e último componente: $\mathbf{[E(X_A) - E(X_B)](\beta_A - \beta_B)}$ é um termo de interação que explica as diferenças em dotações e coeficientes que podem existir simultaneamente entre os dois grupos.

Jann (2008) reitera que $\hat{\beta}_A$ e $\hat{\beta}_B$ apresentam-se como estimativas na forma de MQO para os parâmetros β_A e β_B, obtidos separadamente a partir das amostras dos grupos. E $\bar{X}_A$ e $\bar{X}_B$ são estimativas para E(XA) e E(XB), respectivamente. De modo que, a forma funcional da estimativa ponderada para os grupos A e B apresenta-se na equação (13) como:

$$\mathbf{\hat{D}_A = \bar{Y}_A - \bar{Y}_B = (\bar{X}_A - \bar{X}_B)\hat{\beta}_B + \bar{X}_B(\hat{\beta}_A - \hat{\beta}_B) + (\bar{X}_A - \bar{X}_B)(\hat{\beta}_A - \hat{\beta}_B)} \qquad (13)$$

A decomposição salarial tem como função explicar as distinções salariais dos grupos, por meio de uma desagregação das características pessoais dos trabalhadores. Em suma, uma parte não explicada pela decomposição é creditada à discriminação quando contrastados o gênero e a cor dos grupos em estudo como sinalizam Rodrigues e outros (2015).

A decomposição de Oaxaca (1973) tem como finalidade avaliar a diferença da média salarial entre o grupo discriminado e os demais grupos de trabalhadores, revelando como as características observadas destes determinam a diferença média em termos salariais. Assim, a forma funcional do modelo estruturado para a decomposição salarial no presente artigo assume a forma:

$$\mathbf{\ln\bar{Y}_{HB} - \ln\bar{Y}_{MN} = (\bar{X}_{HB} - \bar{X}_{MN})\hat{\beta}_{MN} + \bar{X}_{MN}(\hat{\beta}_{HB} - \hat{\beta}_{MN}) + (\bar{X}_{HB} - \bar{X}_{MN})(\hat{\beta}_{HB} - \hat{\beta}_{MN})} \quad (14)$$

O salário decomposto apresenta-se em sua forma logarítmica *ln*; a análise está restrita ao grupo de cor branca (já aglutinados em brancos e amarelos) e indivíduos de cor preta (aglutinados em pretos e pardos); o subscrito HB corresponde aos homens brancos; MN corresponde às mulheres negras.

ISSN 2316-8021

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados na tabela 1 explicitam que os parâmetros estabelecidos no modelo, em sua grande maioria, apresentaram significância estatística, mas em níveis alternados, com exceção do parâmetro de área (urbana) na faixa inicial. Observa-se que as principais variáveis da Teoria do Capital Humano mantiveram-se de acordo com o previsto para os respectivos períodos. Anos adicionais da idade, educação e experiência representaram retornos positivos para todos os grupos. Contudo, a categoria negra obteve retornos levemente superiores nas duas primeiras variáveis em relação aos demais no estado baiano.

TABELA 1.

Correção do viés de seleção amostral- Heckman (1979) no Estado da Bahia para o ano de 2001 e 2015.

Variável dependente: logaritmo do salário/hora								
	Homem branco		Mulher branca		Homem preto		Mulher preta	
Variáveis	2001	2015	2001	2015	2001	2015	2001	2015
Idade	0.013***	0.009***	0.014***	0.009***	0.014***	0.010***	0.015***	0.010***
Educ	0.089***	0.063***	0.091***	0.063***	0.094***	0.067***	0.093***	0.066***
Exper	0.014***	0.010***	0.015***	0.010***	0.014***	0.009***	0.013***	0.008***
Exper²	-0.000***	-0.000***	-0.000***	-0.000***	-0.000***	-0.000***	-0.000***	-0.000***
Gênero	0.326***	0.203***	0.102***	0.026	0.110***	0.167***	-0.372***	-0.279***
[29]Urbana	0.033	0.046*	0.031	0.047*	0.022	0.046*	0.026	0.042
Reg_Metropolitana	0.172***	0.161***	0.160***	0.151***	0.148***	0.140***	0.167***	0.165***
Indústria	0.175***	0.287***	0.160***	0.281***	0.168***	0.300***	0.187***	0.314***
Construção	0.257***	0.381***	0.238***	0.383***	0.217***	0.358***	0.195***	0.342***
Comércio	0.072**	0.127***	0.054*	0.118***	0.083***	0.147***	0.127***	0.164***
Serviços	0.085***	0.239***	0.049*	0.222***	0.086***	0.282***	0.166***	0.325***
Adm_Pública	0.346***	0.546***	0.315***	0.533***	0.337***	0.557***	0.378***	0.582***
Outras_Atividades	0.324***	0.336***	0.305***	0.328***	0.335***	0.348***	0.348***	0.361***
Educ*Exper	0.002***	0.001***	0.002***	0.001***	0.002***	0.001***	0.002***	0.001***
Cons.	0.274***	1.729***	0.330***	1.761***	0.223***	1.597***	0.325***	1.755***
Equação de Seleção:	Variável dependente: ocupadas							
Chefe	1.607***	0.767***	1.615***	0.768***	1.604***	0.765***	1.589***	0.764***
Crianças de 0 a 5 anos	0.463***	-0.278***	0.462***	-0.279***	0.464***	-0.272***	0.466***	-0.269***
Educ	0.095***	0.090***	0.094***	0.090***	0.094***	0.092***	0.096***	0.093***
Exper	-0.029***	-0.030***	-0.029***	-0.030***	-0.030***	-0.029***	-0.030***	-0.029***
cons	0.689***	0.914***	0.686***	0.916***	0.694***	0.902***	0.701***	0.859***
Lambda (λ)	-0,367***	-0.027***	-0,408***	-0.035***	-0,373***	0.025***	-0,284***	0.054***
rho	-0,49389	-0.03787	-0,53954	-0.04959	-0,4974	0.03513	-0,39017	0.07600
Pr> Chi² :	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Obs.	13.181	10.937	13.181	10.937	13.181	10.937	13.181	10.937

Fonte: Microdados da PNAD 2001 e 2015. Elaboração própria.
Nota: Cor branca: branca+amarela; Cor preta: preta+parda
Significância: *** p<1%, ** p<5%, * p<10%

O termo quadrático da experiência, por sua vez, converge com as indicações da Teoria do Capital Humano, informando que esta variável atinge seu ponto máximo a partir de determinada faixa de experiência, e com o passar dos anos há uma depreciação do capital humano, fazendo com que a mesma avance a taxas decrescentes, resultado semelhante ao encontrado por Carvalho

[29] Valores sem asterisco não apresentaram significância estatística.

(2005), Pereira e Oliveira (2016). Os reflexos mais elevados nos rendimentos derivados da educação destinaram-se ao grupo negro, o que permitiram aos homens negros resultados neste campo que os colocaram em uma linha de vantagem em relação aos demais, com um retorno de 9,4% em 2001 e 6,7% em 2015, resultados superiores às mulheres do seu grupo de cor, representadas com 9,3% no recorte inicial e 6,6% no último período.

Os retornos segundo o gênero e a cor foram desanimadores para as mulheres negras. Estas foram representadas negativamente no biênio, frente aos demais grupos, com uma perda expressiva no rendimento perfazendo 37,2% e 27,9%, respectivamente. O grupo baiano de destaque nesta categoria foram os homens brancos, estando em larga vantagem em seus rendimentos em relação aos demais, acompanhados pelos homens negros, logo em seguida a posição é preenchida pelas mulheres brancas.

Nota-se que todos os grupos são favorecidos em seus rendimentos quando localizados em centros urbanos, uma vez que este resultado não apresentou significância estatística esperada no recorte inicial para os mesmos, com grifos para as afrodescendentes que em ambos os períodos apresentaram resultados não significativos. Ademais, quando os grupos demográficos situam-se na região metropolitana esta ocorrência resulta em retornos superiores para os homens brancos, no primeiro período, seguidos pelas mulheres negras. No período final, esta posição é invertida, onde, as mulheres negras auferem rendimentos mais expressivos que os demais grupos.

Nestes centros, como salientam Cirino e Lima (2012) e Souza, Ribeiro e Lopes (2018), há uma grande predominância atrativa de unidades produtivas que se correlaciona com a dinâmica econômica local, possibilitando aos agentes que se encontram no seu entorno maiores rendimentos. Logo, a equação em questão apresentaram sinais esperados em conformidade com a literatura e coeficientes positivos, semelhante aos resultados de Souza, Ribeiro e Lopes (2018). No setor industrial, nos respectivos períodos as afrodescendentes foram as primeiras colocadas, tendo percebido 18,7% (no ano de 2001), passando para 31,4% (no ano de 2015) a mais em relação a variável omitida (agrícola). Comércio, serviços, administração pública e outras atividades seguiram o mesma comportamento na esfera estadual. Na construção, as mulheres negras retomam a posição final nos saldos, setor este que os homens brancos estiveram na primeira posição (25,7%), posteriormente, mulheres brancas (23,8%) e homens negros (21,7%).

O coeficiente de interação, por sua vez, mostra-se estatisticamente significativo para todos os grupos e contribuições positivas para os mesmos. Este resultado demonstra a importância do aprimoramento educacional e a efetivação das habilidades no meio produtivo, traduzida pela conexão entre educação e experiência, entretanto, as estimações em tela deste coeficiente indica um acréscimo ínfimo em termos de retorno dentre as faixas temporais compreendidas.

Um ponto similar do presente estudo à investigação realizada por Rocha e Campos (2007) refere-se que ao invés do *lambda* tradicional, as estimações apresentadas, a nível estadual trazem um parâmetro [30]*rho* que equaliza a correlação entre os termos de erro da equação de rendimentos e seleção.

Os resultados observados no modelo *probit* na tabela 1 indicam a maior probabilidade de participação (entre os coeficientes), no meio produtivo, quando estes indivíduos são chefes ou pessoa de referência no domicílio, principalmente para as afrodescendentes em ambos os recortes temporais. Resultado este que se assemelha aos encontrados por Carvalho (2005), Rocha e Campos (2007) e Freitas (2008). Com o provento familiar diretamente ligado a estes membros, considera-se que este grupo esteja mais inclinado a integrar o mercado de trabalho, por serem considerados, os responsáveis imediatos pela provisão financeira domiciliar. No estado baiano, nos lares que habitam menores de idade, ou seja, as crianças de 0 a 5 anos de idade, no recorte inicial, não se mostrou um impedimento à inserção dos segmentos populacionais na força de trabalho. Contrário a esta constatação foi a estimação no ano de 2015, onde, esta condição de dependência torna-se um fator negativo para inserção dos mesmos.

[30] Corr (ε_i, U_i) = *rho*.

Em relação à variável educação, expressa em anos de estudo, apresenta-se como um fator positivo à inserção de todos os grupos no estado baiano, confirmando que anos adicionais desta variável contribuem na participação do mercado de trabalho. Resultado semelhante foi encontrado na pesquisa de Freitas (2008). No entanto, na seleção, a variável experiência não se apresenta como previsto na literatura. Este termo com valor negativo é um indicativo da possibilidade de um indivíduo não ser admitido em uma atividade assalariada, resultado similar foi encontrado por Rocha e Campos (2007).

Uma consideração a ser suscitada diz respeito ao sinal da variável *lambda*. Carvalho (2005) e Pereira e Oliveira (2016) comentam que o lambda negativo está associado a fatores não mensurados que aumentam a probabilidade de participação no mercado de trabalho, mas diminuem os salários. Consequentemente, o sinal deste parâmetro pode ser positivo ou negativo, mas sua significância indica que, de fato, a não inserção da correção de Heckman (1979) teria viesado os resultados da estimação.

RESULTADOS DA DECOMPOSIÇÃO SALARIAL DE OAXACA (1973)

Nesta subseção, foram realizadas as decomposições do diferencial de rendimentos por meio da metodologia proposta por Oaxaca (1973), entre homens brancos e as mulheres negras, homens negros e mulheres negras, e por último, as mulheres brancas e mulheres negras expostos na tabela 2. Observa-se a nível estadual, no ano de 2001, o diferencial do salário no estado baiano dos homens brancos e as mulheres negras respondendo por 58,7%, favoráveis aos homens brancos e estatisticamente significativos.

O hiato nos rendimentos na faixa inicial entre os pares mostra que os atributos produtivos (efeito dotação) apresentado com sinal negativo (-0,8%) podem ser interpretados da seguinte forma: mesmo as mulheres negras possuindo melhores atributos produtivos, em relação aos homens brancos, as afrodescendentes são desprestigiadas em seus rendimentos do trabalho. Todavia, quando o coeficiente de dotação mostra-se com sinal positivo, pode ser um indicador que o grupo com melhor remuneração detém melhores atributos produtivos contra os demais.

O coeficiente de discriminação (componente residual) totalizou 67,0%, sendo uma das principais fontes causadoras pelo diferencial de rendimento entre o grupo base do mercado de trabalho e as mulheres negras. O sinal positivo encontrado neste componente confirma a existência de discriminação no mercado de trabalho baiano, atestando a existência de discriminação no meio laboral, demonstrando que os atributos ligados às características pessoais dos trabalhadores (mulheres negras) são mais valorizados que os atributos produtivos, assim ressaltam (PEREIRA; OLIVEIRA, 2016).

No ano de 2001, os indícios entre as estimativas do *gap* salarial devido à discriminação, na Bahia, foram os maiores responsáveis pelas desigualdades de renda, opondo o grupo de homens brancos contra as mulheres negras. Entre o seu grupo de cor, no território baiano, o efeito prevalecente das distinções salariais para a categoria negra, revelou-se em maior proporção através das características não explicadas (40,6%). Diante dos resultados encontrados, evidencia-se pelo efeito dotação que as desvantagens derivadas dos coeficientes produtivos pouco explicam as diferenças nos proventos salariais destes pares. Entre as mulheres baianas percebe-se que o diferencial salarial representou 57,7% favoráveis às mulheres brancas, compostos pelos efeitos dotacionais (25,0%) e discriminatórios (26,8%).

No ano de 2015, a diferença salarial encontrada entre os homens brancos e as mulheres negras correspondeu a (20,8%), todavia, o termo do efeito discriminatório está como principal elemento para as desvantagens intergrupo.

Enquanto o efeito não explicado foi representado por 41,8%. Ao retomar os achados para o ano de 2001, é possível notar que houve uma queda significativa tanto nas diferenças salariais, como uma redução da discriminação no estado baiano que era de 67,0% passando para 41,8% no ano final, uma diferença de 25,2 p. p. Entre o grupo negro, o diferencial salarial do grupo masculino e feminino foi a menor dentre todos os grupos (16,0%) no estado. Por último, consta a

estratificação para as mulheres classificadas por cor, suas respectivas distinções salariais no estado, ainda no ano de 2015, foram de 22,7%.

Tabela 2: Decomposição salarial por Gênero e Cor na Bahia no ano de 2001 e 2015.

Bahia 2001				**Bahia 2015**			
LnSalário_hora	**Coef.**	**Std.Err**	**P>z**	**LnSalário_hora**	**Coef.**	**Std.Err**	**P>z**
Diferencial				**Diferencial**			
Homem branco	2.177487	*0.031*	0.000	Homem branco	3.343221	*0.047*	0.000
Mulher negra	1.589661	*0.015*	0.000	Mulher negra	3.134519	*0.013*	0.000
Diferença	0.5878268	*0.035*	0.000	Diferença	0.2087018	*0.049*	0.000
Componentes				**Componentes**			
Efeito Dotação	-0 0084554	*0.024*	0.734	Efeito Dotação	-0.192058	*0.030*	0.000
Efeito Discriminação	0.6709158	*0.031*	0.000	Efeito Discriminação	0.4184215	*0.044*	0.000
Interação	-0.0746337	*0.023*	0.002	Interação	-0.0176616	*0.036*	0.630
					3.343221	*0.047*	0.000
Diferencial				**Diferencial**			
Homem negro	1.798489	*0.014*	0.000	Homem negro	3.295358	*0.037*	0.000
Mulher negra	1.589661	*0.015*	0.000	Mulher negra	3.134519	*0.013*	0.000
Diferença	0.2088288	*0.021*	0.000	Diferença	0.1608386	*0.040*	0.000
Componentes				**Componentes**			
Efeito Dotação	-0.1676935	*0.027*	0.000	Efeito Dotação	-0.2224715	*0.029*	0.000
Efeito Discriminação	0.4067628	*0.019*	0.000	Efeito Discriminação	0.3164201	*0.034*	0.000
Interação	-0.0302405	*0.025*	0.239	Interação	0.0668901	*0.034*	0.050
Diferencial				**Diferencial**			
Mulher branca	2.167643	*0.048*	0.000	Mulher branca	3.361942	*0.043*	0.000
Mulher negra	1.589661	*0.015*	0.000	Mulher negra	3.134519	*0.013*	0.000
Diferença	0.5779819	*0.051*	0.000	Diferença	0.2274225	*0.045*	0.000
Componentes				**Componentes**			
Efeito Dotação	0.2509188	*0.024*	0.000	Efeito Dotação	0.0810535	*0.018*	0.000
Efeito Discriminação	0.2686659	*0.051*	0.000	Efeito Discriminação	0.089513	*0.044*	0.044
Interação	0.0583971	*0.019*	0.003	Interação	0.056856	*0.019*	0.004

Fonte: Microdados da PNAD 2001 e 2015. Elaboração própria.

Este declínio no diferencial de rendimento representou uma diferença de 37,9 p.p., entre os anos de 2001 e 2015. Este resultado pode ser compreendido na esfera produtiva como uma nova tomada comportamental, onde, as mulheres cada vez mais se retiram do lar perfazendo a mobilidade em direção ao mercado de trabalho, nesta dinâmica pode ser adicionando o investimento realizado por estas na qualificação educacional, assim como as transformações ocorridas no país, sejam elas de caráter demográfico, social e cultural, como salienta Bruschini (2007).

Uma redução significativa no componente discriminatório pode ser observada no biênio de análise. Em 2001 o efeito não explicado no território baiano foi computado em 67%, chegando em 2015 com um percentual de 41,8%, resultando em um declínio de 25 p.p. No caminho oposto está o efeito dotação e seu crescimento no período averiguado. No ano de 2001, este componente que mensura os efeitos derivados das características produtivas dos trabalhadores totalizou negativamente em 0,8% e 19,2% na faixa final. A evolução deste componente caminha no mesmo sentido da evolução educacional das trabalhadoras negras do Estado. Isto se deve ao sinal negativo do componente como comentado, inferindo que à medida que as afrodescendentes estão representadas com as menores remunerações, gera-se um diferencial de renda distinto entre os pares, mas através do sinal do efeito dotação, atesta-se que as trabalhadoras afrodescendentes estão mais instruídas educacionalmente contra os homens brancos e, o diferencial de renda resultante pode ser creditado ao efeito discriminatório. Na contramão desta realidade, estas mulheres mais escolarizadas se inclinam a participarem da atividade produtiva remunerada, vivenciando as barreiras do preconceito, a dupla jornada de trabalho (no ambiente de laboral e no

lar), rendimentos salariais heterogêneos e contra cheques com remunerações não sintonizadas com os investimentos aplicados via qualificação educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o corretor de seleção amostral, comumente conhecido como a *Inversa de Mills*, foi estimada a equação de rendimentos com a utilização do *lambda*. Entre os subgrupos categóricos, foi evidenciado que na Bahia, no ano de 2001, as afrodescendentes obtiveram retornos salariais negativos frente aos demais. O mesmo comportamento foi observado em 2015, no entanto, os valores se mostraram não significativos pelos limites estabelecidos.

Pontos favoráveis para esta categoria na Bahia referem-se à localização geográfica, quando situadas em áreas metropolitanas e centros urbanizados, mas com estimações um pouco aquém das demais categorias, visto que estes espaços apresentam uma dinâmica econômica mais intensa, e fatores aglomerativos de novas plantas empresariais que propiciam o surgimento de novas fontes de rendas associadas ao trabalho.

As evidências empíricas sinalizam que os setores de atividade econômica que recompensam as mulheres negras, colocando-as em posição de destaque no ano de 2001, foram os setores da indústria, comércio, serviços, administração pública e outras atividades. Na observação em 2015 o mesmo panorama setorial foi reafirmado. Como esperado, a variável interativa de anos de estudo e experiência contribuiu positivamente nos rendimentos do salário hora, sendo este preditor responsável pelo desempenho do conjunto de habilidades e competências individuais, ou seja, *a arte do saber fazer*, denominado por (FREITAS, 2008).

Ainda com o cálculo probabilístico de participação no mercado de trabalho, derivado de um modelo *probit*, os resultados obtidos na equação de seleção, indicam na faixa temporal inicial, que os determinantes mais expressivos foram encontrados na condição de chefe como preconizado pela literatura especializada.

Na presença de dependentes, ligados aos seus respectivos responsáveis, a variável que expressa a presença de crianças de 0 a 5 anos de idade no domicílio, contribui para inserção de todos os indivíduos na força de trabalho remunerada no Estado da Bahia no ano de 2001. No ano de 2015, a presença de crianças no domicílio impactou negativamente a propensão dos seus responsáveis comporem a força de trabalho, comportamento que diverge da literatura referente à inserção do grupo masculino de estarem presentes na atividade laboral.

A educação computada em anos de estudo, mostrou-se em concordância com a Teoria do Capital Humano, assinalando que anos escolares adicionais contribuem positivamente para que os indivíduos façam parte do mercado de trabalho. Destoante dos pressupostos da teoria em pauta foi a variável experiência, representada negativamente na equação para todos os grupos, assinalando que a vivência prática acaba dificultando a participação no meio laboral.

A avaliação pós-decomposição salarial, inferem que os efeitos discriminatórios contribuem na determinação das diferenças de rendimentos dos grupos mais valorizados nos setores produtivos da economia, mas desvalorizam as trabalhadoras negras. Em uma sociedade que emergiu das relações da subordinação, dos indicadores de desigualdade sociais e de renda constrangedores, níveis educacionais incompatibilizados para seus residentes, direcionam os rastros desta conformação para as gerações seguintes. Ao confrontar empiricamente os coeficientes que retratam o diferencial salarial, estes totalizaram uma desvantagem de 58,7% no ano de 2001, entre aos homens brancos as mulheres negras na Bahia. O menor diferencial observado no Estado neste período ocorre entre seu grupo de cor.

Direcionando os resultados para o ano de 2015, nota-se que as distâncias entre as rendas associadas ao trabalho principal foram novamente mais proeminentes entre os homens brancos e as mulheres negras, seguidos pelas mulheres brancas e as afrodescendentes, mas com um recuo das estimativas no período final. No cenário disposto, esta redução merece grifos por representar o efeito discriminação na Bahia. Observando o comportamento do componente discriminatório, no ano de 2015, as inferências indicam uma redução para todos os segmentos populacionais.

Uma possível interpretação para esta situação estaria no protagonismo dos segmentos populacionais mais desfavorecidos na sociedade a partir do Movimento Negro, a edição de uma pauta de reivindicações da comunidade negra contra os desníveis econômicos e sociais vivenciados por este segmento, aliado às políticas públicas e universalização educacional para a redução das desigualdades socioeconômicas em abrangência nacional, medidas que se fazem necessárias, pois para estas mulheres e a comunidade negra na sua totalidade a relação racial por vezes antecede a relação de trabalho.

Sendo a discriminação uma prática que subjuga os indivíduos de acordo com seu pertencimento racial, esta ação discriminatória enseja a criação de ações e resolutividades afetivas que promovam uma nova tomada comportamental na sociedade, facultando maior conscientização, equidade social e reeducação da população, tendo na esfera das políticas públicas as ferramentas para mediação nas relações sociais.

Uma limitação de ordem técnica na construção desta pesquisa se deve a uma aplicação metodológica que retrate estes grupos aqui delimitados nos estados da região Nordeste, e *a posteriori*, compará-los com as estatísticas nacionais, ou até mesmo, estabelecer um paralelo entre os estados. Uma extensão desta investigação seria a avaliação dos desníveis da renda do trabalho destes indivíduos, de modo que possa verificar os diferenciais entre as mulheres negras e demais grupos, ampliando de igual modo a cronologia (recorte temporal) e o formato da base para captar os efeitos dos diferenciais em painel, pois, uma parte considerável da literatura produzida em torno deste tema, nos limites nacionais, utiliza dados da PNAD no formato desenvolvido neste estudo.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, W. S.; BESARRIA, C. N. Desigualdades salariais: uma análise sobre o segmento formal e informal do mercado de trabalho baiano (2012). *In*: Congress of The Brazilian Regional Science Association,12., 2014, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: ENABER, 2014.
2. BECKER, G. S. *The economics of discrimination*. Chicago: University of Chicago Press, 1957.
3. BLINDER, A. S. 1973. Wage discimination: Reduced form and structural estimates. Journal *Economic Review* 14: 693–709.
4. BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007.
5. CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda: uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.
6. CARVALHO, A. P.; NERI, M. C.; SILVA, D. B. do N. Diferenciais de salários por raça e gênero: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em Pesquisas Amostrais Complexas. *In*: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., 2006, caxambu. *Anais* [...]. Caxambu: ABEP, 2006.
7. CIRINO, J. F.; LIMA, J. E. Diferenças de rendimento entre as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador: uma discussão a partir da decomposição de Oaxaca-Blinder. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 43, p. 371-389, 2012.
8. CIRINO, J. F.; LIMA, J. E. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho: uma comparação entre os sexos e entre os mercados das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 42, n. 1, 2011.
9. CRESPO, A. R. V. *Desigualdade entre raças e gênero no Brasil*: uma análise com simulações contra-factuais. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.
10. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos*

anos 2000. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2012.

11. FAUSTINO, I. A.; ARAUJO, E.; MAIA, K. Mercado de trabalho e discriminação: uma análise das diferenças salariais e discriminação por gênero no Brasil e Macrorregiões (2004-2014). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 45., 2017, Natal. *Anais* [...]. Natal: ANPEC, 2017.
12. FERNANDES, G. A. A. L. Is the brazilian tale of peaceful racial coexistence true?. Some evidence from school segregation and the huge racial gap in the largest brazilian city. *World Development*, [*s. l.*], v. 98, p. 179-194, 2017.
13. FERNANDES, R. Desigualdade salarial: aspectos teóricos. *In*: CORSEUIL, C. H. *et al.* (org.). *Estrutura salarial*: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
14. GAVIOLI, L.; BASSO, F. S. Diferencial de rendimentos por grupo ocupacional e gênero: uma aplicação para os estados do Maranhão, Minas Gerais e São Paulo - 2004 e 2014. *In*: Encontro Regional de Economia, 21., 2016, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: ANPEC, 2016.
15. GUIMARÃES, Nadya Araujo. (2002), "Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil". *Cadernos Pagu*, 17-18: 237-266.
16. HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, [*s. l.*], v. 47, p. 153-161, 1979.
17. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
18. JANN, B. *A stata implementation of the Blinder-Oaxaca decomposition*. Zurich: Swiss Federal Institute of Technology Zurich: ETH Zurich Sociology, 2008. (Working Paper, 5).
19. KON, Anita. Assimetrias entre gêneros no mercado de trabalho Brasileiro: crise e políticas públicas. Revista Ciências do Trabalho, v. I, p. 15-36, 2013.
20. MINCER, J. A. *Schooling, experience, and earnings*. New York: Columbia University Press, 1974.
21. MORAES, E. L. *Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional*. Brasília: MTE; SPPE, 2005. (Construindo identidades sociais, 1).
22. MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos PENESB*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2003.
23. OAXACA, R. L. Male-female differentials in urban labor market. *International Economic Review*, [*s. l.*], v. 14, n. 3, p. 693-709, 1973.
24. PEREIRA, R. M.; OLIVEIRA, C. A. Os diferenciais de salário por gênero no Rio Grande do Sul: uma aplicação do Modelo de Heckman e da Decomposição de Oaxaca-Blinder. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 21, p. 148-173, 2016.
25. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD). Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>; ano:2001. Acesso: 31/07/2020.
26. ROCHA, M. A. A.; CAMPOS, M. F. S. S. Desigualdades salariais no mercado de trabalho urbano no Paraná: uma aplicação da metodologia de Heckman. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 112, p. 47-71, 2007.
27. RODRIGUES, K. C. T. T. *et al.* Diferença salarial segundo a condição de migração e sexo na Bahia. *Economia e Desenvolvimento*, Recife, v. 14, p. 181-195, 2015.
28. SANTOS, J. R. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
29. SCHWARCZ, L. M. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.
30. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1995.

31. SOARES, S. S. D. *et al*. Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos. *In*: BARROS, R. P. *et al*. (org.). *Desigualdade de renda no Brasil*: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007. v. 2, p. 401-415.
32. SOARES, S. S. D. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho*: homens negros, mulheres brancas e mulheres megras. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 769).
33. SOUZA, L. R. S.; RIBEIRO, L. C. S.; LOPES, T. H. C. R. Diferenciação salarial no estado de Sergipe: uma análise entre a região metropolitana de Aracaju e os demais municípios. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2018.
34. ULYSSEA, Gabriel. *Informalidade no Mercado de trabalho brasileiro:* uma resenha da literatura. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

Indústrias 4.0 e as tecnologias disruptivas na produção de alimentos
Industries 4.0 and disruptive technologies in food production

Fernando Camillo Santos Cano[1]

[1]ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9589-8671; Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Rio Claro (SP)", doutorando em Geografia, BRAZIL, Email: fernandocamillo007@hotmail.com

RESUMO: A presente pesquisa objetivou compreender as novas tecnologias disruptivas na produção de alimentos, em meio ao novo cenário econômico, político e social no mundo, denominado 4ª Revolução Industrial. Dessa forma, foi realizada a caracterização do período histórico que integra os meios físicos, digitais e biológicos. O método de pesquisa compreende no materialismo histórico-dialético, entendendo a realidade em seus pares antagônicos no espaço. Fundamentada em Kietchenham e Charters (2007), a revisão bibliográfica foi realizada em fontes de materiais publicados, consistindo em três etapas distintas: planejamento, condução e apresentação da revisão. Os dados coletados foram analisados, permitindo refletir as consequências sócio-espaciais e econômicas que convergem para uma nova divisão social e territorial do trabalho. Assim sendo, os principais conceitos e hipóteses foram destacados no que tange a indústria 4.0.

PALAVRAS-CHAVE: 4ª Revolução Industrial, tecnologias disruptivas, alimentos.

ABSTRACT: This research aimed to understand the new disruptive technologies in food production, during the new economic, political, and social scenarios in the world called the 4th Industrial Revolution. Thus, the characterization of the historical period that integrates the physical, digital, and biological means was performed. The research method comprises in historical-dialectical materialism, understanding reality in its antagonistic peers in space. Based on Kietchenham and Charters (2007), the literature review was carried out in sources of published materials, consisting of three distinct stages: planning, conduction, and presentation of the review. The collected data were analyzed, reflecting the socio-spatial and economic consequences that converge to a new social division and territorial development of labor. Therefore, the main concepts and hypotheses were exposed to highlight industry 4.0.

KEYWORDS: 4th Industrial Revolution, disruptive technologies, food.

INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a humanidade se deparou com diversas Revoluções Industriais que influenciaram de forma permanente a construção do mundo atual, sobretudo as estruturas sociais e os sistemas econômicos, desencadeadas pela inserção de novas tecnologias e pelas maneiras distintas de compreender o mundo. Atualmente, uma nova transformação encontra-se em curso, que difere em escala e complexidade de qualquer outro evento enfrentado pela sociedade.

No cenário globalizado, as técnicas se aprofundam e avançam a cada dia, alterando nosso modo de pensar, agir e viver. Dessa forma, a tecnologia condiciona diretamente os processos de produção dos bens e serviços aos consumidores. Nesse cenário, deparamos com a possibilidade de um mundo virtual, onde as sinergias são formadas cada vez mais rapidamente e, se apoiam em sistemas sofisticados que direciona para uma próxima etapa do desenvolvimento humano e industrial, a era das conexões, *linkages* e *networks*. O Fórum Econômico Mundial de Davos em 2016 teve papel fundamental em relatar análises que possibilitaram compreender as distintas transformações econômicas, sociais e tecnológicas no que tange ao novo período de inovações e aprofundamento das técnicas em diferentes escalas. Klaus Schwab foi percursor a introduzir os termos Revolução Tecnológica e Industrial, Indústria 4.0 e Quarta Revolução

Industrial, para o atual período de transformação da sociedade, nas relações de trabalho e consumo, com grandeza, amplitude e multiplicidade.

A Quarta Revolução Industrial é a sucessão de distintas transformações nos sistemas que nos rodeiam, no que tange ao crescente da disponibilidade e da interação de um conjunto de tecnologias disruptivas. De acordo com Soares (2018, p.5) a disrupção é uma expressão utilizada para representar a inovações disponibilizadas pelo mercado em forma de produtos e preços, criando um novo nicho de atividade, desequilibrando as antigas empresas que encabeçaram o setor.

A hipótese é que a produção de alimentos nas indústrias 4.0 demandam intensas relações interindustriais tangíveis e intangíveis que constituem o seu círculo de cooperação. Urge caracterizar essa nova sinergia que integra as tecnologias, entre os domínios físico, digital e biológico, com ênfase na produção de alimentos funcionais.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O método empregado na pesquisa compreende os pares teórico-empíricos, funções-processos, formas-conteúdos, espaço-tempo como referência analítico-reflexiva, entendidos por pares dialeticamente. Esta pesquisa configura-se em um estudo teórico por meio da aplicação do procedimento técnico de revisão sistemática da literatura (RSL), numa sequência metodológica bem definida que permite agregar conhecimento e construir saberes (KIETCHENHAM; CHARTERS, 2007).

A abordagem predominante do artigo é qualitativa dada à característica das análises realizadas a partir do levantamento de dados, tabulação e análise dos dados. O método de pesquisa bibliográfica foi definido por Kietchenham e Charters (2007) como pesquisa realizada em fontes de material já publicado, consistindo em uma sequência de três etapas, quais sejam: planejamento, condução e apresentação da revisão.

Dessa forma, iniciou-se pelo planejamento a partir de uma revisão do escopo, que teve por intuito obter informações de acordo com o tema abordado e a definição da caracterização de pesquisa. Nessa fase, também se confirmou a viabilidade e a necessidade desta pesquisa, principalmente a partir dos apontamentos de Poovendran (2010), Kagermann, Wahlster e Helbig (2013) e Schwab (2016) cujos trabalhos serviram como embasamento teórico principal.

Posteriormente, foram realizadas duas questões-problema, quais sejam: a) Quais as projeções feitas pelos pesquisadores em relação às implicações da Indústria 4.0 para a organização do trabalho e das indústrias? b) Considerando a nova dinâmica produtiva projetada pela Indústria 4.0, quais competências e habilidades serão exigidas para que as indústrias de alimentos se adequem num mercado competitivo?

A busca em meio às pesquisas primárias e secundárias empreendeu-se, em um primeiro momento, de forma automática na base *Scopus* e *Scielo*, escolhida por seu caráter de pesquisa e na elaboração do protocolo da revisão. Inicia-se com a busca e seleção de estudos primários. Foi realizada uma análise crítica da qualidade dos estudos, visando à extração e à síntese dos dados obtidos.

Por fim, os principais conceitos e hipóteses foram evidenciados, buscando compreender os entraves da indústria 4.0 em relação à produção de alimentos na contemporaneidade.

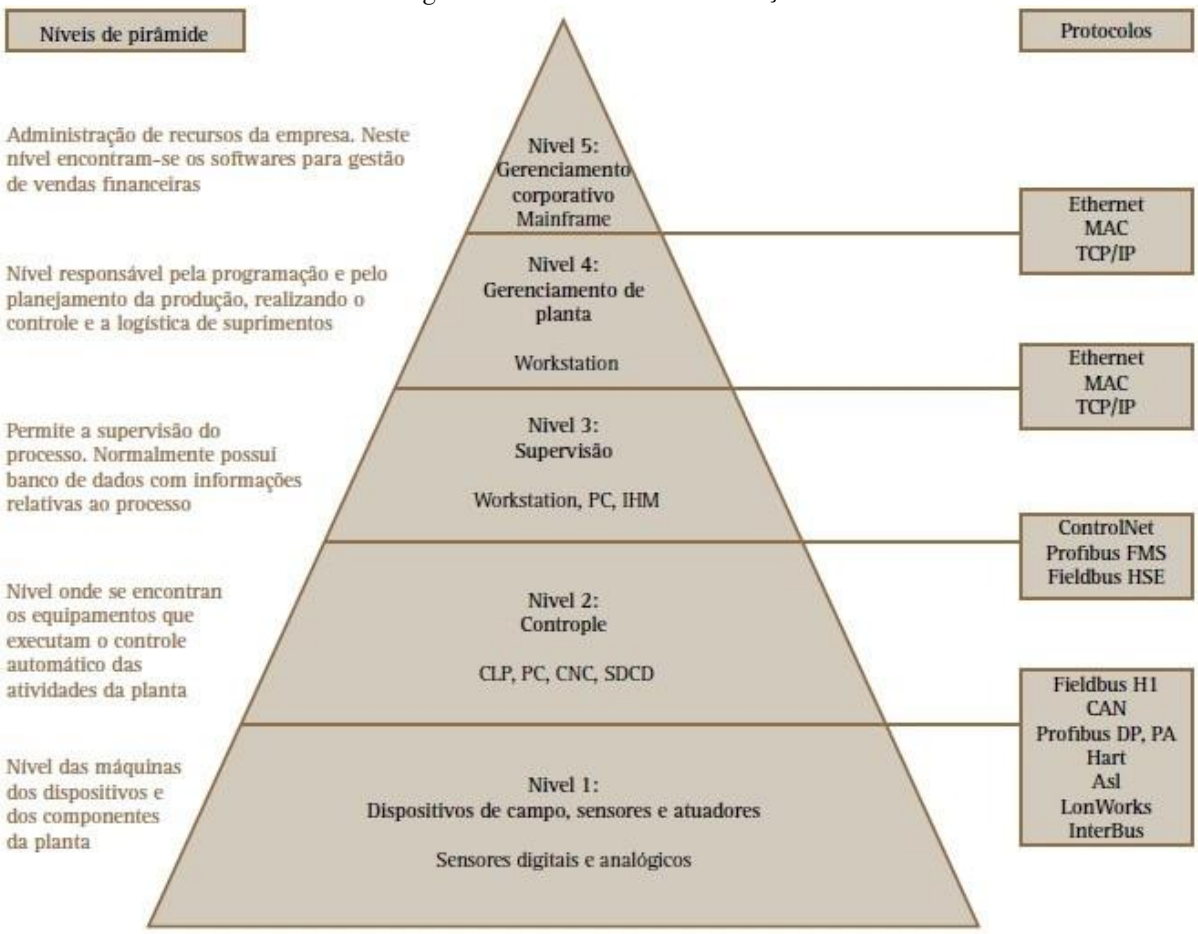
REFERENCIAL TEÓRICO

O salto qualitativo dado a partir do aprofundamento das técnicas na indústria 4.0 visa alterar o circuito espacial de produção dos alimentos em sua arquitetura de automação. De acordo com Moraes e Castrucci (2007) a pirâmide de automação (Figura 1) tem por principal objetivo dividir os níveis dos equipamentos envolvidos de acordo com a sua atuação na indústria. Assim sendo, os cinco níveis da pirâmide representam a organização produtiva de uma indústria.

ISSN 2316-8021

As tecnologias habilitadoras (e*nabling technologies*) são os pilares tecnológicos para essa nova transformação digital que motivaram a mudança da pirâmide tradicional de automação (figura 1), o que permite a geração de novos processos e produtos. Segundo a Comissão Europeia, a formalização de tecnologias habilitadora, chamadas de KETs (*Key Enabling Technologies* - Tecnologias Habilitadoras Chave), é caracterizada com grande potencial de conhecimento e abundância em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Figura 1: Pirâmide de automação



Fonte: Moraes e Castrucci (2007).

O alicerce desse movimento perpassa 12 conjuntos de tecnologias, quais sejam: inteligência artificial (IA), robótica, fabricação aditiva, as neurotecnologias, as biotecnologias, a realidade virtual e aumentada, os novos materiais, as tecnologias energéticas, bem como as ideias e capacidade cuja existência ainda encontra-se em curso. O conjunto de tecnologias são atividades que dependem do uso e coordenação de automação, informação, computação, *software*, sensores e redes, que se tratam maneiras novas para a fabricação de produtos já existentes, bem como para a fabricação de novos produtos surgindo de tecnologias novas e avançadas.

Segundo Schwab (2016, p.16) a Quarta Revolução Industrial é a transformação nos sistemas contemporâneos edificados a partir da revolução anterior, com diferenças marcantes, quais sejam: o alcance, a velocidade e o impacto nos próprios sistemas. O autor enumera 5 itens relevantes com relação às alterações que advém da Revolução Industrial:

I. As ações dos indivíduos serão desenvolvidas em tempo real, pois os dados fluem de modo instantâneo, dando condições de deliberar no mesmo momento;
II. A virtualização será uma ferramenta que estará à disposição. As próprias indústrias utilizarão, para acompanhar seus processos em suas fábricas, o rastreamento por meio de dispositivos que reagem a impulsos físicos e propagam um impulso equivalente;

III. A desconcentração das operações e decisões proporcionarão ações on-line consonante às necessidades das pessoas e do mercado;
IV. Os sistemas informatizados serão desenvolvidos para prestação de serviços;
V. Os produtos e serviços serão executados conforme sua procura, com possibilidade de desconexão entre as etapas, podendo ser alteradas no interesse do cliente.

As indústrias estão se reestruturando e investindo em novas tecnologias no âmbito da Indústria 4.0 para produzir cada vez mais alimentos fortalecidos, mais ricos e funcionais. Dessa forma, criou novas demandas e a necessidades do consumo na sociedade contemporânea. As modificações são inovações disruptivas mais intensivas em conhecimento, inovação e pesquisas desenvolvidas na indústria que representam uma ruptura com a forma de produzir alimentos até então.

O benefício coletivo da ciência dos alimentos e da biotecnologia exigirão esforços colaborativos. A formação de uma força de trabalho multidisciplinar para a descoberta, a produção e a integração de materiais modernos exigirá o apoio da academia, do governo e da indústria. As universidades e empresas dos países desenvolvidos fortalecem as pesquisas tecnológicas, buscando diversas soluções para inserção neste novo cenário, absorvendo profissionais altamente capacitados com conhecimento interdisciplinar.

A parceria entre a universidade e a empresa encontra-se em curso em alguns países, que se utiliza de coalizações internacionais em tornos de temas como este, para iniciar grandes projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Por exemplo, a Iniciativa Genoma de Materiais (*Materials Genome Initiative*) e a Missão Inovação (*Mission Inovation*). De acordo com Abdala Neto e Del Debbio (2018) a empresa Microsoft investiu, em 2016, mais de um bilhão de dólares em segurança de sistemas, contando com 3.500 engenheiros para essa tarefa, que mobilizou universidades norte-americanas.

Durante a pesquisa foram encontradas diversas iniciativas que abordam a transformação digital como peça-chave para a inovação, tornando-se prioridade para universidades, empresas e governos. Segundo Hermann, Pentek e Otto (2015) destacam-se dentre os desafios da produção do futuro, as tecnologias inovadoras; o ritmo acelerado da mudança tecnológica; a flexibilidade e soluções individualizadas; e a grande diversidade de clientes e mercados.

As tendências tecnológicas que englobam a Quarta Revolução Industrial tem o intuito de melhorar a eficiência na produção, serviços e na vida das pessoas, bem como, aprimorar áreas de setores da economia. De acordo com Schwab (2016) o que a torna realmente distinta das revoluções predecessoras é a combinação dessas tecnologias e a integração entre os domínios físicos, digitais e biológicos.

As transformações associadas ao conceito da Indústria 4.0 apresentam potencial para aumentar a flexibilidade, a velocidade, a produtividade e a qualidade dos processos produtivos. Entretanto, o advento da indústria 4.0 trará desafios a serem superados, sobretudo o trabalho e a produção, visto que, os progressos tecnológicos estimulam a automatização da mão de obra, que decorre na exigência de novas competências na divisão social do trabalho.

Conforme Smith (1994) o processo de divisão do trabalho na sociedade proporciona economia do tempo de produção, que é facilitado por máquinas adequadas, que conjuntamente permitem atividades econômicas mais eficientes. Dessa forma, a Quarta Revolução Industrial sustenta novos espaços de organização do trabalho que facilita o tempo de produção do trabalho, como ecossistemas das *startups*, espaços de *coworking* e as incubadoras tecnológicas.

O cenário contemporâneo pode levar a resultados de inovação benéficos a produção, mesmo que ainda disruptivos, criando materiais que funcionam como base de novas tecnologias e indústrias. Entretanto, esses novos materiais coexistem com mecanismos e sistemas de produção de Revoluções Industriais antecedentes. Assim sendo, esse novo ambiente que surge é marcado pelo novo e o herdado, respondendo a uma herança cultural da sociedade que tende a se refletir no espaço, este que, é dinâmico, sistêmico e realimentado pelas transformações sociais hodiernas.

A Indústria 4.0 é o produto de uma profusão de tecnologias aplicadas ao ambiente de produção, o que Schwab (2016) nomeia de megatendências. Entre elas, destacam-se os *Cyber-Physical Systems* (CPS), a *Internet of Things (IoT*), a *Internet of Services (IoS*), *Blockchain*, veículos autônomos, impressoras 3D, robôs avançados, inteligência artificial, *Big Data*, nanomateriais e nanosensores.abe destacar o elemento central da infraestrutura da Quarta Revolução Industrial que é o *IoT*. Segundo o *IoT* ou Internet das coisas trata-se de uma gama de sensores inteligentes conectados que coletam, processam e transformam os dados de acordo com a necessidade ou objetivo de seu usuário. O *IoT* é capaz de combinar dados com análises inteligentes, oferece dados de desempenho de dispositivos e entrega dados de impacto ao usuário. Assim, ele oferece simulações dos eventos em um ambiente mais geral mostrando os efeitos de como, quando e por que as pessoas realizam ações e ainda, prevê o desempenho dos bens e onde existem oportunidades para aumentar o valor de seu produto.A difusão da *IoT* transformará a maneira com que as indústrias tomarão decisões, principalmente em seu circuito espacial de produção. A capacidade central origina-se da comunicação e coordenação desses dispositivos, que levam ao aprimoramento da eficiência da produtividade. Assim sendo, o *IoT* revelará quais são as dificuldades nas etapas produtivas, eliminando nós existentes nos processos de fabricação de produtos.

Segundo Kagermann *et al* (2013) a combinação das tecnologias disruptivas possui potencial para habilitar as chamadas *Smart Factories* ou Fábricas Inteligentes, são áreas capazes de fabricar produtos de forma mais eficiente, integrando máquinas, pessoas e recursos. Nas *Smart Factories*, as máquinas e os insumos possuem conectividade ao longo de todas as operações fabris, agregando flexibilidade aos processos, que ocorrem de maneira autônoma e integrada.

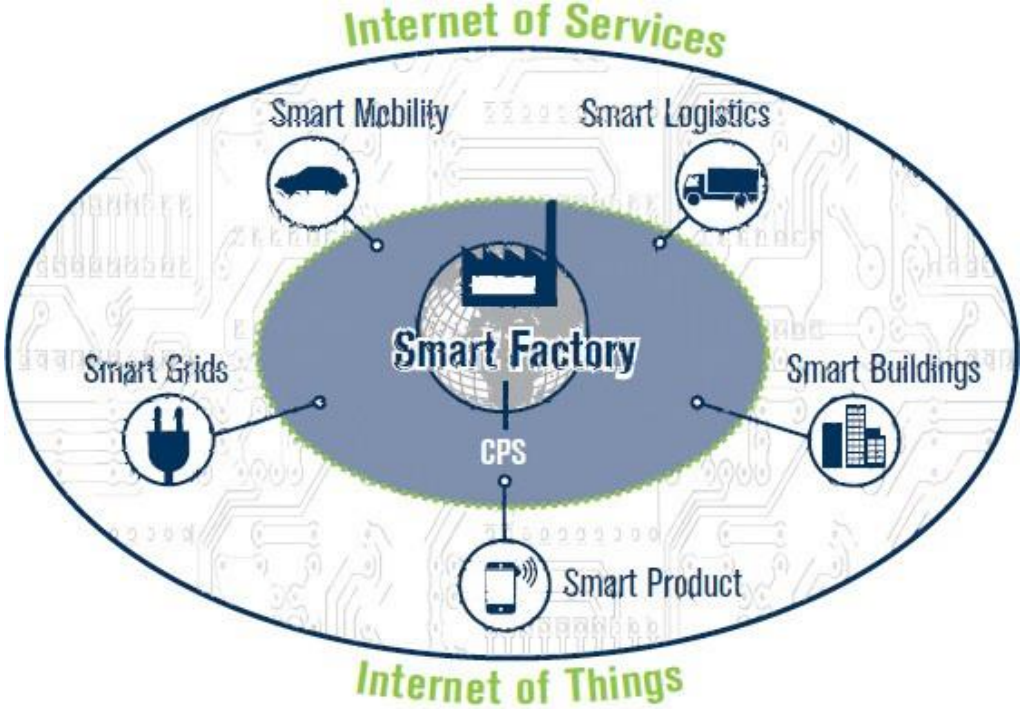
Atualmente, a Alemanha possui alguns exemplos de fábricas inteligentes. Na unidade de equipamentos eletroeletrônicos da Siemens, em Amberg, as linhas de produção não repetem continuamente a manufatura da mesma peça. Desse modo, sem a interferência de funcionários, máquinas podem operam 24 horas por dia fabricando 950 diferentes componentes que são encomendados pelo sistema.

De acordo com o estudo da consultoria norte-americana Gartner, em Amberg a automação extrema leva a um baixo índice de defeitos, registando apenas 15 peças com defeito a cada 1 milhão produzido na Siemens. Os serviços internos das Fábricas Inteligentes são oferecidos e praticados no âmbito das relações interindustrias ou *linkages*, denominados por Kagermann *et al*. como: a cadeias globais de valor.

Na Figura 2, é possível observar a integração da fábrica inteligente com toda a sua cadeia de valor, quais sejam seus *linkages*: instalações inteligentes, logísticas inteligentes, mobilidade inteligente, produtos inteligentes e redes inteligentes.

ISSN 2316-8021

Figura 2 – Indústria 4.0 e Fábrica Inteligente.



Fonte: Kagermann *et al.* (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação da Indústria 4.0 tem como objetivo aperfeiçoar seu circulo de cooperação aproveitando a questão tecnológica e o potencial econômico por meio de uma sistemática de inovação de processo, tendo foco sobre os três aspectos fundamentais quais sejam: a integração horizontal através de redes de valores, integração digital a fim da engenharia em toda a cadeia de valor e integração vertical e sistema de manufatura em rede.

Os CPS (*Cyber-Physical Systems*) compreendem máquinas inteligentes, sistemas de armazenamento e facilidades de produção capazes de trocar informações, desencadear ações e controlar um ao outro de forma autônoma, promovendo melhorias nos processos industriais. Segundo Poovendran (2010) os denominados CPS são uma nova e promissora série de sistemas colaborativos que incorporam profundamente a capacidade cibernética no mundo real. Os sistemas ciberfísicos refletem a tecnologia capaz de conectar o mundo físico com os fluxos informacionais, relacionando-se com termos atualmente populares, quais sejam: *IoT*, Indústria 4.0, *M2M* e Computação em nuvem.

As novas tecnologias e as novas formas de produzir proporcionam aumento na qualidade, eficiência e o rendimento. Desse modo, o setor de alimentos permite com que as organizações controlem seus processos em diferentes escalas. Essa capacidade de mapear cada etapa em seu circuito espacial de produção com antecedência e controlar todos os processos permite que se enfrentem questões mundiais de nível macro, como quebras de safra, alteração de requisitos de segurança alimentar e a mudança das exigências dos clientes.

No nível micro, os fabricantes podem melhorar a distribuição e a utilização de recursos, configurar fluxos de trabalho produtivos e reduzir o impacto ambiental. O compartilhamento de informações sobre os produtos, amplamente facilitado pela Indústria 4.0, atende ainda requisitos de *compliance* global, que demandam dos produtores dividam informações-chave sobre os alimentos e bebidas em suas *linkages* ou relações interindustriais. Ainda, para facilitar as informações estarão disponíveis em plataformas virtuais que podem ser acessadas por qualquer *stakeholder* em tempo real.

ISSN 2316-8021

A saúde e a agricultura, setores econômicos transversais ao tema pesquisado, encontram na biotecnologia esperança para o desenvolvimento de futuras pesquisas. A biotecnologia oferta ferramentas e estratégias para redefinir a relação homem e natureza. Em sua gênese, as relações do homem e natureza foram estabelecidas pela dependência do primeiro às condições naturais em que, a partir da indústria 4.0 podemos destacar a autonomia do ser humano em relação à natureza. Por exemplo, a capacidade de cultivar culturas geneticamente modificadas.

> Muitas novas biotecnologias exigem uma alta capacidade computacional e se beneficiam dos recursos crescentes da aprendizagem automática, dos crescentes volumes de dados e das plataformas que ajudam com os resultados de modelagens. A convergência das biotecnologias com as tecnologias digitais gera muitas esperanças e preocupações em relação ao potencial para o aperfeiçoamento humano e à promessa de interoperabilidade biológica e digital. (SCHWAB, 2018, p.236).

Os impactos na saúde humana revelam a manutenção da expectativa de vida das pessoas, a partir do aprofundamento das pesquisas em biotecnologia, biomaterias e da medicina de precisão. Dessa forma, essas áreas resolveriam problemas relacionados à composição molecular dos indivíduos, bem como, sua composição óssea. As descobertas resultaram em uma análise que permitisse a substituição por ossos cultivados em laboratórios a partir de células tronco e ainda, produzidos por impressoras 3D. Portanto, os avanços na pesquisa resultariam na melhora do bem-estar populacional.

A agricultura é a segunda grande área que desfruta do potencial da biotecnologia. Desse modo, as pesquisas em curso visam enriquecer alimentos tornando-os funcionais, isolando determinadas vitaminas para tratar e eliminar doenças.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1996), cerca de 2,8 milhões de crianças em idade pré-escolar no mundo são clinicamente afetadas pela falta de vitamina A e, ainda, estima-se que de 250 a 500 mil crianças tornem-se cegas todos os anos. O arroz dourado é um alimento funcional de genótipo transgênico de arroz, enriquecido de beta-caroteno (precursor da vitamina A), que poderia eliminar esse tipo de doença apenas pelo consumo em um cardápio diário destinado crianças que sofrem com essa deficiência.

A indústria está transformando seus sistemas de produção pela existência de fontes inteligentes, uso extensivo de robótica, processamento e armazenamento de dados, bem como o monitoramento e controle das operações em tempo real.

Dentre os aspectos da Quarta Revolução Industrial, a transformação que a agricultura obteria a partir de *hardwares* dedicado, quais sejam: sensores de solo, clima e altitude; *drones* e sistemas de imagem para monitorar e prever a produção agrícola.

> A ligação desses dados ao genótipo da colheita poderia possibilitar um esquema de gestão de colheita e seleção de variedade capaz de atender à demanda global por qualidade, quantidade e funcionalidades dos alimentos. No entanto, essa segurança alimentar global só será possível se os regulamentos sobre alimentos geneticamente modificados forem adaptados para refletir a realidade, isto é, que a edição de genes oferece um método preciso, eficiente e seguro para aprimorar as colheitas. (SCHWAB, 2018, p.229).

Portanto, a hipótese da presente pesquisa foi corroborada por intensas relações interindustriais e *linkages*, principalmente pelo setor agropecuário e de tecnologia, onde os

alimentos produzidos pelas indústrias 4.0 demandam intensas relações tangíveis e intangíveis que constituem o seu círculo de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência na indústria 4.0 é a transformação do sistema produtivo em instalações fabris com várias linhas de produção menores, pois grandes fábricas terão dificuldade de competir com produtos customizados. Os nichos de mercado, cada vez mais, tornarão seletivos e diversificados para atender demandas específicas da sociedade contemporânea. Assim sendo, a exigência do consumidor estará contida em pequenos detalhes de sabores, texturas e adição de nutrientes que passarão por sistemas complexos de automatização, *softwares* e *Iot*.

A indústria brasileira é incipiente com relação à adoção das novas tecnologias advindas da Quarta Revolução Industrial. Consoante pesquisa da CNI - Confederação Nacional da Indústria (2018), com 759 grandes e médias empresas do setor, apenas 1,6% utilizam a supervisão de solicitações de seus clientes por instrumentos conectados à rede; *softwares* que desenvolvem ou desenham novos produtos ou processo; fabricação por meio de robôs interagindo consigo mesmos; monitoramento da utilização de seus produtos pelos consumidores e pesquisa a avaliação com as informações do *Big Data*.

A previsão é de que apenas 21,8% dessas empresas estarão com essa qualificação nos próximos dez anos. Dessa forma, pode ser considerado pequeno as ações das empresas mediante a indústria 4.0, considerando que as empresas multinacionais já avaliam e entram nesse mundo virtual há bastante tempo e sabem que precisam se adaptar às novas necessidades de seus clientes se quiserem sobreviver a essa realidade.

De acordo com Donário e Santos (2017), o pensamento econômico clássico do século XXI, revogado pelas ideias de Keynes pós-crise mundial de 1929, desaguou no que atualmente é conhecido como *Homo Economicus*, participante de uma estrutura econômica que é a somatória de múltiplos segmentos separados entre si, cada um como um operador pensante e sem interconectividade com outro. Para os referidos economistas, o atual padrão econômico e financeiro global é sustentado por um paradigma retrógrado, o qual não coaduna com o que efetivamente acontecem com os atores econômicos, políticos e sociais.

Atualmente aparece um novo conceito chamado "*homo technica*", entendido como profissional que interliga conhecimentos da economia com diversas áreas e utiliza os instrumentos advindos da Quarta Revolução para investigar o funcionamento do processo econômico, as consequências do trabalho na sociedade e a partilha da riqueza em certo ambiente.

A expectativa futura da sociedade em relação à Indústria 4.0 compreende em serviços ao consumidor com maior qualidade, rapidez e mais baratos. Entretanto, as pessoas poderão utilizar a tecnologia de modo danoso à própria vida na terra, os governantes terão dificuldades para contraditar as dificuldades que a própria evolução tecnológica trará à cena.

É lícito questionar: onde tais alimentos estão sendo produzidos? Quais são as empresas que dominam esse segmento? Quais relações, sinergias e *linkages* podem ser estabelecidas entre as atividades indústrias que compões esse circuito espacial da produção e seus círculos de cooperação.

Cabe analisar, em pesquisas futuras, as características e suas relações interindustriais, assim como, seus circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação que corroboram ao crescimento de outros setores da indústria e economia, tais como: a agricultura, farmacêutica e química.

REFERÊNCIAS

1. ABDALA NETO, E.; DEL DEBBIO, A. **A transformação digital no universo jurídico**. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-transformacao-digital-no-universo-juridico-21102017.> Acesso em: 24 de nov. de 2018.

2. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). 2018. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/industria-2027/noticias/industria-40-saltara-de-16-para-218-das-empresas-em-uma-decada-diz-pesquisa-da-cni/>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

3. DONÁRIO, A.; SANTOS, R. B. **O Paradigma do Homo Economicus - Consequências na Construção do Modelo Económico e Financeiro Liberal**. Lisboa: Edições Silabo, 2017, 2ª impressão.

4. HERMANN, M.; PENTEK, T.; OTTO B. **Design Principles for Industrie 4.0 Scenarios: A Literature Review.** Working Paper, n.1, 2015.

5. KAGERMANN, H.; WAHLSTER, W.; HELBIG, J. Recommendations for implementing the strategic initiative. **Industrie 4.0**. Acatech, pp. 13–78, 2013.

6. KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. In: Technical report, **Ver. 2.3 EBSE Technical Report. EBSE**, 2007. Disponível em <https://www.elsevier.com/__data/promis_misc/525 444systematicreviewsguide.pdf > Acesso: 25 de junho de 2020.

7. MORAES, C.C; CASTRUCCI, P.L. **Engenharia de automação industrial**. 2007.

8. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. World Health Organization (WHO**). Indicators for assessing vitamin A deficiency and their application in monitoring and evaluating intervention programmes.** Geneva, 1996.

9. POOVENDRAN, R. Cyber-physical systems: Close encounters between two parallel worlds. **Proceedings of the IEEE**, v. 98, n. 8, p. 1363–1366, 2010.

10. SCHWAB, K.S. **A Quarta Revolução Industrial.** São Paulo: Edipro, 2016.

11. SCHWAB, K. S. **Aplicando a quarta revolução industrial.** São Paulo: Edipro, 2018.

12. SMITH, A. **A Riqueza das Nações.** Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

13. SOARES, M. G. **A Quarta Revolução Industrial e seus possíveis efeitos no direito, economia e política, migalhas**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas .com.br/dePeso/16,MI279121,41046A+Quarta+Revolucao+Industrial+e+seus+possiveis+efeitos+no+direito> Acessado em 16 de julho de 2019.

ISSN 2316-8021

O papel da burocracia de nível de rua na implementação e reformulação das políticas públicas para as minorias

The role of street-level bureaucracy in implementing and reformulating public policies for minorities

Daniella Mafra Barbosa Marques

ORCID nº https://orcid.org/0000-0002-5308-2252 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes (UNIT), Maceió, AL, Brasil. Advogada- CESMAC/AL e Arquiteta e Urbanista- UFAL <daniellamafra@hotmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta o conceito e as formas de atuação da burocracia do nível da rua e as consequências que podem ser observadas através da inserção de valores, ideologias e crenças na implementação de políticas públicas. O objetivo deste ensaio é demonstrar a força dessas interações e o prejuízo advindo de uma relação ineficiente entre esses agentes e seus clientes, a população em geral, para a tomada de decisões e a implementação de ações no interesse da população, especialmente para as minorias, no caso em particular deste estudo, para a população LGBTQI+. O resultado das políticas públicas depende muito da forma como elas são implementadas. Através da atuação dos agentes são concedidos direitos e aplicadas penalidades, e as oportunidades são organizadas e disponibilizadas, principalmente para a população mais carente e dependente do Estado na busca pela garantia de serviços básicos. Conclui-se então que a burocracia de rua tem um papel fundamental ao desempenhar sua função junto aos cidadãos usuários dos serviços e políticas públicas podendo atuar no sentido de amenizar as formas de exclusão social das minorias.

PALAVRAS-CHAVES: agentes de rua; serviços públicos; população LGBTQI+.

ABSTRACT: This article presents the concept and forms of action of the bureaucracy at street level and the consequences that can be observed through the insertion of values, ideologies and beliefs in the implementation of public policies. The aim of this essay is to demonstrate the strength of these interactions and the damage resulting from an inefficient relationship between these agents and their clients, the population in general, for decision making and the implementation of actions in the interest of the population, especially for minorities, in the particular case of this study, for the LGBTQI+ population. The outcome of public policies depends very much on how they are implemented. Through the actions of agents rights are granted and penalties are applied, and opportunities are organized and made available, especially for the neediest and most dependent population of the State in the search for the guarantee of basic services. It is concluded that the street bureaucracy has a fundamental role to play in playing its role with citizens who are users of public services and policies and can act to alleviate the forms of social exclusion of minorities.

KEYWORDS: street agents; public services; LGBTQI+ population

INTRODUÇÃO

O Processo de elaboração das políticas públicas tem que retratar a realidade genuína do interesse geral da sociedade, devendo atender à demanda social descrita em instâncias democráticas sem excluir ou minimizar nenhum grupo de menor representatividade, ou em função de uma maioria mais representativa. Neste aspecto a

burocracia de nível de rua tem um papel relevante na implementação de políticas públicas que, através dos atores sociais, devem demonstrar a importância de se conhecer os verdadeiros responsáveis pela execução das políticas e serviços públicos, e a forma como eles alcançam os usuários.

Segundo Lipsky (1980), os agentes que trabalham na implementação de políticas públicas diretamente com os cidadãos, os chamados agentes de rua, intervêm nas políticas públicas por meio das rotinas que eles estabelecem e pelas decisões que precisam ser tomadas na pressão do trabalho cotidiano. Portanto, a importância dos trabalhadores da linha de frente é fundamental no apontamento das desigualdades sociais, pois essas irão transformar-se em um fator que influencia as decisões e os comportamentos dos trabalhadores encarregados de implementar as políticas e os serviços.

No tocante a população LGBTQI+, muitas são as injustiças cometidas por omissão ou pela falta de legislação e de políticas públicas que lhes assegure direitos específicos devido à sua orientação sexual – tendo em vista que também estão acobertados pelas garantias constitucionais outorgadas aos demais indivíduos –, realidade que pode ser diretamente afetada pela ineficácia nas interações entre trabalhadores e usuários de serviços e posterior análise de uma realidade que muitas vezes é reparada ou ajustada para se enquadrar nos padrões de formulários/entrevistas impostos pelo Estado. Essas regras e procedimentos que diferem – ou que não estão especificadas nas diretrizes da política – influenciam negativamente por retratar um levantamento que não condiz com a realidade. A ação injusta acontece por meio da agressão e da discriminação, fatores que agravam a intolerância às pessoas com orientação sexual voltada para o mesmo sexo.

O poder discricionário dos burocratas de nível de rua torna-se, então, concludente na distribuição de bens e serviços públicos, sendo a atuação desses agentes de fundamental importância para o resultado na implementação das políticas públicas.

Nesse diapasão, este artigo teve o objetivo de reunir conceitos sobre a compreensão da eficácia na atuação da burocracia de nível de rua que deve ser primordial nas pesquisas de implementação das políticas e dos serviços públicos, promovendo uma interação destes conceitos com os reflexos do comportamento padronizado da burocracia de nível de rua e como isso pode refletir na reprodução de desigualdades sociais, abordando sob o ponto de vista da população LGBTQI+.

REFERENCIAL TEÓRICO

Michael Lipsky, autor que foi responsável por identificar e destacar a importância da figura desses atores essenciais, mas que muitas vezes são invisibilizados, em seu livro " Burocracia de nível de rua - Dilema dos indivíduos nos serviços públicos.", publicado em meados de 1980, abordou alguns elementos que descrevem a atuação cotidiana desses profissionais na implementação das políticas públicas.

A burocracia nível de rua é identificada por Lipsky (1980; 2010 p.11) como as organizações e o conjunto de agentes responsáveis pela entrega direta de políticas e serviços públicos aos cidadãos. Esses agentes são, segundo ele:

> Trabalhadores do serviço público que interagem diretamente com os cidadãos no curso de seus trabalhos, e que têm critério substancial na execução do serviço que desempenha, são eles: os professores, policiais, e outros funcionários responsáveis pela aplicação da lei, os assistentes sociais, os juízes, os defensores públicos e outros oficiais dos tribunais, os trabalhadores da saúde e muitos outros funcionários públicos que concedem acesso a programas governamentais e possibilitam a prestação de serviço dentro deles(LIPSKY 1980; 2010 p.11).

De acordo com o autor, os usuários chegam aos agentes de rua como pessoas únicas, individualizadas, portadoras de diferentes experiências de vida, personalidades, expectativas e

necessidades, e esses agentes precisam categorizar essas demandas. Esses burocratas representam o Estado no exercício de suas funções e, portanto, têm a função de transformar os sujeitos e as suas demandas em usuários ou clientes. Todavia, a identificação destes usuários é alocada em padrões e categorias sociais. Durante esse processo, eles tomam decisões que se transformam na distribuição de benefícios e de possíveis sanções, e é daí que surge a importância de que seja registrado corretamente esse rol de informações.

Esses profissionais também exercem o papel de instruir os cidadãos a respeito da sua condição de cliente, explicando sobre os procedimentos, as formas de comportamento aceitas, o grau de deferência esperado, as penalidades possíveis, a expectativa quanto aos burocratas e, por fim, sobre o meio de acesso às informações no sistema. Assim sendo, os burocratas estruturaram o contexto de interação determinando quando, com que frequência e sob que circunstâncias a interação entre usuário e burocrata ocorrerá. De forma prática, os burocratas de nível de rua, por sua atuação, estruturam e delimitam a vida das pessoas e as oportunidades que lhe caberão, respectivamente. E, em assim sendo, aponta Lipsky, essas formas orientam e determinam o contexto social (e político) no qual as pessoas agem, e cada extensão de benefícios do serviço é acompanhada pela extensão da influência e do controle do Estado.

> Os atores sociais coproduzem o significado e a inteligibilidade da situação por meio da "reparação", ajustando, durante o ato, seus papéis e intenções sociais à medida que a interação se desdobra. Dessa forma, como estão envolvidos em uma tensão latente que gera incerteza e instabilidade, os atores precisam resolvê-la naquele momento para que alcancem as definições comuns da situação (GOFFMAN (1961 apud LOTTA e PIRES, 2019, p.142).

Ou seja, precisam ajustar a situação que se lhes apresentam às opções de enquadramento disponíveis nos formulários ou nos programas que podem atendê-los e, assim, as interações entre trabalhadores e usuários de serviços podem ser retratadas pela noção de coprodução.

> Para que se consiga ir adiante na coleta de dados, são feitos acordos e ajustes sucessivos entre os atores em interação em termos de como as informações sobre a vida dos usuários são traduzidas pelos trabalhadores nas categorias jurídico-administrativas padronizadas disponíveis(WELLER, 1999 apud LOTTA e PIRES, 2019, p.142).

Neste sentido, os burocratas do nível da rua, segundo Lipsky (1980): "A burocracia do nível da rua torna-se, portanto, fundamental para a política, pois a esses burocratas está condicionada a eficácia da política pública, é deles que depende a implementação". Os agentes, dessa forma, interagem com os cidadãos no desempenho de suas funções e têm discricionariedade para exercer autoridade; todavia, eles não podem exercer essa missão vislumbrando obter concepções ideais em função das limitações na estrutura de trabalho pois é através dessa interação que as necessidades e o *feedback* em relação aos serviços disponibilizados aos cidadãos irão demonstrar a realidade da sociedade - como ela se apresenta de fato - e o que precisa ser implementado nas políticas públicas. Assim sendo, o máximo de veracidade nas informações coletadas irá impactar as decisões do Estado.

Importante destacar, dentre as condições de trabalho dos burocratas, a escassez de recursos, de informação, de tempo e de pessoal, sem falar nas pressões conflitantes vindas de seus supervisores e dos cidadãos, como bem destacado por Lipsky. São turmas grandes para atender, trabalho em excesso, muitos desafios e, por outro lado, o sofrimento dos clientes, em sua rotna de muitos problemas e de poucos recursos. Essa gama de fatores associados restringe as expectativas

alimentadas em relação à profissão que exercem, ensejando um quadro de desestímulo diante da realidade que se impóe. Os agentes deveriam responder às necessidades individualizadas, apontando as características específicas de cada cliente que atendem; mas, na prática, eles têm que atender os clientes em grupo, na maioria das vezes, pois as exigências do trabalho não permitem respostas especificadas.

Conforme destacado, assim como a maioria dos servidores do Estado, os agentes de nível de rua também trabalham com recursos insuficientes, onde, em regra, a demanda vai sempre aumentar para atender à prestação de serviços. Dentro das limitações de recursos, de material e de infraestrutura, eles desempenham seu papel enfrentando as incertezas que decorrem dos enigmas diante das finalidades traçadas pelos gestores que os levam a conduzir seu trabalho de forma desigual.

Outro aspecto importante é a dificuldade de atingir a satisfação do cliente, tendo em vista que, para os agentes, normalmente as pessoas com as quais se relacionam não estão entre seus principais grupos de referência. Se, por um lado, muitos aspectos do trabalho de burocracia do nível de rua promovem uma orientação para o cliente, por outro, ainda levam à redução do compromisso com esse trabalho.

Esses profissionais enfrentam um panorama de desafios e de incertezas entre os objetivos centrados no cliente e os objetivos organizacionais e, sendo assim, a capacidade dos burocratas de nível de rua em tratar as pessoas como indivíduos fica muito comprometida devido às necessidades impostas pelo sistema para que seja processado o trabalho rapidamente, tudo dentro da disponibilidade e – principalmente – da limitação dos recursos.

Desse modo, não se pode culpar apenas a burocracia de linha de frente pelas práticas problemáticas pois as condições de estrutura oferecidas e as situações que eles precisam lidar interferem bastante em sua atuação. É preciso entender essas restrições, mas, ao mesmo tempo, os agentes de rua devem encontrar uma forma de solucionar as orientações que não sejam aplicadas à prática de seus atos centrada no cliente, em contraponto a uma prática que seja conveniente e eficiente aos gestores.

Alguns autores como Gabriela Lotta (2010), em relação ao uso do conceito de Burocracia de nível de rua, defendem que eles inserem, muitas vezes, suas próprias ideias e valores nas práticas, modificando, assim, a política pública na sua implementação. Eles sugerem que a análise dos burocratas do nível da rua deve inserir variáveis cognitivas, tais como: valores, ideias e crenças dos próprios burocratas, pois, segundo eles, essas variáveis influenciam tanto as políticas públicas quanto a estrutura normativa e as condições estruturais das políticas pública.

Ainda conforme entendimento dessa autora, as práticas realizadas pelos implementadores e a interação entre os implementadores e os clientes, que se estabelecem ao longo da implementação, são elementos de grande importância na análise de políticas públicas. Lotta (2010), chama a atenção para a necessidade de entender quem são os implementadores, sua história com o serviço, quais são os seus valores, as suas ideias e as suas concepções e, ainda, como isso se integra ao seu trabalho e como isso se manifesta no seu cotidiano de trabalho.

Fica evidente que os burocratas de nível de rua também acabam impondo suas concepções pessoais no desempenho de suas funções no trabalho a partir do momento que se empenham mais em atender alguns clientes, admitindo que não têm condições de estender seus esforços a todos. Muitas vezes essas atitudes resultam na preferência em relação a determinados grupos sociais, ou, até a falta de preferência por algum grupo.

No Brasil e nos demais países, os burocratas de nível de rua formam a maioria de profissionais que atuam no setor público; é através deles que os direitos serão ou não adquiridos e, portanto, as desigualdades serão ou não reduzidas. Por esses motivos, necessário se faz dar a atenção devida ao seu trabalho para que aqueles que se preocupam com as políticas públicas possam ter um gerenciamento do Estado com maior eficácia.

Há de se considerar que as lideranças políticas, os legisladores, os formuladores de programas e os ocupantes de cargos de alta-direção – os chamados funcionários do topo – são os que elaboram as políticas públicas. No entanto, os burocratas de nível de rua – e que estão na outra

ponta – são os executores dessas políticas e a ação de conceder tarefas a outras pessoas sempre representa riscos pois, mesmo que estabelecidas metas e rotinas, não há como garantir que os extremos dessa pirâmide tenham interesses e objetivos comuns no sentido de sejam atendidos verdadeiramente os anseios da sociedade.

Na mesma linha, o entendimento de Lipsky (1980; 2010 p.66), referindo-se aos mecanismos que os burocratas desenvolvem para enfrentar à pressão do cotidiano, mesmo que sejam contrários às políticas organizacionais.

> Os burocratas de nível de rua têm interesse em garantir as condições de realização do trabalho. Os gestores, por outro lado, são devidamente orientados para os resultados. Eles se preocupam com a performance, com os custos de garantir a performance e os aspectos das políticas que podem expô-los a um questionamento crítico (LIPSKY ,1980; 2010 p.66).

As formas pelas quais os gestores podem exercer sua autoridade limitam a atuação dos burocratas de nível de rua, sendo que aqueles podem reduzir a lacuna entre o desempenho destes a fim de atingir o resultado da política almejado. Na busca da eficiência, uma boa triagem é a regra, devendo ser consideradas todas as especificidades de cada indivíduo. Todavia, os benefícios que seriam alcançados com a modificação desses objetivos para torná-los satisfatórios com o serviço – sendo que nem todos podem ser bem atendidos – não poderiam ser considerados benefícios públicos.

Como bem descreve Lipsky (2010), o termo "burocracia de nível de rua" reflete um paradoxo: como tratar os cidadãos de forma igualitária e ser sensível aos casos individuais. Seu trabalho é uma "busca pelo lugar do indivíduo no serviço público".

Os burocratas de nível de rua têm um impacto representativo na vida das pessoas e, por isso, motivam polêmicas no campo das políticas sobre a finalidade mais adequada para o exercício de suas funções e o foco dos serviços públicos. Esse impacto, de acordo com Lipsky(1980), pode ser exercido de várias formas:

> (...)Eles introduzem aos cidadãos as possíveis expectativas a respeito de serviços públicos e seu lugar na comunidade política; eles determinam a elegibilidade dos cidadãos a respeito de benefícios e sanções governamentais; eles supervisionam o tratamento (o serviço) que os cidadãos recebem nesses programas (LIPSKY,1980; 2019, p.39).

Portanto, a relação constitucional entre cidadãos e o Estado é interposta pelos burocratas de nível de rua, que dispõem do alicerce para uma dimensão de cidadania.

O uso da discricionariedade, as ações e os comportamentos decorrentes dessa atuação podem abrir novas dimensões para a incorporação das desigualdades sociais em relação à pesquisa de implementação de políticas públicas do nível de rua, de acordo com LOTTA e PIRES, (2019), pois as desigualdades sociais podem ser percebidas como elementos constitutivos da implementação de políticas públicas, uma vez que podem interferir nas tomadas de decisão e nos comportamentos dos trabalhadores de serviços, derivados de suas concepções do cliente; e na constituição de relações assimétricas e desiguais nas interações cotidianas desses trabalhadores com os usuários.

A aplicação dos direitos humanos a todos, indiscriminadamente, deve ser modulada no combate à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queers*, intersexuais, assexuados e outros – LGBTQIA+ – e na defesa de seus direitos. Essa é a consagração dos princípios fundamentais pelos quais todos os direitos humanos estão assegurados: a igualdade de valores e a igualdade de dignidade de todos os seres humanos.

Em relação à homossexualidade especificamente, vale destacar que a Organização Mundial da Saúde (OMS), depois de qualifica-la como transtorno mental durante mais de 40 anos, somente em maio de 1990 declarou que "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão". Todavia, esse posicionamento passou a vigorar como premissa para os países-membros das Nações Unidas somente em 1993, encerrando um ciclo de quase 2 mil anos nos quais a homossexualidade foi classificada como pecado, como crime e até como doença.

Até os dias atuais, a falta de uma legislação que assegure direitos individualizados que levem em conta as particularidades na manifestação de sua sexualidade é a causa das maiores injustiças que acontecem por meio de agressões e de discriminação que só aumentam a intolerância perante a sociedade. Esses problemas transcorrem da falta de direitos de liberdade e de condições econômico-sociais que interferem na qualidade de vida de todos, gerando outras múltiplas tensões no tocante a essa intolerância, dentre elas a não aceitação de diferenças culturais, de credos, de orientação sexual e de gênero, dentre outras.

No Brasil, no final da década de 70, através da abertura política e do fim da ditadura civil militar, inicia-se o movimento LGBT, fortalecendo-se, em consequência da difusão da AIDS, a partir de meados dos anos 80. Ficando conhecido como o câncer *gay*, como era inicialmente chamada a doença, serviu para estruturar definitivamente a luta pelos direitos da população LGBT no país. (FARIAS, 2002, p.12 apud GRIGOLETO, 2010,p.05).

Como sabemos, as políticas públicas surgem especialmente devido às situações de injustiça, de insatisfação e de perigo apresentadas pelos atores políticos ou sociais, direta ou indiretamente interessados, que pretendem tomar parte nas decisões do governo e lutar por sua cidadania. Essas demandas são incluídas na chamada Agenda Governamental de forma a integrar o planejamento das ações do governo. Neste ponto,
entra a importância dos burocratas de nível de rua, que atuam junto à sociedade e também conseguem identificar as necessidades e os anseios da população em geral, bem como de grupos específicos, sendo o elo de ligação entre cidadãos e o Estado e a relação constitucional que poderá surgir dessas demandas identificadas pela atuação deles.

A inclusão de temas vinculados à diversidade sexual parte da ação de organizações não governamentais e dos movimentos sociais da população LGBTQI+ na pauta de discussões não apenas no âmbito da sociedade, mas também no cenário político, através de debates no parlamento federal. Essas ações dão mais ênfase a uma agenda com propostas que podem levar à judicialização de medidas que atendam aos desejos dos homossexuais, tais como: casamento, adoção homoafetiva, mudança de sexo, direito de herança, dentre outros, de acordo com GRIGOLET0 (2010).

Os burocratas de nível de rua detêm, portanto, uma grande responsabilidade e devem ser capazes de prestar atendimento nas diversas situações da melhor maneira possível, mas não com igualdade de tratamento e, sim, respeitando as individualidades de cada integrante da sociedade, de maneira que as informações possam ser processadas de acordo com a verdade dos fatos, de forma justa, ponderada e apropriada, sem se render ao favoritismo, à estereotipagem e à conveniência, de maneira que sejam priorizados os interesses da organização e não os seus próprios interesses na facilitação de seu trabalho. Ou seja, utilizar a sua discricionariedade sem inserção de ideias, de valores e de conceitos particulares, exercendo dignamente seu papel de agente implementador de políticas públicas para que grupos sociais – a exemplo dos homossexuais, que continuam a ser discriminados e tão pouco representativos nas políticas públicas disponíveis – possam ter políticas públicas favoráveis à sua classe.

A conscientização desse papel dos agentes de rua tem que ser amplamente trabalhada pelos gestores. Não se podem mais aceitar os padrões de prática que tendem a limitar a demanda, a maximizar a utilização dos recursos disponíveis e a obter a conformidade do cliente para além dos procedimentos desenvolvidos por suas agências da forma como eles atuam, organizando seu trabalho para encontrar uma solução dentro das restrições orçamentárias que vivenciam; desta forma, eles modificam seu conceito sobre os clientes para tornar mais aceitável a lacuna entre realizações e objetivos. Muitos dos comportamentos padronizados dos burocratas de nível de rua -

e muitas de suas orientações subjetivas características - são entendidos como respostas ao problema da burocracia de nível de rua e essas respostas, erradas ou adaptadas, impedem a adoção de medidas que possibilitem o desenvolvimento de políticas públicas que realmente atendam aos anseios da população.

> Ao construir perfis administrativos dos usuários a partir de posições de dominação em relações de dependência estrutural, os agentes de implementação podem praticar violência simbólica e interferir no sentido de lugar e valor social dessas pessoas, impondo-lhes uma interpretação de sua existência social (BOURDIEU 1972, apud LOTTA e PIRES, 2019 p.143)

.

Assim, as interações de usuários e trabalhadores de beneficiários dos serviços podem perpetuar posições sociais subordinadas em relações estruturais de dominação, e reproduzir identidades sociais estigmatizadas – por exemplo, família não estruturada, indivíduo improdutivo – e tudo isso contribui para a continuidade do preconceito.

Considerando as transformações sociais e psicológicas que marcam a relação entre sociedade e Estado, enxergar a realidade e as necessidades dos homossexuais e de pessoas com qualquer outro tipo de orientação sexual é de extrema importância para a sociedade, preconizando a garantia da liberdade que é assegurada constitucionalmente a todo indivíduo independentemente de cor, raça, sexo, conforme o artigo 3°, IV da Lei Maior. Vale lembrar que o art. 5º, *caput*, da Constituição Federal destaca: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza"; portanto, é inaceitável qualquer tipo de distinção por conta da orientação sexual, sendo considerada conduta inconstitucional.

> Como se vê, a má atuação dos agentes de rua torna-se um espaço fértil para a reprodução das desigualdades sociais – seja por meio de preconceitos raciais, de gênero ou outras formas de viés e favoritismo – que ficam evidentes ao longo do tempo em culturas locais, regionais ou nacionais. (LOTTA e PIRES, 2019 p.138)

Portanto, é preciso rever a maneira como esses julgamentos são feitos uma vez que eles representam uma janela analítica para a investigação sobre como as desigualdades sociais podem penetrar e se reproduzir na implementação de políticas e serviços públicos.

Estamos vivenciando transformações sociais em um mundo pós-moderno com uma velocidade assustadora de informações através da tecnologia, e a sociedade evolui de forma a constituir novos modelos de arranjo familiar, afastando-se de normas religiosas e moralidade hegemônicas estabelecidas anteriormente, sem fronteiras ou barreiras, especialmente as culturais e as relativas aos costumes. Traduzir a realidade dos fatos na interação entre os burocratas de nível de rua e os clientes é, portanto, garantir a a implementação de políticas públicas de forma justa a todos os indivíduos.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a obtenção do êxito nesta pesquisa, foi feita uma pesquisa qualitativa, identificada segundo MENEZES e SILVA (2005, p. 20 e 21), quando há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

De acordo com HAGUETTE (p.63 e 64), os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser. A autora identifica situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter a observação direta, como é o caso em questão onde é observada a atuação da burocracia de nível de rua e sua influência na eficácia da implementação das políticas públicas, fortemente apoiados nos pressupostos teóricos do interacionismo simbólico.

Foi adotada como estratégia a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, especialmente livros e artigos disponibilizados na internet sobre a atuação da burocracia do nível de rua, tendo como principais referências LIPSKY (2019), LOTTA e PIRES (2019) e GRIGOLETO (2010), sendo portanto um artigo de revisão, que resume, analisa e discute informações já publicadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto tece considerações importantes sobre a burocracia do nível de rua e sua interação com os clientes, trazendo à tona os dilemas individuais desses personagens e revelando como de fato a atuação dos agentes de rua influencia na implementação das políticas públicas.

Em se tratando da população LGBTQI+ restou demonstrado o prejuízo que sofrem muitas vezes por conta da atuação deficiente dos agentes de rua, as injustiças que se cometem por omissão ou por falta de uma legislação que lhes assegure direitos específicos
– ou seja, que sejam voltados para a garantia de exercício da sua orientação sexual –, direitos esses que fazem parte das garantias constitucionais estabelecidas em favor de todos os indivíduos, sem qualquer tipo de distinção.

Essa ação injusta se dá principalmente através da agressão e da discriminação que agravam a intolerância às pessoas com orientação sexual para o mesmo sexo e, portanto, é de fundamental importância a implementação de políticas públicas para a concretização dos direitos dos homossexuais. A atuação da burocracia de nível de rua pode, pois, auxiliar na diminuição da intolerância que persiste em alguns locais e conduzir à consecução de medidas de melhoria da dignidade dos homossexuais.

É preciso estar atento para o contexto real deste momento do encontro face a face entre os cidadãos e os agentes implementadores, além de considerar todas as observações feitas pelos agentes para o momento da implementação das políticas públicas. Será a garantia de que estas anotações sejam feitas de forma a retratar a realidade da população e de suas diferentes necessidades o que possibilitará a desconstrução da figura passiva do cidadão, no tocante ao seu posicionamento quanto ao governo e às suas políticas públicas.

Ao final da pesquisa, restou demonstrado que a perspectiva interacionista resultante da atuação dos burocratas do nível de rua junto aos usuários de políticas e serviços públicos, considerada uma relação de coprodução, é indispensável e precisa ser valorizada. Caso contrário, se persistirem as intervenções negativas dos agentes sobre como os clientes verdadeiramente se identificam, percebem seu lugar e seu valor na sociedade, serão interferências no uso da discricionariedade dos burocratas do nível de rua que só reforçarão a perpetuação de formas de exclusão social não só dessas minorias
– ou seja, dos LGBTQI+ –, mas de todas as demais minorias assim entendidas em nosso convívio social.

BIBLIOGRAFIA

1. **CARVALHO**, V. A. Burocracia de nível de rua e os burocratas executores das políticas públicas. Espaço Público, v. 2, p. 114-119, dez. 2018.
2. **FARIAS**, J. **A homossexualidade e o preconceito na cidade de Rio Claro**. Disponível em:<http://www.jaimefariasweb.hpg.ig.com.br/links.htm>Acesso em: 21ago. 2002.

3. **GRIGOLETO**, Juliane,M.- **Políticas Públicas para Homossexuais**- Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 - Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010- GT 1. Gênero e políticas públicas – Coord. Silvana Mariano.

4. **HAGUETTE**, Teresa Maria Frota. | **Metodologias qualitativas na Sociologia**- 4ª Edição- Editora Vozes.

5. **LGBT- Politicas publicas ao seu alcance**- disponível em: https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/lgbt/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=11465&tagAtual=11465 acesso em 02/07/2020.

6. **LIPSKY**, Michael- **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos** / Michael Lipsky;- tradutor, Arthur Eduardo Moura da Cunha-Brasília: Enap, 2019.

7. **LOTTA**, Gabriela e **PIRES**, Roberto.R.C.- Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas- **Capítulo 4 – Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)- Rio de janeiro, 2019.

8. **LOTTA**, Gabriela.- **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade**. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

9. **MENEZES**, Estera M. e **SILVA**, Edna L. - **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4ª ed revisada e atualizada, 2005.

10. **PALMEIRA**, Jamili, S., **COELHO**, Denilson B., **FERNANDES**, Antônio, S.A., **BONELLI**, Francesco- **A atuação dos burocratas de nível de rua na implementação de políticas públicas no Brasil:** uma proposta de análise expandida**-** Cad. EBAPE.BR, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019.

11. **PERDIGÃO**, Tarcísio- **Burocratas do nível de rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado**- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)- X Jornadas de sociología de la UBA. 1 a 6 de Julio de 2013

12. **PRADO,** Elizabeth, A.de **J., SOUZA,** Maria de F.- **Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa**-Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 11(1), 69-80, mar, 2017.

Reflexões a cerca da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável
Reflections about the institutional dimension of sustainable development

Verônica Nascimento Brito Antunes [1]; Jacilene dos Santos Silva [2]

[1]ORCID nº https://orcid.org/0000-0003-2273-7460, Professora de Economia, Universidade Federal de Alagoas; Maceió; Alagoas; Brasil. veronica.antunes@feac.ufal.br.
[2] ORCID nº https://orcid.org/0000-0001-8312-4006. Pesquisadora; Universidade Federal de Alagoas; Maceió; Alagoas; Brasil. Jaci_cilene@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho examina o "*estado da arte*" da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável, versando especialmente sobre os esforços para retratar tal dimensão por meio de indicadores no Brasil. Em termos metodológicos, a pesquisa cumpre fins exploratórios, por meio de uma análise teórica-argumentativa da arquitetura institucional do desenvolvimento sustentável no Brasil. Quanto aos procedimentos utilizados para discussão, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Como resultado, confirma-se que a dimensão institucional do desenvolvimento sustentável revela um quadro genérico de esforços e capacidades institucionais pouco retratadas pelos indicadores em função da complexidade e insuficiência de dados e informações e sugere-se o fortalecimento da governança como solução para o aperfeiçoamento do quadro institucional no País.

PALAVRAS-CHAVE: indicadores do desenvolvimento sustentável no Brasil, quadro institucional, capacidade institucional.

ABSTRACT: The present work examines the "state of the art" of the institutional dimension of sustainable development, focusing on efforts to portray this dimension through indicators in Brazil. In methodological terms, the research fulfills exploratory purposes, through a analysis theoretical-argumentative of the institutional architecture of sustainable development in Brazil. As for the procedures used for discussion, a bibliographic research and documentary analysis is used. As a result, it is confirmed that the institutional dimension of sustainable development reveals a generic framework of institutional efforts and resources little portrayed by the indicators as a function of the complexity and insufficiency of data and information and the strengthening of governance as a solution for the improvement of the institutional framework in the country is important.

KEYWORDS: indicators of sustainable development in Brazil institutional framework institutional capacity.

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, frente à crise socioambiental global e da percepção de finitude dos recursos naturais e sua depleção, surge à noção de sustentabilidade nos debates sobre desenvolvimento. As principais causas da crise socioambiental mundial podem ser compreendidas a partir das ações antrópicas sobre os ecossistemas e o clima do planeta, do crescimento da população mundial, da miséria e pobreza não minimizadas pelo crescimento econômico, e da incapacidade institucional para solução dos problemas globais (SACHS, 2008).

Um dos primeiros estudos a apontar para o perigo de trajetórias de crescimento econômico contínuo e indiscriminado foi produzido pelo Clube de Roma que em 1972 publicou um relatório mundialmente conhecido como "*The limits to growth*" (MEADOWS, 1972). Esse relatório alertava para o gradativo aumento em escala global da maioria dos problemas ligados ao meio ambiente, rompendo com a idéia de ausência de limites para exploração dos recursos naturais, em clara contraposição à concepção dominante de crescimento contínuo da sociedade industrial,

popularizando a idéia de "crescimento zero" dada à impossibilidade de exploração dos recursos naturais "*ad infinitum*" para o contínuo processo de acumulação capitalista.

Na Conferência de Estolcomo (1974), Maurice Strong anunciou uma nova proposta, que foi colocada como alternativa ao termo desenvolvimento clássico – o Ecodesenvolvimento. Tal proposta representava uma "terceira via", colocando-se como alternativa à bipolarização, onde no debate, assumira por um lado a proposta do "crescimento zero" e, por outro, as reivindicações desenvolvimentistas dos países do terceiro mundo, o "direito ao crescimento" (Vieira, 2007).

Os principais aspectos para formulação dessa nova proposta foram articulados por Ignacy Sachs (1997). Esses aspectos abordavam prioritariamente a questão da educação, da participação e da preservação dos recursos naturais juntamente com a satisfação das necessidades básicas. O conceito de ecodesenvolvimento se referia inicialmente a algumas regiões de países subdesenvolvidos e foi um grande avanço na percepção do problema ambiental global, na medida em que se começou a perceber a interdependência entre desenvolvimento (ou seu modelo dominante) e meio ambiente.

Com a missão de refletir sobre a conciliação entre a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e propor uma agenda global, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), no ano de 1987, produziu um relatório denominado "Nosso Futuro Comum", também conhecido como relatório *Brundtland* que expõe a definição normativa mais clássica e difundida do conceito de desenvolvimento sustentável.

Apesar de todos os esforços empreendidos na compreensão e caracterização das mais diversas dimensões da sustentabilidade, o que tem prevalecido nos estudos sobre desenvolvimento sustentável é o tripé envolvendo as dimensões ambiental, social e econômica. A dimensão institucional do desenvolvimento sustentável passou a ser retratada por meio de indicadores a partir da publicação da segunda edição do popularmente conhecido como 'Livro Azul' em 2001, organizado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Organização das Nações Unidas (ONU) Organização das Nações Unidas. No Brasil, seguindo as orientações da CDS/ONU, com certas adequações a realidade nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 2002, publica a série Indicadores do Desenvolvimento Sustentável (IDS), estruturada nas quatro dimensões, e dividida em temas e sub-temas. Os indicadoresa institucionais da sustentabilidade estão divididos nos temas *Quadro Institucional e Capacidade Institucional*.

A noção de governança ambiental pode ser caracterizada como uma delimitação temática do conceito estendido à esfera do desenvolvimento sustentável e das políticas ambientais (FONSECA E BURSZTYN, 2009). Ao refletir sobre o arcabouço de normas e instituições que caracteriza a governança ambiental no Brasil, Cavalcanti (2003) admite a presença de avançada legislação sobre o meio ambiente, no entanto a aplicação das regras no mundo real ilustra bem os conflitos entre a economia e a ecologia que se observam no país.

Nesse contexto, o presente ensaio pretende examinar o "*estado da arte*" da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável, versando especialmente sobre os esforços para retratar tal dimensão por meio de indicadores no Brasil. Tem por finalidade ampliar o debate em torno do fortalecimento da governança como solução para o aperfeiçoamento do quadro institucional no País.

Em termos metodológicos, a pesquisa cumpre fins exploratórios e descritivos, por meio de uma análise teórica-argumentativa da arquitetura institucional do desenvolvimento sustentável. Quanto aos procedimentos utilizados para discussão, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental. As etapas da pesquisa são apresentadas são: levantamento bibliográfico do conceito de desenvolvimento sustentável e de suas dimensões; pesquisa documental de guias e relatórios, produzidos pela ONU e pelo IBGE, para compreensão da dimensão institucional da sustentabilidade e da elaboração e implementação de seus indicadores e do grau de alcance.

O trabalho está estruturado em três seções sendo a primeira esta introdução. A segunda seção aborda o referencial conceitual e teórico. Enfim, o artigo finalizará na terceira seção com uma conclusão do estudo.

O REFERENCIAL CONCEITUAL E TEÓRICO

Nas palavras de Sachs (1997), o **Ecodesenvolvimento** significa um "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder a problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio."

A definição do conceito destaca uma preocupação com os aspectos econômicos, sem esquecer de aspectos sociais e ambientais e engloba uma preocupação com a qualidade de vida e o compromisso com a preservação do meio ambiente para as gerações futuras (Montibeller-Filho, 1993) revelando características normativas que vem sendo gradualmente aprimoradas.

Na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, da *International Union for Conservation Nature* (IUCN), realizada no Canadá em 1986, o conceito de Desenvolvimento Sustentável e Equitativo foi apresentado como um novo modelo, tendo como princípios: a conservação do meio ambiente integrado ao desenvolvimento, satisfação das necessidades humanas fundamentais; alcance da eqüidade e justiça social, busca da autodeterminação social e da diversidade cultural, e a manutenção da integridade ecológica.

Em 1987, ano seguinte ao da Conferência da IUCN, com a missão de refletir sobre a conciliação entre a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e propor uma agenda global para a mudança de certos paradigmas, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), produziu um relatório denominado "Nosso Futuro Comum", também conhecido como relatório Brundtland que expõe a definição normativa mais clássica e difundida do conceito de desenvolvimento sustentável: "*o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades*" (CMMAD, 1991). Deste modo, a percepção da relação entre problemas do meio ambiente e o processo de desenvolvimento se legitima através do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES, 1997).

O relatório Brundtland amplia e aquece o debate acadêmico sobre o significado de desenvolvimento sustentável. De acordo com Nascimento (2012), a fórmula vaga reúne a força e a fraqueza da definição, pois deixa em aberto quais seriam as necessidades humanas atuais e das gerações futuras, entretanto introduz a noção da intergeracionalidade no conceito de sustentabilidade, associando-a à noção de justiça social, uma redução das desigualdades sociais e direito de acesso aos bens necessários a uma vida digna, e aos valores éticos, como um compromisso com as gerações futuras.

O aspecto dinâmico do conceito é ressaltado por Svedin (1987apudSACHS, 1997, p. 474) ao afirmar que:

> [...] o desenvolvimento sustentável não representa um estado estático de harmonia, mas, antes, um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a dinâmica dos investimentos, e a orientação das inovações tecnológicas e institucionais são feitas de forma consistente face às necessidades tanto atuais quanto futuras.

Reforçando o dinamismo da sustentabilidade, Bossel (1998) salienta que a sociedade e o meio ambiente se transformam continuamente, assim como as tecnologias, a cultura, os valores e as aspirações. Tudo se transforma constantemente e por isso uma sociedade deve verdadeiramente permitir e sustentar tais modificações.

É pertinente considerar a respeito da noção de sustentabilidade. Uma questão que influencia de forma decisiva a concepção e disseminação do que vem a ser sustentabilidade é a visão de mundo dos envolvidos (RACCICHINI e VINHA, 2017), tendo em vista que o enfoque da sustentabilidade é explorado em diversos campos do conhecimento. Assim, outra fonte de influência para formação do conceito de sustentabilidade são as visões e concepções institucionais.

Nesta perspectiva, podem ser identificados grupos que influenciaram a construção e disseminação do conceito de sustentabilidade, tais como: W*orld Commission on Environment and Development* (WCED, 1987) – Relatório Nosso Futuro Comum; *International Institute of Environment and Development* (IIED, 2001); *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), (MEBRATU, 1998). De modo geral, as visões institucionais têm como elemento central a definição de desenvolvimento sustentável dada pela Comissão *Brundtland* e o conceito de "satisfação das necessidades", sendo que as diferenças de interpretação são decorrentes das influências dos objetivos das instituições. Por ora seguiremos a noção de sustentabilidade prevista no Relatório.

AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

No *Relatório Brundtland*, são destacados três aspectos essenciais do desenvolvimento sustentável: proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social (CMMAD, 1991). Entretanto, é preciso considerar que a sustentabilidade é multidimensional, possui relações de interdependência entre as dimensões, compondo um sistema complexo, no qual o ser humano está inserido.

Cabe salientar, desta forma, que ela inclui mais do que as dimensões econômica, social e ambiental, freqüentemente mencionadas nos estudos sobre o tema.

Ao tratar os conceitos de "Ecodesenvolvimento" e "Desenvolvimento Sustentável" como sinônimos[31], Ignacy Sachs (1993, p. 24-27) assume que todo o planejamento voltado para o desenvolvimento precisa levar em conta, simultaneamente, cinco dimensões de sustentabilidade:

a) **social** (combater a pobreza e construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres),

b) **econômica** (a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial, visando a promoção de mudanças estruturais que atuem como estimuladores do desenvolvimento humano sem comprometer o meio ambiente),

c) **ecológica** (relacionada à preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade propõe um sistema produtivo mais eficiente com soluções ecologicamente corretas e economicamente viáveis através do uso de tecnologias limpas e fontes de energia alternativa renováveis, bem como definição de normas para uma adequada proteção ambiental),

d) **espacial ou geográfica** (voltada para uma configuração rural-urbana equilibrada, melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas) e,

e) **cultural** (referente ao respeito pelas especificidades culturais, identidades e tradições das comunidades locais, valorizando a continuidade das tradições e pluralidade dos povos).

Anos depois o próprio Sachs (2002), amplia a abordagem sobre o alcance do desenvolvimento sustentavel ao introduzir três diferentes dimensões que podem ser analisadas de forma conexa:

f) **ambiental** (engloba o respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais),

g) **política nacional** (envolve a democracia, um nível razoável de coesão social, os direitos humanos e desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto Nacional em parceria com todos os empreendedores),

h) **política internacional** (baseada na promoção da paz e da cooperação internacional, do controle financeiro internacional, aplicação do Princípio da Precaução na gestão domeio ambiente e dos recursos naturais proteção à diversidade biológica e cultural e da cooperação científica e tecnológica).

Os autores Lage e Barbieri (2001) acrescentam outras duas dimensões: a dimensão política que se refere à criação de condições que permitam a participação efetiva no planejamento e

[31] Ignacy Sachs deixa explícito na discussão que faz sobre o Marco Conceitual (1993, p. 19-24), que mesmo concordando com as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland, considera que os pontos em comum entre este e o Ecodesenvolvimento são suficientes para poder adotá-los como sinônimos.

controle social das políticas públicas por parte da sociedade civil; e a dimensão tecnológica que se refere à promoção do desenvolvimento científico e tecnológica local.

Abrangendo as dimensões psicológica, social e cultural, Marrul Filho (2000) e Jacobi (2003), enfatizaram a prática da educação ambiental tomando por base a necessidade da compreensão da cultura e realização do bem–estar individual, como elementos constituintes do desenvolvimento sustentável.

Apesar de todos os esforços empreendidos na compreensão e caracterização das mais diversas dimensões da sustentabilidade, o que tem prevalecido nos estudos sobre desenvolvimento sustentável é o tripé envolvendo as dimensões ambiental, social e econômica.

Desses três componentes fundamentais, surge o que Elkington (1999) denominou como *triple bottom line*[32], na qual a sociedade busca o equilíbrio entre o que é "*socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente sustentável*". O mais importante, na abordagem das três dimensões da sustentabilidade empresarial, é o equilíbrio dinâmico entre as dimensões econômica, social e ambiental.

Cumpri considerar que a concepção de desenvolvimento sustentável contempla a multidimensionalidade que ela inclui mais do que as dimensões econômica, social e ambiental, freqüentemente mencionadas nos estudos sobre o tema. Fundamentando-se nessa orientação, é perceptível efetivamente a importância de incorporar a dimensão institucional, pois como propõe Silva e Cheaz (2001, p.5), "*não há desenvolvimento sustentável sem organizações de desenvolvimento sustentável*". Neste sentido, a dimensão institucional da sustentabilidade contempla um:

> [...] conjunto de todas as 'regras' formais e informais que moldam a natureza de sua identidade, influenciam a intensidade e qualidade de sua dinâmica e direcionam os compromissos associados ao seu propósito. Entre estas 'regras do jogo' se encontram as leis, políticas, premissas, enfoques, planos, prioridades, estratégias, normas, mecanismos institucionais, etc.(SILVA E CHEAZ, 2001, p.6).

Entre outros aspectos, a sustentabilidade institucional corresponde à existência, de um arcabouço institucional para fazer face ao planejamento, estratégias e ações específicas para a gestão e governança que garanta a qualidade ambiental.

OS INDICADORES DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um dos principais resultados da ECO 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi o reconhecimento do compromissos das nações e do importante papel que indicadores podem ter no auxílio a políticas públicas para a tomada de decisões para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Na Agenda 21 Global, foram apresentadas as seguintes considerações a respeito dos indicadores de desenvolvimento sustentável:

i) É preciso desenvolver indicadores do desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para a tomada de decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade auto-regulada dos sistemas integrados ao meio ambiente e desenvolvimento;

ii) Os países no plano nacional e as organizações governamentais e não-governamentais no plano internacional devem desenvolver o conceito de indicadores do desenvolvimento sustentável a fim de identificar esses indicadores e;

[32] Conceito que define os três pilares norteadores de decisões e ações relacionadas à gestão organizacional, aproximando o conceito de responsabilidade social corporativa do conceito da sustentabilidade (Elkington, 2006apud Maia e pires, 2011). Ressalta a necessidade de integração das dimensões econômica e social para realizar um progresso ambiental, expressando o fato de que uma organização pode adicionar ou destruir valor, de acordo com seu desempenho, fundamentado, simultaneamente, no pilar econômico, social e ambiental (Elkington, 2006).

iii) Os países e as organizações internacionais devem rever e fortalecer os sistemas e serviços de informação em setores relacionados com o desenvolvimento sustentável nos planos local, provincial, nacional e internacional.

Os indicadores podem ser agrupados em categorias, envolvendo assuntos econômicos, sociais, institucionais e ambientais com as seguintes características: relevantes ao objetivo principal para medir o progresso ao desenvolvimento sustentável; compreensíveis, claros e sem ambigüidades; realizáveis dentro da capacidade dos governos, de acordo com sua logística, capacidade técnica e outras limitações; teoricamente bem fundamentados e adaptáveis ao futuro.

A iniciativa da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Organização das Nações Unidas (ONU) foi a criação no ano de 1995, do Plano de Trabalho para o Desenvolvimento de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. O plano deu origem a primeira edição de um guia, denominado "*Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies"*, popularmente conhecido como 'Livro Azul', estabelendo um conjunto de 134 indicadores para avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, definidos nas dimensões social, econômica e ambiental. Sua principal função é nortear as nações na identificação e implementação de indicadores que favoreçam a compreensão de múltiplas interações que ocorrem e que fundamentam o desenvolvimento susutentável, portanto, não apresenta rigidez na determinação do conjunto de indicadores que deve ser utilizado, tendo em vista as diversidades e especificidades dos países (UNITED NATIONS, 1996).

A dimensão institucional do desenvolvimento sustentável passou a ser retratada por meio de indicadores a partir da publicação da segunda edição do Guia, em 2001. Este documento oficial resulta reuniões, discussões e testes que ocorreram a partir de meados da década de 1990 e agregada 59 indicadores das quatro dimensões(UNITED NATIONS, 2001).

De forma estrutural no programa de trabalho da CSD, orienta-se a seleção de indicadores de desenvolvimento sustentável evoluído a partir do modelo *driving force–state-response* (DSR), indicando uma variação do modelo pressure-state-response (PSR).

O conceito de pressões (subentendido como impactos negativos) foi substituído pelo de força motriz (que pode descrever tanto impactos negativos e positivos).

Preliminarmente a CDS organizou os capítulos da Agenda 21 em quatro dimensões primárias de desenvolvimento sustentável, social, econômica, ambiental e institucional. Dentro destas categorias, os indicadores foram subclassificados de acordo com a sua força motriz, características do estado e resposta. Nessa motivação, a força motriz representa o que está por trás das pressões – as atividades humanas, processos e padrões que provocam impactos sobre sobre o meio ambinete (CARVALHO; BARCELLOS, 2010).

Os indicadores de estado fornecem uma leitura sobre a condição, enquanto os indicadores de resposta representam ações sociais voltadas para o alcance do desenvolvimento sustentável. Esta estrutura organizacional era um importante ponto de partida para a identificação e seleção de indicadores e foi usada para apresentar uma lista preliminar de indicadores de desenvolvimento sustentável na publicação.

Os temas importante sugeridos pela CDS para a dimensão institucional foram: integração entre os tomadores de decisão; capacidade de construção; ciência e tecnologia;conscientização da sociedade e informação; governo e papel da sociedade civil; cooperação e convenções internacionais; capacidade da defesa civil; programas legislativos e institucionais; participação da sociedade civil. A partir de alguns testes realizados em 22 países, dentre os quais o Brasil, definiu-se uma estrutura de 15 temas e 38 sub–temas, organizados nas quatro dimensões, como orientação para formulação de indicadores pelos países.

Apesar do modelo DSR ter-se mostrado útil para organizar os indicadores e testar o processo, o foco da estrutura de analítica foi redirecionado para: enfatizar políticas ou temas principais; tornar o valor do uso do indicador mais óbvio e estimular o envolvimento de governos e da sociedade civil no uso e teste dos indicadores (UNITED NATIONS, 2001).

A seguir, o Quadro 1 apresenta os temas, sub-temas e os indicadores sugeridos pela CDS/ONU para construção dos indicadores da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável.

Quadro 1. Temas, sub-temas e indicadores de sustentabilidade para a dimensão institucional

Tema	Sub-tema	Indicador
Programas Institucionais	Implementação de estratégica de Desenvolvimento Sustentável	Estratégia de desenvolvimento nacional sustentável
	Cooperação Internacional	Implementação de acordos globais ratificados
Capacidade Institucional	Acesso à informação	Número de usuários de Internet a cada 1.000 habitantes
	Infra-estrutura de Comunicação	Número de linhas telefônicas a cada 1.000 habitantes
	Ciência e Tecnologia	Percentual do PIB aplicado em ciência e tecnologia
	Defesa Civil	Perdas econômicas e humanas frente a catástrofes

Fonte: elaborado a partir de UNITED NATIONS, 2001.

Em sua terceira edição, publicada no ano de 2007, o guia CDS/ONU apresenta um conjunto básico de 50 indicadores mais 46 acessórios que estabelecem relações com a Agenda 21, com Plano de Implementação de Joanesburgo, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O conjunto básico de indicadores cumpre três critérios: a) abordam questões que são relevantes para o desenvolvimento sustentável na maioria dos países, b) fornecem informações críticas não estão disponíveis a partir de outros indicadores do núcleo, c) podem ser facilmente calculados pela maioria dos países (dados já disponíveis ou com possibilidade de ser levantados em tempo razoável e baixo custo). Já, os indicadores acessórios podem ser caracterizados como fornecedores de informações complementares, não relevantes para determinados países e não facilmente disponíveis para a maioria dos países.

O conjunto de indicadores da nova publicação é estruturado em temas e sub-temas, assim como a versão de 2001, entretanto não apresenta a mesmo divisão dos indicadores nas quatro dimensões (social, econômico, ambiental e institucional).

Conforme a Comissão, esta mudança enfatiza a natureza multidimensional do desenvolvimento sustentável e reflete a importância da integração das suas dimensões. Consequentemente, novos temas transversais, tais como a pobreza e os riscos naturais foram introduzidos como mostra o Quadro 2.

Quadro 2. Novo arranjo de temas sugeridos pela CDS/ONU

Temas dos Indicadores CDS de Desenvolvimento sustentável			
Pobreza	Governança	Saúde	Demografia
Perigos Naturais	Ambiente	Terra	Educação
Biodiversidade	Desenvolvimento Econômico	Os padrões de consumo e produção	Parceria Econômica Mundial
Oceanos, mares e zonas costeiras e de água doce			

Fonte: UNITED NATIONS, 2007.

ISSN 2316-8021

Em observação as novas temáticas propostas na terceira edição dos Indicadores CDS/ONU, verificamos que o tema Governança é o que mais se aproxima dos temas da dimensão institucional (quadro institucional e capacidade institucional) da versão anterior. Entretanto, o tema Governança só apresenta dois indicadores do conjunto básico e nenhum do grupo de acessórios são eles: i) Percentual da população que pagou subornos e ii) Número de homicídios intencional por 100.000 habitantes.

No Brasil, seguindo as orientações da CDS/ONU, com certas adequações a realidade nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 2002, publica a série Indicadores do Desenvolvimento Sustentável (IDS), estruturada nas quatro dimensões, e dividida em temas e sub-temas. No que tange a dimensão institucional, são apresentados dois temas:

QUADRO INSTITUCIONAL E CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Na primeira série publicada pelo IBGE, foram apresentados quatro indicadores para dimensão institucional. No ano de 2004, foi incluído no tema quadro institucional o indicador *Existência de conselhos municipais*, e no tema capacidade o indicador *Acesso a internet*, estrutura que foi mantida na edição de 2008.

Devido a falta de atualização dos dados disponíveis, na série do ano de 2010, o indicador existência de conselhos municipais foi modificado, limitando-se aos *conselhos municipais de meio ambiente* e o indicador *gastos públicos com a proteção ao meio ambiente* foi eliminado.

A quinta publicação IDS/IBGE 2012, apresenta 16 temas, 62 indicadores, dentre os quais nove que retratam a dimensão institucional, com avanços no sentido de avaliação da governança como sugerido pela CDS/ONU.

A mais recente publicação do IDS/IBGE, intitulada "Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015" manteve a finalidade das últimas edições. Permite o acesso a um sistema de informações para a supervisão da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro, introduz novos indicadores, além de atualizar indicadores já publicados. Estes novos indicadores configuram as recomendações apontadas pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), da Organização das Nações Unidas (ONU), no documento *Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies*, o chamado Livro Azul, em 2007 (IDS/IBGE 2015).

A referida edição, com as modificações, apresenta 63 indicadores, na qual a maior parte desses são indicadores publicados na edição 2012. Dentre esses indicadores 12 compreendem a dimensão institucional. Conforme o IDS/IBGE 2015 houve modificação no indicador Acesso *à Internet* (para seguir as sugestões da ONU), em que as informações passaram a ser disponibilizadas sobre o número de usuários de Internet por 1000 habitantes. Os novos indicadores, dessa dimensão, buscam agregar o quadro da estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável (IDS/IBGE 2015).

O indicador *Patrimônio cultural* representa a diversidade cultural e ambiental caracterizado pelo patrimônio cultura (natural, material e imaterial) reconhecido no país e mundialmente. Atualmente no Brasil há 11 bens culturais e oito naturais considerados patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação Unesco. O indicador Legislação ambiental mostra que existe legislação própria para tratar da questão ambiental no município. Já o *Fundo Municipal de Meio Ambiente* trata da existência de Fundo Municipal de Meio Ambiente nos municípios do país com o objetivo de garantir recursos financeiros que se fazem necessários para o desenvolvimento das ações da política de meio ambiente.

O Quadro 3, abaixo, ilustra a evolução, ao longo dos ano 2002, 2012 e 2015, na construção de indicadores da dimensão institucional pelo IBGE.

ISSN 2316-8021

Quadro 3. Indicadores da dimensão institucional construídos pelo IBGE

Tema	**Indicadores**		
	2002	**2012**	**2015**
Quadro Institucional		Ratificação de acordos globais	Ratificação de acordos globais
		Conselhos Municipais de Meio Ambiente	**Legislação ambiental**
	Ratificação de acordos globais	Comitês de Bacias Hidrográficas	Conselhos Municipais de Meio Ambiente
		Organizações da sociedade civil	Comitês de Bacias Hidrográficas
			Organizações da sociedade civil
Capacidade Institucional	Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
	Acesso aos serviços de telefonia	Acesso aos serviços de telefonia	**Fundo Municipal de Meio Ambiente**
		Acesso à Internet	Acesso aos serviços de telefonia
		Agenda 21 Local	Acesso à Internet
		Articulações Interinstitucionais dos Municípios	Agenda 21 Local
			Patrimônio Cultural
			Articulações Interinstitucionais dos Municípios

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado a partir de IDS/IBGE 2002, 2012 e 2015.

O Quadro 3, os principais avanços foram realizados na tentativa de verificar a presença de mecanismos de governança do desenvolvimento sustentável a partir da participação da sociedade civil, dos processos de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos (articulações interinstitucionais dos municípios), de arranjos institucionais que implantam mecanismos participativos de escuta às demandas da população e de acompanhamento de ações governamentais (Comitês de Bacias Hidrográficas, Fórum da Agenda 21 Local).

Com a complexidade da temática, não contamos com larga produção estatística o que resulta numa menor disponibilidade de dados e em lacunas importantes, entre as quais melhores diagnósticos de gestão e governança voltados para o desenvolvimento sustentável.

O FORTALECIMENTO DO QUADRO INSTITUCIONAL: O APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA COMO SOLUÇÃO

A evidente fragilidade das organizações multilaterais de governança diante das externalidades transfronteiriças com implicações globais, ressalta o paradoxo da inexistência de tarefas coordenadoras justamente quando o mundo está se revelando cada vez mais interdependente (MAY, 2007).

De certa forma, o paradoxo se reproduz em outras escalas, onde não existem propostas de integração de políticas, articulação entre os setores e são raras as ações transversais, um exemplo disso é que não existe no Brasil uma 'Estratégia ou Plano Nacional de Desenvolvimento sustentável'.

Com o intuito de avaliar progressos e lacunas existentes, renovar o compromisso dos países, bem como discutir novos desafios rumo ao desenvolvimento sustentável, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), mais conhecida como Rio+20, enfatizou dois temas - ***economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável***.

Como preparação para a Conferência, foi publicado no ano de 2010 pela ONU, um relatório intitulado *"Objective and themes of the United Nations Conference on Sustainable Development*", com a proposta de levantar questões sobre como o foco em uma economia verde e como o quadro institucional podem dinamizar a agenda de desenvolvimento sustentável dos países.

No que diz respeito ao quadro institucional, o Relatório destaca o crescimento da participação de arranjos informais, acordos voluntários, redes e arranjos da sociedade civil, estabelecidos em muitas circunstâncias por atores não governamentais, ampliando o arcabouço tradicional que reúne entidades formais, organizações envolvidas na criação de políticas e realização de atividades. Entretanto, apesar desses avanços, os mecanismos de articulação e integração são insuficientes para garantir coerência e coordenação das políticas, dos programas e ações em geral voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o fortalecimento do quadro institucional diz respeito ao empenho de todos os países e de todos os níveis sub-nacionais de governo, como também da sociedade civil em implementar políticas e programas que integrem as dimensões econômica, social e ambiental, em fortalecer mecanismos de empoderamento, coordenação e articulação entre os atores. Para tanto, de acordo com a ONU, alguns objetivos devem ser contemplados (United Nations, 2010):

a) *Garantir a coerência e a integração das políticas* (consiste na integração de objetivos econômicos, ambientais e sociais na formulação de marcos legais, implementar de forma integrada políticas e instrumentos de gestão, bem como integração vertical entre os diferentes níveis de governo e horizontal entre instituições setoriais);

b) *Delinear melhor as análises, avaliações e pareceres científicos sobre os riscos naturais e bem-estar humano* (muitas avaliações a nível internacional tem sido realizadas, porém as influências sobre a formulação de políticas são diversas. Neste sentido, é preciso melhorar a articulação entre ciência e política a partir do aprimoramento das bases de dados, e facilitar e acesso a informação dos tomadores de decisão e dos cidadãos);

c) *Fortalecer a implementação, o monitoramento e accountability* (tendo em vista a aparente desconexão entre as entidades normativas e executivas com relação ao compromisso assumidos a nível global, é preciso fortalecer as instituições e processos envolvidos, bem como a prestação de contas);

d) *Limitar a sobreposição ou duplicidade de atividades* (estabelecimento de mecanismos de coordenação com o objetivo de viabilizar a cooperação e o compartilhamento de informações entre as entidades);

e) *Aumentar a participação* (considerado objetivo de alta prioridade, o aumento da participação dos grupos, em especial dos pobres e marginalizados nas tomadas de decisão, ajuda na integração das dimensões, na formulação e execução de políticas. Melhor acesso dos pobres a informação e dar voz aos grupos marginalizados na tomada de decisão, são meios de '*empowerment*');

f) *Fortalecer as capacidades nacionais e locais para o desenvolvimento sustentável* (em última instância, o sucesso ou o fracasso do desenvolvimento sustentável assenta em sua implementação a nível nacional e local. A implementação, por sua vez, depende do fortalecimento de mecanismos institucionais que tratam de formulação, coordenação, execução e revisão de políticas. Neste sentido, esforços para superar abordagens estritamente setoriais por meio de processos que integram diferentes setores e diferentes níveis de governo, bem como maior participação das partes

interessadas no processo decisório, intensificam os esforços de capacitação rumo a novos padrões de produção e consumo sustentáveis).

Tendo como base os objetivos mencionados anteriormente, Mello (2013) buscou verificar quais aspectos institucionais relevantes no Relatório de preparação para a Rio+20 são abordados pelas pesquisas sobre indicadores da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável.

Para tanto, identificou 13 artigos pertinentes ao assunto e realizou análises confrontando os indicadores utilizados nos respectivos artigos com os objetivos mencionados no relatório. Em conlusão, as pesquisas sobre indicadores da dimensão institucional contemplam parcialmente os objetivos abordados no relatório da ONU, bem como o artigo chama a atenção para existência de uma lacuna na discussão mais aprofundada sobre a dimensão institucional do desenvolvimento sustentável, em especial no que diz respeito a governança.

Cabe salientar que a própria Rio+20, não avançou na criação de um mecanismo de governança ambiental global ou no fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) como havia proposto nos seus objetivos (VIOLA; FRANCHINI, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação e multidimensionalidade dos conflitos que envolvem aspectos econômicos, sociais e ecológicos verificadas não só no Brasil, mas em toda parte do mundo, nos remete a necessidade de considerar outros aspectos associados a governança de recursos naturais.

O panorama apresentado da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável revela um quadro genérico de esforços e capacidades institucionais pouco retratadas pelos indicadores em função da complexidade e insuficiência de dados e informações.

De forma alternativa para melhor avaliar essa dimensão seria a construção de novos indicadores, por outro lado, a própria ONU sugere que a dimensão institucional precisa ser aprimorada a partir do fortalecimento da governança do desenvolvimento sustentável.

Nesse aspecto, para romper com o isolamento político, institucional e administrativo que tem caracterizado a atuação de organizações e atores que operam no País, torna-se necessária uma estrutura de incentivos a cooperação e crie condições institucionais de coordenação.

Aprofundando sobre o papel da governança enquanto instrumento de coordenação e considerando que as interações são multidimensionais, é preciso contemplar uma noção de governança que verse sobre a transposição do protagonismo do Estado regulador/coordenador e dos limites político-administrativos das ações.

REFERÊNCIAS

1. BOOSEL, H. Earth at a crossroads: paths to a sustainable future. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
2. CARVALHO, P. G, BARCELLOS, F.C. Mensurando a Sustentabilidade. In: MAY, Peter (org). Economia do meio Ambiente: teoria e prática, 2ªedição, Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.
3. CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
4. IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 7 nov. 2013.
5. _____. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 7 nov. 2013.
6. _____. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 7 nov. 2013.
7. _____. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 7 nov. 2013.

8. _____. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 7 nov. 2013.
9. _____. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.
10. JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
11. LAGE, A. C.; BARBIERI, J. C. Avaliação de projeos para o desenvolvimento sustentável: uma análise do projeto de energia eólica do Estado do Ceará, com base nas dimensões da sustentabilidade. In: Anais ENANPAD 2001, Campinas, 16 a 19 de setembro de 2001.
12. MAY, P. H. Como superar as contradições entre crescimento e sustentabilidade nos BRICS? In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - Governança Ambiental: Implicações para o Semi-Árido Brasileiro, 2007, Fortaleza, CE. Anais: VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2007. v. 1.
13. MARRUL FILHO, S. Do desenvolvimento para além do desenvolvimento. In: QUINTAS, J. S. (org.). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: IBAMA, 2000.
14. MEADOWS, DENNIS L. et al. The Limits to Growth Universe Books, New York, 1972.
15. MMA- Ministério do Meio Ambiente. AGENDA 21 Brasileira. Disponível em: http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo =908. Acessado em 013 de dezembro de 2019.
16. NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, v.26, n. 74, São Paulo, 2012.
17. RACCICHINI, Andrea; VINHA, Valéria Gonçalves. Mudança institucional e sustentabilidade no setor de petróleo e gás. Revista de Economia da UEG. Vol. 13, N.º 1, jan/jun. 2017.
18. SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.
19. SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural urbana. Os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (orgs.). Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.
20. SACHS, J. Common wealth: economics for a crowded planet. Penguin, 2008.
21. SILVA, J. S. CHEAZ. La dimensión institucional del desarrollo sostenible. 2001. Proyecto "Nuevo Paradigma"; Servicio Internacional para la Investigación Agrícola Nacional (ISNAR), Mimeo, 2001.
22. SVEDIN, U. The challenge of sustainability: the search for a dynamic relationship between ecosvstemic, social and economic factors. In: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Vilnus (URSS) 22-26 de jun. de 1987. Anais. [Mimeo].
23. UNITED NATIONS. Consultative relationship between the United Nations and nongovernmental organizations. The Economic and Social Council, Recalling Article 71 of the Charter of the United Nations. 49th plenary meeting 25 July 1996.
24. _____. Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies. New York, USA, 2001. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/publications/indisdmg2001.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.
25. _____. Objective and themes of the United Nations Conference on Sustainable Development. Report of the Secretary-General. 2010. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=400&nr=10&menu=45 >. Acesso em: 30 outubro 2013.

26. VIEIRA, P. F. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação: de Estocolmo a Johanesburgo. In: SACHS, I. Rumo à Ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Corteza, 2007.

27. VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cad. EBAPE.BR [online]**. v.10, n.3, pp. 470-491, 2012. ISSN 16793951.

28. WCED Our common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987. Mebratu,.Sustainability and sustainable development : Historic al and conceptual review.Environmental Impact Assessment Review, 1998.

ISSN 2316-8021

Trabalhadores do Mar: A Mulher e a Pesca Artesanal em Jequiá da Praia, em Alagoas- Brasil

Sea Workers: Women and Artisanal Fisheries in Jequiá da Praia, in Alagoas- Brazil

Ana Carolina Beltrão Peixoto[1]; Rodrigo Borges Fontan[2]

[1]ORCID nº http://orcid.org/0000-0002-7468-2441, Professora Titular; Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL; Maceió, Alagoas, Brasil. anacarolina.beltrao@uneal.edu.br;
[2]Mestrando, Pesquisador. http://orcid.org/0000-002-3248-4375; Instituto de Direito Público – IDP; Brasil; rodrigo@rodrigofontan.com.br.

RESUMO: A pesca é uma atividade importante do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental. Pesca artesanal é aquela onde os pescadores autônomos sozinhos ou em parcerias participam diretamente da captura, usando instrumentos simples. No Brasil, representa 55% do peixe que é consumido. Segundo Tunstall (1969), os pescadores embarcados formam uma categoria de trabalhadores de difícil organização em órgãos de classe e explica sua mobilidade como uma força de guardar a liberdade no embarque. A estabilidade não seria um valor apreciado pelos trabalhadores do mar, a inconstância no embarque é explicada como uma forma de se proteger das condições de trabalho a que estão submetidos, sujeitos a acidentes de trabalho no convés e com as redes. Portanto a ausência de esquema de emprego, as duras condições de vida, a concentração de pescadores nas áreas urbanas e o contato com operários sindicalizados são fatores responsáveis pelo aparecimento das colônias de pescadores.

PALAVRAS-CHAVE: Pescadores, Mulher, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: Fishing is an important activity from an economic, social, cultural and environmental point of view. Artisanal fishing is one where self-employed fishermen alone or in partnerships participate directly in the catch, using simple instruments. In Brazil, it represents 55% of the fish that is consumed. According to Tunstall (1969), the fishermen on board form a category of workers that are difficult to organize in class bodies and explain their mobility as a force to keep freedom on boarding. Stability would not be a value appreciated by seafarers, the inconsistency in boarding is explained as a way to protect themselves from the working conditions to which they are subjected, subject to work accidents on deck and with nets. Therefore, the absence of a job scheme, the harsh living conditions, the concentration of fishermen in urban areas and the contact with unionized workers are factors responsible for the appearance of the fishing colonies.

KEYWORDS: Fishermen, Women, Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

A pesca é uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem em período anterior ao Neolítico. O importante a se ressaltar nessa rápida história é o conhecimento acumulado pelos pescadores durante esses vários séculos sobre o comportamento das espécies capturadas, a época de sua reprodução e a concentração de cardumes (DIEGUES, 2004).

De acordo com Fabris (1997), mais da metade da população brasileira vive a menos de 60 quilômetros das águas costeiras. A ocupação da zona costeira deve-se principalmente à facilidade de acesso aos portos, às suas belezas naturais, à facilidade de transporte e, especialmente à grande produção biológica nos seus diversos ecossistemas. Estes ecossistemas, quando controlados

naturalmente, têm se mostrado altamente produtivos e ecologicamente importantes, como é o caso de ilhas costeiras, desembocadura de rios, costões rochosos, enseadas e áreas protegidas.

Segundo Borghetti (2000), a pesca e aqüicultura brasileiras são atividades importantes na produção de proteína para a população, bem como de estratégia da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e de geração de tecnologias limpas para a produção e incremento da aqüicultura de organismos aquáticos. A sustentabilidade dos recursos pesqueiros nas bacias hidrográficas depende da adoção de alternativas que considerem os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais de forma integrada, bem como o equilíbrio entre a necessidade e as limitações, estabelecendo o princípio da economia ecológica.

A atual realidade sócio-econômica alagoana revela a necessidade de alterar as condições de concentração de conhecimento, poder e riquezas; de promover mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas, ampliando a esfera pública para a transformação socialmente mais justa das relações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade.

Para que essas mudanças sejam de fato implementadas, a identificação, mobilização e aproveitamento de recursos endógenos existentes nas localidades deve ser concomitante à atração, à negociação e à captação de recursos exógenos, como forma de potencializar a mobilização para o desenvolvimento dos territórios produtivos em Alagoas.

Dentro do contexto histórico de desenvolvimento e ocupação, a produção em Alagoas passou por três momentos ao longo do tempo: o primeiro momento, com a necessidade de serem vencidas as barreiras físicas para produzir, onde a base geomorfológica e fisiográfica determinou "o quê" e "onde" produzir a hidrografia é a principal via de comunicação e escoamento da produção, aproveitando a navegabilidade dos diversos rios do Estado, em especial os rios São Francisco, Mundaú, Paraíba e Manguaba (séc. XVI, XVIII e XVIII); o segundo momento, com a necessidade de serem vencidas as barreiras quantitativas para produzir, onde as físicas são superadas pelas ferrovias e estradas, ampliando-se o "quanto", com áreas de produção expandidas para o interior do Estado, dentro da lógica de acumulação de bens e capital (séc. XVIII, XIX e XX), e o terceiro momento, com a necessidade de serem vencidas as barreiras qualitativas da produção de bens e serviços, onde a velocidade da informação configura a atual era da interatividade e do conhecimento. Para produzir não basta apenas se ter o "quê", o "onde", nem o "quanto".

É decisivo nos dias de hoje, para a competitividade sistêmica da produção, agregar aos territórios, além dos fatores anteriormente citados, a qualidade e inovação permanentes. O "como" produzir passou a ser determinante para a sustentabilidade dos empreendimentos (fins do séc. XX e início do XXI).

As mudanças culturais da sociedade, que geram exigências de um mercado globalizado, determinam a necessidade de adaptação dos territórios à nova lógica de produção para a sua competitividade sistêmica e desenvolvimento sustentável. O conhecimento acumulado, a partir de trabalhos desenvolvidos sobre Alagoas, fundamentou a elaboração de hipóteses de constituição de territórios produtivos no Estado, a partir do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, o DLIS.

Com base no processo de DLIS instalado em mais de 70% do Estado, foi possível estabelecer um canal de interlocução ativo e privilegiado com os territórios, a partir dos Fóruns instalados. Através de encontros e reuniões sistemáticas, lideranças locais já refletem e agem no pequeno âmbito em relação às potencialidades e entraves para o desenvolvimento de seus municípios e regiões. As questões produtivas são abordadas, num contexto de necessidade de inclusão social pelas pequenas atividades.

Através das ações dos projetos setoriais, o SEBRAE/AL adquiriu uma expertise nos setores produtivos identificados como potenciais para a especialização. As demandas deixam de ser organizadas da instituição para a comunidade, passando paulatinamente a acontecer das comunidades para a instituição

REFERENCIAL TEORICO
A PRÁTICA (SUSTENTÁVEL) DA ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL EM JEQUIÁ DA PRAIA - ALAGOAS

Este é o município mais novo do Estado de Alagoas, criado em maio de 1995 pela lei 5.675 de 3 de fevereiro. Banhado pelo Oceano Atlântico, e pelas lagoas Jequiá, Jacarecica e Azeda, o município era antes parte de São Miguel dos Campos e de Coruripe. Jequiá da Praia é a cidade do litoral sul de Alagoas que mais apresenta cenários selvagens

As praias e lagoas, em conjunto com o clima quase sempre excelente, dão à região um ar de paraíso. São 360 km2 de beleza, como as praias de Jacarecica do Sul, Lagoa Azeda e Pituba, ou o povoado de Duas Barras. Os recantos de natureza privilegiada guardam ecossistemas diversificados. No povoado de Duas Barras, por exemplo, pode-se assistir ao espetacular encontro da Lagoa de Jequiá com o oceano ou os manguezais.

Na povoação de Lagoa Azeda, a lagoa que empresta seu nome à região, com águas vigorosas e que dificultam a prática de esportes náuticos. As praias de Pituba e Jacarecica do Sul são praticamente selvagem, apresentando cenários ainda pouco explorados pelo homem.

Sua malha hidrográfica é compostas pelos rios Jequiá, Norte Grande, Norte Pequeno, Porto da Boca e da Azeda, de cursos perenes, com drenagem dendrítica e calhas de tipo fundo chato, apresentando várzeas inundáveis, sobretudo, nos períodos de cheias de inverno. Possui belíssimas Lagoas, a exemplo da Lagoa do Jequiá, com mais de 18 km de extensão e largura variando em até 600 metros, apresentando-se em forma de galhos de arvore. Além da Lagoa do Jequiá, destacamos no município as lagoas: do Taboado, Azeda, Jacarecica, Escura e da Lavagem. O Rio Jequiá, principal formador da Lagoa de mesmo nome, nasce nos municípios de Anadia e Limoeiro de Anadia, na serra do Longá, com um extensão média de 80 km, tendo como principais afluentes os rios Chapéu do Sol, Escorrega e Santa Luzia.

Jequiá da Praia, como em boa parte da região, abriga vegetação de tipo mais densa – mata tropical de encosta, Mata Atlântica, geralmente localizada nos limites dos vales dos rios, e em maior parte nos vales, as chamadas grotas ou grotões, embora que ao longo dos anos as devastações tenham ocorrido para dar lugar ao cultivo da cana-de-açúcar e do coco.

Nas áreas estuarias os rios da região estão presentes os manguesais, ecossistemas altamente produtivos por contribuírem para a fertilidade das águas costeiras e lagoas, servindo assim de refúgios para procriação de peixes e de alimentos para um grande número de organismos.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Os dados referentes a Contagem de População realizada em 2001 pelo IBGE, indicam que a população de Jequiá da Praia é de 12.846 hab., sendo 6.619 homens e 6.227 mulheres. A densidade populacional é de 35,68 hab./ km². No município a população rural é de 65 % do total, com 8.350 hab., enquanto a urbana com 4.496 hab., representada por 35 %. Outro dado relevante é de que o município apresenta um contingente significativo de crianças e jovens em idade escolar e pré-escolar, dado que a população na faixa de 5-14 anos é de 3.351 hab., representando aproximadamente 26 % da população total.

A População Economicamente Ativa (PEA), de 15 a 59 anos de idade, é de 7.867 pessoas, correspondendo a 61 % da população total. Com relação ao movimento eleitoral, o município apresentou 4.906 eleitores, inscritos até Janeiro/2002, representando 38% da população do município.

ASPECTOS ECONÔMICOS
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A base econômica do município reside na pesca e na agricultura, tendo o turismo como atividade emergente com boas perspectivas. Historicamente, a economia da região onde hoje se

ISSN 2316-8021

situa Jequiá da Praia se baseava na cultura do coco e da cana de açúcar, que alimentava pequenos engenhos, e a pesca artesanal, que resultava na venda de peixes salgados. Por volta do ano de 1880, alguns ingleses, verificando o potencial da região para o cultivo da cana, particularmente pela boa qualidade da terra e pela existência de matas para alimentarem as caldeiras, resolveram implantar uma Usina de Açúcar (Usina Sinibú) que teve sua primeira moagem em 1884.

Estes ingleses, construíram uma ramal de estrada de ferro, com onze quilômetros de extensão, desde a usina até a localidade de Porto da Boca, às margens da Lagoa do Jequiá, destinado ao transporte do açúcar produzido. Assim, o açúcar vinha de trem, da usina até Porto da Boca, e dali seguia de barcaça pela Lagoa e pelo canal do Rio Jequiá até o mar, e da Barra do Rio Jequiá seguia até o Porto de Jaraguá, numa navegação de cabotagem, onde embarcavam o açúcar nos navios de longo curso .

Portanto, durante muito tempo, desde 1884 até por volta de 1950, o transporte de açúcar se dava através do trem e das barcaças, que eram movidas pelo vento, fazendo com que em Jequiá da Praia se desenvolvesse uma indústria naval, com estaleiros e navegantes de barcaças, que além de navegarem nas águas calmas da Lagoa, também, enfrentavam o mar. Estas barcaças tinham a capacidade de transportar de 500 a 3.000 sacos de 60 quilos de açúcar. Dentre os proprietários de estaleiros podemos citar o Sr. Eutichio Quintela Cavalcante e o Sr. José Calazans de Medeiros, gerando no povoado de Jequiá da Praia toda uma atividade econômica em torno da navegação, com pessoas trabalhando nos estaleiros, construindo as barcaças de madeira, navegantes e braçais que faziam a carga e a descarga do açúcar.

Contam os mais antigos de Jequiá, que o Sr. João Crisóstomo de Medeiros, era dono da maior barcaça (Cacique) que transportava até 3.000 sacos de açúcar, fazendo com que a ponte sobre o rio Jequiá (dentro da cidade) fosse elevadiça, para permitir a passagem destas embarcações, que possuíam calado de aproximadamente 2 metros e meio. Entretanto, existem registros da existência, por volta do ano de 1790, de um grande estaleiro na Barra do Jequiá, de propriedade do Sr. Francisco da Veiga Silva, que se utilizava de pau d'arco e pau d'oleo na fabricação de suas embarcações.

Com a construção das estradas, por volta de 1945, o transporte de açúcar por barcaça foi substituído pelo rodoviário e o povoado de Jequiá da Praia, viveu um período de estagnação, que somente foi reanimado com a construção da AL-101 – Sul, iniciada no Governo Estadual de Moacir Andrade e concluída no Governo de Geraldo Bulhões, em 1992.

Ainda hoje, a produção de cana–de–açúcar é a principal atividade agrícola do município de Jequiá da Praia, apresentando na safra 2000/2001 uma área colhida aproximada de 11.200 ha, produzindo 782.747 toneladas de cana. A Usina Sinibú, única no município, produziu 1.399.720 sacos de 60 quilos de açúcar, 29.125 toneladas de melaço e 23.590 metros cúbicos de álcool. Sendo a sétima usina alagoana em quantidade de cana esmagada. Durante o período da safra, de setembro a março, esta atividade emprega mais de 3.000 pessoas no município.

Em seguida vem a produção de coco da baía com uma área plantada aproximada de 880 hectares, onde são colhidos mais de 3.000.000 de cocos por ano. Predomina no cultivo do coco a variedade mestiça plantado em sequeiro, onde a produtividade gira em torno de 35 cocos por coqueiro/ano. Verificando-se, entretanto, o inicio da atividade de irrigação dos coqueirais em, aproximadamente, 180 hectares, onde a produtividade cresce, chegando a 160 cocos por coqueiro/ano, o que corresponde em até cinco vezes a produção de sequeiro.

As lavouras temporárias produzidas são em pequena escala, basicamente para consumo próprio, destacando-se macaxeira, mandioca e diversas frutas entre elas: banana, acerola, manga, graviola e mamão.

A pesca é sem dúvidas um dos fatores mais importante na economia local, com a existência de uma colônia de pescadores, a Z-13 – Paulo Bandeira, com mais de 620 associados, sendo uma atividade ainda pouco produtiva face aos tipos de embarcações disponíveis, existência de pesca predatória, falta de local adequado para o armazenamento do pescado. O setor pecuário é de pouca

expressão no município, apresentando um rebanho de 547 bovinos, 145 eqüinos, 35 muares, 116 ovinos e 17 suínos.

Considerando, tanto o quantitativo da produção de lavouras temporárias quanto o desempenho dos setores pecuário e pesqueiro, há um déficit de alimentos no município e na região, devido a baixa produção da agricultura familiar. Soma-se a isto o baixo poder aquisitivo da população, uma vez que a maioria da população percebe até dois salários mínimos de renda familiar, considerando-se, ainda, o alto índice de sub-emprego, característico na região, seja pela sazonalidade da atividade canavieira quanto pela pequena durabilidade do labor diário na pesca artesanal. Assim, o setor primário apresenta um bom potencial de expansão e consequentemente da ampliação da renda local.

A MULHER JEQUIEENSE E A PESCA

Apesar das desigualdades, a mulher integra cada vez mais o mercado de trabalho. Segundo Saffioti (1995), em 1990, no topo da escala de salário estava o homem branco, em relação ao qual a mulher branca ganhava em média 55,3%; o homem Negro 48,7% e a mulher negra ou parda 27%. As diferenças convertidas em desigualdades alijam a mulher do exercício de atividades de maior prestígio e melhor remuneração.

É a igualdade, num contexto social burguês, contribuindo para tornar o projeto Neoliberal mais perverso. Este fator econômico, aliado à aceleração do processo industrial, explica a crescente participação da mulher no mercado de trabalho. Nas classes baixas e médias, onde se fazem sentir violentamente os efeitos desse processo, a participação das mulheres em atividades remuneradas visando a complementação do orçamento doméstico tornou-se cada vez mais necessária.

Na pesca artesanal, o trabalho das mulheres não se projeta, sendo muitas vezes invisível por ser encarado como uma atividade sem prestígio e marginal na renda familiar. O que se vê no cotidiano, é a existência da divisão nas áreas de trabalho: mulheres exercendo sua pescaria e ou mariscagem à beira do mar e o homem realizando sua atividade pesqueira em alto-mar, o que prediz uma maior exposição à perigos. Isto obedece também a papéis diferentes: a mulher, no cuidado com a casa, tem-se um determinado ritmo cotidiano, constante, o que supõe a necessidade da permanente presença feminina.

A mulher pescadora na verdade tem uma atuação que não é atividade no mar: elas atuam no cultivo e coleta de mariscos próximo à praia; o homem, tendo como responsabilidade a principal fonte de renda da família, via de regra, arca com o ritmo irregular, como conseqüência de viagens mais longas em busca da fonte de sobrevivência.

A pesca foi durante muito tempo considerada como sendo um mundo reservado aoshomens. Tal identificação encontra a sua explicação no fato de toda a atenção se ter concentrado, exclusivamente, na pesca de alto mar, setor no qual as mulheres são, de fato, minoritárias por ser uma atividade pretensamente perigosa para elas. A mulher aparece, portanto, como a mantenedora da célula familiar.

Há, então, a verificação de que os ritmos de trabalho entre mulheres e homens são diferentes: a mulher é tão responsável pela garantia das atividades que devem ser feitas todos os dias no ambiente doméstico como pelo trabalho desenvolvido na pesca/mariscagem.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma reflexão baseada numa revisão da literatura com foco nas pesca artesanal e no desenvolvimento de comunidades pesqueiras e, sobretudo, nos diagnósticos das oficinas do programa DLIS realizado pelo SEBRAE. Em seguida foi realizado um estudo descritivo baseado em análise das práticas das mulheres que sobrevivem da pesca no Município de Jequiá da Praia. Foram entrevistadas 37 mulheres que praticam alguma atividade relacionada a pesca, a maioria sendo marisqueiras. Os reflexões são colocadas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade de maior potencial de desenvolvimento no município de Jequiá da Praia é a Pesca. Sua escolha prende-se ao volume de pessoas que ocupa, atualmente, e a capacidade que apresenta de agregação de mais mão-de-obra, quando da organização e melhoria tecnológica de seu processo produtivo, gerando novas opções de venda através do beneficiamento do pescado.

Não se descarta a possibilidade de ampliação das atividades produtivas em torno da cultura do coco nos aspectos de melhoria do processo de cultivo, via irrigação, utilização das entrelinhas com cultivos de fruteiras e culturas de subsistência. Deve-se buscar o aproveitamento da casca do coco, possibilitando o desenvolvimento de atividades artesanais e industriais.

Destaca-se, também, a necessidade do fomento as atividades turísticas com a melhor difusão das belezas naturais, tais como: praias, estuários, falésias, lagoas e coqueirais. Ressalte-se a existência do Complexo Turístico " Dunas do Marapé", o que evidencia ser possível, através da melhoria dos serviços e da organização do setor, trazer turistas de outros estados via contratos com agências de turismo receptivo.

O incremento da atividade turística traz em seu processo a melhoria e o aumento de estabelecimentos de apoio como bares, restaurantes e pousadas, além, do incentivo a produção artesanal, ainda incipiente no município, porém de boa qualidade, principalmente, os trabalhos realizados com palha de ouricurí, coqueiro, tecidos, conchas e casca de crustácios.

Outra perspectiva de geração de trabalho e renda é a cana-de-açúcar, onde por volta de 75 %, da área agricultáveis do município é ocupada por plantio desta cultura e a existência de uma usina de açúcar. Esta atividade envolve, no processo agrícola e industrial, cerca de 40 % da população economicamente ativa do município. Entretanto, é capaz de agregar mais pessoas via a implantação de pequenas unidades de produção de rapadura, açúcar mascavo e mel de engenho, favorecendo a melhoria da renda local.

Deste modo, verifica-se ser de fundamental importância a organização dos diversos setores econômicos locais, apresentando como eixos prioritários, nesta ordem, os seguintes:

- Pesca artesanal e piscicultura;
- Melhoria no cultivo e aproveitamento da casca do coco;
- Incremento turístico e das atividades relacionadas;
- Produção de outros derivados da cana.

CONCLUSÃO

Este relato pretendeu caracterizar as relações entre as mulheres e a pesca no município de Jequiá da Praia em Alagoas, com informações extraídas das oficinas promovidas pelos agentes de desenvolvimento locais que permitiram com que a comunidade envolvida participassem da definição e reconhecimento das potencialidades do Município

Para isso, faz-se necessária a continuidade das pesquisas que auxiliem o poder público local no desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que deem subsistência as atividades basilares da economia local e sustentabilidade das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

1. Alagoas – Informações gerais para investidores (1995). Secretaria da Indústria e do Comércio. Maceió: Sergasa. Vol. I, 136p.
2. BORGHETTI, J. R.; Estimativa da pesca e aqüicultura de água doce e marinha. Brasília: Instituto de Pesca/APTA/SAA, Sér. Relat. Téc. n.º 03, 2000, 8–14p.
3. DIEGUES, A. C; A pesca construindo sociedades: Leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004, 315p.

ISSN 2316-8021

4. FABRIS, L. H. F.; Baía dos Golfinhos: Subsídios para o uso sustentável dos recursos naturais em uma Unidade de Conservação de uso direto. Um enfoque participativo. Santa Catarina: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/UFSC, 1997, 60p. Disponível em http://www.labdren.ufsc.br/teses/pdf/luiz_henrique_fabris.PDF. Acesso em 06 abr. 2009.
5. LIMA, Ivan Fernandes (1990). Maceió a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: EDUFAL. 255p.
6. PAULA, Juarez de (2003). Território, Redes e Desenvolvimento. Brasília: SEBRAE NA. 9p.
7. SEBRAE/AL (2002). Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável dos 67 municípios integrantes do Programa Comunidade Ativa, Programa SEBRAE de Desenvlovimento Local e PNUD/SUDENE.

ISSN 2316-8021

GT 11.

Educação inclusiva: múltiplos olhares

ISSN 2316-8021

As Dificuldades encontradas na Formação do Professor para a Educação Inclusiva nas Escolas Públicas

The Difficulties found in Teacher Education for Inclusive Education in Public Schools

Marta Paulino da Silva[1]; Susanne Messias de Farias[2]

[1]Pedagogo; pesquisador; Graduanda em Pedagogia; Martapaulino2019@gmail.com. Povoado Genipapo, Limoeiro de Anadia – Alagoas -

[2]Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Docência do Ensino Superior. Especialista em Psicopedagogia Institucional com ênfase em Educação Infantil e Educação Especial. Especialista em Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Especialista em Educação à Distância: Gestão e Tutoria EAD. Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais. Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Cultura da Universidade Estadual de Alagoas. Graduada em Pedagogia. Graduada em Agronomia na Universidade Federal de Alagoas. Possui Magistério pela Escola Estadual de Educação Básica Prof. Pedro de França Reis. No âmbito do ensino, é Professora da Faculdade de Ensino Regional Alternativa, nas áreas de Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva e Educação e Diversidade. Atua em projetos voltados a Pedagogia Hospitalar. No âmbito social, Cuidadora Social em Abrigo e Brinquedista no Hospital Dr. Daniel Hoully ambos no Município de Arapiraca-AL. Tutor do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI na modalidade EAD. susanne.m.farias@gmail.com Rua projetada 97 , QD lote 27 Batingas.

RESUMO: São muitos os desafios encontrados no processo de implantação da política de educação inclusiva no Brasil, mas a falta de preparo dos (as) professores (as) ganha destaque. Com a entrada de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns, muitos docentes passaram a se sentir confusos, despreparados e incapazes para acolher esses estudantes e, sobretudo, para trabalhar com propostas que atendessem às necessidades, expectativas e demandas próprias de cada um. O problema que orienta esta reflexão é identificar, sob o ponto de vista do professor, quais as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão na sala de aula? Objetivou-se analisar as principais dificuldades dos professores na formação para educação inclusiva nas escolas públicas. Para tal tomaremos como base três referências: a legislação nacional e as diretrizes políticas específicas do Ministério da Educação (MEC); o resultado de pesquisas e a literatura especializada sobre o tema. Contata-se que a educação inclusiva tem trazido inquietações, insegurança e um desafio para os professores que se percebem despreparados para atuar com alunos incluídos. Também, a baixa expectativa dos professores com relação a aprendizagem cognitiva, e, com discurso de impossibilidade de haver inclusão nos moldes como está posta. Espera-se que este estudo possa favorecer as reflexões e contribuir para novos horizontes do paradigma da inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Formação Docente. Escola pública.

ABSTRACT: There are many challenges encountered in the process of implementing an inclusive education policy in Brazil, but the lack of preparation of teachers is highlighted. With the entry of people with disabilities, autism spectrum disorder (ASD) and high skills / giftedness in ordinary schools, many teachers began to feel confused, unprepared and unable to welcome these students and, above all, to work with proposals that met their needs. needs, expectations and demands of each one. The problem that guides this reflection is to identify, from the teacher's point of view, what are the difficulties faced in the inclusion process in the classroom? The objective was to analyze to identify the main difficulties of teachers in training for inclusive education in public schools. To this end, we will take as a basis three references: national legislation and specific political guidelines from the Ministry of Education (MEC); the result of research and specialized literature on the topic. It is reported that inclusive education has brought concerns, insecurity and a challenge for teachers who perceive themselves unprepared to work with included students. Also, the low expectations of teachers in relation to cognitive learning, and, with a discourse of impossibility of having inclusion in the molds as it is set. It is hoped that this study may favor reflections and contribute to new horizons for the inclusion paradigm.

KEYWORDS: Inclusion. Teacher Education. Public school.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um campo que se encontra marcado por necessidades que devem ser examinadas sob diversas perspectivas, pois sua proposta inovadora implica um remanejamento e uma reestruturação radicais na dinâmica da escola. Após a LDB 9394/96, a presença das crianças com deficiência na escola se efetivou como direito. Conforme Becker (1993) sua efetivação na prática depende da articulação dos diferentes atores sociais, ou seja, da família, da sociedade, do Estado. Na escola, surge a necessidade de uma nova concepção da prática pedagógica, que dê conta de atender a partir de então, a diversidade.

De acordo com Gauthier (1998), é fundamental que o professor possua conhecimentos acerca do ato de ensinar e suas implicações. Ter domínio do conhecimento a ser trabalhado em sala de aula. Saber por que este ou aquele conteúdo compõe o currículo é tão importante quanto saber mobilizar estes conteúdos de maneira didática, para que o aluno possa dele se apropriar, fazendo uso do mesmo no seu cotidiano.

No Brasil, a educação especial nasceu de ações isoladas e individuais por parte de pessoas que diretamente estavam envolvidas com a questão da deficiência. As primeiras ações voltadas ao atendimento educacional e/ou assistencial para o excepcional chamado foram mediante a criação de campanhas direcionadas a grupos específicos de deficiências, que, quase sempre, eram lideradas por associações privadas como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Sociedade Pestalozzi, com apoio do Governo Federal (Mazzotta, 2005, p.17).

O trabalho tem como objetivo geral conhecer as principais dificuldades dos professores na formação para educação inclusiva nas escolas públicas. E os objetivos específicos são analisar a percepção dos professores, sobre as dificuldades do processo de inclusão; identificar as dificuldades dos professores na aplicação do conteúdo aplicado e elucidar a ânsia do professor mesmo tendo recebido formação nas áreas de educação geral e específica na área de inclusão.

Justifica-se a relevância do tema devido a esta complexidade, a abordagem das questões educacionais, e da educação inclusiva, exige a contribuição de diferentes disciplinas, para que procedimentos de diferentes campos de saber possam ser utilizados no sentido de esclarecer e orientar educadores diante do imenso desafio de adotar uma prática pedagógica que privilegie a diversidade na escola. O interesse pelo estudo surgiu da aproximação entre a experiência junto às pessoas com deficiência, das discussões da sala de aula e das constatações observadas durante a realização dos estágios supervisionados. Este estudo fez-se um recorte procurando aprofundar o

tema das percepções dos professores sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar relacionadas à inclusão.

O problema que orienta esta reflexão é identificar, sob o ponto de vista do professor, quais as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão na sala de aula?

São muitos os desafios encontrados no processo de implantação da política de educação inclusiva no Brasil, mas a falta de preparo dos (as) professores (as) ganha destaque. Com a entrada de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns, muitos docentes passaram a se sentir confusos, despreparados e incapazes para acolher esses estudantes e, sobretudo, para trabalhar com propostas que atendessem às necessidades, expectativas e demandas próprias de cada um.

REFERENCIAL TEÓRICO

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE

A política de formação de professores para inclusão de estudantes com deficiência é preconizada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n° 9.394/96, que define que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicos que atendam às necessidades desses educandos (BRASIL, 1996).

No entanto, anos após a promulgação desta Lei ainda é possível constatar que os professores da escola básica se consideram despreparados para o trabalho com estudantes com deficiência. A ausência de conhecimento do professor sobre as particularidades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para as barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão.

Após a LDB 9394/96, a presença das crianças com deficiência na escola se efetivou como direito. Sua efetivação na prática depende da articulação dos diferentes atores sociais, ou seja, da família, da sociedade, do Estado. Na escola, surge a necessidade de uma nova concepção da prática pedagógica, que dê conta de atender a partir de então, a diversidade. As individualidades começam a imperar e o professor sente que o que sabe sobre o ensino e a aprendizagem já não é suficiente, sendo impelido a rever seus conceitos e renovar seus conhecimentos para atender aos ditames do movimento de inclusão educacional.

A respeito deste assunto, Becker (1993) desenvolveu uma pesquisa sobre a epistemologia do professor e constatou que o empirismo e o apriorismo é o que embasa a prática docente. Segundo o autor, "[...] a epistemologia subjacente ao trabalho docente é a empirista e a de que só em condições especiais o docente afasta-se dela, voltando a ela assim que a condição especial tiver sido superada" Becker (1993, p. 331).

É comum a estranheza do professor ao ter que falar a respeito do conhecimento. A ausência de reflexão epistemológica leva-o a assumir as noções do senso comum. Vinte anos após as afirmações de Becker (1993), Gatti (2010), reafirma que não há consistência em uma profissionalização sem a constituição de uma base sólida de conhecimentos e formas de ação.

Para Gatti (2010) a formação de professores, profissionais para a educação básica tem que partir de seu campo de prática e agregar a este os conhecimentos necessários selecionados como valorosos, em seus fundamentos e com as mediações didáticas necessárias, sobretudo por se tratar de formação para o trabalho educacional com crianças e adolescentes.

Corroborando com Gatti (2010) também Saviani (2011) afirma que a formação de professores só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático. Em consequência, além da cultura geral e da formação específica na área de conhecimento correspondente, a instituição

formadora deverá assegurar, de forma deliberada e sistemática, por meio da organização curricular, a preparação pedagógico-didática sem o que não estará, em sentido próprio, formando professores.

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A falta desta formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo.

Para atuar cotidianamente em sala de aula, com educandos que tem algum tipo de deficiência, requer-se do professor a capacitação para mediar as relações, mobilizar os conceitos e organizar os conteúdos estrategicamente, para que estes alunos se apropriem de determinados conhecimentos sistematizados e disponibilizados pela escola.

Tomando como base a promulgação da LDBN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - 9394/96, que reafirmou o compromisso com a inclusão preferencialmente na Rede Regular de Ensino e criou os caminhos legais apontando entre outras questões, a garantia para a formação docente, tanto inicial quanto continuada. Em todo o conjunto da legislação que rege a educação das pessoas com deficiência, estão contempladas as necessidades de formação dos professores, além das condições estruturais para atender esta clientela até então, estranha à realidade dos professores.

A educação inclusiva tem como característica principal o respeito aos direitos humanos e as diferenças individuais, pois reconhece a diversidade dos alunos considerando seus limites, capacidades e possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, sendo importantes e necessárias às intervenções pedagógicas dos educadores e uma fortuita relação escola, comunidade e família.

A Declaração de Salamanca proclamou o direito fundamental à educação de todas as crianças, tendo garantida a efetivação de sua aprendizagem, independente de suas características sociais, biológicas, psicológicas, como também reconhece a natureza desafiante da concretização desse direito pela escola, que precisa assumir uma postura inclusiva. Uma escola inclusiva diz respeito:

[...] ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (BRASIL, 1994).

Sobre a formação de professores para trabalharem com os alunos que têm NEE, a LDB N° 9394/96, em seu inciso III, do art. 59, assegura que "[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns" (BRASIL, 1996). A referida lei à medida que explicitou o direito do aluno imputou à escola o dever de contar com profissionais que estejam capacitados para a tarefa educativa, seja ela desenvolvida, por meio de atendimento individualizado no serviço especializado ou nas salas de aula comum.

Se o professor deve ser um profissional qualificado para responder às novas demandas da realidade socioeducacional, cabe à escola assumir a responsabilidade de criar as condições propícias ao desenvolvimento de uma prática educativa inclusiva, partir da capacidade de compreender as contradições inscritas na realização do direito à educação concretizada pela escola, ao passo que exige a criação de mecanismos para superar as limitações e dificuldades decorrentes.

Na realidade educacional, sem grandes esforços, identificamos o quanto os professores sentem-se despreparados para assumirem tamanha responsabilidade. De acordo com as pesquisas de Moreira (2007), os professores da educação básica ao falarem sobre as dificuldades encontradas

na sala de aula, relacionadas aos processos formativos do quais participaram, ainda contam com uma multiplicidade de precariedades de condições materiais, estruturais e profissionais no cotidiano da escola.

A prática de ensino do professor, nesse caso, envolve em sua constituição, "[...] consciência, concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades" (OLIVEIRA, 2010, p. 68). Nesses termos, a formação de professores precisa provocar análises, reflexões críticas e proporcionar a construção de saberes que permitam mudanças significativas na ação docente e nos espaços de sua atuação profissional. Jesus e Vieira (2011, p. 146) afirmam que:

Cabe valorizar perspectivas de formação que promovam a preparação de professores críticos e reflexivos, que também assumam a responsabilidade de seu desenvolvimento profissional e que participem, como protagonistas na implementação de políticas educativas capazes de garantir a qualidade do ensino ministrado nas escolas publicas de Educação Básica.

Colocando em destaque a questão da formação de recursos humanos, ressalta-se que, a colocação dos alunos com deficiência em sala de aula deveria ser acompanhada da capacitação aos professores e de toda a equipe escolar, para entenderem os tipos de aprendizagens requeridos pelos alunos, o estilo de aprendizagem e as metodologias didáticas mais úteis. Como referência Rasmussen (2008) in Gatti (2009), que o professor eficiente e profissional que trabalha para propiciar a aprendizagem de seus alunos, precisa possuir a combinação adequada entre conhecimento profissional e conhecimento didático.

DIFICULDADES DOS PROFESSORES E POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial faz parte de "um todo" que é a educação, e ter o seu valor reconhecido é muito importante para que esses alunos especiais tenham seu crescimento e desempenho educacional satisfatório. Nota-se que a Educação Inclusiva é uma educação voltada de todos para todos onde os ditos "normais" e os portadores de algum tipo de deficiência poderão aprender uns com os outros. Uma depende da outra para que realmente exista uma educação de qualidade. A Educação Inclusiva no Brasil é hoje um desafio a ser enfrentado dia após dia para os profissionais da Educação.

Entretanto, para um melhor aprofundamento do tema, observa-se que mediante a justiça, o direito do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos à educação, é um direito constitucional. Uma educação de qualidade para todos implica entre outros fatores a necessidade de um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

Logo, com a vigência da LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que no seu capítulo V define educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais, observou-se a necessidade de capacitar os professores, principalmente os professores da rede pública, pela responsabilidade que têm em relação ao trabalho desenvolvido com a maioria das crianças e adolescentes em idade escolar.

Em todo debate sobre inclusão escolar, novos dados ganham importância neste momento em que novas práticas são afirmadas, fundamentando este conceito. Ao pensar sobre estas questões significa entender que o desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais requer socialização, que podem ser satisfatórias a partir do momento que a visibilidade sobre os mesmos passa a ser vistos como indivíduos com capacidade de desenvolvimento intelectual.

Para SASSAKI (1997, p. 41) inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Ao adotar a prática inclusiva como um objetivo de curto prazo, as políticas públicas desconsideram que: os ambientes físicos não estão preparados para receber esses indivíduos e que a adequação desses espaços vai exigir um grande investimento em infraestrutura e equipamentos, cujas verbas geralmente inexistem.

A comunidade não foi "educada" para receber, acolher, integrar e aprender a se relacionar com o diferente. Com isso a possibilidade de que haja rejeição por parte dos demais integrantes da sociedade se torna concreta. O professor precisa ter tempo para refletir e adequar as suas práticas pedagógicas aos novos desafios sem comprometer a qualidade de seu trabalho. Adotar o objetivo de curto prazo, a intervenção junto às diferentes instâncias que contextualizam a vida desse sujeito na comunidade, no sentido de nelas promover ajustes (físicos, materiais, humanos, sociais, legais, etc.) que se mostrem necessários, para que a pessoa com deficiência possa imediatamente adquirir condições de acesso ao espaço comum da vida

na sociedade (ARANHA 2001, p160-173).

Em conformidade com essas discussões, ressalta-se o professor como importante agente de inclusão, uma vez que, com essas novas demandas, as salas de aula têm propiciado um maior período de contato e convivência entre professores, não-deficientes e deficientes. Além disso, é onde os estranhamentos têm ocorrido e exigido do professor outro modo de atuar.

A verdadeira profissionalização se dá a partir do momento em que é permitido ao professor racionalizar e analisar a própria prática, criticando-a, revisando-a, fundamentando-a na construção do crescimento da unidade de ensino como um todo. O professor é um agente fundamental no processo de inclusão, mas ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção includente.

PROCEDIMENTO METODOLOGICO

A pesquisa foi administrada através de uma pesquisa bibliográfica, do tipo de qualitativa baseada em artigos científicos, textos, pesquisas em biblioteca digital como SciELO, Google Acadêmico e autores que referenciam ao tema abordado.

De acordo com Gil, (2008) a Pesquisa Descritiva: descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando

referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa reuniu estudos relacionados ao tema com ênfase descritivo: inclusão, educação, professor, formação. Para isso foram analisados artigos científicos nacionais e internacionais, como também os sites e livros e revistas online.

De acordo com Vergara (2005) a pesquisa tem caráter bibliográfico, uma vez que utilizam livros, artigos de jornais e revistas sobre o tema. "A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral". (Vergara, 2005, p. 48).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi análise documental em material já publicado. As informações coletadas foram analisadas a partir da teoria construtivointerpretativa de Gonzáles Rey e agrupadas em duas categorias, uma delas contendo os dados obtidos na pesquisa e a outra analisando como os professores pensam e avaliam sua formação de acordo com material da pesquisa.A análise da questão proposta se apoia nos argumentos de que, mesmo os professores

tendo recebido formação nas áreas de educação geral e específica na área de inclusão, julgamse despreparados, demonstrando como pano de fundo, as lacunas dos processos formativos da docência.

Para aprofundar o tema, foram construídos diálogos a partir do aporte teórico de Mantoan (2003), Carvalho (2004; 2012), Gatti (2010), Saviani (2008, 2010, 2011), Carneiro

(2013), pretendendo apontar os avanços e as fragilidades do processo de educação inclusiva. O estudo aponta como dificuldade, a falta de formação, o despreparo, à falta de recursos,

deslocando o problema para o aluno.

Os resultados indicam que as concepções obtida através do estudo a respeito da educação inclusiva, em grande parte, vinculam-se às definições difundidas pelas políticas públicas, marcadas, sobretudo, por um entendimento ampliado do papel desse processo que não se destina somente aos alunos ditos especiais, além da consciência clara do descompasso entre os discursos oficiais e a realidade vivenciada pelas escolas. Os resultados apontaram também que a formação pode gerar uma postura reflexiva sobre a prática profissional provocando mudanças na realidade social.

RESULTADO E DISCURSSÃO

As discussões e proposições sobre a formação de professores para efetivarem o processo de inclusão escolar dos alunos que apresentam alguma tipo de necessidade educacionais especiais perpassam vários âmbitos e dimensões das políticas educacionais e materializam-se em várias propostas de atendimento educacional especializado direcionado a essa clientela. Os professores são convocados a trabalharem com esses alunos e mesmo tendo participado de formações e cursos de capacitação, alguns ainda afirmam não sentir-se preparados para tal atividade.

Segundo Smeha (2008), por anos os professores apenas dedicavam o seu tempo ao ensino tradicional3 para alunos não-deficientes. Porém, com a proposta inclusiva, houve uma ruptura neste tipo de ensino. Diante disso, Smeha (2008) apontam que esse processo pode repercutir em prazer ou sofrimento aos professores. Outros autores (NAUJORKS e BARASUOL, 2004; NAUJORKS, 2002; GASPARINI et al., 2004) arriscam dizer em Burnout e Stress. Contudo, prefere-se não utilizar esses termos por não se pretender discutir, amplamente, sobre eles, porém acredita-se em um desencantamento e esgotamento de energia como consequências desse processo.

A discussão sobre os pasmos da inclusão, principalmente por parte dos professores, se traduz no cotidiano da escola, nas práticas pedagógicas e nas inter-relações sociais. Partindo das inquietações expostas e considerando que, a partir da LDBN 9394/96, foram firmadas as bases da educação inclusiva, também foram delineadas as políticas para a formação docente, voltadas para o público envolvido diretamente com alunos incluídos,

Gasparini et al. (2005) alegam que na atualidade a função do professor excedeu a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado. As autoras sugerem a ampliação da atuação desse profissional para além da sala de aula, com a finalidade de garantir articulações entre a escola e a comunidade. Com isso, além do ensinar, o professor deve participar da gestão e dos planejamentos escolares, além de ter uma dedicação mais ampla, estendida às famílias e à comunidade.

A Lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996 ao definir o que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes com deficiência, aponta uma diretriz para a formação docente:

"professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns". Como é possível perceber, há uma diferenciação entre educadores com especialização para os atendimentos especializados e aqueles capacitados para atuarem nas classes comuns. Acompanhando o que está posto na LDB, o documento Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (2001) traz uma definição mais detalhada dos termos e as competências de cada um.

Segundo Bernadete Gatti (2010), a educação vem enfrentando um paradoxo. Por um lado, visa oferecer possibilidades de mudanças, por outro revela a obscuridade, em que quanto mais educação se oferece, mais os problemas sociais se avolumam. A "Educação para Todos", tal como foi preconizada em Jomthien (1990) e Salamanca (1994), requer uma reestruturação dos processos educacionais. O respeito e a valorização da diversidade exigem superação das barreiras arquitetônicas, mas principalmente, atitudinais, criando condições efetivas de aprendizagem e participação a todos e de maneira especial, para os que apresentam algum tipo de necessidade didático-pedagógica diferenciada. Neste aspecto, evidencia-se a necessidade de atenção à formação docente.

A autora assevera que a docência não pode ser uma ocupação secundária. Ela constitui o setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas. "A função social da escola é ensinar as novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas decorrentes da vida civil" Gatti (2010, p. 1375). Os desafios da formação docente refletem as demandas da nova função da escola. Cabe reconhecer "[...] que a escola contemporânea não está dotada, de fato, das condições suficientes para assumir as novas funções sociais que vem incorporando" Alves (2001, p. 279). Dentre as demandas mais prementes está a formação docente, que instrumentalize a prática pedagógica para a ação de educar a todos.

Nesse estudo, a LDB reafirma o ensino superior como nível desejável, apesar de admitir a formação mínima em curso normal para a atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Essa deliberação foi confirmada por meio do parecer n.º 1 do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado em 19 de fevereiro de 2003, segundo o qual todo professor concursado que atue em turmas de educação infantil ou séries iniciais do ensino fundamental tem assegurado o seu cargo, mesmo que não frequente curso em nível superior.

Com isso, perdem os educandos, os educadores e toda a sociedade, pois a profissão docente precisa dar respostas adequadas e fazer as necessárias intervenções que envolvem situações diversas e singulares do desenvolvimento humano. Assim, podemos justificar a formação em nível superior como uma das medidas essenciais a serem tomadas para que ocorram mudanças educacionais efetivas. Contudo, deve-se levar em consideração a heterogeneidade socioeconômica do Brasil, em que acabar com o modelo atual de formação de professores sem planejamento adequado poderia provocar consequências "catastróficas" para o sistema educacional.

Por outro lado, investimento na formação docente em nível superior por si só não resolverá a complexidade dos problemas educacionais brasileiros historicamente reproduzidos, como, por exemplo, o analfabetismo. É preciso compreender que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional dependem de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e, por fim, os recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola (MENDES, 2002). Ou seja, a formação deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Para tanto, sugerimos que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática.

Os professores capacitados, para serem assim denominados, devem ter uma disciplina em sua formação inicial a respeito da educação especial e da educação inclusiva, além de adquirir competências para perceber as necessidades educacionais específicas dos estudantes e flexibilizar a ação pedagógica para atender as suas especificidades. Mas essas não são tarefas simples. Uma disciplina nos cursos de formação docente que aborde questões relativas à educação especial e à educação inclusiva não dá conta da complexidade e da abrangência dos temas. Nesse caso podemos falar de informação, mas não de formação.

Contudo, a atuação do professor está perpassada por condições precárias de trabalho que podem impedir o pensamento reflexivo. Conforme Gasparini et al. (2005), acredita-se que a escola não fornece meios pedagógicos necessários à realização das tarefas, cada vez mais complexas nos contextos educacionais. Assim, os professores são forçados a buscar, por seus próprios meios, formas de requalificação que implicam no aumento não reconhecido e não remunerado da jornada de trabalho (GASPARINI et al., 2005). Segundo Gasparini et al. (2005), essa insuficiência no

campo das políticas públicas têm gerado circunstâncias de trabalho sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar, gerando o desencantamento e o esgotamento de energia.

A formação dos professores especializados, os que vão trabalhar no atendimento educacional especializado (AEE), deve acontecer em cursos específicos. Esses profissionais também devem apoiar os educadores das escolas regulares que tiverem crianças e adolescentes com essas particularidades em suas salas de aula.

A parceria entre universidades e escolas públicas e privadas seria um bom começo. Não no sentido da universidade trazer um conhecimento, mantendo o costume de verticalizar ações junto aos docentes em formação, mas na vertente de trabalhar junto com as instituições escolares possibilidades de construir um saber a respeito do processo de implementação da política de educação inclusiva.

Como as unidades de ensino podem receber, acolher, conhecer e planejar o atendimento das necessidades educacionais específicas? Essa é, por excelência, uma ação coletiva. Cada seguimento da comunidade escolar precisa reconhecer seu papel na efetivação da inclusão e pensar em ações que possam facilitar o processo de inclusão. Após a matrícula, o que pode ser feito para receber o estudante, conhecê-lo e traçar caminhos para sua adaptação e inserção real na dinâmica da escola.

O conhecimento a respeito dos tipos de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação com a conceituação, características e possibilidades de trabalho pedagógico, pode ser de grande valia para os profissionais da educação, mas é necessário que se considere sempre a dimensão do sujeito que apresenta essas diferenças. Assim, a discussão de casos, a socialização de experiências bem-sucedidas no coletivo da escola, também pode ser uma ferramenta de grande ajuda para toda a comunidade escolar.

Segundo Carvalho (2012) há um conjunto de aspectos que devem ser considerados para que as escolas tornem-se espaços inclusivos, dentre os quais, a melhoria na formação inicial e continuada dos professores, considerando que a inclusão começou a vincular a necessidade de mudança na mentalidade da comunidade escolar. Duek (2006) aponta que com esse despreparo

> as certezas, a maneira correta de proceder e as "receitas" vão cedendo lugar à incerteza, aos dilemas, às diferenças e à necessidade de soluções singulares. Nesse cenário, os professores se deparam com um impasse, cuja formação, provavelmente, não lhe deu condições de antever. Nesse contexto, o professor, confrontado com o seu "não saber", terá que aprender a conviver com sentimentos conflitantes e paradoxais, ao mesmo tempo em que deverá estar aberto, disposto a rever suas ideias e modelos educativos tradicionais (DUEK, 2006 p. 76).

Todavia, a ausência de experiência, vinculada à inexistência de uma formação inicial ou continuada que contemple a temática da inclusão escolar, contribui para os modos de resistência à permanência/entrada dos deficientes nas instituições escolares, principalmente por parte dos professores, cujos questionamentos e estranhamentos referem-se ao modo como devem proceder a fim de atender às demandas da educação inclusiva (DUEK, 2006).

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido distorcido e polemizado pelos diferentes segmentos educacionais e sociais. Segundo Mantoan (2003), a inserção de alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação.

Tabela 1: Os tipos de deficiência.

DEFICIÊNCIA	CONCEITO
Visual	É a perda ou redução das funções básicas do olho e do sistema visual
Auditiva	É a perda parcial ou total da audição em um ou ambos os ouvidos.
Mental	É a designação que caracteriza os problemas que acontecem no cérebro e levam a um baixo rendimento, mas que não afetam outras regiões ou áreas cerebrais.
Física	A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso.
Múltipla	É a associação de duas ou mais deficiências, sejam intelectuais, físicas, distúrbios neurológicos, emocionais, linguagem e desenvolvimento educacional, vocacional, social e emocional.

Fonte: (autoria própria, 2020)

Como mostra a tabela 1, os tipos de deficiência para Carvalho "[...] o trabalho na diversidade começa pelo reconhecimento das diferenças e na paridade de direitos que na escola, traduzem-se como aprendizagem e participação e não apenas como presença física" (2012, p. 23). O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade e às necessidades dos aprendizes.

Segundo Ross, in Budel e Meier, 2012, p. 39) "Antes das rampas físicas, as escolas precisam construir rampas pedagógicas". É possível avançar quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e a aprendizagem é concebida e avaliada.

A inclusão educacional como está posta, é fruto de um processo que vem sendo construído historicamente durante todo o século XX. Para Mantoan (2003, p. 19), o mais relevante no conceito de inclusão escolar é que "todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular", e, quando aborda a questão dos alunos que fracassam em suas salas de aula diz que "a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional" atingindo não somente os alunos com deficiência, mas todos os demais, com o objetivo de alcançarem sucesso em sua vida escolar. A inclusão não deve ser construída somente para os deficientes.

Tabela 2. Tipos de dificuldades encontradas pelos professores

DIFICULDADES	PRECISA TER
Profissionais instruídos	Professor de educação especial precisa ter múltiplas funções.
Acesso a recursos	Recursos adaptados
Falta de formação dos professores	Instituições de ensino oferecendo opções a estes alunos
Salas de aula cheia	Achar estratégias para incluir e envolver essas criança
Tempo limitado e aulas "corridas"	Tempo suficiente para identificarmos problemas e pensarmos em soluções para lidar com o aluno

Fonte: (Autoria própria, 2020)

A tabela 2 elucida alguma das dificuldades apresentadas pelos professores, apesar dessas dificuldades, sabemos que o professor se empenha ao máximo, e que esse profissional pouco valorizado, mas muito dedicado é a base para o futuro do nosso país, e ao desenvolver o trabalho de inclusão de alunos com necessidades especiais dentro da sala de aula, esse professor está tornando o nosso país mais inclusivo e com mais respeito a todos.

Essas são apenas algumas situações que precisam de atenção para que a educação inclusiva não seja uma proposta irreal e sem possibilidades de se concretizar. O que vemos é uma política pública com um discurso muito diferente da prática. Essa situação de divergências e conflitos pode

ISSN 2316-8021

levar ao malogro de uma proposta democrática e justa, a ideia de uma escola que não exclui, que aceita, atende e respeita a todos. Mudanças no campo da formação docente para a educação inclusiva podem contribuir de maneira significativa para que as mudanças nas escolas aconteçam de fato e que experiências bem-sucedidas não sejam mais exceções no nosso cenário educacional e sim a norma de uma educação democrática.

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que os maiores problemas da questão da inclusão são decorrentes do preconceito e da falta de qualificação profissional. As Políticas públicas garantem o acesso de todos à educação, mas ainda é insuficiente a proposta para formação de professores. Muitos professores acabam em procurar ampliar seus conhecimentos por conta própria, sem auxílio do governo e custos relativamente altos. Para que a inclusão seja efetivada com qualidade é necessário que o Estado proporcione formação continuada para esses professores.

Diante do exposto, acredita-se que o professor da educação inclusiva está perpassado pela precariedade da estrutura física da maior parte das instituições públicas, pelos baixos salários e pelo cansaço gerado pelo despreparo. E quando não existe formação e suporte para a atuação do professor, é inevitável que este sofra, angustie-se, desencante-se e perca suas forças frente a essas problemáticas. É claro que não se pode considerar a inclusão de deficientes no contexto escolar como única causa dessas dificuldades, mas acredita-se que, atualmente, o sistema educacional não está devidamente preparado para recebê-los.

Nessa perspectiva, entende-se que o modo como o professor irá lidar com as problemáticas advindas da inclusão dependerá do suporte institucional e acadêmico recebido, bem como dos recursos psicológicos que ele dispõe para lidar com dada situação (DUEK, 2006). Além disso, a maneira como o professor se relaciona com o fenômeno da deficiência, decorre do modo como a percebe.

Portanto, de acordo com Smeha e Ferreira (2008), faz-se necessária uma significativa reformulação nos cursos de licenciatura, visto que, certamente, os professores formados terão alunos deficientes em sua trajetória profissional. Além dessas reestruturações que visam à diminuição dos prejuízos do sofrimento psíquico vivido pelos professores, parece essencial que os investimentos ultrapassem a capacitação relacionada aos conhecimentos técnicos e permeie o campo da saúde mental no trabalho.

CONCLUSÃO

Este estudo permite considerar que os professores enfrentam dificuldade para atuar pedagogicamente junto aos educandos com deficiência, principalmente os que apresentam déficit intelectual devido à falta de formação pra atuarem na educação inclusiva. Além das dificuldades como a baixa expectativa com relação à aprendizagem e a participação, quanto a atingir os objetivos propostos, quanto ao apoio necessário para atuar, aos recursos pedagógicos, quanto à formação específica na área de deficiências, entre outras.

Conclui que as dificuldades apresentadas podem decorrer mais da falta de formação e do desconhecimento das necessidades educativas dos alunos com deficiência, do que dos limites do déficit intelectual. A ausência de espaço para discussão e troca de experiência sobre o assunto entre professores regentes e segundo professor é um fato relevante. As políticas de formação de professores para atuar junto aos alunos com deficiência no ensino regular ainda são deficitárias, porém, mesmo não tendo preparo suficiente, os professores procuram fazer o trabalho.

Desta forma, o objetivo deste estudo foi atingido na medida em que foram sendo reveladas as percepções dos professores sobre as dificuldades no trabalho inclusivo e nas entre linhas aclarando a fragilidade da sua formação. Contudo, os professores anunciam-se e denunciam-se despreparados. Esta constatação torna este estudo relevante por suscitar discussões a respeito do assunto e desta forma contribuir com estudos já desenvolvidos nesta área, favorecendo a compreensão do processo inclusivo. Também, pode auxiliar no direcionamento da formação docente contribuindo para o avanço da experiência da educação inclusiva.

A pesquisa não trouxe conclusões definitivas. Todavia, espera-se que as inquietações e questões levantadas ao longo deste estudo possam de alguma forma ser útil ao campo da educação e particularmente a reflexão dos professores e sua formação.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, G. L. A Produção da Escola Pública Contemporânea. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
2. ARANHA, M. S. Saberes e práticas da inclusão. Brasília, MEC, 2006.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1996.
4. BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1996.
5. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares acionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.
6. BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais– DEFICIÊNCIA FÍSICA. Brasília – DF:2006.
7. BECKER, F. A Epistemologia do Professor: o cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes. (1993).
8. CARVALHO, R E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
9. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.
10. DUEK, V. P. Docência e inclusão: reflexões sobre a experiência de ser professor no contexto da escola inclusiva. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2006.
11. FONSECA, E. N. (org.). (1986). Bibliometria: Teoria e prática. Textos de Paul Otlet. [et al.] São Paulo: Cultrix/ Edusp.
12. GASPARINI A. et al. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago 2005.
13. GATTI, B. A. e BARRETO, E. S. S. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.
14. GAUTHIER, Clermont, et al. Por uma teoria da Pedagogia. Ijuí: Unijuí, 1998. In:ALMEIDA,
15. P. C. A.; BIAJONE, J. Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para as propostas de formação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.2, p. 281-295, maio/ago. 2007.
16. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
17. . Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out-dez. 2010. Disponível em
18. http://www.cedes.unicamp.br acesso em 26 Jun. 2015.
19. JESUS, Denise Meyrelles de; VIEIRA, Alexandro Braga. Formação de profissionais da educação e inclusão escolar: conexões possíveis. In: MAGALHÂES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org). Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.
20. MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
21. MAZZOTTA, M. J. S. (2005). Educação especial no Brasil: história e políticas públicas (5a ed). São Paulo: Cortez. [Links]

22. MOREIRA,L.C. Cursos de licenciatura com bases inclusivas: impressões de alunos com necessidades educacionais Especiais e de seus professores. In: JESUS,D.M.;BATISTA,C.R.;BARRETO,M.A.S.C.;
23. MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rev. Bras. de Educ. v. 11, n. 33, Set./Dez. 2006.
24. NAUJORKS, M. I. Stress e Inclusão: indicadores de stress em professores frente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Cadernos de Educação Especial. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/ Departamento de educação Especial/ Laboratório de Pesquisa e Documentação (Lapedoc), v. 1, n. 20, 2002.
25. NAUJORKS, M. I.; BARASUOL, E. B. Burnout docente no trabalho com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Educação Especial, p.24, 97-104, 2004.
26. SASSAKI, E. R. Educação de excepcionais. Evolução Histórica e Desenvolvimento no Brasil.Rio de Janeiro: Record, 1997.
27. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
28. SMEHA, L.N.; Ferreira, I.V. Prazer e sofrimento docente nos processos de inclusão escolar.Revista Educação Especial, 31, 37-48, 2008.
29. OLIVEIRA, Anna Augusta S. Inclusão escolar e formação de professores: o embate entre o geral e o específico. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva.Araraquara,SP:Junqueira&Marin,2010
30. VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 6º. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
31. VICTOR, S. L. (Orgs). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

ISSN 2316-8021

Processos de Inclusão: a Escola e as Necessidades Educacionais Especiais
Inclusion Processes: School and Special Educational Needs

Fabiana dos Santos Dias Duarte[1]; Graciele Oliveira Faustino[2]

[1]Graduanda em Pedagogia. Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – *Campus* III. E-mail: fabbyan.santtos@outlook.com
[2]Professora. Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – *Campus* III. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: graciele.oliveira@uneal.edu.br

RESUMO: Este trabalho tem o intuito de apresentar parte de uma pesquisa empreendida na área de educação inclusiva. Tal pesquisa teve como objetivo discutir os processos de inclusão relacionados às necessidades educacionais especiais no espaço da escola regular. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que fora realizada com professoras de uma escola da rede de um município no interior de Alagoas. A proposta metodológica dessa pesquisa consistiu em coletar narrativas das professoras e correlacionar com os documentos da legislação educacional brasileira, que respaldam a perspectiva inclusiva da educação. Nessa perspectiva os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e que apresentam necessidades educacionais especiais passaram a ser inseridos nas escolas regulares. Para o presente artigo trazemos o recorte da discussão realizada a partir de documentos da política de inclusão. Assim sendo, neste trabalho operamos com a análise de documentos legais, para discutir sobre necessidades educacionais especiais. Consideramos, com isso, a importância de uma discussão que suscite no entendimento acerca do conceito de necessidades educacionais especiais, de forma que os envolvidos no processo de inclusão compreendam que não basta apenas um acolhimento, mas um ensino de qualidade para os sujeitos, que requisitam de meios adequados para se desenvolver no espaço escolar. Em vista disso, ao considerar o que tem sido proposto na legislação da educação inclusiva e o cotidiano escolar e educacional, ora há aproximação, ora há distanciamentos, o que aponta para uma necessidade de rever os conceitos que norteiam a proposta de educação de qualidade contemporânea, vinculada a inserção de metodologias eficazes, que supram as principais finalidades de ensino do aluno com necessidade educacional especial.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Legislação educacional. Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT: This work aims to present part of a research undertaken in the area of inclusive education. Such research aimed to discuss the inclusion processes related to special educational needs in the regular school space. It is a qualitative research that was carried out with teachers from a school in the network of a municipality in the interior of Alagoas. The methodological proposal of this research consisted of collecting narratives of the teachers and correlating them with the documents of the Brazilian educational legislation, which support the inclusive perspective of education. From this perspective, students with disabilities, global developmental disorders and high skills or giftedness, and who have special educational needs, are now included in mainstream schools. For this article, we bring the outline of the discussion carried out from the inclusion policy documents. Therefore, in this work we operate with the analysis of legal documents, to discuss special educational needs. With this, we consider the importance of a discussion that raises the understanding about the concept of special educational needs, so that those involved in the inclusion process understand that it is not enough just a welcoming, but a quality education for the subjects, who request adequate means to develop in the school space. In view of this, when considering what has been proposed in the legislation of inclusive education and the school and educational quotidian, sometimes there is approximation, sometimes there are distances, which points to a need to review the concepts that guide the proposal of contemporary

quality education , linked to the insertion of effective methodologies, which supply the main teaching purposes of students with special educational needs.

KEYWORDS: Inclusive education. Educational legislation. Special Educational Needs.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir os processos de inclusão relacionados aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE[33] inseridos no âmbito da escola regular. Nessa perspectiva, a escola regular é tida como um espaço essencial para o aluno com NEE se desenvolver, assim como também é um espaço de (re)pensar as adequações curriculares, as quais servem de ponte para que se efetive o direito garantido pela legislação educacional brasileira, a destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394/96 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008). Assim sendo, recorreremos a autores que discutem a educação especial e inclusiva, tais como Maria Tereza Englér Mantoan, mas nos reportaremos principalmente a documentos da legislação educacional brasileira que versam sobre essa modalidade de ensino.

Nessa concepção de educação, enquanto direito fundamental da pessoa com necessidades especiais/específicas, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei nº 13.146/15 reafirma e assegura o atendimento inclusivo em todos os níveis e que o aprendizado seja garantido ao longo da vida. É preconizado, portanto, que os indivíduos possam "[...] alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais segundo suas características" (BRASIL, 2015, p. 07) e, ainda, recomenda o respeito aos interesses e necessidades de aprendizagem de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo.

Para continuarmos com as discussões, faz-se necessário falar um pouco sobre inclusão, ao pensar no sentido amplo da palavra, objetivando esclarecer que inclusão não se trata apenas de uma proposta da qual se almeja chegar, nem se restringe a inserção de pessoas com deficiência em determinado local (FOGLI, 2010). Diante disso, em acordo com essa autora, indicamos que:

> Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena; não se resume, portanto, a um ou alguns setores da vida, como saúde, lazer ou educação. Trata-se de uma luta, um movimento que se caracteriza por estar presente em todas as áreas da vida humana, inclusive na educacional. (FOGLI, 2010, p. 25)

Seguindo essa linha de pensamento, a inclusão se refere, por conseguinte, aos empenhos relacionados à garantia de participação máxima de qualquer indivíduo no meio social onde estiver inserido, tendo livre acesso a todos os campos sociais, os quais têm direito e deveres (SANTOS, 2003). Assim sendo, a inclusão em educação abrange processos progressivos da participação e redução da exclusão de todos os alunos (SANDOVAL; JUSEVICIUS; SANTOS; SOUZA; ALVES e GONZANGA, 2002).

Para tanto, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de (re)pensar e entender o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no âmbito da escola regular, uma vez que, as classes comuns das escolas regulares são ambientes de aprendizagem e desenvolvimento e nos quais a inclusão poderá ou não de fato se concretizar. Considerando isso, discutiremos sobre necessidades educacionais especiais/específicas, para então, tecermos a discussão em relação ao que é apresentado acerca disso na legislação da educação.

[33]Estamos chamando de alunos com necessidades educacionais especiais os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, conforme aponta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (2008).

A ESCOLA E AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE)

A educação especial, no contexto contemporâneo, situa-se como instrumento a ser embutido no âmbito escolar, de modo a potencializar os aspectos socioemocionais e outros de ordem cognitivas, os quais podem ser trabalhados de forma intercalada nas diversas áreas do conhecimento, definidas a partir de acepções, trazidas por alguns autores, tais como Mantoan (1997), Aranha (2006), Fogli (2010), Andrade (2015), e outros abordados nessa pesquisa, que trazem pressupostos relevantes a serem considerados no meio escolar quanto aos processos de inclusão.

Na contemporaneidade, a inclusão ganha conotações relevantes relacionadas à efetivação de uma aprendizagem que garanta condições de inserção no meio social no qual o indivíduo está inserido. Desse modo, é fundamental que se proporcione o bem-estar, em termos de comprometimento e interação, para garantir a satisfação do discente incluído na escola regular.

A educação inclusiva, conforme Fontes (2007), é originada de três frentes, nas quais as duas primeiras estão ligadas à luta pelos direitos sociais, tais como: o direito à educação e à escola pública, e são apresentadas com base na igualdade de oportunidades e mesmo na educação, buscando uma perspectiva de educação transformadora no plano social, político e econômico. A terceira frente, independente de ter sido um movimento de vários países, teve seu destaque "associada a educadores e pesquisadores norte-americanos, que se debruçam sobre a análise da educação dualista norte-americana com foco especial na educação de pessoas com deficiência" (FOGLI, 2010, p. 27).

Nesse sentido, a perspectiva acima citada deve estar intimamente associada e vinculada à realidade socioeconômica e sociocultural das pretensões de tais indivíduos. Para entender a inclusão escolar é fundamental compreender, segundo Paulon, Freitas e Pinho (2005, p. 05), que a educação como "[...] um direito de todos e do processo de inclusão educacional numa perspectiva coletiva da comunidade escolar reforça a necessidade da construção de escolas inclusivas que contam com redes de apoio a inclusão". Isso implica no entendimento adequado do que são necessidades educacionais especiais.

Para continuar com a discussão, vamos entender o que são consideradas necessidades educacionais especiais (NEE). Essas necessidades são pertinentes aos indivíduos que fazem parte da inclusão escolar. Para Menezes (2001) a expressão "necessidades especiais" é utilizada para designar as crianças e os jovens, cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender.

Para o autor mencionado, a expressão está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências, isto é, "uma forma de reconhecer que muitos alunos, sejam ou não portadores de deficiências ou de superdotação, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas" (MENEZES, 2001, s./p.).

Nessa linha de raciocínio, SILVA, CASTRO e BRANCO (2006) em um documento elaborado para a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC)[34] propõem que:

> [...] a terminologia alunos com necessidades educacionais especiais tem o intuito de deslocar o foco de atenção do aluno com necessidades educacionais especiais para as respostas educativas da escola, com o firme propósito de promover uma educação de qualidade para todos. (SILVA, CASTRO; BRANCO, 2006, p. 08).

[34] Órgão responsável à época do desenvolvimento de tais políticas. Atualmente é a Secretaria de Modalidades Especializadas (SEMESP).

No entanto, esses alunos não são necessariamente deficientes, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas as suas especificidades ou diferenças. Dessa forma, Aranha (2006) afirma que esses indivíduos são considerados os "sujeitos da inclusão".

Destarte, a inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais, no espaço da escola regular, tem recebido destaque em debates e discussões, como um tema de muita relevância, apontando a necessidade de a escola, considerada como *lócus* de aprendizagem e socialização, atender às diferenças intrínsecas à condição humana. Sabe-se que a legislação, no tocante à efetivação e à garantia legal, é bem explícita quanto à obrigatoriedade em receber e matricular todos os alunos, esses tendo ou não necessidades educacionais especiais. Isso demanda das escolas uma adaptação ou reestruturação para atender ao público inclusivo.

Sob outra perspectiva é relevante considerar que apenas um acolhimento, grosso modo, não supre as expectativas educacionais desses discentes. Nesse sentido, faz-se necessário que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham condições efetivas de aprendizagem na qual seu potencial cognitivo seja desenvolvido. Em vista disso, é interessante considerar as especificidades e/ou limitações desses alunos, sejam de ordem: psíquica, mental, neurológica, sensorial e/ou físico-motoras.

Desse modo, é importante pensar numa análise da escola quanto aos métodos introduzidos no âmbito de ensino, sobretudo, com a inserção de alunos com NEE num espaço aconchegante e acolhedor, de modo que haja direcionamentos pedagógicos considerados adequados. A própria legislação brasileira indica que estes, por sua vez, centram-se na aquisição de melhorias infraestruturais e concernentes ao avanço significativo na aprendizagem e na organização dos sistemas de ensino (BRASIL, 2001).

Com efeito, a inserção desses públicos na escola demanda planos pedagógicos ou metodologias, que priorizem formas concretas de aprendizagem aos discentes com NEE. Com isso, presume-se que haja um enfoque quanto à permanência desses alunos no âmbito escolar, sem perder o foco da intencionalidade pedagógica - a aprendizagem - assegurando de tal modo, uma qualidade do ensino. Sobre esse aspecto, é possível considerar que:

> A Educação Inclusiva é um dos caminhos possíveis para que países marcados por desigualdades sociais enfrentem problemas de exclusão social e educacional, por meio das mudanças sugeridas a partir da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. O respeito à diversidade é um dos pilares básicos da Educação Inclusiva que se converte em alternativa para que os sistemas educacionais rompam, definitivamente, com as diferentes formas de exclusão educacional (SILVA, CASTRO; BRANCO, 2006, p. 08).

Neste sentido, a aprendizagem no espaço escolar, enquanto pressuposto, deve responder aos desafios das múltiplas diferenças encontradas, considerando, dessa maneira, a especificidade de cada aluno. Nessa visão, o ensino que considera as particularidades é o que de fato pode contribuir para atender à realidade social. É imprescindível um engajamento de toda a comunidade escolar para que aconteça a inclusão educacional, comprometida com a aprendizagem de tais discentes.

A Educação Brasileira já vinha se estruturando em relação à organização da educação especial, no entanto, a implantação da política de educação especial na perspectiva inclusiva só foi efetivada no ano de 2008. Naquele período, Aranha (2006) assinalava que as redes de ensino, por sua vez, ainda não disponibilizam de estrutura adequada para realizar um trabalho de qualidade, quando se trata da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. A educação escolar só poderia ser considerada inclusiva quando a estrutura organizacional favorecesse ao aluno um ensino de qualidade, considerando a especificidade individual, independente de: etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação (ARANHA, 2006).

Ainda nessa linha de pensamento, Aranha (2006, p. 8) já indicava que "a escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades e a elas respondem, com qualidade pedagógica". Considerando-se essa visão de escola inclusiva, percebe-se a relevância de discussões nas quais possibilitem concretizar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aulas regulares, e esta inclusão, favoreça o desenvolvimento das potencialidades desses alunos de forma significativa.

A escola tida como um espaço de grande importância para a formação dos indivíduos, na perspectiva social ou crítica, leva o sujeito a reconhecer o papel primordial na construção da sociedade como um todo. Com isso, no desenvolver das práticas educacionais, é preciso considerar que "os indivíduos dos processos inclusivos são sujeitos com múltiplas e históricas necessidades" (OLIVEIRA, 2009, p. 21).

Nesse contexto, o ambiente escolar pode ser um lugar que proporcione aos alunos um despertar para valores sociais, os quais contribuam para a construção de um mundo mais justo, com menos desigualdades e discriminações. Assim sendo, faz-se necessário uma colaboração para transformar as ações das crianças, de modo que, desde a infância haja formas de aprender a respeitar e valorizar cada indivíduo, em suas especificidades. Nessa concepção, nos reportamos à Mantoan (1997, p. 05), quando escreve:

> A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural. (MANTOAN, 1997, p. 05).

Conforme a autora, fica evidente a grande responsabilidade da escola, considerando que, a depender do contexto, é o único lugar na qual as crianças têm acesso às brincadeiras, ao convívio social e a uma alimentação adequada. Contudo, esse espaço educacional vai além disso, tendo em vista que permite ao indivíduo conhecer aspectos do seu cotidiano pertencentes ao campo: cultural, econômico, político, social, os quais são adquiridos por meio do conhecimento. Nesse contexto, pensa-se na escola como um lugar no qual os indivíduos aprendem a atuar nos campos citados, de forma crítica e consciente.

A instituição de ensino, por sua vez, pode proporcionar complementos que enriqueçam a identidade social e cultural e trabalhar em favor da não discriminação e não exclusão, e estes aspectos englobam outros fatores primordiais, entre eles, ter profissionais preparados e qualificados para atender às demandas da sociedade, no tocante às necessidades educacionais especiais no âmbito escolar. Essas necessidades, apresentadas por alguns alunos, se dão por vezes em razão de "condições individuais, econômicas ou socioculturais" (BRASIL, 1999, p. 23). Seguindo essa linha, a educação dos sujeitos da inclusão deve ser "uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular" (BRASIL, 2008, p. 23).

É notória a urgência de maiores discussões acerca das necessidades educacionais específicas, para que a escola possa atender a estas de maneira apropriada. Vale salientar que, esse papel não corresponde apenas à escola, mas à sociedade de modo geral, pois a concepção de inclusão perpassa aspectos de ordem culturais e outros de ordem social.

Diante disso, Fogli (2010) salienta sobre a grande necessidade para se chegar a uma nova organização educacional no tocante às diretrizes e novos planos e estratégias educacionais, de modo a conseguir atender às diversas demandas surgidas na escola. Dessa maneira, é interessante uma leitura em relação à eliminação das barreiras que atrapalham o aluno, impedindo-o de aprender e de participar de forma significativa do ambiente de ensino. Para que isso aconteça, é imprescindível o repensar da política de educação inclusiva. A efetivação dessa política, por sua vez, implica em um desenvolvimento de ações estruturadas, as quais satisfaçam as particularidades e necessidades de cada aluno inserido no contexto educacional (KAFROUNI; PAN, 2001).

> A capacitação dos profissionais da educação, entretanto, não é a única variável envolvida no processo de inclusão. Creditar a responsabilidade pelo sucesso do processo de inclusão somente aos profissionais da educação seria desconsiderar uma série de questões importantes. Além disso, seria incorrer, de certa forma, no mesmo erro para o qual se procura alertar. Assim como não se pode atribuir ao aluno exclusivamente a responsabilidade por suas dificuldades, não se pode designar exclusivamente à escola a responsabilidade pelos obstáculos que vem encontrando. É preciso admitir que a escola e seus membros, frente à nova situação apresentada pela LDB, também têm suas "necessidades educativas especiais", pois as escolas precisam "aprender" a lidar com uma nova demanda (KAFROUNI; PAN 2001, p. 6-7).

A inclusão, de forma efetiva no âmbito escolar, depende necessariamente da capacidade, dos envolvidos nesse processo, de anular preconceitos, estabelecendo alteração do enfoque referente às diferenças, isso acarreta em "uma nova adequação das estruturas físicas e humanas, permitindo um movimento de qualidade de acordo com os critérios de acessibilidade" (ANDRADE, 2015, p. 10).

As práticas de inclusão no espaço escolar são tidas como algo desafiador e de constantes alterações a depender da especificidade do discente e do escopo que se destina. Dessa maneira, é importante olhar para as práticas pedagógicas e pensar a promoção de estratégias inclusivas. Vemos que há apontamentos, na legislação, por meio de cadernos, diretrizes, manuais, organizados por instâncias governamentais, mas isso não é suficiente para a realização de processos de fato inclusivos. Assim sendo, um olhar diferenciado para o cotidiano escolar e a atuação dos educadores e a criação de uma rede de apoio é algo imprescindível para a transformação dos espaços escolares em espaços de inclusão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como o que na literatura científica seria classificada como uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão acerca do tema proposto. Na perspectiva de Minayo:

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Assim sendo, não há, portanto, um interesse em quantificar, mas em conhecer o que é pensado sobre a temática, para poder fazer uma discussão sobre necessidades educacionais específicas, a partir do que é trazido pela literatura referente ao tema e mais que isso, pelo olhar lançado a documentos legais, que compõem as políticas educacionais de inclusão.

O recorte da pesquisa trazido no presente artigo diz respeito à análise de documentos da legislação educacional brasileira, no tocante à educação especial e inclusiva. Para tanto, selecionamos os seguintes documentos:

- **Declaração de Salamanca (1994)**[35] **-** Nessa declaração foram difundidos os princípios fundamentais da Educação Inclusiva, a qual enfatiza prerrogativas básicas no atendimento especializado aos indivíduos com necessidades educacionais especiais.
- **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996) -** A lei define e regulamenta o sistema educacional brasileiro. Foi criada com base nos princípios presentes na Constituição Federal (1988), que reafirma o direito à educação. Dedica dois artigos à educação especial.
- **Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 de Setembro de 2001:** Institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.
- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI, 2008)**: Inspirada no princípio constitucional do direito de todos à educação, a PNEEPEI afirma-se alinhada à defesa pelo acesso e permanência de todos os alunos nas escolas e definiu o público da Educação Especial. A política também acompanha os avanços do conhecimento e as lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes.
- **Resolução CNE/CEB Nº 4, de 2 de outubro de 2009:** Versa acerca da matrícula dos alunos com necessidades educacionais especiais na sala regular. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- **Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015) –** Estatuto da pessoa com deficiência. Surge com o objetivo de uma promoção de igualdade, no que se refere ao exercício dos direitos e das liberdades essenciais da pessoa com deficiência.

Partindo do entendimento de que os documentos apresentam narrativas que determinam a atuação governamental sobre determinado âmbitos e determinados públicos, olhamos para tais documentos em busca de narrativas sobre necessidades educacionais especiais e sobre a atuação dos professores para o processo de inclusão, para assim, compreender como são apresentadas (ou não) estratégias de inclusão e de promoção de aprendizagem dos alunos inclusivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao adotar a perspectiva inclusiva de educação é interessante pensar numa possibilidade de aperfeiçoamento da educação que possibilite o benefício referente ao pleno desenvolvimento de todos os alunos com necessidades educacionais específicas, necessidades estas que geralmente remetem ao público da educação especial, ou seja, alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Esta perspectiva é trazida na Declaração de Salamanca (1994), a qual indica que:

> Para promover uma Educação Inclusiva, o sistema educacional deve assumir que as "diferenças" humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem (SALAMANCA..., 1994, p .4).

[35] Este documento é de cunho internacional, mas trazemos também por ser um dos disparadores e norteadores da implantação da perspectiva educacional de inclusão.

Essa declaração, que segue a esteira da Declaração Universal de Educação para Todos (elaborada em 1990, na Conferência de Jomtien) versa sobre o acesso à escola regular àqueles com necessidades educacionais especiais, incumbindo a essa instituição "acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades" (SALAMANCA, 1994). Nessa perspectiva, tais escolas com "orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras", assim, é possível a construção de uma sociedade inclusiva de modo que a educação para todos seja de fato promovida. Essa noção de *Educação para Todos* "supõe satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos (crianças, jovens e adultos), reconhecendo que cada um desses segmentos apresenta necessidades diferentes" (BURIGO, 2002, p. 34).

A ideia de uma educação inclusiva é trazida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, o qual preconiza que "os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades" de forma que possa atender às "especificidades orgânicas, sensoriais, linguísticas, culturais, intelectuais e sociais." (BRASIL, 1999, p. 34). Nesse sentido, não basta inserir os alunos da educação especial nas escolas regulares, é necessário considerar as diferenças nas quais cada sujeito é constituído e (re)pensar currículos e metodologias para que as práticas pedagógicas sejam estendidas aos diversos públicos.

A ideia de que uma educação para todos deve ser atravessada por uma perspectiva de inclusão se faz presente em outros documentos legais, a destacar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, aponta que:

> Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

Nesse mesmo período, esse destaque é apresentado também no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, ao indicar que "o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana". Vemos, entretanto, que a reorganização da educação de forma a contemplar essa perspectiva acontece de forma processual. Só em 2008 acontece a implantação de uma política firmando a inclusão escolar.

Ao serem constituídos os objetivos e metas para que "os sistemas de ensino favoreçam o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação" (PNEEPI, 2008), é realizado um apanhado do sistema educacional, no qual foi apontado um *déficit* alusivo à oferta de matrículas para aluno com deficiência nas salas de aulas regulares, bem como à ausência de formação docente que possibilitasse aos profissionais conhecimentos pertinentes a atuação com alunos com necessidades educacionais especiais. A PNEEPI (2008) destaca, ainda, a falta de acessibilidade física e de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse atendimento conforme a Resolução CNE/CEB Nº 4, de 2 de outubro de 2009, artigo 2°, tem função de: "complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem".

Outro aspecto de grande importância para ser discutido nos espaços escolares é o termo Necessidades Educacionais Especiais. Por muito tempo e em muitos âmbitos o termo *especial* é atribuído às pessoas com deficiências e isso se estendeu aos espaços educacionais. Conceituar deficiência concerne às condições orgânicas do sujeito, resultando ou não em uma necessidade educacional especial (FOGLI, 210). Por outro lado, o conceito de necessidade educacional especial está relacionado à interação do indivíduo com os conteúdos, a proposta pedagógica e as ações sociais com a qual ele se depara no âmbito escolar. O surgimento da expressão Necessidades

Educacionais Especiais deu-se com o intuito de diminuir ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias utilizadas para diferenciar os indivíduos em suas particularidades, referentes às limitações: físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, entre outras (BRASIL, 2007).

Sobre isso, trazemos um trecho do documento das diretrizes nacionais da educação especial para a educação básica (BRASIL, 2001):

> Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais especiais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p. 33).

Diante disso, as ações educacionais devem ser pensadas no sentido de acesso e permanência dos alunos na escola. Logo, é imprescindível reconhecer as necessidades educacionais como algo heterogêneo. De acordo com Glat; Pletsh, Fontes (2007, p. 349), trata-se de "[...] uma condição individual e específica, um produto da interação do aluno com o contexto escolar em que a aprendizagem deverá se dar". Ainda segundo as autoras, desse modo, dois alunos com o mesmo tipo e grau de deficiência podem necessitar de adaptações diferenciadas, seja de recursos didáticos e/ou metodológicos. Paralelo a isso, um educando que não tenha qualquer deficiência, pode, sob determinadas circunstâncias, apresentar dificuldades para aprendizagem escolar formal que demandem apoio especializado. Reconhecer as diferenças é, portanto, um passo inicial para pensar a inclusão escolar. Em acordo com Mantoan (2003, p.18):

> A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas — sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa "o que" e "como" a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.

E, assim, pensar que os espaços educacionais possam reconhecer as diferenças e de fato desenvolvam práticas que possam promover aprendizagem dos diversos sujeitos.

É importante destacar que o desenvolvimento da educação especial no Brasil não aconteceu de forma linear. Vários fatores marcaram as perspectivas e estratégias de atuação com o público dessa modalidade educacional. Para compreender o discurso recorrente de que a inclusão escolar é difícil e, portanto, um dos problemas do sistema educacional faz-se necessário conhecer como se deram esses processos de lutas e de criação de políticas que provocaram uma busca pela transformação dos espaços escolares.

Considerando as lutas dos movimentos das pessoas com deficiências como importantes para os processos escolares de inclusão, trazemos também o documento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146 de 2015, instituída quase uma década depois da implantação da política de educação na perspectiva inclusiva. Esse documento, no capítulo IV, Art. 27, afirma que:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível

> de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, não paginado).

Esse Estatuto preconiza que cabe ao poder público assegurar e garantir um sistema educacional inclusivo em todas as modalidades de ensino e aponta, ainda, algumas especificações como, por exemplo, a oferta da educação bilíngue para os surdos, assim como "adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado" (BRASIL, 2015, não paginado). Podemos destacar a partir desse documento a busca pelo rompimento das diversas barreiras (urbanísticas, arquitetônicas, de transporte, atitudinais, na comunicação e informação e tecnológicas) que limitem ou impeçam as pessoas com deficiências de terem uma participação nas mais diversas instâncias da vida social.

Vemos, portanto, uma articulação da política de educação inclusiva, por meio de leis, decretos, resoluções, dentre outros documentos legais, que são organizados no sentido de garantir uma educação para todos. Essas políticas educacionais são operacionalizadas de forma a constituírem formas de governo sobre determinados grupos, indicando como certos públicos, tidos como anteriormente excluídos, devem ser inseridos e assistidos nos espaços escolares e educacionais. Esses documentos apontam para a necessidade de reestruturação desses espaços, bem como para a necessidade de formação de educadores que construam práticas pedagógicas que respondam às necessidades educacionais especiais/específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi discutir sobre as necessidades educacionais especiais, a partir de documentos legais sobre educação. Para tanto, trouxemos recortes desses documentos, como forma de pôr em discussão o entendimento sobre o que significa tais necessidades e como é possível pensar os processos de inclusão escolar. A promoção de processos de inclusão implica em promover a interação e aprendizagem do aluno com NEE no ambiente da escola regular, de forma que este aluno possa se desenvolver ao longo do processo de escolarização. Para tanto, é essencial uma reorganização que promova mudanças no cotidiano escolar. Mudanças essas que venham ao encontro as necessidades educacionais dos sujeitos da inclusão.

O direito à Educação é algo que está posto na Constituição Federal (1988), mas que passa por um constante processo de reafirmação junto à implementação de políticas educacionais. A inserção de alunos da educação especial na rede regular de ensino não tem sido suficiente para garantir a inclusão escolar. Há que se considerar que todos os sujeitos têm direito à diferença sempre que houver necessidade de alguma diferenciação para garantir participação e aprendizagem. Isso supõe que se todos os indivíduos têm características diversas entre si, é importante diferenciá-las, e propor estratégias pedagógicas diferenciadas e adequando-as para lidar e trabalhar com turmas heterogêneas. Somado a isso é necessária a criação de redes de apoio.

Em suma, há uma ênfase em uma reorganização estrutural, bem como adequações pautadas numa melhoria, sempre que necessário, na questão pedagógica, para garantir a igualdade de condições e oportunidades no processo de ensino e aprendizagem no espaço escolar. Há uma articulação nas políticas educacionais de inclusão que necessita ser conhecida pelos atores da educação e que, por conseguinte, seja de fato executada nos ambientes escolares e educacionais.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Helen, Cristina, Viana. **Atuação docente na sala de Recursos Multifuncionais da rede municipal de Macapá/AP**. 2018. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. Disponível:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10831/ALVES_Helen_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de Abril de 2020.

2. ANDRADE, Gilberto Penha de. **O aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais por meio do uso da informática na escola,** 2015**.** Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/o-aprendizado-aluno-com-necessidades-educacionais-especiais-por-meio-uso-informatica-escola.htm. Acesso em: 17/09/2019.
3. ARANHA, M. S. **Inclusão social e municipalização**. Em E. Manzini (Org), Educação especial: temas atuais. Marília: UNESP-Marília Publicações, 2006.
4. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.
5. _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares.** Brasília: MEC/SEESP, 1999.
6. _____**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB/SEESP, 2001.
7. _____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001.
8. _____. **Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
9. _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.
10. _____. Resolução CNE/CEB 04 de 02 de outubro de 2009**. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.** Brasília: Ministério da Educação, 2009.
11. _____. **Lei Brasileira de Inclusão. Lei n° 13.146/15.** Brasília: Planalto, 2015 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 18 de Dezembro de 2019.
12. BURIGO, Simone A. Couto de Oliveira. **Educação inclusiva e a formação de professores na abordagem histórico-cultural.** Dissertação de Mestrado. INIJUI, 2002.
13. FOGLI, B. F. C. S. **A Dialética da Inclusão em Educação: uma possibilidade num cenário de contradições – Um estudo de caso sobre a implementação da política de Inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino Faetec**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
14. GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação (UFMS)**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/678/487**.** Acesso em: 26 de jul. 2020.
15. JUSEVICIUS, V. C**. Inclusão escolar e alunos com necessidades educativas especiais: fala de professores.** Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002.
16. KAFROUNI, Roberta Mastrantonio; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **Interação em Psicologia,** Curitiba, v. 5, dec. 2001. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3316. Acesso em: 29 jul. 2020
17. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).
18. MANTOAN, Maria Tereza Englér. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?** Em M. T. Mantoan (Org.), A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

19. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete aluno com necessidades especiais**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/aluno-com-necessidades-especiais/>. Acesso em: 19 de abr. 2020.
20. MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade** - Petrópolis: Vozes, 1995.
21. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
22. PAULON, Simone Mainieri. FREITAS, Lia Beatriz de. PINHO, Lucca, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
23. SANDOVAL, M. et al. **Index for Inclusion: una guia para la evaluacion y mejora de la educacion inclusiva**. Contextos Educativos, 2002.
24. SANTOS, M, P. SOUZA, L, P. ALVES, R. V & GONZAGA, S. A. **Educação especial: redefinir ou continuar excluindo?** São Paulo: Integração, 2002.
25. SANTOS, M. P. **O papel do ensino superior na proposta de uma Educação inclusiva.** Revista da Faculdade de Educação da UFF, n. 7, p. 78-91, maio 2003.
26. SILVA, A. F.; CASTRO, A. L. B.; BRANCO, M. C. M. C. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais** - deficiência física. Brasília –DF: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf. Acesso em 19 de abril de 2020.

(Re)Pensando a Inclusão Escolar: uma experiência no Programa Residência Pedagógica

(Re) Thinking about School Inclusion: an experience in the Pedagogical Residency Program

Fabiana dos Santos Dias Duarte[1]; Graciele Oliveira Faustino[2]

[1]Graduanda em Pedagogia. Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – *Campus* III. E-mail: fabbyan.santtos@outlook.com
[2]Professora. Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – *Campus* III. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: graciele.oliveira@uneal.edu.br

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar um estudo de caso de inclusão escolar por meio das experiências vivenciadas através do Programa da Residência Pedagógica (PRP), na área de Pedagogia. O estágio no referido programa se deu em uma escola da rede municipal de Palmeira dos Índios-AL. O PRP possibilita uma experiência relevante para professores em formação, pois possibilita maximizar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação, promovendo uma atuação que concilia teoria e prática. Com uma duração de 18 meses, o estágio consistiu nas seguintes etapas: observação (da dinâmica da escola, da sala de aula e das práticas docentes), elaboração de projeto de intervenção, e execução desse projeto. Por considerar uma vivência única e relevante para a formação docente, recorremos ao conceito de *experiência*, de Jorge Larrosa Bondía (2002), como forma de discutir a inclusão escolar pensada a partir das ações desenvolvidas ao longo do referido estágio. A identificação da dificuldade em se trabalhar com alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE), devido a alguma deficiência, transtorno ou condição de diferença apresentada por esses sujeitos, levou-nos a repensar as práticas pedagógicas, para que estas possam ser de fato inclusivas. Trazemos, então, para o presente trabalho, o caso de um aluno com NEE, que apresentou progressos a partir das atividades desenvolvidas no PRP. Vale destacar que durante a execução do Programa de Residência Pedagógica, foi de grande relevância o conhecimento e embasamento teórico, para a atuação na escola campo de estágio, tendo em vista que a mesma permitiu uma compreensão mais consistente acerca da atuação em sala de aula. Em linhas gerais, algumas intervenções realizadas durante o estágio foram extremamente relevantes e necessárias para o entendimento da importância da realização de observação e de planejamento, e do olhar mais aguçado para as relações interpessoais nesse espaço educacional, para a promoção da inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Residência pedagógica. Prática docente. Inclusão.

ABSTRACT: This article aims to present a case study of school inclusion through experiences lived through the Pedagogical Residency Program (PRP), in the area of Pedagogy. The internship in this program was carried out at a municipal school in Palmeira dos Índios-AL. The PRP provides a relevant experience for teachers in training, as it provides for maximizing the knowledge acquired during the undergraduate course and makes it possible to combine theory and practice. With 18-months duration, the internship consisted of the following stages: observation (dynamics of the school, classroom and teaching practices), elaboration of an intervention project, and execution of that project. As it considers a unique and relevant experience for teacher education, we resort to the concept of experience, by Jorge Larrosa (2002), as a way to discuss school inclusion, based on the actions developed during that internship. The identification of the difficulty in working with students with Special Educational Needs, due to some disability, disorder or condition of difference presented by these subjects, led us to rethink the pedagogical practices, so that they can be truly inclusive. We bring, then, to the present work, the case of a student with Special Educational Needs, who showed progress from the activities developed in the

PRP. It is worth mentioning that during the execution of the Pedagogical Residency Program, the theoretical knowledge and foundation was of great relevance for the performance in the internship field school, considering that it allowed a more consistent understanding about the performance in the classroom. In general, some interventions carried out during the internship were extremely relevant and necessary to understand the importance of observing and planning, and to take a closer look at interpersonal relationships in this educational space, to promote inclusion.

KEYWORDS: Pedagogical residence. Teaching practic. Inclusion.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se empreende nas áreas da educação inclusiva e da política nacional de formação de professores. Para tanto, trazemos como objetivo apresentar um estudo de caso de inclusão escolar realizado em um estágio do Programa Residência Pedagógica em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Alagoas, em uma escola do município de Palmeira dos Índios/AL.

O Programa da Residência Pedagógica (PRP) integra a política nacional de formação de professores, tendo a premissa de que deve ser assegurado aos estudantes dos cursos de licenciatura o desenvolvimento de competências e habilidades para atuar na educação básica. Este programa consiste em "uma atividade de formação realizada por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo" (BRASIL, 2018, não paginado).

No decorrer de todas as atividades desenvolvidas na escola-campo, contamos com a orientação de um professor preceptor, bem como com a orientação da coordenação do programa. Para tanto, o Programa da Residência Pedagógica tem como intuito o estreitamento da relação entre a comunidade acadêmica e a educação básica, tendo as escolas da educação básica e suas práticas como *lócus* de atuação.

A experiência de estágio no referido programa possibilita uma aproximação com o cotidiano da escola, de forma a conhecer de perto as práticas pedagógicas, ao longo do processo de formação docente. A partir disso, é possível identificar a execução ou não de práticas inclusivas. Mesmo que o foco do trabalho da residência não tenha sido a educação especial, essa modalidade atravessou todo o período de estágio, despertando-nos o olhar para as possibilidades de atuação de forma inclusiva, no tocante ao espaço escolar e educacional.

A ideia de experiência aqui trazida apresenta uma conotação para além da noção de vivência ou de execução prática de algo ou de alguma coisa. Na esteira de estudos pós-estruturalistas, recorremos à noção de *experiência* pensada a partir das discussões e estudos de Jorge Larrosa. Assim sendo, tomamos a experiência como algo que nos acontece e nos transforma enquanto sujeitos da educação.

Diante disso, trazemos uma experiência vivenciada no PRP como forma de discutir a inclusão escolar. Para tanto, adotamos o estudo de caso como proposta metodológica para este trabalho. Somados à observação participante e aos registros em diários de campo, feitos durante o estágio, consideramos os planejamentos e intervenções realizadas, para assim delinear o caso que ora apresentamos.

Para fins deste texto falaremos sobre o Programa Residência Pedagógica, que é tomado como uma experiência fundamental para a formação de qualidade de futuros professores e, a partir do estágio vivenciado no referido programa, discutiremos sobre inclusão escolar. Traremos, então, relatos da experiência de regência na sala de aula, realizada por meio de um projeto de intervenção pedagógica, apresentando o caso específico de um aluno que apresenta o que se considera como necessidades educacionais especiais.

ASPECTOS TEÓRICOS

Frequentemente, deparamo-nos com discursos de que a formação inicial muitas vezes não contempla de forma suficiente as competências e habilidades exigidas para o exercício da profissão docente, demandando de cada sujeito a busca por formações complementares. Em vista disso, acredita-se que a Residência Pedagógica desempenha um papel de grande relevância, uma vez que insere os alunos de graduação no meio escolar, para vivenciar a prática ainda durante a sua formação. Althaus (1997, p. 72) afirma que "o despertar pedagógico começa a se manifestar [...] no momento em que os alunos realizam estágios nas escolas". Com isso, entendemos que o estágio aproxima os possíveis professores em formação das realidades nas quais eles atuarão.

Os estágios curriculares são de fundamental importância para os universitários, pois lhes permite colocar em prática o que aprendem em termos teóricos e epistemológicos no meio acadêmico. Através de estágios, estudantes de graduação têm uma base mais ampla para sua futura atuação profissional. Aliar teoria e prática nos cursos de graduação constitui preocupação de todos os envolvidos no processo de aprendizagem dos alunos, particularmente nas licenciaturas, uma vez que se trata de cursos que têm o objetivo inicial de formar professores nas mais diversas áreas, para atuarem, principalmente, na educação básica. Ao discorrer sobre essa relação entre teoria e prática, tão apontada no campo dos estágios docentes, Lima e Pimenta (2006), explicam que:

> [...] É necessário explicitar-se os conceitos de prática e de teoria e como compreendemos a superação da fragmentação entre elas a partir do conceito de práxis, o que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade. O estágio como pesquisa já se encontra presente em práticas de grupos isolados. No entanto, entendemos que precisa ser assumido como horizonte ou utopia a ser conquistada no projeto dos cursos de formação [...]. (LIMA; PIMENTA, 2006, p. 7).

A prática não pode ser uma mera reprodução de modelos. É preciso compreender que toda prática está fundamentada numa teoria. Teoria e prática não estão dissociadas. A atuação profissional demanda de fundamentos epistemológicos, para que não seja esvaziada. Diante disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96, art. 61, parágrafo único) corrobora esse aspecto, reafirmando que a formação dos profissionais da educação terá como fundamentos:

> I - A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho. II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço (BRASIL, 1996).

Os estágios curriculares já têm se configurado como espaços de experiências e trocas de conhecimentos. A Residência Pedagógica, portanto, emerge como forma de aprimorar o processo de formação docente. Nesse sentido, concordamos com Calderano (2014, não paginado) quando afirma que "[...] tanto a Universidade quanto a Escola são simultaneamente responsáveis pela formação e pela prática docente, embora tais responsabilidades não lhes sejam exclusivas". Logo, entendemos que os estágios curriculares obrigatórios, assim como os estágios promovidos por meio de programas específicos, tais com o da Residência, devem ser pensados como espaços que

promovam uma formação crítica e reflexiva, que aproxime os graduandos das licenciaturas das diferentes realidades escolares e educacionais.

A experiência na Residência Pedagógica deve ser pensada também em conjunto com a produção de conhecimento científico. A formação crítica também se dá ao passo em que as práticas são pensadas em termos de objetos de estudo. Isso diz respeito a um compromisso da universidade com a sociedade. Como afirma Mazzeu (2009, n.p.) "ninguém promove o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de construir em si mesmo. [...] Ou a autonomia que não teve a oportunidade de construir". Assim sendo, é importante e necessária a produção acadêmica sobre tais atividades e levá-la ao conhecimento das mais diversas comunidades.

É por meio dos estágios que os graduandos conhecem a realidade da atuação como professor em sala de aula, a qual precisa ser eficaz, contextualizada, partindo das necessidades reais do cotidiano dos sujeitos envolvidos. Ao trazer a experiência de estágio na Residência Pedagógica, concordamos com Lima e Pimenta (2006), ao dizer que:

> [...] O estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa. (LIMA; PIMENTA, 2006, p. 6).

O processo de formação dos professores pode ser determinante para uma atuação profissional de qualidade e consistente com os contextos nos quais atividades pedagógicas sejam desenvolvidas. Os educadores, como mediadores do processo de ensino e de aprendizagem, devem considerar a realidade da qual cada aluno está inserido, com vistas ao pleno desenvolvimento dos processos educacionais. Para tanto, é por meio de estudos, do contato com discussões e perspectivas teóricas e filosóficas e do olhar investigativo de pesquisador que os conhecimentos construídos ao longo do curso de formação podem ser empregados nos diversos espaços educacionais.

As práticas educacionais têm seus fundamentos teóricos, baseados em perspectivas filosóficas, sociais e culturais. Contudo, as bases epistemológicas da educação, parecem se esvaziar no cotidiano escolar. Tais fundamentos, por vezes, ficam restritos à academia, evidenciando um distanciamento da universidade com a sociedade em geral e, neste caso, com a educação básica. Ao tomar a formação docente como alvo de políticas educacionais, deparamo-nos com uma minimização desse distanciamento.

O Programa Residência Pedagógica tem sido uma das ações recentes da política de formação de professores. A implantação e execução desse programa tem possibilitado que estudantes de cursos de licenciaturas façam uma imersão nas escolas da rede regular de ensino e, com isso, conheçam o cotidiano escolar e educacional, ao longo de seus processos iniciais de formação. Este programa foi lançado pelo Ministério da Educação, no ano de 2018, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o intuito de estimular a articulação ente teoria e prática e promover aproximação dos graduandos dos cursos de licenciaturas com a educação básica. Destacamos, então, que os objetivos desse programa consistem em:

> I. Aperfeiçoar a formação dos discentes dos cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras

> didáticas e metodologias; II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e aquelas que receberão os egressos das licenciaturas, além de estimular o protagonismo das redes de ensino na formação de professores; e IV. Promover a adequação dos currículos e das propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (BRASIL, 2018, *online*).

Nesse sentido, o programa tem na sua proposta que os residentes frequentem uma escola-campo onde farão um levantamento documental da instituição, orientado por um professor preceptor ou uma preceptora, para depois observar a prática docente e produzir um projeto de intervenção, que contribua para o ensino e aprendizagem dos alunos da turma observada. A intervenção pedagógica em um espaço educacional não deve acontecer de forma aleatória, sem que antes seja realizado um levantamento das possíveis necessidades desse espaço. Nesse sentido, de acordo com Imbernón (2010),

> [...] a formação centrada na escola envolve estratégias, empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo que respondam às necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade de ensino e aprendizagem em sala de aula nas escolas. (IMBERNÓN, 2010, p. 85).

Seguindo na perspectiva do autor supracitado, o termo formação centrada na escola diz respeito a tomar essa instituição como um espaço prioritário de formação, ou seja, as experiências formativas dos alunos de graduação em licenciaturas acontecendo nos espaços educacionais, que constituirão seus futuros campos de atuação. Assim sendo, a residência pedagógica tem papel fundamental na formação inicial dos alunos do curso de licenciatura, como já mencionado acima, pois é o momento no qual o discente se apropria de uma realidade que anteriormente se referia a uma abordagem vinculada apenas em debates no meio acadêmico. O programa parte do princípio de imersão dos discentes durante um período consecutivo em todas as atividades desenvolvidas na instituição escolar que lhe é designado e orientado pelo professor ou professora preceptor(a).

O PRP, portanto, possibilita a aproximação da universidade com a Educação Básica, além de promover o conhecimento concreto sobre o cotidiano escolar. Diante disso, estudantes residentes se deparam com as diversas modalidades de ensino e, com isso, compreenderem a dinâmica da atuação docente nas escolas regulares. Assim sendo, no contato direto com os espaços educacionais os residentes se deparam com alunos da educação especial, ou seja, com os alunos que de alguma forma apresentam necessidades educativas específicas e que podem ou não estar sendo assistidos pelo Atendimento Educacional Especializado. Isso demanda, portanto, um conhecimento sobre a perspectiva inclusiva de educação.

Educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea, que objetiva garantia do direito de todos à educação. A educação inclusiva implica em condições iguais de oportunidades, bem como a valorização dos indivíduos em suas diferenças, de tal modo que contemple as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos (BRASIL, 2008). Essa educação pressupõe a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção (FLOGI, 2010). Assim:

> Inclusão, hoje, significa superação da discriminação e da não acessibilidade a bens essenciais, entre os quais destacamos aqui a Educação, a educação inclusiva, de todos os estudantes que, por razões várias (comportamentais, deficiência ou pobreza, entre outros), dela são excluídos. (SANCHES, 2011 p. 43).

Paralelo a isso, na perspectiva de incluir e inspirada no princípio constitucional do direito de todos à educação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) afirma-se alinhada à defesa pelo acesso e permanência de todos os alunos nas escolas regulares. Desse modo, é interessante pensar no aperfeiçoamento da educação, possibilitando o benefício no que concerne ao pleno desenvolvimento de todos os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais/específicas. Estas, que por sua vez, geralmente são atribuídas ao público da educação especial: pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Nessa concepção de educação, enquanto direito fundamental da pessoa com necessidades especiais/específicas, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei nº 13.146/15, vem reafirmar e assegurar o atendimento inclusivo em todos os níveis e que o aprendizado seja garantido ao longo de toda escolarização. Tal lei reafirma o que foi postulado em 1994, na Declaração de Salamanca, na qual "para promover uma Educação Inclusiva, o sistema educacional deve assumir que as 'diferenças' humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades", para que deste modo os indivíduos possam "[...] alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais segundo suas características" (BRASIL, 2015, p. 07). Esta lei recomenda o respeito aos interesses e necessidades de aprendizagem de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo inserido no espaço escolar.

Nessa visão, observa-se que a Declaração de Salamanca (1994), a PNEEPI (2008), assim como a LBI (2015), recomenda que todos os alunos estudem juntos, sendo respeitado o tempo de aprendizagem de cada um. Essa aprendizagem deve ser pautada no respeito às peculiaridades de cada indivíduo, objetivando o desenvolvimento amplo de suas potencialidades. Diante disso, a intervenção pedagógica, no estágio do PRP, foi pensada considerando a perspectiva inclusiva, de modo a contemplar as especificidades dos discentes.

Segundo Larrosa Bondía, "a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece" (BONDÍA, 2002, p. 21). Assim, é importante tomar a experiência não só como prática de algo, mas como algo que nos subjetiva e nos transforma enquanto educadores. Foi considerando a experiência no Programa Residência Pedagógica, em uma escola do município de Palmeira dos Índios/AL, como uma experiência subjetiva e de transformação que depreendemos o presente trabalho. Assim sendo, traremos um relato de atuação no referido programa, como forma de apresentar e discutir sobre a inclusão escolar. A noção de experiência, de Jorge Larrosa, será trazida, então, como ferramenta conceitual nesta discussão.

Falar sobre experiência da residência pedagógica diz respeito a falar sobre a possibilidade de pensar a atuação docente no processo de formação acadêmica. De acordo com Jorge Larrosa "o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos" (BONDÍA, 2002, p. 24). Então, falar sobre a vivência da experiência na escola está mais atrelado àquilo que nos toca na atuação com os mais diversos públicos no cotidiano escolar.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Consideramos para esse estudo o que Minayo classifica como pesquisa de análise qualitativa, por trabalhar com um "universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2001, p. 22). Pois, a partir do estágio de residência pedagógica buscamos, como afirma Minayo (2001, p. 07), "compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos", utilizando a observação, experiência e a vivência participativa no cotidiano escolar, como forma de "[...] compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada".

O estágio da Residência Pedagógica consiste na imersão de alunos residentes nas escolas regulares. Isso possibilita pensar a interlocução de teoria e prática, bem como a pesquisa acadêmica, durante a formação docente. No presente trabalho, a imersão se deu na turma do 5º ano do ensino fundamental, de uma escola da rede municipal de Palmeira dos Índios- AL, como já citado anteriormente. O acompanhamento das atividades da residência foi realizado por uma preceptora (professora regente da turma) e pela coordenação do programa na respectiva universidade. O estágio consistiu em uma etapa inicial de ambientação e observação, seguida de elaboração e posterior execução de um projeto de intervenção pedagógica.

O contato direto com a sala de aula leva a uma aproximação com os alunos da mesma. Dessa forma, aos pouco é possível conhecer a dinâmica da turma e as realidades dos alunos da mesma. A presença de residentes passa a fazer parte do dia a dia da sala de aula, isso faz com que sejam criados vínculos entre residentes, professora e alunos. Ao longo do estágio foram realizados leituras e estudos, que puderam subsidiar o acompanhamento e entendimento das práticas pedagógicas, bem como das possíveis demandas que emergiram nesse espaço escolar. Assim sendo, o projeto de intervenção foi elaborado a partir das observações e análises desse espaço.

Na fase de observação foi possível identificar alunos que apresentam necessidades educacionais especiais/específicas (NEE). A partir disso, trazemos o caso de um aluno considerado como aluno com NEE. A adoção do estudo de caso tem a ver com o interesse em tecer a discussão considerando a possibilidade de explorar um determinado fenômeno, neste caso a inclusão escolar, em um determinado contexto e situação.

Na turma em que fora realizado o estágio, foi possível observar que havia um aluno com necessidades educacionais especiais, o qual chamaremos de Kaio (nome fictício), acompanhado, inicialmente, de um auxiliar de sala. Este aluno não parava para se concentrar, andava sempre de um lado para o outro, expressando muita inquietação, além de não querer permanecer na sala de aula. Nas atividades recreativas, ele agredia outros alunos, afastando, assim, as outras crianças e gerando medo nos colegas. Nos trabalhos que eram em grupo os outros alunos não aceitavam trabalhar com ele. Além desses aspectos comportamentais, Kaio ainda não sabia ler e tinha dificuldade na escrita.

Isso nos inquietou. Começamos a pensar em estratégias pedagógicas que pudessem possibilitar a interação entre todos, e aulas que fossem mais atrativas, para despertar o interesse desse aluno.

Kaio vem de um contexto de vulnerabilidade social e já era conhecido pelos demais professores e profissionais da escola. Segundo a professora regente da sala, tratava-se de uma criança com diagnóstico de transtorno de comportamento antissocial. Além disso, era irrequieto, assemelhando-se algumas vezes à hiperatividade, somando-se com *déficit* de atenção.

Esse aluno apresentava dificuldades de aprendizagem, tanto para leitura quanto para a escrita, mas o que mais chamou a atenção foi o fato de que os demais alunos da turma não aceitavam fazer atividades junto com ele, devido ao seu comportamento agressivo. Diante disso, na elaboração do projeto de intervenção, foram pensadas atividades que de alguma forma pudessem incluí-lo. A seguir apresentaremos como foram desenvolvidas essas atividades e como se deu a participação de referido aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento os alunos mostraram-se receptivos e perguntaram se as residentes também seriam suas professoras. A professora preceptora explicou que *a priori* seria realizada apenas observação, depois seria desenvolvido um trabalho pedagógico com eles. Então, foi-lhes explicado o que seria o Programa da Residência Pedagógica e como seriam desenvolvidos os trabalhos.

Durante o período de observação da prática da professora e análise dos dados registrados no caderno de campo, foi perceptível o interesse dos alunos por atividades diferentes, práticas e lúdicas, fugindo do que geralmente é entendido como modelo tradicional de ensino. Importante destacar que a escola conta com a presença de alunos da educação especial, ou seja, alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades. Logo, nessa turma contamos com a inserção de um desses alunos, o qual trazemos com caso para discussão.

Foi possível identificar que havia problemas no tocante à interação desse aluno com os demais e, em diálogos com a professora e demais profissionais dessa escola, identificamos o quanto esse aluno já estava rotulado como problema. Trazemos aqui as palavras de Camargo (2017) em relação aos alunos que apresentam alguma necessidade educacional específica:

> Os indivíduos citados estão aptos a aprender qualquer conteúdo ensinado, [...] mas em linhas gerais, não encontraram ou não encontram condições educativas específicas para sua aprendizagem no contexto escolar (um dos ambientes mais importantes de inclusão). Representam uma quantidade significativa de cidadãos que necessitam ou já necessitaram de algum tipo de preocupação diferenciada quanto às práticas de ensino [...]. Diferenciadas não no sentido excludente, mas no sentido de uma atenção especial as características próprias desses indivíduos, características estas, que exigem a elaboração ou adaptação de métodos de ensino e formas de avaliação. (CAMARGO, 2017, n.p.).

Entendemos que isso seria o caso de Kaio e que, portanto, seria necessário pensar em desenvolver as atividades de forma que ele fosse incluído e que os demais alunos compreendessem suas particularidades. Pois, durante as observações da prática docente, ficou perceptível que havia mais interação entre os alunos quando se tratava de atividades práticas, mas o referido aluno o aluno não era incluído nas atividades. A maioria da turma gostava de ir para frente, apresentar os trabalhos produzidos. Já a minoria se retraia e não apresentava. É possível inferir que a ideia de necessidade educacional especial não diz respeito somente à questão da aprendizagem, mas também à falta de interação, a dificuldade de criação de vínculos e à rotulação do aluno como problema, devido principalmente ao aspecto comportamental do mesmo.

Essa fase de observação foi de extrema importância para conhecer o nível de cada discente, em termos de aprendizagem dos componentes curriculares. Ou seja, o período de observação possibilitou a realização de um diagnóstico da turma para, assim, produzirmos o projeto de intervenção.

Foi possível identificar que o *déficit* de alguns alunos estava relacionado à leitura e interpretação de texto. Muitos demonstravam que não gostavam de ler. No que se refere à convivência com os demais e ao comportamento, percebemos a falta de respeito em esperar o tempo do outro, além da atitude de exclusão do aluno com necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, produzimos o projeto de intervenção com o intuito de contribuir para a formação daqueles alunos, despertando tanto o prazer pela leitura e escrita, como também a promoção de mais interação e melhor entrosamento da turma. No diálogo com a professora regente houve a possibilidade de pensar uma intervenção com um olhar mais voltado para a questão da inclusão, principalmente, levando em conta os alunos que apresentavam mais dificuldades.

Percebemos que Kaio gostava muito de atividades práticas e era muito observador, então consideramos a realização de atividades dinâmicas, que de alguma forma despertasse sua atenção. Importante destacar que esse aluno passou a ter uma aproximação com as alunas residentes, ao se perceber acolhido por elas nas atividades.

No projeto de intervenção foram utilizadas dinâmicas em grupo. Concordamos com Perpétuo e Gonçalves (2005, p. 2), quando sugerem que:

> [...] a dinâmica de grupo constitui um valioso instrumento educacional que pode ser utilizado para trabalhar o ensino-aprendizagem quando opta-se por uma concepção de educação que valoriza tanto a teoria quanto a prática e considera todos os envolvidos neste processo como sujeitos. (PERPÉTUO; GONÇALVES, 2005, p. 2),

Foi pensando na promoção da aprendizagem por meio da dinâmica de grupo como ferramenta que realizamos algumas atividades. No primeiro momento de intervenção pedagógica foi aplicada uma dinâmica intitulada "Conhecendo o Eu". Inicialmente, Kaio se retraiu, saiu de perto (vale informar que neste momento Kaio não estava mais com o professor auxiliar) então, foi convidado novamente para participar junto com os outros alunos. O mesmo não aceitou alegando que os outros não gostavam dele. Após uma conversa com ele, o mesmo se disponibilizou e dirigiu-se para a fila, distribuiu as fichas e se posicionou próximo, então lhe foi solicitado que participasse da dinâmica com todos. Nesse momento os outros alunos ficaram surpresos porque não queriam o Kaio ali, mas após um diálogo eles o aceitaram. Kaio participou, como os outros alunos, obedeceu as regras, e não rasgou as fichas. Os demais alunos tinham uma concepção de que ele era "arengueiro", "preguiçoso" e não sabia se comportar. Ressaltamos aqui que partimos do entendimento que seria possível possibilitar ao Kaio perceber que ele podia interagir com os outros de forma harmoniosa.

Os alunos da sala não haviam tido oportunidade de conhecer e aceitar o Kaio como um indivíduo com potencialidades. Brzozowski e Caponi (2009) pontuam que a falta de conhecimento de como lidar com o aluno com necessidades específicas, leva os sujeitos envolvidos a verem esses indivíduos como "preguiçosos" e "mal-educados". A ausência de conhecimento acerca das diferenças na sala de aula gera rejeição a quem não corresponde ao esperado no ambiente de ensino (FOGLI, 2010). Os demais alunos excluíam Kaio tanto das atividades em grupo, quanto das brincadeiras.

Considerando que a proposta pedagógica da referida escola, a qual trabalha com a perspectiva inclusiva de educação, é pautada na oferta de oportunidades de aprendizagem diversificadas para os alunos, recorremos a Rodrigues (2006, p. 11), quando explica que "se a diferença é comum a todos e assumimos a classe como heterogênea é importante responder a essa heterogeneidade em termos de estratégias de ensino e aprendizagem". Tal afirmação supõe que as diferenças concernentes à aprendizagem sejam asseguradas a partir de metodologias adequadas aos discentes. Ou seja, é necessário pensar que as estratégias pedagógicas devem ser elaboradas a partir de um olhar para as diferenças.

A atividade também consistiu na leitura de uma fábula sobre respeito ao outro. Cada aluno lia um trecho da história. No momento de Kaio ler, ele ficou triste e quis sair, então foi solicitado que ele comentasse algo que já havido sido dito e que ele seria ajudado com a leitura e assim foi feito. Foi gratificante ver o brilho no olhar daquele aluno ao participar e se perceber tão importante quanto os demais. A dinâmica foi primordial para mostrar aos outros alunos que somos todos diferentes e devemos nos respeitar e nos ajudarmos sempre que for preciso.

As demais atividades práticas foram pensadas para serem realizadas sempre em dupla ou grupos. Kaio conseguiu interagir com os demais e foi possível incluí-lo em todas as atividades desenvolvidas. Esclarecemos para Kaio que ele é um aluno como os outros, só necessita de algumas modificações nas atividades para aprender a ler e escrever, mas para isso, seria necessário que ele

também colaborasse. O foco das atividades de intervenção, em termos de desenvolvimento de habilidades, conforme exigência do PRP, foi a aprendizagem ou aprimoramento da leitura e escrita. Assim, as estratégias pedagógicas foram pensadas considerando essa questão. Dessa forma, lançamos mão de uso de fábulas como gênero textual para trabalhar com os alunos.

Foi possível identificar um avanço no desenvolvimento da leitura por parte de Kaio, ao longo do projeto. A culminância do projeto de intervenção se deu com um momento de apresentações de fábulas reescritas por alguns alunos e de apresentação teatral de algumas histórias conhecidas, como a dos "Três porquinhos". Kaio pediu para participar da apresentação da encenação teatral. Ele recebeu um papel com as falas do personagem que iria representar, mas falou quem na sua casa não seria possível ensaiar, pois seus pais não permitiram. Contudo, ele participou dos ensaios que foram feitos na escola e, apesar de em alguns momentos querer desistir, fez parte da apresentação que fora aberta às demais turmas da escola. Ele demonstrou muito entusiasmo e satisfação. Além disso, não apresentou problemas na interação com os demais colegas. Interessante destacar que outros professores da escola se surpreenderam ao ver a participação de Kaio.

O acompanhamento das atividades em conjunto com Kaio despertou o olhar para a importância de se considerar as particularidades e peculiaridades de cada indivíduo nos processos de aprendizagem e das relações escolares. Considerando, portanto, a discussão apresentada por Larrosa Bondía (2002) sobre experiência, partimos do entendimento de que a experiência é algo singular e subjetivo e que possibilita uma transformação do sujeito. Assim sendo, entendemos que a indicação de uma necessidade educacional especial não é a determinante do sucesso ou fracasso de um estudante.

É importante entender que as dificuldades apresentadas por algum aluno podem ser pensadas como um modo outro de ser e de estar que, se considerado na sua particularidade, leva-nos a poder repensar as práticas educacionais, para que sejam de fato inclusivas. Segundo Larrosa (2017, p, 68) "[...] se a experiência nos dá o real como singular, então a experiência nos singulariza. Na experiência nós somos também singulares, únicos, inidentificáveis e incompreensíveis". Pensar as estratégias de intervenção pedagógica numa perspectiva inclusiva significa olhar para cada aluno a partir de sua singularidade.

Nos limites do presente texto não se faz possível discutir sobre o quanto a escola é uma instituição que obedece a determinados ordenamentos sociais e que assume uma função, por vezes, homogeneizadora. Dizer que Kaio apresentou uma mudança de comportamento pode parecer obedecer ao disciplinamento inferido no ambiente educacional. Mas, observamos uma mudança não só em termos comportamentais e, sim, em como este aluno passou a se relacionar com os demais na escola e a se interessar pelos conteúdos curriculares, a partir do momento em que ele recebeu um olhar atento ao que poderia ser chamado de demandas específicas particulares. Assim, ainda recorrendo à Larrosa (2017), entendemos que:

> A experiência é o que nos acontece, não o que acontece, mas sim o que nos acontece. Mesmo que tenha a ver com a ação, mesmo que às vezes aconteça na ação, não se faz a experiência, mas sim se sofre, não é intencional. Não está do lado da ação e sim do lado da paixão. Por isso, a experiência é atenção, escuta, abertura, disponibilidade, sensibilidade, exposição. (LARROSA, 2017, p. 68).

A experiência de estágio no Programa Residência Pedagógica pode também, como no dizer de Larrosa Bondía (2002), ser tomada como algo que nos atravessa e transforma-nos enquanto educadores. Posto isso, podemos dizer que se constituiu como uma *experiência*, pois se deu a partir de um campo real, cujas ações não eram possíveis antever, e que nos aconteceu como algo único e singular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das atividades e das leituras realizadas a despeito de residência pedagógica, percebe-se que a prática no âmbito escolar deve estar intimamente relacionada aos conhecimentos obtidos no campo acadêmico. Desse modo, tais atividades conduzem a uma aproximação com a dinâmica escolar, de modo que nos possibilita conhecer de perto o cotidiano educacional da escolar regular e, sobretudo, instiga-nos a atuar com metodologias diferenciadas, com vistas a propiciar uma educação de qualidade. Isso pode ser concebido como uma experiência que não diz respeito somente à elaboração e execução de um projeto, mas a uma transformação subjetiva para pensar a atuação no campo educacional.

A residência pedagógica é uma oportunidade também para desenvolver e aprimorar o olhar para a inclusão escolar. Na respectiva escola-campo desse estágio foi possível observar as dificuldades em relação ao trabalho conjunto com a educação especial, mesmo contando com a Sala de Recursos Multifuncionais na mesma. É notória a necessidade de formação continuada para os docentes na educação básica, para que consigam ampliar suas práticas e atender às peculiaridades dos discentes específicos.

Em linhas gerais, a residência pedagógica nos propiciou a criação de vínculos com alunos e professores das escolas, bem como nos trouxe um novo olhar voltado para identificar e conhecer os alunos que demonstram necessitar de um apoio educacional específico. O caso trazido no presente trabalho significou um momento de aprimoramento em relação a entendimento acerca dos processos de inclusão. Além disso, proporcionou uma abordagem reflexiva e crítica, que atravessará todo o processo de formação para atuação docente.

A aproximação com um aluno com necessidades educacionais específicas e o acompanhamento de seu desenvolvimento ao longo da execução do projeto de intervenção possibilitou pensar o fazer educacional e considerar a experiência a partir daquilo que nos toca e nos transforma enquanto educadores.

REFERÊNCIAS

1. ALTHAUS, M. T. M. *Didática:* da análise de suas contribuições nos cursos de Licenciatura da Universidade Estadual de Ponta Grossa à análise de suas repercussões na prática pedagógica do professor de escola pública. Dissertação (Mestrado). UEPG. 1997.
2. BRZOZOWSKI, F. S.; CAPONI, S. Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade: classificação e classificados. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19 n. 4, p. 1165-1187, Janeiro, 2009.
3. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996. [*online*]
4. _____. PORTARIA GAB Nº 38, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018. Brasília: CAPES, 2018. Institui o Programa de Residência Pedagógica. Brasília: GAB, 2018. [*online*].
5. _____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008. [*online*]
6. _____. Lei Brasileira de Inclusão. Lei n° 13.146/15. Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 18 de Dezembro de 2019.[*online*]
7. BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro , n. 19, p. 20-28, Abr. 2002 .
8. CALDERANO, M.A.O estágio curricular e os cursos de formação de professores: desafios de uma proposta orgânica. In: _____. (Org.). Estágio Curricular: Concepções, Reflexões Teórico-Práticas e Proposições. Juiz de Fora: UFJF, 2012.
9. CAMARGO, E. P.. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciênc. educ.* (Bauru) v.23, n.1 Bauru Jan./Mar. 2017.

10. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca, Espanha.[*on line*]
11. FOGLI, B. F. C. S. A *Dialética da Inclusão em Educação*: uma possibilidade num cenário de contradições – Um estudo de caso sobre a implementação da política de Inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino Faetec. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
12. IMBERNÓN. F. *Formação continuada de Professores*. Porto Alegre: Artmed 2010.
13. LARROSA, J. Uma língua para conversação. *In:* LARROSA. J. *Tremores:* Escritos sobre experiência. 1ª ed. Trad. Cristina Antunes; João Wanderley Geraldi. BeloHorizonte: Autêntica, 2017. (Coleção Educação: Experiência e sentido).
14. LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. ESTÁGIO E DOCÊNCIA: DIFERENTES CONCEPÇÕES. *Poíesis Pedagógica*, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 25 out. 2006.
15. MAZZEU, L. T. B. A política de formação docente no Brasil: fundamentos teóricos e metodológicos. In: Reunião Anual da Anped, 2009. Caxambu-MG. *Anais*... Caxambu, 2009.
16. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
17. PERPÉTUO, S. C.; GONÇALVEZ, A. M. *Dinâmicas de grupos na formação de lideranças*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
18. RODRIGUES, D. (org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
19. SANCHES, I. Do 'aprender para fazer' ao 'aprender fazendo': as práticas de Educação inclusiva na escola. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2011.

ISSN 2316-8021

GT 16.

Infâncias, crianças, diversidade e perspectivas de inclusão

A ludicidade como parte do processo de inclusão das crianças com síndrome de down na educação infantil

Ludicity as part of the inclusion process of children with down syndrome in childhood education

Karoline Pereira dos Santos[1]; Allana Victória Gonçalves da Silva[2]; Juciara Inácio dos Santos[3]; Karleane Lemos da Rocha[4]; Maria José de Brito Araújo[5]

(1) ORCID: nº https://orcid.org/0000-0002-8965-9586, Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia; Universidade Estadual de Alagoas – UNAEL, *campus I*, Arapiraca, Alagoas; BRAZIL. E-mail: pereirakaroline1999@gmail.com;
(2) ORCID: n° https://orcid.org/0000-0002-406 , Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UNEAL, *Campus I*; BRAZIL. E-mail. victoriagoncalves_@outlook.com
(3) ORCID: nº https://orcid.org/0000-0003-2921-7353, , Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia UNEAL, *Campus I*; BRAZIL. E-mail: juciarainacio43@gmail.com;
(4) ORCID: nº https://orcid.org/0000-0002-8023-598X, Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UNEAL, *Campus I*; BRAZIL. E-mail: karleanelemos@gmail.com;
(5) ORCID: nº https://orcid.org/0000-0002-9641-3015; Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UNEAL, *Campus I*; BRAZIL. E-mail: mjbaraujo@yahoo.com.br

RESUMO: Introdução: O texto traz uma discussão em relação às contribuições do lúdico frente a inclusão e o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. **Objetivo:** Enfatizar a importância das atividades lúdicas como ferramentas facilitadoras para a inclusão no contexto escolar, bem como um ensino consubstanciado no nível de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Demonstrar também, as necessidades educacionais da criança Down, suas dificuldades de aprendizagem, como a ludicidade favorece o seu desenvolvimento de forma global e o papel do professor e da família como mediador de todo o processo. **Metodologia:** O presente trabalho trata-se de uma revisão da literatura, realizada entre junho e agosto de 2020, através da leitura, análise e reflexão de dissertações e artigos científicos em língua portuguesa disponíveis em meios eletrônicos e publicados entre os anos de 1996 a 2020. **Resultados e Discussão:** Foi compreendido que ludicidade configura-se como ferramenta eficaz para a efetivação da inclusão na Educação Infantil, sendo necessária para atender as necessidades educacionais especiais das crianças com Síndrome de Down. É também notável que esta ferramenta promove desenvolvimento cognitivo da criança Down e que os recursos lúdicos, a participação da família, espaços adequados e profissionais especializados garantem melhores condições de aprendizagem. **Conclusão:** Portanto, fica evidente que a utilização da ludicidade no processo de inclusão se dá pela necessidade da criança de vivenciar experiências que permitem seu desenvolvimento global e para que tenham maiores possibilidades de exploração das suas habilidades e potencialidades, sendo fundamental que o professor esteja atento às especificidades de cada aluno, respeitando suas limitações e buscando dessa forma favorecer o desempenho escolar do aluno Down.

PALAVRAS - CHAVE: Atividades lúdicas. Infância. Síndrome de Down.

ABSTRACT: Introduction: The text brings a discussion in relation to the contributions of the playful towards the inclusion and development of children with Down Syndrome in Early Childhood Education. **Objective:** To emphasize the importance of recreational activities as facilitating tools for inclusion in the school context, as well as teaching based on the level of learning of children with Down Syndrome in Early Childhood Education. Also demonstrate the educational needs of the Down child, their learning difficulties, how playfulness favors their development globally and the role of the teacher and the family as mediators of the whole process.

Methodology: The present work is a literature review, carried out between June and August 2020, through the reading, analysis and reflection of dissertations and scientific articles in Portuguese available in electronic media and published between 1996 and 2020. **Results and Discussion:** It was understood that playfulness is configured as an effective tool for the effective inclusion in Early Childhood Education, being necessary to meet the special educational needs of children with Down Syndrome. It is also noteworthy that this tool promotes the cognitive development of the Down child and that playful resources, family participation, adequate spaces and specialized professionals guarantee better learning conditions. **Conclusion:** Therefore, it is evident that the use of playfulness in the inclusion process is due to the child's need to experience experiences that allow their global development and to have greater possibilities for exploring their skills and potential, being essential that the teacher is attentive to the specificities of each student, respecting their limitations and thus seeking to favor the student's academic performance Down.

KEYWORDS: Playful activities. Childhood. Down syndrome.

INTRODUÇÃO

As Diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down definem a Síndrome de Down (SD) como uma deficiência causada pela alteração dos cromossomos de determinadas células e ao invés de dois cromossomos do par vinte e um, a pessoa portadora da Síndrome apresenta três, fato que determina características específicas e atraso no desenvolvimento. Considera-se, que as pessoas com SD podem ter uma vida saudável e completa inclusão social se atendidas e estimuladas adequadamente (BRASIL, 2013). Ademais, os direitos para com essas pessoas são garantidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e reconhecida pelo Brasil institucionalmente e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ainda, de acordo com último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil há aproximadamente cerca de 300 mil indivíduos com Síndrome de Down (BRASIL, 2019).

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, é dever do Estado, da sociedade e da família garantir à pessoa com deficiência o pleno direito à vida, à saúde, moradia a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à habitação e à reabilitação, e a educação. No que se refere à educação, esta deve ser garantida no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades da Educação Básica de forma que a pessoa deficiente alcance o máximo desenvolvimento de suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais como também de suas capacidades, conforme suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Além disso, a Constituição Federal de 1988 garante além do direito à educação gratuita, o atendimento às especificidades dos alunos que têm algum tipo de deficiência, entre eles crianças com Síndrome de Down, no sistema de ensino regular (BRASIL, 1988). Sendo assim, a Educação Infantil, etapa da Educação Básica que tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, garantirá o ensino dos alunos com deficiência (BRASIL, 1996).

Diante do que foi exposto, compreende-se que é necessário haver uma maior discussão sobre a importância do trabalho com a ludicidade voltada para práticas inclusivas para com Crianças com Síndrome de Down, já na primeira etapa da Educação Básica, portanto, considerando o lúdico como ferramenta de inclusão, a realização deste trabalho justifica-se devido às limitações tanto físicas como intelectuais da Criança Down, visto que os trabalhos realizados na Educação Infantil poderão interferir diretamente no desenvolvimento e na trajetória tanto acadêmica como pessoal da criança.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo enfatizar a importância das atividades lúdicas como ferramentas facilitadoras para a inclusão no contexto escolar, bem como um ensino consubstanciado no nível de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Demonstrar também, as necessidades educacionais da criança Down, suas dificuldades de

aprendizagem, como a ludicidade favorece o seu desenvolvimento de forma global e o papel do professor e da família como mediador de todo o processo.

REFERENCIAL TEÓRICO

As crianças com Síndrome de Down têm idade cronológica diferente da idade funcional e assim não se deve esperar que elas apresentem as mesmas respostas das crianças tidas por "normais e que não apresentam alterações na aprendizagem. Além disso, outras deficiências que afetam a Criança Down como a alteração auditiva e visuais, a incapacidade de organizar condutas e os atos cognitivos, e dificuldades mentais são problemas que dificultam o desenvolvimento de sua aprendizagem e a realização de atividades escolares (SILVA, 2002).

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é dever do Estado garantir sistema educacional inclusivo em todos os níveis, em ambientes onde a pessoa com deficiência possa ter o máximo desenvolvimento acadêmico e social (BRASIL, 2007). Nesse aspecto, por a criança com Síndrome de Down apresentar muitas limitações e fragilidades, o trabalho pedagógico precisa ter como base o respeito pelo ritmo de aprendizagem e estimulá-las para que possam desenvolver suas habilidades, sendo necessário que o atendimento da criança Down ocorra de forma gradual e aprendizagem facilitada por meios de atividades prazerosas (SILVA, 2002).

A Educação Infantil tem o intuito de proporcionar experiências educacionais, ensinando a respeitar as diversidades e a viver em sociedade a partir da percepção do olhar do outro para o mundo, e não apenas de um universo pessoal. O objetivo das atividades passadas para os alunos é auxiliar na descoberta da criatividade, de modo que a criança se expresse, analise, critique e transforme a realidade a sua volta (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, segundo HOEPPLER (2007) é necessário o trabalho na Educação Infantil com crianças deficientes, o qual se possa compreender que estas têm necessidades, desejos e opiniões que precisam ser atendidos, ainda acredita-se que quando as crianças deficientes interagem com outros colegas, têm experiências positivas e criam vínculos sociais, e poderá também ter uma melhor inclusão nas séries seguintes. Ademais, se o professor da Educação Infantil acreditar que seu educando tem capacidade e sua presença é importante não só para socialização, mas também para aprendizagem o ambiente será capaz de proporcionar estímulos e relações de afetividade, aspectos fundamentais para a interação entre os dois.

Sabe-se que há necessidades educacionais que exigem da escola novas medidas, métodos, recursos e apoio de maneira mais especializada, com intuito de proporcionar ao aluno meios mais acessíveis ao currículo, para isso a educação especial vai atuar de modo a garantir a aprendizagem e o desenvolvimento das potencialidades de todos os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidades da educação, com base nos princípios da escola inclusiva (BRASIL, 2001).

A partir do momento que a criança com necessidades especiais começa a frequentar a escola, a conviver com outras crianças, e começa a se familiarizar com a diversidade, esta passa a entender que cada pessoa se comporta de uma maneira, e adquire conhecimento para saber se relacionar com todos. Por esse motivo se ressalta a importância da inclusão na Educação Infantil, ou seja, nos primeiros anos da criança na instituição escolar (SILVA, 2005).

Ainda convém destacar que, desde o início da infância é preciso estimular as crianças a conviver com as diferenças em meios sociais como na educação infantil, pois esse convívio com a diversidade é fundamental para construção da cidadania, sendo um modo de acabar com o preconceito para com as pessoas deficientes. A convivência entre "crianças normais" e crianças deficientes favorece o processo inclusivo e estes se tornarão adultos mais conscientes, tendo certeza das capacidades das pessoas deficientes, contribuindo e estimulando assim a inclusão em todas as esferas sociais (PONTES, 2008).

Na sala de aula deve haver projetos que alcancem a comunicação dessas crianças e que as preparem para estar rodeado de pessoas, incentivando o processo de coletividade. Todas essas

questões podem ser passadas para o aluno com necessidades especiais através das atividades lúdicas, que é uma maneira de incentivar a criança Down a interagir e socializar com todos, aprendendo a se manifestar e adentrar em novos horizontes (DIEGUES, 2015).

Em consonância a isso, as crianças com Síndrome de Down conseguem ter uma melhor aprendizagem por meio de atividades recreativas e adquirem uma maior autonomia, interferindo positivamente na criatividade da criança na Educação Infantil, pois começarão a produzir suas próprias brincadeiras, tendo uma melhor comunicação com os outros alunos e tornando essa etapa educacional importante (BORBA, 2007).

Além disso, em meio as brincadeiras, as crianças aprendem sobre o mundo a sua volta, ampliam sua criatividade e possibilita um encontro com a cultura. Há inúmeras maneiras de desenvolvimento através do lúdico, no ambiente escolar a interação com os outros alunos é um dos resultados alcançados por meio dos jogos, desta forma, eles irão se aproximar de ações coletivas encontradas na sociedade (MODESTO; SILVA; FUKUI,2020).

METODOLOGIA

O referente trabalho trata-se de uma revisão da literatura, realizado no período de junho e agosto de 2020. Segundo as autoras (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 167):
Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As revisões de literatura podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo. Muitas vezes uma análise das publicações pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico por apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos.

A construção da pesquisa ocorreu por meio dos descritores: Atividades lúdicas, infância e Síndrome de Down nas bases, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google acadêmico, além de publicações do Ministério da Educação, leis e decretos, conforme o disposto no percurso deste texto, descritos em formas de citações textuais e indiretas, bem como relacionadas nas referências bibliográficas, final do texto.

Utilizou-se como critério de inclusão artigos e dissertações científicas publicados em língua portuguesa disponíveis eletronicamente na íntegra, publicados nos anos de 1996 a 2020, extraindo de todos a identificação como, autores, título do trabalho, o tipo de revista, país, cidade e ano de publicação. Tendo como critério de exclusão trabalhos que não atendiam objetivo da pesquisa.

Diante do exposto, se faz necessário destacar de forma muito breve, algumas literaturas que contribuíram na fundamentação teórica. A base para a escrita do texto tem como sustentação as revistas científicas: Diálogos Interdisciplinares; Psicologia e Saberes; Educação Especial, bem como consulta a uma dissertação de mestrado sobre a temática: O papel das interações no processo de inclusão da criança com Síndrome de Down. Ressalta-se que a referida dissertação traz muitas contribuições no processo de inclusão e na forma como podemos desencadear metodologias que possam favorecer a aprendizagem.

Outrossim, destaca-se as legislações inerente a inclusão e específicas para as deficiências, o que entende-se não haver necessidade de repeti-las aqui, pois, como já foi dito, encontra-se na lista de referências de modo que o leitor poderá ter acesso. Os artigos retirados de site, a exemplo do SciELO também trouxeram grandes contribuições. Assim, nosso percurso metodológico fez com que houvesse reflexões teóricas com vista a práticas futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que, uma das maiores responsabilidades da Educação Infantil é ter respeito pela brincadeira e pelo brincar da criança, pois além de ser intensificada na infância, esta proporciona experiências, as quais as crianças podem sentir o mundo, criar, aprender e descobrir novas

linguagens por meio do exercício lúdico (BRASIL, 2009). Assim sendo, e, segundo as autoras (MODESTO; SILVA; FUKUI, 2020) o mecanismo facilitador da aprendizagem das crianças são as atividades lúdicas, pois são recursos que conseguem oportunizar a aprendizagem de forma espontânea e natural, são também estímulos para a criatividade, criticidade e socialização.

Convém mencionar que, as pessoas com Síndrome de Down têm a capacidade e habilidade de executar tudo que qualquer outra pessoa considerada "normal" faz, porém elas precisam de um tempo mais prolongado para desenvolvê-las, dessa forma, a estimulação torna-se o principal mecanismo para o seu desenvolvimento já na infância. Nesse sentido, a brincadeira configura-se como uma das melhores formas de estimulação, assim como atividades, na qual se trabalhada de maneira prazerosa, a exemplo das linguagens artísticas como, dança, teatro e música, portanto, é por meio das brincadeiras que as crianças com síndrome de Down, começam a descobrir o mundo e constroem relação com os demais, assim como todas as outras crianças (CINTRA *et al.* 2015).

Para que o aluno tenha um melhor desenvolvimento e avanço educacional, é preciso que haja um suporte para sua inclusão no meio escolar, através da ludicidade o professor irá trabalhar formas dinâmicas para fazer com que a criança estimule ao máximo sua capacidade educacional e social. O professor deve se adaptar ao aluno para poder realizar as atividades mais adequadas e dá condições a criança de encontrar maneiras que ajudem a solucionar problemas para favorecer a elaboração de conceitos e as mediações pedagógicas que ocorrem dentro da zona de desenvolvimento proximal (MATOS *et al.* 2020).

O lúdico acontece também a partir dos jogos, pois é o momento que a criança entra no mundo da imaginação. De um modo geral, atividades lúdicas têm o objetivo de produzir prazer, diversão e ao mesmo tempo em que se pratica esta atividade percebe-se que ela vem acompanhada de inúmeras brincadeiras para enriquecer conhecimentos das crianças de forma prazerosa, proporcionando às crianças experiências para o seu processo de aprendizagem (OLIVEIRA; DIAS, 2017).

Tratando-se especificamente dos jogos lúdicos, estes são ferramentas importante para interação social, manifestam nas crianças uma maior capacidade de explorar e refletir sobre a realidade que vivem, ao mesmo tempo, aprendem a questionar sobre regras e superar a realidade, com essas experiências a criança com Síndrome de Down começa a indagar sobre seu lugar na sociedade. Assim, todos esses levantamentos do lúdico contribuem para a criança na sua vida escolar, colaborando para o seu desenvolvimento na interação com outras crianças (VITAL, 2009).

GIL *et al.* (2002) aborda o tema com várias indagações e faz questionamentos sobre a verdadeira importância dos jogos no processo de inclusão, o papel do professor no processo de desenvolvimento dos jogos e se o lúdico desenvolve os valores éticos como o respeito às diferenças, espírito de equipe, criatividade, responsabilidade e imaginação. São procuradas novas estratégias de ensino através de atividades lúdicas para estimular a inclusão entre as crianças, crianças especiais, e professores, possibilitando construir uma nova maneira de educar e de trabalhar de forma solidária e conjunta.

Dessa forma, a criança com síndrome de Down ficará mais interessada e motivada para aprender coisas novas, iniciando seu processo de alfabetização na Educação Infantil, podendo se desenvolver através das brincadeiras. Ao mesmo tempo que se divertem, conseguem adquirir mais habilidades, formas distintas de pensar e conhecimentos, que com ajuda dos profissionais na área serão estimuladas cada vez mais. (CINTRA *et al.* 2015).

Uma das ferramentas que podem ser utilizada para ajudar a criança Down a interagir no meio escolar é a dança. Através da dança, se estabelece uma melhor aptidão física, autoconfiança e equilíbrio. Um dos principais benefícios de trabalhar desta forma é que a dança se encaixa em várias maneiras dentro dos jogos lúdicos, pois se adapta com os exercícios diários, dando liberdade para criança explorar inúmeros movimentos. (LIMA; BOSQUE, 2010).

Ainda cabe destacar que, contribuindo para a criatividade, coordenação motora e percepção auditiva, as atividades de musicalização, proporcionam para as crianças com necessidades especiais uma forma de se expressar melhor, facilitando a integração com os colegas. Por meio da música o aluno é desafiado a explorar suas habilidades corporais e espaciais, ampliando seu desenvolvimento

educacional (OMAR, 2015). Além disso, auxiliando nas manifestações artísticas, o teatro é outra maneira de desenvolver nas crianças especiais uma possibilidade de expressão e através das atividades teatrais o aluno estará exercitando seu condicionamento escolar (KEBACH, 2012).

No entanto, nas instituições de ensino, a falta de recursos, espaços adequados e profissionais especializados, dificultam o ensino-aprendizagem das crianças com Síndrome de Down. Outro grande empecilho para alfabetização desses alunos é a falta de condições financeiras tanto dos profissionais quanto da família dessas crianças que recebem ajuda de professores voluntários para atender a demanda já que pode ser considerada significativa (SILVA, 2018).

Ressalta-se ainda que, todo esse processo de ensino-aprendizagem só se realiza a partir do relacionamento entre educador e educando, pois o professor é um grande agente no processo educacional, pois além de ter ferramentas necessárias para melhor aprendizagem do aluno, também se responsabiliza pelo desenvolvimento pessoal. Por isso, o professor da educação precisa sempre inovar seus métodos, trabalhando com o aluno de forma individual para o melhor desempenho da criança (LIMA *et al.* 2011).

A família como primeiro contato social da criança, exerce um papel essencial para seu desenvolvimento, pois será nesse momento em que a criança inicia seu processamento e habilidades perceptivas (BOFF, 2008). Tendo como dever: buscar a aceitação da deficiência do filho, facilitando seu processo de ensino-aprendizagem; manter-se ciente de suas responsabilidades; participar ativamente do cotidiano escolar da criança, para ajudar em seu desempenho; comunicar-se com os profissionais, de forma harmônica, para ter uma ampla percepção do trabalho que está sendo exercido, com o intuito de incluir novas possibilidades de interações; indagar e valorizar o trabalho exercido pelos educadores (SILVA; MENDES, 2008).

Assim sendo, para Brito e Freitas (2002) um dos passos mais importantes para a interação da criança no meio escolar, é a parceria entre a família e a escola, a relação entre essas duas parcerias contribui para o processo de alfabetização. Pois, a escola desempenha a função de construir conhecimento para uma melhor qualidade na participação em sociedade, e junto com a família proporciona condições favoráveis para o conhecimento cognitivo da criança, fazendo com que tenha uma maior evolução intelectual, para sua integração no meio social.

Com isso, ao longo da realização da pesquisa foi compreendido que ludicidade é um instrumento necessário à prática pedagógica dos professores, especialmente daqueles que prestam seus serviços educacionais em instituições de educação infantil, sendo necessária para atender as necessidades educacionais especiais das crianças portadoras de Síndrome de Down. É também notável que esta ferramenta promove desenvolvimento cognitivo da criança Down e que os recursos lúdicos, a participação da família, espaços adequados e profissionais especializados se mostram fundamentais no processo educacional da criança, facilitando sua inclusão no meio escolar e na sociedade, garantindo-lhes melhores condições de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste texto, e, após a pesquisa teórica, entende-se que o lúdico deve se fazer presente em todas as ações educativas como forma de intermediar o ensino. A brincadeira eleva a patamares diversos, especialmente quando se trata, entre outras questões, sobre a criatividade e criticidade. Através do brinquedo e da brincadeira a criança é motivada, gerando impactos emocionais, tais como a desinibição, a timidez, o poder de expressão associada à construção de palavras novas, aumentando seu repertório em relação a linguagem oral. Sabe-se, portanto que, para alcançar esse patamar é preciso que o professor esteja atento às especificidades e dificuldades de cada aluno, respeitando suas limitações, buscando dessa forma favorecer o desempenho escolar do aluno Down na Educação Infantil. Ademais, é possível compreender que é por meio da brincadeira e do jogo que a criança ordena o mundo à sua volta, assimila experiências e informações, incorporando assim valores e aprendizagens.

Desta maneira, a parceria entre escola, professor e família se mostra necessária, para assim ser possível obter avanço no desenvolvimento escolar da criança Down de modo significativo. Por

fim, é evidente que o desempenho da criança é influenciado por diversos aspectos do brincar, pois este transformado em instrumento pedagógico na educação, favorece a formação psicossocial da criança para cumprir seu papel social, mais tarde, como adulto.

REFERÊNCIAS

1. BOFF, Josete and CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de Down. *Texto contexto - enfermagem*, v. 17, n. 3, p. 578-586, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000300020&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 08 Jul.2020
2. BORBA, Angela Meyer. A brincadeira como experiência de cultura na Educação Infantil. *In:* BRASIL. Ministério da Educação.*Revista Criança do Professor da Educação Infantil*.A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, p. 12-14. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf Acesso em: 07 Jul.2020
3. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 06 Jul. 2020
4. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: Revista da Educação especial. Brasília*, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf. Acesso em: 05. Jul.2020.
5. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em: 05 Jul. 2020.
6. _____. Ministério de Atenção à Saúde/SAS. *Diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down*, 1ºedição. Brasília, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf Acesso em: 28 jun.2020.
7. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. *Práticas Cotidianas na Educação Infantil - Bases para a Reflexão sobre as Orientações Curriculares*. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf Acesso em: 01 jul.2020.
8. _____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assunto Jurídicos. Institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 30.jun.2020
9. _____. LEI Nº9.394. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estabelece a *Lei de Diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 30 jun.2020.
10. _____. Governo Federal. Ministério da Mulher, da família e dos direitos humanas. *Ministério celebra o Dia Internacional da Síndrome de Down*. Brasília, 2019. Disponível em:https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/marco/ministerio-celebra-o-dia-internacional-da-sindrome-de-down#:~:text=Segundo%20o%20%C3%BAltimo%20Censo%20do,pessoas%20com%20S%C3%ADndrome%20de%20Down. Acesso em: 17 ag. 2020

11. BRITO, Keila Rosa dos Santos; FREITAS, Viviani de Oliveira. *Escola e Família: responsabilidade compartilhada*. VI Colóquio Internacional - Educação e Contemporaneidade. Sergipe, 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/154.pdf Acesso em: 13.Jul.2020.
12. CINTRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes; OLIVEIRA, Allyne Nunes; VEIGA Elaine Cristina Freitas. *As contribuições do lúdico no processo de desenvolvimento das crianças com síndrome de Down na educação infantil*. *Horizontes,* v. 33, n. 2, p. 159-166, jul./dez. 2015. Disponível em: http://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/73 Acesso em: 01 jul.2020.
13. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=424&Itemid=. Acesso em: 05 jul. 2020.
14. DIEGUES, Débora. *O modelo lúdico na análise do brincar de crianças com Síndrome de Down*. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Disponível em:http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1651 Acesso em: 07.Jul.2020
15. GIL, João Pedro Alcantara; SCHEEREN, Carine; LEMOS, Helen Denise Daneres; FERREIRA, Simone De Mamann. O significado do jogo e do brinquedo no processo inclusivo: conhecendo novas metodologias no cotidiano escolar. *Revista Educação Especial,* n 20, p.75-88 2002. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5109 Acesso em: 07 jul.2020.
16. HOEPPLER, Ladimari Toledo. *Professor da educação infantil e a criança com deficiência: mediações que se estabelecem no contexto imediato*. 2007. 300 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101613 Acesso em: 30.Jun.2020.
17. KEBACH, Patrícia; DUARTE, Rosangela. Educação Musical e Educação Especial: processo de inclusão no sistema regular de ensino. *Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima. Textos & Debates,* n. 15, p. 98-111, 2008. Disponível em:https://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/751 Acesso em: 14 jul.2020
18. LIMA, Adriane Xavier Corgozinho; PERDIGÃO, Aline Cristiane de Souza; GOLLNER, Ana Carolina Guedes; FERREIRA, Ana Paula Leite; CRUZ, Josiane Conceição da; GOMES, Junia Moreira; SOUSA, Lucinéia dos Santos Araújo; PEREIRA, Paula Carolina Silva. Down, Rompendo Barreiras: a construção do conhecimento através dos jogos e brincadeiras. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia da Puc Minas: pedagogia em Ação,* v. 3, n. 2, p. 51-71, 2011. Disponível em:http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/5809/5582 Acesso em: 11.Jul. 2020
19. LIMA, Luciana Jardim de; BOSQUE, Ronédia Monteiro. A contribuição da dança para o desenvolvimento integral dos alunos do grupo de dança da APAE-AP. *Revista EFDeportes.com*, n. 149, 2010. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd149/danca-para-o-desenvolvimento-integral-dos-alunos.htm. Acesso em: 12 Jul.2020.
20. MATOS, Julyana Monteiro; MIRANDA, Leni Lenor Neli de; ROSA, João Paulo Pereira; SARDINHA, Luís Sérgio; LEMOS, Valdir de Aquino. Importância da Inclusão Escolar na Aprendizagem e Desenvolvimento da Criança com Síndrome de Down. *Revista Diálogos Interdisciplinares- Publicação CAPES,* v. 9, n. 4 , p. 28-36, 2020. Disponível: https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/933/911 Acesso em: 07 jul.2020.

21. MODESTO, Adélia Pereira dos Santos; SILVA, Kátia Gomes de Oliveira;FUKUI, Regina Kikue. A Promoção da Ludicidade no Processo de Aprendizagem. *Revista Psicologia & Saberes*, v. 9, n. 14, p. 59-60, 2020. Disponível em: https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1151 Acesso em: 01 jul.2020.
22. OLIVEIRA, Carla Mendes de; DIAS, Aldiclecio Ferreira. A Criança e a Importância do Lúdico na Educação. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, vol. 13, p. 113-128, janeiro, 2017. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ludico-na-educacao Acesso em: 07 jul.2020
23. OMAR, Amanda Caline da Silva. *Teatro e Deficiência: em busca de uma metodologia inclusiva*. XII Congresso Internacional de Tecnologia na Educação. Educação, Tecnologia e a Escola do Futuro. 2015. Disponível em: http://www.pe.senac.br/congresso/anais/2015/arquivos/pdf/poster/TEATRO Acesso em: 14 jul.2020
24. PONTES, Patrícia Albino Galvão. Criança e Adolescente com deficiência: impossibilidade de opção pela sua educação exclusivamente no atendimento educacional especializado. *in*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: Revista da Educação especial. Brasília*, v. 4, n. 1, p. *41-48,* 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020
25. SILVA, Roberta Nascimento Antunes. Educação Especial da Criança com Síndrome de Down. Pedagogia em foco. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/04/educacao-especial-crianca-down.pdf Acesso em: 05 Jul.2020
26. SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da. *O papel das interações no processo de inclusão de crianças com Síndrome Down*. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14299 Acesso em: 06 jul.2020
27. SILVA, João Bosco da. *A Música como Ferramenta Pedagógica na Alfabetização de Crianças com Síndrome de Down*. in:II Encontro de Educação Funiber- Os Processos Educativos como Pilares Decisivos da Qualidade na Formação Profissional, p. 20-41, 2018. Disponível em: https://editorakarywa.wordpress.com/2018/01/22/os-processos-educativos-como-pilares-decisivos-da-qualidade-na-formacao-profissional Acesso em: 08.Jul.2020.
28. SILVA, Aline Maira da; MENDES, Enicéia Gonçalves. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol.14, n.2, p.217-234, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000200006&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 11.Jul.2020.
29. VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. : implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, [s.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. Pontificia Universidade Catolica do Parana - PUCPR. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08. Acesso em 24 jul. 2020.
30. VITAL, Jaime Maciejewski. *A Importância do Lúdico Para a Aprendizagem da Criança da Educação Infantil*. 2009. 25 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – PEDAGOGIA) – Sistema de Ensino Presencial Conectado, Universidade Norte do Paraná, Vitória-ES, 2009. Disponível em: https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/3215421 Acesso em: 08 jul. 2020.

ISSN 2316-8021

A prática lúdica na sala de aula: uma construção facilitadora da aprendizagem
Ludic practice in the classroom: a construction that facilitates learning

Luana de Souza Silva[1]

[1]Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas.

RESUMO: O presente estudo tem por finalidade analisar a utilização prática da ludicidade em sala de aula como instrumento facilitador da aprendizagem das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. Busca também compreender as concepções de estudiosos do assunto sobre a importância dessa práxis no cotidiano escolar da criança, bem como seus impactos no desenvolvimento do processo de sociabilidade e de aprendizagem das mesmas, visando entender como as brincadeiras e os jogos podem ser colocados em prática pelo educador desde o planejamento escolar do currículo formal, aliando-a a outros métodos de ensino. Oportunizando assim uma efetiva ação lúdica cotidiana na educação. Para a construção desse estudo a metodologia de pesquisa foi de cunho bibliográfico, descritivo e qualitativo. Diante dessa pesquisa entendemos que a ludicidade é um instrumento de ensino que só tem a agregar ao aprendizado dos educandos, contribuindo grandemente na construção do conhecimento e da interação social entre educador e educandos. Logo, trazer o lúdico para a sala de aula e agrega-lo efetivamente a prática pedagógica possibilita um ensino mais dinâmico, ativo e significativo para a criança. Nesse sentido, refletimos também sobre o enraizamento de práticas de ensino centradas na pedagogia tradicional de outrora e em como o uso dessa metodologia interfere no aprendizado e no interesse da criança em aprender, explicitando que se faz necessário trazer o lúdico para a educação de modo a fomentar novos caminhos para a construção do saber para além do que está posto na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Ludicidade. Prática pedagógica.

ABSTRACT: The purpose of this study is to analyze the practical use of playfulness in the classroom as an instrument that facilitates children's learning in the early years of elementary school. It also seeks to understand the conceptions of scholars on the subject about the importance of this praxis in the child's daily school life, as well as its impacts on the development of their sociability and learning process, in order to understand how games and games can be put into practice by educator since the school planning of the formal curriculum, combining it with other teaching methods. Thus providing an effective daily playful action in education. For the construction of this study, the research methodology was bibliographic, descriptive and qualitative. In view of this research, we understand that playfulness is a teaching tool that only has to add to the learning of students, contributing greatly to the construction of knowledge and social interaction between educators and students. Therefore, bringing playfulness to the classroom and effectively adding it to pedagogical practice enables a more dynamic, active and meaningful teaching for the child. In this sense, we also reflect on the rooting of teaching practices centered on the traditional pedagogy of yore and how the use of this methodology interferes with the child's learning and interest in learning, explaining that it is necessary to bring the playful to education in order to foster new paths for the construction of knowledge beyond what is currently put.

KEYWORDS: Learning. Playfulness. Pedagogical practice.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos há cada vez mais, por parte de muitos educadores e estudiosos uma busca incessante pela construção de uma educação voltada para o desenvolvimento do educando enquanto sujeito pensante e proativo no nosso intrincado sistema educacional e social. Assim

sendo, a presente pesquisa se justifica pelo cenário atual da nossa educação, a qual se mostra muito aquém do esperado em se tratando da aprendizagem dos educandos.

Nesse sentido, se faz necessário refletir sobre os motivos que constituem essa problemática na educação brasileira, bem como questionar a eficácia prática das metodologias de ensino na forma como estão sendo postas em sala de aula que desestimulam muitas vezes o interesse da criança pela escola.

Nessa perspectiva, a utilização de práticas lúdicas em sala de aula possibilita na criança algo que lhe é inerente: O brincar, seja de forma livre ou como no contexto escolar de forma dirigida, ou seja objetivando um fim pedagógico a essa brincadeira. A problemática que impulsionou a realização desse estudo foi: Como a aplicabilidade do lúdico em sala de aula propícia a aprendizagem no educando?

Assim, ao longo dessa pesquisa buscamos explicitar a importância da ludicidade como instrumento facilitador da aprendizagem nos anos iniciais da educação no nosso país. Expondo a importância de trazer para a sala de aula metodologias e estratégias de ensino que despertem na criança o interesse pelo conteúdo proposto para que esta de fato aprenda e seja capaz de formular opiniões e conceitos de forma crítica. Entendemos que o brincar influência todo um sistema de relações interpessoais que propiciam a formação de traços socioculturais que tornam o aprendizado diversificado tanto para o educador quanto para o educando.

Nessa perspectiva, cabe á escola e ao educador criar condições para que o lúdico adentre o cotidiano das crianças. De modo que a prática lúdica fortaleça o desenvolvimento criativo do educando e do educador. Portanto

O brincar pode ser visto como um recurso mediador no processo ensino-aprendizagem, tornando-o mais fácil. O brincar enriquece a dinâmica das relações sociais. Possibilita um fortalecimento da relação entre o ser que ensina e o ser que aprende. (ROLOFF, 2010, P.4)

É perceptível que essa prática de ensino fortalece também o contato entre educador e educando, gerando em sala de aula uma atmosfera de acolhimento e reciprocidade, fugindo ao padrão tradicional de ensino disciplinador, onde a aula é meramente expositiva não dando a criança autonomia de expressar-se, pois o que importa é a exposição do conteúdo curricular na visão de muitos educadores a aula ainda deve transcorrer assim.

Na concepção de Vygotsky (1987) é no brincar que a criança adquiri comportamentos para além de sua idade, de modo que, o ato de brincar apesar de não ser o aspecto dominante na infância exerce uma importante função para o desenvolvimento do sujeito criança.

Por sua vez, Frenet (1975) em seus estudos sobre o desenvolvimento da criança propunha que a educação não poderia de maneira nenhuma restringir-se apenas a sala de aula mas sim correlaciona-se as experiências cotidianas do meio social do indivíduo, permitindo a sociabilidade e a cooperação entre as crianças.

Com isso, o que é visível nas práticas lúdicas dirigidas é que o foco desta é proporcionar situações de aprendizagem significativas. Assim, evidencia que o brincar além de fazer parte de um conjunto de práticas, saberes e fatos construídos pelo grupo social no qual a criança está inserida é também uma forma de ensinar valores, tradições e sentidos ao aprendizado escolar.

Como salienta Friedman "A aprendizagem depende grande parte da motivação: as necessidades e os interesses da criança são mais importantes que qualquer outra razão para que ela se ligue a uma atividade" (1996, p.55).

Depreende-se assim, que o aprendizado está vinculado sim a certos estímulos que despertam o interesse da criança, nesse sentido pode-se compreender que o educador ao abordar um determinada conteúdo por meio da ludicidade presente nos jogos e brincadeiras está elevando o interesse de seus alunos pelo conteúdo, além de estar criando novas possibilidades de aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

As práticas pedagógicas em sala de aula variam de acordo com inúmeros fatores intrínsecos e extrínsecos ao ambiente escolar, não sendo estas homogêneas e podendo coabitar na sala de aula fomentando a aprendizagem das crianças. Embora muitas apresentem-se dialéticas em seu modo de conduzir ao saber, é função do educador molda-las a realidade de sua turma de modo a que todos venham a se desenvolver com equidade.

A isto nos convém explicitar que a prática dos professores do século XXI, em sua maioria, ainda está centrada na visão da pedagogia tradicional, mas que ainda assim é possível aliar essa metodologia a tendências progressistas de ensino como o lúdico. Favorecendo assim o desenvolvimento da educação para além do que uma ou outra metodologia pressupõe.

De modo que, trazer o lúdico para a sala de aula exige um repensar da relação entre escola, aluno, professor, salientando que essa relação tríade deve ser voltada não somente para o desenvolvimento cognitivo do aluno, mas também do social, afetivo, individual. É nessa perspectiva de aceitação que o lúdico ganha sentido pois este debruça-se não somente no aspecto pedagógico e cognitivo, engloba as relações interpessoais das crianças, em todo percurso escolar das mesmas.

Entretanto, o uso do lúdico como a ferramenta de ensino-aprendizagem que é, ainda se faz pouco presente nas escolas, principalmente na rede pública de ensino, para nós futuros docentes é possível fazer tal constatação ao adentrarmos nas salas de aula das escolas, seja por meio dos estágios do próprio curso ou por pesquisas de campo, onde ainda se apresenta uma resistência muito forte em dar espaço a essa metodologia, que obviamente decorre de inúmeros fatores como por exemplo, a falta de estrutura, de materiais para se trabalhar, de gestores e docentes com uma visão de ensino retrógrada de escola enquanto espaço de formação disciplinadora e etc.

detenhamos aqui, a este último que é um dos que geram os demais, se pensarmos na questão a fundo veremos que se em uma escola x não temos um corpo docente que veja o lúdico como uma forma de melhorar todo o processo de aprendizagem da criança torna-se quase impossível de se tê-lo em sala de aula.

O brincar é visto como algo que deve ser esporádico e com dia e hora para ser feito, não nos é estranha ou indiferente a frase “no final da aula se der tempo brincamos", dita por muitos professores nas salas de aula de muitas escolas, tornando claro que o “lúdico” é um momento e não uma prática de ensino atuante rotineiramente, de modo que o brincar, o imaginar, o socializar ficam limitados, pois o importante é estudar os conteúdos de modo a aprender-se pela repetição, pela escrita, pela memorização, pela leitura. Tudo isso de modo individual e disciplinado, pois isto é a priori da educação. Porém é salutar compreender que

O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidadeinteragem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos. (BORBA,2007, p.35).

Nesse sentindo, amplo da ludicidade e da prática do brincar temos um vislumbre do quão eficaz e benéfico para a educação seria ter o lúdico diariamente ainda que por tempo limitado na sala de aula. E assim despertar o entendimento de que não existe uma maneira única de aprender e que cabe a escola propor o melhor para que seus alunos aprendam, já que na nossa atual conjuntura os números são importantes, números solicitados para medir a evolução da aprendizagem, números para questionar a práxis do professor, números para merecer ou desmerecera escola, porém são poucas as ações que tornam esses números possíveis, reais e satisfatórios.

O questionamento feito por muitos educadores é: Como as crianças aprendem por intermédio do brincar? Demonstrando pouco conhecimento a respeito da infância ou dos estágios de aprendizado da criança, como coloca Piaget (2011)

O problema aqui em pauta é sobre se existe ou vantagem ou não em acelerar a sucessão dos estágios do desenvolvimento. É claro que toda a educação consiste, de uma forma ou de outra, em

semelhante aceleração; mas a questão está em estabelecer até que ponto ela é proveitosa. (Piaget, 2011, p. 29.)

pergunta que se torna aceitável vindo de leigos sobre o assunto mas quando a mesma parte de docentes se torna um ultraje a ação pedagógica e didática da educação, mas responderemos a esse questionamento com o que Wajskop coloca ao citar Lev Vygotsky sobre a brincadeira e sua importância na escola

Para Vygotsky a brincadeira é partilhada pelas crianças, supondo um sistema decomunicação e interação da realidade que vai sendonegociado passo a passopelos pares à medida queeste se desenrola. Da mesma forma implica uma atividade consciente e não evasiva, dando a cada gestosignificativo, cada uso de objetos implica a (re) elaboração constante das hipóteses da realidade com asquais esta confrontando. (2001, p.34)

Diante disso, como já colocado anteriormente o ato de brincar instiga e possibilita o aprendizado do educando tornando o conteúdo aprendido mais satisfatório. Os documentos oficiais da educação também assumem a importância do lúdico na sala de aula, como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) que aborda o brincar como uma ferramenta pedagógica no desenvolvimento da aprendizagem.

É necessário ressaltar, principalmente para aqueles que desacreditam da eficácia da aplicabilidade do lúdico na educação , que trazer para a aula o ato de brincar vai além de oportunizar um momento de brincadeira durante o ano letivo, nem tão pouco relaciona-se com dar a criança um brinquedo ou que este ato seja uma mera expansão do recreio.

O brincar assume um proposito pedagógico no qual o educador pesquisa, e incorpora o brincar aos conteúdos curriculares, direciona esses conteúdos ao educando e lhes permite que estes interajam com ele por meio da brincadeira, do jogo, do diálogo. Isso constitui as práticas lúdicas. Assim de acordo com Dias (1996)

É preciso resgatar o direito da criança a uma educação que respeite seu processo de construção de pensamento, que lhe permita desenvolver -se nas linguagens expressivas do jogo, do desenho e da música. Estes, como instrumentos simbólicos de leitura e escrita do mundo, articulam-se ao sistema de representação da linguagem escrita, cuja elaboração mais complexa exige formas de pensamento mais sofisticadas para sua plena utilização. (DIAS,1996, p.54-55)

Se faz necessário também na formação do professor o aperfeiçoamento dessa prática, visto que, a grade curricular da maioria dos cursos traz a teorização de práticas lúdicas mas não abre espaço para a execução da mesma seja na sala de aula das universidades com projetos e seminários sobre o assunto seja em ambientes externos a universidade. Assim a formação docente deve abrir espaço para o lúdico de modo que o discente perceba nessa prática um fator inesgotável de possibilidades de ensinar seu aluno, oportunizando um aprendizado significativo para seu aluno.

Ao utilizar a ludicidade, o professor deve ter em mente que o ato de brincar no sentindo pedagógico não é um mero passatempo, de modo que este precisa pensar e estudar essa práxis para que seu uso seja respaldado no aprendizado mútuo do educando, para assim não correr o risco de transformar essa prática em um ato meramente recreativo e sem um engajamento didático pedagógico.

Diante disso, ver-se que a prática lúdica requer do educador estudo, empenho e planejamento e que está prática só é realmente facilitadora no processo de aprendizagem quando o educador se dispõe a desenvolve-la alicerçada nesses três pilares, tendo em mente que o educar não se limita a uma prática de ensino mas que este é uma construção feita a partir de vários mecanismos e metodologias. De acordo com Silva (2001, p.14)

A formação lúdica deve proporcionar ao futuro educador conhecer-se como pessoa saber de suas possibilidades e limitações, desbloquear suas resistências e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto.

Logo, nos torna perceptível que o lúdico não é como muitos pressupõem uma práxis rasa muito pelo contrário como exposto pelo autor e por tantos estudiosos do assunto está prática requer muito estudo e dedicação dos docentes. Assim Souza (2009) escreve que

[...]não basta aprender metodologias de ensino e a confecção de recursos pedagógicos para dinamizar o processo educativo, é preciso que o professor tenha a compreensão de que a teoria está embasando sua prática, em que base epistemológica se situa, e mais que isso, aonde irá chegar com tal postura metodológica. (Souza, 2009, p.181).

Isto requer do educador uma postura ética e coerente com sua prática, e que este tenha em mente os objetivos aos quais deseja alcançar com essa prática tornando está um campo constante de reflexão e construção de conhecimento torna-la contudo meramente tecnicista. Por fim enfatizando e reafirmamos a importância de uma formação continuada para o educador para aperfeiçoar suas práticas de ensino e do lúdico enquanto ferramenta geradora de aprendizagem é de oportunidades de desenvolvimento a criança em sua formação escolar, afetiva, cognitiva, criativa, social e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acima exposta fundamenta-se em estudos realizados em fontes bibliográficas e principalmente nas vivências e observações feitas ao longo de nossa formação sobre o tema da ludicidade em sala de aula, que sempre será passível de questionamentos e de críticas mas acima disso de elogios e estudos que dialogam sobre sua importância na aprendizagem e no cotidiano escolar da criança.

Com isso, o resultado alcançado com esse estudo é a compreensão de que a educação embora muito tecnicista e tradicional é heterogênea podendo ser alicerçada em práticas de ensino que assim como o lúdico permitam a construção do saber junto ao prazer de aprender, voltada para o avanço da criança e não para seu retrocesso.

Em consonância com este resultado temos os cursos de formação docente que adotam em suas bases a prática educativa progressista de modo a formar um educador proativo e capaz de entender as diferentes propostas de ensino que serviram de base para sua práxis que será construída no dia a dia em sala de aula.

Depreende-se assim, que o lúdico na sala de aula é imprescindível e não deve ser associado a um mero passatempo, que este quando devidamente trabalhado auxilia no desenvolvimento de inúmeras capacidades no educando como a memória, a linguagem, a atenção e etc.

Sendo assim inegável sua importância na educação. Considerando diversos estudos acerca da ludicidade concluímos portanto que esta é um ponto chave para a aprendizagem e que requer do educador grande empenho e estudo para desenvolve-la, reafirmamos que está alicerça-se em concepções pedagógicas e não em um mero empirismo ou achismo e que por meio dela podemos trazer novas possibilidades para a sala de aula e para todo nosso sistema educacional.

REFERÊNCIAS

1. BORBA, A. M **. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In**: Brasil. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. p.33-45.
2. DIAS. M. C. M. **Metáfora e pensamento: Considerações sobre a importância do jogo na aquisição de conhecimento e implicações para a educação pré-escolar.** In. KISHIMOTO, T. M. (Org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação.** São Paulo: Cortez, 1996.
3. FREINET, C. **As técnicas Freinet da escola moderna.** Trad. Silva Letra. 4 ed. Lisboa: Estampa, 1975.
4. FRIEDMANN. A. **Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo, Moderna, 2001.
5. ROLOFF. E. M. **A importância do lúdico em sala de aula.** In. Semana de Letras, 10, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Edipucrs; 2010. p.1-9.

6. SILVA. Marli Teresinha. **Brinquedo: Função educativa no desenvolvimento humano.** Poieses Revista Científica em Educação. Tubarão v.3, n. 5,2001.
7. SOUZA. Karla Bianca Freitas de A. **A formação de professores da educação infantil e o desafio da construção da práxis pedagógica.** In. HERMIDA, Jorge Fernando: SILVA, Roza Maria Soares (orgs). **Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.** Formação de professores, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
8. VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente,** São Paulo: Martins Fontes, 1987.
9. WAJSKOP, G. **Brincar na Pré-escola.** São Paulo: Cortez, 2001.

ISSN 2316-8021

Diagnóstico precoce em crianças com autismo realizado em uma instituição filantrópica: correlação com a linguagem

Early diagnosis in children with autism performed in a philanthropic institution: correlation with language

Maiara Cristine Oliveira de Almeida[1]; Laise Carla Lira de Jesus[2]; Karine Lopes Pinheiro[3]; Valéria Luísa Teixeira Santos[4]

[1]Fonoaudióloga pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Aluna especial do mestrado em dinâmicas territoriais e cultura; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Arapiraca, Alagoas; email: maiara_cristine@hotmail.com;
[2]Terapeuta Ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas ;
[3]Psiócologa;
[4]Fisioterapeuta pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas;

RESUMO: O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é considerada uma disfunção global do desenvolvimento, podendo afetar as capacidades de comunicação, socialização e comportamento, fazendo parte de um grupo de síndromes chamado de transtorno global do desenvolvimento. Na maioria dos casos, suas características são percebidas antes dos 3 anos de idade, porém em algumas vezes as famílias esperam um pouco para procurer avaliação multiprofissional atrasando o diagnóstico e principalmente a intervenção precoce. As alterações de linguagem no transtorno autístico geralmente são caracterizadas por atrasos significativos ou ausência total de desenvolvimento desta habilidade. Faz-se necessário para redução ou eliminação desta dificuldade uma avaliação mais eficaz e precoce nesta população. O objetivo deste artigo foi identificar as crianças que foram diagnosticas precocemente com autismo no serviço de avaliação global de uma instituição filantrópica e correlacionar os benefícios do diagnóstico precoce para o desenvolvimento da linguagem. Foi realizada uma análise nas avaliações globais realizadas pelo serviço de avaliação global de uma instituição filantrópica, analisada a quantidade de crianças que tiveram diagnóstico precoce e qual foi sua evolução após acompanhamento. Após o resultado de tal análise obteve-se no final um total de vinte e sete crianças diagnosticadas com autismo, sendo três delas com idade inferior a três anos. Após dois meses de terapia, foi possível observar, quanto a linguagem oral, que as crianças que foram enquadradas no grupo menos de 3 anos obtiveram melhor rendimento e evolução em relação a outras crianças com maiores idades. É possível evidenciar a importância da estimulação e diagnóstico precoce da criança com autismo para minimização das dificuldades de linguagem, bem como esta linguagem pode trazer benefícios para a qualidade de vida e evolução em aspectos comportamentais e sociais da criança. Foi possível observar um baixo índice de crianças diagnosticadas com autismo desde a implantação do serviço de avaliação global, e ainda que as crianças que foram diagnosticadas precocemente vem apresentando melhoras rapidamente quanto aos aspectos de linguagem oral.

PALAVRAS-CHAVE: transtorno autístico; inclusão; diagnóstico precoce;

ABSTRACT: Autism Spectrum Disorder (ASD) is considered a global developmental dysfunction, which can affect communication, socialization and behavior capacities, being part of a group of syndromes called global developmental disorder. In most cases, its characteristics are perceived before 3 years of age, but sometimes families wait a little to seek multiprofessional evaluation delaying the diagnosis and especially early intervention. Language disorders in autistic disorder are usually characterized by significant delays or total absence of development of this ability. It is necessary to reduce or eliminate this difficulty a more effective and early evaluation in this population. The aim of this article was to identify children who were diagnosed early with autism in the global assessment service of a philanthropic institution and correlate the benefits of early

diagnosis for language development. An analysis was performed in the global evaluations carried out by the global evaluation service of a philanthropic institution, analyzed the number of children who had an early diagnosis and what was their evolution after follow-up. After the result of such analysis, a total of twenty-seven children diagnosed with autism were obtained, three of them under the age of three years. After two months of therapy, it was possible to observe, regarding oral language, that children who were included in the group less than 3 years had better performance and evolution in relation to other children older. It is possible to highlight the importance of stimulation and early diagnosis of children with autism to minimize language difficulties, as well as this language can bring benefits to quality of life and evolution in behavioral and social aspects of the child. It was possible to observe a low rate of children diagnosed with autism since the implementation of the global evaluation service, and even though children who were diagnosed early have been rapidly improving in oral language aspects.

KEYWORDS: Austim disorder; inclusion; Early diagnostic.

INTRODUÇÃO

O autismo é considerado uma disfunção global do desenvolvimento, podendo afetar as capacidades de comunicação, socialização e comportamento. Segundo Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) V (2013) o mesmo enquadra-se no grupo de síndromes chamado de transtorno global do desenvolvimento caracterizado por apresentar déficit na comunicação social e interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, sendo suas características percebidas antes dos 3 anos de idade. As características básicas são anormalidades qualitativas e quantitativas que, embora não muito abrangentes, afetam de forma evidente as áreas de interação social, da comunicação e do comportamento (SCHWARTZMAN, 2011). Fazendo parte de um grupo de síndromes chamado de transtorno global do desenvolvimento.

Outras condições e desordens ainda podem estar associadas ao TEA, como problemas comportamentais (agitação, agressividade, autoagressividade, foco excessivo em detalhes, dentre outros), assim como sensoriais, motores e de linguagem. No entanto, a deficiência intelectual se apresenta como a condição que mais se associa a este diagnóstico, com graus variados de severidade, em aproximadamente 75% dos casos.

O diagnóstico do autismo é comportamental, pois ainda não existem exames que possam contribuir significativamente para o diagnóstico, apesar de já haver alguns estudos que apontam no sentido de algumas anormalidades em determinados cromossomos indicarem uma ligação com o autismo, mas isto ainda não é utilizado para uma confirmação de diagnóstico. Para iniciar essa identificação e chegar a um diagnóstico faz-se necessário considerar a queixa familiar, nos quais serão levados em consideração sinais, sintomas, comportamento, e excluídos alterações neurológicas, psiquiátricas e genéticas. Para uma avaliação e diagnóstico eficaz necessita-se de uma avaliação global da criança por meio de uma equipe multiprofissional para favorecendo assim uma avaliação de todos os possíveis aspectos alterados nesta população.

A identificação precoce nas crianças com autismo poderá contribuir para um desenvolvimento mais eficaz, sendo possível o mais cedo minimizado ou sanado possíveis dificuldades que possam aparecer na criança, aproveitando assim a plasticidade neural da criança para desenvolvimentos de habilidades linguísticas e sociais. Essa plasticidade neural ela ocorre nos primeiros anos de vida do sujeito, caso esse diagnóstico seja tardio a criança não poderá mais facilmente desenvolver algumas atividades, bem como outras atividades estarão ingramadas no cérebro da criança.

A longo prazo, essa identificação precoce poderá mudar padrões estigmatizados de crianças com deficiência, no qual as mesmas podem apresentar melhores evoluções comportamentais, independência e linguagem, podendo antecipar adaptações e fornecimentos de atendimentos especializados de forma precoce.

Nessa perspectiva, é fácil compreender que tais crianças precisam , de forma precoce, em termos de aprendizagem de mecanismos de ensino diferenciados – como recursos alternativos e metodologias específicas para este modo diferente de pensar e se comportar - para gerar efeitos funcionais, produtivos e funcionais (FONSECA & CIOLA, 2016). Neste estudo objetivou-se identificar as crianças que foram diagnosticas precocemente com autismo e correlacionar os benefícios do diagnóstico precoce para o desenvolvimento da linguagem.

REFERENCIAL TEORICO
ALTERAÇÕES DE LINGUAGEM EM CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTÍCO

Na maioria das crianças com espectro autísticos apresentam atrasos significativos ou ausência total de linguagem, sendo o grau de comprometimento divergente devido aos diversos graus de autismo.

Em Mendonça (2005) o principal aspecto da linguagem que encontra alterado é a pragamática, ou seja, na intenção comunicativa, sendo facilmente observada desde ainda bebê devido à diminuição ou ausência do contato visual, balbucios, ecolalias e responsividade a fala e sons. Nesta fase, necessita-se descartar a possibilidade de perda auditiva. Quando existem ainda verbalizações ou vocalizações, Landa (2007) relata que existem parâmetros anormais de prosódias e em muitos dos casos a comunicação acontece por meio de gestos indicativos ou até mesmo levar a mão do outro para realizar a atividade.

Segundo Saad(2009) crianças que possuem espectro autístico, na maioria dos casos, podem apresentar dificuldade em iniciar e manter diálogos, em interpretar os sentidos das palavras e frases usadas, em identificar palavras implícitas na fala do outro e em analisar a morfossintaxe. Obtendo dificuldades nos aspectos semânticos e morfossintáticos da linguagem. As crianças autistas apresentam ainda dificuldades na interpretação de expressões faciais, finalização de frases e uso de entonação na fala para demostrar alguma expressão, essa dificuldade pode aparecer mesmo que a criança apresente linguagem oral fluente.

As demonstrações de linguagem mais apresentadas por essa população são: ecolalias, uso de gestos e linguagem estereotipadas, ocorrendo as mesma nem sempre com intenção comunicativa. (Benvieste (1976))

Quanto à compreensão oral, é possível observar dificuldade em crianças autísticas pela dificuldade ou incapacidade de entender ordens ou perguntas simples. As alterações de linguagem em crianças autistas influenciam diretamente nas relações sociais sejam em ambientes familiares e/ou escolares.

Essas alterações de linguagem em autistas acabam influenciando diretamente nas relações sociais entre familiares e/ou escolares, prejudicando assim a qualidade de vida da criança autista. Nos anos iniciais a criança apresenta a plasticidade cerebral que é a capacidade de aprender novos conceitos, essa fase é a qual se deve ocorrer mais precocemente a intervenção Fonoaudiológica.

A partir disso, é nítida a importância desta intervenção precoce, promovendo assim desenvolvimento global do indivíduo, e a qualidade de vida e inter-relação da criança e de sua família.

DIAGNÓSTICO PRECOCE EM CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTÍSTICO

O diagnóstico de autismo em crianças menores de 5 anos ainda é um tema bastante discutido na literatura e em alguns lugares muito raro, apesar da ampla discursão sobre a importância do diagnóstico precoce para um melhor desenvolvimento da criança. Alguns autores indicam que antes dos cinco anos de idade esse diagnóstico não pode ser definido, pois a criança pode, após estimulação de uma equipe multiprofissional, não apresentar mais algumas características para defini-la como uma criança autista.

O diagnóstico precoce, abaixo dos cinco anos de idade, ainda não é considerado fácil decorrente a dificuldade de distinção entre autismo e crianças não-verbais ou distúrbio específico

de fala e linguagem. Segundo Lord (2005), aos três anos de idade as crianças tendem a preencher os pré-requisitos para ser diagnosticada com autismo, fazendo necessário avaliação detalhada e multiprofissional.

Segundo Oliveira (2001) atualmente encontra-se em desenvolvimento pesquisas de validação e invenção de instrumentos que auxiliem na triagem para o autismo em crianças pequenas. Atrasos desnecessários no diagnóstico têm implicações práticas importantes, já que o desenvolvimento de estratégias de comunicação efetivas, ainda que simples, em um estágio precoce da vida auxiliam a prevenir alterações no comportamento e nas habilidades sociais da criança. (Fernandes, 2006)

Desta forma, há razões suficientes para aumentar os esforços na identificação e intervenção para crianças com autismo, o mais precocemente possível. As diretrizes práticas para os profissionais de saúde na comunidade alcançarem este objetivo tem sido foco de atenção de alguns estudos.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O tipo de estudo utilizado foi transversal. A Associação Pestalozzi de Arapiraca enquadra-se em uma instituição do Centro de Especialização em Reabilitação Física e Intelectual (CER), no qual é um serviço de atenção ambulatorial que realiza diagnóstico, avaliação, orientação, estimulação precoce e atendimento especializado em reabilitação e habilitação funcional e psicossocial das pessoas com deficiência para sua autonomia e independência. Tem como missão promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência física – neurológica e intelectual, através de atendimento em saúde e educação, na região do agreste e sertão do Estado de Alagoas.

Em 2013 foi implantado pela instituição um novo fluxograma, no qual ao paciente chegar à instituição passa por avaliações multiprofissionais. As avaliações iniciais são dos setores de enfermagem, serviço social e médico, por meio da avaliação, no qual é identificada uma hipótese diagnóstica pela neuropediatra. Posteriormente a criança é encaminhada para o serviço de avaliação global que é constituída por um fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta, sendo realizada uma avaliação em conjunto a partir das queixas da mãe, avaliação da neuropediatra e observação da criança.

Após esse avaliação é solicitado que a mãe da criança espere para que a equipe possa discutir as indicações e encaminhamentos pertinentes para outros serviços, como avaliação genética, ou adequar à criança no fluxograma do serviço no qual pode ser enquadrada nos setores de autismo, estimulação precoce, grupo de orientação intensiva ou neurossensorial, dependo das características e/ou confirmação ou não do parte da equipe da hipótese levantada pela neuropediatra.

Ao ser encaminhado para o setor de Autismo, no qual é composta por dois fonoaudiólogos, um terapeuta ocupacional, dois psicólogos e um fisioterapeuta, cada profissional faz sua avaliação detalhada e específica. Após a avaliação profissional é iniciada a avaliação do Modelo Teacch para posteriormente ser iniciada intervenção com a criança.

Neste estudo foi utilizado como parâmetro os aspectos da linguagem avaliados no protocolo de avaliação Fonoaudiológica da instituição e analisadas as evoluções bimestrais das crianças menores de 3 anos identificadas com autismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No serviço de avaliação global foram realizadas mais de 300 avaliações de crianças entre 0 e 18 anos com algum tipo de deficiência física – neurológica e intelectual. Dentre estas, 27 crianças foram identificadas com autismo ou dentro do espectro autístico, as demais enquadraram-se nos serviços de estimulação precoce, de cuidados ao aparelho respiratório, ambulatorial de toxina botulínica, dispensação de órtese, prótese ou meios auxiliares de locomoção (OPM) ou neurossensorial.

Das 27 crianças, 3 (três) delas tinham menos de 3 anos, 23 (vinte e três) entre 3 anos e 1 mês a 10 anos e apenas uma com mais de 10 anos. Após avaliação Fonoaudiológica foi possível observar que todas as crianças apresentam algum atraso em algum aspecto da linguagem.

Após dois meses de terapia, foi possível observar, quanto a linguagem oral, que as crianças que foram enquadradas no grupo menos de 3 anos obtiveram melhor rendimento e evolução em relação a outras crianças com maiores idades. Inicialmente as mesmas apenas chorava e expressava-se por meio de balbucios sem sentido. Na reavaliação foi possível observar que as mesmas mantinham-se sentadas, mesmo algumas vezes apresentando choro, realizava vocalizações, simbolização com carro, bonecos e animais com sentindo.

Segundo Gram (2008) as crianças que recebem estimulação precocemente apresentam melhores evoluções no desenvolvimento geral, podendo o tratamento variar de acordo com a idade e dificuldades apresentadas pela criança, sendo a terapia Fonoaudiológica, enfocando a área da linguagem uma das mais procuradas e estudadas em relação ao autismo. Baragolo (2010) ressalta a importância da intervenção fonoaudiológica precoce no autismo, sendo a linguagem oral o enfoque principal para chegar a estimulação de interação social e comportamental, devido a alteração nestes aspectos serem decorrentes a possíveis tentativas frustradas de comunicação.

Algumas propostas são específicas para o surgimento da linguagem oral e outras visam o desenvolvimento da comunicação geral. Há ainda aqueles que utilizam a comunicação para desenvolver outros aspectos inseridos no desenvolvimento ou no comportamento da criança.

CONCLUSÃO

Iniciou-se este trabalho demonstrando como se processa a aquisição de linguagem da criança com autismo. É possível evidenciar a importância da estimulação e diagnóstico precoce da criança com autismo para minimização das dificuldades de linguagem, bem como esta linguagem pode trazer benefícios para a qualidade de vida e evolução em aspectos comportamentais e sociais da criança.

Foi possível observar um baixo índice de crianças diagnosticadas com autismo desde a implantação do serviço de avaliação global, e ainda que as crianças que foram diagnosticadas precocemente vêm apresentando melhoras rapidamente quanto aos aspectos de linguagem oral. Faz-se necessário acompanhamento dos dados e das avaliações realizadas visto o crescente conhecimento do TEA pela população.

Por tratar-se de um estudo com amostra pequena e por um período curto de avaliação destas crianças, vale ressaltar que os resultados apontados não podem ser generalizados. Não obstante, porém, os limites de nossas conclusões, acreditamos que esse artigo proporcione um aumento da amostra bem como demonstrar a necessidade mais pesquisa em diagnóstico precoce correlacionado com a linguagem oral.

REFERÊNCIAS

1. APA **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, 5.ed. (DSM-5).Washington,
2. DC, American Psychiatric Association, 2013.
3. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V: Manual Diagnóstico e estatístico de transtorno mentais.** Trad. Maria Inês Correa Nascimento - e col.; revisão técnica: Aristides Volpado Cordioli. Porto Alegre: Artmed, 2014.
4. BENVIESTE, E. **"Da subjetividade na linguagem**", Em:Problemas de linguística geral. Editora da Universidade de São Paulo, Série 5ª, Letras e Linguística vol. 8. São Paulo,1976.
5. BAGAROLLO, Maria Fernanda; Panhoca, Ivone. **A constituição da subjetividade de adolescentes autistas: um olhar para as histórias de vida.** Revista Brasileira de Educação Especial, v.16, n.2, p. 231-50, Aug. 2010.

6. CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Prevention. Surveillance for ventilatorassociated events.** [Internet]. 2015 [cited 2015 Apr 26]; Available from: http://www.cdc.gov/nhsn/acute-care-hospital/vae/index.html.
7. CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
8. FONSECA, M. E. G. & CIOLA, J. C. B. **Vejo e aprendo: fundamentos do programa TEACCH: o ensino estruturado para pessoas com autismo.** Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2 ed. 2016.
9. FERNANDES, F.M. **Análise de funções comunicativas expressas por terapeutas e pacientes do espectro autístico.** *PRÓ-FONO Revista de atualização cientifica*, vol.18, num.3, setembro-dezembro,239 à 248,2006.
10. GREEN, VA**. Internet survey of treatments used by parents of children with autism**. Res. Dev. Disabilities. 2006, 27, 70–84.
11. GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro. **Autismo: procurando vencer as barreiras impostas pelo isolamento.**Mensagem da APAE. Brasília, ano XXXV, n.º 83, p. 13, outubro, 1998.
12. GILLBERG,C. **Infantile autism diagnosis and treatment.** Acta Psycbiat. Scand., 1990.
13. GRANDIN, Temple. **"Needs of high functioning teenagers and adults with autism".** Focus on Autistic Behavior 5, n.º 1: 1-16 (abril de 1990).
14. LANDA R. **Early communication development and intervention for children with autism. Mental retardation and developmental disabilities research** *reviews*. 2007, 13, 16 – 25.
15. LORD. **Follow up of two-years-old referred for possible autism.** ***J*** *Child Psychol Psychiatry.* 1995,36(8),1365-82.
16. MENDOZA E, Muñoz J. **Del trastorno específico del lenguaje al autismo**. *Rev. Neurol.*, 2005, 41 (1), 91-98.
17. RAPIN, I. **Distúrbios da comunicação no autismo infantil, In: Muller, A.G, Narbona, J., A linguagem da criança pequena:aspectos normais e patológicos**, 2ª edição, Artmed. Porto Alegre.
18. OLIVEIRA, M.T. **Ecolalia: Quem fala nesta voz?** Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.PUC-SP. São Paulo, 2001.
19. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Marco para ação em educação interprofissional e prática colaborativa.** Genebra: WHO, 2010.
20. SILVA, Micheline. MULICK, James A. **Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas.** Psicologia ciência e profissão, 2009, 29 (1), 116 – 131. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2019, 20h25min.
21. SAAD, Goldfeld M. **A ecolalia no desenvolvimento da linguagem de pessoas autistas: uma revisão bibliográfica.** *Pró-Fono R. Atual. Cient.* 2009,21(3), 255-260.
22. SCHWARTZMAN, J. S. **Neurobiologia dos transtornos do espectro do autismo.** São Paulo: Memnon Edições Científicas, v. 6, p.65-111, 2011.

ISSN 2316-8021

Educação ambiental na educação infantil: visão de educadores
Environmental education in childhood education: vision of educators

Maria Janailma Barbosa Tavares[1]; Anderson Gomes dos Santos[2]

[1] https://orcid.org/0000-0002-6843-4425. Professora na Educação Infantil desde 2013; Licenciada em Pedagogia, Universidade Estadual de Alagoas/ UNEAL, Palmeira dos Indios, Alagoas, Brasil. janytavares@outlook.com
[2] https://orcid.org/0000-0002-9010-7201/print.Professor na Educação Básica; Mestre em ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Maceió, Alagoas; Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas, UNEAL, Palmeira dos Indios. anderson_pedagogia@hotmail.com

RESUMO: A Educação Ambiental é uma dimensão da educação que deve estar presente de forma articulada, permanente e contínua em todos os níveis de ensino e em todas as modalidades da educação básica no Brasil. A Educação Infantil é a primeira etapa da educação brasileira, com o atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Etapa esta, que tem sido alvo de muitos estudos e reflexões no tocante ao currículo, concepção de crianças e infâncias e práticas a serem realizadas para o desenvolvimento infantil em vários aspectos e de forma integral. Este desenvolvimento deve envolver também as experiências voltadas à Educação Ambiental, como integrante das aprendizagens independente de território ou modalidade da educação, como direito dos indivíduos assegurado desde a Constituição Federal de 1988 e respaldado por documentos norteadores para sua obrigatória implementação no contexto escolar. A visão dos educadores norteia seu fazer pedagógico, contribuindo ou limitando ações significativas. Assim, surgiu o problema: como a dimensão ambiental está presente nas ações com crianças de 0 a 5 anos de realidades camponesas e urbanas a partir das concepções de educadores? O presente trabalho aborda a pesquisa de cunho qualitativo realizada de maio a julho de 2020, com o objetivo de saber como a temática Educação Ambiental tem sido contemplada nas práticas com crianças na Educação Infantil em escolas do/no campo e do meio urbano. Os participantes da pesquisa foram educadoras atuantes em escolas do campo e do meio urbano da capital e do interior de Alagoas. A análise dos dados obtidos aponta que muito se tem avançado na percepção de que a Educação Ambiental deve estar presente no cotidiano das crianças e não de forma pontual, mas que educadores ainda permanecem na visão de encontro a essa ideia, que ainda há uma visão reducionista por parte de educadores sobre a Educação Ambiental como educação para contemplação da natureza e para o desenvolvimento sustentável, o conhecimento de documentos específicos sobre a Educação Ambiental são pouco conhecidos, e que alguns confundem Educação Ambiental com Educação do campo, o que se configura como um entrave para inserção desta dimensão numa abordagem crítica e contextualizada.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente, infância, concepções docentes.

ABSTRACT: Environmental Education is a dimension of education that must be present in an articulated, permanent and continuous way at all levels of education and in all modalities of basic education in Brazil. Early childhood education is the first stage of Brazilian education, with assistance to children from 0 to 5 years old. This stage, which has been the subject of many studies and reflections regarding the curriculum, conception of children and childhood and practices to be carried out for child development in various aspects and in an integral way. This development should also involve experiences related to Environmental Education, as part of learning regardless of territory or modality of education, as an individual right ensured since the Federal Constitution of 1988 and supported by guiding documents for its mandatory implementation in the school context. The educators' vision guides their pedagogical practice, contributing or limiting significant actions. Thus, the problem arose: how is the environmental dimension present in

actions with children from 0 to 5 years old from rural and urban realities from the conceptions of educators? The present work addresses the qualitative research carried out from May to July 2020, with the objective of knowing how the Environmental Education theme has been contemplated in the practices with children in Early Childhood Education in rural and urban schools. The research participants were active educators in rural and urban schools in the capital and in the interior of Alagoas. The analysis of the data obtained shows that much progress has been made in the perception that Environmental Education should be present in the daily lives of children and not in a timely manner, but that educators still remain in the vision against this idea, that there is still a reductionist vision on the part of educators on Environmental Education as education for contemplating nature and for sustainable development, the knowledge of specific documents on Environmental Education are little known, and that some confuse Environmental Education with Rural Education, which is configured as a obstacle to the insertion of this dimension in a critical and contextualized approach.

KEYWORDS: Environment, childhood, teaching concepts.

INTRODUÇÃO

A educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica brasileira, que atende a bebês e crianças de até 5 anos e 11 meses de idade e tem crescido como objeto de estudo em suas especificidades e no tocante à criança como ser detentora de direito ao desenvolvimento integral em diversos aspectos, sendo protagonista com potencialidades a serem consideradas e respeitadas. A Educação Ambiental, doravante EA, é uma dimensão da educação que deve perpassar todos os níveis de ensino, constituindo-se como um dos meios para contribuir com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na relação respeitosa com a natureza, proteção e criação de alternativas para diminuir os danos causados ao meio ambiente em que vive numa perspectiva local, regional e global.

A pesquisa aqui apresentada aponta reflexões sobre a visão de educadores da Educação Infantil, doravante EI, acerca da inserção da EA na primeira etapa da educação básica brasileira, em instituições do campo e da área urbana. Buscamos contribuir para a ampliação das reflexões s*obre como trabalhar a temática na EI,* numa perspectiva de criança como protagonista e detentora de direitos inerentes ao desenvolvimento integral, *considerando-a agente de direitos,* potente para criar, descobrir, perceber, construir e transformar saberes que culminem em habilidades e sensibilidade para compreender atuar no meio em que vive, *seja urbano ou no campo.* A EA é elemento primordial como alternativa para transformar a sociedade visando formação de pessoas solidárias, conscientes, justas e humanas.

A EA perpassa a questão territorial, pois, deve estar em todas as etapas da educação. Neste contexto, versamos sobre a territorialidade e respeito também às crianças em seu local de vivência, sendo campo ou área urbana. *Assim, refletir sobre* como a territorialidade interfere ou não nas ações com esse público a partir das concepções apresentadas por educadores atuantes nesta etapa, se faz necessário para desmistificar algumas visões acerca da EA e estimular a busca por mais compreensão sobre o tema e a qualidade de sua inserção.

Das experiências na Educação Infantil em escolas do campo, da visão sobre EA e da atuação também em ambiente urbano, surgiram algumas indagações: Como a EA tem sido trabalhada em escolas do/no campo e do meio urbano com as crianças na EI a partir das concepções dos educadores? Em que se diferenciam os desafios e possibilidades concebidos por estes educadores? Como o território em que a criança vive é considerado ou envolvido no planejamento? Essas questões foram respondidas a partir das dos dados obtidos, fases da pesquisa e análise realizada, de acordo com os objetivos traçados.

Assim, a pesquisa teve o objetivo geral de saber como a temática EA tem sido trabalhada em escolas do/no campo e do meio urbano com as crianças na EI a partir das concepções dos educadores, e objetivos específicos: conhecer a visão de educadores do campo e do meio urbano

sobre a importância de trabalhar a EA na EI; saber como o território onde a criança vive influencia no planejamento das atividades em EA na EI; Investigar práticas exitosas voltadas à EA com as crianças; Conhecer desafios e possibilidades existentes para o trabalho com a dimensão EA em instituições do campo e do meio urbano. Essas temáticas se constituem como objetos de interesse e necessários a comunidade social.

No desenvolvimento deste, temos na primeira parte abordada a trajetória da EA no contexto mundial e brasileiro, na segunda, tratamos de elementos pertinentes a inserção da EA na EI, em seguida, há a contextualização da EA na Educação do campo. Posteriormente, a descrição da metodologia empregada na realização da pesquisa, discussão dos dados, considerações finais, por fim, referências utilizadas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TECENDO SABERES

As temáticas voltadas para a sustentabilidade, meio ambiente, preservação e consumo consciente tem sido alvo de diversas pesquisas, estudos e discussões em países de todo o mundo. A educação tem um papel fundamental na formação de pessoas conscientes sobre seu papel diante da crise ambiental gerada por anos e anos de consumo desenfreadamente degradante para o meio ambiente. Vejamos então pontos inerentes à trajetória da EA, ao tempo em que se apresentam conceitos acerca deste termo e sua inserção no ambiente escolar.

A EA teve surgimento no século XX, em meio ao reconhecimento da crise ambiental, mais precisamente, na década de 1970. Com a crise econômica, social e ambiental gerada pelo crescimento das ações de domínio sobre a natureza e também pela exploração humana - consequências de um modo de produção capitalista cada vez mais acentuado, surgiu a demanda de discussões em vários países no intuito de amenizar os impactos e por outro lado, criar estratégias para continuar com o chamado desenvolvimento econômico. A Conferência Intergovernamental relacionada à Educação Ambiental que aconteceu em Tbilisi, capital da Georgia, no ano de 1977, foi um ponto crucial para o programa Internacional de Educação Ambiental (ROGRIGUES e SAHEB, 2016). A partir disso houve o início da compreensão sobre a interligação entre ambiente, sociedade e educação.

No Brasil, a Lei Federal nº 6.938 designou a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), tornou evidente o alcance pedagógico e apresentando no artigo 2º, inciso X, ser necessária a promoção da EA em todos os níveis de ensino, também na educação da comunidade, com o objetivo de capacitar a participação ativa no ato de defender o meio ambiente, regulamentou a Educação Ambiental (BRASIL, 1981).

Na década de 1980, a Constituição Federal (1988) possibilitou um importante avanço e a Educação Ambiental passou a ser exigência constitucional devendo ser garantida pelas instâncias federais, estaduais e municipais dos governos: “Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, parágrafo 1º, inciso VI).

Ainda sobre a trajetória da EA no Brasil, outro documento significativo foi a Agenda 21, criada após a Conferência Rio-92, que, “estabelece uma proposta de ação voltada para a sustentabilidade para os próximos anos, destacando como necessária a construção de uma educação ambiental escola” (ROGRIGUES e SAHEB, 2016). Vale destacar também, no tocante a legislação educacional brasileira, sobre a questão ambiental ser incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) fator que integra o caminho da Educação Básica no contexto da EA.

Emergiu então a visão de que para os problemas ambientais diminuírem pela consciência individual e ações coletivas, os valores sociais, atitudes e habilidades voltadas à conservação do meio ambiente, deveriam estar mais presentes e constantemente na educação. Assim, foi criada a lei nº 9.795/1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, definindo a EA como uma das formas possíveis para o cidadão e a comunidade desenvolverem aspectos de uso

consciente, cuidado com a natureza e reflexões nesse contexto. Nesse documento a que impulsionou no Brasil temos uma concepção da EA:

> **Art. 1º.** Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Portanto, se trata de uma dimensão da educação a ser articulada de forma permanente no cotidiano escolar. Esses fatos citados de forma sucinta, entre outros, levaram à reflexões, documentos e estudos para implementação de EA na Educação Básica, a se destacar: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental de 2012. Marcante no contexto das conquistas voltadas para a tríade educação-sociedade-meio ambiente, elas foram criadas para tornar mais fácil a discussão da implementação da EA em todos os níveis de ensino. No documento agora citado temos que,

> **Art. 2º** A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL, 2012, p.02)

Diante dessas questões, se faz necessário refletir sobre a garantia da efetivação desta dimensão educacional indispensável para o processo de formação integral dos indivíduos, possibilitando a formação de consciência desde os primeiros anos no ambiente escolar, enquanto instituição social que é reconhecida pela função transformadora e emancipatória na sociedade (DCNEA, 2012).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, passou a ser reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, na LDB (BRASIL, 1996), o que tornou o debate acerca das políticas públicas e das práticas para crianças de até 6 anos mais intensos. Muitos são os questionamentos pertinentes no que diz respeito à função da EI junto às crianças, a exemplo: como as práticas desenvolvidas no cotidiano da EI tem contribuído para que as crianças possam construir relações marcadas por descobertas, solidariedade e respeito com as pessoas e com a natureza?

A EI deve ser marcada por descobertas, construções de sentidos, interações, experiências e aprendizagens, que são expressadas pelas diversas linguagens das crianças. Essas questões respeitantes à EA na EI devem ter fundamentos em documentos norteadores e estudos, para serem compreendidas e estarem de fato presentes na intencionalidade educativa das propostas para crianças dessa faixa etária. Vamos então tecer ideias sobre alguns marcos que fundamentam o trabalho desta temática na EI.

O ambiente onde vive a criança é seu ponto de referência das vivências e experiências junto aos adultos do convívio, assim, deve ser valorizado e preservado. Concomitante à essa vivência particular, na instituição de EI, ao ter contato com o ambiente educativo a criança apropria-se do significado de ambiente coletivo e nele explora diversas atividades. Desta forma, é valido compreender que a criança se apropriando do sentimento de pertencimento a esse ambiente, deva

desenvolver também ações de cuidado, respeito e preservação do mesmo. No volume 3 do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, RCNEI (BRASIL, 1998), um dos objetivos para as crianças é a "valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente".

A partir também do disposto no eixo "Natureza e sociedade" o RECNEI (1998) já nos trazia a compreensão de que devemos possibilitar experiências e esperar que a criança, através de sua curiosidade, desenvolva continuamente sua capacidade de agir, explorar e observar tudo que há no meio em que se insere, buscando melhorá-lo e assim também, a sua própria qualidade de vida. Assim, essa primeira etapa da educação básica é importante momento para a oferta de vivencias para desenvolver uma personalidade moral no que diz respeito ao meio ambiente. Nesse sentido, Tiriba (2010, p. 2) afirma que

> Creches e pré-escolas são espaços privilegiados para aprender-ensinar porque aqui as crianças colhem suas primeiras sensações, suas primeiras impressões do viver. Neste sentido, a dimensão ambiental não poderia estar ausente, ou a serviço da dimensão cultural, ambas deveriam estar absolutamente acopladas.

No tocante à concepção de criança, currículo e finalidades, propostas e avaliação na da EI, temos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil. MEC. SEB, 2010) diversos pontos esclarecedores. É um dos principais documentos que devem nortear desde o planejamento às propostas de avaliação nesta etapa da educação básica para garantir o direito das crianças a uma EI que respeite suas especificidades e potencialidades. Aqui serão destacados os que dizem respeito à EA.

Vale destacar que mesmo o termo não estando presente nas DCNEI, a EA consta em diversos aspectos mencionados no documento, como o trabalho com a ética, o cuidado, a cooperação e a solidariedade (RODRIGUES e SAHEB, 2019). Nesse sentido, devemos atentar para o que se afirma no artigo 9º das DCNEI (Brasil. MEC. SEB, 2010, p.03), sobre o currículo da EI, que precisa de práticas pedagógicas que:

> VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza; X- promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

Nesta visão, consideramos que as instituições cumprirão seu papel se atentarem para este ponto crucial na compreensão da abordagem de EA com as crianças na EI, para assim propor experiências visando incentivar

> [...] a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza. E que promovam o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais (Brasil. MEC. SEB, 2010, p. 26).

Na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), há objetivos de aprendizagem para as crianças na temática meio ambiente que envolvem: incidentes do cotidiano, fenômenos naturais

ISSN 2316-8021

mudanças em diferentes materiais, exploração do ambiente para realização de descobertas, partilha de situações de cuidado de plantas e animais, identificação e seleção fontes de informações, para responder questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação. Sobre a EA ser abordada com as crianças na Educação Infantil, afirmam Saheb e Rodrigues (2016, P.86) que

A proposta pedagógica da Educação Infantil deve ter como foco o desenvolvimento de metodologias que incentivem a construção de valores socioambientais voltados à realidade das crianças e de sua comunidade, a partir de saberes locais e tradicionais aliados aos científicos.

Nesse sentido, apontamos para a necessária busca de conhecimentos que respaldem a práxis pedagógica de educadores, sobre na EI, que marca o início da formação no contexto escolar. Desta forma, saber que a realidade local deve ser ricamente valorizado e considerado ao planejar os contextos e atividades a partir de interesses e realidade das crianças é pressuposto para o desenvolvimento que incentive a visão de pertencimento, curiosidades e transformações do próprio lugar de vivencia. O que evita uma prática sem sentido para os infantes, como a que podemos ver na charge de Frato[36].

Figura 1 Charge de Frato sobre Educação descontextualizada com o ambiente local

Fonte: Pinterest, 2020.

Na figura 1 a crítica mostra uma realidade ainda presente em muitas instituições de EI e também outras etapas: a não valorização e contextualização do local em que a criança e/ou a escola está inserida nas atividades do cotidiano escolar. A busca de conhecimentos que respaldem a práxis pedagógica de educadores, sobre a EI, que marca o início da formação dos indivíduos se faz necessária. A realidade local deve ser ricamente valorizada e considerada ao planejar os contextos e situações de interesses e curiosidades delas contribuindo com o desenvolvimento de atitudes para com a comunidade em busca de uma relação harmônica com a natureza, valorização da cultura local e busca de alternativas de convivência respeitosa. Esse é um pressuposto para o desenvolvimento que incentive a visão de pertencimento, curiosidades e transformações do/no próprio lugar de vivencia.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIALOGANDO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Sabendo que a realidade, conhecimentos prévios, região onde vive e os interesses da criança devem ser considerados, pensamos que esses fatores interferem e/ou influenciam no planejamento e condução do trabalho. Uma das bases da Educação Ambiental é constituída no respeito à

[36] Frato é um pseudônimo utilizado por Francesco Tonucci, pedagogo, pensador e desenhista italiano que defende em suas várias publicações, de forma veemente, a ideia de criança como protagonista que deve ter suas especificidades e potencialidade percebidas e respeitadas, assim como suas descobertas.

diversidade e à cultura local, o que é destacado no artigo 8º das DCNEI (2010), o qual trata a diversidade das infâncias no Brasil e orienta que sejam organizadas propostas pedagógicas que se articulem também com a comunidade e a cultura dos infantes. Há grande importância nesse aspecto considerando que ele também amplia a relação ~~Educação Infantil~~ e Educação do Campo, no tocante a uma legislação que abrange todo o país:

> § 3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem: IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural. (BRASIL, 2010, p. 3).

Educação do Campo demanda respeito e valorização das variadas culturas, o que corrobora com princípios da EA, concordando com Saheb e Rodrigues (2016) quando afirmam ser uma das preocupações da EA, possibilitando que os indivíduos tenham estímulos para preservar e a valorizar o multiculturalismo e, assim, para as autoras, as populações historicamente excluídas terão condições de refletir sobre sua realidade, construir conhecimentos inerentes às suas problemáticas centrais e então terem acesso à melhoria na qualidade de vida.

Cabe então, atentar para o conceito de Educação do campo, já que conceitos inerentes à sustentabilidade e à diversidade complementam esta modalidade e apregoam novas relações entre pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas (BRASIL, 2007). A educação do Campo é uma modalidade da educação brasileira que tem a perspectiva de educar pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. Então, trata-se de uma educação dos sujeitos do campo, em suas especificidades, numa formação marcada por construção de consciência crítica na busca por seus direitos (CALDART, 2002). Uma educação que dialoga com a teoria pedagógica, da realidade particular dos camponeses à formação humana (CALDART, 2005).

Já a EA, é uma dimensão da educação que deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, assim, também em escolas do/no campo, de forma articulada. Desta forma, é vale analisar como a Educação Ambiental é trabalhada na Educação Infantil e também analisar se o fato de estarem em escolas do/no campo ou no meio urbano tem sido considerado pelos educadores e se, o veem como fator contribuinte ou limitante para a construção dos conhecimentos sobre meio ambiente por parte das crianças.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa compreendendo que, como nos traz Gil (2002, p. 43), na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: o levantamento bibliográfico, as entrevistas com quem teve experiências práticas com o problema pesquisado, e a análise de exemplos que possibilitem a compreensão. Sobre essa abordagem, Minayo (2001, p.21), também discorre que a mesma investiga as questões particulares, analisando a realidade que perpassa os sentidos, valores e compreensões sobre a temática estudada, ocupando-se com um nível de realidade que não pode ou não se deve quantificar.

O emprego desta abordagem é respaldado pelo objeto de estudo não passível de quantificação, sendo que a realização desta investigação ocorreu com o intuito de saber como a EA é trabalhada em escolas do/no campo e do meio urbano com crianças na EI de acordo com as concepções de educadores sobre a temática. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, sobre qual, Gil (1999) versa que o mesmo permite chegar a grande número de pessoas, mesmo se estiverem dispersas áreas geográficas distantes, já que o questionário pode ser enviado pelo correio, garante anonimato e possibilita aos participantes responderem quando acharem

conveniente.

As fases da pesquisa foram: levantamento bibliográfico; aplicação do questionário composto por nove perguntas- enviado para endereços de e-mails de gestores das cidades participantes- que encaminharam aos educadores[37]; análise e interpretação dos resultados.

Sobre o público pesquisado, participaram 22 (vinte e duas) educadoras atuantes na Educação Infantil nas cidades de Estrela de Alagoas, Palmeira do Indios e Maceió. Das 22, 13 atuam em escolas do campo e 9 em escolas do perímetro urbano, atendendo em suas turmas, crianças a partir dos 6 meses de idade até 5 anos e 11 meses. Todas as participantes tem a formação inicial superior em Pedagogia, e na formação continuada, há especialização (16 participantes) em psicopedagogia, educação infantil ou educação inclusiva e mestrado em Educação (1 participante da área urbana).

Os nomes das instituições e participantes não serão divulgados por questões éticas e comum acordo entre pesquisadora e as mesmas. Aqui serão utilizados os termos EC para educadores atuantes no campo e EU para educadores na área urbana. Foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ao qual todas as participantes tiveram acesso aos objetivos da pesquisa e garantia do anonimato. Os critérios de escolha do universo e dos participantes foram: o fato de atuarem na EI no campo e do ambiente urbano, o interesse em participar da pesquisa e a atuação da pesquisadora em anos anteriores em escolas do campo em uma das cidades (Estrela de Alagoas), e o exercício atual na cidade de Maceió, por viabilizar a execução da pesquisa, que foi realizada no período de maio a julho de 2020.

Os dados coletados foram interpretados por meio da análise de conteúdo inspirada em Bardin (2011), que aponta para uma forma de descrição e interpretação na pesquisa, que auxilia maior compreensão e análise do que uma leitura comum. Assim, as etapas do estudo dos dados foram: leitura flutuante das informações obtidas, que segundo Bardin (2011), possibilita compreender de forma mais clara e perceber melhor impressões que "saltam-lhe aos olhos"; organização dos dados por agrupamento das questões e respostas na intenção de encontrar informações similares entre as elas; releitura analisando trechos a destacar; tratamento dos resultados e interpretações, de acordo com os objetivos a serem alcançados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a análise dos dados obtidos, percebendo nas falas das participantes elementos cruciais em relação à abordagem e concepções sobre a EA com crianças na EI buscando perceber como a realidade territorial das crianças é considerada para nortear os planejamentos que concebe a criança como protagonista, obtivemos percepções que serão discorridas nesta parte do presente artigo.

Na Questão 1, referente à visão das educadoras sobre a importância de se trabalhar a EA com as crianças na EI, 100% das participantes afirmaram reconhecer a importância de inserir a temática em ações com as crianças, e justificaram por diversos motivos, entre eles: despertar a sensibilidade para a preservação e cuidados com o meio ambiente, possibilitar experiências, descobertas, investigações, desenvolvimento de valores, e transformação de atitudes. Um ponto inesperado foi as afirmações das participantes EC1 e EC2: "Inserir a Educação do Campo na EI enquanto processo formativo é importante", "é necessário promover adaptações necessária a vida no campo". Percebemos que a importância de inserir a dimensão ambiental desde a EI é reconhecida, que os educadores têm consciência e defendem, mas que há, ainda uma imersão na visão de educar para o futuro, o que se distancia da perspectiva de educar na EI pelas curiosidades do tempo da infância.

[37] A realização da coleta de dados se deu por meios virtuais. Não foram entregues questionários impressos pela ocorrência da crise sanitária diante da pandemia pela propagação do vírus Covid 19 que atingiu diversos países, inclusive o Brasil, provocando isolamento social no corrente ano (2020).

ISSN 2316-8021

No tocante a Questão 2, sobre o conceito de EA para as educadoras, foram citadas por 16, definições utilizando os termos:

Tabela 1- Concepção de Educação Ambiental

Aspectos percebidos	
16 educadoras -Termos que se atrelam ao que apresentam as DCNEA (2012) e Política Nacional de Educação Ambiental (2009):	Conhecimento, construção de valores e atitudes, contemplar e usar com respeito, compreender o meio em que vivemos, educação vinculada à consciência sobre o meio ambiente, ações planejadas para valores sociais
6 educadoras. Termos voltados apenas a Educação com ambiente e natureza:	Processo de educação, meio de educar, formas de orientação, experiências com natureza e meio ambiente.

Fonte: a autora, 2020.

Vemos que a maioria concebe a EA numa perspectiva que se entrelaça às que temos dispostas nos 2 principais documentos que tratam dessa dimensão, o que concebemos como ponto nodal para a proposição de atividades que envolvam a problematização das práticas sociais, diante da crise que permeia a relação da humanidade com o ambiente. Existem divergências na concepção das mesmas, sobre a mesma temática, com o mesmo público e uma parte ainda concebe numa visão que se reduz ao conhecimento, contemplação e respeito à natureza.

Todas as educadoras afirmaram que envolvem a dimensão ambiental em suas práticas com as crianças e citaram exemplos de como o fazem. Das educadoras do meio urbano, 7 afirmaram trabalhar ações que envolvem o cotidiano das crianças, em situações de interesse, curiosidade, cuidados com o próprio corpo e com plantas, animais e meio onde estão inseridas. A EU2 disse trabalhar "projeto anualmente". Nas respostas de educadoras do campo, aparecem questões sobre interesse e protagonismo das crianças em 1 resposta (EC9). Nas demais, tivemos citadas as seguintes afirmações: EC1- "Tenho inserido elemento e ações que cooperam com a Educação do campo, contextualizando conteúdos de português a matemática". Foram citadas práticas de atividades "teóricas", e a EC1 afirmou que "já era para ter feito isso desde o início do processo de aprendizagem". Vemos que a houve o equivoco de confundir EA com Educação do Campo e confirmamos a hipótese de que ainda existem práticas reducionistas, e voltadas à EI numa perspectiva, mecanizada, com ações distantes das investigações e contextualização necessária as infâncias, sendo a inserção da EA desvinculada ao cotidiano das crianças.

Assim, 68%, demonstram ver importância em trabalhar a EA numa abordagem que valorize os interesses e a realidade da criança, o que é necessário para envolver as crianças num contexto que lhes desperte interesse para que assim as curiosidades, investigações e descobertas possam acontecer. A partir desse viés, na imersão de reflexões, provocações para uma construção de visão crítica e problematizadora com as crianças da EI sobre estratégias de colaboração para com uma transformação local é possível contribuir com a construção de valores sociais. Nesse sentido, Santos e Ferreira (2015, p. 2) afirmam que

> [...] partindo do humano como extensão do ecossistema, compreendemos que o corpo sofre afecções da realidade extensa, de forma que tudo o que está a sua volta o afeta, o transforma. Dessa forma, o ser/criança, por meio dos seus encontros com o mundo, é constantemente afetado e transformado.

Considerar a criança em seu tempo presente no planejamento e abordagens no tocante a EA, abre caminhos para que tenham direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados, o que servirá também de pressuposto para inserção de outras reflexões posteriormente em seu processo de formação, e não apenas para isso.

Sobre elementos que norteiam o planejamento das propostas, os mais citados foram: as DNCEI, a BNCC, a internet, RECAL, PPP. A E11 citou ser "Uma excelente forma de trabalhar é o dia mundial do meio ambiente, data que é celebrada anualmente no dia 05 de Junho". Em 50% foi evidenciada a visão da importância de considerar a criança como protagonista, tendo seus interesses como cerne do planejamento. Em 14% aparece a afirmação de EA em datas pontuais. As demais apenas citaram os documentos. Nenhuma citou documentos norteadores específicos sobre a EA. O desconhecimento de documentos como a DCNEA (2012), é um dos entraves que, segundo Rodrigues (2011), resulta em propostas de atividades realizadas de forma pontual e descomprometidas com toda a problemática envolvida na ação.

Trabalhar a EA em quaisquer nível da educação, sobretudo na EI, requer considerar que o meio em que vive é o que deve ser explorado, pensado, visto de forma critica, contemplado e respeitado. O fato de no espaço do campo haver maior possibilidade de contato com a natureza não deve distanciar as práticas voltadas a EA, que se materializam em experiências que aconteçam diante do planejamento de contextos e espaços no ambiente educativo e também em torno dele, estendendo-se para experiências que se articulem o trabalho na unidade educativa com o da comunidade em que vive, considerando que

> [...] pois, não apenas as salas de aula, mas todos os lugares são propícios às aprendizagens: terreiros, jardins, plantações, criações, riachos, praias, dunas, descampados; tudo que está entorno do bairro, a cidade, seus acidentes geográficos, pontos históricos e pitorescos, as montanhas, o mar [...]. Além de se constituírem com espaços de brincar livremente e relaxar, estes locais podem também ser explorados como lugar de ouvir histórias, desenhar e pintar, espaços de aprendizagem, em que se trabalha uma diversidade de conhecimento. (BRASIL, 2010, p. 9).

O conhecimento do professor acerca das várias abordagens para a inserção da EA com as crianças deve existir e ser discutido e buscado para ofertar às elas uma educação condizente com seus direitos, necessidades, interesses e potencialidades, partindo de seu lugar de pertença para conhecimento global, pois, como afirma Virginia (2013, p.17), "devemos considerar, não apenas o pensar global e agir local, mas, sobretudo pensar e agir local, conhecendo as inter-relações com o global".

Vemos um misto de concepções, sendo percebidas falas das educadoras, tanto em relação à concepção de EA como na descrição de práticas trabalhadas, que permeiam características de concepções da corrente naturalista, macrotendência crítica e da sustentabilidade[38]. Atualmente há uma aceitação maior da abordagem crítica na inserção da EA, porém, não defendemos aqui uma ou outra concepção de EA para ser empregada em sala, e sim, apontamos a necessidade de conhecer quais correntes existem no tratamento da EA para basear suas ações.

No que diz respeito, por exemplo, aos momentos de contemplação da natureza, sobretudo, com bebês e crianças bem pequenas, pensamos ser necessária também para o desenvolvimento de sensibilidade afetiva para que em outras experiências, passe a ter outras percepções, descobertas e

[38] Corrente Naturalista: corrente da Educação Ambiental centrada na relação com a natureza. Aprender por experiências. Corrente Crítica: trata-se de uma postura corajosa, porque começa primeiro por confrontar a si mesma e implica no questionamento dos lugares-comuns e das correntes dominantes. Aponta para a transformação de realidades. Corrente da Sustentabilidade: Aprender a utilizar racionalmente os recursos de hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã. SAUVÉ (2005), em seu artigo "Uma cartografia das correntes em educação ambiental", apresenta de forma sucinta e bem didática as principais correntes em Educação Ambiental e aponta exemplos de sua prática. Leitura que pode ser bastante exitosa para iniciar e complementar as compreensões sobre.

ISSN 2316-8021

assim, o desenvolvimento de senso crítico, possivelmente desenvolvido a partir das turmas com as crianças pequenas. Pensamos que, pela especificidade da faixa etária e direitos de aprendizagem que se envolve a EI, as práticas de contemplação, de situações com valorização do meio em que vive como parte dele, e ainda a exploração de reflexões sobre o consumo se fazem necessárias, o que atende também a características de outras abordagens. Assim, consideramos indispensável que os professores da EI possam aderir à abordagem crítica na EA, porém, sem exaurir das ações encantamentos que as crianças podem vivenciar, visão que corrobora com o que afirmam Rodrigues e Saheb:

> Contudo, não se devem deixar de lado os encantamentos infantis pela natureza, a necessidade de vivenciar, experimentar e sensibilizar o outro perante a natureza e o meio social, pois justamente esses aspectos serão desenvolvidos em sala de aula com as crianças. Por outro lado, a formação e a prática devem, sim, ser fundamentadas em uma perspectiva crítica de EA e de Formação continuada, para que não se tornem o simples fazer por fazer (RODRIGUES e SAHEB, 2019, p.04).

Concernente ao fato de a criança viver em território urbano ou rural ser considerado ou não no planejamento das atividades e de que forma, temos na tabela 2:

Tabela 2- Influencia do território onde vive a criança contribui ou limita nas ações.

Aspectos percebidos	
Todas afirmaram que sim, consideram esse fator no planejamento ou condução das ações.	
Sim- 26 %	Consideram que no ambiente rural, há maiores possibilidades de se planejar e executar ações em EA com as crianças, por terem maior acesso a natureza. A EU 2 disse que "os da Zona rural são mais adaptados".
Não- 14 %	Que independente desse fator, deve ser trabalhadas as questões da EA, em contextos com o ambiente.
Relativamente- 48 %	Citaram depender do que o educador irá valorizar e contextualizar, que pode limitar no tocante aos espaços, estrutura, mas não sobre as abordagens, que é necessário compreender melhor essas questões e que não se trata de vantagem ou desvantagem, mas, de realidades diferentes, especificidades.
1 não respondeu	

Fonte: a autora, 2020.

Compreendemos que a preocupação e/ou apontamentos das educadoras que afirmaram dificultar o contato com a natureza, é pertinente, pois,

> Desde a primeira infância as crianças necessitam estar em espaços nos quais possam viver experiências que as mantenham vinculadas às coisas da natureza e se percebam como parte do mundo natural. Para isso, é imprescindível que elas tenham oportunidade de estar em contato direto com a natureza. Deste modo, cuidar das crianças significa, necessariamente, disponibilizar espaços naturais, nos quais elas possam desfrutar, contemplar, se encantar, enfrentar desafios e aprender. (LIMA 2015, p. 36).

Contudo, ele não deve ser determinante no sentido de planejar experiências nesse aspecto, pois cabe ao educador buscar alternativas de promover este contato por meio de ações como visitas, passeios, criação de pequenos espaços para cultivo junto às crianças, como jardins ou hortas verticais, saídas à praças, parques, ou seja, apesar de não ser determinante para trabalhar a EA, que deve estar presente em todos os níveis da educação.

Sobre os principais desafios citados pelas educadoras foram: a falta de espaço, de formação profissional, de interesse dos educadores em conhecer melhor a EA, de contextualização, de envolvimento e continuação de ações nas famílias, de erradicar práticas meramente contemplativas, falta de materiais, o mundo capitalista que vai de encontro aos princípios da EA. Nas possibilidades apontadas tivemos: repensar o uso de papel emborrachado, mais apoio da gestão e mais recursos, criatividade dos educadores, entender melhor a EA, contextualizar as experiências, adequar as ações a idade das crianças, usar o concreto, transformar espaços para exploração da criança na natureza.

A falta de espaço é um fator muito citado por educadoras, o que ilustra a realidade das instituições brasileiras de EI, que, em maioria não tem estrutura adequada para atenderas crianças em suas necessidades de desenvolvimento integral. Destacamos, 13% reconhecem a necessidade de formação continuada e melhor preparação por parte dos educadores para que a EA aconteça de fato e com continuidade na escolas. O conhecimento sobre a EA, sem dúvida, se faz necessário para que os próprios educadores tenham uma visão que ultrapasse o senso comum sobre as questões e embasem sua prática, atrelada aos interesses das crianças, seja no espaço urbano ou no campo. Assim,

> [...] ao pensar a prática pedagógica do professor de EI em EA, visando a ser uma prática cotidiana, trabalhada de forma que contribua para que as crianças sintam-se pertencentes ao meio ambiente e sensibilize-as para que cuidem do ambiente, de modo que, mais tarde, questões mais amplas embasadas em uma perspectiva crítica sejam inseridas, é essencial pensar no tipo de formação que se quer e, para além disso, qual profissional se deseja que forme as crianças.(RODRIGUES e SAHEB, 2019, p .906).

Pois, é este profissional que estará cotidianamente sendo participe da formação das crianças que estão em desenvolvimento na EI, com todas as suas realidades, potencialidades e interesses.

Referente às práticas que afirmaram que realizam com as crianças na EI, vejamos no Quadro 1 as respostas das educadoras:

Quadro 1- -Práticas realizadas

Práticas já realizadas que consideram exitosas	
Educadoras na área urbana	**Respostas**
EU1	Relatos da família sobre conscientização da criança
EU2	Criação de pequena horta vertical no quintal da creche.
EU3	Plantio e germinação de sementes, visitas a parques.
EU4	Nosso cotidiano já exitoso. Mas, se materializaram algumas ações, como plantio, colheita, degustação.
EU5	Cultivo de jardim, horta, atenção ao desperdício, contato respeito com os animais.
EU6	Plantamos um pé de abacate.
EU7	Criação de jardim, horta, semear, colher. Descobertas.

ISSN 2316-8021

EU8	Visitas a parques, propostas de contemplação da natureza.
EU9	Projeto de revitalização dos espaços, horta vertical no ambiente externo, visita a feira de agricultura.
Educadoras em escolas do campo	**Respostas**
EC1	Relatos da família sobre conscientização das crianças.
EC2	Descarte de lixo, preservação da horta, conservação das árvores frutíferas.
EC3	Plantação de árvore e coleta de lixo
EC4	Não lembro.
EC5	Uma pesquisa de campo.
EC6	Reciclagem de garrafas, projeto com a comunidade, produção de brinquedos.
EC7	Economizar agua e energia, reciclar o lixo, diminuir o uso de plásticos.
EC8	Pesquisas, rodas de conversas, construção de cartazes
EC9	Plantio e cuidados no jardim, contato com a terra investigações e descobertas sobre animais e formas de vida.
EC10	Contos de historia, rodas de conversa, coleta de lixo e horta.
EC11	Horta na escola, projeto preservação da água.
EC12	Trabalho na semana do meio ambiente, musicas, dramatizações, salada de fruta, alimentos.
EC13	Jogo das trilhas, jogo da memória.

Fonte: a autora, 2020.

Nas falas de 28% das educadoras, há preocupação em aliar o contato com elementos da natureza e seu desenvolvimento às situações de experiências, descobertas, investigações, a partir dos interesses das crianças. A criação e cuidados na horta plantação de árvores frutíferas, incluindo-se 1 horta vertical citada pela EU9 devido a falta de maior espaço no ambiente urbano, foram citados por 91% das educadoras, citado pela.

As educadoras EC8, EC 12, e EC13 que atuam em escolas do campo com horta, espaço com árvores, quintal espaçoso, afirmaram considerar exitosa a ação de trabalhar a semana do meio ambiente, jogo da memória, ilustram a realidade ainda existente na educação básica no tocante a EA. Nesse contexto, Effting (2007, p.27) traz:

> "A Educação Ambiental não se dá por atividades pontuais, mas por toda uma mudança de paradigmas que exige uma contínua reflexão e apropriação dos valores que remetem a ela, as dificuldades enfrentadas assumem características ainda mais contundentes."

O olhar para a prática da EA como permanente e integrada às vivencias cotidianas ainda precisa ser disseminado para que as práticas não se reduzam às paredes da sala, à situações pontuais e sem significado para as crianças

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da dimensão ambiental em todas as etapas de educação deve acontecer de forma articulada com os outros saberes e no cotidiano, como disposto nos documentos norteadores, sobretudo nas DCNEAS (2012). Os objetivos traçados foram atingidos durante a pesquisa. Constatamos que educadores reconhecem a necessidade de formação continuada e busca de conhecimentos nesse sentido, que trabalham com práticas que vão desde o uso de atividades em folha e cartazes à investigações com as crianças e que a maioria concebe o território camponês como mais adequado para o trabalho em EA.

Consideramos que a visão dos educadores influencia em seu fazer educativo, portanto conhecer suas concepções acerca da Educação Ambiental possibilita refletir sobre estratégias possíveis para superar algumas barreiras que perpassam essa inserção meramente contemplativa ou em visão de formação para futuros cidadãos que respeitem a natureza e o meio ambiente. As educadoras do meio urbano deram maior ênfase em termos contextualização, interesse da criança, investigações, o que nos salta a percepção de que muito já se avançou nas reflexões. Em parte das escolas do/no campo e do meio urbano com as crianças na EI, a EA ainda acontece com atividades sem contextualização, em datas pontuais, consequência da existência de conhecimento do senso comum de muitos educadores sobre a EA, o que implica na não promoção de experiências significativas para as crianças, independente do território onde vivem.

Para ocorrência de mudanças, consideramos ser necessário e urgente a inserção e/ou resgate de temáticas voltadas a Educação Ambiental na formação docente, a fim de qualificar os profissionais, que devem ter conhecimento sobre a documentação existente para nortear o trabalho nesta temática, ou seja, a formação continuada para compreender melhor não somente o que é a Educação ambiental, também, possibilidades de como inseri-la no contexto da EI. Nesta compreensão e prática, deve estar presente que o planejamento e execução de ações voltadas a EA deve ocorrer de forma integrada e transversal, contínua e permanente. É necessário possibilitar atividades e experiências que contemplem a EA não apenas em ações pontuais como projetos pedagógicos, mas, que ela esteja presente em várias ações, e durante todo o ano letivo em qualquer etapa da educação, possibilitando construção de conhecimentos que serão também levados para a comunidade e sociedade, seja em ambiente urbano ou rural.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2 set.1981.
2. _____ **Lei 9.394, de 20.12.1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU 23.12.1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2020.
3. _____, **Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 116, seção 1, p. 70, 18 jun. 2012 b. Disponível em: < https://bit.ly/2vseOy2>. Acesso em: 26 de março de 2020.
4. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
5. _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
6. CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo: identidades e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.
7. DE SOUZA RODRIGUES, Ana Raquel. Educação ambiental em tempos de transição paradigmática: entrelaçando saberes" disciplinados". **Ciência & Educação**, v. 20, n. 1, p. 195-206, 2014. Disponível em:< https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5285787> Acesso em 10 de abril de 2020.
8. **Educação do Campo:** diferenças mudando paradigmas. Brasília, Fevereiro de 2007
9. EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas**: Realidade e Desafios. Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós Graduação em "Latu Sensu" Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007.
10. FERNANDES NETO, João; **Das concepções às práticas: educação ambiental, meio ambiente e qualidade de vida no ensino fundamental.** São Paulo: SESI-SP editora, 2012.
11. GUIMARÃES, M. **Formação de educadores ambientais**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012

12. LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: < https://bit.ly/2DQ0qFz>. Acesso em: 20.05.2020.
13. LIMA, I. B. de. ***A criança e a natureza****:* experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.
14. MILLER, Virginia Moura. **Da educação ambiental para a sustentabilidade à sustentabilidade da educação ambiental:** os caminhos da creche escola mestre Izaldino em Maceió. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente), Universidade federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
15. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf
16. NASCIMENTO, Angélica Rangel do. **A educação ambiental aplicada na educação infantil: um estudo sobre o trabalho realizado em uma escola de educação infantil da cidade do Rio de Janeiro.** ***Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento***. Ano 04, Ed. 03, Vol. 07, pp. 145-159. Março de 2019. ISSN: 2448-0959.
17. RODRIGUES, Daniela Gureski e SAHEB, Daniele. A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. ***Rev. Bras. Estud. Pedagog***. [online]. 2016, vol.99, n.253, pp.573-588. ISSN 00347183. https://doi.org/10.24109/21766681.rbep.99i253.3607 acesso em 13.06.2020.
18. RODRIGUES, Daniela Gureski e SAHEB, Daniele. A formação continuada do professor de Educação Infantil em Educação Ambiental. ***Ciênc. Educ.***, Bauru, v. 25, n. 4, p. 893-909, 2019. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v25n4/1516-7313-ciedu-25-04-0893.pdf acesso em 21.05.2020.
19. SANTOS, Z.; FERREIRA, V. S. Políticas e documentos [MEC]: há espaço para a relação criança/natureza na Educação Infantil?. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37. Florianópolis. *Anais*: 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis, 2015.
20. SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental.** In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). *Educação ambiental*: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ISSN 2316-8021

Inclusão e aprendizagem da criança com deficiência intelectual no município de Arapiraca (AL)

Inclusion and learning of children with intellectual disability in the city of Arapiraca (AL)

Myllenna de Oliveira Santos [1]; Camila de Oliveira Barbosa [2]; Elizete Santos Balbino; Wyslayne Ferreira Santos [4]

[1]ORCID nº https://orcid.org/0000-0002-7402-7383, Pedagoga e Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar; Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU); Caruaru, Pernambuco; Brasil. myllennadeoliveira@hotmail.com;
[2]ORCID nº https://orcid.org/0000-0002-8181-6866, discente do curso de Licenciatura em Pedagogia; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Arapiraca, Alagoas; Brasil. camila.oliveira19988@gmail.com;
[3]ORCID nº https://orcid.org/0000-0002-6173-3668, Professora Assistente da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Arapiraca, Alagoas; Brasil. elizete.balbino@hotmail.com;
[4]ORCID nº https://orcid.org/0000-0003-0344-9340, Pedagoga e Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Faculdade Fera; Arapiraca, Alagoas; Brasil. wysferreira.wfd@gmail.com.

RESUMO: A Deficiência Intelectual – DI é uma deficiência onde a pessoa tem limitações no seu funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo. Assim, no âmbito educacional, esse sujeito terá dificuldades em seu processo de aprendizagem por ter a sua cognição afetada, bem como em manter relações com os outros indivíduos a sua volta, portanto, o seu processo de inclusão se torna dificultoso, mas não impossível. Desta forma, o objetivo desse trabalho consiste em analisar, por meio de uma amostragem, a inclusão e a aprendizagem dos alunos e alunas com deficiência intelectual em três escolas do município de Arapiraca (AL), duas da rede pública e uma da rede privada de ensino. Para a elaboração deste estudo foi utilizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, e uma pesquisa de campo para obter os dados necessários a partir de entrevistas semiestruturadas direcionadas as três professoras supracitadas. Os resultados apontam fragilidades dos(as) profissionais que atuam frente aos alunos e alunas que apresentam deficiência, bem como a ausência de formação continuada na área da educação inclusiva. Assim, conclui-se que a inclusão da criança com deficiência intelectual ainda não é uma realidade nas escolas do município de Arapiraca (AL) que fizeram parte dessa pesquisa. Com isso, a aprendizagem desses alunos ou alunas passa por desafios diários, visto que o professor ou professora da sala de aula regular não consegue suprir, com métodos de ensino adequados, as necessidades educacionais do público-alvo da educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Escola, Professor.

ABSTRACT: Intellectual Disability - ID is a disability that the person has limitations on his intellectual functioning and adaptive behavior. Then, in the educational field, this subject might have difficulties on his learning process for having his cognition affected, as well as in keeping relationships with the other individuals around him, therefore, his inclusion process becomes difficult, but not impossible. This way, the objective of this work is to analyze, through sampling, the inclusion and learning of students with intellectual disabilities in three schools in the city of Arapiraca (AL), two from public schools and one from private schools. For the elaboration of this study, a qualitative bibliographic research was used, and a field research to obtain the necessary data from semi-structured interviews directed to three teachers, two from public schools and one from private schools. The results point out the weaknesses of the professionals who work with disabled students, as well as the lack of continuing education in the area of inclusive education.

Thus, it is concluded that the inclusion of children with intellectual disabilities is not yet a reality in schools in the city of Arapiraca (AL) that were part of this research. With this, the learning of these students goes through daily challenges, since the teacher of the regular classroom is not able to supply, with adequate teaching methods, the educational needs of the target audience of special education.

KEYWORDS: Education, School, Teacher.

INTRODUÇÃO

A inclusão refere-se à participação das pessoas com deficiência na sua comunidade: trabalho, lazer, vida social etc. A inclusão, portanto, é um movimento que se opõe à segregação com que eram tratadas (e, de certa forma, ainda são) as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou desvantagem física ou mental. (SASAZAWA, 2005). Ao tratar dos sistemas educacionais é preciso que alguns princípios sejam garantidos: "[...] o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um "modo igual" de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais [...] e o direito de aprendizagem". (CARVALHO, 2007, p. 81).

Nessa direção, Sassaki (1997) alerta para que de fato a inclusão ocorra se faz necessário adequar o ambiente à pessoa com deficiência, seja ela qual for respeitando-a e dando-lhe oportunidades de convívio social.

Quando falamos de inclusão, englobamos várias categorias, as deficiências, o gênero, a desigualdade social, dentre outras, todavia, nesse estudo nos atentaremos a discutir sobre a deficiência intelectual. A deficiência intelectual é caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo (conceitual, social e prático). Ela se expressa por limitações no funcionamento individual dentro de um contexto social e representa uma desvantagem substancial para o indivíduo em várias áreas, principalmente no contexto escolar. (BRASIL, 2012).

Falar de inclusão e não a relacionar com o processo de ensino-aprendizagem da criança com deficiência é inevitável, pois, ambas estão interligadas. Assim sendo, no planejamento das estratégias pedagógicas a serem utilizadas com os sujeitos com deficiência intelectual, os (as) professores(as) precisam programar várias formas de ensino, visto que cada indivíduo constrói conhecimentos por caminhos diferentes, ou seja, os mesmos têm diferentes estilos de aprendizagem. (CAMPOS, 2018). Por isso, Silva (2016) aponta que os (as) professores (as) que trabalham com crianças e adolescentes com deficiência intelectual precisam adequar sua prática ao nível em que esses sujeitos se encontram, pois aqueles que não fazem imagem mental não se alfabetizam, tendo em vista que a formação de imagens refere-se à sensação ou à informação já recebida e percebida que estão relacionadas aos processos de memória.

Assim sendo, justifica-se o estudo dessa temática e o quanto é necessário para a concretização da inclusão da criança e do adolescente com deficiência intelectual que este esteja fazendo parte de ambiente escolar e, acima de tudo, em condições de participar do processo de aprendizagem, visando o seu desenvolvimento nas áreas cognitivas, afetivas e sociais.

A partir de tais considerações, o objetivo desse estudo consiste em analisar, por meio de uma amostragem, a inclusão e a aprendizagem dos alunos e alunas com deficiência intelectual em três escolas do município de Arapiraca (AL), duas da rede pública e uma da rede privada de ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

O percurso traçado pela pessoa com deficiência até os dias de hoje foi marcado por uma luta constante em busca de direitos e oportunidades. Hoje, é notório que até mesmo o termo inclusão é mais conhecido e dialogado na sociedade da qual fazemos parte, mas nem sempre foi assim. Até as pessoas com deficiência começarem a ingressar e conviver em uma sociedade onde o

padrão é ser útil, coisa que por terem certas limitações muitas vezes era inviável, o processo de inclusão desses indivíduos foi muito lento e repleto de barreiras sociais, como a exclusão. Essas pessoas com deficiências eram excluídas da sociedade, sendo mantidas somente dentro de sua casa, escondidas por suas famílias dos olhos das outras pessoas, quando não eram mortas, sendo taxadas de abominações. Sobre essa realidade, Bruno (2013, p. 294) salienta que "A literatura da Roma antiga relata que as crianças com deficiência nascidas até o princípio da era cristã eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis".

Ter a oportunidade à educação de qualidade foi e é um dos maiores dilemas da pessoa com deficiência. No Brasil, foi a partir da década de cinquenta que começaram as campanhas em busca da ampliação do processo educativo dessas pessoas. Em relação à deficiência intelectual, o decreto nº 48.961 de 1960 institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), onde a mesma "[...] tem por finalidade, promover em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo, [...]". (BRASIL, 1961, p. 01). Além dessas campanhas, a luta de entidades filantrópicas como a APAE e a Pestalozzi permitiu que fosse implementado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN de 1961 um capítulo sobre a educação para as pessoas com deficiência.

O documento trata sobre a educação inclusiva em seu capítulo V desde a década de 60, mas houve várias mudanças nas leis após esse período para chegarmos à concepção de inclusão no Brasil que temos hoje. Atualmente, a lei garante condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras entre os sujeitos com deficiência para que a inclusão seja de fato uma realidade em todos os níveis de ensino.

De imediato, a educação inclusiva no Brasil foi caracterizada pela segregação, onde as crianças com algum tipo de deficiência recebiam atendimento educacional em instituições especializadas, e não na sala de ensino regular como deveria ser. Segundo Silva (2012) era uma prática segregacionista, que começou a ser questionada, tendo início então a luta pelo direito à escolarização das pessoas com deficiência nas salas regulares. Entretanto, esse movimento chamado de integração escolar não teve muito êxito, pois, atribuía à criança à responsabilidade de se adaptar ao ambiente escolar. Contudo, foi a partir da Declaração de Salamanca de 1994 que o conceito de inclusão escolar e social começou a se difundir pelo mundo, pois, como nos aponta Figueira (2011, p. 28):

> No ano de 1994, como marco do terceiro momento, surgiu a "Declaração de Salamanca – Princípios, Politicas e Práticas em Educação Especial", proclamada na Conferencia Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Esse documento reafirmou o compromisso com a "Educação para Todos", reconhecendo a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Foi a partir desse marco educacional que as escolas de ensino regular começaram a receber as crianças com algum tipo de deficiência e tiveram que adaptar tanto a estrutura quanto o currículo da escola para atender as necessidades sociais e educacionais desses indivíduos – sabemos que isso é o que deve acontecer tanto na teoria quanto na prática, mas, infelizmente, em algumas escolas não acontece. Mas para que de fato haja inclusão nessas escolas, só essas adaptações não são suficientes, é de extrema importância que os(as) professores(as) do Atendimento Educacional Especializado - AEE e os da sala regular estejam trabalhando em parceria, planejando, adaptando, criando e colocando em prática atividades que ajudem essa criança a se desenvolver e aprender.

Em relação à inclusão das crianças com deficiência intelectual, Figueira (2011, p. 54) nos diz que:

> [...] por meio da Inclusão Escolar cria-se um sistema de cooperação e convivência entre eles, noções de respeito entre as diferenças e, dentre outros aspectos, o desenvolvimento psicomotor dessas crianças. Isso porque quando elas veem seus colegas sem deficiência realizando certas tarefas são estimuladas à imitação e se estimularão, superando suas próprias deficiências. Estímulos que não teriam se ficassem em instituições especializadas e entre alunos com deficiências semelhantes.

Desse modo, o processo de inclusão do sujeito com deficiência intelectual é o caminho que possibilita o seu desenvolvimento, visto que, a criança aprende por meio da imitação, e no caso dessas crianças, que tem parte da sua cognição afetada, ver outra criança lendo, brincando, dançando, jogando, faz com que ela queira fazer igual, e assim, aprender, e realizar tal atividade posteriormente.

A deficiência intelectual é uma deficiência definida por limitações significativas na atividade intelectual e no comportamento adaptativo, afetando as áreas conceituais, sociais e práticas. (SMITH, 2008). A pessoa com DI apresenta algumas características como déficits cognitivos, problemas no comportamento adaptativo e necessidade de apoio para sustentar a independência, vale destacar também que essa deficiência se desenvolve antes dos dezoitos anos.

As causas da deficiência intelectual são inúmeras, como fatores socioeconômicos e ambientais; prejuízo; infecções e toxinas; consequências biológicas; e até mesmo causas pré-natais (antes do nascimento); perinatais (durante o processo do nascimento) e pós-natais (depois do nascimento). Não se pode prevenir a deficiência intelectual, entretanto, há formas de minimizar os impactos da mesma na vida educacional e social do indivíduo.

Quando se fala no processo educacional de um aluno ou aluna que tenha algum tipo de deficiência, se faz necessário analisar, e com cautela, o currículo da escola na qual esse indivíduo está inserido, pois, na elaboração desse projeto é de extrema importância a participação de todos e todas que fazem parte da vida dele como a família, os(as) professores(as) da sala de aula regular, os(as) profissionais da sala de AEE e a equipe de gestores(as), coordenadores(as), supervisores(as) e psicopedagogos(as) das escolas. Todos estes, possuem pontos importantes a serem colocados no currículo destinado a esses sujeitos, pois, como nos aponta Cunha (2014), é necessário construir um currículo funcional que seja um caminho para a vida prática, analisando todas as atividades da sala de aula e que terão reflexos na vida familiar e social do educando.

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem da criança com DI, Figueira (2011, p. 56), nos aponta que:

> O foco da educação de pessoas com deficiência intelectual deve ser na tentativa de dar reflexo das relações entre fenômenos fundamentais da vida (natureza, trabalho e sociedade), desenvolver a concepção científica do mundo e formar nelas uma atitude consciente diante da vida.

Uma das dificuldades de aprendizagem do sujeito com DI é a falta de compreensão de mundo, de conseguir discernir as diversas concepções de realidades e como se da às relações que são estabelecidas em um convívio social, pois sua cognição é extremamente comprometida. Sobre formas possíveis de se trabalhar essa área afetada do desenvolvimento desse sujeito, Cunha (2014, p. 129) afirma que:

> Uma vez que a educação do aprendiz com necessidades especiais também visa a sua independência, a cotidianidade necessita ser estruturada para alcançar esse objetivo. Os afazeres e organização do tempo podem ser ferramentas eficaz para gerar autonomia.

No que diz respeito à mediação da aprendizagem, o(a) professor(a) é a peça chave, pois, é nele em que a criança se inspira, é vendo o entusiasmo em cada atividade realizada pelo seu/sua mestre, que desperta nesse criança uma satisfação, e assim o estimula em um processo contínuo de aprendizagem, sendo a afetividade e a relação professor(a)/aluno(a) a base para esse processo educativo.

Budel; Meier (2012, p. 58), aborda que "O professor mediador acredita que seu aluno é capaz de aprender, independente da sua condição. Mas acredita de verdade e demonstra isso ao seu aluno, sinceramente". Muitas vezes somos nós, educadores e educadoras, que limitamos nossas crianças por acreditar que suas dificuldades podem se sobrepor a suas capacidades, e não buscamos outras práticas para ajudar esses sujeitos a vencer seus desafios, todavia, precisamos nos reinventar sempre para poder ajuda-los.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a construção desde trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica que como nos aponta Gil (2002, p. 44), "[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". E através dessa pesquisa, pudemos caracterizar as particularidades do nosso objeto de estudo dentro de uma abordagem de cunho qualitativo.

Para compreender sobre como está o processo de inclusão e as práticas educacionais que visam à aprendizagem da criança com deficiência intelectual no município de Arapiraca (AL), realizamos uma pesquisa de campo já concluída, que segundo Prestes (2014, p. 31) "[...] é aquela em que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados investigando os pesquisados no seu meio".

A pesquisa foi realizada por meio de uma amostragem, onde selecionamos três escolas, duas da rede pública e uma da rede privada, do município de Arapiraca (AL). Tais escolas foram selecionadas por atenderem uma grande demanda de crianças com deficiência no devido município. As participantes da pesquisa que responderam a entrevista semiestruturada foram três professoras com formação inicial em Pedagogia, e que eram docentes dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas deste estudo em salas de aula regulares com crianças com deficiência intelectual entre 7 a 10 anos. Vale destacar que esta pesquisa foi realizada no ano de 2016.

Utilizamos a entrevista semiestruturada por entender que nesse tipo de entrevista ocorre um processo de interação social, verbal e não verbal, face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo definido, e entrevistado que, supostamente, tem uma informação que contribuirá para estudar a problemática em questão, tudo isso, por meio da linguagem. (MANZINI, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa de campo, realizada a partir das entrevistas semiestruturadas, destacamos quatro categorias para a análise: o que as professoras entendiam sobre a deficiência intelectual; Quais as metodologias que utilizavam visando a aprendizagem das suas crianças com DI; Compreensão acerca da estrutura e do currículo destinado a essas crianças; e por fim, como ocorria a parceria entre escola e família visando a inclusão escolar das mesmas. Vale destacar que os nomes empregados as entrevistadas são fictícios, preservando assim, a identidade das mesmas.

Indagamos as três professoras sobre o que elas entendiam sobre deficiência intelectual, e obtivemos:

> Elas são pessoas antes de tudo e tem o mesmo direito e a título de autorrealização que quaisquer outras pessoas só que no seu ritmo próprio. (BRUNA, 2016).

> Não tenho conhecimento. (KARLA, 2016).

> É uma deficiência que afeta a parte cognitiva. Costuma apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas, estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas – como, por exemplo, as ações de autocuidado. A capacidade de argumentação desses alunos também pode ser afetada e precisa ser devidamente estimulada para facilitar o processo de inclusão e fazer com que essa criança adquira independência em suas relações. (JULIANA, 2016).

Dentre as três respostas, a mais completa fica evidente que foi a de Juliana. Nas demais, nota-se ainda a falta de conhecimento nessa área. Salientando isto, Sampaio; Sampaio (2009) evidenciam que se os(as) professores(as) atribuírem as dificuldades de aprendizagem somente as suas crianças, e não ao processo de ensino, não conseguirão modificar as condições de aprendizagem, e, consequentemente, suas crianças não aprenderão de forma satisfatória e dentro de uma perspectiva inclusiva.

Em outra pergunta, questionamos quais métodos elas usavam para mediar à aprendizagem dessas crianças, e como respostas tivemos:

> Utilizo métodos com material concreto. (BRUNA, 2016).

> Utilizo métodos para o melhor desenvolvimento da coordenação motora, como por exemplo, jogos. (KARLA, 2016).

> Utilizo métodos lúdicos, por exemplo, músicas, jogos e dinâmicas educativas. (JULIANA, 2016).

No caso da criança com deficiência intelectual desenvolver exercícios que estejam interligados com o seu cotidiano é de extrema importância, pois como nos aponta Figueira (2011), todo o processo educacional dependerá de atividades concretas visuais durantes as experiências, onde desta forma, ela vai realizar tal tarefa proposta pelo(a) professor(a) mediador(a), pois é imprescindível trazer experiências que ajudem esse sujeito em momentos posteriores aqueles.

Todo o esforço dos professores(as) para ajudar suas crianças a aprender, deve ir além dos objetivos traçados, é necessário materializar a intencionalidade (BUDEL; MEIER, 2012), ou seja, quando os(as) professores(as) analisam as dificuldades de seus alunos e alunas com deficiência e nesse caso a intelectual, eles conseguem ir mais além do que colocar em prática um currículo cheio de objetivos, pois as atividades propostas precisam ter impactos necessários na vida escolar e social desses sujeitos, proporcionando a eles uma melhora significativa no seu aprendizado e desenvolvimento.

Durante a entrevista, perguntamos as professoras se elas acreditavam que a estrutura e o currículo da escola estavam adaptados as crianças com DI e justificassem suas respostas. Nesse aspecto, as professoras disseram que:

> Está, porque ao ser feito é reformulado possibilitando as estratégias a serem trabalhadas. (BRUNA, 2016).

> A estrutura sim, pois ele tem uma sala de aula com mesas e cadeiras só para eles, a cor da é sala branca, tem um ar condicionado para ajudar na climatização da sala, e temos os materiais que são disponibilizados pela escola. Quanto à questão de currículo a escola tem um programa, porém não sei o nome. (KARLA, 2016).

> Na realidade da escola que leciono sim, pois o currículo e a estrutura trabalham para que esse aluno seja incluído de forma afetiva e social. (JULIANA, 2016).

Para as escolas serem de fato inclusivas é necessária estrutura física, equipamentos tecnológicos que facilitem a aprendizagem, bem como um núcleo de apoio pedagógico especializado. (FIGUEIRA, 2011). Desse modo, para que a inclusão aconteça nas escolas de ensino regular, se faz necessário um leque de quesitos que possibilitem esse processo inclusivo, sem estes, tal tarefa poderá se tornar difícil. Entretanto, o(a) professor(a) tem um papel extremamente importante nessa caminhada, já que sua função é mediar essa aprendizagem, passa por suas mãos essa tarefa, que a partir das experiências vivenciadas, tende a aprimorar sua prática e realizar de forma satisfatória o seu trabalho, buscando meios, mesmo que inacessíveis em tais contextos, de colocar em ação atividades que correspondam às necessidades dos seus alunos e alunas e que vá de encontro à realidade dos(as) mesmos(as).

Outro questionamento feito foi se havia de fato parceria entre as famílias dessas crianças com deficiência intelectual e a equipe da escola, incluindo coordenadores(as), diretores(as) e professores(as) e se sim como ocorria:

> Sim, através de diálogo entre todos. (BRUNA, 2016).

> Sim, pois na hora marcada os pais sempre vêm buscar seus filhos, se por algum motivo acontecer algum problema com essa pessoa com deficiência, eles sempre nos avisam com antecedência, os pais sempre participam de reuniões. (KARLA, 2016).

> Sim. É feito de tudo por parte da coordenação, dos pais e dos professores para que haja de fato esta parceria. (JULIANA, 2016).

É de extrema importância a cooperação vinda dos dois âmbitos, familiar e educacional, pois, ao planejar as atividades e todo o resto se faz necessário a opinião de todos(as) os(as) envolvidos(as), para que estes atendam de fato as necessidades das crianças. Corroborando com essa ideia, Cunha (2014) nos aponta que o empenho da escola implica diretamente mudanças na família, onde as conversas constantes demandam ajuda mútua e procedimentos sempre voltados para a educação do(a) estudante.

Por fim, indagamos se elas acreditavam que havia inclusão naquela escola, e suas respostas foram:

> Acredito sim, porque deve existir interação entre professor, aluno e demais funcionários da instituição. (BRUNA, 2016).

> Apenas em um turno, que é o vespertino, com alunos com deficiência auditiva, no matutino temos uma sala onde estão presentes pessoas com diversos tipos de deficiências. (KARLA, 2016).

> Sim, pois, o plano de aula é feito não só para integrar essa criança na sala, mas sim para inclui-la de forma adaptada em todas as atividades. (JULIANA, 2016).

A partir dessas falas pudemos considerar que segundo duas professoras em suas escolas havia inclusão por existir a interação entre a equipe da escola e as crianças com DI, bem como o fato de existir um plano de aula destinado a esses sujeitos, porém é sabido que apenas esses fatores não garante a devida inclusão a esse grupo. Essa realidade nos mostra que a maioria das escolas está muito distante do que desejamos e precisamos que elas sejam, pois elas limitam-se, quando muito, a transmitir um saber vago, onde não se sabe bem a serviço de que ou de quem está, e, infelizmente, isso limita, isso exclui. (MACHADO, 2005).

Os resultados deste estudo evidenciam déficits e fragilidades na formação inicial e continuada das profissionais que atuam frente aos alunos e alunas com deficiência intelectual. Nas três escolas participantes desta pesquisa, percebemos ainda a ausência de uma formação continuada na área da educação inclusiva que vise contribuir de fato nas metodologias adotadas em salas de aulas que esteja em sintonia com uma perspectiva inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho em questão, evidenciamos que o processo de inclusão da pessoa com deficiência foi marcado por uma longa e árdua trajetória, e que mesmo com todas as políticas públicas de inclusão, a sociedade como um todo, ainda precisa de uma conscientização do que venha a ser inclusão e do que é necessário para que ela de fato exista. Apresentamos também os aspectos da deficiência intelectual, demonstrando as principais áreas afetadas e como estas devem ser trabalhadas a fim de resultar em um melhor ensino-aprendizagem para as crianças com DI nas salas de aula regular.

Em relação às informações obtidas a partir da pesquisa de campo, realizada com três professoras, onde duas eram de escolas da rede pública e uma da rede particular de ensino do município de Arapiraca/AL, podemos concluir que, falta formação, gerando desconhecimento sobre assuntos tão pertinentes ao fazer docente.

Com isso, fica claro que a inclusão das crianças com deficiência intelectual ainda não é uma realidade nessas três escolas de Arapiraca (AL) participantes da pesquisa. E com isso, a aprendizagem da criança com deficiência intelectual passa por desafios diários nessas instituições, visto que, os (as) professores(as) da sala de aula regular não conseguem suprir, com metodologias de ensino adequadas, as necessidades educacionais dessas crianças.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais - CADEME. *Decreto nº 48.961*, de 22 de setembro de 1960. Brasília - DF: Presidência da República, 1960. Disponível em: http: https://creia.ufms.br/files/2018/04/Decreto-Presidencial-CADEME-1960.pdf. Acesso em: 10 jul. 2016.
2. BRASIL. *Declaração de Salamanca:* Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: ONU, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 4 fev. 2016.
3. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *LDB - Lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília - DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 mai. 2016.
4. BRASIL. Secretaria da Educação de São Paulo. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. *Deficiência intelectual:* realidade e ação. Organização, Maria Amélia Almeida. São Paulo - SP: SE, 2012. Disponível em: http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/Livro%20DI.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.
5. BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A inclusão educacional de pessoas com deficiência: limites e desafios para a cultura escolar. In: *Aprendizagem, comportamento e emoções na infância e adolescência:* uma visão transdisciplinar. Organização: Elisabete Castelon Konkiewitz. Dourados – MS: Editora UFGD, 2013. Disponível em: http://cienciasecognicao.org/neuroemdebate/wp-

content/uploads/2015/08/aprendizagem-comportamento-e-emocoes-na-infancia-e-adolescente-uma-visao-transdisciplinar-elisabete-castelon-konkiewitz-org.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

6. BUDEL, Gislaine Coimbra; Meie, Marcos. *Mediação de aprendizagem na educação especial*. Curitiba - PA: InterSaberes, 2012.

7. CAMPOS, Cláudia Maria Ferreira. *Práticas pedagógicas e socioculturais com crianças com deficiência intelectual na educação infantil*. 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Unidade Acadêmica Especial de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8446/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Cl%c3%a1udia%20Maria%20Ferreira%20Campos%20-%202018.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

8. CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva:* com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2007.

9. CUNHA, Eugênio. *Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade*. 4. ed. Rio de Janeiro - RJ: Wak Editora, 2014.

10. FIGUEIRA, Emilio. *O que é educação inclusiva*. São Paulo - SP: Brasiliense, 2011.

11. GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo - SP: Atlas, 2002. Disponível em: http://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf . Acesso em: 25 jul. 2016.

12. MACHADO, Adriana Marcondes. [et al.]. *Psicologia e direitos humanos:* educação inclusiva, direitos humanos na escola. São Paulo - SP: Casa do psicólogo®: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

13. MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru - SP. A pesquisa qualitativa em debate. *Anais...* Bauru - SP: USC, 2004. CDROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10 p. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 24 abr. 2016.

14. PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico:* do planejamento aos textos, da escola à academia. 4. ed. São Paulo - SP: Réspel, 2014.

15. SAMPAIO, Cristiane. SAMPAIO, Sônia. *Educação inclusiva:* o professor mediando para a vida. Salvador - BA: EDUFBA, 2009.

16. SASAZAWA, Fabiana Harumi. *Ensino superior e educação especial na Universidade Estadual de Maringá*: algumas reflexões. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Área de Concentração em Aprendizagem e Ação Docente, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2005-Fabiana_Sasazawa.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

17. SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão:* construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro - RJ: WVA, 1997.

18. SILVA, Aline Maira da. *Educação especial e inclusão escolar:* história e fundamentos. Curitiba - PA: Intersaberes, 2012.

19. SILVA, Claudia Mara da. *Alfabetização e deficiência intelectual:* uma estratégia diferenciada. Paraná - PR: SEED, 2016. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/dee_anexo3.pdf. Acesso em: 20 dez. 2016.

20. SMITH, Deborah Deutsch. *Introdução à educação especial:* ensinar em tempos de inclusão. Tradução Sandra Moreira de Carvalho. Porto Alegre - RS: Artmed, 2008.

Integração Fonoaudiologia-Psicologia: importância da formação de equipes interdisciplinares em centros especializados no atendimento de crianças com TEA

Speech-Psychology Speech-Pathology Integration: importance of the formation of interdisciplinary teams in specialized centers in the care of children with ASD

Maiara Cristine Oliveira de Almeida [1]; Carolina Sena do Vale [2]; Juliana Oliveira Nascimento Pacheco[3]

[1]Fonoaudióloga pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Aluna especial do mestrado em dinâmicas territoriais e cultura; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) ; Arapiraca, Alagoas; email: maiara_cristine@hotmail.com
[2]Psicóloga pela Universidade Federal de Alagoas, Aluna do mestrado em dinâmicas territoriais e cultura; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); email: carolinasvale@hotmail.com;
[3]Estudante de Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas; email: juliana.o.pacheco@hotmail.com

RESUMO: Os fonoaudiólogos e psicólogos, por possuírem áreas de atuação em comum e complementares, tem a possibilidade em trabalhar em conjunto de forma interprofissional. Além disso, têm a necessidade de se aliar com médicos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas objetivando o aperfeiçoamento das terapias e tratamentos. A prática conjunta interdisciplinar otimiza os atendimentos mediante as interrelação e trabalho simultâneo de habilidades de comunicação e comportamento, favorecendo a busca de minimização de dificuldades apresentadas pela criança com TEA, bem como aumento de habilidades. As habilidades necessárias para que o profissional esteja apto a fazer parte de um grupo devem ser ensinadas e aprendidas desde a vida acadêmica, já que o profissional de saúde deve ser capaz de produzir e desenvolver conhecimentos que tenham por norte os condicionantes biopsicossocioculturais do processo saúde doença, a capacidade de comunicação com os pacientes e outros profissionais. O trabalho teve o objetivo de esclarecer a importância da atuação interdisciplinar entre Fonoaudiólogos e Psicólogos e relatar o trabalho realizado pelos serviços de Psicologia e Fonoaudiologia de um Centro especializado em crianças com TEA. Este trabalho trata-se de um relato de caso da experiência sobre a prática do atendimento interdisciplinar entre Fonoaudiólogos e Psicólogos em um centro público especializado em crianças com TEA. Observa-se na atuação conjunta ampliação na orientação familiar, redução das dificuldades comportamentais devido a dificuldades na comunicação, melhor compreensão de aspectos comportamentais e linguísticos. Faz-se necessário mais estudos correlacionando a atuação interdisciplinar de Fonoaudiólogos e Psicólogos relacionados ao TEA e observamos melhores resultados e retorno dos pais após início da atuação conjunta.

PALAVRAS-CHAVE: práticas interdisciplinares; transtorno autístico; Fonoaudiologia.

ABSTRACT: Speech therapists and psychologists, because they have common and complementary areas of activity, have the possibility to work together in an interprofessional way. In addition, they need to ally themselves with doctors, occupational therapists and physiotherapists aiming at improving therapies and treatments. The interdisciplinary joint practice optimizes care through the interrelationship and simultaneous work of communication and behavior skills, favoring the search for minimization of difficulties presented by children with ASD, as well as increased skills. The skills necessary for the professional to be able to be part of a group should be taught and learned from academic life, since the health professional

must be able to produce and develop knowledge that has guided the biopsychosociocultural conditions of the health disease process, the ability to communicate with patients and other professionals. The objective of this study was to clarify the importance of interdisciplinary action between Speech Therapists and Psychologists and to report the work carried out by the Psychology and Speech Therapy services of a Center specialized in children with ASD. This work is a case report of the experience on the practice of interdisciplinary care between Speech Therapists and Psychologists in a public center specialized in children with ASD. It is observed in the joint action expansion in family orientation, reduction of behavioral difficulties due to difficulties in communication, better understanding of behavioral and linguistic aspects. Further studies correlating the interdisciplinary performance of Speech-Language Pathologists and Psychologists related to ASD are needed and we observed better results and return of parents after the beginning of joint action.

KEYWORDS: interdisciplinary practices; autistic disorder; Speech therapy.

INTRODUÇÃO

O Autismo Infantil faz parte de um grupo de transtornos do neurodesenvolvimento e pode ser denominado como Transtorno Global do Desenvolvimento(TGD), Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Crianças com TEA já começam a demonstrar sinais nos primeiros meses de vida.

Segundo Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) V (2013) o mesmo enquadra-se no grupo de síndromes chamado de transtorno global do desenvolvimento caracterizado por apresentar déficit na comunicação social e interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento.

A importância do trabalho da equipa Interdisciplinar já é demonstrada desde o seu diagnóstico, pois diferente de algumas patologias seu diagnóstico é comportamental ou clínico, pois ainda não existem exames que possam contribuir significativamente para o diagnóstico, apesar de já haver alguns estudos que apontam no sentido de algumas anormalidades em determinados cromossomos indicarem uma ligação com o autismo, mas isto ainda não é utilizado para uma confirmação de diagnóstico.

Para iniciar essa identificação e chegar a um diagnóstico faz-se necessário considerar a queixa familiar, nos quais serão levados em consideração sinais, sintomas, comportamento, e excluídos alterações neurológicas, psiquiátricas e genéticas. Para uma avaliação e diagnóstico eficaz necessita-se de uma avaliação global da criança por meio de uma equipe multiprofissional para favorecendo assim uma avaliação de todos os possíveis aspectos alterados nesta população.

A interdisciplinaridade se propõe em ampliar a visão de mundo, de nós mesmos e da realidade, no propósito de superar a visão estratificada. É baseada no trabalho em equipe, quando cada profissional está familiarizado com as outras áreas, e no compromisso de gerar resultados superiores aos projetos individualizados de cada membro. Na área da saúde, a interdisciplinaridade se faz progressivamente presente.

Em alguns casos não há essa integração na formação acadêmica levando muitas vezes alguns profissionais de saúde ao atendimento individual, sendo multiprofissional. Assim, atualmente, o fonoaudiólogo e o psicólogo passam por uma mudança na sua formação, sendo vistos como Profissionais da Saúde, capazes de trabalhar em equipe e de levarem conta a realidade social dos pacientes para que consigam manter uma unidade do todo.

Levando em consideração a criança com TEA que apresentam dificuldades nos campos comportamentais e de comunicação torna-se imprescindível o acompanhamento entre Fonoaudiólogos e Psicólogos. Quaisquer que sejam as alterações de linguagem apresentadas pelas crianças autistas influenciam diretamente nas relações sociais sejam em ambientes familiares e/ou escolares ou em ambientes que a criança não conhece. Observa-se que em

algumas crianças com dificuldade na expressão e compreensão com outro apresentam alterações comportamentais como gritos, choros e comportamentos inapropriados para idade.

Desse modo, na clínica e no processo de reabilitação de crianças com autismo se faz necessário pensar cada vez mais em modelos que atuem de forma integral, onde as dificuldades observadas a nível, social, linguagem e comportamento possam serem trabalhadas de forma unificada, sem que ocorra recortes de saberes que não priorizam o desenvolvimento global dessas crianças.

O atendimento interdisciplinar visa o agrupamento de diversos ramos do conhecimento, seguindo um objetivo em comum, como um assunto ou tema específico proporcionando um conhecimento mais especializado. Um dos grandes desafios da interdisciplinaridade é reconhecer e aplicar na prática clínica esses conceitos levando benefício ao sujeito assistido.

Levando em consideração a complexidade e especificidade da pessoa com TEA torna-se ainda mais importante o atendimento interdisciplinar, conseguindo assim obter melhores resultados favorecendo a integralidade do sujeito. Desta forma, há diversas razões para elevar os esforços na inter-relação da interdisciplinaridade entre fonoaudiólogos e psicólogo sem crianças com autismo.

Esclarecer a importância da atuação interdisciplinar entre Fonoaudiólogos e Psicólogos a partir do relato de trabalho realizado pelos serviços de Psicologia e Fonoaudiologia de um Centro especializado em crianças com TEA no município de Arapiraca.

Este trabalho configura-se num relato de experiência de prática interprofissional entre Fonoaudiologia e a Psicologia, a partir de atendimento conjunto de crianças com TEA, no Espaço Trate da Prefeitura Municipal de Arapiraca.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esse estudo trata-se da descrição de um relato de experiência interprofissional com trabalhadores da saúde dos setores de Psicologia e Fonoaudiologia de um Centro especializado no atendimento com autismo da Prefeitura Municipal de Arapiraca.

O serviço assiste no atendimento apenas de crianças com diagnóstico fechado de autismo. A equipe é formada por duas Fonoaudiólogas, duas Assistentes sociais, duas Terapeutas Ocupacionais e uma Psicóloga. Os mesmos ocorrem semanalmente de forma individualizada ou conjunta durante 40 minutos de forma individual ou interdisciplinar. A definição das crianças que são atendidas nesse modelo ocorre através do planejamento terapêutico singular (PTS), que ocorre semestralmente. Ao final da sessão é realizada evolução e repassadas orientações e de uma forma geral como foi o atendimento realizado para a família.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No centro especializado com crianças com TEA conseguimos discutir os casos semanalmente, planejar e seguir os Planejamentos Terapêuticos singular (PTS) da criança, realizar abordagens a familiares e a criança assistida inter-relacionando as áreas da comunicação e comportamento.

Atualmente, o espaço conta com 64 crianças assistidas no serviço, dessas 7 crianças são atendidas no modelo de atendimento interdisciplinar fonoaudiologia/psicologia, a escolha para essa modalidade de atendimento ocorreu devido a necessidade de trabalhar de forma global e contextualizados aspectos relativos a linguagem e ao desenvolvimento de respostas emocionais que estão diretamente interligadas com os aspectos relativos a comunicação.

As equipes multiprofissionais estão surgindo com muita força no mercado atual e, cada vez mais, o elo fono-psicologia vem sendo estabelecido com resultados clínicos promissores. Entretanto, essa parceria precisa ser mais difundida para melhorar a integração e comunicação

entre as áreas, garantindo que os benefícios dessa união transpassem a teoria e, de fato, beneficiem a população, especialmente o nosso público alvo.

Esta inter-relação inter profissional objetiva a minimização das dificuldades de comunicação e desenvolvimento sócio emocional, podendo trazer benefícios para a qualidade de vida e evolução em aspectos comportamentais e sociais da criança com TEA.

A família percebe que o comportamento e o desenvolvimento emocional da criança com TEA interfere na aquisição e desenvolvimento da criança. Observamos na prática clínica, melhores resultados nas habilidades linguísticas especialmente as relacionadas aos aspectos comportamentais, pois é possível a intervenção imediata frente a demonstração de quaisquer dificuldades comportamentais associadas a comunicação, especialmente nas crianças com dificuldade na intenção comunicativa. Bem como, intervenções em habilidades em comum como a intenção comunicativa e a comportamental.

Para que isso ocorra, são realizadas semanalmente atividades que priorizem as dificuldades de cada criança dentro um aspecto individualizante, mas que emoções, comportamento e linguagem são vistas de forma integral, sem que para isso os estímulos sejam recortados por área de atuação. As famílias relatam e referem queixas relacionadas a linguagem e comportamento e comportamento e dificuldades alimentares, sendo as duas áreas em comum que as crianças com TEA apresentam mais dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, pode-se concluir que, atualmente, o trabalho interdisciplinar tornou-se uma exigência no âmbito da saúde para o mercado de trabalho. Os profissionais devem ser capazes de trabalhar em equipe para que ofereçam melhores alternativas terapêuticas, com objetivo de ampliar o bem-estar aos seus pacientes e obter melhores resultados clínicos. E isso não e diferente entre Psicólogos e Fonoaudiólogos.

Concluímos que as crianças com TEA assistidas em um Centro Especializado em crianças com TEA da Prefeitura Municipal de Arapiraca já recebem esse atendimentos interprofissional, onde percebemos que cada criança vem evoluindo e apresentando respostas satisfatórias, informações essas obtidas através das devolutivas semanais dos pais. Porém observa-se a necessidade de quantificação e estudos posteriores para quantificar a contribuição desse atendimento neste público.

REFERÊNCIAS

1. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 10. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
2. ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Revista Estudos Feministas.** vol.9. n.2 Florianópolis , 2001.
3. ALBERNAZ, Lady Selma; LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.
4. ANJOS, Gabrielle dos. **Sociologias, Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências**. Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305.
5. BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais – um desafio ao aconselhamento.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 1993. 415 p.
6. CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp.1998.

ISSN 2316-8021

7. CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Prevention. Surveillance for ventilatorassociated events.** [Internet]. 2015 [cited 2015 Apr 26]; Available from: http://www.cdc.gov/nhsn/acute-care-hospital/vae/index.html.
8. CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
9. GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro. **Autismo: procurando vencer as barreiras impostas pelo isolamento.**Mensagem da APAE. Brasília, ano XXXV, n.º 83, p. 13, outubro, 1998.
10. GILLBERG,C. **Infantile autism diagnosis and treatment.** Acta Psycbiat. Scand., 1990.
11. GRANDIN, Temple. **"Needs of high functioning teenagers and adults with autism".** Focus on Autistic Behavior 5, n.º 1: 1-16 (abril de 1990).
12. SCHWARTZMAN, José Salomão. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 1995.
13. SCHMIDT, Carlo. Autismo, educação e transdisciplinaridade. In: SCHMIDT, C (org) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
14. SEMENSATO, Márcia Rejane. BOSA, Cleonice Alves**.** A família das crianças com autismo: contribuições empíricas e clinicas. In: SCHMIDT,C (org) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
15. SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo.** Fontanar, 2012. Disponível em: <http://cursoposneuro.com.br/wpcontent/uploads/2015/08/MundoSingularEntenda-o-Autismo.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2017.
16. SILVA, Micheline. MULICK, James A. **Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas.** Psicologia ciência e profissão, 2009, 29 (1), 116 – 131. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2019, 20h25min.
17. ZANON, Regina Basso. BACKES, Bárbara. BOSA, Cleonice Alves. **Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jan – Mar, 2014, Vol. 30 n. 1, pp. 25-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n1/04.pdf>. Acesso em 14 de set. 2019, 11h49min.

ISSN 2316-8021

Interprofissionalidade no SUS: assistência a pais de crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA)

Interprofessionality in SUS: assisting parents of children with autism spectrum disorder (ASD)

Maiara Cristine Oliveira de Almeida[1]; Laise Carla Lira de Jesus[2]; Karine Lopes Pinheiro[3]; Valéria Luísa Teixeira Santos[4]; Emanoelly Gomes dos Santos Rodrigues[5]; Karla Thiala Melo Silva[3]

[1]Fonoaudióloga pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Aluna especial do mestrado em dinâmicas territoriais e cultura; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) ; Arapiraca, Alagoas; email: maiara_cristine@hotmail.com;
[2]Terapeuta Ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas;
[3]Psiócologa;
[4]Fisioterapeuta pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas; (5) Fonoaudióloga;

RESUMO: As crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) apresentam anormalidades qualitativas e quantitativas nas áreas de interação social, comunicação e comportamento, interferindo diretamente no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, comumente exibindo deficiências intelectuais. e de graus variados. Assim, considerando o contexto de uma criança que caminha por trilhas diferenciadas e de famílias, cheias de dúvidas e expectativas sobre seus filhos, entender que os pais necessitam de suporte de um trabalho em equipe não é difícil. Este trabalho configura-se num relato de experiência de prática interprofissional em um projeto com pais de crianças com TEA sobre aprendizagem. O objetivo do trabalho foi descrever a vivência de um projeto com pais de crianças com TEA sob a perspectiva da interprofissionalidade com profissionais da saúde no SUS. Este trabalho trata-se da descrição de um relato de experiência interprofissional com trabalhadores da saúde (uma terapeuta ocupacional, uma fonoaudióloga, duas psicólogas e uma fisioterapeuta) considerando a abordagem do Modelo Teacch e Ensino Estruturado, a partir de um projeto com pais de crianças com TEA, assistidas por Centro Especializado de Reabilitação (CER) no SUS, no município de Arapiraca-AL. Participaram significativamente grande número de pais convidados (60%); compreensão dos pais sobre o processo de aprendizagem a partir da identificação de habilidades e necessidades dos filhos; entendimento da aprendizagem através de discussão e confecção coletiva de atividades com materiais de baixo custo, totalizando em 20 atividades construídas; pedidos de continuidade e/ou maior número de ações interdisciplinares semelhantes a esta vivenciada. A ação foi considerada significativa, uma vez que promoveu a aproximação dos pais com a metodologia desenvolvida pelo serviço, bem como oportunizou aos profissionais a execução de uma estratégia interprofissional inovadora na instituição, favorecendo diálogos, resolutividade e qualidade na assistência as famílias de crianças com TEA no SUS. Neste sentido, estabeleceram-se caminhos mais estreitos entre terapeutas e famílias, além de oportunidades de construções coletivas, horizontalizadas, objetivando-se um bem comum: a aprendizagem das crianças com TEA.

PALAVRAS-CHAVE: interprofissionalidade; transtorno autístico; aprendizagem.

ABSTRACT: Children with Autism Spectrum Disorder (ASD) have qualitative and quantitative abnormalities in the areas of social interaction, communication and behavior, directly interfering in their development and learning process, commonly exhibiting intellectual disabilities. and of varying degrees. Thus, considering the context of a child who walks different paths and families, full of doubts and expectations about their children, understanding that parents need support from teamwork is not difficult. This work is configured in a report of

experience of interprofessional practice in a project with parents of children with ASD on learning. The objective of the work was to describe the experience of a project with parents of children with ASD from the perspective of interprofessionality with health professionals in SUS. This work is the description of an account of interprofessional experience with health workers (an occupational therapist, a speech therapist, two psychologists and a physiotherapist) considering the approach of the Teacch Model and Structured Teaching, from a project with parents of children with ASD, assisted by the Specialized Rehabilitation Center (CER) at SUS, in the city of Arapiraca-AL. A significant number of invited parents (60%) participated significantly; parents' understanding of the learning process by identifying their children's skills and needs; understanding of learning through discussion and collective preparation of activities with low-cost materials, totaling 20 activities built; requests for continuity and / or a greater number of interdisciplinary actions similar to this one experienced. The action was considered significant, since it promoted the approach of parents with the methodology developed by the service, as well as made it possible for professionals to execute an innovative interprofessional strategy in the institution, favoring dialogues, resolvability and quality in the assistance to families of children with ASD in SUS. In this sense, narrower paths were established between therapists and families, in addition to opportunities for collective, horizontal construction, aiming at a common good: the learning of children with ASD.

KEYWORDS: Interprofessionality, austim disorder, learning.

INTRODUÇÃO

O autismo, atualmente chamado de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), é considerado um transtorno do desenvolvimento de causas neurobiológicas, definido de acordo com critérios eminentemente clínicos, enquadrando-se em disfunção global do desenvolvimento. Segundo Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) V (2013) o mesmo enquadra-se no grupo de síndromes chamado de transtorno global do desenvolvimento caracterizado por apresentar déficit na comunicação social e interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, sendo suas características percebidas antes dos 3 anos de idade. As características básicas são anormalidades qualitativas e quantitativas que, embora não muito abrangentes, afetam de forma evidente as áreas de interação social, da comunicação e do comportamento (SCHWARTZMAN, 2011).

Outras condições e desordens ainda podem estar associadas ao TEA, como problemas comportamentais (agitação, agressividade, autoagressividade, foco excessivo em detalhes, dentre outros), assim como sensoriais, motores e de linguagem. No entanto, a deficiência intelectual se apresenta como a condição que mais se associa a este diagnóstico, com graus variados de severidade, em aproximadamente 75% dos casos. Ao receber um diagnóstico de TEA, a família passará pelos processos de aceitação e luto da criança que eles "perderam", ressignificando a identidade e o novo papel que esse sujeito representa na família.

Nessa perspectiva, é fácil compreender que tais crianças precisam em termos de aprendizagem de mecanismos de ensino diferenciados – como recursos alternativos e metodologias específicas para este modo diferente de pensar e se comportar - para gerar efeitos funcionais, produtivos e funcionais (FONSECA & CIOLA, 2016).

E é atendendo a esta realidade, que o Modelo Teacch e o Ensino Estruturado se utilizam de estratégias de ensino para auxiliar a criança com TEA a sentir, responder ao ambiente, aprender, enxergar o mundo a sua volta de uma maneira a promover maior autonomia, independência e funcionalidade.

Para melhores resultados na qualidade de vida e funcionalidade da criança faz-se necessário acompanhamento e a realizações de atividades ao longo do dia. Assim, considerando o contexto de uma criança que caminha por trilhas diferenciadas e de famílias, cheias de

dúvidas e expectativas sobre seus filhos, entender que os pais necessitam de suporte de um trabalho em equipe não é difícil.

Por isso, as assistências a estas crianças e famílias necessitam além de uma equipe multidisciplinar, requer interdisciplinaridade, olhar único, horizontalidade dos saberes, numa direção que alcance um lugar comum.

Este trabalho configura-se num relato de experiência de prática interprofissional, a partir de um projeto com pais de crianças com TEA sobre aprendizagem, na Associação Pestalozzi de Arapiraca - Centro Especializado de Reabilitação (CER) - garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

REFERENCIAL TEORICO

O Transtorno do Espectro autista (TEA) apresenta uma prevalência de 1/68 crianças nascidas vivas, ou seja, atinge a 1,47% dos indivíduos da população mundial. (CENTER FOR DISEASE CONTROL, 2015). No Brasil, no ano de 2019 foi aprovada a inclusão no Censo da notificação dos casos de TEA, que será realizado em 2020, a partir de então que teremos dados mais fidedignos decorrente a prevalência de crianças com TEA no Brasil.

Segundo atualização do DSM-V no qual modificou a sua análise com relação ao diagnóstico, onde antes para a criança ser enquadrada com autismo ela teria que ter alterações em três domínios, atualmente os domínios foram agrupados em dois sendo eles:1) Deficiências sociais e de comunicação e 2) Interesses restritos, fixos e intensos e comportamentos repetitivos. O diagnóstico do TEA é clínico, ou seja, por meio de análise comportamental, não havendo a existência de exames que possam contribuir significativamente para o diagnóstico, os mesmos são usados apenas para fins de exclusão de outros transtornos. Para iniciar essa identificação e chegar ao diagnóstico faz-se necessário considerar a queixa familiar, nos quais serão levados em consideração sinais, sintomas, comportamento, e excluídos alterações neurológicas, psiquiátricas e genéticas. A grande dificuldade quanto ao diagnóstico do TEA se dá ainda pela ligação de comorbidades associadas ao transtorno.

Para uma avaliação e diagnóstico eficaz faz-se necessário uma avaliação global da criança por meio de uma equipe interdisciplinar (composta por enfermeiro, assistente social, Fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogos e equipe médica, podendo ser psiquiatra e ou neuropediatra) favorecendo assim uma avaliação de todos os possíveis aspectos alterados nesta população. O diagnóstico final é fornecido pelo médico da equipe.

Sabe-se que o direito à saúde foi assegurado constitucionalmente no Brasil apenas a partir de 1988, através de princípios que nortearam as bases do Sistema Único de Saúde (SUS): integralidade da atenção, universalidade do acesso às ações e serviços de saúde, descentralização (com direção única do sistema) e participação popular. E foram estes importantes elementos que favoreceram a implementação da educação e prática interprofissional no contexto do sistema público brasileiro (TOASSI, 2017).

Para Peduzzi (2016), a Educação e Prática Interprofissional assumem singular importância no contexto da política nacional de saúde a partir do reconhecimento da premissa de que 'o Sistema Único de Saúde (SUS) é interprofissional', sobretudo com o advento da Atenção Primária à Saúde (APS) que, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), enquanto modelo de reorientação, incorpora diferentes profissões em equipes para atuação compartilhada.

Nesse sentido, a Prática Interprofissional é entendida como aquela em que profissionais atuam de forma integrada, compartilhando objetivos e colocando os usuários na centralidade do processo, e que para tanto pressupõe esforço mútuo, diálogo e compartilhamento de informações e ações, advindas de processos formativos, tendo em vista a resolutividade dos problemas de saúde da população (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010).

No atendimento a crianças e adolescentes é condição imprescindível a presença de um familiar ou responsável/cuidador. Quando se trata de um adulto com deficiência, observa-se que

o mesmo geralmente torna-se dependente e demanda um cuidador para acompanhá-lo nas terapias. Esse avanço e desempenho na vida adulta está intrinsicamente ligada a evolução e reabilitação realizada ao longo da vida da pessoa com deficiência.

Ao longo do tratamento, observa-se que a parceria entre o profissional e o responsável é fundamental para efetivação e evolução do tratamento, pois, a partir do momento em que o familiar/cuidador identifica bem a demanda e repassa ao profissional, esse consegue ampliar suas intervenções a outros ambientes, ou seja, quanto mais efetiva é a participação do responsável, maiores são as possibilidades de intervenção.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se da descrição de um relato de experiência interprofissional com trabalhadores da saúde (uma terapeuta ocupacional, uma fonoaudióloga, duas psicólogas e uma fisioterapeuta) sobre aprendizagem a partir de um projeto com pais de crianças com TEA, assistidas por Centro Especializado de Reabilitação (CER) no SUS, no município de Arapiraca-AL, a Associação Pestalozzi de Arapiraca.

O projeto foi planejado pelos profissionais em dezembro de 2017 e sua realização ocorreu durante uma semana, no período de 24 a 28 de setembro de 2018, de 08h às 11h, no Serviço de Atendimento ao Autista (SAUT) da instituição. Foi enviado com antecedência um comunicado aos pais das crianças autistas assistidas no SAUT da Pestalozzi de Arapiraca e os mesmos escolhiam um dia da semana para participar da ação.

A ação iniciou com a apresentação da equipe e dos objetivos da atividade, baseando-se numa proposta teórico-prática, sob a perspectiva do Modelo Teacch e do Ensino Estruturado e sua relação com o tratamento das crianças com TEA.

Em seguida, após os esclarecimentos, os profissionais e os pais foram divididos em grupos para facilitar a confecção das atividades, preferencialmente sendo enfocado atividades com as dificuldades e níveis demonstradas pelo seu filho. Em cada grupo tinha no mínimo um profissional para esclarecimentos de dúvidas e direcionamento, caso necessário.

Para realização das atividades foram utilizados materiais de baixo custo (como caixas de papelão, garrafas plásticas, cola branca, fita adesiva colorida, tesoura, cartolina, papel A4, emborrachados, entre outros), alguns materiais recicláveis ofertados pelos pais, além do suporte de computador e impressora, fornecidos pela própria instituição, para atividades que exigissem pesquisa e impressão. As atividades foram escolhidas e confeccionadas pelos participantes de cada grupo em parceria com os profissionais, considerando os níveis de trabalho (FONSECA & CIOLA, 2016, p.62), ou seja, os níveis de aprendizagem, assim como criatividade, instrução, organização e clareza visuais.

Por último, cada grupo apresentava sua atividade - descrevendo sua funcionalidade, objetivos e importância para a aprendizagem das crianças com TEA – havendo a cada apresentação a intervenção/discussão dos demais através de um aprendizado construído coletivamente. Nesse momento a equipe orientava em relação a flexibilização da atividade construída no qual a mesma poderia ser usadas de outras maneiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto contou com a participação de cinco profissionais da saúde responsáveis pelo tratamento direto das crianças com TEA da instituição, o que totaliza a assistência a sessenta e nove crianças. Ao todo participaram quarenta e dois pais, entre homens e mulheres, sendo confeccionadas mais de 20 atividades durante toda a semana da ação, numa média de 30 minutos para cada atividade construída. Todos os pais participaram efetivamente do início ao final da atividade.

Foi observado interesse e entusiasmo dos pais desde o convite para participar do projeto - o que foi assegurado pelo número significativo de pais presentes (60% dos convidados) – até a

execução do mesmo, refletido pelo envolvimento nos diálogos e discussões do momento das confecções das atividades. Foi observado ainda integração entre as famílias e trocas das dificuldades apresentadas pelo filho, favorecendo assim troca de informações sobre estratégias utilizadas e interesses de suas crianças.

Com a ação muitos pais relataram compreender mais facilmente o processo de ensino-aprendizagem dos filhos, favorecendo a identificação de habilidades já instaladas e as que ainda precisam ser conquistadas no desenvolvimento, pontuando almejar a realização de mais ações e/ou momentos como estes. Outros afirmaram que o formato do projeto com a confecção de atividades construídas em parceria com os profissionais de saúde de diversas especialidades facilitou o entendimento das atividades propostas, sendo pontuadas palavras como aprendizado, satisfação, alegria, dentre outras.

Houve ainda àqueles destacando que não imaginavam que materiais tão simples poderiam se transformar em atividades tão ricas para o aprendizado dos filhos e que se sentem motivados para dar continuidade em casa com a confecção de outras atividades, tornando-se mais seguros sobre como estimular seus filhos.

A presença da equipe interprofissional foi primordial para demonstrar e correlacionar como as atividades construídas podem estimular habilidades de linguagem, motoras, independência, autonomia e atividades de vida diária.

CONCLUSÃO

A ação foi considerada significativa, uma vez que promoveu a aproximação dos pais com a metodologia desenvolvida pelo serviço, bem como oportunizou aos profissionais a execução de uma estratégia interprofissional inovadora na instituição, favorecendo diálogos, resolutividade e qualidade na assistência as famílias de crianças com TEA no SUS. Neste sentido, estabeleceram-se caminhos mais estreitos entre terapeutas e família, além de oportunidades de construções coletivas, horizontalizadas, objetivando-se um bem comum: a aprendizagem das crianças com TEA.

Os pais que participaram da estratégia demonstraram interesse e motivação para continuidade de execução de atividades em casa para realizar com seus filhos.

REFERÊNCIAS

18. APA **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, 5.ed. (DSM-5).Washington, DC, American Psychiatric Association, 2013.
19. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V: Manual Diagnóstico e estatístico de transtorno mentais.** Trad. Maria Inês Correa Nascimento - e col.; revisão técnica: Aristides Volpado Cordioli. Porto Alegre: Artmed, 2014.
20. BAGAROLLO, Maria Fernanda; Panhoca, Ivone. **A constituição da subjetividade de adolescentes autistas: um olhar para as histórias de vida.** Revista Brasileira de Educação Especial, v.16, n.2, p. 231-50, Aug. 2010.
21. BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais – um desafio ao aconselhamento.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 1993. 415 p.
22. CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Prevention. Surveillance for ventilatorassociated events.** [Internet]. 2015 [cited 2015 Apr 26]; Available from: http://www.cdc.gov/nhsn/acute-care-hospital/vae/index.html.
23. CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
24. FONSECA, M. E. G. & CIOLA, J. C. B. **Vejo e aprendo: fundamentos do programa TEACCH: o ensino estruturado para pessoas com autismo.** Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2 ed. 2016.

25. GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro. **Autismo: procurando vencer as barreiras impostas pelo isolamento.**Mensagem da APAE. Brasília, ano XXXV, n.º 83, p. 13, outubro, 1998.
26. GILLBERG,C. **Infantile autism diagnosis and treatment.** Acta Psycbiat. Scand., 1990.
27. GRANDIN, Temple. **"Needs of high functioning teenagers and adults with autism".** Focus on Autistic Behavior 5, n.º 1: 1-16 (abril de 1990).
28. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Marco para ação em educação interprofissional e prática colaborativa.** Genebra: WHO, 2010.
29. PEDUZZI, M. **O SUS é interprofissional. Interface comun**. saúde educ., Botucatu, v. 20, n. 56, p. 199-201, 2016.
30. SILVA, Micheline. MULICK, James A. **Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas.** Psicologia ciência e profissão, 2009, 29 (1), 116 – 131. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2019, 20h25min.
31. SCHWARTZMAN, J. S. **Neurobiologia dos transtornos do espectro do autismo.** São Paulo: Memnon Edições Científicas, v. 6, p.65-111, 2011.
32. TOASSI, R. F. C. **Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos?** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017.

Processo de inclusão da criança com deficiência visual na educação
Process of inclusion of visually impaired children in education

Juciara Inácio dos Santos[1]; Jéssica Alves Inácio dos Santos[2]; Lázaro Heleno Santos de Oliveira[3]; Joicielly França Bispo[4]; Maria José de Brito Araújo[5]

[1]ORCID: http://orcid.org/0000-0003-2921-7353; Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus I*, Arapiraca – AL, BRAZIL. E-mail: juciarainacio43@gmail.com;
[2]ORCID: http://orcid.org/0000-0002-0924-8286; UNEAL, *Campus I*, Arapiraca – AL, Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, BRAZIL. E-mail: jessica.alves.2785@gmail.com;
[3]ORCID: http://orcid.org/0000-0001-8759-0872; Acadêmico de Enfermagem; Centro Universitário Tiradentes (UNIT), *Campus* Maceió – AL, BRAZIL. E-mail: lazarooliveira99@hotmail.com;
[4]ORCID: http://orcid.org/0000-0001-9701-8968; UNIT/AL, *Campus* Maceió – AL, Acadêmica de Enfermagem, BRAZIL. E-mail: joicielly.franca@souunit.com.br;
[5]ORCID: http://orcid.org/0000-0002-9641-3015; UNEAL, *Campus I*, Arapiraca – AL, Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, BRAZIL. E-mail: mjbaraujo@yahoo.com.br

RESUMO: A inclusão do aluno com deficiência visual no sistema de ensino regular implica na busca de métodos e estratégias para garantir o contínuo avanço em sua aprendizagem. Dessa forma, este texto se debruça em um estudo teórico sobre a deficiência visual. Assim sendo, o objetivo desse artigo é descrever o processo de inclusão da criança com deficiência visual na educação, bem como as estratégias utilizadas no ensino em prol da realização de uma aprendizagem sólida. Além disso, pretende-se apresentar as principais dificuldades do desenvolvimento dessas crianças, junto das estratégias que podem proporcionar um melhor processo de ensino/aprendizagem, garantindo acesso a uma educação de qualidade para esses alunos. O presente estudo, trata-se de uma revisão da literatura do tipo narrativa, executada entre junho e julho de 2020, através de artigos, teses, dissertações, entre outras publicações. Nos resultados e discussões, compreende-se que o processo educacional inclusivo para crianças com deficiência visual deve partir de medidas eficazes, sendo necessário conhecer as habilidades sensoriais e auditivas desses alunos, por meio de avaliações do seu desenvolvimento psicomotor e cognitivo. Tendo como estratégias pedagógicas, a presença de professores habilitados, atendimento especializado, adaptações de materiais e ferramentas didáticas como o Sistema Braille, garantindo assim melhores condições para alfabetização. Nesse contexto, a relação entre família e escola facilita o desempenho escolar do aluno, pois são bases fundamentais para formação do indivíduo. Portanto, conclui-se que o processo de inclusão da criança com deficiência visual na educação, atravessa diversos desafios, para a efetivação da educação inclusiva dessas crianças, é preciso respeitar as necessidades específicas de cada indivíduo, procurando apoio e recursos adequados, implementado dessa forma uma educação mais justa e igualitária e que leva em consideração o processo de construção do indivíduo deficiente como ser social, participativo e crítico na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Educacionais, Educação de Cegos, Inclusão Escolar.

ABSTRACT: The inclusion of the visually impaired student in the regular education system implies the search for methods and strategies to guarantee the continuous progress in their learning. In this way, this text focuses on a theoretical study on visual impairment. Therefore, the objective of this article is to describe the process of including visually impaired children in education, as well as the strategies used in teaching in order to achieve solid learning. In

addition, it is intended to present the main difficulties in the development of these children, along with strategies that can provide a better teaching / learning process, ensuring access to quality education for these students. The present study is a review of the narrative-type literature, carried out between June and July 2020, through articles, theses, dissertations, among other publications. In the results and discussions, it is understood that the inclusive educational process for children with visual impairment must start from effective measures, being necessary to know the sensory and auditory skills of these students, through assessments of their psychomotor and cognitive development. Having pedagogical strategies, the presence of qualified teachers, specialized service, adaptations of materials and teaching tools such as the Braille System, thus guaranteeing better conditions for literacy. In this context, the relationship between family and school facilitates the student's academic performance, as they are fundamental bases for the formation of the individual. Therefore, it is concluded that the process of inclusion of children with visual impairment in education, crosses several challenges, for the realization of inclusive education for these children, it is necessary to respect the specific needs of each individual, seeking support and adequate resources, implemented in this way. a more just and egalitarian education that takes into account the process of building the disabled individual as a social, participatory and critical being in society.

KEYWORDS: Educational Activities, Education for the Blind, School Inclusion.

INTRODUÇÃO

A World Health Organization (WHO) considera a deficiência como complexa, dinâmica, multidimensional e questionada. É algo que faz parte da natureza humana, visto que um grande número de pessoas terá algum tipo de deficiência no decorrer de suas vidas, seja ela temporária ou permanente. Ao longo dos anos, o movimento das pessoas portadoras de deficiência junto a inúmeros pesquisadores das ciências sociais e da saúde vem analisando a repercussão dos problemas físicos e sociais para a deficiência (WHO, 2011).

A Classificação Internacional de Doenças – versão 10 (CID 10) possui quatro categorias de níveis de função visual, sendo eles: visão normal; deficiência visual moderada; deficiência visual grave; e cegueira. Considera-se cegueira quando há uma incapacidade total para ver, assim como quando a visão está prejudicada em níveis que impossibilitam a pessoa de realizar tarefas do dia a dia, mesmo ainda possuindo um determinado grau de visão residual (OTTAIANO *et al.*, 2019).

A deficiência visual, é uma condição ocular que afeta o sistema visual e uma ou mais funções visuais, trazendo consequências para o indivíduo durante toda a sua vida. Sendo que estas consequências podem ser amenizadas através de acesso a cuidados e reabilitação oftalmológica qualificada. Mundialmente, estima-se que 2,2 bilhões de pessoas possuem uma deficiência visual ou cegueira, na qual ao menos 1 bilhão são pessoas com deficiência visual considerada evitável ou que ainda não foi tratada (WHO, 2019).

Segundo a WHO, há aproximadamente 1,4 milhão de crianças com deficiência visual no mundo, sendo que 90% deste número vivem em países em desenvolvimento ou em situações precárias. Anualmente, estima-se que 500 mil crianças ficam cegas e 60% morrem durante a infância. Quanto mais precoce o diagnóstico, tratamento e reabilitação visual, maiores são as chances de recuperação da pessoa com deficiência visual, já que aproximadamente 80% das causas de cegueira infantil são preveníveis ou tratáveis (BRASIL, 2016).

As pesquisas apontam que há uma relação entre a prevalência de cegueira e a mortalidade abaixo de 5 anos. Segundos dados do IBGE (2010), no Brasil, a mortalidade infantil abaixo de 5 anos é de 20/1.000, e a prevalência estimada de cegueira é de 4/10.000. Ainda no Brasil, a cada 1 milhão de pessoas, 280 mil têm idade menor que 16 anos. Com uma estimativa de 4 em cada 10.000, seriam 112 cegos por milhão de pessoas, e o número de pessoas com baixa visão correspondente a 3 vezes o número de cegos (BRASIL, 2016).

Os erros de refração se destacam como a principal causa de deficiência visual entre os escolares, sendo considerado um problema de saúde pública diante dos índices. As estatísticas apontam que pelo menos 12,8 milhões de crianças, na faixa etária de 5 a 15 anos, possuem algum tipo de deficiência visual causada por erros de refração não corrigidos (BRASIL, 2016).

Percebe-se então, que a deficiência visual é comum na infância e traz consequências que causam grande impacto quando se observa o número de anos que estas crianças viverão com cegueira ou baixa visão, crescendo as chances de atraso no desenvolvimento físico, neuropsicomotor, educacional, econômico e na qualidade de vida. E se estes problemas visuais não forem detectados e corrigidos principalmente durante a idade escolar, isto pode impactar negativamente no desempenho escolar da criança (BRASIL, 2016).

Apesar da deficiência não ser um fator determinante, é muitas vezes observada como um empecilho para o desenvolvimento do indivíduo, na maioria dos casos essa concepção é baseada nas limitações inerentes da deficiência visual, entretanto, é importante ressaltar que mesmo diante dessas limitações é possível proporcionar um melhor prognóstico através de adaptações (NUNES; LOMÔNACO, 2010).

Nesse sentido, para que as pessoas com deficiência visual possam conquistar sua autonomia, independência e emancipação é preciso que a educação seja permeada de vivências ricas de trocas e interações (MIRANDA, 2008). Além disso, a educação inclusiva pode realizar um papel importante na desconstrução de mitos e estereótipos no que se refere à criança com deficiência visual, pois a associação da inclusão e educação conseguem eliminar a visão discriminatória e o preconceito arraigado na sociedade acerca das capacidades e possibilidades das pessoas com deficiência visual (BRASIL, 2006b).

Diante do que foi exposto, é perceptível que a deficiência visual é uma realidade de muitas pessoas em todo o mundo e que o processo de educação desses indivíduos precisa ser garantido da melhor forma diante de suas dificuldades, portanto, se justifica a realização de pesquisas relacionadas a essa temática.

Com isso, o presente estudo apresenta como objetivo descrever o processo de inclusão da criança com deficiência visual na educação, bem como as estratégias utilizadas no ensino em prol da realização de uma aprendizagem sólida. Além disso pretende-se apresentar as principais dificuldades e do processo de desenvolvimento dessas crianças, além das estratégias que podem proporcionar um melhor processo de ensino/aprendizagem, garantindo acesso a uma educação de qualidade para esses alunos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A deficiência visual é muitas vezes enxergada apenas por suas limitações, o que pode ser observado diante das reações de surpresa que em geral as pessoas apresentam quando um deficiente visual desempenha atividades que são consideradas comuns. A sociedade tende a acreditar que a pessoa cega está destinada a uma vida frustrada e muitos se espantam ao se deparar que essas pessoas podem possuir as mesmas capacidades que uma pessoa sem deficiência (NUNES; LOMÔNACO, 2010).

Esse tipo de concepção, fortalece o estereótipo de que a pessoa com esse tipo de deficiência, apresenta limitações mais amplas do que as decorrentes da própria condição, o que acaba dificultando suas relações com o meio social. Isso está ligado sobretudo, a falta de conhecimento de suas reais condições por aqueles que convivem no mesmo ambiente em que está inserido (NUNES; LOMÔNACO, 2010).

Em relação ao ambiente, há uma influência significativa do mesmo para a experiência ou a extensão de uma pessoa com deficiência, pois, ambientes inadequados geram deficiência ao impedir a participação e a inclusão. A saúde também pode ser comprometida e impactada por questões ambientais, condições socioeconômicas, ou pela falta de acesso aos serviços de saúde (WHO, 2011).

Isto é argumentado pela Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da WHO, ao afirmar que a desigualdade é um dos principais fatores que contribuem para os problemas de saúde, assim como para a deficiência. Dessa forma, o ambiente deve ser transformado para manter a saúde, evitar complicações e melhorar os resultados para as pessoas com deficiência. Para isto, estratégias como, modificações na legislação, nas políticas públicas e na tecnologia podem ser implementadas visando uma maior acessibilidade além de criar benefícios e oportunidades (WHO, 2011).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), deve ser assegurada a este grupo condições de igualdade, exercícios de seus direitos, objetivando a inclusão social e cidadania, assim como o direito à educação inclusiva em todos níveis (BRASIL, 2015). Garantindo o que é exposto na Constituição Federal de 1988, em seu capítulo II, seção I, artigo 205, onde descreve que a educação é um direito de todos, sendo um dever do Estado e da família garanti-la, sendo promovida e incentivada em colaboração com toda a sociedade.

Esses direitos são reforçados, no artigo 208, inciso III da Constituição, que procura garantir o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", assim, a escola deve assegurar o acesso e permanência desse aluno. Diante disso, a inclusão se apresenta como um processo que engloba as dimensões humanas, socioculturais, ideológicas, política e econômica que busca evidenciar diferentes formas de interação, possibilidades e apoiar as dificuldades e necessidades dos indivíduos (BRASIL, 2006a).

A escola inclusiva começou a fundamentar-se a partir da Conferência Mundial De Educação Especial em 1994, com a proclamação da Declaração de Salamanca e ganhou força com aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996 (LDB de 1996). Essa declaração é o compromisso com a educação para todos, reconhecendo-se a necessidade e a urgência de ser ministrado no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais (SANTOS, 2011).

Dessa forma, além do Estatuto da Pessoa Com Deficiência, do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), existem Decretos, Portarias Resoluções e Leis que dispõe de questões referente a escola inclusiva. A Lei n° 8.069 de 1990 mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente garante, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição (BRASIL, 1990).

O Decreto n° 3.298 de 1999 regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências, tendo como objetivo principal assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no "contexto socioeconômico e cultural" do País (BRASIL, 1999).

Portanto, no contexto escolar a inclusão trata de um movimento que intercede pelo direito aos serviços educacionais para todas as crianças com algum tipo de deficiência, tendo como ponto de partida a escuta não só dos alunos, mas dos pais e comunidade escolar (BRASIL, 2006a). A educação inclusiva inicia-se na educação Infantil, primeira etapa da educação básica, onde se desenvolvem condições essenciais para a construção do conhecimento e o desenvolvimento completo da criança até os 5 anos (BRASIL, 2008a).

Vale salientar que todas as etapas da educação tem como função romper com a exclusão e segregação das pessoas com deficiência, transformando as práticas educacionais com o intuito de garantir a igualdade de acesso e permanência do aluno na escola e garantir a disponibilização de atendimento educacional especializado para alunos alvo da educação especial nas salas de aulas comuns da escola regular (BRASIL, 2010).

ISSN 2316-8021

Todavia, ainda é comum esse tipo de segregação, como visto em um estudo realizado por Barbieri *et al*. (2019) com famílias de crianças portadoras de deficiência visual, em que foi evidenciado que as crianças com deficiência visual na escola sofrem preconceito pelos colegas e professores, seja pelas suas limitações ou pelos recursos e materiais adaptados utilizados pelas mesmas. Toda essa exclusão ocasiona em sofrimento que atinge também as famílias destas crianças, além de gerar dificuldades no processo de inclusão e adaptação do uso de tecnologias que beneficiam as mesmas.

Esse tipo de discriminação relacionada aos deficientes visuais é um preconceito que persiste em nossa sociedade, em virtude da forma em que se constituiu a humanidade, que historicamente sempre promoveu a marginalização dos indivíduos deficientes. Contudo, diante dos avanços sociais, se faz necessária a construção de novas concepções, para que as minorias, como os deficientes, possam ser respeitadas em suas condições, promovendo dignidade e garantia de seus direitos (FRANÇA, 2013).

É importante enfatizar que nesse enfrentamento, a presença da figura dos pais/mães de pessoas com deficiência visual, pode ajudar no rendimento escolar desse aluno, mas apesar disso, deve-se destacar que o desenvolvimento escolar é inerente às práticas realizadas na escola e não pode ser vista como responsabilidade exclusiva dos membros familiares, devendo a instituição escolar promover condições para atender as necessidades desses alunos (SANTOS; SILVA, 2014)

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico, realizado através de uma pesquisa de revisão da literatura do tipo narrativa, executada durante o período de junho a agosto de 2020. “Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual” (ROTHER, 2007, p. v). Seguindo a visão de Vosgerau; Romanowski (2014), os estudos de revisão apresentam-se como uma forma de organizar, esclarecer e resumir as obras de literatura existentes e relevantes em uma área.

As revisões de literatura possuem como objetivo primário resumir evidências acerca de um determinado tema buscando gerar novos conhecimentos. Podem ser relatórios anônimos para a comunicação entre profissionais sobre o estado de evidência, bem como podem ser utilizadas como base para a formação de novos estudos e para a interpretação de resultados por pesquisadores (POLIT; BECK, 2019).

Esse estudo foi construído a partir de estratégias de buscas feitas com os descritores: Distúrbios Visuais, Atividades Educacionais, Inclusão Escolar, esses de acordo com o DECs (Descritores em Ciências da Saúde), nas bases de dados, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), além da seleção de publicações do Ministério da Educação e da Saúde, leis e decretos.

Foram utilizados como critérios de inclusão, artigos, teses e publicações científicas disponíveis eletronicamente na íntegra, além disso, também foram utilizados dados de órgãos internacionais e governamentais, em língua portuguesa, os critérios de exclusão foram artigos que não atendiam ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É perceptível que a deficiência visual na infância impacta de maneira significativa na vida destas crianças. Portanto, faz-se necessário a criação de estratégias que contemplem todos os âmbitos da vida destas crianças, seja no âmbito da saúde, social e educacional, visando a adaptação e inclusão na sociedade de acordo com as suas necessidades.

Para isso, foi formulada a criação de uma educação especial voltada para a educação de alunos portadores de algum tipo de deficiência. Trata-se de uma modalidade da Educação

Básica que perpassa por todos as etapas e modalidades de ensino, tendo como objetivo disponibilizar serviços e recursos, orientando-os quanto a sua utilização no processo educacional nas salas de aulas da rede regular de ensinar, realizando dessa forma atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (BRASIL, 2008b).

O aluno cego pode ser matriculado em uma escola de ensino regular, contudo, deve receber o apoio e ser orientado por um professor especializado, para que suas necessidades sejam supridas. Assim, compreende-se que a educação do deficiente visual não consiste só colocá-lo em uma escola especial. Além disso, algumas questões em sala de aula comum devem passar por adaptações, como o hábito do professor em escrever o conteúdo na lousa, pois o professor não deve alegar isso como o seu jeito de ministrar a aula e não mudar para não prejudicar os demais alunos, pois essa postura demonstra preconceito (NUNES; LOMÔNACO, 2010).

A sala comum apresenta empecilhos que dificultam o aprendizado do deficiente visual e leva o aluno a sofrer exclusão, porém, dentro de uma perspectiva de inclusão é necessário procurar respeitar a pessoa com deficiência visual da forma que ela é, sendo também possível criar uma forma de inclusão que aceite suas condições, mas que não desvalorize as suas incapacidades (NUNES; LOMÔNACO, 2010).

Essa forma de inclusão busca compreender as limitações da falta de visão, como também analisa as condições de vida no ambiente familiar e escolar ou em outros espaços que são pontos de referências e possam favorecer o desenvolvimento do deficiente. Ademais, esta inclusão não procura transformar os cegos em videntes ou até mesmo impor-lhes padrões, conceitos e valores das pessoas que enxergam, mas sim, entender como este indivíduo se constitui e descobre o mundo (NUNES; LOMÔNACO, 2010).

Para garantir a aprendizagem desses alunos que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial existe o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que busca a elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade para promover a efetiva participação dos alunos, de acordo com suas necessidades (BRASIL, 2008a). Sendo uma necessidade para o alcance desse objetivo adaptações nas formas de comunicação e linguagem. Visto que a comunicação representa a principal barreira à participação efetiva de alunos com deficiência visual em aulas (CAMARGO; NARDI; VERASZTO, 2008).

No âmbito da comunicação, a linguagem pode ser considerada uma importante área do comportamento humano, sendo fundamental no processo de desenvolvimento de um indivíduo, por se tratar de um instrumento de interação social. Pesquisas apontam, que no desenvolvimento da linguagem verbal, as crianças com incapacidades visuais não diferem daquelas que não apresentam essas incapacidades sendo capaz de usar a linguagem como principal forma de comunicação (CUNHA, 1997).

Dessa forma, é evidente a importância da linguagem para crianças com deficiências visuais, pois além de ser imprescindível em todo o seu processo de aprendizagem, se configura como a principal forma de proporcionar sua interação no meio social. Assim sendo, é necessário que essa população seja assistida o mais precocemente possível, não somente para acompanhar mudanças que possam acontecer no seu sistema visual, em situações onde são possíveis adaptações e recursos ópticos, mas também em relação aos seus aspectos cognitivos e de linguagem (OLIVEIRA; MARQUES, 2005).

Mesmo que estas crianças não possuam uma diferença na sua linguagem em relação às crianças que não apresentam incapacidades, ainda assim é necessário que exista adaptações neste processo de comunicação. Para isso, deve-se criar um ambiente que promova a convivência e a interação com o acesso a meios para o exercício da leitura, escrita e compreensão dos conteúdos escolares, como os meios informáticos, que ampliam as possibilidades de comunicação e a autonomia individual, pois são ferramentas que minimizam ou facilitam as dificuldades decorrentes da falta de visão (BRASIL, 2007).

De acordo com Morgado, Ferreira (2011), outro método de adaptação e criação de materiais para a comunicação de pessoas cegas, são as figuras bidimensionais, que se apresentam como formatos de linguagem grafo-tátil, sendo uma ferramenta muito utilizada no

desenvolvimento do ensino e aprendizagem desse público, principalmente em instituições especializadas.

Nesse sentido, também se torna relevante o desenvolvimento de materiais táteis, para possibilitar a comunicação da pessoa cega com a formação de imagens mentais, usando de métodos como a texturização, que consiste em cobrir contornos com diferentes tipos de materiais, para assim formar uma textura saliente, proporcionando a percepção tátil pelo deficiente visual, reconhecendo aquilo que foi contornado (MORGADO; FERREIRA, 2011).

Esse tipo de linguagem se constitui por representações em alto relevo bidimensional, não tem representação de profundidade e pode ser usada para adaptar figuras, letras, números e diversos símbolos de forma acessível para a leitura do deficiente visual. Entretanto, esse formato é determinado como a última etapa no processo de formação de conceitos, por tanto apresenta-se de forma complexa, sendo considerada de difícil interpretação, fazendo com que nem todos os deficientes consigam identificá-la (MORGADO; FERREIRA, 2011).

Para a utilização destes meios, o aluno deve ser avaliado pelo professor quanto ao seu desenvolvimento psicomotor e cognitivo, buscando conhecer suas habilidades sensoriais (táteis, auditivas e visuais), pois são fundamentais para sua alfabetização. Geneticamente pode-se citar algumas características do processo de desenvolvimento do aluno com deficiência visual como, necessidade de mais tempo para compreender os conceitos, principalmente os abstratos, apresenta dificuldade de interação, exploração e apreensão, exploração e domínio do espaço físico e sua consciência corporal é desenvolvida de modo mais lento (BRASIL, 2000).

Referindo-se somente ao desenvolvimento cognitivo da criança, este é ampliado pela linguagem, a qual favorece não só o relacionamento, mas também possibilita os meios de controle do que está fora de alcance da criança pela ausência da visão, como ainda é uma ferramenta de interação com o ambiente físico e social, sendo também uma ampla atividade que engloba a comunicação e as representações (BRASIL, 2007).

O aperfeiçoamento e realização da linguagem oral e escrita demonstra-se nas habilidades de falar e ouvir, ler e escrever, nesse sentido é responsabilidade do professor analisar as formas de relacionamentos dos alunos deficientes com seus colegas e com os adultos, podendo assim observar a qualidade de experiência comunicativas em várias situações de aprendizagem (BRASIL, 2007).

Dessa forma, para que se possa compreender e avaliar o processo de desenvolvimento da criança com deficiência visual é necessário ponderar alguns fatores como, a idade em que a deficiência surgiu, se há associação com outras deficiências, as questões hereditárias, o tratamento recebido e os aspectos ambientais, é importante que sejam avaliadas por profissionais da saúde e da educação em parceria, para que assim consigam identificar suas necessidades específicas e suas potencialidades, assim, quanto mais cedo as crianças forem direcionadas para serviços de atendimento consequentemente suas possibilidades de desenvolver seu potencial serão maiores (BRASIL, 2000).

Contudo, este atendimento por profissionais da saúde nem sempre é feito de maneira adequada e com qualidade. Andreghetti *et al.* (2009) também enfatiza a importância de um acompanhamento multidisciplinar, principalmente por educadores e oftalmologistas. Porém, o autor aborda que a sociedade, particularmente os oftalmologistas brasileiros, não possuem consciência das suas responsabilidades na promoção e inclusão dos deficientes visuais. Em virtude disso, uma grande parte dos pacientes atendidos e "tratados", não recebem orientações adequadas, passando conviver por muito tempo em um estado de "cegueira desnecessária".

Além disso, os deficientes visuais também apresentam dificuldades relacionadas a coordenação motora, como, dificuldade na percepção do meio onde ele está inserido, locomoção e orientação no espaço, dificuldade de tônus muscular baixo e equilíbrio, podendo comprometer o planejamento da ação motora, entretanto, se forem constantemente incentivadas podem aprender a se deslocar com independência e autonomia. Em consonância a isso, os alunos com a deficiência podem ingressar na escola com medo, dificuldade para se locomover e com pouca

ação funcional, pois as famílias superprotegem o aluno ou os estimulam a brincar de maneira mais passiva por terem medo dele se machucar ou bater em algo (BRASIL, 2006b).

É importante compreender que o aluno com deficiência visual não necessita de um currículo ou método de alfabetização diferenciado dos demais alunos, mas sim de adaptações e complementações curriculares de acordo com suas necessidades educacionais, tais como, recursos adaptados e específicos, processos de avaliação adequados, tempo, espaço e alteração no meio escolar, procedimentos metodológicos e didáticos específicos. Assim, fica evidente que um ambiente de alfabetização é aquele que consegue promover um agrupamento de acontecimentos reais de leitura e escrita, nas quais os alunos têm a chance de participar (BRASIL, 2006b).

Ainda convém destacar que, na maior parte dos casos as crianças com deficiência visual são alfabetizadas por professores especializados e logo em seguida são inseridos nas salas de aula comuns do ensino regular em um turno e na sala de recursos ou outro modo de assessoria em outro e os professores das disciplinas escolares precisam fazer adaptações junto com os professores especializados (BRASIL, 2000). Além disso, inteligência dessas crianças dependem de ambientes que favorecem o seu desenvolvimento e aprendizagem e atendam suas necessidades específicas, sendo que as formas inadequadas de as tratar é que impossibilita o seu desenvolvimento (GIL, 2009).

O predomínio do uso concomitante de recursos didáticos visuais pode desinteressar e desmotivar o aluno com deficiência visual. Os recursos encaminhados ao Atendimento Educacional Especializado precisam ser inseridos em situações e vivências do dia a dia desses alunos, sendo que os recursos adaptados e de qualidade são capazes de estimular a exploração e o desenvolvimento dos outros sentidos, proporcionam o acesso ao conhecimento, à comunicação e a aprendizagem de forma significativa para o aluno. Outras ferramentas que podem tornar as situações de aprendizagem mais motivadoras e agradáveis são os recursos tecnológicos, equipamentos e jogos pedagógicos em ambientes de cooperação e que reconheça as diferenças (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, destaca-se o sistema Braille, sendo um código de leitura e escrita universal para pessoas cegas, criado em 1825 por Louis Braille. É formado pela combinação de 63 pontos que representam as letras do sistema alfabética, simbologias matemáticas, científica, na música e atualmente na informática gráficos, com o arranjo de seis pontos dispostos em duas colunas verticais. Coluna esquerda representa os pontos 123 e a direita os pontos 456 conforme combinados formar-se-ão as letras. A escrita Braille é realizada através da reglete e punção na qual o movimento da perfuração deve ser feito da direita para a esquerda para realizar a escrita, sendo depois invertida para que se possa realizar a leitura (BRASIL, 2001).

Para que o aprendizado do Sistema Braille aconteça, ou seja, da leitura e da escrita em Braille é preciso que haja um alto grau de desenvolvimento das habilidades motoras finas, flexibilidade nos punhos e agilidade nos dedos para que o aluno deficiente possa adquirir o domínio da reglete e a punção. Assim, é conveniente que escola oferece treinamento para que os alunos desenvolvam respectivas habilidade, ademais se na sala de aula houver a presença de um aluno cego o professor deve buscar meios alternativos que ajude o aluno, entre eles professores especializados que ensinará ao aluno o sistema Braille, assim como acompanhá-lo ao longo do processo de aprendizagem e o desenvolvimento do raciocínio (BRASIL, 2000).

Ademais, as adaptações dos livros didáticos ao Sistema Braille podem ser feitas nos Centros de Apoio Pedagógico aos Deficientes Visuais (CAPs) ou também em Serviços semelhantes, porém quando é em grande escala a responsabilidades para as adaptações é das instituições especializadas em consonância com o MEC. Isto é importante, pois sabe-se que os livros escolares são ilustrados com cores, desenhos, gráficos, diagramas não sendo acessíveis para alunos com deficiência visual. Assim sendo, um texto simples ou um livro quando modificado para o Sistema Braille possui características específicas no que se refere ao tamanho, a representação da grafia, à paginação, ao mapas e as diversas ilustrações, porém essa

modificação deve respeitar o conteúdo, as normas e critérios postos pela Comissão Brasileira do Braille (BRASIL, 2007).

Assim como a escola, a família tem um papel importante na promoção do processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência visual. Os pais colaboram trazendo informações sobre as necessidades específicas de sua criança, as maneiras de interação e comunicação, tem a responsabilidade de participar da realização do planejamento escolar e da avaliação, opinar sobre a educação, currículo e conteúdos que consideram fundamentais, colaboraram na organização e adaptações curriculares e ainda é importante que deem sugestões sobre materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento da aprendizagem (BRASIL, 2006b).

Dessa forma, é importante articular diferentes métodos de ensino, de acordo com as diversas fases de desenvolvimento, sem jamais esquecer que o deficiente visual tem capacidade de aprender, tendo em vista que são pessoas que podem desenvolver habilidades como qualquer outra. Nesse ponto de vista, a sociedade deve buscar promover ao máximo, meios que garantam o processo de aprendizagem desses indivíduos (NUNES; LOMÔNACO, 2010).

Portanto, conforme descrito por Gil (2009), é preciso respeitar as necessidades específicas dessas crianças procurando apoio e recursos adequados, como recursos ópticos e não ópticos para crianças com baixa visão e o sistema Braille para as crianças totalmente cegas. E para que a inclusão aconteça de forma eficaz torna-se necessário que os professores se conscientizem de que as crianças com limitações visuais tem infinitas capacidades de aprender e participar de forma ativa no ambiente onde ela vive, sendo também importante que estes profissionais analisem seu próprio trabalho, ou seja, se está trabalhando ou não com materiais pedagógicos que dificultam a aprendizagem do aluno.

CONCLUSÃO

Conclui-se este texto, defendendo que o processo de inclusão da criança com deficiência visual na educação, atravessa diversos desafios. Esses alunos, apresentam algumas dificuldades nesse processo e devem ser constantemente incentivados para alcançar sua independência e autonomia, para isso é necessário conhecer suas habilidades sensoriais, através da avaliação do seu desenvolvimento psicomotor e cognitivo, pois são fundamentais para sua alfabetização.

Para proporcionar um melhor processo de ensino/aprendizagem para essas crianças, devem ser adotadas estratégias pedagógicas e o uso de recursos didáticos visuais, bem como a presença de professores especializados que dominem o sistema Braille, além de outros recursos, a exemplo da tecnologia, objetivando não desmotivar esses alunos. Portanto, para a efetivação da educação inclusiva de crianças com deficiência visual, é preciso respeitar as necessidades específicas de cada indivíduo, procurando apoio e recursos adequados, garantindo assim, acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

1. ANDREGHETTI, Eduardo *et al.* Inclusão social do deficiente visual: experiência e resultados de Assis. *Arq. Bras. Oftalmol.*, São Paulo, v. 72, n. 6, p. 776-782, dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492009000600007. Acesso em: 21 ago. 2020.
2. BARBIERI, Mayara Caroline *et al.* School experience of the child and adolescent with visual impairment: family experience. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 72, supl. 3, p. 132-138, 2019. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1057688. Acesso em: 20 ago. 2020.
3. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

4. _____. Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. *Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências*, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 12 jul.2020.

5. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

6. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência visual*. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 12 jul.2020.

7. _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. *Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Deficiência visual*, volume 2. Brasília, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_2.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

8. _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação a Distância. Cadernos da TV Escola: *Deficiência visual*. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf Acesso em: 07 jul. 2020.

9. _____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf Acesso em: 03 jul.2020.

10. _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. *Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192 Acesso em: 03 jul.2020.

11. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: Revista da Educação especial. Brasília*, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

12. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. *Educação Infantil: Saberes e práticas da inclusão*. Brasília, 2006a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf Acesso em: 02 jul.2020.

13. _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Educação Infantil. Saberes e Práticas da inclusão*: Dificuldades de comunicação e sinalização/ Deficiência visual*. Brasília, 2006b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf Acesso em: 03 jul. 2020.

14. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Diretrizes de Atenção à Saúde Ocular na Infância:* detecção e intervenção precoce para prevenção de deficiências visuais. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_saude_ocular_infancia_prevencao_deficiencias_visuais.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

15. _____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assunto Jurídicos. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 02 jul.2020

16. CAMARGO, Eder Pires de; NARDI, Roberto; VERASZTO, Estéfano Vizconde. A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de óptica. *Rev. Bras. Ensino Fís.*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 3401.1-3401.13, set. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172008000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jul.2020.

17. CUNHA, Ana Cristina Barros da. Promovendo aquisição de linguagem funcional em criança deficiente visual: o efeito de um treinamento de mãe em procedimentos de ensino

naturalístico. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 33-56, ago. 1997. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2020.

18. FRANÇA, Dalva Nazaré Ornelas. A sociedade e a sexualidade da pessoa cega: preconceito, curiosidade, indiferença ou falta de conhecimento?. *rev.latinoam.bioet.*, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 88-95, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-47022013000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2020.

19. GIL, Flávia Ceccun Moreira. *A criança com deficiência visual na escola regular*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24092009-151439/publico/FlaviaCecconMoreiraGil.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020

20. MIRANDA, Maria de Jesus Cano. Inclusão Escolar e Deficiência Visual: Trajetória e processo. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* V.3, Nº 1,2, pág. 2-22, 2008. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6203066. Acesso em: 03 jul. 2020.

21. MORGADO, Fabiane Frota da Rocha; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Adaptação de escalas de silhuetas bidimensionais e tridimensionais para o deficiente visual. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 17, n. 1, p. 21-36, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2020.

22. NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 14, n. 1, pág. 55-64, junho de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572010000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2020.

23. OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de; MARQUES, Susi Lippi. Análise da comunicação verbal e não-verbal de crianças com deficiência visual durante interação com a mãe. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 11, n. 3, p. 409-428, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2020.

24. OTTAIANO et al. *As condições de saúde ocular no Brasil* - 2019. 1. ed. São Paulo: Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 2019. Disponível em: http://www.cbo.com.br/novo/publicacoes/condicoes_saude_ocular_brasil2019.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

25. POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. *Fundamentos de pesquisa em enfermagem:* avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

26. ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 20, n. 2, pág. v-vi, junho de 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2020.

27. SANTOS, Edilena de Jesus Sousa; SILVA, Silvana Maria Moura da. Família: suas expectativas e participação na formação escolar de seus filhos com cegueira. *Bol. - Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, v. 34, n. 86, p. 99-117, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2020.

28. SANTOS, Regina Rita da Silva. *Gestão Escolar para uma Escola Inclusiva: Conquistas e Desafios*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES_5ff351bea806a5312e0527901d9fe0bd. Acesso em: 20 jul. 2020.

29. VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas: implicações conceituais e metodológicas.

Revista Diálogo Educacional, [s.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. Pontificia Universidade Catolica do Parana - PUCPR. Disponível em: http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08. Acesso em 26 de jun. de 2020.

30. WHO - World Health Organization. The World Bank. *World Report on Disability*. Geneva: WHO, 2011. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-disability. Acesso em: 03 jul. 2020.

31. _____. *World Report on Vision*. Geneva: WHO, 2019. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-vision. Acesso em: 03 jul. 2020.

ISSN 2316-8021

Relação professor- aluno na turma do 2º ano do ensino fundamental nos anos iniciais na Escola do Campo: Um olhar clínico sobre a necessidade da afetividade

Teacher-student relationship in the 2nd year class of elementary school in the early years at Escola do Campo: A clinical look at the need for affectivity

Juliana Araújo Silva de Oliveira[1]; Maria Aparecida Ferro de Araújo[2]

[1] (IFAL) Estudante de Letras – E-mail:jullybick@hotmail.com
[2] (IFAL) Estudante de Letras – Email:mariaaaparecidaferroaraujo@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa de cunho bibliográfico trata de um dos temas de grande relevância no âmbito educacional: Relação professor x aluno "um olhar sobre a necessidade da afetividade". O mesmo tem como objetivo conscientizar os professores sobre a importância da afetividade docente no desenvolvimento cognitivo das crianças. O estudo foi realizado a partir de uma ampla pesquisa qualitativa. Para a efetivação deste, recorreu-se aos seguintes teóricos: Rangel, Rodrigues, Saber, entre outros. Com base nas leituras e reflexões sobre o tema é possível afirmar que o ser humano não estar pautado somente em aspectos cognitivos, mas também e, principalmente em aspectos afetivos, pois o que se são professores sem valorizar essa relação entre docente e discente. Tornar a escola um espaço aberto e adequado para uma boa relação entre professor x aluno é um desafio, pois muitos obstáculos são encontrados sobre o afeto como importante princípio norteador da autoestima no processo do ensino aprendizagem

PALAVRAS CHAVES: Professor; aluno; afetividade.

ABSTRACT: This bibliographic research deals with one of the most relevant themes in the educational field: Teacher x student relationship "a look at the need for affectivity". It aims to make teachers aware of the importance of teacher affectivity in children's cognitive development. The study was carried out from an extensive bibliographic search. For the effectiveness of this, the following theorists were used: Rangel, Rodrigues, Seber, among others. Based on the readings and reflections on the theme, it is possible to affirm that the human being is not only guided by cognitive aspects, but also and, mainly, affective aspects, since what one is a teacher without valuing this relationship between teacher and student. Making the school an open and adequate space for a good relationship between teacher and student is a challenge, as many obstacles are found about affection as an important guiding principle of self-esteem in the teaching-learning process.

KEYWORDS: Teacher; student; affectivity.

INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos fazemos parte da sociedade e formamos conjuntos de pessoas das mais variadas crenças, origens e personalidades. O homem além de um ser racional possui emoções e características próprias, sendo um ser social por natureza. A relação afetiva é de grande importância para o desenvolvimento e a aprendizagem, pois por meio das relações afetivas o aluno se desenvolve, aprende e adquire mais conhecimentos que ajudarão no seu desempenho escolar. Este trabalho ressalta análises sobre a importância da afetividade na relação professor-aluno e sua contribuição para o processo de ensino aprendizagem, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Área de abrangência temática situa-se na Psicologia e Pedagogia.

De fato, não se pode negar que a autoridade é construída e precisa ser aceita; ela não

torna os educandos inferiores, mas, dá as suas vidas um sentido mais seguro de caminhada e conquista. Cabe ao professor, em seu relacionamento com o alunado, dialogar e manter com ele uma afetividade, auxiliando o educando a ir reconhecendo que sua vida é diferenciada, tanto em coisas transformáveis quanto em coisas que podem e devem ser modificadas. Cabe ainda destacar que a importância de se ter desenvolvido esse projeto centra-se, na relevância social do estudo uma vez que seus resultados contribuíram consideravelmente para a melhoria no processo ensino aprendizagem, especialmente no que se refere às relações entre professores e alunos. O trabalho abordou a importância da afetividade docente, para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Cujos os objetivos são de conscientizarem aos docentes sobre a importância da afetividade com as crianças desse segmento de ensino; determinar as consequências do desenvolvimento infantil, quando privado de afetividade docente no ambiente escolar e mostrar os benefícios, quanto ao desenvolvimento integral do educando em um ambiente escolar que favorece a afetividade.

Segundo Saltini:

> O professor (educador) obviamente precisa conhecer a criança. Mas deve conhecê-la não apenas na sua estrutura bi fisiológica e psicossocial, mas também na sua interioridade afetiva, na sua necessidade de criatura que chora, ri, dorme, sofre e busca constantemente compreender o mundo que a cerca, bem como o que ela faz ali na escola. (1997, p. 73).

Partindo desse pressuposto faz-se indispensável salientar que as crianças no ambiente escolar encontram-se abertas a receber e estabelecer relação intima e afetiva com o professor, uma vez que autor cita que "a criança deseja e necessita ser amada, aceita, acolhida e ouvida para que possa despertar para a vida da curiosidade e do aprendizado". (Idem, p. 89).Uma vez que acreditamos que uma relação professor – aluno nos anos iniciais permeadas por atitudes de afetividade contribuirão para que os referidos alunos se sintam abertos para demonstrar seus sentimentos, bem como estabelecer relação íntima e afetiva com o professor.

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO

A relação professor - aluno excede os limites profissionais e escolares, é uma ligação que envolve sentimentos e deixa sinais para toda vida. Percebe-se que a interação professor – aluno deve sempre buscar a afetividade e o diálogo entre todos.E importante ressaltarmos a relação da afetividade do professor- aluno, como uma interação de amizade, pois além de ser o mediador do saber o docente é a pessoa mais próxima e amiga do aluno na escola. Rodrigues afirma:

> "*O educador não é simplesmente um repassador de conhecimento para seus alunos, pois seu papel é bem mais amplo, porque ultrapassa uma simples transmissão de conhecimento*."

De acordo com o pensamento de Rodrigues afetividade entre professor aluno é essencial, pois não basta apenas o aluno compreender conteúdos, o mesmo tem que entender interpretar e ativar a o interesse pela busca de conhecimento. Com pensamento semelhante, Klein defende que o objeto de conhecimento não existe fora das relações humanas.

> *"De fato, para chegar ao objeto, é necessário que o sujeito entre em relação com outros sujeitos que estão, pela função social que lhe atribuem,*

constituindo esse objeto enquanto tal" (p. 94).

Dessa forma se fortifica o pensamento que são as relações humanas que formam a essência do objeto de conhecimento, pois este só existe a partir de seu uso social. Na realidade, são as experiências vividas com outras pessoas é que irão solidificar e concretizar aos objetos um sentido afetivo, determinando, dessa forma, a qualidade do ensino aprendizagem. As relações que caracteriza o ensinar e o aprender transcorre a partir de vínculos entre as pessoas e inicia-se no âmbito familiar. A base desta relação vincular é afetiva, pois é através de uma forma de comunicação emocional que o bebê mobiliza o adulto, garantindo assim os cuidados que necessita. Portanto, é o vínculo afetivo estabelecido entre o adulto e a criança que sustenta a etapa inicial do processo de aprendizagem. Dessa forma, é a partir da relação com o outro, através do vínculo afetivo que, nos anos iniciais, a criança vai tendo acesso ao mundo simbólico e, assim, conquistando avanços significativos no âmbito cognitivo.

No decorrer dos tempos, os vínculos afetivos vão ampliando-se e a figura do professor surge com grande importância na relação de ensino e aprendizagem, no período escolar.

Segundo Fernández:

> *"Paraaprender, necessitam-se dois personagens (ensinante e aprendente) e um vínculo que seestabelece entre ambos. (...) Não aprendemos de qualquer um, aprendemos daquele a quemoutorgamos confiança e direito de ensinar" (Fernández, p. 47 e 52).*

O ensino aprendizagem está integralmente ligado na afetividade, já que ocorre a partir das relações sociais, no âmbito escolar podendo ser ampliado no espaço familiar.

A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER ATITUDES DE AFETIVIDADE EM SALA DE AULA

O desenvolvimento humano não está pautado somente em aspectos cognitivos, mas também e, principalmente, em aspectos afetivos. Assim, a sala de aula é um grande laboratório para que se observe e questione os motivos que levam o convívio escolar do professor e aluno, muitas vezes, a ficar desgastado e sem estímulo.

Sabe-se que o ser humano tem grande necessidade de ser ouvido, acolhido e valorizado contribuindo dessa forma para uma boa imagem de si mesmo. Neste sentido, a afetividade está intimamente ligada à construção da autoestima. Sendo assim, sua importância em toda relação é fundamental para os sujeitos envolvidos. Logo, a relação entre professor e aluno, deve ser mais próxima possível, pautada em partilha de sentimentos e respeito mútuo das diferentes ideias.

O suíço Pestalozzi (apud FERRARI, 2004), afirmava que a função principal do ensino é levar as crianças a desenvolver suas habilidades naturais e inatas e que "o amor deflagra no processo de auto educação". De acordo com o autor é de grande importância os sentimentos afetivos para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e para a construção de sua própria autonomia.

O afeto apresenta várias dimensões, incluindo os sentimentos subjetivos como amor, raiva e tristeza, e aspectos expressivos como sorrisos, gritos e lágrima. Segundo SEBER (1997), dentro da teoria de Piaget, o afeto se desenvolve no mesmo sentido que a cognição ou inteligência e, é responsável pela ativação intelectual. Com suas capacidades afetivas e cognitivas expandidas através da contínua construção, as crianças tornam-se capazes de investir afeto e ter sentimentos validados nelas mesmos. Neste aspecto, a autoestima mantém uma estreita relação com a motivação ou interesse da criança para aprender. O afeto é o princípio norteador da autoestima.

ISSN 2316-8021

Como define BRIGGS (2000) sobre a importância da afetividade na vida de uma criança como: "Ajudar as crianças a desenvolver sua autoestima é a chave de uma aprendizagem bem sucedida". Logo, as intenções dos professores terão maiores possibilidades de se concretizarem se as convivências com os alunos lhes proporcionarem satisfação por ser quem são. Não se pode desconhecer, ou ignorar, a característica mais importante da criança – seu grau de autor respeito.

RELAÇÃO PROFESSOR x ALUNO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Segundo Fernández "Para aprender, necessitam-se dois personagens (ensinante e aprendente) e um vínculo que se estabelece entre ambos. (...) Não aprendemos de qualquer um, aprendemos daquele a quem outorgamos confiança e direito de ensinar". De acordo com o autor a aprendizagem não está simplesmente ligada a alunos, professores, conteúdos escolares, livros e escritos, no entanto existe uma base afetiva permeando essas relações.

Ser professor não se constitui em uma simples tarefa de transmissão de conhecimento, pois vai mais além e também consiste em despertar no aluno valores e sentimentos como o amor ao próximo e o respeito, entre outros.

Para Rodrigues:

> "o educador não é simplesmente um repassador de conhecimentos para seus alunos, pois o seu papel é bem mais amplo, porque ultrapassa uma simples transmissão de conhecimentos."

Já Rangel, explica que:

> "O relacionamento entre professor e aluno deve ser de amizade, de troca, de solidariedade, de respeito mútuo, enfim, não se concebe desenvolver qualquer tipo de aprendizagem, em um ambiente hostil."

Mas não devemos esquecer que o respeito que a criança tem pelo adulto é unilateral, dando origem a dois sentimentos distintos: afeto e o medo; mas simultaneamente percebidos pela criança quando envolvidas em situações resultantes das suas 'desobediências.

Na compreensão de PIAGET (1995), é da existência desses dois sentimentos que surge o respeito unilateral. Como exemplo, ele diz que uma criança não irá desobedecer às ordens do irmão a quem tem afeto, se por ele não sentir também um pouco de medo; assim como não respeitará um adulto que tenha medo, se por ele não houver algum sentimento de estima. Por isso é que, para Piaget, se houver afetividade há possibilidade de pôr em prática o respeito mútuo, tão necessário para o desenvolvimento das relações pessoais em qualquer que seja o meio humano e, através dele, a aprendizagem flui com mais facilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de fato que todo trabalho envolva algum investimento afetivo por parte do trabalhador, tanto na relação estabelecida com os outros quanto na relação estabelecida com o produto do trabalho. No caso do professor, porém, a relação afetiva é parte obrigatória do próprio exercício do trabalho, pois é mediante o estabelecimento de vínculo. afetivos que ocorre o processo de ensino-aprendizagem. Retoma-se, neste contexto, que Para Wallon (1975), a afetividade desempenha um papel fundamental na constituição e funcionamento da inteligência, determinando os interesses e necessidades individuais, possibilitando avanços progressivos no campo intelectual, ou seja, para ele, são os motivos, necessidades, desejos que

dirigem o interesse da criança para o conhecimento e conquista do mundo exterior. Desta forma, faz-se necessária a conscientização do professor quanto ao seu importante papel na relação com os alunos: é o principal mediador em sala de aula, é quem planeja as aulas, organiza todos os espaços, disponibiliza materiais, promove e participa das brincadeiras, mediando à construção do conhecimento. Como se constatou pelos estudos e pelas atividades realizadas, percebemos que direta ou indiretamente contribuímos para mudanças significativas na postura de alguns professores diante de dificuldades no relacionamento com alunos.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL, Regimento Interno da Escola Municipal de Educação Básica Jovelina Saldanha da Cunha Lima, 2003.
2. BRIGGS, Dorothy C. **A auto-estima do seu filho.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
3. FERNANDÉZ, A. (1991) **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas.
4. FERRARI, Márcio. J.H. Pestalozzi: o teórico que incorporou o afeto à pedagogia. Revista *Nova Escola*. Grandes Pensadores. n. 0171. abril. 2004.
5. RANGEL, Ana Cristina Souza. **Educação matemática e a construção do número pela criança:** Uma experiência em diferentes contextos sócios – econômicos. Porto
6. RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
7. SALTINI, Cláudio J. .Afetividade e inteligência. Rio de Janeiro: DPA,1997.
8. SEBER, Maria da Glória. **Piaget: O diálogo com a criança e o desenvolvimento do** raciocínio. São Paulo: Spicione, 1997.
9. KLEIN, L. R. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar**. São Paulo: Cortez. 1996.
10. WALLON, H**. Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa 1975.

GT 17.

Direito do Trabalho e Direito Administrativo: ideias para o futuro

O papel do professor da EJA frente à evasão escolar
The role of the EJA teacher in the face of school dropout

Janecleson Ferreira de Mélo

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo tratar sobre as consequências e causas da evasão escolar na educação de jovens e adultos – EJA. Partindo desse pressuposto presumiu-se desenvolver ações voltadas para a prevenção da evasão escolar, o primeiro passo foi verificar junto à direção da escola, as causas que levaram os alunos à evasão escolar, o segundo passo foi elencar a consequências que acarretaria na sua vida profissional. Começamos com uma metodologia bem simples, onde firmamos parcerias com alguns amigos profissionais no município, onde os alunos puderam tirar suas dúvidas, mostrando-se e tornando-se atrativas através das rodas de conversas, discussão e interação com os alunos. Após partiu-se para intervenção com os alunos, que se constituíram em momentos de reflexões. Com bases nos motivos que corroboraram para que os alunos abandonassem a sala de aula, buscou-se práticas construtivistas, que motivassem esses alunos a manterem-se frequentando as aulas, apontando um ambiente afetivo e acolhedor que, propiciasse aprendizagem, tendo em vista o vínculo com os alfabetizandos no processo de ensino-aprendizagem e a transformação da escola num espaço agregador das práticas sociais, inspirada na concepção de educação com qualidade social, para conquistar as condições necessárias exigidas no mercado de trabalho.

PALAVRA-CHAVE: Motivação, Educação, Alunos.

ABSTRACT: This work aims to address the consequences and causes of school dropout in the education of youth and adults - EJA. Based on this assumption, it was assumed to develop actions aimed at preventing school dropout, the first step was to check with the school management, the causes that led students to drop out of school, the second step was to list the consequences that it would have in their professional life . We started with a very simple methodology, where we entered into partnerships with some professional friends in the municipality, where students were able to clear their doubts, showing themselves and becoming attractive through conversation circles, discussion and interaction with students. Afterwards, he left for an intervention with the students, who constituted moments of reflection. Based on the reasons that corroborated for students to leave the classroom, constructivist practices were sought, which motivated these students to keep attending classes, pointing out an affective and welcoming environment that would provide learning, in view of the bond with literacy students in the teaching-learning process and the transformation of the school into an aggregating space for social practices, inspired by the concept of education with social quality, to achieve the necessary conditions required in the labor market.

KEYWORD: Motivation, Education, Students.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o papel do professor frente à evasão escolar, a educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821).

O ensino dos jesuítas tinha como fim não apenas a transmissão de conhecimentos científicos, escolares, mas a propagação da fé cristã. A história da educação de jovens e adultos

no Brasil no período colonial se deu de forma assistemática, nesta época não se constatou iniciativas governamentais significativas.

Os métodos jesuíticos permaneceram até o período pombalino com a expulsão dos jesuítas, neste período, Pombal organizava as escolas de acordo com os interesses do Estado, com a chegada da família Real ao Brasil a educação perdeu o seu foco que já não era amplo.

A constituição de 1937 foi criada com o objetivo de favorecer o Estado, pois o mesmo tira a sua responsabilidade; uma população sem educação (educação para poucos) torna a sociedade mais suscetível a aceitar tudo que lhe é imposto; logo se entende que esta constituição não tinha interesse que o conhecimento crítico se propagasse, mas buscava favorecer o ensino profissionalizante, naquele momento era melhor capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias.

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um "fazedor de cultura" e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Na década de 90 emergiram iniciativas em favor da Educação de Jovens e Adultos-EJA, o governo incumbiu também os municípios a se engajarem nesta política, ocorrem parcerias entre ONG's, municípios, universidades, grupos informais, populares, fóruns estaduais, nacionais e foi através dos Fóruns a partir de 1997 a história da Educação de Jovens e Adultos-EJA começa a ser registrada no intitulado "Boletim da Ação Educativa".

É notório que nesta fase da história da Educação brasileira, a EJA possui um foco amplo, para haver uma sociedade igualitária e uma educação eficaz é necessária que todas as áreas da educação sejam focadas e valorizadas, não é possível desvencilhar uma da outra.

Introduzimos um projeto na escola na participação de projetos inovadores, feiras na escola apresentação de desfiles entre os alunos, dentre esses eles puderam fazer várias descobertas, tendo sido sua culminância uma noite marcada como a noite das estrelas.

O professor tem que ter em si a permanência dos alunos na instituição de ensino com uma metodologia inovadora, com rodas de conversa, discussão e palestras com profissionais de diversos setores como: saúde, educação, cidadania, emprego e renda, com essa perspectiva temos a certeza de que os alunos da EJA, jamais irão se evadir.

DESENVOLVIMENTO

A educação tem um papel importante no processo de formação de qualquer indivíduo dentro da sociedade, e a instituição de ensino por sua vez desempenha um papel primordial no desenvolvimento de qualquer sujeito oferecendo perspectivas para a ampliação da cidadania de um povo, e sendo palco para diversas interações.

A evasão escolar está dentro dos temas que mais faz parte historicamente de debates e discussões na educação pública brasileira, e que ocupa até os dias atuais um espaço de grande relevância no cenário das políticas públicas e da educação brasileira. Em fase das discussões sobre a evasão escolar, em parte, tem tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional. A lei de Diretrizes e Bases da Educação è bastante clara a esse respeito.

> Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1997, p.2).

A respeito disso, o que se tem observado é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos brasileiros, assim no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. Trabalhar com jovens e adultos, em um processo de escolarização, constitui-se num mister desafiador, pois estamos lidando com pessoas que se encontram em uma faixa etária diferente daquela que comumente encontramos nas salas de aula de Ensino Fundamental e Médio. São pessoas que, por diferentes motivos, não conseguiram ou não puderam frequentar a escola no tempo regular.

Após ser constatado esse problema, partiu-se para uma pesquisa na comunidade escolar, através de um questionário respondido pelos próprios alunos na comunidade escolar, pudemos perceber o que levaria a evasão de vários alunos.

Neste sentido, nos deparamos muitas vezes com a pouca experiência do professor para lidar com tais conflitos, levando-o a sentir-se despreparado para este desafio, por esta razão acreditamos ser necessário que a graduação em pedagogia viabilizasse além das disciplinas que proveem os conhecimentos, a promoção das interfaces com experiências dos alunos (futuros professores) obtidas em seus estágios, para ajuda-los a intervir na realidade das classes de EJA.

Na educação de jovens e adultos – EJA, ainda escuta-se muitos relatos de alunos sobre o seu passado as histórias refletem a realidade de muitos alunos ainda hoje, muitos relatam que, a caneta que ganhavam era uma enxada para trabalhar na roça junto a seus pais, para poder ajudar na sobrevivência da família.

Antigamente os alunos não tinham a visão que, muitos tem hoje, hoje muitos dos alunos da Educação de Jovens e Adultos-EJA tem uma visão diferente, pensam grande, no sentido de aprimorar os seus conhecimentos, e de melhorar de vida, no sentido de fixarem-se em um bom emprego com uma carreira promissora. Quem trabalha com uma turma de EJA sabe muito bem das imensas dificuldades de mantê-los em sala de aula, pois os mesmos já vêm de um dia de trabalho cansativo e até com problemas pessoais muitas vezes, onde o professor tem que está apto a lidar com todos estes problemas em sala de aula.

O professor da Educação de Jovens e Adultos-EJA, deve se planejar aulas que tenham relação com suas vidas e com o seu cotidiano, desde que não seja uma versão infantilizada, fazendo com que, eles sintam-se motivados e atraídos pelas as aulas ministrada pelo professor.

Por esta razão uma das preocupações que me inquietam é a vulnerabilidade dos professores do ponto de vista emocional, pois podemos perceber a fragilidade de muitos deles diante das situações comuns em salas de aula. É notório que o conhecimento pressupõe um caminho de prazer e dor simultaneamente, ou seja, o prazer sentido no momento em que adquirimos o conhecimento e a dor ao nos defrontarmos com as dificuldades inerentes a alguns processos de aprendizagem.

O professor da EJA, em seus primeiros dias de aula tem que, mostrar para os alunos que as aulas modernizaram-se tendo como tópicos essenciais, os debates, as rodas de conversas, as socializações, as discussões, os vídeos e os seminários, fazendo com que as aulas se tornem interativas e atrativas. Ainda existem alunos que quando o professor utiliza estes métodos, ainda são taxados de professor preguiçosos e não faz nada, nós como professores temos e devemos mudar, aguçando o senso crítico dos alunos que ainda tem na cabeça esta mentalidade, temos que promover discussões e debates para mudar esta realidade.

Na atualidade, as escolas e todo o corpo docente, juntamente com seus alunos tem que apresentar uma proposta inovadora, envolver e promover eventos culturais dentro das escolas, envolvendo e resgatando a cultura que muitos vão deixando para trás, e muitas vezes estão

sendo esquecidas até mesmo por familiares, então a escola tem todo o direito de fazer este resgate deixando os alunos envolvidos na cultura brasileira.

A motivação para manter os alunos frequentemente nas aulas dá-se através de um professor bem preparado e especializado para aquele nível, é muito comum você escutar de muitos alunos que, nunca saíram muitas vezes do próprio município onde residem, nunca conheceram um shopping, um teatro, e até mesmo um museu onde são expostos artefatos, esculturas antigas, e utensílios de décadas passadas.

Para motivar estes alunos, nós professores temos e devemos elaborar projetos voltados para pesquisa, visitação e exposições, as turmas de EJA são parte fundamental da comunidade escolar, e é de fundamental importância para o sucesso da aprendizagem, estimulando a frequência, evitando assim a evasão escolar por parte do estudante.

Muitas escolas trancam suas bibliotecas, laboratórios e salas de informáticas, fazendo com que os alunos da EJA não tenham acesso a estes recintos, e muitas vezes são excluídos de festas na própria escola, onde muitas vezes a escola ao invés de atrair ela própria expulsa. O aluno da EJA deve compreender que, o estudo faz toda diferença na sua vida, e é através de seu esforço que você conseguirá mudar a realidade de sua vida.

Muitos alunos da EJA quando chegam na sala de aula não tem coragem nem de abrir a boca com uma timidez tremenda, muitos nunca foram na escola vem cansado de um dia de trabalho com a autoestima baixo, por isso que muitas vezes o professor deve tomar coragem e se dispor de um planejamento para que, evite-se a evasão escolar e os alunos não se afaste da sala de aula.

Dentre as ações que podem ser tomadas para evitar a evasão escolar:

- Primeiro o professor tem que tomar uma atitude e voltar a estudar não é vergonha, e sim força de vontade para vencer os obstáculos alcançar os objetivos de ter a formação acadêmica concluída e chegar aonde quer, e poder mudar a realidade de centenas de alunos, que muitas vezes, acabam desistindo por causa de um professor despreparado.
- Ajudar ao aluno identificar seus valores, e mostrar que o estudo pode mudar sua vida profissional, por meios de atividade ligadas ao seu cotidiano, o aluno pode conseguir o que tanto almeja;
- Elaborar aulas dinâmicas e estimulantes, para que os alunos sintam-se atraídos;
- Ser receptivo para conversar com os alunos e ao mesmo tempo escutá-los;
- Mostrar que a aula é um momento de troca de conhecimentos, onde o professor irá aprender também com seus alunos;

"Segundo Paulo Freire 2011 p 219-226, o professor aprende ao ensinar, e ensina ao aprender". É através do relato e do debate que, os alunos trazem suas histórias de vidas, acontecimentos do dia a dia, e nestas ou nestes debates é aonde existe a troca de conhecimentos entre professor e aluno. É de fundamental importância que, o debate dentro da sala de aula torne a aula mais interativa, é o momento em que o aluno irá tirando aos poucos sal timidez, tornando o aluno interagido nos temas em discussão.

"Segundo Bezerra2006 p7, o principal é ajudar o professor a entender que adultos aprendem de forma diferente da criança e do adolescente e tem uma vida mais complexa, com emprego, família para sustentar, e muitas vezes problemas, preocupações e estresse, fatores que influenciam muito na aprendizagem deles". Não é por acaso, a evasão escolar é uma das grandes dificuldades hoje no Brasil. As turmas apresentam diversidade acentuada, com relação ao tempo fora da escola e ao contato com a escrita, e com frequência têm ideias já enraizadas.

Diante destes impasses, constatamos o sentimento de desencanto que atinge muitos professores ao se depararem com essas dificuldades de aprendizagem dos alunos e seu aparente desinteresse como consequência.

A evasão escolar, não é um problema restrito apenas de algumas unidades de ensino, mas sim uma questão nacional, vivenciada por toda sociedade brasileira, e vem preocupando um relevante papel nas discussões educacionais no grande cenário brasileiro, assim como as

questões do analfabetismo e valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho, que alguns profissionais enfrentam.

Neste sentido, entende-se que, os professores precisam doar-se mais para que, o processo de educação formal de jovens e adultos aconteça de uma maneira natural e com qualidade, pois a educação é um processo que deve acontecer de forma espontânea, dando oportunidade para o conhecimento.

Até o final dos anos 50, a alfabetização de jovens e adultos não dispunha de um referencial teórico, sendo utilizados os mesmos procedimentos e recursos metodológicos com crianças no ensino aprendizagem, e não com jovens e adultos. Vejamos a seguinte informação:

> As iniciativas e ações que ocorrem neste período passam das reflexões e decisões a cerca de um referencial teórico para a área .... essas hipóteses podem ser confirmadas através do comportamento de alguns educadores que, durante muito tempo reagiram à idéia de mudar a forma de ensino para crianças adaptando-as através de recursos didáticos à jovens e adultos (MOURA, 2001, p.26).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na visão de Moura (2001), foi difícil para os educadores, na época em que trabalhavam com jovens e adultos, seguirem uma linha metodológica orientadora, pois tudo o que foi produzido na época foi recolhido pelo período revolucionário. Diante deste quadro aumentou o grau de desigualdade social em todas as regiões do país.

Dessa forma de acordo com pensamento de Moura, passaram a existir poucas escolas no sentido da formação conceitual, currículos elaborados e definidos, mas dentro de um sistema tradicional totalmente conteudista, na qual o aluno era um mero acumulador dos conhecimentos científicos repassados pelos mestres em sala de aula.

A preparação era com conteúdos e as formas metodológicas absolutas sem significação para o alunado, e mesmo assim eram privilégios de poucos a compartilhar desses saberes na época. Mediante as dificuldades da evolução na escola pública brasileira, gerou sérios problemas no desempenho do aluno, atrasando todo processo escolar e dificultando a sua distorção de idade/série, e excluindo-o mais ainda o jovem que, sentiu-se incapaz de aprender ou dominar os conteúdos estabelecidos pelas escolas públicas brasileiras.

Além desses construtores teóricos, a proposta precisa está iluminada pela prática, com base nos grandes teóricos e defensores da alfabetização para jovens e adultos, tendo sempre por trás uma experiência e uma prática testada, voltada aos propósitos de mudanças das classes menos favorecidas, principalmente aos trabalhadores.

O desafio está na necessidade de se preparar aulas e materiais adequados à heterogeneidade das turmas, em construir um ambiente que atenda às demandas tanto dos mais jovens quanto dos mais adultos. Enfrentar a heterogeneidade é, portanto, um desafio cotidiano para a prática pedagógica de professores e professoras que atuam nessa modalidade (SAMPAIO, 2010).

A presença de alunos com faixa etárias tão discrepantes em uma mesma sala de aula requer dos educadores um cuidado especial na preparação das aulas e na seleção do material utilizado, visando sempre atender as diferentes necessidades da cada grupo. No processo de análise, nota-se também que a convivência entre os jovens e as pessoas idosas pode ser conflituosa, tais conflitos se torna mais um desafio para o professor em sala de aula, cabe ao professor a tarefa de administrá-los.

O jovem possui a característica de fazer várias atividades simultaneamente, já o aluno idoso necessita de foco, pois está propenso a distrair-se facilmente, diante disso o professor não

pode negligenciar a administração das relações entre os adolescentes e as senhoras e os senhores de idade avançada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto foi possível rever alguns aspectos da educação de jovens e adultos, tais como o histórico da EJA e sua evolução, a formação do professor e suas práticas de ensino, além de constatar que a EJA é uma educação possível. Ao longo dos anos, o avanço da tecnologia e da economia tem feito com que as pessoas sintam necessidade de retornar à sala de aula para aprimorar seus conhecimentos ou conseguir um diploma atestando uma escolarização mais elevada.

Considerando a trajetória da EJA no Brasil, este tem sido pautado por campanhas ou movimentos desenvolvidos, a partir da administração federal, com envolvimento de organizações da sociedade civil, visando à realização de propostas ambiciosas d eliminação do analfabetismo e formação de mão-de-obra, em curtos espaços de tempo.

Nos dias de hoje a alfabetização não visa somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho é também necessário que a escola desenvolva no aluno suas capacidades, em função de novos saberes que se produzem e que demande um novo tipo de profissional, que o educando obtenha uma formação indispensável para o exercício da cidadania.

Desta maneira conclui-se que, a diversidade, não somente a etária, mas o social, cultural, étnico racial, sexual entre outras, exige do educador dessa modalidade uma formação específica e continuada. Entende-se que, o educador que irá trabalhar com a complexidade da EJA, não pode ser um professor aligeirado, ou apenas um voluntário idealista motivado pela boa vontade.

O campo da Educação de Jovens e Adultos possui especificidades que requer um profissional que esteja preparado e qualificado profissionalmente para a função. O educador precisa conhecer quem são os jovens, adultos e idosos que estão frequentando as salas de aula de EJA, saber suas especificidades e expectativas em relação à educação, para que possam de fato lhes oferecer uma educação de qualidade. É preciso considerar que juventude e velhice não são categorias homogêneas, ou seja, existe heterogeneidade dentro de cada grupo.

Portanto, nota-se que é necessário que o educador esteja atento não somente as diferenças etárias, mas a todas as diversidades presentes na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

É oportuno lembrar que todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos-EJA, nossos governantes devem implantar políticas públicas integradas para a EJA, às escolas devem elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos e não seguir modelos prontos, os professores devem estar sempre atualizados com seus conhecimentos e métodos de ensino, os alunos devem sentir orgulho da EJA e valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar e ampliar seus conhecimentos.

À sociedade deve contribuir com a Educação de Jovens e Adultos-EJA não discriminando essa modalidade de ensino nem seus alunos, e por fim, as pessoas em geral que conhecerem um adulto analfabeto devem conversar da importância da educação e incentivá-los a procurar uma escola de Educação de Jovens e Adultos- EJA.

REFERÊNCIAS

1. BARCELOS, V. Educação de Jovens e Adultos: **Currículos e práticas pedagógicas**. Petrópoles: Vozes, 2010.
2. BEZERRA, E. da C. **Saberes e Competências**. In: Nova Escola, Editora Abril, Fundação Victor Civita, Junho/Julho 2011
3. COURA, Isamara Grazielle Martins. **A terceira idade na educação de jovens e adultos:**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Minas Gerais, 2007.

4. FREITAS, Jussara da Rocha. **Alunos e alunas da classe trabalhadora na escola noturna: obediência e resistência**. Porto Alegre, 1994. Dissertação (Mestrado) – PUC-RS.
5. GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: **Teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2010.
6. Paulo Freire, **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. 45ª rep. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.
7. Políticas e Educação: ensaios, , 120 págs., Ed. Cortez, 14 reais.
8. Site disponível em: https://pedagogiaaopedaletra.com/historico-da-eja-no-brasil/. Ele é um instantâneo da página com a aparência que ela tinha em 19 ago. 2020 03:12:37 GMT.

GT 18.

Processos formativos em espaços não-escolares

ISSN 2316-8021

Representatividade negra em literatura infanto-juvenil: Experiência de contação de história em biblioteca comunitária da periferia de Olinda
Black representation in children's literature: Experience of storytelling in a community library on the outskirts of Olinda

Maria Jaciara dos Santos Silva

RESUMO: O presente trabalho relata uma experiência de contação de história em uma biblioteca comunitária chamada Biblioteca Multicultural Nascedouro localizada no bairro de Peixinhos na cidade de Olinda-PE. A referida experiência foi fruto de um curso de extensão "Interseccionalidade, Feminismos e Decolonialidade: tramas e urdiduras", oferecido pelo GEPCOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas. No meio de tantas produções realizada no curso, o foco principal dessa experiência foi a contação do livro "Espelho, espelho meu, existe alguém mais bonita que eu?" escrito pelas autoras Maria Jaciara, Graziella Moura, ilustrado por Viviane Michele, estudantes que fazem parte do curso. O objetivo desse relato de experiência foi observar como as crianças recebem a histórias e enxergam os personagens negros, introduzindo o debate acerca do racismo com o público infantil. As primeiras representações de personagens negros foram em torno do início do séc. XX pós-abolição da escravidão no Brasil, às representações realizadas, no entanto, eram sempre ligadas com as suas trajetórias de dor e sofrimento com sua imagem estereotipada e estigmatizada, imagem esta construída por uma perspectiva eurocêntrica e enviesada por uma lógica racista. A metodologia abordada para contar as histórias foi utilizar os mediadores da biblioteca comunitária para ler a narrativa e recepcionar os estudantes do 3° ano do ensino fundamental da Escola Municipal Monteiro Lobato, na maioria crianças entre 6 e 10 anos. Após a recepção, o mediador realizou a contação e depois foi aberto um diálogo com as crianças sobre a história com as escritoras. A contação tratava da história de uma menina negra que não gosta de sua aparência, e por isso não se sente confortável para participar de um concurso de beleza. A obra chama-se "Espelho, espelho meu, existe alguém mais belo que eu? Esta narrativa foi escrita pelas participantes do curso de extensão como contrapondo as contos de fadas amplamente narrados que impõem um padrão de beleza universal da branquitude. Partimos da compreensão que, a escrita de obra que tratem das temáticas raciais e de gênero, a partir de um outro ponto de vista, pode se tornar um instrumento relevante para discutir-se entre os(as) educadores(as) sociais, professores(as), estudantes e familiares sobre as questões de empoderamento feminino, gênero e relações étnico-raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade, literatura, biblioteca, infantil, negro.

ABSTRACT: The present work reports a storytelling experience in a community library called Biblioteca Multicultural Nascedouro located in the neighborhood of Peixinhos in the city of Olinda-PE. This experience was the result of an extension course "Intersectionality, Feminisms and Decoloniality: wefts and warps", offered by GEPCOL - Group of Studies and Research on Power, Culture and Collective Practices. In the midst of so many productions carried out in the course, the main focus of this experience was the telling of the book "Mirror, my mirror, is there anyone more beautiful than me?" written by the authors Maria Jaciara, Graziella Moura, illustrated by Viviane Michele, students who are part of the course. The purpose of this experience report was to observe how children receive stories and see black characters, introducing the debate about racism with children. The first representations of black characters were around the beginning of the century. XX post-abolition of slavery in Brazil, the representations made, however, were always linked with their trajectories of pain and suffering with their stereotyped and stigmatized image, an image built by a Eurocentric perspective and biased by a racist logic. The methodology used to tell the stories was to use the mediators of the community library to read the narrative and welcome students from the 3rd year of elementary school at Escola Municipal

ISSN 2316-8021

Monteiro Lobato, mostly children between 6 and 10 years old. After the reception, the mediator made the count and then a dialogue with the children about the story with the writers was opened. The story was about the story of a black girl who does not like her appearance, so she does not feel comfortable participating in a beauty contest. The work is called “Mirror, mirror of mine, is there anyone more beautiful than me? This narrative was written by the participants of the extension course as contrasting the widely narrated fairy tales that impose a universal beauty standard of whiteness. We start from the understanding that, the writing of works that deal with racial and gender themes, from another point of view, can become a relevant instrument to discuss among social educators, teachers (as), students and family members on the issues of female empowerment, gender and ethnic-racial relations.

KEYWORDS: Representativeness, literature, library, children's, black.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata a experiência de contação de história em uma biblioteca comunitária localizada na periferia de Olinda, a Biblioteca Multicultural Nascedouro de Peixinhos. Esta experiência foi fruto do curso de extensão “Interseccionalidade, Feminismos e Decolonialidade: tramas e urdiduras”, oferecido pelo GEPCOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas, no qual houve uma produção literária destinada ao público infantil. Neste sentido, este material tem como objetivo servir de apoio para educadores(as) populares, professoras(es) e estudantes de escolas públicas do estado de Pernambuco na abordagem das perspectivas de interseccionalidade, decolonialidade e feminismos, apresentando uma linguagem que sejam acessíveis ao público infanto-juvenil. Dessa forma, possibilitar que tais agentes da educação possam trabalhar esses conteúdos em sala de aula, bibliotecas comunitárias e demais espaços educacionais. Para tanto, apontamos e abordamos como metodologia a contação de história como caminho possível para atingir tais fins. Na nossa experiência realizamos contação de história com estudantes do 3° ano do ensino Fundamental da Escola Municipal Monteiro Lobato, observando a partir do diálogo com as narrativas como as crianças retratam a questão da beleza e representações dos personagens de negros (as).

METODOLOGIA

Para atingirmos o objetivo proposto selecionarmos histórias que abordam personagens negros (as) e a partir da contação da narrativas abordadas levantamos questões das perspectivas de interseccionalidade, decolonialidade e feminismos. A contação de história ocorreu na Biblioteca Multicultural Nascedouro, local onde recebemos os estudantes do 3° ano do ensino fundamental da Escola Municipal Monteiro Lobato. No nosso encontro, selecionamos para estes estudantes a história “Espelho, espelho meu, existe alguém mais belo que eu? Esta narrativa foi escrita pelas participantes do curso de extensão como contrapondo as contos de fadas amplamente narrados que impõem um padrão de beleza universal da branquitude. Nesta versão o conto expõe o drama de uma menina negra que não gosta de sua aparência, e por isso não se sente confortável para participar de um concurso de beleza.

Para trabalhamos a narrativa, dividimos a dinâmica da contação em sete momentos. No primeiro momento, os responsáveis pela mediação receberam as crianças afetuosamente, buscando deixá-las à vontade no espaço que haviam pensado e preparado anteriormente. No segundo momento, após a recepção, todos(as) ficaram em círculo em pé e o mediador cantou a “canção do cajueiro”, que já era conhecida pelas crianças, porque tinha feito parte de outro projeto vivenciado por eles(as) durante o ano.

No terceiro momento, foi realizado a leitura compartilhada que todos(as) foram convidados(as) a sentar em círculo para ouvir a leitura da obra. O mediador, realizou a leitura, mostrando as ilustrações do livro para as crianças acompanharem. No quarto momento,

ISSN 2316-8021

realizamos o experimento do espelho onde as crianças, professor, mediador e escritoras receberam um pequeno espelho de mão para que pudessem se olhar. Todos(as) foram orientados(as) a observar seu rosto durante um tempo e depois falarem para o grupo o que viram.

No quinto momento, ocorreu o diálogo do experimento do espelho que se transformou em um debate sobre o livro e os padrões de beleza que são estabelecidos pela sociedade. No sexto momento, as autoras revelam e falam sobre si e sobre a obra. No último momento, as crianças foram orientadas a se apresentarem num desenho e colocá-lo dentro de um livro do acervo. Através do desenho um(a) possível leitor(a) do livro que elas escolheram podem conhecer um pouco de cada um(a).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante o final do século XIX, devido ao período escravocrata e às teorias racialistas, instaurou-se na sociedade brasileira o imaginário que categoriza a população negra como inferior, no campo social, cultural e psíquico, sendo este tipo de discurso reproduzido e reforçado por duas correntes de pensamentos transplantadas da Europa: o Darwinismo Social e o Positivismo. Conforme aponta Schwarcz (1993), os pressupostos de tais correntes não se limitavam ao ambiente científico e acadêmico, mas se expandiram para o pensamento social brasileiro.

O campo literário de determinada época, como estava inserido neste tempo-espaço ou contexto social, inevitavelmente refletia em suas obras o imaginário social brasileiro; os(as) negros(as) que eram inferiorizados(as) dentro de uma escala ou hierarquia social, "foram por muito tempo excluídos das páginas dos livros"(FARIAS, 2018, p. 19).

Através do levantamento bibliográfico de textos produzidos pelas autoras Farias (2018), Castilho (2004) e Gouvêa (2005) – pesquisadoras que estudam a representação do negro no campo literário – é possível afirmar que os(as) personagens passaram por fases dentro desta área, indo da ausência e inferiorização à valorização. Sob este aspecto, a representação do(a) negro(a) dentro deste grande campo está estreitamente relacionado com as relações sociais, com seu imaginário e com suas transformações, como veremos a seguir.

Em decorrência da falta de reconhecimento e da desvalorização na sociedade, os(as) personagens negros(as) eram quase inexistentes em obras literárias. Contudo, após um determinado tempo, quando estes(as) personagens começaram a aparecer, era na presença de pretos e pretas velhas, onde "estes eram, na grande maioria, coadjuvantes e estavam geralmente na posição de empregados, o que remete ao recente passado escravocrata" (FARIAS, 2018, p. 20).

Os(as) personagens negros(as) em sua juventude dificilmente apareciam dentro das histórias, pois havia um grande estereótipo que cercava este grupo, o qual era apenas percebido como"perigoso, ladrão, mendigo, um reflexo do jovem negro na sociedade urbana pós abolicionismo" (Idem, p. 22).

O aspecto marcante nestes(as) personagens era a representação de seus traços negróides acompanhados de um grande exagero e estigmas, com "descrições de feiura e bestialidade" (CASTILHO, 2004, p. 106). De acordo com Kilomba (2010), o negro se tornou a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer se parecer; a representação do negro não corresponde de fato com a realidade, mas sim com as fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser.

Podemos notar que os(as) personagens negros(as) não eram protagonistas ou possuíam papel de destaque dentro das narrativas, estavam presentes apenas como coadjuvantes e possuíam "nomes que limitavam a reforçar a cor da sua pele, como: negrinho, negrinha, o preto, a pretinha, entre outros" (GOUVÊA, 2005, p. 79), os quais reduziam a pessoa negra à cor de sua pele e aos estereótipos atribuídos a este segmento da sociedade.

Essa análise é importante para apontar a ausência de fala desses(as) personagens, refletindo as relações de poder que atravessam o contexto social. Assim, Kilomba (2010) afirma que:

ISSN 2316-8021

> A boca torna-se o órgão muito especial, ela simboliza a fala e enunciação. No âmbito do racismo a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, ela representa o órgão que os(as) brancos(as) querem – e precisam – controlar e, consequentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido. (p. 172)

O silenciamento que a população negra é relegada é notável, tanto na esfera social quanto no campo literário. Esta realidade apenas reflete a violência dos processos de silenciamento que a população negra foi e é submetida, logo percebemos a necessidade de se "interromper com o regime da autorização discursiva"(RIBEIRO, 2017, p. 55-56), dentro de uma lógica de poder discursiva que autoriza quem pode e quem não pode falar – discurso no sentido foucaultiano.

O discurso racista foi constituído no meio social e assim refletido no campo literário, entendendo aqui discurso não "como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social" (Idem, p. 56), e ainda complementando, para melhor compreensão, o discurso se constitui "como práticas que formam sistematicamente os objetos que falam" (FOUCAULT, 1987, p. 56).

A representação do negro dentro desta área ganhou uma nova roupagem a partir dos anos 80, pois como afirma Castilho (2004) este movimento se deu com "resultados de pesquisas, estudos, propostas no campo acadêmico e literário somadas a movimentos a favor da não-discriminação" (p. 110), os quais visavam a reconstrução da imagem do(a) negro(a) no campo literário e na esfera social.

Desde lá há um esforço de autores(as) negros(as) para desconstruir estereótipos negativos presentes em literaturas infanto-juvenis, buscando trazer a questão da representatividade para crianças negras, assim valorizando as suas tradições e contribuindo para a formação da identidade negra na infância.

Uma "Reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito de ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida" (RIBEIRO, 2017, p. 43). As mulheres negras, por sua vez, estão conquistando seu espaço no campo literário, em seu papel de escritoras, reivindicando a própria existência por meio da literatura, dedicando-se a escrever livros infanto-juvenis que apresentam personagens negros e negras como protagonistas, construindo uma nova narrativa – ou imagem – sobre o que é ser negro(a) a partir de suas experiências e vivências enquanto pessoas negras.

A representação do(a) negro(a) dentro do campo literário, como vimos anteriormente, foi deturpada e associada a uma inferioridade estética, cultural e intelectual. Tal imagem foi construída pelo colonizador, posto que ele nos definia; era o outro falando sobre nós a partir de uma lente racista. Outrossim, há uma grande importância de nós, negros(as), autodefinirmo-nos. Os(as) escritore(as) negro(as) possuem também um papel político na luta antirracista, pois atuam na intenção de reconstruir uma representação do(a) negro(a) que condiz com a realidade.

Entendendo que essa representação possui grandes contribuições para o campo social, psíquico e cultural do(a) negro(a), do ponto de vista educativo, Suely Dulce Castilho, afirma que:

> Esse processo de discriminação pode estar comprometendo tanto a formação da criança negra quanto da branca. Para criança branca, essas obras literárias podem reforçar a ideologia de superioridade e supremacia de sua "raça", por outro lado, pode subestimar estigmatizar e em muitos casos fragmentar a auto-estima da criança negra. (CASTILHO, 2004b, p. 109)

A ausência de pessoas negras nas histórias infantis acaba acarretando sérias consequências no imaginário infantil. Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para

ISSN 2316-8021

além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos, conforme propõe Ribeiro (2017, p. 35). Desse modo, o olhar dos(as) autores(as) negros(as), demonstra, que a população negra ocupa um lugar, pois "Patrícia Hill Collins fala da importância das mulheres negras fazerem um uso criativo do lugar de marginalidade que ocupam na sociedade a fim de desenvolverem teorias e pensamentos que refletem diferentes olhares e perspectivas" (Idem, p. 45).

A literatura infanto-juvenil é importante para romper com a visão estereotipada, deturpada e preconceituosa sobre as pessoas negras, perspectiva esta que contribui para sustentação de uma ordem social desigual. "Audre Lorde nos instiga a pensar na necessidade de reconhecermos nossas diferenças e não mais vê-las como algo negativo. O problema seria quando as diferenças significam desigualdades (Idem, p. 51). Por isso, há a necessidade da representação do(a) negro(a) nas histórias infantis como forma de valorizar principalmente tradições e aspectos físicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A biblioteca Multicultural Nascedouro de Peixinhos em Olinda-PE recebeu os(as) estudantes do 3° ano da Escola Municipal Monteiro Lobato, juntamente com a professora e uma bibliotecária do estado do Paraná, que veio observar o funcionamento das bibliotecas comunitárias no estado de Pernambuco.

O mediador da biblioteca fez a recepção e iniciou a dinâmica de abertura com a "canção do cajueiro", em que todos(as) os(as) estudantes ficaram empolgados(as) cantando, pelo fato de já conhecerem a canção, devido a outro projeto desenvolvido com a escola na biblioteca.

O mediador realizou a leitura do livro, apresentando as ilustrações para que as crianças acompanhassem melhor a história. Elas ficaram atentas e escutando a história com interesse, interrompendo algumas vezes para fazer perguntas relacionadas às personagens, afirmando que as personagens são parecidas com as autoras, que ainda não tinham sido identificadas.

A experiência do espelho foi proposta com o intuito de que as crianças tivessem uma experiência consigo mesmas, e, de uma outra forma, parte do sentido presente no enredo do livro mediado. Isso para posteriormente desdobrar essa vivência singular de cada um(a) em uma reflexão que pudesse ser aprofundada de modo menos particularizado e correlacionado com texto do livro. Cada um(a) que estava presente (crianças, escritoras, professoras e mediadores) recebeu um pequeno espelho de mão para que pudesse se olhar.

As crianças foram orientadas a observarem o seu próprio rosto durante algum tempo e depois falarem para o grupo o que viam. Os relatos inicialmente foram bem impessoais como: "vejo dois olhos, uma boca, um nariz, etc". Mas o mediador fez provocações e as crianças foram trazendo respostas que iriam além do espelho, mostrando que tinham traços físicos parecidos com as de seus familiares como pai, mãe, tio, irmã, entre outros(as).

O diálogo sobre o experimento do espelho transformou-se num debate sobre o livro, os padrões de beleza e as questões de gênero associadas. Quando a pergunta sobre quais das garotas no começo da história mostraram receio em participar do concurso de beleza, algumas crianças imediatamente responderam que foi a Kayllane.

Indagados(as) sobre o motivo da insegurança de Kayllane, eles(as) responderam que isso se devia a sua cor, seu cabelo. Explorando essa percepção das crianças sobre o fato textual da recusa de Kayllane, foi possível perceber que elas conseguem identificar as causas da insegurança da personagem negra, mas não tem consciência porque isso acontece. A questão do reconhecimento, apesar da maioria das crianças terem fenótipo da população negra, a maioria não se reconheceu como tal, justificando que a cor da pele deles(as) não é tão escura.

As autoras se identificaram e as crianças ficaram espantadas, querendo sentar perto das autoras, falando sobre si e sobre a obra. Por fim, devido ao tempo, passamos logo para atividade final. As crianças se retrataram num desenho e o colocaram dentro de um livro do acervo para que dessem a conhecer um pouco de si, através do desenho, para um(a) possível leitor(a) do livro que elas escolheram. Alguns(maas) mostraram resistência, dizendo que não sabiam desenhar, uns(mas) dos aceitaram e realizaram a atividade.

ISSN 2316-8021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os(as) personagens negros(as) foram durante muito tempo invisibilizados(as) das literaturas infanto-juvenis, mas quando se tornaram presentes os(as) primeiros(as) personagens eram associados(as) a estereótipos e situações de inferiorização. Infelizmente, na atualidade, algumas produções literárias ainda limitam os(as) personagens negros(as) dentro desta lógica racista, mas, como autora negra, procuro construir outras narrativas, desconstruindo e

ISSN 2316-8021

reconstruindo nossas próprias histórias. Durante muito tempo fomos esquecidas(os) das páginas dos livros; a ausência, o silenciamento e a inferiorização tem um impacto negativo na vida de crianças negras, no âmbito social, cultural e psíquico, em outro movimento na literatura, no qual as crianças negras sintam-se representadas ao ler o livro e comecem a olhar o mundo com uma visão crítica. Ler histórias para crianças e com as crianças, além de propiciar um momento de deleite, possibilita a transmissão da reflexão acerca de valores e normas de convívio entre as pessoas, principalmente quando essa leitura é compartilhada com a mediação de um(a) adulto(a) sensível às questões tratadas na obra. Desse modo, a escrita de obra que tratem das temáticas raciais e de gênero, a partir de um outro ponto de vista, pode se tornar um instrumento relevante para discutir-se entre os(as) educadores(as) sociais, professores(as), estudantes e familiares sobre as questões de empoderamento feminino, gênero e relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

1. CASTILHO, Suely Dulce de. A Representação do Negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1. p. 103-113, 2004.
2. FARIAS, Jessica Oliveira. A Representação do negro na Literatura Brasileira. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 17-32, jan/jun. 2018.
3. GOUVÊA. Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.1, p. 77-89, jan./abr. 2005.
4. KILOMBA, Grada. "The mask". In: _____. **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. 2. ed.. Münster: Unrast Verlag, 2010.
5. SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: 1993.